



E-BOOK

720

QUESTÕES INÉDITAS

ÁREA FISCAL

Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que damos continuidade a este projeto de E-books da Área Fiscal!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões para estarem mais preparados, sabemos que esta série de e-books será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Aproveitem muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	4
MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO	49
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	129
DIREITO CONSTITUCIONAL	150
DIREITO ADMINISTRATIVO	179
DIREITO PENAL	219
DIREITO CIVIL	251
ECONOMIA	281
FINANÇAS PÚBLICAS	306
DIREITO EMPRESARIAL	330
AUDITORIA	381
CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS	407
CONTABILIDADE PÚBLICA	486
DIREITO TRIBUTÁRIO	521
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL	601
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)	660
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL (CONHECIMENTOS GERAIS)	734

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 E 2

Um dos maiores centros financeiros do mundo, São Paulo recebeu a classificação de cidade global alfa da Globalization and World Cities Study Group & Network (GaWC). É a cidade brasileira mais influente no cenário global. Se fosse um país, a capital de SP seria a 36ª economia do mundo, acima de nações como Portugal e Finlândia, segundo estudo da FecomercioSP (2013). Sozinha, concentra 33% da produção de bens e serviços do estado e é sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil.

Tamanha influência na economia do país também se revela nos momentos de crise, como a que afetou o Brasil entre 2014 e 2016 e que ainda causa consequências no mercado de trabalho. Desde o 3º trimestre de 2016, São Paulo apresenta taxa de desemprego maior que a média brasileira.

Conhecida como a cidade que não para e nunca dorme, a alta velocidade existe pela falta de tempo. O trabalho é o principal combustível da pressa: São Paulo é a capital com maior média de horas semanais trabalhadas do Brasil.

A capital paulista também possui um caráter cosmopolita, desenvolvido a partir de um passado composto pela união de mais de 70 nacionalidades. Este polo cultural único no país é possível pela convivência das múltiplas identidades que formam a cidade: Liberdade (bairro oriental), Higienópolis (bairro judeu), Mooca e Bexiga (bairros portugueses, italianos, árabes).

<<https://gente.globo.com/sotaque-paulistano-pesquisa-revelaas-multiplas-facetadas-cidade-de-sao-paulo/>>

01. É correto afirmar que, do ponto de vista do autor, São Paulo:

- A) difere-se completamente do restante do país.
- B) pode ser representada por uma única característica: a que tem os melhores trabalhadores.
- C) é fechada a novas experiências, hábitos e culturas.
- D) exerce influência financeira no restante do país, além de ser global e cosmopolita.
- E) não poderia ter sido considerada uma capital global.

Comentários:

O texto traz várias facetas da cidade de São Paulo, dentre elas, ser global, cosmopolita, apresentar os maiores números de horas trabalhadas e receber pessoas de diversas etnias. Nesse sentido, a melhor alternativa que representa o texto é a letra D. As alternativas (A) e (E) são generalizações que não se sustentam no texto; já a letra (C) diz exatamente o oposto do que o texto aponta: “A capital paulista também possui um caráter cosmopolita, desenvolvido a partir de um passado composto pela união de mais de 70 nacionalidades” (4º parágrafo); e, por fim, a letra (B) limita o entendimento do texto a uma das características trazidas. Portanto, o gabarito é a letra D.

Gabarito: D

02. “Um dos maiores centros financeiros do mundo, São Paulo recebeu a classificação de cidade global alfa.”

A reescritura dessa passagem que NÃO gera erro gramatical é:

- A) São Paulo, um dos maiores centros financeiros do mundo, foi contemplada com a classificação de cidade global alfa.
- B) Um dos maiores centros financeiros do mundo foram classificados como cidade global alfa.
- C) A classificação de cidade global alfa hão de ser para um dos maiores centros financeiros do mundo: São Paulo.
- D) São Paulo foi considerado um dos maiores centros financeiros do mundo e receberam o título de cidade global alfa.
- E) Cidade global alfa: título recebido por um dos maiores centros financeiros do mundo e que fazem parte do Brasil, São Paulo.

Comentários:

Vejamos as alternativas:

Correta a alternativa A.

Incorreta a alternativa B. “Um dos maiores centros financeiros do mundo ~~foram~~ **foi** classificados como cidade global alfa”

Incorreta a alternativa C. “A classificação de cidade global alfa ~~hão~~ **há** de ser para um dos maiores centros financeiros do mundo: São Paulo.”

Incorreta a alternativa D. “São Paulo foi considerada ~~oa~~ um dos maiores centros financeiros do mundo e receberam ~~mu~~ o título de cidade global alfa”

Incorreta a alternativa E. “Cidade global alfa: título recebido por um dos maiores centros financeiros do mundo e que fazem parte do Brasil, São Paulo”.

Portanto, o gabarito é a letra A.

Gabarito: A

03. “O mundo se mobilizou para derrotar a covid, mas o mesmo não ocorre com as doenças tropicais”.

Manuais de estilo tendem a condenar o uso da expressão “o mesmo” como estratégia para retomar um elemento citado anteriormente. Há casos, porém, como na passagem acima, em que esse uso não é problemático.

A alternativa em que o emprego de “o mesmo” é análogo ao da passagem acima, e consequentemente se mostra aceitável do ponto de vista estilístico, é:

- A) João não comparecerá à reunião; o mesmo avisou que está doente.
- B) Fique atento ao usar o elevador; o mesmo sempre dá problema.
- C) Muitos se mobilizaram para ajudar aos desabrigados na tragédia da Região Serrana do Rio; o mesmo ocorreu agora com a situação do Rio Grande do Sul.
- D) O gerente exige que todos cheguem cedo, porém o mesmo nunca chega no horário.
- E) Encomendei um pacote de folhas, mas o mesmo ainda não foi entregue.

Comentários:

No enunciado, a expressão “mesmo” retoma toda a informação do período anterior; uso anunciado como aceitável.

Isso também ocorre na alternativa C. Nas demais alternativas, o “mesmo” também é empregado como elemento anafórico, mas tendo como referente apenas um termo da oração anterior.

Gabarito: C

04. "Aperte o botão para liberar o dispositivo. Em seguida, gire a alavanca até atingir o ponto máximo". Esse texto representa, respectivamente, o seguinte modo de organização discursiva e a finalidade do tipo textual:

- A) narrativo / informar
- B) injuntivo / instruir
- C) dissertativo / argumentar
- D) descritivo / explicar
- E) injuntivo / convencer

Comentários:

O gênero textual manual de instruções se enquadra no tipo injuntivo. O texto injuntivo é marcado por verbos no imperativo ("aperte" / "gire") e possui a finalidade de convencer, dar ordens e, nesse caso, de instruir.

Gabarito: B

05. A conjunção “e” apresenta, primariamente, valor aditivo. Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que ela exhibe, adicionalmente, valor conclusivo é:

- A) A vida é feita de escolhas e as escolhas têm consequências.
- B) A felicidade pode ser percebida nos momentos simples e compartilhada com quem está próximo.
- C) Tenho vontade de trabalhar e comprar uma casa.
- D) Eles reclamam do excesso e denunciam a escassez.
- E) Já não havia mais para onde fugir e as pessoas ficaram sem alternativa.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Somente valor aditivo.

Incorreta a alternativa B. Somente valor aditivo.

Incorreta a alternativa C. Somente valor aditivo.

Incorreta a alternativa D. Somente valor aditivo.

Correta a alternativa E. Valor aditivo e conclusivo.

Gabarito: E

06. Todas as frases abaixo foram passadas para a voz passiva. A frase em que essa passagem foi feita de forma adequada (com respeito à estrutura original) é:

- A) Os diretores de grandes clubes cancelaram participações nos campeonatos / Participações nos campeonatos foram cancelados por diretores de grandes clubes.
- B) Para inaugurar o novo espaço, os empresários garantiram a presença de diversos artistas / A presença de diversos artistas foi garantida pelos empresários para a inauguração do novo espaço.
- C) Os acordos de paz restabeleceram a harmonia entre líderes mundiais / A harmonia entre líderes mundiais foi restabelecida pelos acordos de paz.
- D) Os candidatos, nervosos, aguardavam o início da prova / O início de prova era aguardado pelos candidatos nervosos.
- E) O juiz estabeleceu as diretrizes para a formulação do acordo / As diretrizes para a formulação do acordo foi estabelecido pelo juiz.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Falta de concordância entre "participações" e "foram cancelados" e supressão do artigo em "por diretores" (na voz ativa, "diretores" está antecedido de artigo).

Incorreta a alternativa B. Houve alteração da estrutura original: o verbo "inaugurar" foi substantivado (inaugurar -> inauguração).

Correta a alternativa C. A estrutura original foi preservada.

Incorreta a alternativa D. "Nervosos" possui valor explicativo (aposto) na voz ativa; na voz passiva, esse termo está funcionando como adjunto adnominal de "candidatos", com valor restritivo. Além disso, houve a supressão do artigo em "início da prova".

Incorreta a alternativa E. Falta de concordância entre "diretrizes" e "foi estabelecido". O correto seria "diretrizes foram estabelecidas".

Gabarito: C

07. Dentre os usos abaixo, o único em que os dois pontos NÃO introduzem uma explicitação, e sim uma explicação, é:

- A) Aquele equipamento é mais econômico: ele reutiliza a água para os demais processos.
- B) Tenho uma confissão a fazer: todos os produtos já foram vendidos.
- C) Tenho dois sonhos: viver da minha arte e ser reconhecido.
- D) Comprei o que mais precisava: um protetor auricular.
- E) O bom exemplo já foi dado: acordar sempre com disposição para viver o dia.

Comentários:

Correta a alternativa A. Introduz uma explicitação no que tange ao aspecto econômico do equipamento.

Incorreta a alternativa B. Introduz uma explicitação referente à confissão.

Incorreta a alternativa C. Introduz uma explicitação referente aos sonhos.

Incorreta a alternativa D. Introduz uma explicitação referente ao que precisava.

Incorreta a alternativa E. Introduz uma explicitação referente ao bom exemplo.

Gabarito: A

08. Todas as frases abaixo apresentam um recurso estilístico denominado elipse, à exceção de:

- A) Viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- B) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- C) Inesquecível a minha infância.
- D) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- E) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Elipse do termo “viver a vida”.

Incorreta a alternativa B. Elipse do verbo “ser”.

Incorreta a alternativa C. Elipse do verbo “ser”.

Correta a alternativa D. Sem qualquer supressão.

Incorreta a alternativa E. Supressão do termo “oportunidades”.

Gabarito: D

09. A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresente essa função.

- A) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- B) Fez-se uma grande homenagem ao patrono da cidade.
- C) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- D) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- E) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

Comentários:

A questão, em outras palavras, quer que seja assinalada a alternativa em que o SE não atue como indeterminador do sujeito. Para ser um indeterminador, a partícula SE precisa estar ligada a um verbo (transitivo indireto ou intransitivo) na 3ª pessoa do singular.

Apenas na alternativa B o SE não funciona como índice de indeterminação, mas sim como partícula apassivadora. "Fazer" é um verbo transitivo direto: fez-se algo = algo foi feito.

Em todas as outras alternativas, a partícula SE atua como indeterminador do sujeito, o que torna as frases impessoais (sem atribuição de um ser específico que pratique as ações expressas pelo verbo).

Gabarito: B

10. A frase abaixo em que se observa paralelismo sintático é:

- A) A amizade é o tempero da vida; a vida fica mais leve.
- B) O Congresso impediu novas manifestações.
- C) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.
- D) O dirigente aconselhou ter cuidado e que se esperasse a autorização.
- E) Para esquecer o presente, vive-se o passado.

Comentários:

Quando falamos em paralelismo sintático, estamos falando em estruturas equivalentes.

Correta a alternativa A. De um lado, temos sujeito, verbo de ligação e predicativo; do outro, a mesma estrutura.

Incorreta a alternativa B. Aqui temos uma oração absoluta; logo, não é possível falar em equivalência de estruturas.

Incorreta a alternativa C. De um lado, temos um verbo intransitivo modificado por uma oração reduzida de particípio; depois dos dois-pontos, um aposto. Não há estruturas paralelas.

Incorreta a alternativa D. Oração reduzida x oração desenvolvida.

Incorreta a alternativa E. Temos uma oração subordinada ("para esquecer o passado") e uma oração principal ("vive-se o passado"). Logo, essa hierarquia desfaz qualquer possibilidade de paralelismo.

Gabarito: A

11. A opção em que a nominalização do segmento sublinhado está INCORRETA é:

- A) Copiar as ações de outros nem sempre é o melhor caminho / A cópia das ações.
- B) Estabelecendo novas diretrizes para o novo governo / o estabelecimento de novas diretrizes.
- C) Investigar os agentes públicos é fundamental / a investigação dos agentes públicos.
- D) Era necessário propor um outro cenário / a proporção de um outro cenário.
- E) Aprendizado é aquilo que fica depois de ter esquecido as demais coisas / depois do esquecimento das demais coisas.

Comentários:

Todas as alternativas estão corretas, exceto a nominalização sugerida na alternativa D.

A nominalização correta do verbo “propor” é “proposta”; “proporção” alteraria o sentido original do trecho.

→ Propor = apresentar / sugerir

→ Proporção = sentido de equivalência

Gabarito: D**12. Assinale o texto que deve ser classificado como argumentativo:**

- A) Como dizia o filósofo, estamos neste mundo das coisas visíveis só de passagem.
- B) Crescer é abrir mão do que um dia fomos.
- C) Numerosos são aqueles para quem a arte não passa de uma distração;
- D) Tenha sempre em mãos o melhor a oferecer.
- E) Os idosos são professores da vida que já viveram.

Comentários:

Para a FGV, uma citação de autoridade já caracteriza o trecho como argumentativo. Portanto, o gabarito é letra A.

Correta a alternativa A.

Incorreta a alternativa B. Texto expositivo.

Incorreta a alternativa C. Texto expositivo.

Incorreta a alternativa D. Texto injuntivo.

Incorreta a alternativa E. Texto expositivo.

Gabarito: A

13. “Ana era alta. Tão alta que parecia o equilíbrio não habitar ali. Ela saía todos os dias determinada a mudar o mundo. Com a calma e o desejo de ver tudo transformado, andava apressada como quem tem alguém a sua espera. Com um entusiasmo inigualável, motivava a muitos”. Nesse texto, a descrição da personagem Ana é de base:

- A) moral
- B) física
- C) físico-psíquica
- D) psíquica
- E) físico-moral

Comentários:

A personagem é descrita a partir de suas características físicas e de seu estado psíquico.

A altura da personagem e o modo de andar = descrição física.

Calma, desejo, entusiasmo = descrição psíquica / de estado psicológico.

Gabarito: C

14. A ambiguidade diz respeito à possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- A) Os gerentes informaram aos administradores que não poderiam dar descontos.
- B) Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.
- C) Chegaram ao local e instalaram um sistema rápido.
- D) Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.
- E) Todos chegaram no horário que estava marcado.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Quem não poderia dar descontos? Os gerentes ou os administradores?

Incorreta a alternativa B. Ligou para a própria mãe ou para a mãe da esposa?

Incorreta a alternativa C. O sistema era rápido ou a instalação foi realizada rapidamente?

Incorreta a alternativa D. O que estava no quarto de Maria? O suporte do relógio ou o relógio?

Correta a alternativa E. Não há qualquer ambiguidade.

Gabarito: E

15. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- A) Viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- B) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- C) Inesquecível a minha infância.
- D) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- E) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Elipse do termo “viver a vida”.

Incorreta a alternativa B. Elipse do verbo “ser”.

Incorreta a alternativa C. Elipse do verbo “ser”.

Correta a alternativa D. Sem qualquer supressão.

Incorreta a alternativa E. Supressão do termo “oportunidades”.

Gabarito: D

16. A frase que não exemplifica o caso de um adjetivo com valor adverbial.

- A) Vieram rápido para assistir ao cortejo passar.
- B) A estrutura desabou e bateu forte no chão.
- C) Tocaram leve a campainha da casa dos vizinhos.
- D) Todos alcançaram a nobre posição.
- E) Trabalhamos duro para que o evento acontecesse.

Comentários:

Tem-se adjetivo com valor adverbial quando esse é empregado referindo-se não a um substantivo, e sim a um verbo, adjetivo ou advérbio (comportamento de um advérbio).

Incorreta a alternativa A. Valor adverbial; refere-se a “vieram”.

Incorreta a alternativa B. Valor adverbial; refere-se a “bateu”.

Incorreta a alternativa C. Valor adverbial; refere-se a “tocaram”.

Correta a alternativa D. Como se refere ao substantivo “posição”, não apresenta valor adverbial.

Incorreta a alternativa E. Valor adverbial; refere-se a “trabalhamos”.

Gabarito: D

17. Assinale a opção em que a forma de adjetivação está identificada inadequadamente.

- A) Aguardávamos com ansiedade o dia ensolarado / adjetivo.
- B) A vida dos pensadores parecia ser pesada / locução.
- C) A pesquisa que foi patrocinada pela nossa instituição foi reconhecida / oração adjetiva.
- D) Daquele setor, ele era um mandachuva / substantivo composto.
- E) A temporada de chuva estava para começar / adjetivo.

Comentários:

Apenas a alternativa E identifica incorretamente o processo de adjetivação referente ao substantivo “temporada”. O correto seria locução adjetiva: temporada [de chuva].

Gabarito: E

18. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- A) Sonho é algo que desejamos que se torne real.
- B) O amor é o tempero da vida.
- C) Com dois passos, ele chegava da janela e olhava a vida passar.
- D) Seus olhos brilhavam como faróis.
- E) Mentir é caminhar para a perdição.

Comentários:

O texto injuntivo é um tipo textual voltado para a instrução, convencimento e/ou recomendação ao seu leitor.

Incorreta a alternativa A. Expositivo.

Incorreta a alternativa B. Expositivo.

Incorreta a alternativa C. Narrativo.

Incorreta a alternativa D. Descritivo.

Correta a alternativa E. A letra E traz uma recomendação implícita: não minta.

Gabarito: E

19. Assinale a alternativa em que o pronome pessoal possui valor possessivo:

- A) Tocou-lhe os cabelos suavemente.
- B) Os filhos não lhe obedeciam.
- C) Todos lhe entregaram os presentes.
- D) Na manhã de ontem, conferiram-lhe o título de doutor.
- E) Dei-lhe tudo que podia dar.

Comentários:

Correta a alternativa A. O "lhe" possui valor possessivo. Tocou-lhe os cabelos = tocou os cabelos dela(e).

Incorreta a alternativa B. O "lhe" é objeto indireto.

Incorreta a alternativa C. O "lhe" é objeto indireto.

Incorreta a alternativa D. O "lhe" é objeto indireto.

Incorreta a alternativa E. O "lhe" é objeto indireto.

Gabarito: A**20. A frase que indica certo grau de incerteza é:**

- A) Ninguém comemorou o resultado.
- B) Sem dúvida, não saberíamos como reagir.
- C) O orientador disse que o trabalho tinha contemplado objetivos iniciais.
- D) Acreditava-se nas melhores intenções dos candidatos.
- E) As atrações confirmadas atraíam todo tipo de público.

Comentários:

Na alternativa D, o emprego da forma verbal “pediria” (futuro do pretérito) confere grau de incerteza à frase. Esse tempo verbal expressa possibilidade, e não certeza.

Gabarito: E

Por que o Brasil não é uma potência?

Nove décimos da História foram feitos de muitos sofrimentos para a maioria da humanidade. Desnutrição, inanição, morte precoce pela fragilidade alimentar, pela intervenção de fatores naturais ou daqueles criados pelas mãos dos homens. Invasões, guerras, dominação, escravidão, quando não matanças e apropriação das riquezas de outras tribos. Durante milhares de anos, a escravidão foi um fato corriqueiro na vida dos povos, seja como escravocratas, seja como objetos da servidão forçada, pela dominação, pelas dívidas, pela submissão sob qualquer pretexto.

Sobrevieram melhorias na agricultura, a revolução tecnológica mais importante na trajetória das sociedades humanas, antes da segunda, milhares de anos depois: a Revolução Industrial, no século 18. O crescimento agrícola e a domesticação de espécies vegetais e animais representaram a superação da insegurança alimentar, que sempre pairou sobre todos.

Historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e a transmissão das novas técnicas e variedades vegetais e animais ao longo do espaço euroasiático do hemisfério setentrional, liberto das barreiras que se interporiam a essa disseminação no eixo Norte-Sul, na faixa tropical, como, por exemplo, clima quente e úmido, menor acesso a mares e rios, diversidade de terrenos, isolamento e menor intercâmbio cultural. Tais barreiras estão na origem das divergências entre o norte temperado e as latitudes tropicais, uma das razões do lento desenvolvimento, ou da preservação do atraso, no hemisfério meridional (exceto Austrália e Nova Zelândia, situadas na zona temperada, e que se beneficiaram da colonização britânica).

Dez mil de anos se passaram entre a primeira, a agrícola, e a segunda revolução econômica da espécie humana, a industrial. A do século 18, na Europa ocidental, foi a primeira de um ciclo cada vez mais rápido de mudanças nos padrões industriais, criando a grande divergência entre as nações mais ricas e as outras, que permaneceram pobres. No intervalo, a humanidade conheceu progressos econômicos muito lentos, com avanços tecnológicos sendo neutralizados pela armadilha malthusiana, a geométrica expansão das populações exercendo uma pressão constante sobre o aumento aritmético da oferta alimentar.

<https://oantagonista.com.br/economia/crusoe-por-que-o-brasil-ainda-nao-e-um-pais-desenvolvido/>

21. De acordo com as informações veiculadas no texto, é incorreto afirmar que:

- A) A maior parte da história humana tem sido marcada por sofrimento generalizado. Ao longo de milênios, a humanidade enfrentou desnutrição, fome e mortes prematuras devido à escassez alimentar e a fatores naturais e provocados pelo homem. Guerras, invasões e a escravidão foram realidades frequentes, onde povos foram dominados, explorados e suas riquezas apropriadas por outros. A escravidão persistiu por milênios, seja como escravizador ou como vítima da servidão forçada, perpetuada por dominação, dívidas ou submissão.
- B) A agricultura trouxe melhorias significativas, permitindo à humanidade superar a insegurança alimentar. A Revolução Industrial do século 18 marcou um ponto crucial na história, impulsionando um avanço tecnológico sem precedentes que transformou as sociedades europeias ocidentais. Essa revolução não apenas acelerou o crescimento econômico, mas também exacerbou as disparidades globais, criando uma grande divergência entre as nações industrializadas e as menos desenvolvidas.
- C) Historiadores têm estudado a disseminação de técnicas agrícolas e espécies ao longo do hemisfério norte, onde as barreiras geográficas foram menos restritivas, em comparação com as latitudes tropicais. Essas diferenças geográficas contribuíram para o desenvolvimento desigual entre as regiões temperadas do norte e as tropicais do sul, perpetuando um padrão de desenvolvimento mais lento no hemisfério meridional.
- D) Durante os dez mil anos entre a Revolução Agrícola inicial e a Revolução Industrial, o progresso econômico global foi vagaroso. Avanços tecnológicos foram frequentemente neutralizados pela pressão demográfica crescente, conhecida como armadilha malthusiana, na qual o aumento populacional superava o crescimento da oferta de alimentos.
- E) A história da humanidade é uma narrativa complexa de lutas, avanços e desigualdades. Enquanto progressos significativos foram alcançados em certos períodos e regiões, a maioria da história foi marcada por condições severas e injustiças, refletindo os desafios persistentes enfrentados pela humanidade ao longo dos tempos. Porém, as revoluções tecnológicas asseguraram um elevado padrão de vida para as nações em geral, que foram gradativamente alcançando patamares de prosperidade.

Comentários:

Primeiramente: o hemisfério setentrional é o norte; o meridional é o sul.

As alternativas A, B, C e D são reescrituras corretas dos parágrafos 1, 2, 3 e 4.

Na B, foi acrescentada a informação que está no primeiro período do último parágrafo:

§4: Dez mil de anos se passaram entre a primeira, a agrícola, e a segunda revolução econômica da espécie humana, a industrial. A do século 18, na Europa ocidental, foi a primeira de um ciclo cada vez mais rápido de mudanças nos padrões industriais, criando a grande divergência entre as nações mais ricas e as outras, que permaneceram pobres.

B) ... Essa revolução não apenas acelerou o crescimento econômico, mas também exacerbou as disparidades globais, criando uma grande divergência entre as nações industrializadas e as menos desenvolvidas.

O erro está no final da letra E:

e) A história da humanidade é uma narrativa complexa de lutas, avanços e desigualdades. Enquanto progressos significativos foram alcançados em certos períodos e regiões, a maioria da história foi marcada por condições severas e injustiças, refletindo os desafios persistentes enfrentados pela humanidade ao longo dos tempos.

Porém, as revoluções tecnológicas asseguraram um elevado padrão de vida para as nações em geral, que foram gradativamente alcançando patamares de prosperidade.

Não podemos dizer que as nações em geral alcançaram prosperidade. Isso não está no texto, nem é verdade no mundo real. Ainda há muitas nações pobres.

Gabarito: E

22. Infere-se do texto que o hemisfério sul do mundo se desenvolveu comparativamente menos em razão de, entre outros fatores:

- A) um atraso na domesticação dos animais necessários à cultura agrícola e pecuária.
- B) barreiras geográficas e climáticas que limitaram os benefícios das revoluções tecnológicas.
- C) não ter havido colonização europeia, que levou tecnologia aos países atrasados.
- D) não ter conseguido superar a desnutrição, inanição, morte precoce por fragilidade alimentar.
- E) a escravidão ter sido fato corriqueiro na vida dos povos, seja como escravocratas, seja como objetos da servidão forçada.

Comentários:

No texto acima, o motivo pelo qual o sul do planeta não se desenvolveu tanto quanto o norte está relacionado principalmente às barreiras geográficas que dificultaram a disseminação de técnicas agrícolas e espécies vegetais e animais. Enquanto no hemisfério euroasiático do hemisfério setentrional, as condições geográficas permitiram uma maior troca de conhecimento e recursos, as latitudes tropicais do hemisfério sul enfrentaram desafios naturais que limitaram esse intercâmbio.

Além disso, o texto sugere que a colonização e a influência europeia foram decisivas para o desenvolvimento de regiões como Austrália e Nova Zelândia, que estão na zona temperada do hemisfério sul e, portanto, foram

menos afetadas pelas barreiras geográficas tropicais. Essas regiões, por sua vez, foram mais beneficiadas pelo legado colonial britânico, o que contribuiu para seu desenvolvimento em comparação com outras áreas tropicais do hemisfério sul.

Portanto, as barreiras geográficas e a influência histórica da colonização são apontadas como razões fundamentais para o desenvolvimento menos acentuado das regiões tropicais do hemisfério sul em comparação com as regiões temperadas do norte.

No texto, para confirmar, temos:

Historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e a transmissão das novas técnicas e variedades vegetais e animais ao longo do espaço euroasiático do hemisfério setentrional, liberto das barreiras que se interporiam a essa disseminação no eixo Norte-Sul, na faixa tropical, como, por exemplo, clima quente e úmido, menor acesso a mares e rios, diversidade de terrenos, isolamento e menor intercâmbio cultural.

Tais barreiras estão na origem das divergências entre o norte temperado e as latitudes tropicais, uma das razões do lento desenvolvimento, ou da preservação do atraso, no hemisfério meridional (exceto Austrália e Nova Zelândia, situadas na zona temperada, e que se beneficiaram da colonização britânica).

Gabarito: B

23. A menção à Austrália e à Nova Zelândia tem a função discursiva de

- A) provar que a posição geográfica do país não importa para seu desenvolvimento.
- B) refutar a tese de que o hemisfério sul não teve seu desenvolvimento atrasado.
- C) apresentar uma exceção que corrobora a regra geral contida na tese do texto.
- D) defender que todos os países se beneficiaram de uma colonização europeia.
- E) sustentar que a Oceania tinha condições geográficas mais favoráveis.

Comentários:

A distância do “eixo” mais desenvolvido do mundo (hemisfério norte, Europa) é um fator determinante para o menor desenvolvimento. **A menção à Austrália e à Nova Zelândia mostra uma exceção que confirma a regra.** Esses países se beneficiaram porque receberam a colonização justamente da Inglaterra – potência pioneira da Revolução Industrial.

Incorreta a alternativa A. Claro que importa, o texto traz justamente esse ponto!

Incorreta a alternativa B. Teve sim, esses países são exceções.

Incorreta a alternativa D. Incorreto. Nem todos, o Brasil, por exemplo. Além disso, essa exceção não prova que a regra geral foi essa.

Incorreta a alternativa E. Segundo o texto, não tinha; o fator foi a colonização inglesa.

Gabarito: C**24. Considerando sua organização e tipologia, o texto é predominantemente**

- A) expositivo
- B) injuntivo
- C) narrativo
- D) argumentativo
- E) injuntivo

Comentários:

O texto é predominantemente dissertativo-argumentativo, pois traz informações (disserta) para defender uma tese (argumenta). A tese é a de que o sul não se desenvolveu, principalmente, por motivo de barreiras geográficas diversas, que limitaram uma participação maior nos benefícios das grandes revoluções tecnológicas.

Gabarito: D

25. Assinale a sentença que não contém ambiguidade:

- A) Os historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e técnicas.
- B) A domesticação de espécies vegetais e animais e a insegurança alimentar que sempre pairou sobre todos foi superada.
- C) Dez mil anos se passaram entre a primeira, a agrícola, e a segunda revolução econômica, criando a grande divergência.
- D) Um fator que atrasou o desenvolvimento foi a não colonização pela Inglaterra, como ocorreu na Austrália.
- E) O lento desenvolvimento no hemisfério meridional ocorreu devido às barreiras que se interporiam.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Não fica claro se os historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e também retraçaram técnicas, ou se retraçaram apenas o destino das sociedades humanas e suas técnicas.

Incorreta a alternativa B. Não está claro se tanto a domesticação quanto a insegurança alimentar foram superadas, ou se apenas a insegurança alimentar foi superada pela domesticação.

Incorreta a alternativa C. Quem criou divergência? "Criando a grande divergência" pode referir-se à segunda revolução econômica ou aos dez mil anos que se passaram entre as duas revoluções.

Incorreta a alternativa D. O que ocorreu na Austrália? A colonização? A não colonização? O atraso do desenvolvimento?

Correta a alternativa E. Não há ambiguidade, não é possível nenhuma leitura além da literal.

Gabarito: E

26. Assinale a alternativa que está de acordo com a norma-padrão.

- A) Houveram muitos sofrimentos para a maioria da humanidade ao longo da História.
- B) Nove décimos da história foram marcado por muitos sofrimentos.
- C) É necessário que se promovam melhorias na agricultura para superar a insegurança alimentar.
- D) Um por cento da população mundial sofrem de desnutrição e inanição.
- E) Acredita-se que durante milhares de anos foram comum a escravidão e a dominação.

Comentários:

Correta a alternativa C:

“É necessário que se promovam melhorias na agricultura para superar a insegurança alimentar.”

“é” está no singular porque o sujeito é oracional:

É necessário [que se promovam melhorias na agricultura para superar a insegurança alimentar.]

É necessário [ISSO.]

“promovam” está no plural porque o núcleo do sujeito passivo é “melhorias”: que melhorias sejam promovidas.

Corrijamos as demais:

Incorreta a alternativa A. Houveram **houve** muitos sofrimentos para a maioria da humanidade ao longo da História.

Incorreta a alternativa B. Nove décimos da história foram **marcado** **marcados** por muitos sofrimentos. (concorda com “décimos”)

Incorreta a alternativa D. Um por cento da população mundial **sofrem** **sofre** de desnutrição e inanição. (concorda com “um” ou “população”, facultativamente; em ambos os casos, o verbo ficaria no singular.)

Incorreta a alternativa E. Acredita-se que durante milhares de anos foram **comum** **comuns** a escravidão e a dominação. (concorda com “escravidão e dominação”; seria possível também a concordância atrativa: foi comum.)

Gabarito: C

27. Está de acordo com a norma culta a regência observada em:

- A) A economia do país aspira novos investimentos.
- B) Na TV, assistiram a conferência sobre desenvolvimento sustentável.
- C) Chegamos no nível de desenvolvimento esperado.
- D) Prefiro políticas econômicas sustentáveis do que expansivas.
- E) Os líderes visaram ao crescimento econômico.

Comentários:

A única regência correta é a do verbo “visar”, que, no sentido de almejar, ter como objetivo, é transitivo indireto e exige a preposição “a”:

Correta a alternativa E. “Os líderes visaram ao crescimento econômico.”

Corrijamos as demais:

Incorreta a alternativa A. A economia do país aspira **a** novos investimentos.

“aspirar”, com sentido de almejar, é transitivo indireto e exige a preposição “a”.

Incorreta a alternativa B. Na TV, assistiram **à** conferência sobre desenvolvimento sustentável.

“assistir”, com sentido de ver, ser espectador, é transitivo indireto e exige a preposição “a”. Essa preposição se funde ao artigo antes de “conferência” e ocorre crase.

Incorreta a alternativa C. Chegamos **ao** nível de desenvolvimento esperado.

“chegar” pede preposição “a”; não pede preposição “em”!

Incorreta a alternativa D. Prefiro políticas econômicas sustentáveis **a** expansivas.

“preferir” é verbo transitivo direto e indireto; exige preposição “a”: prefiro uma coisa **A** outra. É incorreto usar “do que”.

Gabarito: E

28. Sobrevieram melhorias na agricultura, a revolução tecnológica mais importante na trajetória das sociedades humanas, antes da segunda, milhares de anos depois: a Revolução Industrial, no século 18. O crescimento agrícola e a domesticação de espécies vegetais e animais representaram a superação da insegurança alimentar, que sempre pairou sobre todos.

Historiadores retraçaram o destino das sociedades humanas e a transmissão das novas técnicas e variedades vegetais e animais ao longo do espaço euroasiático do hemisfério setentrional...

Os termos sublinhados no segmento acima exercem a mesma função sintática, exceto:

- A) melhorias na agricultura.
- B) O crescimento agrícola e a domesticação de espécies vegetais e animais.
- C) a superação da insegurança alimentar.
- D) que.
- E) Historiadores.

Comentários:

Todos os termos exercem função de sujeito, exceto “a superação da insegurança alimentar”, que é objeto direto de “representaram”.

Atenção, o pronome relativo assume a função sintática que seu antecedente teria dentro da oração adjetiva; logo, “que” é sujeito porque “insegurança alimentar” seria sujeito de “pairou”: a insegurança alimentar sempre pairou...

Gabarito: C

29. Observe o segmento abaixo:

as barreiras geográficas e a influência histórica da colonização são apontadas como razões fundamentais para o desenvolvimento menos acentuado das regiões tropicais do hemisfério sul

Transpondo-se para a voz ativa, a forma verbal correspondente seria:

- A) apontam.
- B) apontaram.
- C) aponta-se.
- D) apontam-se.
- E) apontaram-se.

Comentários:

Correta a alternativa A. Como temos voz passiva sem agente da passiva exposto, na voz ativa teremos sujeito indeterminado: **apontam**.

Incorreta a alternativa B. O tempo está incorreto. O original está no presente, seria incorreto usar o pretérito perfeito.

Incorretas as alternativas C, D e E. Ainda temos voz passiva, com estrutura de verbo transitivo direto + pronome apassivador.

Gabarito: A

30. No intervalo entre as duas revoluções tecnológicas, a humanidade conheceu progressos econômicos muito lentos, **conquanto** tivesse havido grande salto de produtividade.

No segmento acima, o conectivo destacado não poderia ser substituído adequadamente por:

- A) embora
- B) posto que
- C) mesmo que
- D) não obstante
- E) na medida em que

Comentários:

“Conquanto” é conjunção concessiva; todos os demais são concessivos, exceto “na medida em que”, que é conectivo causal, equivalente a “porque”.

Gabarito: E

Pensamentos valem e vivem pela observação exata ou nova, pela reflexão aguda ou profunda; não menos querem a originalidade, a simplicidade e a graça do dizer.

(Machado de Assis)

31. Qual das frases abaixo não pode ser considerada um resumo da frase acima:

- A) Ideias têm valor e vida quando são observadas de forma precisa ou inovadora e refletidas com profundidade ou perspicácia; além disso, devem prezar pela originalidade, simplicidade e elegância na expressão.
- B) Pensamentos ganham significado e perduram por meio de uma observação precisa ou inédita, acompanhada de uma reflexão profunda ou perspicaz; também requerem originalidade, simplicidade e um toque de graça na maneira de serem ditos.
- C) O valor e a vida dos pensamentos dependem da exatidão ou novidade da observação, bem como da profundidade ou perspicácia da reflexão; igualmente importante é a originalidade, a simplicidade e a elegância da expressão.
- D) Pensamentos são valiosos e duradouros quando baseados em observações precisas ou novas e em reflexões profundas ou agudas; além disso, é essencial que tenham originalidade, simplicidade e uma expressão graciosa.
- E) O vigor e a importância dos pensamentos residem na observação imprecisa ou desafiadora e na reflexão perspicaz ou profunda; não menos importantes são a originalidade, a simplicidade e a elegância na forma de se expressar.

Comentários:

Nessa alternativa, o uso dos termos "observação imprecisa ou desafiadora" altera o sentido original, que enfatiza a importância da "observação exata ou nova". A imprecisão contradiz a ideia de exatidão mencionada por Machado de Assis.

Gabarito: E

32. Em apenas uma frase abaixo, a mudança de posição do adjetivo modifica o sentido do texto. Assinale:

- A) O **verdadeiro amigo** de infância, com quem eu brincava no parque, veio me visitar depois de muitos anos morando no exterior.
- B) Aquele **carro novo**, que meu pai comprou recentemente, é mais econômico e confortável para viagens longas.
- C) Durante a exposição, admirei um **livro raro** sobre antigas civilizações, que dificilmente se encontra em outras bibliotecas.
- D) Após um dia cansativo de trabalho, nada melhor do que apreciar um **bom vinho** acompanhado de queijos finos na varanda de casa.
- E) A família possuía uma coleção de **prata fina**, que havia sido passada de geração em geração, valorizando cada peça pelo seu design delicado.

Comentários:

A frase em que a mudança de posição do adjetivo modifica o sentido do texto é a alternativa:

Carro novo: Refere-se a um carro em perfeito estado, recém-fabricado ou recém-lançado. Sugere que o carro é zero quilômetro ou está em excelente condição.

Novo carro: Refere-se a um carro que não era anteriormente da pessoa, mas agora passou a ser, independentemente de ser novo ou usado. Foca na novidade da aquisição, e não necessariamente na condição do carro.

Gabarito: B

33. Assinale a única alternativa em que o verbo pode assumir uma outra flexão.

- A) Cerca de 50 pessoas saíram correndo após a explosão.
- B) Parte da turma viajou com os novos instrutores.
- C) Um dos guardas resolveu autuar este carro.
- D) Esse atleta é dos que assinaram contrato ontem.
- E) Haverá quantos anos que ele não vem.

Comentários:

Na frase "Esse atleta é dos que assinaram contrato ontem", há uma concordância que pode ocorrer de duas formas. A escolha entre "um dos que assinaram" e "um dos que assinou" é facultativa. Isso ocorre sempre que o sujeito de um verbo é representado pela estrutura 'um dos que'.

Gabarito: D

34. Assinale a única opção em que a preposição 'com' apresenta valor causal

- A) Ela saiu de casa com um sorriso no rosto.
- B) Eu fui ao cinema com meus amigos ontem à noite.
- C) Ele preparou o jantar com muito carinho e atenção.
- D) Com tanto barulho, não consegui me concentrar no trabalho.
- E) As crianças brincavam com os brinquedos novos no parque.

Comentários:

O "com" tem valor de causa, indicando que o motivo de não conseguir se concentrar foi o barulho: "Com tanto barulho, não consegui me concentrar no trabalho."

As outras frases usam "com" para indicar companhia, modo ou meio.

Gabarito: D

35. Os adjetivos no português podem indicar qualidades, características, estados e relações. Assinale a única alternativa em que o adjetivo indique característica.

- A) O pôr do sol tingia o céu com cores **quentes**, deixando a paisagem serena e os pássaros voando calmamente para seus ninhos.
- B) Quando o avião pousou, o passageiro sentiu-se finalmente **aliviado**, deixando para trás uma longa viagem repleta de turbulências e atrasos.
- C) Na biblioteca, o ar estava **silencioso**, interrompido apenas pelo som ocasional das páginas viradas por leitores concentrados.
- D) O ambiente do escritório tornou-se **tenso** depois que o chefe anunciou a possibilidade de cortes de pessoal para os próximos meses.
- E) O aluno **enfermo** foi atendimento prontamente pela equipe de resgate.

Comentários:

O único adjetivo que expressa uma característica está presente na letra A. As cores são quentes. Ser quente é uma característica delas. Em todas as outras opções, os adjetivos expressam estado.

Gabarito: A

36. Assinale a única opção em que a vírgula seja portadora de significado, representando outro vocábulo.

- A) Os alunos, animados com a excursão, mal podiam esperar para explorar o museu.
- B) Ela adorava cozinhar receitas novas, experimentar novos sabores e surpreender seus convidados.
- C) O diretor apresentou os novos funcionários da empresa: João, engenheiro; Carla, designer; Ana, gerente de projetos.
- D) Durante a festa, todos dançaram, cantaram e se divertiram como nunca.
- E) O pôr do sol tingia o céu de laranja, rosa e roxo, cores que anunciavam o fim de mais um dia.

Comentários:

As vírgulas servem para substituir o verbo "ser":

"O diretor apresentou os novos funcionários da empresa: João é engenheiro; Carla é designer; Ana é gerente de projetos."

Incorretas as alternativas A, B, D, E. Nessas alternativas, as frases utilizam vírgulas para separar elementos da frase, como expressões explicativas, listas de ações, ou termos coordenados.

Gabarito: C

37. Assinale a única alternativa em que a eventual flexão no plural do elemento sublinhado vai influenciar a flexão do elemento em negrito.

- A) Os alunos vieram todos de uniforme **rosa**, comemorando o Dia da Amizade na escola.
- B) Todos ficaram surpresos com a notícia, especialmente porque ninguém sabia **ainda** o que estava acontecendo.
- C) Marta insistiu para que o documento fosse **entregue** amanhã, sem falta, para evitar atrasos no projeto.
- D) Apesar de todos os esforços, o problema **sempre** volta a aparecer nos momentos mais inesperados.
- E) Eles decidiram se encontrar na cafeteria **depois**, para continuar a discussão sobre o novo projeto.

Comentários:

A flexão de 'documento' no plural influenciará a flexão do verbo no particípio 'entregue'. Os dois precisam concordar em número.

Gabarito: C

38. Assinale a alternativa em que o acento de crase tenha acontecido por um motivo diferente dos demais.

- A) Maria dedicou-se à leitura de poesias românticas.
- B) Ele se dirigiu à estação de trem para pegar o próximo trem.
- C) A professora explicou a matéria à turma com muita paciência.
- D) Estou ansioso à espera das férias de verão.
- E) O artista apresentou sua obra à crítica com grande expectativa.

Comentários:

O acento de crase da letra D ocorreu pelo fato de haver uma expressão feminina, chamada de LOCUÇÃO: à espera de.

Incorretas as alternativas A, B, C e E. Em todas, houve fusão de preposição, exigida por alguém, com artigo.

Gabarito: D

39. Assinale a única opção em que a sequência narrativa se dá sem qualquer tipo de interrupção.

- A) Marta acordou cedo, preparou o café e saiu para uma corrida, como de costume. Ao passar pela praça, encontrou uma amiga e parou para conversar. Depois de alguns minutos, despediu-se e continuou sua corrida matinal.
- B) Pedro estava concentrado em seu trabalho quando, de repente, ouviu um barulho estranho vindo da cozinha. Que barulho esquisito! Ele levantou-se rapidamente para ver o que era. Um gato havia entrado pela janela e derrubado alguns pratos.
- C) Clara arrumou suas malas, entrou no carro e dirigiu até o aeroporto. A viagem seria longa e bastante longe e ela certamente conheceria muitos lugares, mas ela estava animada para visitar sua família. No caminho, lembrou-se de uma promessa que havia feito anos atrás e sorriu.
- D) João colocou seu uniforme, pegou a mochila e saiu correndo para a escola. Ele estava ansioso para o primeiro dia de aula. Ele já não aguentava mais ficar longe dos amigos. No meio do caminho, porém, encontrou uma velha amiga de infância que não via há anos.
- E) Lucas acordou tarde, tomou um banho rápido e saiu apressado para o trabalho. O trânsito estava ruim, mas ele conseguiu chegar a tempo para a reunião importante. A apresentação correu bem, e ele foi elogiado pelos chefes.

Comentários:

Correta a alternativa E. A única opção em que a sequência narrativa se dá sem qualquer tipo de interrupção.

“Lucas acordou tarde, tomou um banho rápido e saiu apressado para o trabalho.” O trânsito estava ruim, mas ele conseguiu chegar a tempo para a reunião importante. A apresentação correu bem, e ele foi elogiado pelos chefes. Nesse trecho, os eventos são narrados de forma linear e contínua, sem desvios ou interrupções na sequência das ações. As outras opções incluem interrupções, como encontros inesperados, lembranças do passado ou reflexões que quebram a sequência narrativa principal.

Incorreta a alternativa A. Interrupção: Marta encontra uma amiga e para para conversar, interrompendo a sequência da corrida que estava fazendo.

Incorreta a alternativa B. Interrupção: Enquanto Pedro está trabalhando, um barulho estranho interrompe sua concentração. Além disso, a interjeição "Que barulho esquisito!" representa uma reflexão interna de Pedro, também servindo como uma pausa na narrativa.

Incorreta a alternativa C. Interrupção: A frase "A viagem seria longa e bastante longe e ela certamente conheceria muitos lugares, mas ela estava animada para visitar sua família." é uma reflexão que interrompe a ação contínua da narrativa. Além disso, a lembrança de uma promessa feita anos atrás e o ato de sorrir também interrompem a sequência dos eventos.

Incorreta a alternativa D. Interrupção: O encontro inesperado com uma velha amiga de infância interrompe a sequência da ida à escola. A frase "Ele já não aguentava mais ficar longe dos amigos." também serve como uma pausa reflexiva na narrativa, destacando seus sentimentos.

Em cada uma dessas opções, as interrupções são causadas por eventos inesperados, reflexões, ou encontros que quebram a continuidade da ação principal.

Gabarito: E

40. Assinale a única alternativa em que a descrição feita tenha sido totalmente objetiva, sem marcas de subjetividade.

- A) O escritório é espaçoso, com paredes brancas e janelas grandes que permitem a entrada de muita luz natural. Há uma mesa de trabalho de madeira clara, organizada com um computador, cadernos e uma caneta. Ao lado, uma estante de livros ocupa a parede, dividida em seções por temas. O chão é de madeira laminada, e uma cadeira ergonômica preta está posicionada em frente à mesa.
- B) O escritório tem uma atmosfera tranquila, quase serena. A luz suave que entra pelas janelas parece acariciar as paredes brancas, enquanto a mesa de madeira clara exala uma sensação de ordem e simplicidade. Os livros na estante, meticulosamente organizados, parecem esperar pacientemente para revelar seus segredos. Cada detalhe do ambiente convida à concentração e à criatividade, fazendo do espaço um refúgio intelectual.
- C) Aquela pequena cozinha era o coração da casa, um lugar onde os aromas e sabores se misturavam com as lembranças da infância. As paredes, pintadas em um tom acolhedor de amarelo, pareciam irradiar calor. O fogão, com marcas de uso frequente, contava histórias de refeições preparadas com amor. As panelas penduradas, brilhantes e bem cuidadas, eram como instrumentos musicais esperando para tocar a próxima sinfonia culinária.
- D) O jardim em frente à casa parecia saído de um conto de fadas. As flores, em uma profusão de cores vibrantes, dançavam suavemente ao vento. A grama, de um verde intenso, parecia um tapete convidativo para descalçar os pés e sentir a natureza. As árvores, com seus galhos graciosamente estendidos, ofereciam sombra e um abrigo acolhedor para os pássaros que ali cantavam melodias alegres.
- E) A sala de estar tinha um charme peculiar, com suas poltronas antigas e a lareira de tijolos vermelhos que sempre parecia pronta para aquecer as noites frias. As cortinas de veludo pesado, de um tom bordô, traziam uma sensação de aconchego e mistério. O velho relógio de pêndulo, com seu tic-tac constante, dava à sala um ar de história viva, como se cada momento ali fosse guardado com carinho pelo tempo.

Comentários:

A única alternativa em que a descrição feita é totalmente objetiva, sem marcas de subjetividade. O texto descreve o ambiente do escritório de maneira factual e detalhada, sem expressar emoções, sensações ou opiniões pessoais. As demais alternativas incluem elementos de subjetividade, transmitindo emoções, sensações e percepções pessoais do autor sobre os ambientes descritos.

Gabarito: A

41. Todas as frases a seguir mostram um adjetivo sublinhado; a frase em que esse adjetivo tem valor de qualidade é:

- A) a paz mundial dificilmente será alcançada.
- B) o plano eficiente já está dando resultados.
- C) meus avós maternos são mais próximos a mim.
- D) o processo judicial por padrão é lento.
- E) nunca houve uma experiência comunista na prática.

Comentários:

“Mundial”, “maternos”, “judicial” e “comunista” são adjetivos de relação, não expressando qualquer valor de qualidade.

O adjetivo que qualifica é “eficiente”, resultado de um julgamento de valor.

Portanto, a letra B é a alternativa correta.

Gabarito: B

42. Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

A alternativa que mostra uma forma INADEQUADA de particípio é:

- A) entregar / entregue e entregue.
- B) morrer / morrido e morto.
- C) eleger / elegido e eleito.
- D) suspender / suspenso e suspenso.
- E) trazer / trago e trazido.

Comentários:

“Trago” só existe enquanto 1ª pessoa do singular no presente do indicativo do verbo TRAZER (“eu trago”).

O único particípio existente para esse verbo é TRAZIDO.

Gabarito: D

43. A frase a seguir em que houve ERRO no emprego da forma “há”, em lugar de “a”, é:

- A) há solução para os conflitos armados.
- B) há cerca de dez candidatos para a vaga de emprego.
- C) meus pais moram há cerca de 150 quilômetros daqui.
- D) há poucos jovens morando nessa cidade.
- E) não há paz sem diálogo.

Comentários:

O erro está apenas na alternativa C. Em vez de “há cerca de 150 quilômetros”, o correto seria “a cerca de 150 quilômetros”.

A expressão “a cerca de” expressa valor aproximado, o mesmo que “por volta de”.

Gabarito: C

44. Assinale a frase a seguir em que o vocábulo MELHOR exemplifica uma classe gramatical diferente das demais ocorrências.

- A) A melhor companhia é aquela que te permite ficar em silêncio.
- B) Os amigos são os melhores espelhos.
- C) O melhor tempo é aquele que você reserva para você.
- D) Pensa-se melhor quando se pensa em silêncio.
- E) Ele tinha o melhor professor.

Comentários:

- A - Foi empregado como adjetivo.
- B - Foi empregado como adjetivo.
- C - Foi empregado como adjetivo.
- D - Foi empregado como advérbio.
- E - Foi empregado como adjetivo.

Gabarito: D

45. A frase a seguir que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- A) viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- B) numa manhã, louca; na outra, prudente.
- C) inesquecível a minha infância.
- D) os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento.
- E) as oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais.

Comentários:

A - Elipse do termo “viver a vida”.

B - Elipse do verbo “ser”.

C - Elipse do verbo “ser”.

D - Sem qualquer supressão.

E - Supressão do termo “oportunidades”.

Gabarito: D

46. A frase a seguir em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- A) eu como pouco e é graças a isso que não engordo.
- B) a história é essa: todos chegaram a uma festa que não existia.
- C) mês passado passou muito rápido; aquele mês foi repleto de compromissos.
- D) João, Maria e José são felizes; aquele é arquiteto, esta é *designer* e esse é engenheiro.
- E) educação: esta é a solução.

Comentários:

A) Alternativa correta. “Isso” foi empregado como elemento anafórico, retomando a informação “eu como pouco”.

B) Incorreta. Deveria ser ESTA (elemento catafórico: antecipando o que vem depois dos dois-pontos).

C) Incorreta. “O mês que passou” é passado recente; “aquele” só deve ser empregado para um passado remoto, distante.

D) Incorreta. Não é possível retomar três referentes distintos com o uso de pronomes. Apenas é possível quando há dois referentes: o último a ser citado é retomado por ESTE (e suas variações) e o primeiro é retomado por AQUELE (e suas variações).

E) Incorreta. Deveria ser ESSA (elemento anafórico que retoma EDUCAÇÃO).

Gabarito: A

47. Assinale a alternativa em que a partícula SE apresente uma função diferente das demais.

- A) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- B) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- C) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- D) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- E) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

Comentários:

A questão, em outras palavras, quer que seja assinalada a alternativa em que o SE não atue como indeterminador do sujeito. Para ser um indeterminador, a partícula SE precisa estar ligada a um verbo (transitivo indireto ou intransitivo) na 3ª pessoa do singular.

Apenas na alternativa B, o SE não funciona como índice de indeterminação, mas, sim, como partícula apassivadora. O sujeito paciente é "o maior festival gastronômico da história do país". "Fazer" é um verbo transitivo direto: fez-se algo = algo foi feito.

Em todas as outras alternativas, a partícula SE atua como indeterminador do sujeito, o que torna as frases impessoais (sem atribuição de um ser específico que pratique as ações expressas pelo verbo).

Gabarito: B

48. “Encontre o seu caminho e faça o bem”. Essa frase exemplifica a seguinte função da linguagem:

- A) metalinguística.
- B) conativa.
- C) referencial.
- D) poética.
- E) fática.

Comentários:

Na função conativa (também chamada de apelativa), marcada pelo interesse maior voltado para o receptor da mensagem (com objetivo de convencimento). Como bem exemplifica a frase no enunciado, o uso de verbos no modo imperativo ("encontre" / "faça") é a marca linguística de textos com essa função.

Gabarito: B

49. Assinale a opção em que a forma de adjetivação está identificada inadequadamente.

- A) Construíram em 8 meses aquele prédio alto. / adjetivo.
- B) O planejamento do ano deve estar pronto na próxima semana. / locução.
- C) A obra que recomendamos deve ser utilizada. / oração adjetiva.
- D) Para aquele menino, seu pai era um super-herói / substantivo composto.
- E) A temporada de chuvas deve começar na próxima semana. / adjetivo.

Comentários:

- A - O substantivo “prédio” é modificado pelo adjetivo “alto”.
- B - O substantivo planejamento é modificado pela locução adjetiva “do ano”.
- C - O substantivo “obra” é modificado pela oração adjetiva “que recomendamos”.
- D - O substantivo “pai” é modificado pelo substantivo composto “super-herói”.
- E - O substantivo “temporada” é modificado pela locução adjetiva “de chuvas”.

Gabarito: E

50. O vocábulo “SE” não está envolvido em construção de voz passiva na alternativa:

- A) o medo é o lugar onde se questiona a capacidade de crescer.
- B) construíram-se sonhos no caminho.
- C) nunca se acredita na capacidade da humanidade.
- D) fez-se, na última década, um movimento ambientalista.
- E) para além do desejo, ama-se o bom.

Comentários:

A voz passiva pronominal é formada por um verbo transitivo direto e o acréscimo da partícula apassivadora SE. Apenas a letra C não apresenta essa construção, pois o verbo “acreditar” é transitivo indireto. Temos, então, nessa alternativa, uma estratégia de indeterminação do sujeito.

Gabarito: C**Texto 01:**

O mundo contemporâneo enfrenta desafios sociais, econômicos e ambientais cada vez mais complexos. A globalização, embora tenha contribuído para o desenvolvimento econômico e para a ampliação de oportunidades, também intensificou a competição e as desigualdades. Diante disso, é preciso que as sociedades repensem seus modelos de desenvolvimento e que governos, empresas e indivíduos atuem de forma colaborativa. A responsabilidade é de todos, e somente com um esforço conjunto será possível construir um futuro sustentável e justo.

Adaptado de < <https://www.unicep.edu.br/> >

51. A principal ideia do texto é:

- A) a globalização tem efeito apenas positivo no desenvolvimento econômico.
- B) a globalização diminuiu as desigualdades sociais no mundo.
- C) o desenvolvimento sustentável depende da colaboração entre diferentes setores.
- D) a responsabilidade pelo futuro é exclusiva dos governos.
- E) o futuro sustentável já foi alcançado em algumas sociedades.

Comentário:

Note que o texto enfatiza que o desenvolvimento sustentável depende de uma colaboração entre governos, empresas e indivíduos, sugerindo que somente o esforço conjunto tornará possível a construção de um futuro justo e sustentável. O trecho a seguir traz exatamente esse posicionamento:

“Diante disso, é preciso que as sociedades repensem seus modelos de desenvolvimento e que governos, empresas e indivíduos atuem de forma colaborativa”.

Portanto, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

52. Ao afirmar que "a responsabilidade é de todos", o autor sugere que:

- A) apenas o governo deve agir para promover a sustentabilidade.
- B) somente as empresas têm o dever de contribuir com o desenvolvimento sustentável.
- C) todos os setores da sociedade devem atuar para enfrentar os desafios.
- D) a população tem um papel menor na construção de um futuro sustentável.
- E) o papel das empresas é secundário.

Comentário:

A frase de impacto destaca que a responsabilidade pela sustentabilidade é compartilhada entre todos os setores da sociedade, não restringindo o papel a um único grupo.

Portanto, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

53. A partir da leitura do texto, é possível deduzir que o autor:

- A) é contrário à globalização e a seus efeitos.
- B) considera que as soluções para o futuro são individuais.
- C) defende a colaboração como meio para enfrentar desafios globais.
- D) julga desnecessária a atuação das empresas no desenvolvimento sustentável.
- E) acredita que os desafios ambientais são menos urgentes.

Comentário:

Note que o texto deixa claro que o autor acredita na colaboração entre diferentes setores como uma necessidade para lidar com os desafios da globalização. Trechos como “cada vez mais complexos”, “também intensificou a competição”, “futuro sustentável e justo” corroboram com o posicionamento do autor.

Portanto, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

54. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta.

- A) Houveram debates intensos sobre o tema.
- B) Não se trata de alternativas simples.
- C) Fazem dois anos que o projeto começou.
- D) Existem uma possibilidade para o caso.
- E) Necessitam-se de cuidados especiais.

Comentário:

Vejamos as alternativas:

A) ERRADA. O verbo "haver" no sentido de "existir" é impessoal e deve ser flexionado na 3ª pessoa do singular.

B) CERTA. O verbo "tratar" concorda com o sujeito "alternativas", que está no plural. "Não se trata de alternativas simples" está correto.

C) ERRADA. "Faz" é verbo impessoal, devendo ser flexionado na 3ª pessoa do singular.

D) ERRADA. O correto seria "existe uma possibilidade".

E) ERRADA. O correto seria "necessita-se de cuidados", pois o verbo transitivo indireto não flexiona, independentemente de o complemento estar no singular ou plural.

Portanto, o gabarito é a letra B.

Gabarito: B

55. Assinale a frase em que a regência verbal fere a norma culta.

- A) A empresa visa ao crescimento sustentável.
- B) O autor aspira a uma sociedade justa.
- C) Ele não assistiu ao evento.
- D) A comunidade quer mais acesso aos recursos.
- E) O governo perdoou aos infratores.

Comentário:

Cuidado!! Você deve procurar pela alternativa errada. E a única que está em desacordo com as normas gramaticais é a letra E: "perdoar" é verbo transitivo direto, portanto o correto seria "o governo perdoou os infratores". Portanto, o gabarito é a letra E.

Gabarito: E**56. Existe um abismo entre norma e uso quanto se trata de colocação pronominal. Isso acontece porque ela não é normalmente empregada de forma correta na linguagem verbal, mas algumas normas devem ser obedecidas, principalmente, na linguagem escrita.**

Com base no texto acima, em que alternativa a colocação pronominal está correta?

- A) Se realizará a reunião amanhã.
- B) Me empreste seu livro, por favor.
- C) Contar-te-ei o que aconteceu.
- D) Não ajude-nos nesse projeto.
- E) Este é o projeto que entregarei-te.

Comentário:

Vejamos as alternativas:

- A) ERRADA.** Não se inicia frase com pronome oblíquo. O correto seria “realizar-se-á”.
- B) ERRADA.** Não se inicia frase com pronome oblíquo. O correto seria “empreste-me”.
- C) CERTA.**
- D) ERRADA.** Advérbios são palavras atrativas. O correto seria “não nos ajude”.
- E) ERRADA.** A palavra “que” é atrativa. O correto seria “que te entregarei”.
- Portanto, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

Texto 02

A rápida adaptação ao uso de ferramentas de tecnologia da informação mostrou-se como oportunidade ímpar para avançar em diversas frentes: na interação rápida entre os atores envolvidos; no compartilhamento de grande volume de dados; no encurtamento das distâncias.

57. O Texto 02 é parte de uma entrevista. A opção em que a afirmativa está correta é:

- A)** em lugar de “mostrou-se”, deveria estar “é mostrado”.
- B)** “ímpar” deveria ser substituído por “diferente”.
- C)** os dois pontos deveriam ser substituídos por vírgula.
- D)** o termo “ao uso de ferramentas de tecnologia da informação” poderia estar intercalado por vírgulas.
- E)** o ponto e vírgula antes de “no compartilhamento” poderia ser substituído por vírgula e, antes de “no encurtamento”, poderia ser trocado por “e”.

Comentário:

Vejamos as alternativas: em A, a substituição não é válida, visto que “mostrou-se” está flexionado no pretérito, e “é mostrado”, no presente. Além disso, a concordância de “mostrado” está errada: deveria ser “mostrada”; no contexto do texto, não é possível a alteração proposta em B, pois os termos não são sinônimos; em C, a substituição de dois pontos por vírgula é possível, mas não é obrigatória, ou seja, os dois pontos “poderiam ser substituídos”, não “deveriam ser substituídos”; o uso das vírgulas proposto em D não é possível, pois “ao uso de ferramentas de tecnologia da informação” é complemento de “adaptação”. Por fim, em E, a proposta de substituição do ponto e vírgula por vírgula e conectivo “e” é válida, pois a exemplificação não necessariamente deve ser separada por ponto e vírgula.

Gabarito: E

58. A partir do Texto 02, pode-se concluir que:

- A) houve evolução nas ferramentas de tecnologia da informação, o que permitiu o maior contato entre pessoas.
- B) a oportunidade do uso de tecnologia da informação não é substancial.
- C) adaptar-se à tecnologia da informação permitiu uma ampliação e maior facilidade no trabalho.
- D) por mais que a tecnologia da informação tenha contribuído, ainda há outras oportunidades fora desse âmbito.
- E) é possível relacionar tecnologia da informação à melhoria na qualidade do trabalho.

Comentário:

Vejamos as alternativas: A, D e E são extrapolações ao texto, pois não é possível afirmar o que elas trazem; em B, houve uma oposição ao que o texto traz (ser “ímpar” é ser, inclusive, “substancial”). Assim, nosso gabarito é a letra C: as informações de adaptação rápida à tecnologia da informação e de melhoria em diversas frentes são trazidas na alternativa.

Gabarito: C**59. Na sala de um CEO, há as seguintes palavras: “você deve ir tão longe quanto sua mente permitir”. Deduz-se dessa frase que:**

- A) a mente controla o corpo.
- B) os pensamentos impulsionam as ações.
- C) a distância percorrida tem a ver com o pensamento.
- D) o corpo segue os desejos da mente.
- E) seria conveniente que todos pensássemos positivamente.

Comentário:

Vejamos as alternativas: em A, por mais que haja uma relação entre “mente” e “corpo” na frase original, não podemos deduzir esse controle; C refere-se à “distância percorrida”, mas tal relação não compõe o original; em

D, por mais que haja uma relação entre “mente” e “corpo” na frase original, não podemos deduzir a relação de dominância; em E, a frase original não dá abertura a tal interpretação, o que extrapola o original. Portanto, nosso gabarito é a letra B.

Gabarito: B

60. *Pode ser que qualquer outra mulher tivesse igual palavra; poucas lhe dariam uma expressão tão cândida, não de propósito, mas involuntariamente.*

Um texto, em sua escritura, omite uma série de palavras; a opção em que o emprego de palavras ou informações omitidas (entre parênteses) estaria perfeitamente adequado ao texto é:

- A) poucas (mulheres) lhe dariam.
- B) expressão tão cândida (expressão).
- C) (outra mulher) pode.
- D) poucas lhe dariam (palavras).
- E) não de propósito (expressão).

Comentário:

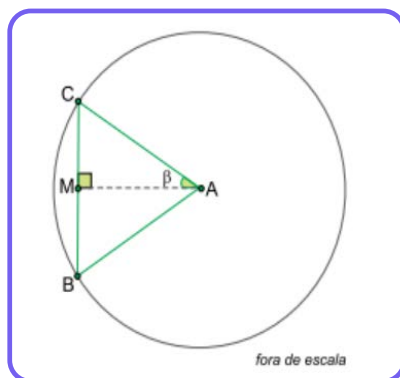
Note que, em B, há apenas uma repetição de “expressão”. Em C, D e E, as palavras entre parênteses não são os referentes dos respectivos trechos. Já em A, por mais que o referente tenha sido omitido, pela leitura do trecho, podemos entender que são “poucas mulheres” que dariam expressão tão cândida. Não é necessário que “mulheres” esteja explícito, mas sua presença não constitui erro.

Portanto, o gabarito é a letra A.

Gabarito: A

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO

01. Sobre uma circunferência de centro A e raio 10 cm estão os vértices B e C de um triângulo ABC. O ponto M é médio do lado BC e $\beta = \widehat{MAC}$, conforme mostra a figura.



Sabendo que $\sin \beta + \cos \beta = 1,2$, a área do triângulo ABC é:

- A) 16 cm^2 .
- B) 18 cm^2 .
- C) 20 cm^2 .
- D) 22 cm^2 .
- E) 24 cm^2 .

Comentários:

$\sin \beta + \cos \beta = 1,2$, elevando os dois membros ao quadrado, teremos:

$$(\sin \beta + \cos \beta)^2 = 1,2^2,$$

$$\sin^2 \beta + 2 \sin \beta \cos \beta + \cos^2 \beta = 1,44$$

Lembremos que:

$$\sin^2 \beta + \cos^2 \beta = 1 \text{ e que } 2 \sin \beta \cos \beta = \sin 2\beta$$

Assim,

$$\sin^2 \beta + 2 \sin \beta \cos \beta + \cos^2 \beta = 1,44$$

$$1 + \sin 2\beta = 1,44$$

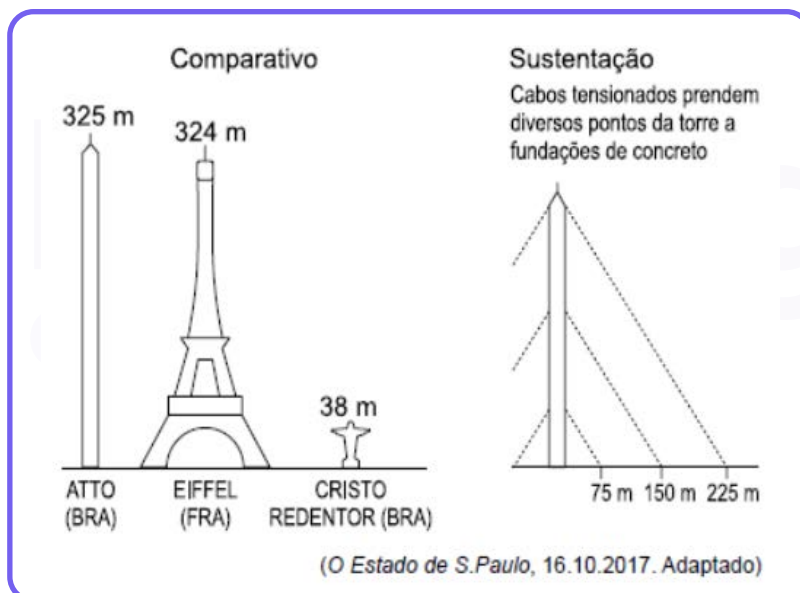
$$\sin 2\beta = 1,44 - 1$$

$$\sin 2\beta = 0,44.$$

A área de um triângulo pode ser calculada pela relação $S = a \cdot b \cdot \sin k/2$, onde k é o ângulo entre os lados a e b . No triângulo ABC, $AB = AC = \text{raio}$ e o ângulo entre os raios vale 2β . Assim, a área do triângulo será dada por $S = R \cdot R \cdot \sin 2\beta/2 = 10 \cdot 10 \cdot 0,44/2 = 22 \text{ cm}^2$

Gabarito: D

02. Inaugurado em agosto de 2015, o Observatório da Torre Alta da Amazônia (Atto, em inglês) é um projeto binacional Brasil-Alemanha que busca entender o papel da Amazônia no clima do planeta e os efeitos das mudanças climáticas no funcionamento da floresta. Construída numa região de mata preservada, dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, a torre Atto tem 325 m de altura e é a maior estrutura de pesquisa desse tipo em florestas tropicais no mundo.



Considere a torre posicionada perpendicularmente ao solo e admita que o cabo tensionado fixado no solo a uma distância de 75 m da base da torre esteja preso à torre em um determinado ponto, cuja altura, em relação ao solo, seja igual a 100 m. Nesse caso, o comprimento desse cabo é igual a:

- A) 120 m.
- B) 125 m.
- C) 130 m.
- D) 140 m.
- E) 150 m.

Comentários:

Em primeiro lugar, recomendo fortemente que você assista à solução em vídeo dessa questão. Ela possui um forte apelo visual.

O cabo, a distância horizontal de 75m e a altura de 100m formam um triângulo retângulo.

Utilizaremos, portanto, o TEOREMA DE PITÁGORAS.

Chamaremos o tamanho do cabo de x e ele representa a hipotenusa.

Assim,

$$X^2 = 100^2 + 75^2,$$

$$X^2 = 10000 + 5625,$$

$$X^2 = 15625,$$

$$X = \sqrt{15625},$$

$$X = 125 \text{ m.}$$

Gabarito: B



Estratégia
Concursos

03. Um crime foi cometido por um atirador. Investigações a respeito desse crime concluíram que ele foi consumado com arma de fogo e que o atirador (que estava em um ponto A) atingiu diretamente duas pessoas que estavam nos pontos B e C. A perícia mediu as distâncias: $AC = 60$ m, $AB = 40$ m e $BC = 53$ m.

A medida do ângulo formado pelas duas direções nas quais o atirador disparou os tiros é mais próxima de

- A) 30° .
- B) 45° .
- C) 60° .
- D) 75° .
- E) 90° .

Comentários:

Utilizando-se a lei dos cossenos, temos que:

$$BC^2 = AB^2 + AC^2 - 2 \cdot (AB) (AC) \cos \hat{A},$$

$$53^2 = 60^2 + 40^2 - 2 \cdot 60 \cdot 40 \cos \hat{A}$$

$$4800 \cos \hat{A} = 3600 + 1600 - 2809,$$

$$\cos \hat{A} = 2391/4800$$

$$\cos \hat{A} = 0,498125.$$

Ou seja, aproximadamente 0,5.

Qual é o ângulo cujo cosseno vale 0,5? É o ângulo de 60° .

Gabarito: C

04. Foi pedido a três meninas que anotassem em um papel um número inteiro maior do que zero. Mônica anotou um número menor do que 8, Lara anotou um número menor do que 7 e Sônia anotou um número menor do que 9. O número de possibilidades para o resultado da soma dos números anotados por essas três meninas é:

- A) 19.
- B) 18.
- C) 72.
- D) 124.
- E) 360.

Comentários:

Mônica escreveu um número de 1 até 7. Lara escreveu um número de 1 até 6 e Sônia escreveu um número de 1 até 8.

Portanto, o menor valor para a soma dos três números é $1 + 1 + 1 = 3$ e o maior valor possível da soma das três é $6 + 7 + 8 = 21$.

Assim, a soma varia entre 3 até 21. Portanto, há 19 possibilidades.

Gabarito: A

05. Uma papelaria adquiriu um determinado número de folhas de papel A4, embaladas em pacotes de mesma quantidade para facilitar a sua distribuição entre os diversos setores. O material deverá ser entregue pelo vendedor acondicionado em caixas, sem que haja sobras. Se o vendedor colocar 25 pacotes por caixa, usará 16 caixas a mais do que se colocar 30 pacotes por caixa. Calcule o número total de pacotes adquiridos:

- A) 2200.
- B) 2000.
- C) 1800.
- D) 2400.
- E) 2500.

Comentários:

Se ele colocar 30 pacotes por caixa, diremos que usará x caixas; entretanto, se utilizar 25 pacotes por caixa, utilizará $(x + 16)$ caixas.

Assim,

$$30x = 25(x + 16),$$

$$30x = 25x + 400,$$

$$30x - 25x = 400,$$

$$5x = 400,$$

$$x = 400/5$$

$$x = 80 \text{ caixas.}$$

Portanto, o total de pacotes será igual a $30x = 30 \cdot 80 = 2400$ pacotes.

Gabarito: D

06. A coordenadora Dani do Estratégia Concursos recebe a incumbência de enviar pelos Correios x camisas para alunos do Estratégia. Ela percebe que x é maior que 150 e menor que 200. Separando as camisas em grupo de 7 camisas, ela percebeu que sobravam 3 camisas e, separando em grupos de 12 camisas, também sobravam 3 camisas. Portanto, a soma dos algarismos de x é igual a:

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.
- E) 10.

Comentários:

Vamos esquecer momentaneamente as três camisas que sobram. Caso não houvesse sobras, a quantidade de camisas seria um múltiplo de 7 e de 12, ou seja, poderíamos começar investigando tirando o MMC entre 7 e 12. $M.M.C. (7,12) = 84$ (o cálculo está no vídeo).

Como a quantidade de camisas está entre 150 e 200, a resposta não está próxima de 84. Procuremos, portanto, um múltiplo de 84 que esteja entre 150 e 200.

$2 \cdot 84 = 168$. Lembrando que há 3 camisas sobrando:

$$x = 168 + 3 = 171.$$

Portanto, a soma dos algarismos de x é igual a $1 + 7 + 1 = 9$.

Gabarito: D

07. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a:

- A) R\$ 5.800,00.
- B) R\$ 6.000,00.
- C) R\$ 6.400,00.
- D) R\$ 6.500,00.
- E) R\$ 6.800,00.

Comentários:

O valor da amortização é igual ao valor do penúltimo saldo devedor (lembramos que o valor do último saldo devedor é igual a zero). Chamemos o valor da amortização de X. Se o valor do penúltimo saldo devedor também é X, então o valor embutido na última parcela de juros será igual a 0,02 X.

Como prestação = amortização + juros, temos que:

$$5100 = X + 0,02 X,$$

$$5100 = 1,02 X,$$

$$\frac{5100}{1,02} = X,$$

$$5000 = X.$$

Assim, a dívida original é igual a $48 \cdot 5000 = 240.000$.

O saldo devedor depois do pagamento da trigésima prestação é igual a:

$$SD(31) = 240.000 - 30 \cdot 5000 = 90.000.$$

Assim, os juros da trigésima primeira parcela serão iguais a:

$$J_{31} = 0,02 \cdot 90.000 = 1800.$$

Portanto, a trigésima primeira prestação será igual a:

$$\text{Prestação} = \text{juros} + \text{amortização},$$

$$\text{Prestação} = 1800 + 5000,$$

$$\text{Prestação} = 6800.$$

Gabarito: E

08. Para quitar uma dívida que apresenta, na data de hoje, o valor de R\$77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a

- A) R\$ 27.000,00.
- B) R\$ 29.160,00.
- C) R\$ 30.326,40.
- D) R\$ 31.492,80.
- E) R\$ 32.659,20.

Comentários:

Inicialmente devemos escolher uma data focal para igualarmos os pagamentos com a dívida. Escolherei a data focal 2. Jogaremos a dívida e os pagamentos para a data focal 2.

Pagamentos = dívida,

$$2P + 1,08 P = 77000 \cdot 1,08^2$$

$$3,08 P = 77000 \cdot 1,1664$$

$$3,08 P = 89812,80$$

$$P = 89812,80 / 3,08$$

$$P = 29160.$$

Gabarito: B

09. Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R\$36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:

- A) R\$ 32.640,00.
- B) R\$ 32.520,00.
- C) R\$ 32.820,00.
- D) R\$ 33.600,00.
- E) R\$ 33.940,00.

Comentários:

Sabemos que 40 dias representam $\frac{4}{3}$ do mês comercial. A taxa do desconto bancário foi de 6% a.m. Assim, o desconto bancário percentual será no total igual a $6\% \cdot (\frac{4}{3}) = 8\%$.

O IOF em 40 dias será igual a $(3\%/360 \cdot 40) = 1\%/3$

Portanto, o desconto total será igual a $8\% + 1\% + 2\%/3 = 28\%/3 = 28/300$.

Assim, o desconto será igual a $D = 36000 \times (28/300) = 3.360$

Assim, o valor descontado será igual a $36.000 - 3.360 = 32.640$.

Gabarito: A

10. Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m.

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado: $1,07^5 = 1,4$ $1,07^6 = 1,5$

- A) R\$ 6.000,00.
- B) R\$ 6.025,00.
- C) R\$ 6.125,00.
- D) R\$ 6.175,00.
- E) R\$ 6.250,00.

Comentários:

No sistema Price, a prestação é constante e o valor dela é calculado através da relação: $A = P \frac{F^n - 1}{i F^n}$

Onde $F = 1 + i$

$$30000 = P \frac{1,07^6 - 1}{0,07 \cdot 1,07^6}$$

$$30000 = P \frac{1,5 - 1}{0,07 \cdot 1,5}$$

$$30000 = P \cdot \frac{1}{0,21}$$

$$30000 \cdot 0,21 = P$$

$$6300 = P$$

Essa é a prestação pelo sistema Price.

No SAC, a amortização é constante e vale $A_m = 30000/6 = 5000$.

O saldo devedor da terceira parcela é igual a: $30000 - 3 \cdot 5000 = 15000$.

Os juros da terceira parcela são 7% de $15000 = 1050$.

Como a prestação é a soma dos juros com a amortização, a quarta prestação do SAC será:

$$P = J + Am = 1050 + 5000 = 6050.$$

Logo, a quarta prestação do sistema misto será:

$$P_{\text{misto}} = (6050 + 6300) / 2 = 6175.$$

Gabarito: D

11. Considere que, em uma certa rodovia, durante o período da manhã, foi registrada a passagem de 143 veículos por hora, em média. Se, no período da tarde, nessa mesma rodovia, foi registrada a passagem de, em média, 143 veículos por minuto, então o fluxo de veículos no período considerado sofreu um aumento de:

- A) 59%.
- B) 60%.
- C) 590%.
- D) 660%.
- E) 5900%.

Comentários:

Note que, durante o período da manhã, o fluxo era de **143 veículos por hora**. No período da tarde, o fluxo passou a ser de **143 veículos por minuto**. Em veículos por hora, o fluxo passou a ser:

143 × 60 veículos por hora.

Logo, o aumento percentual procurado é:

$$\begin{aligned} &= \frac{\text{Valor final} - \text{Valor inicial}}{\text{Valor inicial}} \\ &= \frac{143 \cdot 60 - 143}{143} \\ &= \frac{143 \cdot (60 - 1)}{143} \\ &= 60 - 1 \\ &= 59 \\ &= \frac{5.900}{100} \\ &= 5.900\% \end{aligned}$$

Gabarito: E

12. Uma confeitaria precisa distribuir em caixas três tipos de doces: trufas, quindins e brownies. Cada caixa deve ter a maior quantidade possível de doces, e todas as caixas devem conter a mesma quantidade de doces e sempre doces do mesmo tipo. Além disso, nenhum doce deve restar sem que seja alocado em alguma caixa. Sabendo que a confeitaria dispõe de 396 trufas, 540 quindins e 684 brownies, o número de caixas necessárias para cumprir essa tarefa é:

- A) 50
- B) 45
- C) 42
- D) 38
- E) 35

Comentários:

Suponha que o **número de doces em cada caixa seja** .

Temos 396 trufas, 540 quindins e 684 brownies. Como cada caixa deve apresentar apenas um tipo de doce, note que teremos:

$$\frac{396}{x} \text{ caixas com trufas;}$$

$$\frac{540}{x} \text{ caixas com quindins; e}$$

$$\frac{684}{x} \text{ caixas com brownies.}$$

Como o número de caixas com cada tipo de doce deve ser um número inteiro, **deve ser divisor, ao mesmo tempo**, de **396, 540 e 684**.

Além disso, como cada caixa deve conter a maior quantidade possível de doces, **deve ser máximo**. Portanto, **é o máximo divisor comum (MDC) de 396, 540 e 684**.

Primeiramente, vamos decompor **396, 540 e 684** em fatores primos:

$$396 = 2 \cdot 198$$

$$= 2 \cdot 2 \cdot 99$$

$$= 2 \cdot 2 \cdot (9 \cdot 11)$$

$$= 2 \cdot 2 \cdot (3^2 \cdot 11)$$

$$= 2^2 \cdot 3^2 \cdot 11^1$$

$$540 = 54 \cdot 10$$

$$= (2 \cdot 27) \cdot (2 \cdot 5)$$

$$= (2 \cdot 3 \cdot 9) \cdot (2 \cdot 5)$$

$$= (2 \cdot 3 \cdot 3^2) \cdot (2 \cdot 5)$$

$$= 2^2 \cdot 3^3 \cdot 5^1$$

$$684 = 2 \cdot 342$$

$$= 2 \cdot 2 \cdot 171$$

$$= 2 \cdot 2 \cdot 9 \cdot 19$$

$$= 2 \cdot 2 \cdot 3^2 \cdot 19$$

$$= 2^2 \cdot 3^2 \cdot 19^1$$

Devemos selecionar os fatores primos comuns com os menores expoentes e realizar o produto.

$$396 = 2^2 \cdot 3^2 \cdot 11^1$$

$$540 = 2^2 \cdot 3^3 \cdot 5^1$$

$$684 = 2^2 \cdot 3^2 \cdot 19^1$$

$$\text{Logo, } x = \text{MDC}(396; 540; 684) = 2^2 \cdot 3^2 = 36.$$

Portanto, o número de doces por caixa é **x = 36**. Consequentemente, temos:

$$\frac{396}{36} = 11 \text{ caixas com trufas;}$$

$$\frac{540}{36} = 15 \text{ caixas com quindins; e}$$

$$\frac{684}{36} = 19 \text{ caixas com brownies.}$$

Portanto, o total de caixas é:

$$11 + 15 + 19$$

$$= 45$$

Gabarito: B

13. Joaquim, dono de uma padaria, dividiu o valor de R\$ 2.400,00 entre seus três padeiros, Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo, em partes diretamente proporcionais à produtividade do mês de julho. Arnaldo teve 75% da produtividade de Bernaldo, e Cernaldo produziu tanto quanto Arnaldo mais metade do quanto Bernaldo produziu.

Com base nesses dados, o valor que Cernaldo recebeu foi:

- A) R\$ 1.200,00
- B) R\$ 1.100,00
- C) R\$ 1.000,00
- D) R\$ 900,00
- E) R\$ 800,00

Comentários:

Considere que **a produtividade de Bernaldo é** . Vamos escrever a produtividade dos demais padeiros em função dessa produtividade.

Arnaldo teve 75% da produtividade de Bernaldo. Logo, **a produtividade de Arnaldo é $0,75x$** .

Além disso, Cernaldo produziu tanto quanto Arnaldo mais metade do quanto Bernaldo produziu. Logo, **a produtividade de Cernaldo é:**

$$0,75x + \frac{x}{2} = 0,75x + 0,5x = 1,25x$$

Agora que temos a produtividade de todos em termos de uma mesma incógnita, vamos ao problema de divisão em partes proporcionais.

Considere que **Arnaldo recebeu a, Bernaldo recebeu b e Cernaldo recebeu c**. Nesse caso, como o valor recebido é dividido em partes diretamente proporcionais à produtividade, temos:

$$\frac{a}{0,75x} = \frac{b}{x} = \frac{c}{1,25x} = k$$

Além disso, sabemos que a soma das partes deve totalizar **R\$ 2.400**. Logo:

$$a + b + c = 2400$$

Utilizando a propriedade da soma das proporções, temos:

$$\frac{a}{0,75x} = \frac{b}{x} = \frac{c}{1,25x} = \frac{a+b+c}{0,75x+x+1,25x}$$

$$\frac{a}{0,75x} = \frac{b}{x} = \frac{c}{1,25x} = \frac{2400}{3x}$$

$$\frac{a}{0,75x} = \frac{b}{x} = \frac{c}{1,25x} = \frac{800}{x}$$

Queremos obter o valor que Cernaldo recebeu:

$$\frac{c}{1,25x} = \frac{800}{x}$$

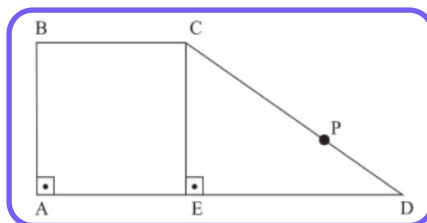
$$\frac{c}{1,25} = \frac{800}{1}$$

$$c = 1,25 \times 800$$

$$c = R\$ 1.000,00$$

Gabarito: C

14. A figura a seguir representa um terreno composto por duas regiões: um quadrado ABCE e um triângulo retângulo CED. Uma pessoa no ponto A deseja chegar no ponto P contornando o terreno por meio de um dos dois seguintes trajetos que apresentam a mesma distância: o trajeto AEDP ou o trajeto ABCP.



Sabendo-se que a área do quadrado ABCE mede 324m^2 e que o segmento CD mede 30m , o segmento DP mede:

- A) 9,5m
- B) 10,0m
- C) 11,0m
- D) 11,5m
- E) 12,0m

Comentários:

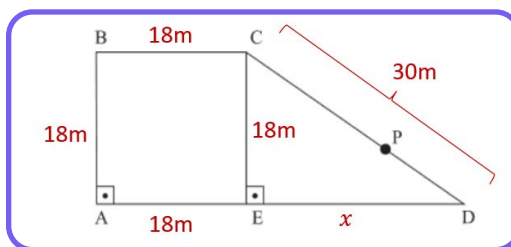
Se o lado do quadrado ABCE medir l , temos que a área do quadrado é dada por l^2 . Logo:

$$l^2 = 324$$

$$l = \sqrt{324}$$

$$l = 18\text{m}$$

A partir dessa nova informação, e considerando que o segmento ED mede x , ficamos com a seguinte representação:



Como o triângulo CED é retângulo, podemos aplicar o Teorema de Pitágoras:

$$30^2 = 18^2 + x^2$$

$$900 = 324 + x^2$$

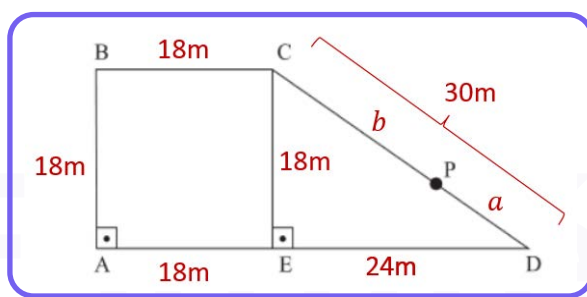
$$x^2 = 900 - 324$$

$$x^2 = 576$$

$$x = \sqrt{576}$$

$$x = 24m$$

Considere que o segmento DP mede a e que o segmento CP mede b . Como $x = 24m$, ficamos com a seguinte representação:



Note que $a + b = 30$.

Segundo o enunciado, os trajetos AEDP e ABCP apresentam a mesma distância. Logo:

$$18 + 18 + b = 18 + 24 + a$$

$$18 + b = 24 + a$$

$$b = 24 - 18 + a$$

$$b = 6 + a$$

Substituindo $b = 6 + a$ na equação $a + b = 30$, temos:

$$a + 6 + a = 30$$

$$2a + 6 = 30$$

$$2a = 30 - 6$$

$$2a = 24$$

$$a = 12m$$

Logo, o segmento DP mede $a = 12m$.

Gabarito: E

15. Pedro e Ana são vereadores da Câmara de Campinas, e suas idades são desconhecidas pelos demais colegas. Sabe-se que a idade de Pedro é divisível por 5, mas não por 10. A idade de Ana é divisível por 2, mas não por 5. Pedro é 3 anos mais velho que Ana e tem menos de 40 anos. Ana ultrapassou os 20 anos. Uma das possibilidades para a soma da idade de Pedro com a de Ana é:

- A) 45 anos.
- B) 47 anos.
- C) 49 anos.
- D) 51 anos.
- E) 53 anos.

Comentários:

Considere que as idades de Pedro e de Ana são p e a , respectivamente.

Segundo o problema, Pedro é 3 anos mais velho do que Ana. Logo:

$$p = a + 3$$

Além disso, Pedro tem menos de 40 anos:

$$p < 40$$

Note que, como Pedro é 3 anos mais velho que Ana, Ana deve ter menos de $40 - 3 = 37$ anos:

$$a + 3 < 40$$

$$a < 40 - 3$$

$$a < 37$$

Além disso, sabemos que Ana ultrapassou os 20 anos. Portanto:

$$20 < a < 37$$

Segundo o problema, **a idade de Ana é divisível por 2, mas não por 5**. Logo, a idade de Ana é par e não pode terminar em 0 ou 5. Ficamos com as seguintes possibilidades de idade para Ana dentro do intervalo:

- 22;
- 24;
- 26;
- 28;
- 32;
- 34; e
- 36.

Como Pedro tem 3 anos a mais, teríamos as seguintes possibilidades para Pedro:

- $22 + 3 = 25$;
- $24 + 3 = 27$;
- $26 + 3 = 29$;
- $28 + 3 = 31$;
- $32 + 3 = 35$;
- $34 + 3 = 37$; e
- $36 + 3 = 39$.

Note, porém, que **a idade de Pedro é divisível por 5, mas não por 10**. Logo, a idade de Pedro deve terminar em 5. Restam as seguintes possibilidades para Pedro:

- $22 + 3 = \mathbf{25}$; e
- $32 + 3 = \mathbf{35}$.

Note que:

- Para a primeira possibilidade restante, Ana teria 22 anos e Pedro 25, de modo que a soma das idades seria $22 + 25 = \mathbf{47 \text{ anos}}$;
- Para a segunda possibilidade restante, Ana teria 32 anos e Pedro 35, de modo que a soma das idades seria $32 + 35 = \mathbf{67 \text{ anos}}$.

Logo, uma das possibilidades para a soma da idade de Pedro com a de Ana é **47 anos**.

Gabarito: B

16. Um estudante do ensino médio disse para a sua mãe que ele havia “tirado dez em três matérias”: 5 pontos em português, 3 pontos em matemática e 2 pontos em física. Seguindo o mesmo raciocínio, considerando as disciplinas de português, matemática e física, o número de maneiras distintas de se “tirar dez em três matérias”, com notas inteiras de zero a dez, sem que a nota seja repetida em duas matérias, é:

- A) 24
- B) 35
- C) 48
- D) 54
- E) 62

Comentários:

Considere que x_1 , x_2 e x_3 são as notas tiradas em português, matemática e física, respectivamente. Queremos obter o número de soluções inteiras não negativas possíveis para a seguinte equação:

$$x_1 + x_2 + x_3 = 10$$

Podemos resolver esse problema com o **auxílio de barras e bolinhas**. As dez bolinhas representam os dez pontos, e as duas barrinhas separam os pontos obtidos em cada matéria.

No exemplo a seguir, representamos a possibilidade de se tirar 4 pontos em português, 5 pontos em matemática e 1 ponto em física:

$$\underbrace{\bullet \bullet \bullet \bullet}_{4 \text{ pts}} \mid \underbrace{\bullet \bullet \bullet \bullet \bullet}_{5 \text{ pts}} \mid \underbrace{\bullet}_{1 \text{ pt}}$$

Veja que, desconsiderando a restrição de que uma nota não pode ser repetida em duas matérias, o número de maneiras de se “tirar dez em três matérias” é o número de maneiras de se permutar os 10 pontos e as 2 barrinhas:

$$\frac{12!}{10! \times 2!} = \frac{12 \times 11 \times 10!}{10! \times 2} = 66$$

Temos 66 maneiras de se distribuir 10 pontos em 3 matérias. Devemos agora remover os casos em que há repetição de pontos em duas matérias. Trata-se dos seguintes casos:

- Repetição da nota 0:
- Repetição da nota 1:
- Repetição da nota 2:
- Repetição da nota 3:
- Repetição da nota 4:
- Repetição da nota 5:

Note que a partir da nota 6 não podemos repetir a nota, pois superariamos o total de 10 pontos. Logo, os casos em que há repetição de pontos em duas matérias são $3 \times 6 = 18$.

Logo, o número de maneiras distintas de se “tirar dez em três matérias”, com notas inteiras de zero a dez, **sem que a nota seja repetida em duas matérias**, é: $66 - 18 = 48$

Gabarito: C

17. Dois dados comuns, numerados de 1 a 6, são lançados simultaneamente. A probabilidade de que saia pelo menos um 5 é igual a:

- A) $1/36$
- B) $1/4$
- C) $11/36$
- D) $1/3$
- E) $7/36$

Comentários:

A probabilidade de que saia **pelo menos um 5** pode ser calculada por meio da **probabilidade do evento complementar**, qual seja, de que nos dois lançamentos não saia o número 5:

P (pelo menos um 5) = 1 - P (não saia o número 5 nos dois lançamentos)

Para que não saia o número 5 nos dois lançamentos, devemos ter:

- A ocorrência dos números 1, 2, 3, 4 ou 6 no **primeiro lançamento**. A probabilidade de isso ocorrer é $\frac{5}{6}$;
- A ocorrência dos números 1, 2, 3, 4 ou 6 no **segundo lançamento**. A probabilidade de isso ocorrer é $\frac{5}{6}$.

Como os dois lançamentos são eventos independentes, a probabilidade de não sair o número 5 nos dois lançamentos é:

$$P(\text{não saia o número 5 nos dois lançamentos}) = \frac{5}{6} \times \frac{5}{6} = \frac{25}{36}$$

Logo, a probabilidade de que saia pelo menos um 5 é igual a:

P (pelo menos um 5) = 1 - P (não saia o número 5 nos dois lançamentos)

$$\begin{aligned} &= 1 - \frac{25}{36} \\ &= \frac{36-25}{36} \\ &= \frac{11}{36} \end{aligned}$$

Gabarito: C

18. Arnaldo aplicou um capital no valor de R\$ 10.000,00, durante 6 meses, a uma taxa de juros nominal de 12% ao ano, com capitalização bimestral. Ele resgatou todo o montante no final do prazo de aplicação e verificou que, se tivesse aplicado este mesmo capital, durante 5 meses, sob o regime de capitalização simples, resgataria, no final desse prazo de aplicação, o mesmo montante resgatado na opção anterior. A taxa anual correspondente à opção pelo regime de capitalização simples é:

- A) 13,64%
- B) 13,81%
- C) 14,36%
- D) 14,69%
- E) 15,16%

Comentários:

Arnaldo aplicou um capital no valor de R\$ 10.000,00 durante 6 meses a uma taxa de juros nominal de **12% ao ano, com capitalização bimestral**.

Inicialmente, devemos converter a taxa nominal em taxa efetiva, tomando por base o período de capitalização (bimestre).

Em 1 ano há 6 bimestres. Logo, a taxa efetiva bimestral é:

$$i_{\text{Efetiva Bimestral}} = \frac{12\%}{6} = 2\%$$

Vamos agora calcular o montante obtido após 6 meses. Como a taxa é bimestral e levando em consideração que em 6 meses temos 3 bimestres, devemos utilizar $T = 3$.

$$M = C \times (1 + i)^t$$

$$M = 10.000 \times (1 + 0,02)^3$$

$$M = 10.000 \times 1,02^3$$

$$M = 10.612,08$$

Se Arnaldo tivesse aplicado os R\$ 10.000,00 durante 5 meses sob o regime de capitalização simples, resgataria, no final desse prazo de aplicação, o mesmo montante resgatado na opção anterior, isto é, R\$ 10.612,08. Portanto, os juros obtidos seriam de:

$$\begin{aligned} J &= M - C \\ &= 10.612,08 - 10.000,00 \\ &= 612,08 \end{aligned}$$

Vamos aplicar a fórmula dos juros em regime simples e **calcular o valor da taxa mensal de juros**.

$$\begin{aligned} J &= C \times i \times t \\ 612,08 &= 10.000 \times i \times 5 \\ i &= \frac{612,08}{50.000} \\ i &= 0,01224 \\ i &= 1,224\% \end{aligned}$$

A questão pergunta pela taxa de juros anual. Em regime de juros simples, as taxas são proporcionais. Logo, a taxa anual será 12 vezes a taxa mensal.

$$\begin{aligned} i_{anual} &= 12 \times i_{mensal} \\ i_{anual} &= 12 \times 1,224\% \\ i_{anual} &= 14,69\% \end{aligned}$$

Gabarito: D

19. Após dois meses, uma aplicação de R\$ 5.000,00 resultou em um montante de R\$ 7.150,00. Considerando a taxa inflação de 20% para o bimestre e a incidência de imposto sobre o rendimento de 20%, a taxa de juros real durante o período de aplicação foi, aproximadamente:

- A) 12,0%
- B) 12,6%
- C) 13,8%
- D) 14,0%
- E) 14,4%

Comentários:

O rendimento da operação, antes de se descontar o imposto, foi de **7150 - 5000 = 2150**.

Temos uma incidência de 20% de imposto sobre o rendimento. Logo, o rendimento efetivo da operação, descontados os impostos, foi de:

$$\begin{aligned} & 2150 - 20\% \times 2150 \\ &= 2150 - 0,2 \times 2150 \\ &= 2150 \times (1 - 0,2) \\ &= 2150 \times 0,8 \\ &= 1720 \end{aligned}$$

Logo, o montante efetivamente resgatado foi de **5000 + 1720 = 6720**.

Para o bimestre considerado, temos a seguinte taxa aparente:

$$\begin{aligned} M &= C \times (1 + i_{\text{Aparente Bimestre}})^1 \\ 1 + i_{\text{Aparente Bimestre}} &= \frac{M}{C} \\ 1 + i_{\text{Aparente Bimestre}} &= \frac{6720}{5000} \\ 1 + i_{\text{Aparente Bimestre}} &= 1,344 \\ i_{\text{Aparente Bimestre}} &= 1,344 - 1 \\ i_{\text{Aparente Bimestre}} &= 0,344 \text{ ao bimestre} \end{aligned}$$

Temos que a taxa de inflação para o bimestre foi de **20%**.

A taxa real se relaciona com as taxas aparente e de inflação do seguinte modo:

$$(1 + i_{\text{Aparente Bimestre}}) = (1 + i_{\text{Real Bimestre}}) \times (1 + i_{\text{Inflação Bimestre}})$$

$$(1 + 0,344) = (1 + i_{\text{Real Bimestre}}) \times (1 + 0,2)$$

$$1,344 = (1 + i_{\text{Real Bimestre}}) \times 1,2$$

$$(1 + i_{\text{Real Bimestre}}) = \frac{1,344}{1,2}$$

$$i_{\text{Real Bimestre}} = \frac{1,344}{1,2} - 1$$

$$i_{\text{Real Bimestre}} = 1,12 - 1$$

$$i_{\text{Real Bimestre}} = 0,12$$

$$i_{\text{Real Bimestre}} = 12\%$$

Gabarito: A

20. Uma dívida contratada por meio do sistema francês de amortização será paga em 100 prestações mensais de R\$ 5.800,00, com a primeira prestação vencendo um mês após a data da contração da dívida. A taxa de juros compostos contratada foi de 2% ao mês. Sabendo-se que a amortização incluída no valor da primeira prestação é igual a R\$ 800,00, então, o saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da segunda prestação, é igual a:

- A) R\$ 248.384,00.
- B) R\$ 248.400,00.
- C) R\$ 248.464,00.
- D) R\$ 248.612,00.
- E) R\$ 248.800,00.

Comentários:

Após o pagamento da segunda prestação, o saldo devedor será:

$$SD_{\text{final } 2} = E - A_1 - A_2$$

Em que E é o valor do empréstimo, A_1 é a primeira amortização e A_2 é a segunda amortização. Segundo o enunciado, a primeira amortização presente na primeira prestação é:

$$A_1 = 800$$

No sistema francês, as amortizações formam uma progressão geométrica de razão $q = (1 + i)$. Logo:

$$A_2 = A_1 \times (1+i)$$

$$A_2 = 800 \times (1+0,02)$$

$$A_2 = 800 \times 1,02$$

$$A_2 = 816$$

Temos A_1 e A_2 . Faltava calcular o valor do empréstimo (E).

Os Juros de cada período são calculados pela multiplicação da taxa de juros pelo saldo devedor inicial. Para o caso dos juros referentes à primeira prestação, o saldo devedor inicial é o valor do empréstimo E. Logo:

$$J_1 = i \times E$$

Vamos calcular os J_1 . A prestação do primeiro período é dada pela soma dos Juros do primeiro período mais a amortização do primeiro período:

$$P = A_1 + J_1$$

$$5.800 = 800 + J_1$$

$$J_1 = 5.000$$

Logo:

$$J_1 = i \times E$$

$$5.000 = 0,02 \times E$$

$$E = \frac{5.000}{0,02}$$

$$E = 250.000$$

Sendo assim, o saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da segunda prestação, será igual a:

$$SD_{\text{final } 2} = E - A_1 - A_2$$

$$SD_{\text{final } 2} = 250.000 - 800 - 816$$

$$SD_{\text{final } 2} = 248.384$$

Gabarito: A



Estratégia
Concursos

21. Com o objetivo de analisar o consumo de água de certa cidade, a companhia de água e esgotos solicitou à sua equipe de engenheiros um estudo sobre a vazão de água nessa cidade. O estudo mostrou que a vazão $V(t)$, em m^3/h , na hora t , é expressa pela função:

$$V(t) = 1000 [4 + 2 \text{sen}^2 (t)] , \text{ onde } 0 \leq t$$

A soma das vazões mínima e máxima é igual a:

- A) 10.000 m^3/h
- B) 8.000 m^3/h
- C) 7.500 m^3/h
- D) 6.000 m^3/h
- E) 5.000 m^3/h

Comentários:

Aqui devemos tomar muito cuidado. O valor MÍNIMO da função seno é -1; porém, temos que observar que o seno está elevando ao quadrado, logo ele não pode ser negativo. Nesse caso, o valor MÍNIMO de seno ao quadrado é ZERO.

Assim, substituindo sen^2 por zero, teremos:

$$V_{\text{mínima}} = 1000 [4 + 2 \cdot 0] = 4000 \text{ m}^3/\text{h}$$

O valor MÁXIMO da função seno é + 1, porém temos que observar que o seno está elevando ao quadrado. Nesse caso, o valor MÁXIMO de seno ao quadrado também é igual a +1.

Assim substituindo sen^2 por +1, teremos:

$$V_{\text{mínima}} = 1000 [4 + 2 \cdot 1] = 6000 \text{ m}^3/\text{h}$$

A soma das vazões será $4000 + 6000 = 10.000 \text{ m}^3/\text{h}$

Gabarito: A

22. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nessa fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é a primeira da fila, mas está mais próxima do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- A) certamente é Bia.
- B) certamente é Dani.
- C) certamente é Eva.
- D) pode ser Bia ou Dani.
- E) pode ser Bia ou Eva.

Comentários:

Sabemos que Dani se encontra imediatamente atrás de Bia, ou seja, não há ninguém entre as duas. Sabemos ainda que Carla está à frente de ambas e que Ana está à frente de Carla.

Assim:

Ana – Carla – Bia – Dani

Fátima não é a primeira da fila, mas está mais próxima do primeiro lugar do que do último. Assim, Fátima deve ser a segunda ou a terceira colocada.

Ana - Fátima – Carla – Bia – Dani

Ou

Ana – Carla – Fátima - Bia – Dani

Colocando a Eva (lembrando que Carla não pode ser a quarta colocada)

Ana - Fátima – Carla – Eva - Bia – Dani

Ou

Ana – Carla – Fátima - Bia – Dani - Eva

Gabarito: E

23. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deveriam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- A) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- B) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- C) no máximo dez gostam das duas marcas.
- D) no mínimo trinta gostam das duas marcas.
- E) no máximo vinte gostam das duas marcas.

Comentários:

É imprescindível que você assista à solução em vídeo. A solução possui um forte apelo visual.

Para sabermos quantos pessoas, NO MÁXIMO, não gostam de A e nem de B, basta imaginarmos que o conjunto menor está contido no conjunto maior.

Nesse caso, a intersecção é máxima (no caso, igual a quarenta pessoas) e as pessoas que não gostam de nenhum dos dois possuem seu valor máximo como a diferença entre o total e o conjunto maior ($80 - 60 = 20$).

Portanto, o valor máximo da quantidade de pessoas que não gostam de nenhum dos dois carros é igual a 20.

Mais uma vez, eu chamo a atenção da importância de assistir a essa solução em vídeo.

Gabarito: A

24. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- A) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- B) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- C) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- D) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- E) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

Comentários:

É necessário que você assista à solução em vídeo. Lá, eu desenvolvo uma outra solução.

Inicialmente, vamos simplificar os números das idades dividindo-os por 6.

Assim, trabalharemos com os números 4, 5 e 6.

Como a relação é inversamente proporcional, os vestidos que cabem a cada costureira serão

- 24 anos = $k/4$
- 30 anos = $k/5$
- 36 anos = $k/6$

Assim,

$$k/4 + k/5 + k/6 = 111$$

O MMC entre 4, 5 e 6 é igual a 60.

Tirando o MMC na equação acima, ficaremos com

$$15k + 12k + 10k = 111 \cdot 60$$

$$37k = 111 \cdot 60$$

$$k = (111 \cdot 60)/37 = 180$$

Portanto, a parte de cada uma será:

$$24 \text{ anos} = k/4 = 180/4 = 45 \text{ vestidos}$$

$$30 \text{ anos} = k/5 = 180/5 = 36 \text{ vestidos}$$

$$36 \text{ anos} = k/6 = 180/6 = 30 \text{ vestidos}$$

Portanto, a de 30 anos fez 9 vestidos a menos que a de 24 anos.

Gabarito: E

25. A probabilidade de Joana ir fazer a prova do CNU é de 0,6 e a probabilidade de Manuel ir fazer a prova do CNU é de 0,5. A probabilidade condicional de Joana ir fazer a prova do CNU dado que Manuel fará a prova do CNU é de 0,7. Assim a probabilidade de que Joana vá fazer a prova do CNU OU Manuel vá fazer a prova do CNU é de:

- A) 55%
- B) 64%
- C) 69%
- D) 72%
- E) 75%

Comentários:

Chamemos a probabilidade de Joana ir fazer a prova de $P(J) = 0,6 = 60\%$

Chamemos a probabilidade de Manuel ir fazer a prova de $P(M) = 0,5 = 50\%$

Segundo o enunciado, $P(J|M) = 0,7$

$$P(J|M) = \frac{P(J \cap M)}{P(M)}$$

$$0,7 = \frac{P(J \cap M)}{0,5}$$

$$0,7 \times 0,5 = P(J \cap M)$$

$$P(J \cap M) = 0,35 = 35\%$$

Assim, a probabilidade pedida é probabilidade da união dos dois eventos. Assim

$$P(J \cup M) = P(J) + P(M) -)$$

$$P(J \cup M) = 60\% + 50\% - 35\%$$

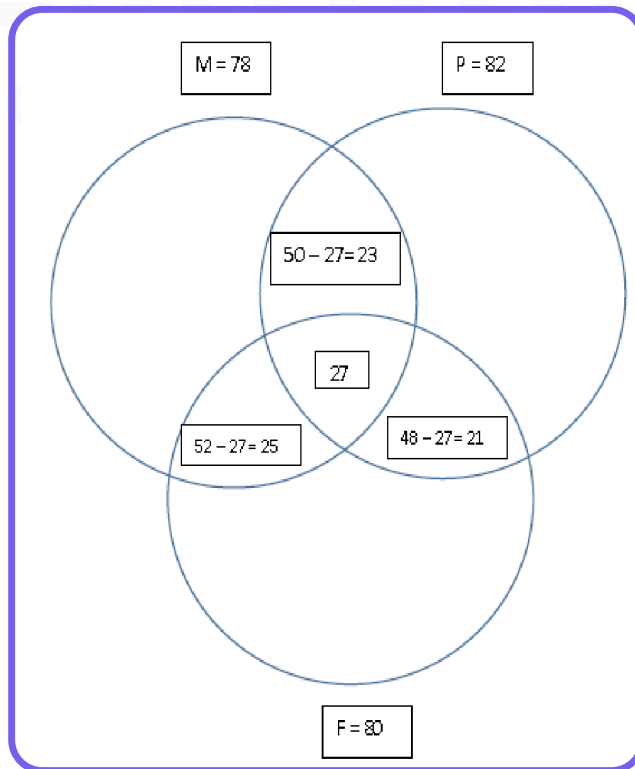
$$P(J \cup M) = 75\%$$

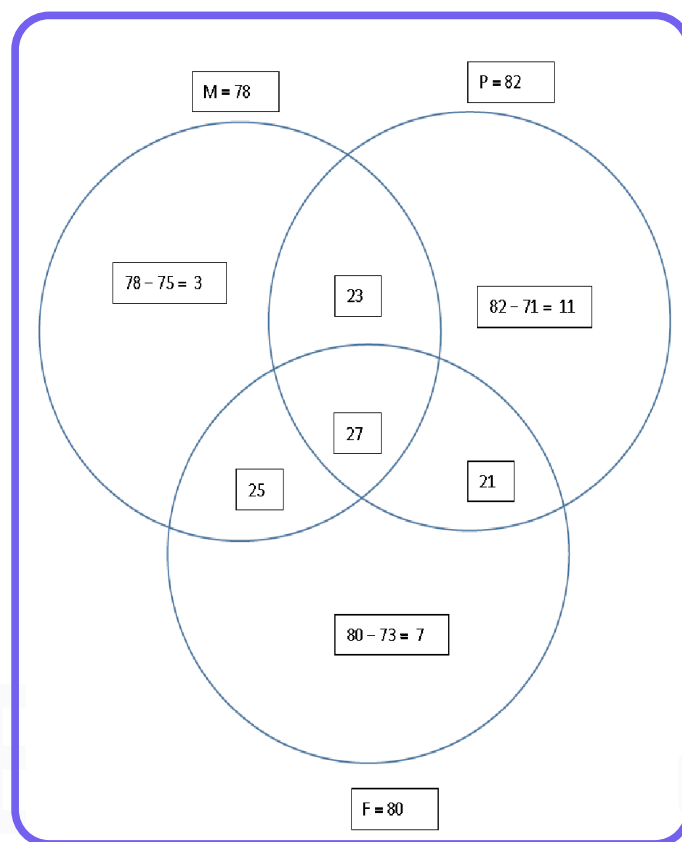
Gabarito: E

26. A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:

- A) 417
- B) 390
- C) 117
- D) 286
- E) 142

Comentários:





$$3 + 23 + 11 + 21 + 27 + 25 + 7 = 117$$

Gabarito: C

27. Um capital foi aplicado a juros simples, à taxa anual de 36%. Para que seja possível resgatar-se o quádruplo da quantia aplicada, esse capital deverá ficar aplicado por um período mínimo de:

- A) 7 anos, 6 meses e 8 dias.
- B) 8 anos e 4 meses.
- C) 8 anos, 10 meses e 3 dias.
- D) 11 anos e 8 meses.
- E) 11 anos, 1 mês e 10 dias.

Comentários:

Supondo um capital inicial de 100%, então, segundo o enunciado, o montante final será igual a 400%.

Portanto, concluímos que os juros são

$$J = M - C$$

$$J = 400\% - 100\%$$

$$J = 300\%$$

Portanto, o tempo para que 36% ao ano vire 300% será

$$t = 300\% / 36\% = 8 \text{ anos e 4 meses (assista ao vídeo para aprender a fazer essa conta).}$$

Gabarito: B

28. O preço à vista de um apartamento é R\$ 210.000,00. Jorge fez uma proposta ao proprietário para adquirir esse imóvel pagando-o em três parcelas iguais; a primeira à vista, a segunda após 1 ano e a terceira depois de 2 anos. O proprietário aceitou a proposta, desde que fossem cobrados juros compostos de 100% ao ano sobre o saldo devedor após o pagamento de cada parcela. Nas condições impostas pelo proprietário, o valor de cada uma das três parcelas a serem pagas por Jorge, em reais, deverá ser igual a

- A) 120.000,00
- B) 90.000,00
- C) 100.000,00
- D) 70.000,00
- E) 130.000,00

Comentários:

O fator multiplicativo de 100% é igual a 2. Devemos escolher uma data focal para igualarmos a dívida aos pagamentos. Escolheremos a data focal 2, ou seja, a do último pagamento. Projetaremos a dívida e os pagamentos para a data 2, utilizando o fator dos juros compostos. Chamando cada pagamento de X, teremos

Dívida = Pagamentos

$$210.000 \cdot 2^2 = X + 2X + 2^2 X$$

$$840.000 = 7 X$$

$$840.000/7 = X$$

$$120.000 = X$$

Gabarito: A

29. Maria adquiriu uma moto a ser paga pelo Sistema Price de Amortização. Ao final do 12º mês, ele ainda deve R\$ 14.696,13. Sabendo-se que a taxa de juros do empréstimo é de 2% ao mês e que a prestação tem o valor de R\$ 777,00, o saldo devedor, após o pagamento da próxima prestação, será de:

- A) R\$ 14.000,00.
- B) R\$ 14.147,53.
- C) R\$ 14.198,84.
- D) R\$ 14.213,05.
- E) R\$ 14.322,01.

Comentários:

Os juros da próxima prestação serão iguais a $(2/100) \times 14.696,13 = 293,92$.

Portanto, a Amortização é dada por

Amortização = Prestação – juros

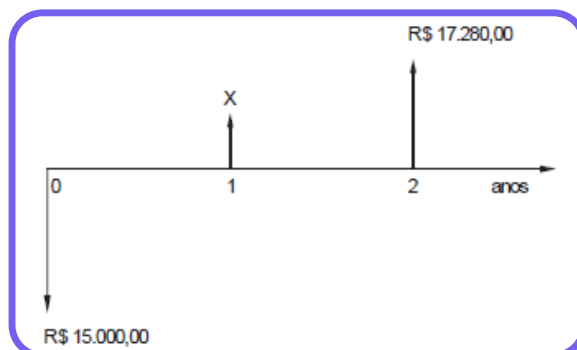
Amortização = 777 – 293,92

Amortização = 483,08

Logo, o próximo saldo devedor será igual a $14.696,13 - 483,08 = 14.213,05$

Gabarito: D

30. Considere o fluxo de caixa abaixo, que se refere a um projeto cujo desembolso inicial foi de R\$ 15.000,00.



A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto tem valor de 1,6. Nessas condições, o valor de X é

- A) R\$ 14.600,00
- B) R\$ 15.000,00
- C) R\$ 14.800,00
- D) R\$ 14.400,00
- E) R\$ 14.200,00

Comentários:

Se 20% fosse a taxa de retorno, então em qualquer data focal as receitas seriam iguais às despesas. Porém há um índice de lucratividade de 1,6, ou seja, há 60% de lucro.

Assim $\text{Receitas} = 1,6 \text{ Despesas}$

Escolhendo como data focal a data 2, teremos

$$1,2 X + 17.280 = 1,6 \cdot 1,2^2 \cdot 15000$$

$$1,2 X = 34.560 - 17.280$$

$$X = 17.280/1,2$$

$$X = 14.400$$

Gabarito: D

31. Sobre uma banca organizadora de concursos públicos, um concurseiro afirmou:

"Se a banca for organizada, então não serão necessárias anulações."

Considere as quatro novas afirmações:

I. Se a banca não for organizada, então serão necessárias anulações.

II. Se forem necessárias anulações, então a banca não é organizada.

III. A banca não é organizada ou não serão necessárias anulações.

IV. A banca é organizada ou serão necessárias anulações.

Dessas quatro novas afirmações, são equivalentes à afirmação do concurseiro:

- A) somente I
- B) somente II
- C) somente I e IV
- D) somente II e III
- E) somente II e IV

Comentários:

Sejam as proposições simples:

b: "A banca é organizada."

a: "Serão necessárias anulações."

A proposição original pode ser descrita por $b \rightarrow \sim a$:

$b \rightarrow a$: "Se [a banca for organizada], então [não serão necessárias anulações]."

As quatro novas afirmações apresentam tanto condicionais ($\rightarrow$) quanto disjunções inclusivas ("ou", $\vee$) como equivalentes. Devemos, portanto, testar as duas equivalências fundamentais que envolvem a condicional:

$p \rightarrow q \equiv \sim q \rightarrow \sim p$ (contrapositiva)

$p \rightarrow q \equiv \sim p \vee q$ (transformação da condicional em disjunção inclusiva)

Para aplicar a primeira equivalência, devemos realizar o seguinte procedimento:

Invertem-se as posições do antecedente e do consequente; e

Negam-se ambos os termos da condicional.

Para o caso em questão, temos:

$$b \rightarrow \sim a \equiv \sim(\sim a) \rightarrow \sim b$$

A dupla negação de **a** corresponde à proposição original. Ficamos com:

$$b \rightarrow \sim a \equiv a \rightarrow \sim b$$

A proposição equivalente pode ser descrita por:

$a \rightarrow \sim b$: "Se [forem necessárias anulações], **então** [a banca **não** é organizada]."

Logo, a **afirmação II** é equivalente à afirmação do concurseiro.

Vamos agora utilizar a segunda equivalência. Para aplicar essa equivalência, devemos realizar o seguinte procedimento:

Nega-se o primeiro termo;

Troca-se a condicional ($\rightarrow$) pela disjunção inclusiva ($\vee$); e

Mantém-se o segundo termo.

Para o caso em questão, temos:

$$b \rightarrow \sim a \equiv \sim b \vee \sim a$$

A proposição equivalente pode ser descrita por:

$\sim b \vee \sim a$: "[A banca **não** é organizada] **ou** [**não** serão necessárias anulações]."

Logo, a **afirmação III** também é equivalente à afirmação do concurseiro.

Como a equivalência condicional apresenta apenas duas possíveis equivalências, concluímos que **somente as afirmações II e III** são equivalentes à afirmação do concurseiro. O **gabarito**, portanto, é **letra D**.

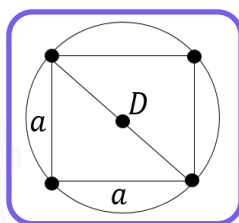
Gabarito: D

32. Um quadrado de lado a está inscrito em um círculo que, por sua vez, está inscrito em outro quadrado de lado L . O valor de L é:

- a) $\sqrt{2} \cdot a$
- b) $\frac{3}{2} \cdot a$
- c) $\sqrt{3} \cdot a$
- d) $\frac{5}{3} \cdot a$
- e) $2 \cdot a$

Comentários:

A figura a seguir representa o quadrado de lado a inscrito em um círculo.



Note que a diagonal do quadrado representa um diâmetro da circunferência. Podemos obter o valor desse diâmetro pelo Teorema de Pitágoras:

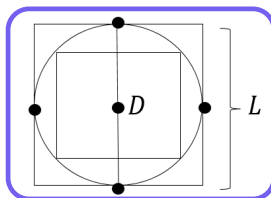
$$D^2 = a^2 + a^2$$

$$D^2 = 2a^2$$

$$D = \sqrt{2a^2}$$

$$D = \sqrt{2} \cdot a$$

Vamos agora representar o quadrado em que o círculo está inscrito.



Note que o lado do quadrado maior é igual ao diâmetro da circunferência. Logo:

$$L = D$$

$$L = \sqrt{2} \cdot a$$

Gabarito: A

33. Considere que a distância em quilômetros entre o satélite natural Deimos e o centro do planeta Marte é dada pela seguinte função:

$$d(t) = \frac{4887,5}{1 + 0,15 \times \cos(0,1t + k)}$$

Em que t é o tempo em minutos transcorrido a partir de um determinado instante e k é uma constante.

A soma entre a distância máxima e a distância mínima que esse satélite atinge com relação ao centro de Marte é:

- A) 9.750 km
- B) 10.000 km
- C) 10.250 km
- D) 10.500 km
- E) 10.750 km

Comentários:

Sabemos que a função cosseno pode assumir no máximo o valor 1 e no mínimo o valor -1 . Para o caso em questão, temos:

$$-1 \leq \cos 0,1t + k \leq 1$$

A distância máxima d_{MAX} é obtida quando o denominador da função $d(t)$ é mínimo. Esse denominador será mínimo quando $\cos 0,1t + k$ for igual a -1 . Logo:

$$\begin{aligned} d_{MAX} &= \frac{4887,5}{1 + 0,15 \times (-1)} \\ &= \frac{4887,5}{1 - 0,15} \\ &= \frac{4887,5}{0,85} \\ &= 5750 \text{ km} \end{aligned}$$

A distância mínima d_{MIN} é obtida quando o denominador da função $d(t)$ é máximo. Esse denominador será máximo quando $\cos 0,1t + k$ for igual a 1. Logo:

$$\begin{aligned} d_{MIN} &= \frac{4887,5}{1 + 0,15 \times 1} \\ d_{MIN} &= \frac{4887,5}{1,15} \\ d_{MIN} &= 4.250 \text{ km} \end{aligned}$$

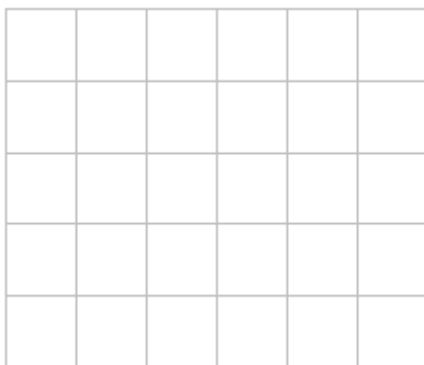
Logo, a soma entre a distância máxima e a distância mínima que o satélite atinge com relação ao centro de Marte é:

$$5750 + 4250$$

$$= 10.000 \text{ km}$$

Gabarito: B

34. No tabuleiro a seguir, são colocadas 21 peças. Cada peça ocupa uma casa e cada casa ocupada só contém uma peça.



É correto afirmar que

- A) todas as colunas têm pelo menos 3 casas ocupadas.
- B) alguma coluna não tem casas ocupadas.
- C) nenhuma coluna tem mais de 3 casas ocupadas.
- D) alguma linha tem, pelo menos, 5 casas ocupadas.
- E) todas as linhas têm, pelo menos, 4 casas ocupadas.

Comentários:

Note que, no tabuleiro em questão, temos 5 linhas e 6 colunas, totalizando $5 \times 6 = 30$ casas. Vamos analisar as alternativas, verificando aquela que apresenta uma **conclusão necessariamente verdadeira**.

a) **todas as colunas têm pelo menos 3 casas ocupadas. ERRADO.**

Essa conclusão não é necessariamente verdadeira. Veja que, com as 21 peças, podemos ocupar o tabuleiro do seguinte modo, por exemplo.

X	X	X	X	X	
X	X	X	X		
X	X	X	X		
X	X	X	X		
X	X	X	X		

b) alguma coluna não tem casas ocupadas. ERRADO.

Essa conclusão não é necessariamente verdadeira. Veja que, com as 21 peças, podemos ocupar o tabuleiro do seguinte modo, por exemplo.

X	X	X	X	X	X
X	X	X	X	X	
X	X	X	X	X	
X	X	X	X	X	

c) nenhuma coluna tem mais de 3 casas ocupadas. ERRADO.

Essa conclusão não é necessariamente verdadeira. O exemplo da alternativa B mostra que podemos ter colunas com mais de 3 casas ocupadas.

X	X	X	X	X	X
X	X	X	X	X	
X	X	X	X	X	
X	X	X	X	X	

d) alguma linha tem, pelo menos, 5 casas ocupadas. CERTO. Este é o gabarito.

Nessa alternativa, devemos testar o caso-limite.

Temos 5 linhas. Veja que, se **evitarmos a possibilidade de ocupar 5 casas em uma linha**, podemos ocupar, no

X	X	X	X		
X	X	X	X		
X	X	X	X		
X	X	X	X		
X	X	X	X		

máximo, casas.

Partindo-se desse caso-limite, ao se adicionar mais uma peça no tabuleiro, de modo a totalizar 21, **necessariamente teremos uma linha com 5 casas ocupadas**.

X	X	X	X		
X	X	X	X		
X	X	X	X		
X	X	X	X	X	
X	X	X	X		

Logo, é correto afirmar que necessariamente **alguma linha tem, pelo menos, 5 casas ocupadas**.

e) todas as linhas têm, pelo menos, 4 casas ocupadas. ERRADO.

Essa conclusão não é necessariamente verdadeira. O exemplo da alternativa B mostra que podemos ter linhas sem nenhuma casa ocupada.

X	X	X	X	X	X
X	X	X	X	X	
X	X	X	X	X	
X	X	X	X	X	

Gabarito: D

35. Trabalhando em conjunto, dois auditores – Jacinto e Josefa – gastaram 6 horas e 40 minutos para analisar certa quantidade de documentos. Sabendo que, sozinho, Jacinto teria analisado todos os documentos em 10 horas de trabalho ininterrupto, o esperado é que, sozinha, Josefa fosse capaz de realizar tal tarefa se trabalhasse por um período de

- A) 18 horas.
- B) 18 horas e 40 minutos.
- C) 19 horas e 20 minutos.
- D) 19 horas e 40 minutos.
- E) 20 horas.

Comentários:

Temos um problema que envolve a **velocidade de execução** de uma determinada tarefa.

Para facilitar as contas, vamos trabalhar com minutos. Veja que Jacinto e Josefa gastaram **6h 40min** para analisar certa quantidade de documentos. Isso corresponde a **$6 \times 60 + 40 = 400$ minutos**.

Por outro lado, Jacinto teria analisado todos os documentos em **10 horas**, isto é, em **$10 \times 60 = 600$ minutos**.

Queremos saber em quanto tempo Josefa seria capaz de realizar a tarefa sozinha. Vamos chamar esse tempo de **t**.

Veja que, quando Jacinto e Josefa trabalham juntos, as **velocidades de execução da tarefa são somadas**.

Vamos supor, então, que tenhamos documentos para analisar.

- A velocidade de Jacinto, em documentos por minuto, é $\frac{x}{600}$;
- A velocidade de Josefa, em documentos por minuto, é $\frac{x}{t}$; e
- A velocidade de Jacinto e Josefa juntos, em documentos por minuto, é $\frac{x}{400}$.

Logo, **somando as velocidades individuais de Jacinto e de Josefa e igualando com a velocidade conjunta**, temos:

$$\frac{x}{600} + \frac{x}{t} = \frac{x}{400}$$

Veja que a quantidade x de documentos não importa, podendo ser simplificada na equação anterior. Temos:

$$\frac{1}{600} + \frac{1}{t} = \frac{1}{400}$$

$$\frac{t+600}{600t} = \frac{1}{400}$$

Ao realizar a multiplicação cruzada, temos:

$$400t + 400 \times 600 = 600t$$

$$240.000 = 600t - 400t$$

$$240.000 = 200t$$

$$200t = 240.000$$

$$t = \frac{240.000}{200}$$

$$t = 1.200$$

Logo, Josefa realizaria a tarefa sozinha em **1.200 minutos**. Como 1 hora corresponde a 60 minutos, tempo em que Josefa seria capaz de realizar a tarefa sozinha é:

$$\frac{1.200}{60} = 20 \text{ horas}$$

O **gabarito**, portanto, é **letra E**.

Gabarito: E

36. Na lanchonete de Arnaldo, pode-se pedir um Xis-Mistura, que é um sanduíche composto por pão, carne e mais três ingredientes diferentes dentre os citados a seguir:

Ovo, bacon, mussarela, brócolis, abacate, stroganoff, coração e abacaxi.

Arnaldo não permite que bacon e abacaxi estejam juntos no mesmo Xis-Mistura. Nesse caso, o número de formas diferentes que se pode pedir um Xis-Mistura é:

- A) 24
- B) 50
- C) 96
- D) 180
- E) 330

Comentários:

Note que o número de formas diferentes que se pode pedir um Xis-Mistura é o **número de possibilidades de se escolher três ingredientes diferentes dentre oito, considerando-se a restrição de que bacon e abacaxi não podem estar no mesmo sanduíche.**

Para resolver o problema, vamos seguir os seguintes passos:

- Obter o número de possibilidades de se escolher 3 ingredientes dentre 8 sem considerar a restrição;
- Obter o número de sanduíches que não podem ser feitos (com bacon e com abacaxi); e
- Subtrair o segundo resultado do primeiro, obtendo-se o total de possibilidades considerando-se a restrição.

Obter o número de possibilidades de se escolher 3 ingredientes dentre 8 sem considerar a restrição.

Note que a ordem de escolha dos ingredientes não importa, pois escolher “**ovo, muçarela e bacon**”, por exemplo, corresponde a escolher “**bacon, muçarela e ovo**”. Como a ordem não importa, devemos utilizar a ferramenta da **combinação**.

Para selecionar 3 ingredientes dentre 8, devemos fazer a combinação de 8 elementos tomados 3 a 3:

$$C_{8,3} = \frac{8!}{(8-3)!3!} = \frac{8!}{5!3!} = \frac{8 \times 7 \times 6 \times 5!}{5! \times 3 \times 2 \times 1} = \frac{8 \times 7 \times 6}{3 \times 2 \times 1} = 8 \times 7 = 56 \text{ possibilidades}$$

Obter o número de sanduíches que não podem ser feitos (com bacon e com abacaxi).

Veja que, considerando-se que entre os 3 ingredientes já foram escolhidos **bacon** e **abacaxi**, temos **6 possibilidades** para escolher os 3 ingredientes:

Bacon, abacaxi e ovo

Bacon, abacaxi e muçarela

Bacon, abacaxi e brócolis

Bacon, abacaxi e abacate

Bacon, abacaxi e stroganoff

Bacon, abacaxi e coração

Subtrair o segundo resultado do primeiro, obtendo-se o total de possibilidades considerando-se a restrição.

Logo, o número de formas diferentes que se pode pedir um Xis-Mistura considerando-se as restrições do enunciado é:

$$56 - 6 = 50$$

Gabarito: B



Estratégia
Concursos

37. Um devedor deve efetuar dois pagamentos para quitar suas dívidas: um para daqui a 6 meses no valor de R\$ 7.500,00 e outro para daqui a 10 meses no valor de R\$ 12.000,00. Dispondo de uma quantia X, o devedor deseja aplicar essa quantia à taxa de 2,5% ao mês, a juros simples, de modo a daqui a 6 meses retirar todo o montante e efetuar o primeiro pagamento. Na mesma data, após o pagamento, o devedor pretende aplicar a quantia que sobrou a juros simples, à taxa de 5% ao mês, pelo prazo restante, com a finalidade de daqui a 10 meses retirar todo o montante da segunda aplicação e com ele quitar o segundo pagamento, sem falta nem sobras. Para que assim aconteça, X deve ser igual a

- A) R\$ 14.876,14
- B) R\$ 15.217,39
- C) R\$ 15.846,72
- D) R\$ 16.382,91
- E) R\$ 16.765,80

Comentários:

Inicialmente, a quantia foi submetida a juros simples de 2,5% ao mês durante 6 meses. O valor obtido com essa aplicação foi:

$$M = C \times (1 + i \times t)$$

$$M = X \times (1 + 0,025 \times 6)$$

$$M = 1,15X$$

Após a primeira aplicação, o devedor efetua o primeiro pagamento de R\$ 7.500,00. O valor que restou foi de: $(1,15X - 7500)$

Esse valor $1,15X - 7500$ continua aplicado por mais 4 meses a uma taxa de 5% ao mês e, ao final desse tempo, o montante obtido será igual ao valor da última parcela a ser paga (R\$ 12.000,00). Logo:

$$M = C \times (1 + i \times t)$$

$$12.000 = (1,15X - 7500) \times (1 + 0,05 \times 4)$$

$$12.000 = (1,15X - 7500) \times 1,2$$

$$(1,15X - 7500) = \frac{12.000}{1,2}$$

$$(1,15X - 7500) = 10.000$$

$$1,15X = 17500$$

$$X = \frac{17.500}{1,15}$$

$$X = 15.217,39$$

Gabarito: B

38. Um boleto de aluguel de R\$ 2.000,00 foi pago com atraso de 2 meses e 20 dias. Os juros relativos ao atraso foram cobrados utilizando a convenção linear, e a taxa de juros compostos instituída no contrato de locação foi de 6% ao mês.

O juro cobrado foi de:

- A) R\$ 320,00
- B) R\$ 343,71
- C) R\$ 337,09
- D) R\$ 365,12
- E) R\$ 380,00

Comentários:

A fórmula do montante na Convenção Linear é a seguinte: $M = C \times (1 + i)^{t_1} \times (1 + i \times t_2)$

Onde t_1 é a parte inteira do período de aplicação e t_2 é a parte fracionária do período de aplicação.

Para o nosso problema, $t_1 = 2$ meses. Considerando o mês comercial (30 dias), a parte fracionária, em meses, é:

$$t_2 = \frac{20}{30} = \frac{2}{3} \text{ meses}$$

Logo, o montante é:

$$M = C \times (1 + i)^{t_1} \times (1 + i \times t_2)$$

$$M = 2.000 \times (1 + 0,06)^2 \times \left(1 + 0,06 \times \frac{2}{3}\right)$$

$$M = 2.000 \times 1,06^2 \times (1,04)$$

$$M = 2.000 \times 1,1236 \times 1,04$$

$$M = 2337,09$$

Logo, o juro cobrado foi de:

$$J = M - C$$

$$= 2337,09 - 2000$$

$$= 337,09$$

Gabarito: C

39. A empresa Desconta Tudo S.A. desconta um título em um banco que realiza essa operação aplicando uma taxa de desconto comercial simples de 3% ao mês. Se o prazo para o pagamento do título é de 5 meses, então a taxa efetiva mensal de juros cobrada pelo banco nessa operação é de, aproximadamente:

- A) 3,15%
- B) 3,27%
- C) 3,34%
- D) 3,45%
- E) 3,53%

Comentários:

A taxa efetiva da operação de desconto comercial simples é obtida pela seguinte fórmula:

$$i_{ef} = \frac{i_{cs}}{1 - i_{cs} \times t}$$

Em que i_{cs} é a taxa de desconto comercial simples e t é o período de antecipação. Logo:

$$i_{ef} = \frac{0,03}{1 - 0,03 \times 5}$$

$$i_{ef} = \frac{0,03}{1 - 0,15}$$

$$i_{ef} = \frac{0,03}{0,85}$$

$$i_{ef} = 0,03529$$

$$i_{ef} \approx 3,53\%$$

Gabarito: E

40. Um financiamento de R\$96.000,00 foi contratado pelo sistema SAC, a juros de 10% a.m. e será pago em 24 prestações mensais postecipadas. O valor da 18ª prestação será de:

- A) R\$6.400,00
- B) R\$6.800,00
- C) R\$7.200,00
- D) R\$7.600,00
- E) R\$8.000,00

Comentários:

No sistema SAC, a Amortização é constante e igual a:

$$A = \frac{E}{n}$$

$$A = \frac{96.000}{24}$$

$$A = 4.000$$

Sabemos que no SAC as prestações são decrescentes em Progressão Aritmética (PA) de razão $r = -i \times A$. Para o caso em questão, a razão é:

$$r = -0,1 \times 4.000$$

$$r = -400$$

Vamos calcular a primeira prestação e, pelo termo geral da PA, encontrar o valor da décima oitava.

A primeira prestação é igual à soma da amortização mais os juros do primeiro período.

$$P_1 = A + J_1$$

$$P_1 = 4000 + J_1$$

Os juros do primeiro período serão iguais a:

$$J_1 = i \times SD_{inicial 1}$$

$$J_1 = 0,1 \times 96.000$$

$$J_1 = 9.600$$

Logo, a primeira prestação será:

$$P_1 = A + J_1$$

$$P_1 = 4.000 + 9.600$$

$$P_1 = 13.600$$

Utilizando a fórmula do termo geral da PA, calculamos a décima oitava prestação.

$$P_n = P_1 + (n - 1) \times r$$

$$P_{18} = 13.600 + (18 - 1) \times (-400)$$

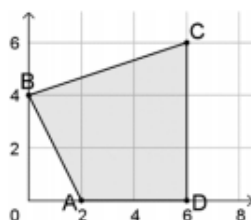
$$P_{18} = 13.600 - 17 \times 400$$

$$P_{18} = 13.600 - 6.800$$

$$P_{18} = 6.800$$

Gabarito: B

Um estande de tiro tem a forma de um quadrilátero ABCD. A figura a seguir mostra sua representação no plano cartesiano, em que cada unidade representa 20 metros.



Baseado no texto acima, responda às questões 41 e 42.

41. Em dado momento, a atiradora Penélope corre do ponto A ao ponto C em linha reta, e o atirador Diego corre do ponto B ao ponto D também em linha reta. Quantos metros Penélope percorreu a mais que Diego?

- A) zero
- B) 25
- C) 20
- D) 25
- E) 50

Comentários:

Em primeiro lugar, é imprescindível que você assista à solução em vídeo. A solução possui características bem visuais.

Se ligarmos uma linha de A até C, para calcularmos a distância percorrida por Penélope, teremos um TRIÂNGULO RETÂNGULO ADC, em que AC é a hipotenusa, AD é um cateto de lado 80 m (cada unidade vale 20 m) e CD é um cateto de lado 120 m.

Se ligarmos uma linha de B até D, para calcularmos a distância percorrida por Diego, teremos um TRIÂNGULO RETÂNGULO OBD, em que BD é a hipotenusa, OB é um cateto de lado 80 m (cada unidade vale 20 m) e OD é um cateto de lado 120 m.

Repare que os dois triângulos retângulos possuem os mesmos catetos, logo concluímos que eles possuem as mesmas hipotenusas.

Portanto, as distâncias percorridas por Penélope e Diego são as mesmas.

Gabarito: A

42. A área do estande de tiro é igual a:

- A) 10.000 m²
- B) 10.200 m²
- C) 10.400 m²
- D) 10.600 m²
- E) 10.800 m²

Comentários:

Em primeiro lugar, é imprescindível que você assista à solução em vídeo. A solução possui características bem visuais.

Inicialmente, vamos dar um nome ao ponto de coordenadas (0,6). Vamos chamá-lo de ponto E.

Repare que cada lado de um quadradinho possui 40 metros, já que cada ladinho possui 2 unidades e cada unidade vale 20 metros.

A área pedida é a área do quadrado EODC, menos as áreas dos triângulos EBC e OAB.

$$\text{Área do quadrado EODC} = 120 \text{ m} \times 120 \text{ m} = 14.400 \text{ m}^2$$

$$\text{Área do triângulo EBC} = (\text{base} \times \text{altura})/2 = (120 \times 40)/2 = 2400 \text{ m}^2$$

$$\text{Área do triângulo OAB} = (\text{base} \times \text{altura})/2 = (80 \times 40)/2 = 1600 \text{ m}^2$$

Logo, a área do estande de tiro é igual a:

$$S = 14.400 - 2400 - 1600 = 10.400 \text{ m}^2$$

Gabarito: C

43. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que:

- A) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- B) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- C) no máximo dez gostam das duas marcas.
- D) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- E) no máximo vinte gostam das duas marcas.

Comentários:

É imprescindível que você assista à solução em vídeo. A solução possui um forte apelo visual.

Para sabermos quantas pessoas, NO MÁXIMO, não gostam de A nem de B, basta imaginarmos que o conjunto menor está contido no conjunto maior.

Nesse caso, a intersecção é máxima (no caso, igual a quarenta pessoas) e as pessoas que não gostam de nenhum dos dois possuem seu valor máximo como a diferença entre o total e o conjunto maior ($80 - 60 = 20$).

Portanto, o valor máximo da quantidade de pessoas que não gostam de nenhum dos dois carros é igual a 20.

Mais uma vez, eu chamo a atenção para a importância de assistir a essa solução em vídeo.

Gabarito: A

44. Um órgão possui vinte servidores, dos quais dez são homens e dez são mulheres. Portanto, o número de comissões de cinco pessoas que se pode formar com três mulheres e dois homens é:

- A) 3.600
- B) 1.650
- C) 5.450
- D) 5.400
- E) 5.800

Comentários:

Conforme sabemos, em uma comissão, a ordem não é importante. Logo, nesse caso, devemos usar COMBINAÇÕES SIMPLES. Antes, vamos relembrar a fórmula de COMBINAÇÕES SIMPLES.

$$C(n,p) =$$

Segundo o enunciado, das 10 mulheres, devemos retirar três. De quantas maneiras isso pode ser feito?

$$C(10,3) = = = = 120$$

Segundo o enunciado, dos 10 homens, devemos retirar dois. De quantas maneiras isso pode ser feito?

$$C(10,2) = = = = 45$$

Assim, o total de possibilidades será $120 \times 45 = 5400$

Gabarito: D

45. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam terno nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido mas não usavam relógio era igual a:

- A) 10
- B) 17
- C) 15
- D) 5
- E) 21

Comentários:

Em primeiro lugar, é imprescindível que você assista à solução em vídeo desse problema. Há detalhes na solução que pedem apelo visual.

Como o número de homens é o dobro do número de mulheres, chamemos a quantidade de mulheres de x e a quantidade de homens de $2x$.

Assim:

$$x + 2x = 126$$

$$3x = 126$$

$$x = 126/3 = 42$$

Logo, a quantidade de mulheres é 42 e a quantidade de homens é 84.

Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42, PORTANTO $126 - 22 - 42 = 20$ HOMENS QUE NÃO USAM TERNO NEM RELÓGIO.

Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam terno nem relógio, OU SEJA, a quantidade de mulheres que não usavam vestido é igual a 20.

Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, podemos concluir que o número de mulheres que usam vestido e não usam relógio é igual a $42 - 7 - 20 = 15$.

Gabarito: C

46. Em um certo ano, o primeiro dia caiu em uma terça-feira e o último dia caiu em uma quarta-feira. Nesse ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio, caiu em um(a):

- A) quarta-feira.
- B) quinta-feira.
- C) sexta-feira.
- D) sábado.
- E) domingo.

Comentários:

Farei uma solução por fórmula, porém é IMPRESCINDÍVEL que o aluno assista à solução em vídeo, pois farei uma solução visual.

Todo ano que inicia em um dia da semana e termina no dia seguinte da semana é um ano bissexto, ou seja, em que fevereiro possui 29 dias.

Janeiro possui 31 dias, fevereiro, em um ano bissexto, possui 29 dias, março possui 31 dias e abril possui 30 dias. Assim, de 1/01 até 1/05, passaram-se:

$$31 + 29 + 31 + 30 = 121 \text{ dias.}$$

Dividindo-se 121 por 7, obtemos o quociente 17 e resto 2. Isso significa que passaram-se 17 semanas e 2 dias.

Portanto, devemos contar 2 dias depois de terça-feira para obtermos a resposta.

Quarta – Quinta.

Gabarito: B

47. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a:

- A) R\$ 5.800,00
- B) R\$ 6.000,00
- C) R\$ 6.400,00
- D) R\$ 6.500,00
- E) R\$ 6.800,00

Comentários:

O valor da amortização é igual ao valor do penúltimo saldo devedor (lembramos que o valor do último saldo devedor é igual a zero). Chamemos o valor da amortização de X. Se o valor do penúltimo saldo devedor também é X, então o valor embutido na última parcela de juros será igual a $0,02 X$.

Como prestação = amortização + juros, temos que:

$$5100 = X + 0,02 X$$

$$5100 = 1,02 X$$

$$5100/1,02 = X$$

$$5000 = X.$$

Assim, a dívida original é igual a $48 \times 5000 = 240.000$.

O saldo devedor depois do pagamento da trigésima prestação é igual a:

$$SD(31) = 240.000 - 30 \times 5000 = 90.000$$

Assim, os juros da trigésima primeira parcela serão iguais a:

$$J_{31} = 0,02 \times 90.000 = 1800$$

Portanto, a trigésima primeira prestação será igual a:

$$\text{Prestação} = \text{juros} + \text{amortização}$$

$$\text{Prestação} = 1800 + 5000$$

$$\text{Prestação} = 6800$$

Gabarito: E

48. No sistema de juros compostos, uma taxa de $x\%$ ao semestre, com capitalização quadrimestral, corresponde a uma taxa efetiva anual de:

- A) $(1 + 2x/3)^3$
- B) $(1 + x/3)^3 - 1$
- C) $(1 + 2x/300)^3$
- D) $(1 + 2x/300)^3 - 1$
- E) $1 - (1 + 2x/300)^4$

Comentários:

A taxa efetiva é quadrimestral e é obtida da taxa nominal de forma proporcional. Assim, como um semestre possui seis meses e um quadrimestre possui 4 meses, então a taxa deve ser dividida por 6 e multiplicada por 4. Assim, a taxa efetiva é dada por:

$(4/6) x\%$ ao quadrimestre = $(2/3) x\%$ ao quadrimestre = $(2/300) x$ ao quadrimestre (substituímos o símbolo de % por divisão por 100).

Agora, façamos a equivalência para uma taxa anual:

$$\begin{aligned} F_{\text{anual}} &= F_{\text{quadrimestral}}^3 \\ 1 + i_{\text{anual}} &= (1 + i_{\text{quadrimestral}})^3 \\ 1 + i_{\text{anual}} &= (1 + (2/300) x)^3 \\ i_{\text{anual}} &= [1 + (2/300) x]^3 - 1 \end{aligned}$$

Gabarito: D

49. Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes de seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve, ainda, a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:

- A) R\$ 32.640,00
- B) R\$ 32.520,00
- C) R\$ 32.820,00
- D) R\$ 33.600,00
- E) R\$ 33.940,00

Comentários:

Sabemos que 40 dias representam $\frac{4}{3}$ do mês comercial. A taxa do desconto bancário foi de 6% a.m.

Assim, o desconto bancário percentual será no total igual a $6\% \times (\frac{4}{3}) = 8\%$.

O IOF em 40 dias será igual a $(3\%/360 \times 40) = 1\%/3$

Portanto, o desconto total será igual a $8\% + 1\% + 2\%/3 = 28\%/3 = 28/300$.

Assim, o desconto será igual a $D = 36000 \times (28/300) = 3.360$

Assim, o valor descontado será igual a $36.000 - 3.360 = 32.640$.

Gabarito: A

50. Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m.

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dados: $1,07^5 = 1,4$ $1,07^6 = 1,5$

- A) R\$ 6.000,00
- B) R\$ 6.025,00
- C) R\$ 6.125,00
- D) R\$ 6.175,00
- E) R\$ 6.250,00

Comentários:

No sistema Price, a prestação é constante e o valor dela são calculados por meio da relação:

$$A = P$$

Em que $F = 1 + i$

$$30000 = P$$

$$30000 = P$$

$$30000 = P \cdot$$

$$30000 \cdot 0,21 = P$$

$$6.300 = P$$

Essa é a prestação pelo sistema Price.

No SAC, a amortização é constante e vale $Am = 30000/6 = 5.000$

O saldo devedor da terceira parcela é igual a $30000 - 3 \cdot 5000 = 15000$

Os juros da terceira parcela são 7% de $15.000 = 1050$.

Como a prestação é a soma dos juros com a amortização, a quarta prestação do SAC será:

$$P = J + Am = 1050 + 5000 = 6.050$$

Logo, a quarta prestação do sistema misto será:

$$P_{\text{misto}} = (6050 + 6300)/2 = 6175$$

Gabarito: D

51. Considere a seguinte proposição: “se Pedro é concursado, então ele é esforçado ou inteligente”.

A alternativa que contém uma equivalência dessa proposição é:

- A) se Pedro é esforçado ou inteligente, então ele é concursado.
- B) se Pedro não é concursado, então ele não é esforçado ou não é inteligente.
- C) se Pedro não é concursado, então ele não é esforçado nem inteligente.
- D) se Pedro não é esforçado ou não é inteligente, então ele não é concursado.
- E) se Pedro não é esforçado nem inteligente, então ele não é concursado.

Comentário:

Considere as seguintes proposições simples:

c: “Pedro é concursado”.

e: “Pedro é esforçado”.

i: “Pedro é inteligente”.

Note que a proposição original pode ser descrita por $c \rightarrow (e \vee i)$:

“Se [Pedro é concursado], então [(ele (Pedro) é esforçado) ou ((Pedro é) inteligente)]”

Veja que as possíveis equivalências presentes nas alternativas são condicionais. Devemos, portanto, aplicar a equivalência contrapositiva $p \rightarrow q \equiv \sim q \rightarrow \sim p$. Para o caso em questão, temos:

$$c \rightarrow (e \vee i) \equiv \sim (e \vee i) \rightarrow \sim c$$

Veja que a parcela $\sim (e \vee i)$ pode ser desenvolvida por De Morgan: para negar o “ou”, negam-se ambas as parcelas e troca-se o “ou” pelo “e”. Ficamos com:

$$c \rightarrow (e \vee i) \equiv \sim e \wedge \sim i \rightarrow \sim c$$

Logo, a equivalência pode ser descrita assim:

$\sim e \wedge \sim i \rightarrow \sim c$: “Se [Pedro não é esforçado] e [(Pedro) não é inteligente], então [ele (Pedro) não é concursado].”

Essa equivalência é apresentada na **alternativa E**, que substitui “e não” pela palavra “nem” e também omite o verbo “ser” uma vez no antecedente:

$\sim e \wedge \sim i \rightarrow \sim c$: “Se [(Pedro não é esforçado) (nem inteligente)], então [ele não é concursado].”

Gabarito: E

52. Durante uma fiscalização, descobriu-se que quatro sonegadores, Wesley, Tião, Yuri e João, apresentam um comportamento peculiar: cada um deles sempre fala a verdade ou sempre mente. Um auditor perguntou para os quatro qual deles sempre dizia a verdade, obtendo as seguintes respostas:

- Wesley: eu ou Tião ou Yuri ou João.
- Tião: somente eu e Yuri.
- Yuri: eu e Tião e Wesley.
- João: pelo menos Yuri.

Em um momento de distração, sem conseguir identificar o autor da fala, o auditor ouviu um dos quatro sonegadores dizer “eu não sou o Wesley”. Considerando-se essas informações, o(s) sonegador(es) que mente(em) é(são):

- A) apenas Tião.
- B) apenas Yuri.
- C) apenas Tião, Yuri e João.
- D) apenas Wesley, Tião e Yuri.
- E) Wesley, Tião, Yuri e João.

Comentário:

Para resolver problemas de verdades e mentiras, uma possível estratégia é **tentar encontrar uma contradição entre as declarações**.

Note que a **declaração de Yuri** diz que Yuri, Tião e Wesley dizem a verdade. Se considerarmos que Yuri diz a verdade, perceba que, nesse caso, a declaração de Tião também deve ser verdadeira. Observe, porém, que a **declaração de Tião** informa que somente Tião e Yuri dizem a verdade. Essa declaração contraria a declaração de Yuri, pois exclui Wesley. Portanto, **a declaração de Yuri precisa ser falsa**, ou seja, **Yuri mente**.

Como Yuri mente, **Tião também mente**, pois ele diz que somente Tião e Yuri dizem a verdade. Além disso, **João também mente**, pois ele diz que “pelo menos Yuri” diz a verdade.

Veja que resta analisar somente a fala de Wesley. Segundo a fala de Wesley, ele (Wesley) ou Tião ou Yuri ou João dizem a verdade. Como Tião, Yuri e João mentem, a frase ainda pode ser verdadeira ou falsa, pois, até o momento, não sabemos se Wesley mente ou não.

Observe, porém, que uma das pessoas diz “eu não sou o Wesley”. Como Yuri, Tião e João mentem, eles não podem ter dito essa frase, pois, nesse caso, eles estariam falando a verdade. Consequentemente, Wesley foi quem disse “eu não sou o Wesley”. Nesse caso, podemos concluir que **Wesley mente**.

Logo, é correto concluir que os sonegadores que mentem são todos os quatro: **Wesley, Tião, Yuri e João**.

Gabarito: E

53. Como atividade extracurricular, um colégio oferece a seus alunos a prática de um ou mais dos seguintes esportes: natação, tênis e basquete. Sabe-se que os alunos podem optar por não praticar nenhum esporte. Além disso, no atual semestre:

- 40 alunos praticam basquete e tênis;
- 120 alunos praticam natação e 130 praticam tênis;
- 42 alunos não praticam nem natação nem basquete;
- O número de alunos que praticam só natação é idêntico ao número dos alunos que praticam só basquete;
- 34 alunos praticam natação e basquete; e
- 90 alunos praticam natação e tênis e, entre esses 90 alunos, 60 não praticam basquete.

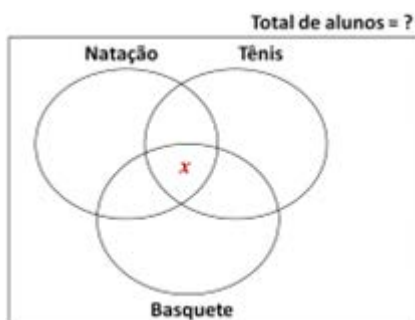
O número total de alunos do colégio, no atual semestre, é igual a:

- A) 186
- B) 198
- C) 206
- D) 220
- E) 228

Comentário:

Vamos inserir as informações do enunciado em um diagrama de Venn, **começando pela região que apresenta a maior intersecção (intersecção dos três conjuntos)**, seguindo para as regiões com intersecção dois a dois para, por fim, preencher as regiões que não têm intersecção.

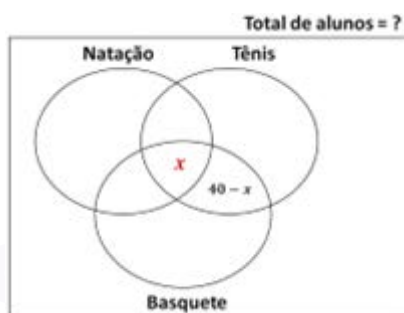
Em princípio, podemos considerar que não temos o número de elementos na intersecção três a três. Nesse caso, podemos dizer que **alunos praticam, ao mesmo tempo, natação, tênis e basquete**. Ficamos com o seguinte diagrama:



Vamos agora preencher as intersecções dois a dois.

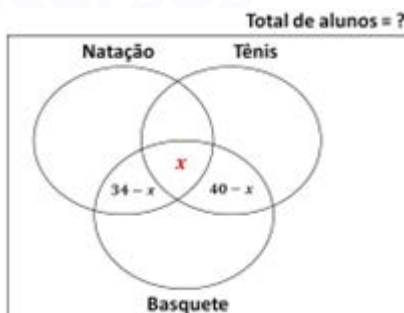
- **40 alunos praticam basquete e tênis.**

Nesse caso, praticam somente basquete e tênis $40 - x$.



- **34 alunos praticam natação e basquete.**

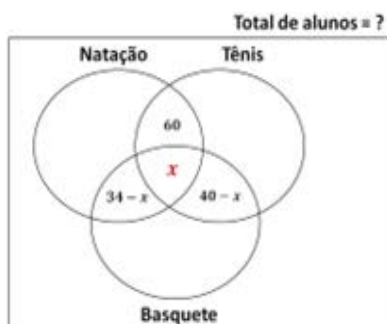
Nesse caso, praticam somente natação e basquete $34 - x$.



- **90 alunos praticam natação e tênis e, entre esses 90 alunos, 60 não praticam basquete.**

Veja que, segundo essa informação do enunciado, 60 alunos praticam natação e tênis e não praticam basquete.

Logo, esses 60 alunos praticam somente natação e tênis.



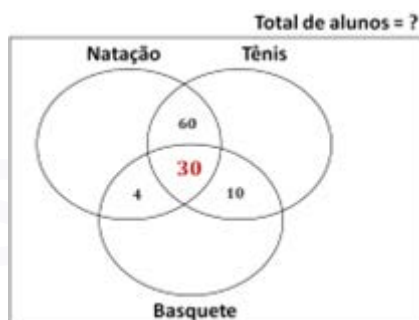
Note, ainda, que, como 90 alunos praticam natação e tênis, temos:

$$60 + x = 90$$

$$x = 90 - 60$$

$$x = 30$$

Agora que sabemos que x é igual a 30, podemos preencher o diagrama com essa informação. Ficamos com:



Vamos, agora, preencher as regiões em que não há intersecção entre conjuntos.

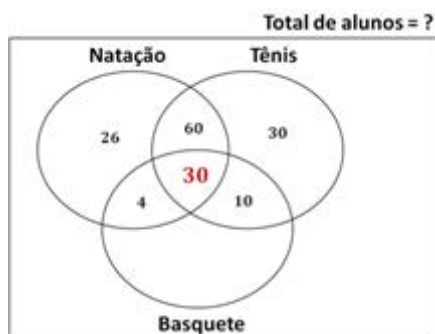
- **120 alunos praticam natação e 130 praticam tênis.**

Nesse caso, note que:

praticam somente natação: $120 - 60 - 30 - 4 = 26$.

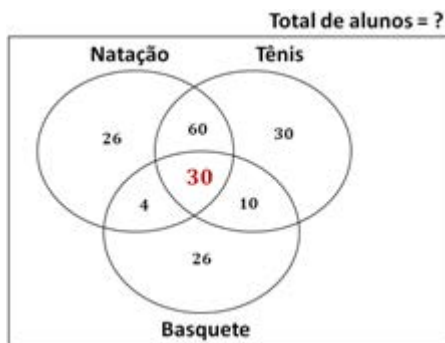
praticam somente tênis: $130 - 60 - 30 - 10 = 30$.

Ficamos com o seguinte diagrama:



- O número de alunos que praticam só natação é idêntico ao número dos alunos que praticam só basquete.

Logo, o número de alunos que praticam somente basquete é 26.

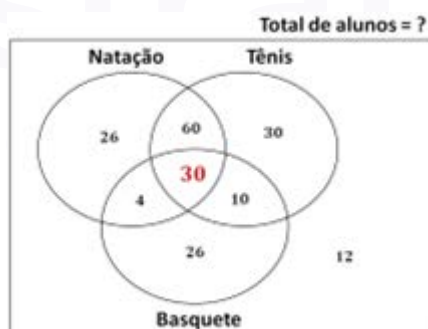


- 42 alunos não praticam nem natação nem basquete.

Os alunos que **não praticam nem natação nem basquete** são aqueles que:

- praticam somente tênis (30); ou
- não praticam nenhum esporte.

Como 30 alunos praticam somente tênis, o total de alunos que não praticam nenhum esporte é $42 - 30 = 12$.

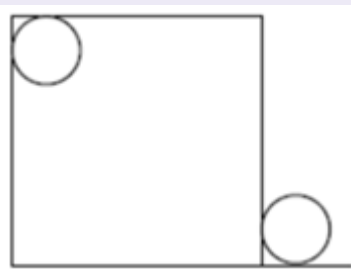


Para obter o total de alunos, basta somar todas as regiões do diagrama:

$$26 + 60 + 30 + 4 + 30 + 10 + 26 + 12 = 198 \text{ alunos}$$

Gabarito: B

54. A figura a seguir mostra um quadrado de lado 12 m e duas circunferências de raio 1,5 m, tangentes, cada uma, a duas retas.



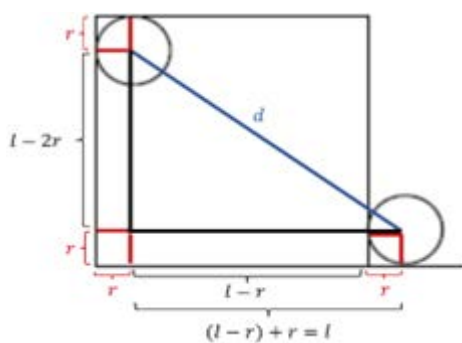
A distância entre os centros das duas circunferências é:

(Se necessário, utilize as seguintes aproximações: $\sqrt{2}=1,41$ e $\sqrt{3}=1,73$)

- A) 20,76 m
- B) 16,92 m
- C) 15,00 m
- D) 14,80 m
- E) 12,69 m

Comentário:

Conforme a figura a seguir, note que a distância d entre os dois centros é a hipotenusa de um triângulo retângulo em que um cateto mede $l-2r$ e outro cateto mede l , sendo l o lado do quadrado e r o raio das circunferências.



Aplicando o teorema de Pitágoras, temos:

$$\begin{aligned}d^2 &= (l-2r)^2 + l^2 \\d^2 &= (12 - 2 \times 1,5)^2 + 12^2 \\d^2 &= 9^2 + 12^2 \\d^2 &= 81 + 144 \\d^2 &= 225 \\d &= \sqrt{225} \\d &= 15\text{ m}\end{aligned}$$

Gabarito: C

55. Joaquim, que é marceneiro, possui duas tábuas cujas medidas são 240 cm e 340 cm. Joaquim deseja cortar as tábuas em pedaços iguais, cujas medidas tenham o maior tamanho possível. Nessas condições, sabendo-se que não devem restar sobras após os cortes, o total de pedaços que o marceneiro terá é:

- A) 17
- B) 20
- C) 26
- D) 29
- E) 32

Comentário:

Suponha que cada pedaço que se quer obter tenha x centímetros.

Temos duas tábuas cujas medidas são **240 cm** e **340 cm**. Note que, para que não haja sobra, **o comprimento de cada pedaço deve ser divisor, ao mesmo tempo, de 240 e 340**. Nesse caso, teremos:

- $\frac{240}{x}$ pedaços da primeira tábua; e
- $\frac{340}{x}$ pedaços da segunda tábua.

Como queremos que os pedaços tenham a maior medida possível, x **deve ser o maior possível**. Portanto, x é o **máximo divisor comum (MDC)** de **240 e 340**.

Primeiramente, vamos decompor **240** e **340** em fatores primos:

$$\begin{aligned}240 &= 24 \times 10 \\&= (2 \times 12) \times (2 \times 5) \\&= (2 \times 3 \times 4) \times (2 \times 5) \\&= (2 \times 3 \times 2 \times 2) \times (2 \times 5) \\&= 2^4 \times 3^1 \times 5^1\end{aligned}$$

$$\begin{aligned}340 &= 34 \times 10 \\&= (2 \times 17) \times (2 \times 5) \\&= 2^2 \times 5^1 \times 17^1\end{aligned}$$

Devemos selecionar os fatores primos **comuns** com os **menores expoentes** e realizar o produto.

$$240 = 2^4 \times 3^1 \times 5^1$$

$$340 = 2^2 \times 5^1 \times 17^1$$

Logo, $x = \text{MDC}(240; 340) = 2^2 \times 5^1 = 20$. Portanto, cada pedaço terá **20 centímetros**. O total de pedaços será:

Pedaços da primeira tábua + Pedaços da segunda tábua

$$\begin{aligned}&= \frac{240}{x} + \frac{340}{x} \\&= \frac{240}{20} + \frac{340}{20} \\&= 12 + 17 \\&= 29\end{aligned}$$

Gabarito: D

56. Trabalhando em conjunto, dois auditores – Arnaldo e Bernaldo – gastaram 3 horas e 20 minutos para fiscalizar certa quantidade de contribuintes. Sabendo-se que, sozinho, Arnaldo teria fiscalizado todos os contribuintes em 5 horas de trabalho ininterrupto, o esperado é que, sozinho, Bernaldo seria capaz de realizar tal tarefa se trabalhasse por um período de:

- A) 9 horas.
- B) 9 horas e 20 minutos.
- C) 9 horas e 40 minutos.
- D) 10 horas.
- E) 10 horas e 20 minutos.

Comentário:

Temos um problema que envolve a **velocidade de execução** de uma determinada tarefa.

Para facilitar as contas, vamos trabalhar com minutos. Veja que Arnaldo e Bernaldo gastaram **3h 20 min** para fiscalizar juntos uma quantidade de contribuintes. Isso corresponde a **$3 \times 60 + 20 = 200$ minutos**.

Por outro lado, Arnaldo teria fiscalizado todos os contribuintes em **5 horas**, isto é, em **$5 \times 60 = 300$ minutos**.

Queremos saber em quanto tempo Bernaldo seria capaz de realizar a tarefa sozinho. Vamos chamar esse tempo de **t**.

Veja que, quando Arnaldo e Bernaldo trabalham juntos, **as velocidades de execução da tarefa são somadas**.

Vamos supor, então, que tenhamos contribuintes para fiscalizar:

- a velocidade de Arnaldo, em contribuintes por minuto, é $\frac{x}{300}$;
- a velocidade de Bernaldo, em contribuintes por minuto, é $\frac{x}{t}$; e
- a velocidade de Arnaldo e Bernaldo juntos, em contribuintes por minuto, é $\frac{x}{200}$.

Logo, **somando as velocidades individuais de Arnaldo e de Bernaldo e igualando com a velocidade conjunta**, temos:

$$\frac{x}{300} + \frac{x}{t} = \frac{x}{200}$$

Veja que a quantidade x de contribuintes não importa, podendo ser simplificada na equação anterior. Temos:

$$\begin{aligned}\frac{1}{300} + \frac{1}{t} &= \frac{1}{200} \\ \frac{t + 300}{300t} &= \frac{1}{200}\end{aligned}$$

Ao realizar a multiplicação cruzada, temos:

$$200t + 200 \times 300 = 300t$$

$$60.000 = 300t - 200t$$

$$60.000 = 100t$$

$$100t = 60.000$$

$$t = \frac{60.000}{100}$$

$$t = 600$$

Logo, Bernaldo realizaria a tarefa sozinho em **600 minutos**. Como 1 hora corresponde a 60 minutos, o tempo em que Bernaldo seria capaz de realizar a tarefa sozinho é:

$$\frac{600}{60} = 10 \text{ horas}$$

O **gabarito**, portanto, é a **letra D**.

Gabarito: D

57. Arnaldo e Bernaldo, servidores da Receita Federal, foram incumbidos de elaborar 49 relatórios. Decidiram, então, dividir o total de relatórios entre si, em partes que eram, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais a seus respectivos tempos de serviço na Receita Federal e inversamente proporcionais a suas respectivas idades. Sabe-se também que, na ocasião, Arnaldo trabalhava na Receita Federal há 30 anos e tinha 72 anos de idade, enquanto Bernaldo lá trabalhava há 10 anos. Assim, se coube a Bernaldo elaborar 14 relatórios, sua idade:

- A) era maior ou igual a 60 anos.
- B) era maior ou igual a 50 e menor do que 60 anos.
- C) era maior ou igual a 40 e menor do que 50 anos.
- D) era maior ou igual a 30 e menor do que 40 anos.
- E) era inferior a 30 anos.

Comentário:

Considere que a idade de Bernaldo seja . Devemos determinar essa incógnita.

Temos que **dividir os 49 relatórios** em partes diretamente proporcionais aos **tempos de serviço** e inversamente proporcionais às **idades**. Portanto, a relação entre as grandezas é a seguinte.

$$\frac{(\text{Número de relatórios})}{(\text{Tempo de serviço}) \times \frac{1}{(\text{Idade})}} = \text{Constante}$$

Temos os seguintes dados:

- Bernaldo elaborará **14 relatórios**, trabalha há **10 anos** e tem **anos de idade**;
- Arnaldo elaborará $49 - 14 = 35$ relatórios, trabalha há **30 anos** e tem **72 anos de idade**.

Temos, portanto, a seguinte proporção:

$$\frac{(\text{Número de relatórios})_{\text{Arnaldo}}}{(\text{Tempo de serviço})_{\text{Arnaldo}} \times \frac{1}{(\text{Idade})_{\text{Arnaldo}}}} = \frac{(\text{Número de relatórios})_{\text{Bernaldo}}}{(\text{Tempo de serviço})_{\text{Bernaldo}} \times \frac{1}{(\text{Idade})_{\text{Bernaldo}}}}$$

$$\begin{aligned}\frac{35}{30 \times \frac{1}{72}} &= \frac{14}{10 \times \frac{1}{x}} \\ \frac{35 \times 72}{30} &= \frac{14x}{10} \\ \frac{14x}{10} &= \frac{35 \times 72}{30} \\ x &= \frac{35 \times 72}{30} \times \frac{10}{14}\end{aligned}$$

Simplificando 10 e 30 por 10, temos:

$$x = \frac{35 \times 72}{3} \times \frac{1}{14}$$

Simplificando 35 e 14 por 7, temos:

$$x = \frac{5 \times 72}{3} \times \frac{1}{2}$$

Simplificando 72 e 3 por 3, temos:

$$x = \frac{5 \times 24}{1} \times \frac{1}{2}$$

Simplificando 24 e 2 por 2, temos:

$$\begin{aligned}x &= \frac{5 \times 12}{1} \times \frac{1}{1} \\ &= 60\end{aligned}$$

Logo, a idade de Bernaldo era **60 anos**. Portanto, a idade de Bernaldo **era maior ou igual a 60 anos**.

Gabarito: A

58. Para a compra de produtos, uma loja oferece duas opções de pagamento para seus clientes:

I – pagamento à vista com 1% de desconto; ou

II – pagamento a prazo em dois pagamentos iguais, sendo o primeiro no ato da compra e o segundo 2 meses após a compra.

A taxa de juros mensal no pagamento a prazo está no intervalo entre:

Dado: $\sqrt{2} \cong 1,41$

- A) 0,45% e 0,55%
- B) 0,55% e 0,65%
- C) 0,65% e 0,75%
- D) 0,75% e 0,85%
- E) 0,85% e 0,95%

Comentário:

Para facilitar as contas, vamos arbitrar um valor de R\$ 100 para um produto adquirido na loja.

Observe que, no pagamento à vista, o cliente terá 1% de desconto, pagando R\$ 99 pelo produto.

Caso o cliente compre a prazo, serão feitos dois pagamentos de $100/2 = \text{R\$ } 50$, um na data da compra e outro 2 meses após a compra.

Para obter a taxa de juros para a compra a prazo, vamos equivaler os capitais na data da compra.

Valor à vista = valor presente a prazo

$$99 = 50 + \frac{50}{(1+i)^2}$$

$$99 - 50 = \frac{50}{(1+i)^2}$$

$$49 = \frac{50}{(1+i)^2}$$

$$(1+i)^2 = \frac{50}{49}$$

$$(1+i) = \sqrt{\frac{50}{49}}$$

$$(1+i) = \frac{\sqrt{50}}{\sqrt{49}}$$

$$(1+i) = \frac{\sqrt{25 \times 2} \times \sqrt{2}}{7}$$

$$(1+i) = \frac{5 \times \sqrt{2}}{7}$$

$$(1+i) = \frac{5 \times 1,41}{7}$$

$$(1+i) = \frac{7,05}{7}$$

$$(1+i) \cong 1,0071$$

$$i \cong 1,0071 - 1$$

$$i \cong 0,0071$$

$$i \cong 0,71\% \text{ a.m.}$$

Logo, a taxa de juros mensal no pagamento a prazo está no intervalo **entre 0,65% e 0,75%**.

Gabarito: C

59. Um título é descontado à taxa de 3% ao mês 45 dias antes de seu vencimento. Caso a operação seja a do desconto racional simples, o valor descontado do título é igual a R\$ 20.000,00. Utilizando a operação do desconto comercial simples, o valor descontado do título é:

- A) R\$ 19.100,00
- B) R\$ 19.474,50
- C) R\$ 19.604,75
- D) R\$ 19.959,50
- E) R\$ 19.979,75

Comentário:

Note que a taxa de juros fornecida é ao mês. Considerando o mês comercial de 30 dias, o período de antecipação, em meses, é:

$$t = \frac{45}{30} = 1,5 \text{ meses}$$

Segundo o problema, caso a operação seja a do **desconto racional simples**, o **valor descontado do título (valor atual)** é igual a R\$ 20.000,00.

No desconto racional simples, temos a seguinte relação entre o valor atual A_{RS} , o valor nominal N , a taxa de juros i e o período de antecipação t :

$$A_{RS} = \frac{N}{(1 + i \times t)}$$

Logo:

$$20.000 = \frac{N}{(1 + 0,03 \times 1,5)}$$

$$20.000 = \frac{N}{(1 + 0,045)}$$

$$20.000 = \frac{N}{1,045}$$

$$N = 20.000 \times 1,045$$

$$N = 20.900$$

Agora que conhecemos o valor nominal do título, vamos analisar a operação de **desconto comercial simples**. No **desconto comercial simples**, temos a seguinte relação entre o **valor atual** A_{cs} (**valor descontado**), o valor nominal N , a taxa de juros i e o período de antecipação t :

$$A_{cs} = N \times (1 - i \times t)$$

Logo:

$$A_{cs} = 20.900 \times (1 - 0,03 \times 1,5)$$

$$A_{cs} = 20.900 \times (1 - 0,045)$$

$$A_{cs} = 20.900 \times 0,955$$

$$A_{cs} = 19.959,50$$

Portanto, utilizando a operação do desconto comercial simples, o valor descontado do título é **R\$ 19.959,50**.

Gabarito: D

60. Para financiar um imóvel, José contraiu um empréstimo que foi pago em 48 prestações mensais. Considerando-se o Sistema de Amortização Constante (SAC) e que o empréstimo foi contratado a uma taxa de 2% ao mês, se o valor da última prestação foi de R\$ 5.100,00, o valor da 26ª prestação foi de:

- A) R\$ 7.400,00
- B) R\$ 7.300,00
- C) R\$ 7.200,00
- D) R\$ 7.100,00
- E) R\$ 7.000,00

Comentário:

Considere que o valor do empréstimo é E . No Sistema de Amortização Constante (SAC), o valor da amortização A é constante e igual a:

$$A = \frac{E}{n}$$

Em que n é o número de prestações. Para o caso em questão, temos:

$$A = \frac{E}{48}$$

Sabemos que a última prestação, P_{48} , é composta pela amortização e pelos juros da última prestação:

$$P_{48} = A + J_{48}$$

$$5.100 = \frac{E}{48} + J_{48}$$

$$\frac{E}{48} + J_{48} = 5.100 \text{ (Eq. 1)}$$

Os juros da última prestação correspondem ao saldo devedor inicial do último período vezes a taxa de juros:

$$J_{48} = SD_{inicial; 48} \times i$$

O **saldo devedor inicial do último período** corresponde a **uma amortização**. Além disso, os juros mensais são de **2% = 0,02**. Logo:

$$J_{48} = A \times 0,02$$

$$J_{48} = \frac{E}{48} \times 0,02$$

$$J_{48} = \frac{0,02E}{48}$$

Substituindo esse valor na **equação 1**, temos:

$$\frac{E}{48} + J_{48} = 5.100$$

$$\frac{E}{48} + \frac{0,02E}{48} = 5.100$$

$$\frac{E + 0,02E}{48} = 5.100$$

$$\frac{1,02E}{48} = 5.100$$

$$E = \frac{5.100 \times 48}{1,02}$$

$$E = 240.000$$

Agora que temos o valor do empréstimo, podemos obter o valor da amortização:

$$A = \frac{E}{48}$$

$$A = \frac{240.000}{48}$$

$$A = 5.000$$

Vamos, agora, calcular o valor da 26ª prestação (P_{26}), que é composta pela amortização A e pelos juros do 26º período:

$$P_{26} = A + J_{26}$$

$$P_{26} = 5000 + J_{26} \text{ (Eq. 2)}$$

Os juros do 26º período correspondem ao saldo devedor inicial do 26º período vezes a taxa de juros:

$$J_{26} = SD_{inicial;26} \times i$$

$$J_{26} = SD_{inicial;26} \times 0,02$$

O saldo devedor inicial do 26º período corresponde ao empréstimo menos 25 amortizações:

$$SD_{inicial;26} = E - 25A$$

$$SD_{inicial;26} = 240.000 - 25 \times 5.000$$

$$SD_{inicial;26} = 240.000 - 125.000$$

$$SD_{inicial;26} = 115.000$$

Logo, juros do 26º período correspondem a:

$$J_{26} = SD_{inicial;26} \times 0,02$$

$$J_{26} = 115.000 \times 0,02$$

$$J_{26} = 2.300$$

Logo, a partir da **equação 2**, a 26ª parcela é:

$$P_{26} = 5000 + J_{26}$$

$$P_{26} = 5000 + 2300$$

$$P_{26} = R\$ 7.300,00$$

Gabarito: B

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

01. Sobre Data Cleaning

- A) Não deve ser utilizada em grandes negócios, pois pode ser considerada como uma etapa desnecessária para a tomada de decisão.
- B) É uma técnica muito usada pelos bancos de dados no processamento de dados estruturados.
- C) Deve ser adotada para todas as soluções de pequenos volumes de dados.
- D) Consiste em um processo de eliminação de dados inválidos, “sujos” ou pouco informativos.
- E) Exige a montagem e criação de uma outra base de dados para o seu armazenamento.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Deve ser utilizada sempre que possível, pois aumenta a qualidade da tomada de decisão.

Incorreta a alternativa B. É usada nos processos de tomada de decisão.

Incorreta a alternativa C. Preferencialmente usada em grandes volumes de dados.

Correta a alternativa D. É exatamente essa a função.

Incorreta a alternativa E. Consiste na limpeza da base de dados atual.

Gabarito: D

02. No Python, a função utilizada para retornar o tamanho de uma string é:

- A) len()
- B) split()
- C) strip()
- D) find()
- E) index()

Comentários:

Correta a alternativa A. É a função que realiza o que foi solicitado no enunciado.

Incorreta a alternativa B. Essa função divide substrings encontradas a partir de um separador especificado e retorna uma lista.

Incorreta a alternativa C. Essa função remove os espaços em branco do início e do fim da string.

Incorreta a alternativa D. Essa função retorna a posição da primeira ocorrência de um valor em uma string ou -1 se não existir.

Incorreta a alternativa E. Essa função é semelhante ao find(), mas retorna uma exceção caso o valor não exista.

Gabarito: A

03. Sistemas de Recomendação tornaram-se extremamente úteis no mercado corporativo devido a seu comprovado incremento na efetivação de vendas e à facilitação que gera na navegação do usuário. As duas arquiteturas básicas no uso de Sistemas de Recomendação são:

- A) Baseado em Conteúdo; Filtragem Colaborativa.
- B) Baseado em Filtragem; Filtragem Corporativa.
- C) Baseado em Conteúdo; Filtragem Intuitiva.
- D) Indução de Conteúdo; Escolha autônoma.
- E) Filtragem Colaborativa; Indução Funcional.

Comentários:

Correta a alternativa A. São as duas arquiteturas mais comuns.

Incorreta a alternativa B. Não são arquiteturas possíveis, pois foram inventadas pelo autor da questão.

Incorreta a alternativa C. Não são arquiteturas possíveis, pois foram inventadas pelo autor da questão.

Incorreta a alternativa D. Não são arquiteturas possíveis, pois foram inventadas pelo autor da questão.

Incorreta a alternativa E. Não são arquiteturas possíveis, pois foram inventadas pelo autor da questão.

Gabarito: A

04. Com o desenvolvimento tecnológico, a comunicação homem-máquina tem se tornado extremamente importante e várias técnicas têm sido desenvolvidas para aprimorá-la. Das letras abaixo, marque a área de conhecimento que realiza esse estudo específico:

- A) Big Data
- B) ETL
- C) Data Warehouse
- D) PNL
- E) Programação de alto nível

Comentários:

Incorreta a alternativa A. É a tecnologia que permite a construção de arquiteturas capazes de processar grandes volumes de dados, em um curto espaço de tempo, permitindo a análise deles.

Incorreta a alternativa B. ETL é uma técnica de extração de dados composta pelos passos: extração, transformação e carga.

Incorreta a alternativa C. O DW é o armazém de dados. Um grande espaço para armazenamento de dados, porém dados estruturados.

Correta a alternativa D. É exatamente o ramo responsável pelo que é dito no enunciado.

Incorreta a alternativa E. Programação de alto nível é toda programação que usa recursos mais próximos da linguagem humana e de melhor compreensão pelo homem.

Gabarito: D

05. No processo de ingestão de dados, quando a carga é feita apenas dos registros novos ou daqueles que foram alterados, mas que ainda não foram importados, chamamos de:

- A) Carga Total
- B) Carga Geral
- C) Carga Full
- D) Carga Parcial
- E) Carga Incremental

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Carga Total é a carga de todos os arquivos da origem. Geralmente é a carga feita inicialmente.

Incorreta a alternativa B. Essa opção é inventada pelo autor e não existe.

Incorreta a alternativa C. É o mesmo que Carga Total.

Incorreta a alternativa D. Essa opção é inventada pelo autor e não existe. Existem cargas parciais, mas não como um termo técnico.

Incorreta a alternativa E. Essa é a designação correta e faz exatamente o que está descrito no enunciado.

Gabarito: E

06. Dentre as características do Data Warehouse, aquela que permite que os dados fiquem disponíveis apenas para que os usuários realizem consultas e façam relatórios que auxiliem a tomada de decisão por parte dos gestores de uma organização, sendo somente leitura para os usuários finais de um banco de dados, é:

- A) orientado por assunto
- B) integrado
- C) histórico
- D) analítico
- E) Não Volátil

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Um Data Warehouse é montado por assunto, isto é, ele trata de temas específicos e importantes para o negócio da organização.

Incorreta a alternativa B. Um Data Warehouse é integrado, ou seja, os dados estão consistentes e uniformes. Para isso, as inconsistências são removidas e os conflitos de informações são consertados antes de serem inseridos ou carregados em um Data Warehouse, o que os torna integrados de múltiplas fontes diferentes de forma consistente, padronizada e uniforme.

Incorreta a alternativa C. Um Data Warehouse é histórico devido à não modificação dos dados, o que permite recuperar dados de três, seis, doze meses ou até mesmo dados mais antigos de um Data Warehouse.

Incorreta a alternativa D. Ser analítico não é característica.

Correta a alternativa E. Essa é a definição de ser não volátil.

Gabarito: E

07. O objetivo do Data mining que indica que a mineração pode ser usada para mostrar como certos atributos de dados se comportarão no futuro é:

- A) Identificação
- B) Previsão
- C) Classificação
- D) Otimização
- E) Associação

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Não atende ao solicitado.

Correta a alternativa B. Isso é exatamente o que determina o objetivo da previsão.

Incorreta a alternativa C. Não atende ao solicitado.

Incorreta a alternativa D. Não atende ao solicitado.

Incorreta a alternativa E. Não atende ao solicitado.

Gabarito: B

08. Utilizando as palavras: “subjetivo, cognitivo e experimental, pessoal e internalizado”, estamos falando do conhecimento:

- A) passageiro
- B) removível
- C) explícito
- D) tácito
- E) derivado

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Esse conhecimento não existe.

Incorreta a alternativa B. Esse conhecimento não existe.

Incorreta a alternativa C. O conhecimento explícito não se identifica com essas palavras.

Correta a alternativa D. São palavras-chaves para o conhecimento tácito.

Incorreta a alternativa E. Esse conhecimento não existe.

Gabarito: D

09. O modelo de governança de dados em que o mesmo modelo operacional e padrões de governança de dados são adotados por cada unidade de negócios é o:

- A) centralizado
- B) replicado
- C) normalizado
- D) federado
- E) distribuído

Comentários:

Incorreta a alternativa A. No centralizado, a organização de governança supervisiona todas as atividades.

Correta a alternativa B. Essa é a definição do modelo replicado.

Incorreta a alternativa C. Não existe esse modelo.

Incorreta a alternativa D. Nesse modelo, uma organização de governança de dados coordena-se com várias unidades de negócios.

Incorreta a alternativa E. Não existe esse modelo.

Gabarito: B

10. Dos gráficos abaixo, marque aquele que é mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- A) De Linha
- B) Barra
- C) Coluna
- D) De Dispersão
- E) Pizza

Comentários:

Correta a alternativa A. É o gráfico tipicamente indicado para esse caso.

Incorreta a alternativa B. Não é o gráfico mais indicado.

Incorreta a alternativa C. Não é o gráfico mais indicado.

Incorreta a alternativa D. Não é o gráfico mais indicado.

Incorreta a alternativa E. Não é o gráfico mais indicado.

Gabarito: A

11. Das letras abaixo, assinale aquela que NÃO corresponde a um componente presente em uma arquitetura de BIG DATA.

- A) Coleta mínima de dados.
- B) Identificação da origem dos dados.
- C) Obtenção dos dados.
- D) Tratamento dos dados.
- E) Obtenção dos dados.

Comentários:

Correta a alternativa A. As tecnologias de big data trabalham com repositório de dados, não havendo a ideia de uma coleta MÍNIMA de dados para o seu uso.

Incorreta a alternativa B. É um componente válido.

Incorreta a alternativa C. É um componente válido.

Incorreta a alternativa D. É um componente válido.

Incorreta a alternativa E. É um componente válido.

Gabarito: A

12. Analise as alternativas a seguir e marque a correta:

- A) A ingestão de dados funciona apenas para dados em lote.
- B) A ingestão de dados funciona apenas para dados em streaming.
- C) A ingestão de dados em lote é útil quando os dados são sensíveis ao tempo.
- D) A ingestão de dados em streaming deve ser adotada em intervalos agendados e de forma recorrente.
- E) A ingestão de dados pode absorver dados de diversas fontes e transferi-los para uma base onde podem ser depositados e analisados.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A ingestão de dados pode ser em lote ou em fluxo.

Incorreta a alternativa B. A ingestão de dados pode ser em lote ou em fluxo.

Incorreta a alternativa C. Essa é a ingestão em streaming.

Incorreta a alternativa D. Essa é a ingestão em lote.

Correta a alternativa E. Esse é o papel da ingestão de dados. Termo cada vez mais usado diante do grande volume de dados atual.

Gabarito: E

13. Analise as alternativas abaixo sobre Deduplicação e marque a alternativa correta sobre essa técnica.

- A) Utiliza a mesma técnica da compactação de dados.
- B) Deve ser utilizada para otimizar o armazenamento de dados ou uma transmissão.
- C) É uma técnica disponível apenas para pequenos volumes de dados.
- D) Identifica pedaços de textos redundantes e os replica no banco em diversas instâncias para facilitar a posterior recuperação.
- E) Analisa apenas registros individuais de dados estruturados.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. São técnicas distintas. A deduplicação identifica pedaços do texto gerando uma instância única e apontando as demais referências para essa instância

Correta a alternativa B. É exatamente essa a intenção do seu uso.

Incorreta a alternativa C. Preferencialmente usada em grandes volumes de dados.

Incorreta a alternativa D. Elimina a replicação.

Incorreta a alternativa E. Analise grandes porções de dados.

Gabarito: B

14. As árvores de decisão são usadas em tarefas de classificação. Sobre elas, é correto afirmar que:

- A) As árvores de decisão não podem gerar regras compreensíveis.
- B) Uma única árvore de decisão normalmente faz grandes previsões e não podem ser combinadas.
- C) As árvores de decisão geralmente não fornecem uma indicação clara de quais campos são mais importantes para predição ou classificação.
- D) Várias árvores são frequentemente combinadas em forma de florestas chamadas (Random Forests).
- E) As árvores de decisão nunca estão sujeitas a erros.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Podem gerar.

Incorreta a alternativa B. Uma única árvore de decisão normalmente não faz grandes previsões e podem ser combinadas.

Incorreta a alternativa C. Geralmente fornecem.

Correta a alternativa D. As combinações são comuns e se chamam florestas.

Incorreta a alternativa E. As árvores de decisão estão sujeitas a erros em problemas de classificação com muitas classes e um número relativamente pequeno de exemplos de treinamento.

Gabarito: D

15. Sobre Map Reduce:

- A) No processo de mapeamento (Map), os dados são separados em trios.
- B) No processo de redução, os dados são agregados em conjuntos de dados maiores.
- C) MapReduce funciona através de 2 operações: mapeamento e redução.
- D) A chave (key) armazena o valor do registro.
- E) O valor (value) é a chave que identifica o conteúdo.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. No processo de mapeamento (Map), os dados são separados em pares.

Incorreta a alternativa B. No processo de redução, os dados são agregados em conjuntos de dados menores.

Correta a alternativa C. É a base do MapReduce.

Incorreta a alternativa D. A chave (key) funciona como o identificador do registro.

Incorreta a alternativa E. O valor (value) é o dado (conteúdo) identificado pela chave.

Gabarito: C**16. Qual dos itens listados abaixo não é um exemplo de Bancos de Dados Relacional?**

- A) PostgreSQL.
- B) NoSQL.
- C) SQL Server.
- D) MySQL.
- E) MariaDB

Comentários:

NoSQL não é um SGBD relacional, todos os outros são.

É importante saber sobre NoSQL, foi tema de duas questões da FGV para Receita Federal (<https://concursos.estrategia.com/questoes/4001335514>).

Gabarito: B

17. As propriedades do teorema CAP para bancos de dados NoSQL são consistência e:

- A) Disponibilidade e tolerância a partições.
- B) Disponibilidade e escalabilidade horizontal.
- C) Tolerância a falhas e desempenho.
- D) Escalabilidade vertical e latência baixa.
- E) Redundância de dados e alta durabilidade.

Comentários:

O teorema CAP (Consistência, Disponibilidade e Tolerância a Partições) afirma que um sistema distribuído só pode fornecer, no máximo, duas dessas três garantias ao mesmo tempo.

FGV não só cobrou uma questão muito parecida com essa na ALESC (<https://concursos.estrategia.com/questoes/4001624847>), como também cobrou essa questão na Receita Federal (<https://concursos.estrategia.com/questoes/4001336426>).

Gabarito: A

18. A transação tem como característica oferecer as seguintes propriedades: atomicidade, consistência, isolamento e durabilidade (ACID). Uma vez que um dado é persistido na base de dados e a transação é finalizada, todas as atualizações feitas devem permanecer no banco:

- A) exceto se a memória RAM do banco de dados falhar.
- B) mesmo que após o término da transação haja falhas no SGBD.
- C) exceto se a transação durar menos do que 5 segundos.
- D) exceto se uma outra transação interferir no trabalho da transação atual.
- E) uma transação nunca é finalizada, exceto se o comando de rollback for feito.

Comentários:

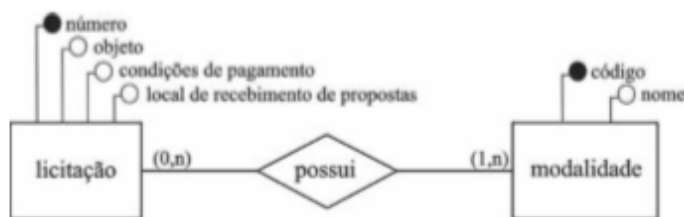
A propriedade de durabilidade no ACID garante que, uma vez que uma transação é concluída, suas alterações são persistidas e sobreviverão a falhas no sistema, inclusive falhas no SGBD. Portanto, se a transação finalizar, isso quer dizer que o comando de "commit" foi realizado, portanto TODOS os dados estão consistentes no banco. Não interessa o que vem depois disso, mas a base de dados estará com os dados atualizados.

OLD BUT GOLD → <https://concursos.estrategia.com/questoes/4000652781>

Questão antiga da FGV mas excelente para entender os conceitos

Gabarito: B

19. Sobre o modelo abaixo, assinale a alternativa correta



- A) Uma licitação pode estar associada a nenhuma modalidade.
- B) Uma modalidade deve estar sempre associada a pelo menos uma licitação.
- C) Uma modalidade pode estar associada a várias licitações ou a nenhuma.
- D) Uma licitação pode estar associada a nenhuma modalidade ou a várias.
- E) Uma licitação deve estar sempre associada a uma única modalidade.

Comentários:

A cardinalidade (0,n) indica que uma modalidade pode não estar associada a nenhuma licitação ou pode estar associada a várias.

Gabarito: C

20. Na arquitetura ANSI/SPARC de banco de dados, o nível conceitual

- A) define a estrutura de armazenamento do banco de dados.
- B) define a estrutura do banco de dados para uma comunidade de usuários.
- C) define a estrutura do banco de dados para cada usuário específico.
- D) define a DDL do sistema.
- E) é o foco do trabalho do DBA.

Comentários:

Assunto muito cobrado

(<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/conceitos-basicos-de-banco-de-dados/>).

Na arquitetura ANSI/SPARC, o nível conceitual descreve a estrutura lógica do banco de dados que é relevante para a comunidade de usuários, sem se preocupar com detalhes de implementação ou armazenamento físico.

Gabarito: B**21. A métrica que permite mensurar a proporção de previsões positivas corretas sobre a soma de todos os valores positivos é conhecida como:**

- A) F1-score.
- B) *recall*.
- C) precisão.
- D) acurácia.
- E) exatidão.

Comentários:

Letra A: errada. O F1-score trata-se da média harmônica calculada com base na precisão e na sensibilidade.

Letra B: errada. O *recall* trata-se da métrica que permite avaliar a capacidade do classificador de detectar com sucesso resultados positivos.

Letra C: correta. É exatamente essa a definição da precisão.

Letra D: errada. A acurácia trata-se da métrica mais simples que permite mensurar o percentual de acertos, isto é, a quantidade de previsões corretas dentro do total de previsões possíveis.

Letra E: errada. Essa métrica não existe.

Gabarito: C

22. Das letras a seguir, marque a que NÃO contém um processo válido no ITIL.

- A) Estratégia de serviço.
- B) *Design* de serviços.
- C) Transição de serviço.
- D) Operação de serviços.
- E) Manutenção do serviço.

Comentários:

Letra A: errada. Esse é um processo válido no ITIL.

Letra B: errada. Esse é um processo válido no ITIL.

Letra C: errada. Esse é um processo válido no ITIL.

Letra D: errada. Esse é um processo válido no ITIL.

Letra E: correta. O nome do processo correto no ITIL é Melhoria Contínua de Serviço.

Gabarito: E

23. Os *outliers* podem ser naturais ou artificiais e sua detecção é extremamente importante no processo de análise de dados, visto que a interpretação errada do conjunto de dados pode levar à indução de erros na tomada de decisão. Das técnicas a seguir, qual é a que pode ser comumente usada para a detecção de *outliers*?

- A) *Boxplot*.
- B) Matriz de Confusão.
- C) Gráfico de linha.
- D) Regressão Linear.
- E) Substituição de Dados Ausentes.

Comentários:

Letra A: correta. O *boxplot*, ou diagrama de caixa, é uma ferramenta gráfica que pode ser usada para detectar e interpretar os *outliers* em um conjunto de dados.

Letra B: errada. Essa técnica não é usada para a detecção de *outliers*.

Letra C: errada. Essa técnica não é usada para a detecção de *outliers*.

Letra D: errada. Essa técnica não é usada para a detecção de *outliers*.

Letra E: errada. Essa técnica não é usada para a detecção de *outliers*.

Gabarito: A

24. Sobre Aprendizado de Máquina, marque a alternativa correta.

- A) O Aprendizado Não Supervisionado é o conjunto de técnicas de aprendizado para treinar um modelo com dados rotulados manualmente, isto é, um especialista/supervisor externo diz qual é a saída esperada para cada dado histórico utilizado no treinamento.
- B) No Aprendizado Semissupervisionado, temos uma grande quantidade de dados não rotulados e uma pequena quantidade de dados rotulados para que consigamos equilibrar os custos e a precisão do modelo.
- C) No Aprendizado Supervisionado, temos custos menores e precisão maior.
- D) No Aprendizado Não Supervisionado, temos custos maiores e menor precisão.
- E) O Aprendizado Supervisionado é um conjunto de técnicas para treinar um modelo em que não se sabe a saída esperada para cada dado usado no treinamento.

Comentários:

Letra A: errada. Essa é a definição do Aprendizado Supervisionado.

Letra B: correta. Essa é uma das características do aprendizado semissupervisionado.

Letra C: errada. Nele, temos custos maiores e maior precisão.

Letra D: errada. Nele, temos custos menores e menor precisão.

Letra E: errada. Essa é a definição do Aprendizado Não Supervisionado.

Gabarito: B

25. A orientação é não manter nenhum dado impresso ou anotado em papel, no meio físico, disponível para as pessoas que têm acesso àquele ambiente, evitando papéis espalhados sobre a mesa, para que pessoas não autorizadas ou que não deveriam ter acesso a uma determinada informação não possam facilmente quebrar essa regra. Essa é uma prática de segurança da informação chamada de:

- A) Prática da Mesa Limpa.
- B) Prática do Cuidado Pessoal.
- C) Prática do TOC.
- D) Prática da Boa Vizinhança.
- E) Prática da Não Acumulação.

Comentários:

Letra A: correta. Essa orientação é conhecida como a Prática da Mesa Limpa.

Letra B: errada. Essa opção foi criada pelo elaborador.

Letra C: errada. Essa opção foi criada pelo elaborador.

Letra D: errada. Essa opção foi criada pelo elaborador.

Letra E: errada. Essa opção foi criada pelo elaborador.

Gabarito: A

26. Na segurança da informação, temos princípios importantes que buscamos atingir. Um deles garante que só deverá ter acesso útil aos dados quem tem permissão. Esse é o princípio chamado de:

- A) confidencialidade.
- B) autenticidade.
- C) não repúdio.
- D) disponibilidade.
- E) integridade.

Comentário:

Letra A: correta. O princípio da confidencialidade garante que só terá acesso útil ao dado quem deve ter.

Letra B: errada. O princípio da autenticidade garante que quem realiza a operação é quem diz ser.

Letra C: errada. O não repúdio garante que a autoria de uma operação não poderá ser negada.

Letra D: errada. O princípio da disponibilidade garante que os dados e serviços estarão disponíveis quando e para quem devam estar.

Letra E: errada. O princípio da integridade garante que o estado dos dados só será alterado com permissão.

Gabarito: A

27. As redes neurais que podem ser usadas tanto para compactar dados para armazenamento e/ou transmissão quanto para representar os dados em forma reduzida, para que, por exemplo, outra rede neural especializada em uma tarefa específica possa utilizá-los, são chamadas comumente de:

- A) *recurrent neural network* (RNN).
- B) *autoencoder* (AE).
- C) *long short-term memory* (LSTM).
- D) *gated recurrent network* (GRU).
- E) *variational auto-encoder* (VAE).

Comentário:

Letra A: errada. Geralmente, essas redes podem modelar problemas com característica temporal, como a previsão do tempo dado o histórico climático em uma janela do passado.

Letra B: correta. Essa é a descrição correta do *autoencoder* e sua principal função.

Letra C: errada. As LSTMs são consideradas evoluções das RNNs, estendendo seu campo de aplicação para, por exemplo, serem capazes de compor textos com coerência semântica e gramatical, em que as palavras anteriores devem manter um grau de relação com as palavras posteriores.

Letra D: errada. As GRUs costumam ter aplicação similar à das LSTMs, mas são mais rápidas e fáceis de treinar. Entretanto, seu desempenho pode ser um pouco menos expressivo.

Letra E: errada. Os VAEs são utilizados para realizar o treinamento e a inferência em problemas de natureza probabilística.

Gabarito: B

28. Das letras a seguir, marque aquela que contém características específicas da lista no Python:

- A) mutável e sem valores duplicados.
- B) ordenado e indexável.
- C) ordenados e imutáveis.
- D) ordenado e sem valores duplicados.
- E) não ordenado e imutável.

Comentário:

Letra A: errada. Uma *list* (lista) é uma coleção de valores ordenados, mutáveis e indexáveis que pode conter valores duplicados.

Letra B: correta. Uma *list* (lista) é uma coleção de valores ordenados, mutáveis e indexáveis que pode conter valores duplicados.

Letra C: errada. Uma *list* (lista) é uma coleção de valores ordenados, mutáveis e indexáveis que pode conter valores duplicados.

Letra D: errada. Uma *list* (lista) é uma coleção de valores ordenados, mutáveis e indexáveis que pode conter valores duplicados.

Letra E: errada. Uma *list* (lista) é uma coleção de valores ordenados, mutáveis e indexáveis que pode conter valores duplicados.

Gabarito: B

29. No R, qual é a função do comando `data.frame()`?

- A) Lista os objetos criados no console.
- B) Lista arquivos de determinado diretório.
- C) Carrega um pacote de dados.
- D) Carrega dados específicos.
- E) Cria um *data frame* com os argumentos, nomeados ou não.

Comentário:

Letra A: errada. Essa é a função do comando `ls()`.

Letra B: errada. Essa é a função do comando `dir("diretório")`.

Letra C: errada. Essa é a função do comando `library(x)`.

Letra D: errada. Essa é a função do comando `data(x)`.

Letra E: correta. O comando em questão, no enunciado, realiza exatamente essa função.

Gabarito: E

30. Nos últimos anos, as empresas e organizações têm buscado mudar seus perfis gerenciais e focar um quadro capaz de tomar decisões mais assertivas e tempestivas. A prática de basear decisões na análise de dados, não apenas na intuição, para tomada de decisões de negócio chama-se:

A) *alta performance*.

B) *dashboard*.

C) *data mining*.

D) *data-driven decision (DDD)*.

E) *Big Ben*.

Comentário:

Letra A: errada. Essa não é uma definição.

Letra B: errada. É uma ferramenta para exibição de dados.

Letra C: errada. É o processo de mineração dos dados.

Letra D: correta. Esse é exatamente o processo descrito no enunciado e chama-se decisão orientada a dados.

Letra E: errada. É o processo de criação do Universo.

Gabarito: D

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Analise os seguintes itens:

I- Para que haja a recepção de uma determinada lei por nova Constituição, ela deverá, tão somente: ser vigente; ser material e formalmente compatível com o novo texto constitucional.

II- No Brasil, caso não haja cláusula especial para determinar a data de sua vigência, a Constituição produzirá efeitos imediatos.

III- A repristinação se dá quando uma norma é revogada tem sua vigência restabelecida.

Está correto aquilo que se afirma nos itens:

- A) Nenhum dos itens.
- B) Todos os itens.
- C) I e II.
- D) II apenas.
- E) II e III.

Comentários:

O item I está incorreto.

Para que a lei seja recepcionada pela nova Constituição, deverá atender, cumulativamente, a três requisitos:

I- Estar vigente no momento da promulgação da nova Constituição (não pode estar em *vacatio legis*);

II- Ter conteúdo compatível com a nova Constituição (compatibilidade material);

III- ter sido produzida de modo válido (compatibilidade formal com a Constituição vigente à época de sua edição).

O item II está correto.

No ordenamento brasileiro, caso não haja cláusula especial que determine a data de sua vigência, a Constituição produzirá efeitos imediatos.

Dessa forma, as normas constitucionais, em regra, entram em vigor na data de sua publicação, provocando uma ruptura com a ordem jurídica precedente.

A Constituição de 1988 entrou em vigor na data de sua publicação, não adotando a *vacatio constitutionis*.

O item III está correto.

A repristinação se dá quando uma norma é revogada por outra e, posteriormente, a própria norma revogadora é revogada por uma terceira, e esta terceira norma, ao invés de inovar a matéria, irá fazer com que a primeira tenha sua vigência restabelecida.

Gabarito: E

02. Com base na Jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal acerca da prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento, assinale a alternativa correta:

- A) A prerrogativa fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas não compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- B) A prerrogativa não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, nem compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- C) A prerrogativa não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- D) A prerrogativa fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, e compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- E) A prerrogativa não fere os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, mas fere o princípio da isonomia, razão pela qual compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

Comentários:

A questão leva em consideração o entendimento do STF fixado no julgamento da **ADI 4768/DF**.

Nesse sentido, foi entendido pelo STF que a prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento (Lei Complementar 75/1993, art. 18, I, “a”; e Lei 8.625/1993, art. 41, XI) **não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (CF/1988, art. 5º, I, LIV e LV) nem compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.**

O Supremo entendeu que a atual posição dos sujeitos processuais na sala de audiências e de julgamento é justificada seja pela tradição, seja pela diferenciada função desempenhada pelo órgão ministerial como representante do povo, uma vez que atua de forma imparcial para alcançar os fins que lhe foram constitucionalmente conferidos.

Gabarito: B

03. A Câmara Municipal do Município Iota aprovou lei, de iniciativa do prefeito, que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos; contudo, tal lei foi contestada junto ao Supremo Tribunal Federal. Segundo entendimento do STF acerca do tema, a referida lei é:

- A) Constitucional.
- B) Inconstitucional, por vício de iniciativa.
- C) Inconstitucional, por violar competência exclusiva da União.
- D) Inconstitucional, por violar competência privativa da União.
- E) Inconstitucional, por violar competência dos Municípios.

Comentários:

A questão leva em consideração o entendimento firmado pelo STF no julgamento do RE 1.210.727/SP (Tema 1.056 RG).

O STF entendeu ser constitucional a lei municipal que veda a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos, por dispor sobre a proteção do meio ambiente e a proteção e defesa da saúde, matérias de competência legislativa concorrente entre a União, estados e DF (CF/1988, art. 24, VI e XII), e estabelecer restrição necessária, adequada e proporcional no âmbito de sua competência suplementar e nos limites de seu interesse local (CF/1988, art. 30, I e II).

Nesse sentido, foi fixada a seguinte tese: “É constitucional – formal e materialmente – lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.”

Segundo o STF, a lei municipal que confere regulamentação mais protetiva, considerados os impactos negativos à saúde e ao meio ambiente advindos dos efeitos ruidosos causados com a queima de fogos de artifício e outros artefatos similares, atua nos limites do regular exercício de sua competência legislativa. **(Informativo 1093)**

Gabarito: A

04. A Constituição do Estado X foi emendada para constar dispositivo com a seguinte redação: Art. 102; Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. §1º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Tal norma, contudo, foi contestada por meio de ADI.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- A) A emenda é inconstitucional, pois não é possível a Constituição Estadual conferir inviolabilidade penal aos Deputados Estaduais.
- B) A emenda é inconstitucional, pois não é possível a Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil ou penal aos Deputados Estaduais.
- C) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil aos Deputados Estaduais.
- D) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso Nacional se estendem aos deputados estaduais.
- E) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais são constitucionalmente previstas para deputados estaduais.

Comentários:

Incorreta a alternativa alternativa A. A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso são estendidas aos Deputados Estaduais, independentemente de se tratar de inviolabilidade civil ou penal.

Incorreta a alternativa B. A emenda é constitucional, tendo em vista que independentemente de se tratar de inviolabilidade civil ou penal, as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso são estendidas aos Deputados Estaduais.

Incorreta a alternativa C. A emenda é constitucional, pois, como mostrado nas alternativas acima, as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso Nacional, independentemente de se tratar de inviolabilidade civil ou penal, são estendidas aos Deputados Estaduais.

Correta a alternativa D. No julgamento das ADI 5.824/RJ e ADI 5.825/MT, ficou firmado o entendimento de que, por força do § 1º do art. 27 da Constituição Federal de 1988, as imunidades materiais e formais conferidas

aos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) estendem-se aos deputados estaduais. **(Informativo 1081).**

Incorreta a alternativa E. Ainda que não sejam mencionados de forma explícita os Deputados Estaduais, o legislador constituinte originário fez essa extensão de forma expressa. Para tanto, referiu-se, em primeiro lugar, às inviolabilidades, que equivalem à imunidade material, e, em seguida, às demais imunidades, que equivalem às imunidades formais. Nesse contexto, por observância ao princípio republicano, é constitucional norma do constituinte derivado que mantém a exata e rigorosa disciplina das regras de repetição obrigatória referentes às imunidades parlamentares.

Gabarito: D

05. Analise os seguintes itens:

I- O Ministro da Justiça, obrigatoriamente, será brasileiro nato.

II- Poderão ser naturalizados brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

III- São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- A) Apenas I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) I, II e III.

Comentários:

O item I está incorreto. Nos termos do art. 12, §3º, VII, o **Ministro da Defesa** será obrigatoriamente brasileiro nato, não fazendo a CF menção aos demais senadores:

Art. 12. São brasileiros:

(...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

(...)

VII - de Ministro de Estado da Defesa

O item II está correto. Poderão se naturalizar os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira, conforme disposto no art. 12, II, “b” da CF/88:

Art. 12. São brasileiros:

(...)

II - naturalizados:

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

O item III está correto. Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira serão brasileiros natos, nos termos do art. 12, I, “c”, da CF/88:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Gabarito: D

06. Barbie, norte americana, encontrava-se trabalhando na filial de uma empresa privada norueguesa de petróleo em território brasileiro quando iniciou um relacionamento com Mahamed, de nacionalidade saudita residente em Campos dos Goytacazes, RJ. Desse relacionamento nasceu Brigitte, que foi levada pelos pais, um ano após o nascimento no Brasil, para a África do Sul, novo local de trabalho de sua mãe. Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que Brigitte:

- A) é brasileira nata;
- B) é estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira caso preencha os requisitos exigidos;
- C) é brasileira naturalizada, caso ratifique a opção por essa nacionalidade nos doze meses subsequentes à obtenção da maioridade civil;
- D) pode optar pela nacionalidade brasileira ao completar 18 anos de idade, desde que venha a residir no território brasileiro;
- E) é brasileira nata, desde que os seus pais tenham optado por lhe atribuir essa nacionalidade antes de ela completar 18 anos de idade.

Comentários:

"CF88 - Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;"

Gabarito: A

07. Na região mais rica do Município Ômega, um caminhão desgovernado adentrou a residência de Maria, causando um grande desabamento no local. Ao constatar o ocorrido, Manoela, vizinha de Maria, questionou sua filha a respeito da possibilidade de entrarem na casa para verificar se havia alguma pessoa ferida no local, sendo-lhe corretamente informado que o ingresso na residência, de acordo com a ordem constitucional:

- A) está condicionado à presença de duas testemunhas;
- B) somente seria possível com o consentimento de Maria;
- C) poderia ocorrer, ainda que não houvesse o consentimento de Maria;
- D) poderia dispensar o consentimento de Maria, mas apenas se houvesse ordem judicial;
- E) poderia dispensar o consentimento de Maria, mas apenas se fosse feito por policiais civis ou militares.

Comentários:

"CF88 - Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial".

Gabarito: C

08. Renata, Marina e Jorge estão fazendo um estudo sobre os Direitos e Garantias Fundamentais para uma breve apresentação do tempo. Ao explicar seu ponto de vista para seus colegas, Marina afirma para eles que o Artigo 5º da Constituição da República de 1988, em seu inciso XIV, garante o sigilo de fonte:

- A) de forma absoluta;
- B) nos assuntos públicos;
- C) nos temas de saúde e meio ambiente;
- D) quando não há imunidade parlamentar;
- E) quando necessário ao exercício profissional.

Comentários:

"CF88 - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional".

Gabarito: E

09. Varginho teve seu direito líquido e certo lesado por ato do Conselho Nacional de Justiça. Tratou-se de um direito líquido e certo não amparado por habeas corpus e habeas data. De acordo com a CF 88, marque a alternativa que corresponda ao remédio constitucional pertinente e o órgão competente para seu julgamento.

- A) mandado de segurança; Superior Tribunal de Justiça.
- B) mandado de injunção; Tribunal Regional Federal.
- C) mandado de segurança; Conselho Nacional de Justiça.
- D) ação popular; Supremo Tribunal Federal.
- E) mandado de segurança; Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

“CF88 - Art. 5º, LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

“CF88 - Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;”

Gabarito: E

10. A PM de um determinado Estado conta com aproximadamente 15.000 policiais em seu quadro efetivo. Diante dessa informação, Renata, interessada no próximo concurso da corporação, deseja saber se a Constituição do Estado poderia instituir um Tribunal de Justiça Militar na Justiça Estadual. Ao indagar Carmem, sua vizinha e professora de Direito Constitucional, Renata recebeu corretamente a seguinte resposta:

- A) Sim, pois o estado possui mais de 10.000 membros na corporação.
- B) Não, pois não existe a possibilidade de criação de Tribunais de Justiça Militar nos Estados.
- C) Não, pois o efetivo militar, constando o somatório de policiais militares e membros do corpo de bombeiros militar precisa ser de mais de vinte mil integrantes.
- D) Não, pois o efetivo militar, constando apenas o número de policiais militares precisa ser de mais de trinta mil integrantes.
- E) Sim, pois o efetivo militar, constando o somatório de policiais militares e membros do corpo de bombeiros militar precisa ser superior a oito mil integrantes.

Comentários:

“CF88 - Art. 125, § 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)”.

Gabarito: C

Para responder às questões de n.º 11 a 15, considere a seguinte situação hipotética:

Maria, Governadora do Estado Beta, solicitou ao Procurador-Geral do Estado, Johannes, que analisasse possibilidades para que fosse confirmada a constitucionalidade da lei estadual XX, a qual dispõe sobre a alíquota do Imposto de Bens e Serviços em relação a operações que tenham como destino ou consumidor final, respectivamente, Município ou pessoa física ou jurídica sediada no Estado Beta. Maria esclareceu que a citada lei estava tendo a constitucionalidade questionada em várias instâncias da justiça Estadual, mas que precisava que a legislação tivesse a sua constitucionalidade confirmada pelo STF, com eficácia *erga omnes* e vinculante, pois temia que, sem a arrecadação do IBS, viesse a ter as contas rejeitadas por decisão do TCE-Beta, em decisão definitiva.

Tendo por base essa situação hipotética, bem como a Constituição Federal, a doutrina e a jurisprudência predominante do STF, analise as questões a seguir.

11. A ação de controle concentrado de constitucionalidade cabível para obter a pretensão de Maria é:

- A) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- B) ação declaratória de constitucionalidade
- C) reclamação constitucional
- D) ação direta de inconstitucionalidade por omissão
- E) ação de obrigação de fazer

Comentários:

Fundamento: como não é cabível ADC, por se tratar de lei estadual (CF, art. 102, I, *a*), então a ação adequada é a que tem cabimento subsidiário, ou seja, a ADPF (art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99)

Gabarito: A

12. A respeito do Imposto de Bens e Serviços, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) é adequada a sua cobrança em relação ao fato gerador considerando-se o destino da mercadoria ou o domicílio do consumidor do serviço
- B) o Estado Beta age de forma ilícita ao instituir a alíquota do IBS, pois ainda não há lei complementar da União regulamentando a incidência desse tributo
- C) a legislação do IBS será uniforme em todo o território nacional, cabendo aos Estados e aos Municípios apenas definir a alíquota
- D) o IBS não tem fato gerador nem base de cálculo idênticos a qualquer outro tributo no ordenamento brasileiro
- E) o IBS é o imposto de competência compartilhada entre Estados e Municípios

Comentários:

Porque o IBS tem o mesmo fato gerador, base de cálculo e hipóteses de não incidência iguais à Contribuição sobre bens e serviços, de competência da União: art. 149-B da CF.

Gabarito: D

13. Em relação ao julgamento das contas da Governadora Maria, julgue os itens a seguir:

I – Não cabe ao Tribunal de Contas do Estado Beta julgar as contas da governadora, a menos que a Assembleia Legislativa se omita de fazê-lo no prazo constitucional.

II – Em caso de rejeição das contas da Governadora, deve ser instaurado processo de crime comum perante o STJ, após a autorização da Assembleia Legislativa.

III – A Assembleia Legislativa pode rejeitar o parecer do Tribunal de Contas do Estado Beta, pelo quórum de maioria simples.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) I, II e III
- B) I e II
- C) II e III
- D) III
- E) I e III

Comentários:

I - está errado, porque não cabe ao TCE julgar as contas, ainda que haja omissão da assembleia (CF, art. 49, IX, aplicável por simetria).

II - está errado, porque não necessariamente a rejeição das contas importa a prática de crime comum, e, mesmo assim, o julgamento do governador pelo STJ (CF, art. 105, I, *a*) independe de autorização da assembleia legislativa, conforme orientação do STF.

III - está correto porque a CF não prevê quórum para o julgamento das contas do governador pela assembleia legislativa (ao contrário do que ocorre com as contas do Prefeito), aplicando-se, portanto, a regra geral do art. 47 da CF).

Gabarito: D

14. Quanto ao papel de Johannes, como Procurador-Geral do Estado, pode-se afirmar que sua figura é análoga, na esfera estadual, a qual autoridade da esfera federal?

- A) Procurador-Geral da República
- B) Advogado-Geral da União
- C) Presidente do TCU
- D) Procurador-Geral de Justiça
- E) Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

Comentários:

O Procurador-Geral do Estado é o chefe da advocacia pública da esfera estadual; logo, seu equivalente na esfera federal é o Advogado-Geral da União (CF, arts. 132 e 131, respectivamente).

Gabarito: B

15. Se o Estado Beta precisar ajuizar uma ação contra o vizinho Estado Zeta, em relação à demarcação dos limites territoriais de ambos, tal ação deverá ser processada e julgada por qual órgão do Poder Judiciário?

- A) Superior Tribunal de Justiça
- B) Conselho Nacional de Justiça
- C) Supremo Tribunal Federal
- D) Justiça Estadual de Beta
- E) Justiça Federal de primeira instância

Comentários:

Trata-se da competência do STF para processar e julgar os conflitos federativos, nos termos do art. 102, I, *f*, da CF

Gabarito: C

16. No sistema constitucional brasileiro, os três Poderes do Estado desempenham funções distintas, mas interdependentes, em um regime de colaboração mútua. Considerando as funções típicas e atípicas dos Poderes, assinale a alternativa correta:

- A) O Poder Legislativo exerce função típica de julgar, mas também pode, excepcionalmente, exercer função normativa.
- B) O Poder Executivo tem como função típica a execução das leis, mas, em caráter excepcional, pode exercer função jurisdicional típica.
- C) O Poder Judiciário tem como função típica a jurisdição, podendo exercer, de forma atípica, funções administrativas e normativas.
- D) O Poder Legislativo exerce função típica normativa e jurisdicional, como no caso de julgamento de ministros de Estado.
- E) O Poder Executivo tem como função típica a execução das leis e, de forma atípica, pode criar normas constitucionais autônomas por meio de decretos legislativos.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A função típica do Poder Legislativo é a função normativa, que inclui a criação, alteração e revogação de normas jurídicas (arts. 44 a 75 da CF/88). O Legislativo pode exercer uma função de julgamento em casos específicos, como no processo de impeachment (art. 52, I e II da CF/88), mas isso não é considerado uma função típica de julgar.

Incorreta a alternativa B. A função típica do Poder Executivo é a administração pública, ou seja, a execução das leis (art. 76 a 91 da CF/88). O Poder Executivo não exerce função típica jurisdicional, que é exclusiva do Poder Judiciário. A jurisdição é a função de aplicar a lei a casos concretos, resolvendo conflitos de interesse, o que não se encaixa nas atribuições do Executivo.

Correta a alternativa C. O fundamento está nos artigos 92 a 126 da CRFB/88. O Poder Judiciário tem como função típica a jurisdição, que consiste em aplicar a lei para resolver conflitos de interesse (art. 5º, XXXV da CF/88). Além disso, o Judiciário pode exercer funções administrativas (como a gestão dos seus próprios recursos humanos e materiais) e funções normativas (como a edição de regimentos internos e resoluções, conforme art. 96, I, a da CF/88), o que caracteriza o exercício de funções atípicas.

Incorreta a alternativa D. A alternativa é parcialmente correta, mas confusa na definição das funções. O Poder Legislativo exerce a função normativa como típica, conforme os artigos 44 a 75 da CF/88. No entanto, o julgamento de ministros de Estado ou do Presidente da República por crime de responsabilidade é uma função atípica do Legislativo, que assume um papel jurisdicional nos processos de impeachment (art. 52, I e II da CF/88).

Incorreta a alternativa E. O Poder Executivo não cria normas constitucionais autônomas. Sua função típica é executar as leis (arts. 76 a 91 da CF/88). Embora o Executivo possa expedir decretos regulamentares (art. 84, IV da CF/88) para detalhar a aplicação das leis, esses decretos não têm o poder de criar normas constitucionais. Decretos legislativos são, na verdade, atos do Poder Legislativo (art. 49 da CF/88), utilizados para situações específicas que requerem deliberação parlamentar, como na aprovação de tratados internacionais ou na sustação de atos normativos do Executivo que extrapolem seu poder regulamentar.

Gabarito: C

17. A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada segundo diferentes critérios doutrinários. Considerando essas classificações, assinale a alternativa correta:

- A) A Constituição de 1988 é classificada como rígida, pois pode ser alterada por meio de leis ordinárias e complementares, desde que respeitem o quórum qualificado.
- B) A Constituição de 1988 é uma constituição dogmática, porque foi elaborada de forma paulatina ao longo do tempo, refletindo a evolução histórica da sociedade brasileira.
- C) A Constituição de 1988 é uma constituição escrita, pois suas normas estão organizadas em um único documento formal e codificado.
- D) A Constituição de 1988 é considerada outorgada, uma vez que foi imposta pela Assembleia Nacional Constituinte sem consulta popular.
- E) A Constituição de 1988 é classificada como flexível, pois permite modificações através de processos legislativos comuns, com facilidade semelhante à alteração de leis ordinárias.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A Constituição de 1988 é classificada como **rígida**, mas porque suas normas só podem ser alteradas por meio de emendas constitucionais, que exigem um processo legislativo especial, com quórum qualificado e etapas mais rigorosas, conforme o art. 60 da CF/88.

Incorreta a alternativa B. A Constituição de 1988 é uma constituição dogmática, mas o motivo é que foi elaborada de forma sistemática e em um curto espaço de tempo por uma Assembleia Nacional Constituinte, refletindo um conjunto de ideias e princípios preestabelecidos. Constituições que se formam gradualmente são classificadas como históricas.

Correta a alternativa C. A Constituição de 1988 é escrita, pois está codificada em um único documento formal, que contém todas as suas normas e princípios fundamentais. Essa característica a distingue de constituições consuetudinárias ou não escritas, que se baseiam em costumes e precedentes históricos.

Incorreta a alternativa D. A Constituição de 1988 é promulgada e não outorgada. Ela foi elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte eleita pelo povo e aprovada em sessão solene, o que a distingue das constituições impostas por um poder autoritário, que seriam classificadas como outorgadas.

Incorreta a alternativa E. A Constituição de 1988 é classificada como rígida, exatamente porque seu processo de alteração é mais complexo e exigente do que o das leis ordinárias. Uma constituição flexível seria aquela que pode ser modificada com a mesma facilidade das leis ordinárias.

Gabarito: C



Estratégia
Concursos

18. O conceito de Poder Constituinte é fundamental para entender a origem e a estrutura das Constituições.**Com base na doutrina e na teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:**

- A) O Poder Constituinte derivado é ilimitado e incondicionado, podendo alterar qualquer parte da Constituição, incluindo as cláusulas pétreas.
- B) O Poder Constituinte originário é subordinado ao ordenamento jurídico anterior, devendo respeitar as normas vigentes no momento da sua elaboração.
- C) O Poder Constituinte originário manifesta-se na elaboração de emendas constitucionais, sendo responsável por atualizar o texto constitucional vigente.
- D) O Poder Constituinte derivado reformador é limitado e condicionado, devendo respeitar as cláusulas pétreas e seguir o procedimento estabelecido pela própria Constituição.
- E) O Poder Constituinte derivado revisor, previsto na Constituição Federal de 1988, pode modificar o núcleo essencial dos direitos fundamentais sem restrições.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O Poder Constituinte derivado é limitado e condicionado, não sendo ilimitado. Ele deve respeitar as cláusulas pétreas (art. 60, § 4º da CF/88), que são disposições constitucionais que não podem ser alteradas nem por emenda e os limites impostos na própria Constituição.

Incorreta a alternativa B. O Poder Constituinte originário é soberano e incondicionado, ou seja, ele não está subordinado ao ordenamento jurídico anterior. Ele tem a capacidade de criar uma nova Constituição sem se submeter às normas anteriores.

Incorreta a alternativa C. O Poder Constituinte originário é aquele que cria a Constituição pela primeira vez, estabelecendo um novo ordenamento jurídico. A elaboração de emendas constitucionais é função do Poder Constituinte derivado reformador, que atua no âmbito de uma Constituição já existente.

Correta a alternativa D. O Poder Constituinte derivado reformador é aquele que pode modificar a Constituição por meio de emendas, mas deve respeitar os limites impostos pela própria Constituição, como as cláusulas pétreas (art. 60 da CF/88), e seguir o procedimento específico estabelecido para a aprovação das emendas.

Incorreta a alternativa E. Embora a Constituição de 1988 preveja o Poder Constituinte derivado revisor (art. 3º do ADCT), este também deve respeitar o núcleo essencial dos direitos fundamentais e as cláusulas pétreas. Não há poder para modificar essas disposições sem restrições.

Gabarito: D

19. Os princípios constitucionais são fundamentais para a interpretação e aplicação do ordenamento jurídico. Considerando a importância e a aplicação desses princípios na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A) O princípio da legalidade, previsto na Constituição, significa que os atos da Administração Pública devem estar em conformidade com a lei, mas admite a atuação contrária à lei em situações excepcionais.
- B) O princípio da isonomia permite que a lei estabeleça tratamentos desiguais entre as pessoas, desde que haja justificativa plausível e não discriminatória.
- C) O princípio da separação dos poderes impede qualquer forma de cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantindo que atuem de forma totalmente independente e isolada.
- D) O princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição, serve como fundamento para a criação de direitos e deveres, mas sua aplicação prática é limitada apenas às questões de direito privado.
- E) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam publicados na íntegra em meios de comunicação, independentemente de seu conteúdo ou natureza.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O princípio da legalidade (art. 5º, II, da CF/88) estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, sem admitir exceções para atuação contrária à lei.

Correta a alternativa B. O princípio da isonomia (art. 5º, caput, da CF/88) estabelece que todos são iguais perante a lei. No entanto, a igualdade material permite que a lei estabeleça distinções quando há uma justificativa razoável e legítima, desde que não sejam discriminatórias, a fim de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades.

Incorreta a alternativa C. O princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF/88) garante a independência e harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas permite formas de cooperação mútua, como no processo legislativo, onde há participação de todos os poderes.

Incorreta a alternativa D. O princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88) é um dos fundamentos do Estado brasileiro e tem aplicação ampla em todas as áreas do direito, incluindo tanto o direito público quanto o privado.

Incorreta a alternativa E. O princípio da publicidade (art. 37, caput, da CF/88) exige transparência nos atos administrativos, mas não impõe que todos os atos sejam publicados na íntegra. A publicidade deve respeitar o sigilo legal em situações específicas, como na segurança nacional e na proteção à intimidade.

Gabarito: B

20. O Poder Legislativo exerce papel fundamental na estrutura do Estado brasileiro, desempenhando funções legislativas e de controle. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo que ambos possuem mandatos de 8 anos para seus membros.
- B) O processo legislativo ordinário no Congresso Nacional inclui a iniciativa, discussão, votação, sanção ou veto, promulgação e publicação das leis.
- C) Compete privativamente ao Senado Federal a iniciativa de leis ordinárias que tratem sobre o sistema financeiro nacional e orçamento da União.
- D) A Câmara dos Deputados é composta por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional, enquanto o Senado Federal representa o povo, sendo seus membros eleitos pelo sistema majoritário.
- E) O Poder Legislativo, no âmbito federal, pode delegar ao Poder Executivo a edição de emendas constitucionais em casos de urgência e relevância, mediante lei delegada.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, mas os mandatos são diferentes: os Deputados Federais têm mandato de 4 anos, enquanto os Senadores têm mandato de 8 anos (art. 45 e art. 46 da CF/88).

Correta a alternativa B. O processo legislativo ordinário segue as etapas de iniciativa (apresentação do projeto), discussão (debate nas casas legislativas), votação (aprovação nas casas legislativas), sanção ou veto (ato do Presidente da República), promulgação (ato formal que confirma a validade da lei) e publicação (divulgação oficial) (arts. 59 a 66 da CF/88).

Incorreta a alternativa C. A iniciativa de leis ordinárias sobre o sistema financeiro e orçamento da União é, em grande parte, privativa do Presidente da República, embora a competência para discutir e aprovar esses projetos seja do Congresso Nacional como um todo, e não exclusivamente do Senado Federal (art. 61 da CF/88).

Incorreta a alternativa D. A Câmara dos Deputados representa o povo e seus membros são eleitos pelo sistema proporcional (art. 45 da CF/88), enquanto o Senado Federal representa os Estados e o Distrito Federal, sendo os Senadores eleitos pelo sistema majoritário (art. 46 da CF/88).

Incorreta a alternativa E. Emendas constitucionais não podem ser delegadas ao Poder Executivo. O processo de emenda à Constituição é exclusivo do Poder Legislativo, conforme previsto no art. 60 da CF/88. O Executivo pode editar medidas provisórias em casos de urgência e relevância, mas não emendas constitucionais.

Gabarito: B

21. Silvio e Maria travaram intenso debate a respeito do conceito de cidadania, considerada, pelo inciso II do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Silvio defendia que todo brasileiro é cidadão, enquanto Maria ressaltava a necessidade de serem preenchidos alguns requisitos para a obtenção da cidadania. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) Maria está errada, pois a cidadania surge e perpetua-se com o nascimento.
- B) Silvio está errado, pois é possível existir um brasileiro que não seja cidadão.
- C) Silvio está certo, pois é a cidadania que permite a aquisição da nacionalidade brasileira.
- D) Maria está certa, pois é preciso que a cidadania seja deferida pelo Ministro da Justiça.
- E) Maria está certa, pois a cidadania sempre exige o prévio requerimento da nacionalidade brasileira.

Comentários:

“CF88 - Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania

Art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.”

Gabarito: B

22. Maria foi acusada da prática de um crime e confidenciou a seu advogado estar temerosa de que determinado juiz de direito, considerado muito rigoroso, fosse propositadamente escolhido para julgar sua causa. O advogado, com o objetivo de tranquilizá-la, afirmou que o Art. 5º, XXXVII, da Constituição da República de 1988, dispõe que “não haverá juízo ou tribunal de exceção”. A garantia fundamental mencionada pelo advogado significa que o juízo que julgará Maria deve:

- A) tratar todos os réus com igualdade, sem excepcionar nenhum deles.
- B) ter sido designado pelo Conselho Nacional de Justiça para atuar no caso.
- C) ter sido previamente aprovado em concurso público de provas e títulos.
- D) ser definido conforme regras de competência preexistentes ao crime praticado.
- E) reconhecer as hipóteses de suspeição ou impedimento que recaiam sobre ele no processo.

Comentários:

Princípio do Juiz Natural. “CF88 - Art. 5º, XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção; LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Gabarito: D

23. O Vereador Eudésio, logo após tomar posse no cargo, decidiu estudar as competências municipais para melhor exercer as suas funções. Considerando a sistemática adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que o Município pode:

- A) legislar sobre águas e energia, desde que tenham origem em seu território.
- B) legislar sobre direito econômico e financeiro, enquanto não editadas normas gerais pela União.
- C) legislar sobre direito civil e comercial, observadas as normas gerais editadas pela União.
- D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- E) criar parques nacionais, observadas as normas de proteção ao meio ambiente.

Comentários:

“CF88 - Art. 30. Compete aos Municípios:

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual”.

Gabarito: D

24. Com os olhos voltados à competência legislativa concorrente prevista na Constituição da República, é correto afirmar que:

- A) os Estados podem legislar sobre as respectivas matérias, desde que não afrontem as normas gerais editadas pela União.
- B) os Estados e os Municípios podem legislar sobre as respectivas matérias, observadas as normas gerais editadas pela União.
- C) os Estados podem legislar sobre as respectivas matérias, predominando a lei da menor unidade territorial no caso de conflito.
- D) todos os entes federados podem legislar sobre as matérias a que se refere, predominando o princípio da maior relevância social no caso de conflito.
- E) todos os entes federados podem legislar indistintamente sobre as matérias a que se refere.

Comentários:

“CF88 - Art. 24, § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Gabarito: A

25. João, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico da área administrativa do Ministério Público do Rio de Janeiro, elegeu-se Vereador em Município do interior do Estado. De acordo com a disciplina constitucional da matéria, João:

- A) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, auferindo o subsídio de Vereador.
- B) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, podendo optar pela remuneração de um dos cargos.
- C) caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, facultando-lhe optar pela remuneração de um dos cargos.
- D) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- E) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados levando em conta sua situação até a data do afastamento.

Comentários:

“CF88 - Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

Gabarito: D

26. As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade:

- A) produzem eficácia *inter partes* e não vinculante.
- B) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, o qual não impede, porém, o legislador de reeditar lei idêntica àquela declarada inconstitucional.
- C) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, o qual impede o legislador de reeditar lei idêntica àquela declarada inconstitucional.
- D) só produzem eficácia contra todos se forem convertidas em súmula vinculante.
- E) produzem eficácia contra todos, mas sem efeito vinculante.

Comentário:

As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF em sede de ADI têm eficácia contra todos e efeito vinculante, o qual atinge os demais órgãos do Judiciário e a Administração Pública (CF, art. 102, § 2º), mas não impede, conforme a jurisprudência uníssona do STF, a reedição pelo legislador de lei idêntica à declarada inconstitucional anteriormente.

Gabarito: B

27. Sobre o tema da organização dos Poderes, assinale a única alternativa correta.

- A) Compete ao Presidente da República celebrar tratados, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional.
- B) Compete à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- C) É vedada a edição de medida provisória sobre direito processual civil.
- D) As emendas à Constituição serão promulgadas, com o respectivo número de ordem, depois de sancionadas pelo Presidente da República.
- E) Os Ministros do Tribunal de Contas da União têm os mesmos direitos e prerrogativas que os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Comentário:

A alternativa A contraria o art. 84, VIII. B contraria o art. 52, III. D está errada porque não há sanção nem veto quando se trata de emendas à Constituição (art. 84, IV e V, e art. 60, § 3º). E está errada porque os Ministros do TCU têm os mesmos direitos do que os Ministros do STJ (art. 73). Finalmente, C corresponde ao art. 62, § 1º, I, b, estando, portanto, correta.

Gabarito: C

28. Yandercleidson é Governador do Estado X, cuja Assembleia Legislativa editou a Lei nº Y, dispondo sobre a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais. Uma vez que a norma teve a constitucionalidade questionada em uma série de ações, o Governador deseja ajuizar uma ação de controle abstrato de constitucionalidade, perante o STF, visando confirmar a constitucionalidade da citada lei.

À luz dessa situação, pode-se afirmar corretamente que:

- A) a ação cabível para a finalidade pretendida é a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que deve ser julgada procedente, mas o Governador não é parte legítima a seu ajuizamento.
- B) a ação cabível para a finalidade pretendida é a ADC, que deve ser julgada procedente, sendo o Governador parte legítima a seu ajuizamento.
- C) não é cabível ADC para a finalidade pretendida, não obstante o Governador seja um dos legitimados ao ajuizamento dessa ação.
- D) é cabível o ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), mas o Governador não é parte legítima a seu ajuizamento.
- E) é cabível ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em relação ao ato legislativo, não sendo, porém, o Governador legitimado ao ajuizamento.

Comentário:

Não é cabível ADC, por se tratar de lei estadual (art. 102, I, a, da CF). A lei realmente é inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre proteção de dados pessoais (art. 22, XXX, da CF), sendo o Governador legitimado ao ajuizamento da ação (art. 103, V, da CF).

Gabarito: C

29. Johannes, senador, reuniu-se com mais 25 colegas para assinar uma Proposta de Emenda à Constituição que visa instituir o direito social de acesso à internet banda larga em todo o território nacional.

A proposição foi apresentada durante situação de calamidade pública, quando uma epidemia de grandes proporções assolava todo o território nacional.

Posta em votação, a proposta foi aprovada em turno único, por unanimidade, durante reunião conjunta das Casas do Congresso Nacional, sendo, no mesmo dia, sancionada pelo Presidente da República.

Em relação a essa tramitação, pode-se afirmar que houve vício em relação:

- A)** à iniciativa, aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva.
- B)** à iniciativa, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas.
- C)** aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas.
- D)** à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas.
- E)** à iniciativa, aos limites circunstanciais e à forma de aprovação, apenas.

Comentário:

Há vício de iniciativa, por insuficiência de assinaturas (art. 60, I), bem como vício quanto à forma de aprovação, que deve ocorrer em sessões separadas e em dois turnos (art. 60, § 2º), bem como em relação à sanção, que inexistente nessa espécie normativa (art. 60, c/c art. 84, IV e V). Não há irregularidade quanto aos limites circunstanciais, já que não houve decretação de estado de defesa nem de estado de sítio (CF, art. 60, § 1º).

Gabarito: B

30. Com relação à nova tributação sobre o consumo, instituída pela EC nº 132, de 2023, pode-se afirmar corretamente que:

- A) lei ordinária disporá sobre as regras comuns aplicáveis ao Imposto sobre Bens e Serviços e à Contribuição sobre Bens e Serviços.
- B) o Imposto sobre Bens e Serviços será informado pelo princípio da neutralidade.
- C) o Imposto sobre Bens e Serviços terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvada a alíquota, que será fixada por cada ente federativo mediante lei complementar.
- D) o Imposto sobre Bens e Serviços será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.
- E) a Contribuição sobre Bens e Serviços substituirá, entre outros, o Imposto sobre a Renda e o Imposto Territorial Rural.

Comentário:

A alternativa A está errada porque a matéria é de lei complementar (CF, art. 149-B, c/c art. 156-A).

C está errada porque a alíquota é matéria de lei ordinária (CF, art. 156-A, § 1º, V).

D está errada porque, para o IBS, vale a regra do destino da operação, não da origem (CF, art. 156-A, § 1º, VII).

E está errada porque a CBS não substituirá nenhum tributo sobre renda ou patrimônio.

B está correta de acordo com a CF, art. 156-A, § 1º.

Gabarito: B

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Suponha que em janeiro de 2024 o Exército tenha realizado uma operação no complexo de favelas da cidade X e que, em virtude de uma troca de tiros entre os militares e os traficantes, João, morador da comunidade que não tinha nenhuma relação com o tráfico, foi atingido dentro de sua casa por uma bala perdida, vindo a falecer. Os pais de João ajuizaram ação de indenização contra a União, que foi julgada improcedente por entender que não houve nexo de causalidade entre a operação militar e a morte, já que a perícia foi inconclusiva quanto à origem do disparo. Com isso, não era possível afirmar que a bala que atingiu a vítima havia partido das armas utilizadas pelos militares. A sentença foi mantida em grau de recurso, e a causa chegou ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Nesse contexto, assinale a opção que descreve corretamente qual foi o posicionamento do STF nesse caso.

- A) Em operações de segurança pública, será subjetiva a responsabilidade civil do Estado quando não for possível afastá-la pelo conjunto probatório, sendo vedado arguir causas excludentes de responsabilidade.
- B) O Estado fica isento de responsabilidade, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública.
- C) É ônus probatório dos representantes legais da vítima demonstrar a inexistência de eventuais excludentes de responsabilidade civil estatal.
- D) O Estado não possui dever específico de adotar as cautelas necessárias para preservar a vida e a integridade física dos moradores da região impactada, prevalecendo a necessidade de combater o crime organizado.
- E) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Na verdade, o que o STF decidiu no Tema 1237 de Repercussão Geral foi que, “em operações de segurança pública, à luz da teoria do risco administrativo, será objetiva a responsabilidade civil do Estado quando não for possível afastá-la pelo conjunto probatório, recaindo sobre ele o ônus de comprovar possíveis causas de exclusão”.

Incorreta a alternativa B. O STF entendeu que o Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo.

Incorreta a alternativa C. É ônus probatório do **ente federativo** demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.

Incorreta a alternativa D. O Estado, quando vai realizar operações em locais habitados, possui o dever específico de adotar as cautelas necessárias para preservar a vida e a integridade física dos moradores da região impactada, possuindo o dever de indenizar as vítimas em caso de danos causados em decorrência da operação.

Correta a alternativa E. Esse foi o exato entendimento do STF no ARE 1.385.315/RJ, que fixou a tese de que o Estado tem responsabilidade por morte ou ferimento de vítimas de armas de fogo em operação policial, sendo possível que o poder público comprove alguma causa excludente de responsabilidade.

Gabarito: E

02. Ana foi contratada como engenheira civil pela Empresa Pública X, após ser aprovada em concurso público. Após cinco anos de serviços prestados, Ana foi informada de sua demissão, por meio de um comunicado oficial da empresa. No documento, a empresa pública alegou que a demissão se deu por "reestruturação organizacional e contenção de despesas". Ana, inconformada com a decisão, argumentou que não houve processo administrativo disciplinar e que a motivação apresentada pela estatal era insuficiente, pois não especificava qualquer irregularidade em sua conduta ou desempenho que justificasse a demissão. Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analise as seguintes alternativas sobre a demissão de Ana e assinale a correta:

- A)** a demissão de Ana é inválida, pois a empresa pública não realizou um processo administrativo disciplinar antes de demiti-la.
- B)** a demissão de Ana é inválida, uma vez que a empresa pública não apresentou uma motivação fundamentada em justa causa prevista na legislação trabalhista.
- C)** a demissão de Ana é válida, desde que a motivação apresentada pela empresa pública seja formalmente registrada e contenha fundamento razoável.
- D)** a demissão de Ana é válida, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados.
- E)** a demissão de Ana é inválida, pois, embora a empresa pública tenha apresentado motivação, esta não especificou justificativa pessoal sobre o desempenho ou conduta de Ana.

Comentários:

Sobre o tema tratado na questão, o STF firmou a seguinte Tese de Repercussão Geral (1.022): “As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista”. Vamos analisar cada alternativa:

Incorreta a alternativa A. De acordo com a tese do STF, não é exigido processo administrativo disciplinar para a demissão de empregados concursados em empresas públicas ou sociedades de economia mista.

Incorreta a alternativa B. A tese do STF estabelece que a motivação da demissão não precisa se enquadrar nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista, desde que contenha um fundamento razoável.

Correta a alternativa C. Conforme a tese do STF, a demissão de empregados concursados por empresas públicas ou sociedades de economia mista deve ser motivada com fundamento razoável, registrado formalmente, sem necessidade de justa causa ou processo administrativo.

Incorreta a alternativa D. Empresas públicas e sociedades de economia mista têm a obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados com um fundamento razoável, registrado formalmente.

Incorreta a alternativa E. A tese do STF não exige que a motivação da demissão seja baseada em justificativas pessoais sobre desempenho ou conduta, mas sim que contenha um fundamento razoável.

Gabarito: C

03. Em 2009, o Estado X publicou uma Lei Estadual disciplinando o Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado do X, na modalidade Transporte Rodoviário. De acordo com o art. 3º desta Lei:

“Art. 3º: Compete ao Estado X, Poder Delegante, explorar diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização os Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros, no âmbito de sua jurisdição, sempre através de licitação, nos termos desta Lei, da Lei nº 8.987 de 1995 e Lei nº 14.133/2021, e observando o que dispõem, ainda, as Leis nº 8.078 de 1990, Lei nº 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Lei nº 10.233 de 2001, e Lei nº 10.406 de 2002 (Código Civil) e demais normas legais e regulamentares pertinentes”. Nesse período, foram realizadas licitações e celebrados contratos com empresas que passaram a explorar esse serviço.

Alguns anos depois, em 2022, foi editada outra Lei Estadual, alterando essa redação, estendendo a validade das permissões decorrentes de concorrência pública anterior por mais dez anos. A Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra essa previsão. O Supremo Tribunal Federal julgou o pedido, e decidiu que

- A)** a prorrogação automática das permissões por mais 10 anos é constitucional, pois visa a garantir a continuidade do serviço público.
- B)** a prorrogação automática das permissões por mais 10 anos é inconstitucional, pois viola o princípio da isonomia e a exigência de licitação.
- C)** a prorrogação automática das permissões é válida, desde que as empresas mantenham matrícula ativa na Secretaria de Estado da Fazenda.
- D)** a lei estadual pode prever a prorrogação das permissões sem nova licitação, em caráter excepcional, para garantir a continuidade do serviço público.
- E)** a prorrogação automática das permissões é válida, pois está amparada por lei estadual e atende ao interesse público.

Comentários:

A tese firmada pelo STF diz o seguinte: “É inconstitucional lei estadual que, em caso de não realização de nova licitação, prorroga automaticamente contratos de permissão de transporte rodoviário alternativo intermunicipal de passageiros e restaura a vigência de permissões vencidas. Essa lei viola o art. 175, *caput*, da CF/88:

Art. 175. *Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos (Info 1125)''.*

Vamos agora analisar cada alternativa:

Incorreta a alternativa A. A prorrogação automática sem a realização de nova licitação viola os princípios constitucionais, especialmente o da isonomia e da competitividade.

Correta a alternativa B. Conforme decidido pelo STF, a prorrogação automática de permissões sem nova licitação é inconstitucional por violar os princípios da isonomia e da necessidade de licitação para contratos administrativos.

Incorreta a alternativa C. A manutenção da matrícula ativa na SEFAZ não legitima a prorrogação automática sem nova licitação, conforme entendimento do STF.

Incorreta a alternativa D. Mesmo em caráter excepcional, a prorrogação automática sem nova licitação fere os princípios constitucionais da administração pública.

Incorreta a alternativa E. A prorrogação automática das permissões sem nova licitação, mesmo que amparada por lei estadual, é inconstitucional por violar os princípios da isonomia e da necessidade de licitação.

Gabarito: B

04. Segundo prevê a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações feitas pela Lei nº 14.230/2021), os acordos de não persecução civil podem ser propostos pelo Ministério Público, conforme as circunstâncias do caso concreto, observadas algumas condições. Acerca desse tema, assinale a opção correta:

- A) não pode haver previsão de que haverá reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida quando oriunda de agentes privados.
- B) antes da propositura da ação, é obrigatória a oitiva do ente federativo lesado acerca da aceitação dos termos do acordo.
- C) é dispensada a homologação judicial do acordo, caso haja participação do Ministério Público na celebração.
- D) o dano deve ser ressarcido parcialmente, para que seja autorizada a celebração do acordo.
- E) é permitida a celebração do acordo no momento da execução da sentença condenatória.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A reversão à pessoa jurídica pode ser oriunda de agentes privados (art. 17-B, II).

Incorreta a alternativa B. O ente federativo lesado deve ser ouvido, mas pode ser antes ou depois da propositura da ação (art. 17-B, §1º, I).

Incorreta a alternativa C. A celebração do acordo depende sim de homologação judicial (art. 17-B, §1º, III). Além disso, é o MP que celebra o acordo (art. 17-B, *caput*).

Incorreta a alternativa D. A lei prevê a necessidade do integral ressarcimento do dano (art. 17-B, I).

Correta a alternativa E. O acordo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória (art. 17-B, §4º).

Gabarito: E

05. O diálogo competitivo é modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final após o encerramento dos diálogos. Acerca do procedimento do diálogo competitivo, assinale a opção correta:

- A) os agentes públicos que sejam membros da comissão de licitação do diálogo competitivo serão preferencialmente concursados.
- B) a Administração não poderá revelar a outros licitantes participantes dos diálogos as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.
- C) no diálogo competitivo, a substituição do agente de contratação pela comissão de contratação é facultativa.
- D) a utilização da modalidade diálogo competitivo independe de objetivos, condições ou necessidades concretas, desde que os critérios para a pré-seleção dos licitantes sejam divulgados com antecedência mínima de 25 dias úteis.
- E) o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos dois servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. No caso do agente de contratação e dos membros da comissão de licitação do diálogo competitivo (somente nesta comissão), os agentes serão necessariamente concursados.

Correta a alternativa B. Isso mesmo. Nos termos do art. 32, §1º, IV, a Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.

Incorreta a alternativa C. Nos termos do art. 32, § 1º, XI, da Lei de Licitações, na utilização da modalidade diálogo competitivo, a substituição é obrigatória.

Incorreta a alternativa D. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva as condições listadas na lei, como, por exemplo, casos que envolvam inovação tecnológica ou técnica (art. 32, I, 'a').

Incorreta a alternativa E. A comissão do diálogo será formada por pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração (art. 32, §1º, XI).

Gabarito: B

06. Suponha que João, ex-prefeito de determinado município, em razão de uma mesma conduta, estava respondendo a uma ação judicial por improbidade administrativa e a outra ação judicial, de natureza penal. Ao ser absolvido criminalmente com fundamento na atipicidade da conduta, é correto afirmar, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que:

- A)** a referida decisão da esfera criminal não faz coisa julgada no juízo cível.
- B)** impede o trâmite da ação de improbidade.
- C)** gera a suspensão da aplicação das penalidades por improbidade administrativa.
- D)** gera a interrupção da aplicação das penalidades por improbidade administrativa.
- E)** se comunica com as esferas administrativa e civil na medida em que trata da negativa da existência do fato.

Comentários:

Tendo em vista precedente recente do STJ em que se firmou entendimento de que a absolvição criminal com fundamento na atipicidade da conduta não faz coisa julgada no juízo cível, considerando a independência das instâncias.

Agint no REsp 1.991.470-MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 11/6/2024. Informativo STJ 816

Gabarito: A

07. A respeito da demissão de empregados públicos concursados, assinale a alternativa que se amolda ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF):

- A) Sociedades de Economia Mista poderão dispensar seus empregados exclusivamente na hipótese de enquadramento na justa causa trabalhista.
- B) A instauração de processo administrativo ou sindicância é requisito indispensável para a demissão de empregados concursados.
- C) Empresas públicas prestadoras de serviço público próprio do Estado que atuam em regime não concorrencial não têm o dever de motivar a demissão de seus empregados concursados, dado tratar-se de ato *ad nutum*.
- D) Empregado público admitido mediante concurso público não pode ser demitido após 3 anos de efetivo exercício do emprego.
- E) Empresas públicas em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Tendo em vista que não se exige enquadramento na justa causa trabalhista.

Incorreta a alternativa B. Visto que se exige ato formal, mas não processo administrativo.

Incorreta a alternativa C. Visto que tanto as prestadoras de serviços públicos como também as exploradoras de atividade econômica têm esse dever.

Incorreta a alternativa D. Visto que apenas servidores públicos estatutários possuem tal estabilidade.

Correta a alternativa E. "Empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista."

STF/ RE 688267 (TEMA: 1022),

Gabarito: E

08. Assinale a afirmativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- A) A desconcentração ocorre exclusivamente dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- B) Os conselhos de fiscalização profissional, enquanto entidades de direito público, submetem-se ao regime de precatórios.
- C) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- D) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
- E) O consórcio público constituirá ou associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

Comentários:

Correta a alternativa A. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “Descentralização é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica. **Difere da desconcentração pelo fato de ser esta uma distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica**”.

Incorreta a alternativa B. O entendimento do STF, em sede de repercussão geral reconhecida, é de que o regime de precatórios (CF, art. 100) não se aplica aos **Conselhos Profissionais** (como o Crea, CRM, CRO etc.):

“Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização **não** se submetem ao regime de precatórios.”

Correta a alternativa C. É entendimento do Supremo Tribunal Federal que as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público são abrangidas pela imunidade tributária recíproca. Vejamos a decisão do RE 407099/RS pela Suprema Corte:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA: C.F., art. 150, VI, a. EMPRESA PÚBLICA QUE EXERCE ATIVIDADE ECONÔMICA E EMPRESA PÚBLICA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO: DISTINÇÃO. I. - As empresas públicas prestadoras de serviço público distinguem-se das que exercem atividade econômica. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é prestadora de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, motivo por que está abrangida pela imunidade tributária recíproca: C.F., art. 150, VI, a. II. - R.E. conhecido em parte e, nessa parte, provido.

Correta a alternativa D. Agência executiva é, de fato, a qualificação dada à **autarquia** ou **fundação** que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta.

Correta a alternativa E. Conforme o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei nº 11.107/05. Vejamos:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.

§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.”

Gabarito: B

09. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às normas previstas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) acerca da decisão administrativa e da responsabilidade do agente público:

- A) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar, quando for o caso, as condições para que a regularização do ato ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
- B) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época da revisão.
- C) A decisão que estabelecer orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- D) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- E) Não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Comentários:

A **alternativa B** está contrária a seguinte regra legal:

LINDB, Art. 24. *A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.*

Por sua vez, as **demais alternativas** estão corretas:

Art. 20. *Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*

Art. 21. *A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.*

Parágrafo único. *A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.*

(..)

Art. 23. *A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.*

Gabarito: B

10. No que se refere aos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- A) A motivação do ato deve explicitar as justificativas que levaram à sua prática, não se admitindo sua substituição pela referência a pareceres, propostas e informações.
- B) Um ato é considerado válido se cumprir todas as etapas para sua formação.
- C) O silêncio administrativo produzirá efeitos jurídicos equivalentes aos do ato administrativo.
- D) Admite-se a convalidação parcial de atos administrativos.
- E) A administração está vinculada aos motivos apresentados para a prática do ato, exceto no caso de ato discricionário.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A motivação pode ser expressa ou por referência, conforme consta na Lei 9.784/1999,

Art. 50, § 1º: A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Incorreta a alternativa B. Ato perfeito é aquele que completou o ciclo necessário à sua formação. Ato válido, por sua vez, é aquele expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo – quando se encontra adequado aos requisitos estabelecidos pela ordem jurídica. Por fim, o ato eficaz é o que produz ou tem condição de produzir efeitos.

Incorreta a alternativa C. O silêncio administrativo, quando produzir efeitos, dará origem a um **fato administrativo**, pois, conforme os ensinamentos de Bandeira de Melo, no silêncio não há manifestação formal de vontade.

Correta a alternativa D. A convalidação não ocorre, necessariamente, sobre todo o ato. José dos Santos Carvalho Filho leciona que é possível convalidar atos com **vício no objeto** (ou conteúdo) quando se tratar de conteúdo **plúrimo**.

Seria o caso, por exemplo, de um mesmo ato em que há mais de uma providência administrativa. Caso exista um vício em relação a algumas providências e não a outras, o ato é aproveitado quanto a estas últimas, não atingidas por qualquer vício.

Incorreta a alternativa E. Pela **teoria dos motivos determinantes**, não importa se a motivação do ato é legalmente obrigatória ou não, pois o administrador fica vinculado aos motivos declarados para a prática

do ato. Uma vez feita a motivação, a validade do ato fica vinculada à veracidade dos motivos declarados. Isso também independe de o ato ser vinculado ou discricionário.

Gabarito: D

11. Um servidor público foi denunciado por ato de improbidade administrativa, sendo inicialmente acusado de ato de improbidade que atenta contra os princípios, com base no dolo genérico. Os fatos ocorreram em 2020 e a ação de improbidade foi proposta no mesmo ano, sendo que ainda não houve trânsito em julgado. No entanto, após a promulgação da Lei nº 14.230/2021, que promoveu alterações na Lei de Improbidade Administrativa – LIA (Lei nº 8.429/1992), a defesa requisitou a aplicação da nova legislação ao caso, argumentando que o dolo específico é agora exigido para a configuração do ato ímprobo, não sendo mais possível a configuração de ato de improbidade com dolo genérico. O juiz, ao analisar o pedido, decidiu aplicar a nova legislação ao caso. Sobre a aplicação das alterações da LIA aos processos em curso, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- A)** a nova lei pode ser aplicada aos processos em curso apenas para revogar a modalidade culposa, uma vez que o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a retroatividade da Lei nº 14.230/2021, quanto às ações que ainda não transitaram em julgado, deve ser aplicado de forma restritiva. Assim, o dolo genérico ainda pode ser considerado para configuração do ato ímprobo, já que a revogação dessa modalidade ainda não foi explicitamente autorizada pelos Tribunais Superiores.
- B)** a Lei nº 14.230/2021 pode ser aplicada aos processos em curso, desde que ainda não haja condenação transitada em julgado, beneficiando não só os réus acusados de condutas culposas, como também aqueles denunciados com base em dolo genérico.
- C)** a Lei nº 14.230/2021 não pode ser aplicada aos processos em curso, pois sua aplicação retroativa para a exigência de dolo específico só se refere a novos processos e não aos já existentes.
- D)** a nova lei pode ser aplicada apenas aos processos em curso que envolvam a modalidade culposa, mantendo a possibilidade de considerar o dolo genérico nos casos que se referem ao art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, dado que a revogação do dolo genérico não foi explicitamente abordada pelos Tribunais Superiores.
- E)** a aplicação da Lei nº 14.230/2021 aos processos em curso é restrita à extinção da modalidade culposa, não podendo beneficiar o réu acusado com base em dolo genérico, desde que a ação tenha sido proposta antes da publicação da nova legislação.

Comentários:

O STJ decidiu que “É possível a aplicação da Lei n. 14.230/2021, com relação à exigência do dolo específico para a configuração do ato ímprobo, aos processos em curso. (REsp 2.107.601-MG, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 23/4/2024)”. Com base nesse entendimento, vamos analisar cada alternativa:

Incorreta a alternativa A. A Lei nº 14.230/2021 revogou a modalidade culposa e também o dolo genérico para a configuração do ato ímprobo. Portanto, a nova legislação deve ser aplicada na totalidade aos processos em curso, desde que não haja condenação transitada em julgado.

Correta a alternativa B. O STJ autorizou a aplicação da Lei nº 14.230/2021 aos processos em curso que ainda não transitaram em julgado. A nova legislação deve ser aplicada em sua integralidade, incluindo a revogação da modalidade culposa e do dolo genérico, exigindo o dolo específico para configuração do ato ímprobo.

Incorreta a alternativa C. A Lei nº 14.230/2021 pode ser aplicada aos processos em curso, desde que ainda não tenham transitado em julgado, conforme o entendimento do STJ. A aplicação retroativa é válida, incluindo a nova exigência de dolo específico.

Incorreta a alternativa D. A revogação do dolo genérico pela Lei nº 14.230/2021 deve ser aplicada aos processos em curso. A nova lei não permite a manutenção do dolo genérico, e a exigência de dolo específico deve ser observada.

Incorreta a alternativa E. A aplicação da Lei nº 14.230/2021 aos processos em curso abrange a extinção da modalidade culposa e também a revogação do dolo genérico, exigindo, a partir de então, o dolo específico para a configuração do ato ímprobo.

Gabarito: B

12. O Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCE), responsável por fiscalizar os recursos públicos do estado e dos seus respectivos municípios, realizou fiscalização em dois municípios e constatou as seguintes irregularidades:

Situação 1: o TCE identificou que o servidor municipal João causou dano ao erário, imputando-lhe débito (ressarcimento) e multa proporcional ao dano causado.

Situação 2: o TCE identificou que a servidora municipal Maria violou as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal por não publicar o relatório de gestão fiscal no prazo legal, resultando na aplicação de multa simples.

Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, se João e Maria não efetuarem o pagamento das respectivas multas no prazo fixado, é correto afirmar que

- A)** na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário municipal. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário municipal.
- B)** na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário municipal. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Estado, com recolhimento ao erário estadual.
- C)** na Situação 1, a cobrança do débito deverá ser proposta pelo Município e a multa proporcional ao dano pelo Estado, com recolhimento ao erário municipal e estadual, respectivamente. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Estado, com recolhimento ao erário estadual.
- D)** na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo TCE, com recolhimento ao erário estadual. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo TCE, com recolhimento ao erário municipal.
- E)** na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deverá ser proposta pelo Ministério Público, com recolhimento ao erário municipal. Na Situação 2, a cobrança da multa simples deverá ser proposta pelo Município, com recolhimento ao erário estadual.

Comentários:

Sobre o tema tratado na questão, o STF firmou a seguinte jurisprudência:

“1. O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.

2. Compete ao Estado-membro a execução de crédito decorrente de multas simples, aplicadas por Tribunais de Contas estaduais a agentes públicos municipais, em razão da inobservância das normas de Direito Financeiro ou, ainda, do descumprimento dos deveres de colaboração impostos, pela legislação, aos agentes públicos fiscalizados. (ADPF 1011/PE e acréscimo da tese: 01/07/2024).”

Vamos analisar cada alternativa:

Incorreta a alternativa A. Na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deve ser proposta pelo Município, pois diz respeito a danos ao erário municipal. Na Situação 2, a multa simples deve ser cobrada pelo Estado, pois trata de inobservância das normas de Direito Financeiro e é de competência estadual.

Correta a alternativa B. Na Situação 1, a cobrança do débito e da multa proporcional ao dano deve ser proposta pelo Município e os valores recolhidos ao erário municipal. Na Situação 2, a multa simples deve ser cobrada pelo Estado, com recolhimento ao erário estadual.

Incorreta a alternativa C. A cobrança do débito e da multa proporcional ao dano na Situação 1 deve ser feita pelo Município, não pelo Estado. A multa simples na Situação 2 deve ser proposta pelo Estado, e não pelo Município.

Incorreta a alternativa D. O TCE não tem competência para propor a ação de cobrança das multas. A responsabilidade é dos entes públicos beneficiários da decisão do TCE.

Incorreta a alternativa E. O Ministério Público não é o responsável pela proposta de ação de cobrança nesse contexto. A responsabilidade é dos Municípios e dos Estados, conforme a natureza da multa e o ente afetado.

Gabarito: B

13. Durante um concurso público para o cargo de auditor fiscal, um candidato apresentou uma resposta que estava de acordo com o entendimento estabelecido em precedentes obrigatórios do Superior Tribunal de Justiça – STJ. No entanto, a banca examinadora não atribuiu pontuação a essa resposta, alegando que o conteúdo não estava diretamente previsto no edital. O candidato recorreu ao Judiciário alegando que a negativa de pontuação constitui uma ilegalidade, uma vez que sua resposta estava conforme a interpretação vinculante dos precedentes do STJ. A banca, contudo, alegou que se tratava de mérito, não cabendo ao Judiciário se imiscuir nos critérios de correção.

Considerando essa situação hipotética, com base no entendimento jurisprudencial aplicável, é correto afirmar que:

- A) a negativa de banca examinadora de concurso público em atribuir pontuação à resposta formulada de acordo com precedente obrigatório do STJ constitui flagrante ilegalidade, permitindo que o Poder Judiciário intervenha no processo determinando a atribuição da pontuação correspondente.
- B) não compete ao Poder Judiciário substituir a banca examinadora para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, e o descumprimento de precedentes obrigatórios do STJ não viola a legislação, impedindo o controle judicial.
- C) o Judiciário deve respeitar a autonomia da banca avaliadora, desde que o edital do concurso seja respeitado, não cabendo o controle de legalidade.
- D) a única hipótese em que o Poder Judiciário poderá exercer o controle dos critérios de correção em concurso versa sobre a compatibilidade do conteúdo da questão com o conteúdo programático do edital.
- E) cabe ao Judiciário o controle de mérito dos critérios de correção em concurso público, desde que a decisão seja fundamentada nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

Comentários:

O STF já havia fixado tese no seguinte sentido (Tema 485):

Não compete ao Poder Judiciário substituir a banca examinadora para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, salvo ocorrência de ilegalidade ou de inconstitucionalidade.

Com base nesse precedente, o STJ passou a entender que: **“A negativa de banca examinadora de concurso público em atribuir pontuação à resposta formulada de acordo com precedente obrigatório do STJ constitui flagrante ilegalidade”**. (RMS 73.285-RS, Rel. Ministro Teodoro Silva Santos, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 11/6/2024).

Vamos agora analisar cada alternativa:

Correta a alternativa A. O Judiciário pode intervir se a negativa de pontuação violar precedentes obrigatórios do STJ, caracterizando uma ocorrência de ilegalidade. A intervenção judicial é permitida para garantir a conformidade com os precedentes estabelecidos.

Incorreta a alternativa B. O Judiciário pode intervir em casos de descumprimento de precedentes obrigatórios do STJ.

Incorreta a alternativa C. Cabe controle de legalidade, sim! A princípio, o Judiciário poderá exercer o controle de legalidade diante de “ocorrência de ilegalidade ou de inconstitucionalidade”, como no caso de: (i) descumprimento das regras do edital; (ii) cobrança de assunto que não está contemplado no conteúdo programático; (ii) descumprimento de precedentes obrigatórios.

Incorreta a alternativa D. Vimos na alternativa anterior que essa não é a única hipótese.

Incorreta a alternativa E. O Judiciário não pode exercer controle de mérito.

Gabarito: A



Estratégia
Concursos

14. Em um processo licitatório para a aquisição de bens e serviços, a comissão de licitação de determinado órgão federal, aplicando o regulamento do tema, decidiu adotar a margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais. Além disso, a comissão considerou a possibilidade de aplicar a margem de preferência a bens reciclados e recicláveis, conforme a regulamentação, e também avaliou a viabilidade de estender a margem de preferência a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercosul, em razão de acordo internacional sobre o assunto. Sobre as possibilidades de aplicação da margem de preferência, com base na previsão da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- A) a margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais pode ser de até 10%, enquanto para bens reciclados e recicláveis não há limite específico, dependendo do regulamento; a margem de preferência para bens e serviços originários do Mercosul é limitada a 10%, independentemente de acordos internacionais.
- B) a margem de preferência para bens reciclados e recicláveis é limitada a 20%, e a margem para bens manufaturados e serviços nacionais é sempre de 10%, independentemente de serem produtos resultantes de desenvolvimento tecnológico; a margem de preferência para bens e serviços do Mercosul é estabelecida por regulamentação específica, sem necessidade de acordo internacional.
- C) a margem de preferência de até 10% pode ser aplicada a bens reciclados e recicláveis, enquanto para bens manufaturados e serviços nacionais a margem é limitada a 10%, a menos que se trate de desenvolvimento e inovação tecnológica no país, quando pode chegar a 20%; a margem para bens e serviços do Mercosul não pode exceder 20%, independentemente de acordos internacionais.
- D) a margem de preferência de até 20% pode ser aplicada a bens reciclados e recicláveis, enquanto para bens manufaturados e serviços nacionais a margem é limitada a 10%; a margem de preferência para bens e serviços do Mercosul é automática e não necessita de acordos internacionais.
- E) a margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais pode chegar a até 20%, conforme regulamentação federal, enquanto a margem para bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis pode ser de até 10%; a margem de preferência para bens e serviços originários do Mercosul depende da existência de acordo internacional ratificado pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais pode chegar a até 20% se forem resultados de desenvolvimento e inovação tecnológica no país. A margem para bens reciclados e recicláveis é definida em regulamento, mas não há um limite específico mencionado no texto da lei, e a aplicação da margem para bens e serviços do Mercosul requer acordo internacional.

Incorreta a alternativa B. A margem de preferência para bens reciclados e recicláveis é de até 10%, não de 20%. A margem para bens manufaturados e serviços nacionais pode chegar a 20% se forem de desenvolvimento tecnológico. A margem para bens e serviços do Mercosul requer acordo internacional.

Incorreta a alternativa C. A margem de preferência para bens e serviços originários do Mercosul depende de acordo internacional ratificado e não está fixada em 20%. Além disso, a margem para bens reciclados e recicláveis não é mencionada diretamente na lei como sendo de até 10%.

Incorreta a alternativa D. A margem de preferência de até 20% não se aplica a bens reciclados e recicláveis, mas sim a bens manufaturados e serviços nacionais resultantes de inovação tecnológica. A aplicação da margem para o Mercosul requer acordo internacional.

Correta a alternativa E. A margem de preferência pode ser de até 20% para bens manufaturados e serviços nacionais que resultem de desenvolvimento e inovação tecnológica. Para bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis, o limite é de até 10%, conforme o regulamento. A aplicação de margem para bens e serviços do Mercosul depende de acordo internacional ratificado.

Gabarito: E



Estratégia
Concursos

15. Rodrigo é tabelião de notas em uma cidade do interior. Em uma ocasião, ele foi responsável por lavrar uma escritura pública de venda de imóvel, onde cometeu um erro ao registrar a descrição do imóvel, colocando a área errada. Devido a essa imprecisão, Ana, a compradora, enfrentou dificuldades para obter o financiamento bancário necessário para a aquisição do imóvel, o que lhe causou perda financeira e transtornos significativos. Ana só conseguiu resolver a situação e obter o financiamento após 18 meses, quando o erro foi corrigido por meio de uma nova escritura pública. Ana decidiu ajuizar uma ação de indenização contra o Estado, alegando que o erro do tabelião lhe causou danos financeiros.

Diante desse cenário, sobre a responsabilidade do Estado e a ação de indenização proposta por Ana, assinale a alternativa correta:

- A) o Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliões que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, cabendo o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- B) o Estado responde de forma subjetiva e subsidiária diante do dano causado pelos atos dos tabeliões.
- C) a responsabilidade do Estado é solidária com a do tabelião.
- D) a responsabilidade civil é exclusiva do tabelião, não cabendo ação contra o Estado.
- E) Ana pode ajuizar a ação de indenização diretamente contra o tabelião, que poderá propor ação de regresso contra o Estado.

Comentários:

O STF já decidiu que “O Estado possui responsabilidade civil direta e primária pelos danos que tabeliões e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros. STF. Plenário. RE 842846/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 27/2/2019 (repercussão geral) (Info 932)”. Com base nesse julgado, somente a letra A está correta.

Gabarito: A

16. José e João prestaram provas de concurso público para ingresso na carreira de Auditor Fiscal no órgão Alfa. José foi nomeado em 2021, ao passo que João somente foi nomeado no ano de 2024, após ter impetrado mandado de segurança, tendo finalmente sido julgado favoravelmente ao candidato. A sentença judicial reconheceu que o servidor deveria ter sido nomeado juntamente com os demais aprovados no ano de 2021. Ao ser nomeado e tomar posse no cargo, sabe-se que:

- A) a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, gera direito às promoções, mas não às progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação.
- B) a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, gera direito às progressões funcionais, mas não às promoções que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação.
- C) João terá direito a ser reposicionado na carreira, para o cargo então ocupado por José, ensejando o rebaixamento deste.
- D) João não terá direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam caso houvesse a nomeação juntamente com José.
- E) João terá direito às mesmas vantagens de José, recebidas retroativamente.

Comentários:

Com fundamento na seguinte tese do STF:

A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, **não gera direito às promoções ou progressões funcionais** que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação.

STF/tema 454

Gabarito: A

17. De acordo com a Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, assinale a alternativa correta:

- A) É cabível a contratação direta sem licitação para obras e serviços de engenharia até o valor de R\$ 100.000,00, desde que justificada a urgência da contratação.
- B) O prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços contínuos não poderá exceder a 5 anos, incluídas as prorrogações.
- C) A modalidade de licitação denominada "pregão" pode ser utilizada para a contratação de obras e serviços de engenharia.
- D) O critério de julgamento por "maior desconto" pode ser utilizado para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual predominante.
- E) A fase preparatória da licitação deve incluir a elaboração de um estudo técnico preliminar que demonstre a viabilidade técnica e econômica da contratação.

Comentários:

Correta a alternativa E. Visto que a Lei 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória da licitação deve incluir a elaboração de estudo técnico preliminar que demonstre a viabilidade técnica e econômica da contratação.

As **demais alternativas** estão incorretas:

Incorreta a alternativa A. Porque a Lei 14.133/2021 permite a contratação direta sem licitação para obras e serviços de engenharia até o valor de R\$ 100.000,00, mas não **exige situação de urgência** (art. 75).

Incorreta a alternativa B. Porque a Lei 14.133/2021 estabelece que o prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços contínuos não poderá exceder a **10 anos**, incluídas as prorrogações (art. 107).

Incorreta a alternativa C. Porque a modalidade de licitação denominada "pregão" não pode ser utilizada para a contratação de obras e, em regra, para serviços de engenharia.

Incorreta a alternativa D. Porque a Lei 14.133/2021 não prevê a utilização do critério de julgamento por "maior desconto" para a contratação de serviços técnicos especializados, mas sim "técnica e preço" ou, em alguns casos, "melhor técnica" (art. 36 e art. 37, §2º).

Gabarito: E

18. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos Agentes Públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A garantia do salário-mínimo refere-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.
- B) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais ou estaduais a índices federais de correção monetária.
- C) O Judiciário está desautorizado a majorar remunerações dos servidores públicos, ainda que sob o pretexto de assegurar o princípio da isonomia.
- D) Servidores inativos não fazem jus à percepção do auxílio-alimentação.
- E) Ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal é examinado isoladamente sobre a pensão percebida por servidor e a remuneração ou provento, e não sobre o somatório.

Comentários:

Incorreta a alternativa E. O STF, em agosto de 2020, passou a entender que, após a EC 19/98, Ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional nº 19/1998, o **teto constitucional** previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal **incide sobre o somatório** de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor.

Portanto, diferentemente da acumulação de proventos com remuneração por exercício de cargo, aqui estamos diante de proventos deixados por **agente público falecido**, cujo herdeiro também tem um vínculo com o poder público. Nesse caso, o teto remuneratório não será aferido isoladamente

As demais alternativas estão todas corretas.

Correta a alternativa A. A garantia do **salário mínimo** (art. 7º, inciso IV) é direito estendido aos servidores públicos pelo art. 39, §3º da Constituição Federal. No entanto, o STF editou a Súmula Vinculante 16 no sentido de que a garantia se refere ao **valor global da remuneração** do servidor público:

Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.

Correta a alternativa B. Sabemos que a Constituição veda que a remuneração dos servidores públicos seja fruto de **vinculação** ou seja objeto de **equiparação** (CF, art. 37, XIII). Com base na referida vedação, o STF editou a Súmula Vinculante 42 (conversão da SUM-681) nos seguintes termos:

*É **inconstitucional** a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.*

Correta a alternativa C. Como exige-se **ato Legislativo** para se fixar a remuneração e subsídios, não poderia o **Poder Judiciário** substituir o legislador nesta função, consoante Súmula Vinculante 37 do STF:

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, **aumentar vencimentos** de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Correta a alternativa D. Está de acordo com o que consta da Súmula Vinculante 55 do STF, no sentido de que é constitucional o não pagamento de auxílio-alimentação aos servidores que já se aposentaram:

O direito ao auxílio-alimentação **não** se estende aos servidores inativos.

Gabarito: E

19. No que se refere ao controle sobre a Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) As contratações públicas devem ser submetidas a práticas de gestão de riscos descontinuadas e de controle corretivo, além do controle social.
- B) As contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da primeira linha o órgão de controle interno da Administração.
- C) Ao suspender cautelarmente uma licitação, o tribunal de contas competente deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável uma vez por igual período.
- D) A revogação impede os efeitos jurídicos que o ato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir aqueles já produzidos.
- E) O julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo decadencial de dez anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O item está duplamente equivocado, pois exigem-se práticas **contínuas e permanentes** relacionadas à gestão de riscos e de **controle preventivo**:

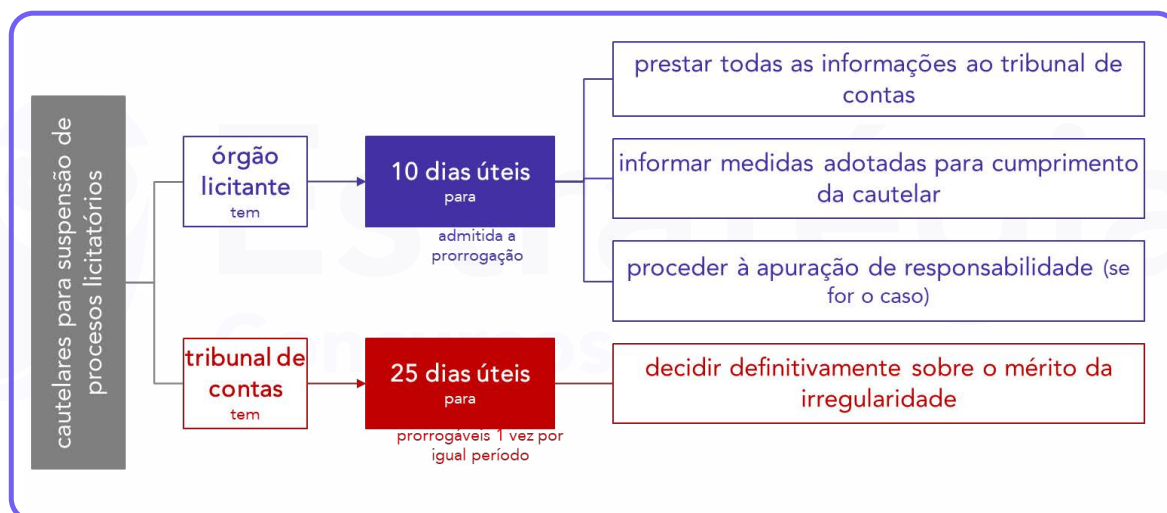
***Lei 14.133/2021, art. 169.** As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:*

Incorreta a alternativa B. Pois o órgão central de controle interno faz parte da 3ª linha de defesa (Lei 14.133/2021, art. 169, *caput*).

Correta a alternativa C. Está plenamente de acordo com o regramento da nova lei de licitações, sendo tal prazo contado do recebimento das informações por parte do órgão que estiver conduzindo a licitação:

Art. 171, § 1º Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito da irregularidade que tenha dado causa à suspensão no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contado da data do recebimento das informações a que se refere o § 2º deste artigo, prorrogável por igual período uma única vez, e definirá objetivamente: (..)

Relembrando:



Incorreta a alternativa D. Porquanto a revogação opera efeitos **não** retroativos (*ex nunc*).

Incorreta a alternativa E. Em fevereiro de 2020, o STF passou a entender¹ que, em regra, os tribunais de contas possuem o prazo de **5 anos** para examinarem o ato para fins de registro, sob pena de haver o "registro tácito". Tal prazo começa a ser contado a partir do ingresso do ato no tribunal de contas. Assim, caso o tribunal não negue o registro dentro do referido prazo², estaria impedido de negá-lo, sob pena de violar os princípios da segurança jurídica e da confiança legítima. Atenção à literalidade da tese fixada:

Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão **sujeitos ao prazo de 5 anos** para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

¹ RE 636.553 (tema de repercussão geral 445).

² Prazo de 5 anos é oriundo de analogia com o prazo previsto no Decreto 20.910/1932 (que regula a prescrição em favor da fazenda pública).

Gabarito: C

20. No que se refere à Certidão Negativa de Débitos Tributários (CNDT), é correto afirmar que:

- A) consiste em ato administrativo negocial.
- B) a Administração deverá comprovar sua validade perante o contribuinte como condição para viabilizar a produção de efeitos.
- C) é ato administrativo constitutivo.
- D) se trata de ato punitivo.
- E) é ato externo.

Comentários:

Incorretas as alternativas A e D. Porquanto a CNDT diz respeito a ato administrativo **enunciativo**.

Incorreta a alternativa B. Por força do atributo da presunção de legitimidade e veracidade, a CNDT será considerada válida e verdadeira, até que o contribuinte eventualmente faça prova de incorreção em sua prática.

Incorreta a alternativa C. Ao contrário, trata-se de ato declaratório, que apenas reconhece e declara uma situação jurídica preexistente ou de um fato. O ato declaratório, diferentemente do constitutivo, não cria nova situação jurídica: ele se limita a conferir certeza jurídica à situação preexistente.

Correta a alternativa E. Atos administrativos externos são aqueles que geram efeitos fora da administração pública. Podem ter como destinatários os administrados em geral ou, embora não destinados a eles, simplesmente devam produzir efeitos fora do órgão que o editou. Diferenciam-se dos atos internos, que são aqueles que atingem diretamente apenas os entes públicos (órgãos, entidades e agentes), produzindo efeitos dentro da própria administração pública.

Gabarito: E

21. João, servidor público federal, foi submetido a um processo administrativo disciplinar (PAD) devido a supostas irregularidades cometidas no exercício de suas funções. Inicialmente, sua conduta foi enquadrada como desídia no cumprimento dos deveres funcionais. Contudo, por ocasião do julgamento, a autoridade julgadora reclassificou os atos imputados a João como insubordinação grave. A despeito da alteração da capitulação legal, João foi devidamente notificado sobre os fatos que lhe estavam sendo imputados, teve a oportunidade de apresentar defesa e lhe foi garantido o contraditório. No entanto, ele questionou judicialmente a validade do PAD, alegando que a mudança na capitulação da infração deveria gerar a nulidade do procedimento.

Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A) A alteração da capitulação legal da conduta enseja a nulidade do processo administrativo.
- B) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, não gera nulidade do PAD, desde que o servidor tenha tido oportunidade de defesa quanto aos fatos que lhe foram imputados.
- C) A mudança na capitulação legal da conduta impõe a reabertura do processo administrativo disciplinar, para que o servidor seja julgado com base na nova tipificação.
- D) João deveria ter sido novamente notificado, para defender-se do novo dispositivo legal que sua conduta estava sendo enquadrada.
- E) A intervenção judicial no PAD pode rever o mérito administrativo, inclusive a reclassificação da conduta.

Comentários:

Letra A: errada. A alteração da capitulação legal da conduta, por si só, não enseja a nulidade do processo administrativo. O servidor defende-se dos fatos e não da tipificação legal inicial, conforme entendimento do STJ na Súmula 672.

Letra B: certa. De acordo com a Súmula 672 do STJ, o que importa é que o servidor tenha a oportunidade de se defender dos fatos imputados, independentemente da mudança na capitulação legal. Se foram asseguradas todas as garantias de defesa, o PAD não será nulo. Nesse sentido: “A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, não enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar”.

Letra C: errada. Não há necessidade de reabrir o processo administrativo disciplinar quando ocorre uma mudança na capitulação da conduta. O que importa é que o servidor tenha garantido seu direito ao contraditório e à ampla defesa em relação aos fatos.

Letra D: errada. Não há previsão de que a mudança na capitulação legal precise de nova notificação.

Letra E: errada. O controle judicial sobre o PAD é restrito à regularidade do procedimento e à legalidade dos atos administrativos, não abrangendo o mérito administrativo (Súmula 665).

Gabarito: B

22. Pedro foi indicado para ocupar cargo na diretoria de uma sociedade de economia mista vinculada ao Estado Y. No entanto, sua nomeação foi questionada com base na Lei nº 13.303/2016, que estabelece restrições para ocupantes de cargos em conselhos de administração e na diretoria de estatais. A defesa de Pedro argumentou que tais restrições violam seu direito à igualdade, à liberdade de expressão e participação política e à ampla acessibilidade a cargos públicos, além de ferir o princípio da autonomia partidária, uma vez que Pedro já havia atuado na organização de campanhas eleitorais no passado. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) As restrições da Lei nº 13.303/2016, ao vedarem a nomeação de pessoas que participaram de campanhas eleitorais ou exerceram cargos em partidos políticos, violam os direitos fundamentais de igualdade e ampla acessibilidade a cargos públicos, sendo inconstitucionais.
- B) A Lei das Estatais viola o princípio da autonomia partidária, por interferir diretamente no processo decisório dos partidos políticos ao restringir a nomeação de membros vinculados a partidos para cargos em estatais.
- C) As restrições da Lei das Estatais visam garantir a moralidade e a eficiência na administração pública, sendo constitucionais, pois são proporcionais e não ofendem os direitos fundamentais mencionados.
- D) A vedação imposta pela Lei nº 13.303/2016 é inconstitucional, pois estabelece critérios arbitrários ao impedir que ocupantes de cargos em comissão possam integrar a diretoria de estatais, enquanto agentes concursados dessas entidades podem ser indicados para esses cargos.
- E) As disposições da Lei nº 13.303/2016 foram consideradas desproporcionais pelo STF, na medida em que limitam a liberdade de convicção política de seus indicados para cargos nas estatais.

Comentários:

Letra A: errada. O STF considerou que as restrições impostas pela Lei nº 13.303/2016 são constitucionais, pois visam preservar a moralidade e eficiência da administração das estatais, não violando os direitos de igualdade ou acesso a cargos públicos.

Letra B: errada. O STF entendeu que essas vedações são legítimas para prevenir conflitos de interesse e fortalecer a governança das estatais, não havendo ofensa ao princípio da autonomia partidária.

Letra C: certa. O STF reconheceu que as restrições da Lei das Estatais são constitucionais, pois observam os princípios da moralidade, eficiência e impessoalidade, além de serem proporcionais e justificáveis em razão dos riscos inerentes à administração das empresas públicas.

Letra D: errada. A distinção feita entre servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados não foi considerada arbitrária, pois justifica-se pela natureza diferente de suas relações com a administração pública, com a estabilidade do vínculo efetivo justificando tratamento diferenciado.

Letra E: errada. O STF considerou que as restrições são proporcionais, razoáveis e visam garantir a moralidade administrativa, não limitando de forma indevida a liberdade de convicção política.

Gabarito: C

23. João estava dirigindo em uma rodovia concedida quando se deparou com um animal doméstico na pista. Incapaz de desviar a tempo, acabou colidindo com o animal, causando danos consideráveis a seu veículo e ferimentos leves. João deseja buscar indenização, mas a concessionária responsável pela rodovia alega que não pode ser responsabilizada, já que não teve culpa no incidente e que o dono do animal não foi identificado. Com base no entendimento do STJ sobre a responsabilidade das concessionárias de rodovias, assinale a afirmativa correta.

- A) A concessionária não é responsável pelos danos, uma vez que o acidente foi causado por um animal de propriedade desconhecida, afastando o nexo de causalidade entre a conduta da concessionária e o dano.
- B) A concessionária só pode ser responsabilizada se for comprovada sua culpa ou falha na fiscalização da rodovia, especialmente em relação à contenção de animais.
- C) A responsabilidade da concessionária é subjetiva, sendo necessário comprovar que ela agiu com imprudência, negligência ou omissão na manutenção e fiscalização da rodovia.
- D) A concessionária é objetivamente responsável pelos danos causados pelo acidente, independentemente de culpa ou da identificação do proprietário do animal, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões.
- E) A responsabilidade pela presença de animais em rodovias é exclusiva do poder público, cabendo à concessionária apenas colaborar com as autoridades na fiscalização.

Comentários:

Letra A: errada. O STJ entende que a responsabilidade da concessionária é objetiva, ou seja, independe da identificação do dono do animal ou de culpa da concessionária (REsp 1.908.738). O simples fato de o acidente ter ocorrido devido à presença de um animal na pista já gera a responsabilidade da concessionária.

Letra B: errada. A responsabilidade da concessionária não depende de comprovação de culpa ou falha na fiscalização. Trata-se de responsabilidade objetiva, que não exige a demonstração de imprudência ou negligência.

Letra C: errada. A responsabilidade da concessionária é objetiva, não subjetiva, ou seja, não é necessário comprovar imprudência ou omissão. O dever de indenizar surge pelo simples fato de o dano ter ocorrido em uma rodovia concedida.

Letra D: certa. O STJ consolidou o entendimento de que as concessionárias de rodovias respondem objetivamente pelos danos causados por acidentes envolvendo animais domésticos nas pistas de rolamento, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões. Não há necessidade de comprovar culpa. Assim, foi fixada a seguinte tese: "As concessionárias de rodovias respondem, independentemente da existência de culpa, pelos danos oriundos de acidentes causados pela presença de animais domésticos nas pistas de rolamento, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões" (STJ, Tema 1.122).

Letra E: errada. A responsabilidade não é exclusiva do poder público. As concessionárias de rodovias, por força de contrato de concessão, têm o dever de manter as pistas seguras, sendo objetivamente responsáveis por acidentes, inclusive os causados por animais.

Gabarito: D

24. Em decorrência de uma enchente que afetou várias cidades de um estado, a Administração Pública contratou diretamente uma empresa para realizar reparos emergenciais nas estradas, com base na dispensa de licitação prevista no art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/2021. Após o prazo inicial do contrato, os efeitos da calamidade ainda persistiam e os serviços não foram finalizados, sem que houvesse culpa da empresa contratada. A Administração considerou a possibilidade de recontratar a mesma empresa para continuar os serviços, mas está em dúvida sobre a legalidade dessa ação. Além disso, houve dúvidas se essa mesma empresa poderia participar do processo de licitação substitutivo da contratação direta.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a dispensa de licitação em casos de emergência ou calamidade pública, assinale a afirmativa correta.

- A) A recontratação é permitida, desde que o prazo do contrato anterior não tenha excedido 180 dias, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- B) A recontratação da mesma empresa é proibida, ainda que o objeto da nova dispensa tenha como fundamento outro dispositivo da Lei de Licitações.

- C) A empresa pode ser recontratada diretamente, desde que seja comprovado que ela já estava prestando os serviços de forma eficiente e que a reconstrução atende ao princípio da economicidade, admitindo-se as sucessivas prorrogações enquanto persistir a situação emergencial ou calamitosa.
- D) A vedação incide na reconstrução fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano e não impede que a empresa seja contratada diretamente por outro fundamento previsto em lei, incluindo uma nova emergência ou calamidade pública.
- E) A empresa não poderia participar de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação, por ofensa aos princípios da isonomia e da competitividade.

Comentários:

Letra A: errada. A Lei nº 14.133/2021 prevê que o prazo máximo para contratos emergenciais ou de calamidade pública é de 1 (um) ano, não 180 dias.

Letra B: errada. A vedação à reconstrução não impede que a empresa seja contratada com base em outro dispositivo ou outra situação emergencial ou calamitosa.

Letra C: errada. Mesmo que a empresa tenha prestado os serviços de forma eficiente, a vedação à reconstrução aplica-se quando a nova contratação é fundamentada na mesma situação emergencial ou calamitosa e o prazo legal de um ano já foi extrapolado.

Letra D: certa. De acordo com o entendimento do STF (ADI 6.890/DF):

1. É constitucional a vedação à reconstrução de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
2. A vedação incide na reconstrução fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação e seja contratada diretamente por outro fundamento previsto em lei, incluindo uma nova emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle de abusos ou ilegalidades na aplicação da norma.

Letra E: errada. A vedação à reconstrução continua aplicável, mesmo que a empresa tenha capacidade técnica única, salvo em nova situação emergencial ou calamitosa, conforme a interpretação do STF.

Gabarito: D

25. José, prefeito municipal, foi acusado de praticar atos que atentam contra a probidade administrativa durante o exercício de sua função parlamentar, razão pela qual o Ministério Público propôs ação de improbidade administrativa, visando à responsabilização do prefeito nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA). Em sua defesa, José alegou que, como agente político sujeito ao regime de crime de responsabilidade, estaria imune à Lei de Improbidade, uma vez que responderia apenas por crimes de responsabilidade, evitando-se o *bis in idem*. Com base no entendimento do STF e nas disposições da LIA, assinale a alternativa correta.

- A) José está correto, pois os agentes políticos não se submetem à Lei de Improbidade Administrativa, devendo responder exclusivamente por crimes de responsabilidade.
- B) João está parcialmente correto, pois os agentes políticos podem ser responsabilizados pela Lei de Improbidade, exceto quando exercerem cargos no Poder Executivo, como no caso de ministros e secretários.
- C) José está incorreto, pois os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa, além de responderem por crimes de responsabilidade, formando o duplo regime sancionatório.
- D) José está correto, pois os agentes políticos, como os parlamentares, estão sujeitos apenas às sanções por crimes de responsabilidade, sendo imunes à Lei de Improbidade Administrativa, assim como o Presidente da República.
- E) José está parcialmente correto, uma vez que o regime de improbidade afasta o regime de crime de responsabilidade.

Comentários:

Letra A: errada. O STF entende que os agentes políticos, exceto o Presidente da República, estão sujeitos tanto à Lei de Improbidade Administrativa quanto à responsabilização por crimes de responsabilidade, formando um duplo regime sancionatório (Pet 3240 AgR/DF, julgamento em 10.5.2018).

Letra B: errada. Não há exceção para cargos do Poder Executivo como ministros e secretários. Esses também se submetem ao regime da Lei de Improbidade Administrativa e à responsabilização por crimes de responsabilidade.

Letra C: certa. De acordo com o entendimento do STF, os agentes políticos, como deputados e senadores, estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa, além de responderem por crimes de responsabilidade, formando o duplo regime sancionatório.

Letra D: errada. Apenas o Presidente da República é exceção ao regime da Lei de Improbidade Administrativa, respondendo exclusivamente por crimes de responsabilidade.

Letra E: errada. Os agentes políticos estão sujeitos tanto à Lei de Improbidade Administrativa quanto à responsabilização por crimes de responsabilidade.

Gabarito: C

26. O município de Beta firmou um ato de permissão de uso para que Carlos utilizasse, por cinco anos, uma área pública destinada à realização de atividades culturais e eventos gastronômicos. No terceiro ano, o município decidiu revogar a permissão, alegando que o local seria destinado à construção de uma biblioteca pública. Pouco tempo depois, Carlos descobriu que o município não tinha nenhum plano concreto para a biblioteca e que o local estava sendo mantido vazio.

Diante dessa situação, Carlos consultou um advogado para verificar a possibilidade de pleitear a anulação do ato de revogação da permissão. O advogado explicou a Carlos que tal pleito é:

- A) inviável, pois, por ser um ato discricionário, o município possui plena liberdade para revogar a permissão a qualquer momento, cabendo, contudo, uma indenização diante da extinção antecipada do ato permissivo.
- B) viável, pois, ao fundamentar o ato de revogação, o município vinculou a validade do ato à existência do motivo alegado, o qual deve ser verdadeiro.
- C) inviável, uma vez que se trata de ato precário, não cabendo invalidação da revogação tampouco pedido de indenização.
- D) viável, tendo em vista a boa-fé objetiva e o princípio da continuidade da prestação de serviços públicos, devendo a Administração Pública respeitar o convencionado mesmo que, de fato, fosse construída a biblioteca pública.
- E) inviável, mesmo que insubsistentes os motivos alegados, vez que a supremacia do interesse público deve preponderar na relação convencionada, devendo, contudo, ser oferecido o contraditório e a ampla defesa, e uma indenização de 50% dos lucros cessantes previstos até o final do ato de permissão.

Comentário:

A teoria dos motivos determinantes estabelece que, quando um ato administrativo é motivado, sua validade se condiciona à veracidade dos motivos expostos, independentemente de a motivação ser obrigatória. Assim, se a motivação apresentada pela administração não corresponde aos fatos, o ato pode ser invalidado. No caso em questão, o município justificou a revogação da permissão pela intenção de construir uma biblioteca, motivo que se provou inexistente. Dessa forma, aplica-se a teoria dos motivos determinantes, justificando o pedido de Carlos pela nulidade do ato de revogação.

a) Incorreta. Embora a administração tenha discricionariedade para revogar o ato, a existência de motivação falsa vincula sua validade, além disso, a indenização não é o suficiente para afastar a possibilidade de anulação.

b) Correta. A motivação do ato condiciona sua validade à veracidade do motivo alegado, o que permite a anulação do ato de revogação com base na teoria dos motivos determinantes.

- c) Incorreta.** Embora seja um ato precário, a revogação foi motivada, e a existência de uma motivação falsa permite a anulação do ato com base na teoria dos motivos determinantes, podendo haver pedido de invalidação.
- d) Incorreta.** Caso de fato fosse construída a biblioteca, poderia ser feita a revogação e não haveria possibilidade de alegar a teoria dos motivos determinantes. Além disso, a continuidade do serviço público não é argumento para manutenção do ato permissivo, vez que estamos diante do uso de bem público para fins particulares.
- e) Incorreta.** A supremacia do interesse público não afasta a necessidade de veracidade dos motivos declarados. A indenização e o contraditório não são suficientes para justificar a validade do ato se o motivo alegado for inexistente.

Gabarito: B

27. A Administração Pública exerce o Poder de Polícia para impor limites ao exercício de direitos individuais, visando ao bem-estar social e à manutenção da ordem pública. Esse poder se manifesta em atividades de fiscalização e licenciamento e possui atributos que o distinguem entre os demais poderes administrativos. Assinale a alternativa que contém corretamente os atributos do Poder de Polícia.

- A) Autoexecutoriedade, executoriedade e vinculação.
- B) Imperatividade, discricionariedade e executoriedade.
- C) Hierarquia, coercibilidade e autoexecutoriedade.
- D) Vinculação, imperatividade e autoexecutoriedade.
- E) Coercibilidade, autoexecutoriedade e discricionariedade.

Comentário:

O Poder de Polícia da Administração Pública é tradicionalmente caracterizado pelos atributos da **discricionariedade**, **autoexecutoriedade** e **coercibilidade**. A discricionariedade permite à Administração decidir sobre o momento e a maneira de agir, de acordo com o interesse público. A autoexecutoriedade possibilita a aplicação direta de medidas restritivas sem a necessidade de autorização judicial. Já a coercibilidade assegura que as medidas adotadas possam ser impostas obrigatoriamente, inclusive com o uso da força, se necessário, para garantir o cumprimento do ato administrativo.

A Letra E apresenta corretamente os 3 atributos.

Gabarito: E

28. Ricardo e Wagner são diretores de departamentos de mesmo grau hierárquico em um órgão federal, enquanto Rodrigo ocupa um cargo de grau hierárquico inferior. Ricardo deseja delegar parte de suas atribuições a Wagner, mas também está considerando a possibilidade de avocar competências de Rodrigo para conduzir um projeto especial. Wagner, por sua vez, está analisando a possibilidade de delegar algumas de suas responsabilidades para Rodrigo, visando otimizar a gestão de suas tarefas.

Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo federal, especialmente no que se refere à competência, delegação e avocação, assinale a alternativa correta.

- A) Ricardo pode delegar atribuições a Wagner, mas não pode avocar competências de Rodrigo, pois a avocação é restrita a autoridades superiores e deve ser justificada por motivos relevantes.
- B) Wagner pode delegar atribuições a Rodrigo sem necessidade de especificar os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação, pois a lei não exige tais especificações.
- C) Ricardo e Wagner podem avocar competências entre si, uma vez que compartilham o mesmo grau hierárquico, facilitando a gestão de projetos em conjunto.
- D) Wagner pode delegar atribuições a Rodrigo; todavia, ao fazê-lo, não poderá revogar o ato de delegação até o término do projeto que justificou a delegação.
- E) Ricardo pode delegar atribuições específicas a Wagner, desde que o ato de delegação especifique as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação, e tal ato deve ser publicado no meio oficial.

Comentário:

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, a delegação de competências pode ser realizada ainda que os órgãos não sejam hierarquicamente inferiores, permite-se, contudo, apenas a transferência parcial de atribuições, além de que sejam observados certos requisitos.

O Art. 14 da Lei exige que o ato de delegação seja publicado no meio oficial e contenha especificações sobre as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação. Além disso, a delegação não pode abranger a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade (Art. 13). Quanto à avocação, ela é permitida em caráter excepcional, sendo possível apenas quando feita por uma autoridade superior em relação a um subordinado, com motivação devidamente justificada (Art. 15).

Vamos analisar cada alternativa:

a) Incorreta. Ricardo pode avocar as competências de Rodrigo, pois a avocação é permitida para autoridades superiores em caráter excepcional e justificado, conforme o Art. 15.

- b) Incorreta.** O Art. 14 exige que o ato de delegação especifique os limites, a duração e os objetivos, além da publicação oficial.
- c) Incorreta.** A avocação só pode ocorrer de uma autoridade superior para uma inferior, não sendo aplicável entre autoridades de mesmo grau hierárquico.
- d) Incorreta.** O ato de delegação pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante, de acordo com o § 2º do Art. 14.
- e) Correta.** Ricardo pode delegar atribuições a Wagner, desde que o ato especifique as matérias e poderes transferidos, os limites de atuação do delegado, a duração e os objetivos e seja publicado no meio oficial, em conformidade com o Art. 14.

Gabarito: E

29. No âmbito da Administração Pública, existem diferentes tipos de agentes, cada um atuando em condições específicas e com características próprias. Com base nos conceitos de agentes públicos, assinale a alternativa que descreve corretamente um agente necessário.

- A)** Um cidadão que, sem vínculo formal, é designado para representar o Estado em eventos específicos, agindo como porta-voz em situações internacionais.
- B)** Um indivíduo que, sem investidura formal, desempenha funções públicas com presunção de legitimidade, sendo aceito pelos terceiros de boa-fé.
- C)** Uma pessoa que assume funções públicas em caráter emergencial, sem vínculo formal e em razão de extrema necessidade para atender ao interesse público.
- D)** Um servidor temporário que ocupa cargo público em situação de urgência, com investidura regular e atuação por prazo determinado.
- E)** Um cidadão que realiza atividades honoríficas, sem remuneração e sem qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

Comentário:

No Direito Administrativo, um **agente necessário** é aquele que, em situação de urgência e necessidade pública, assume temporariamente funções públicas sem investidura formal. Sua atuação é justificada pela necessidade de evitar prejuízos ao interesse público em situações emergenciais. Esses agentes têm suas ações legitimadas pela situação de necessidade, ainda que não tenham vínculo formal ou processo regular de investidura.

- a) Incorreta. Refere-se a um agente credenciado, que atua em nome do Estado para representá-lo, geralmente em eventos específicos e internacionais.
- b) Incorreta. Descreve um agente putativo, que atua com presunção de legitimidade perante terceiros de boa-fé, mesmo sem investidura regular.
- c) Correta. Define o agente necessário, que age em situações emergenciais sem investidura formal, devido a uma necessidade pública urgente.
- d) Incorreta. Descreve um agente temporário com investidura regular, mas não um agente necessário.
- e) Incorreta. Trata-se de um agente honorífico, que presta serviços não remunerados, geralmente para funções cerimoniais ou de interesse público.

Gabarito: C

30. Em razão da necessidade de construir uma nova ponte sobre um rio que divide o município, a Prefeitura Alfa optou por realizar a obra sob o regime de contratação integrada. Sobre a responsabilidade pelos projetos nesse regime de contratação, escolha a alternativa correta.

- A) A responsabilidade pela elaboração tanto do projeto básico quanto do projeto executivo é da Administração Pública, que deve garantir o planejamento técnico necessário à execução da obra.
- B) Cabe ao contratado a elaboração de todos os projetos, incluindo o projeto básico e o projeto executivo, a partir das informações constantes do anteprojeto fornecido pela Administração.
- C) A elaboração do projeto executivo é de responsabilidade da Administração Pública, enquanto o contratado deve executar a obra conforme o projeto básico previamente desenvolvido.
- D) A Administração elabora o projeto básico e delega ao contratado apenas a execução do projeto executivo, com base nas especificações do projeto inicial.
- E) A Administração, ao optar pelo regime de contratação integrada, compartilha a responsabilidade pelo projeto executivo com o contratado, para garantir que os requisitos técnicos e financeiros sejam atendidos.

Comentário:

No regime de **contratação integrada**, conforme previsto pela Lei nº 14.133/2021, cabe ao contratado a responsabilidade pela elaboração de todos os projetos, incluindo o projeto básico e o projeto executivo.

A Administração fornece apenas um anteprojeto contendo diretrizes e informações preliminares, que orientarão o desenvolvimento dos projetos. Esse regime visa dar maior flexibilidade técnica ao contratado, permitindo que ele elabore soluções adequadas para a execução da obra, enquanto a Administração realiza apenas a fiscalização e supervisão.

a) Incorreta. No regime de contratação integrada, a elaboração dos projetos é de responsabilidade do contratado, não da Administração.

b) Correta. A responsabilidade pela elaboração de todos os projetos, incluindo o projeto básico e o projeto executivo, cabe ao contratado, com base nas informações constantes do anteprojeto fornecido pela Administração, conforme o art. 6º, inciso XXXII, da Lei nº 14.133/2021.

c) Incorreta. No regime de contratação integrada, tanto o projeto básico quanto o projeto executivo são de responsabilidade do contratado, não da Administração.

d) Incorreta. A Administração fornece apenas o anteprojeto, e o contratado é responsável por ambos os projetos.

e) Incorreta. A responsabilidade pelo projeto executivo não é compartilhada; ela é exclusiva do contratado no regime de contratação integrada.

Gabarito: B

DIREITO PENAL

01. Gustavo e Carlos sequestraram Esther, no dia 15.01.2024, com o fim de exigir vultosa quantia como condição para a libertação da vítima. Em 12.03.2024, quando Esther ainda estava em cativeiro, privada de sua liberdade, sobreveio nova lei penal alterando a pena cominada ao crime de extorsão mediante sequestro. Semanas depois, Esther foi libertada, sem que os infratores tivessem conseguido obter a vantagem econômica pretendida.

Nesse caso, considerando que se trata de crime permanente, é correto afirmar que:

- A) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, desde que a alteração seja benéfica aos agentes, pela teoria da atividade.
- B) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ação.
- C) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, pelo princípio da irretroatividade da lei penal.
- D) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ubiquidade.
- E) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, pela teoria da atividade.

Comentários:

Nesse caso, a nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Gustavo e Carlos, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pois o crime em questão (extorsão mediante sequestro, art. 159 do CP) é crime permanente, ou seja, considera-se que o crime está se consumando durante todo o período de permanência. Logo, para definir o “tempo do crime” deve-se levar em consideração o momento em que cessa a atividade criminosa.

Assim, caso sobrevenha nova lei penal durante o período de permanência, ela deverá ser aplicada, ainda que mais gravosa, nos termos da súmula 711 do STF, pois será a lei em vigor ao término da permanência.

Gabarito: B

02. Júlio, com dolo de matar, ministrou veneno a seu colega de trabalho, Sérgio. Sérgio ingeriu o veneno sem saber e, ao final do expediente, ainda sem que o veneno tivesse provocado qualquer efeito, pegou seus pertences e foi para casa. No caminho, andando a pé, Sérgio foi alvejado por um raio, vindo a falecer em razão da descarga elétrica.

Nesse caso, é correto afirmar que o resultado morte:

- A) Não deverá ser imputado a Júlio, eis que o resultado derivou de concausa superveniente absolutamente independente.
- B) Não deverá ser imputado a Júlio, eis que o resultado derivou de concausa superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado.
- C) Não deverá ser imputado a Júlio, por se tratar de crime impossível pela absoluta ineficácia do meio.
- D) Não deverá ser imputado a Júlio, por se tratar de crime impossível pela absoluta impropriedade do objeto.
- E) Deverá ser imputado a Júlio, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.

Comentários:

Nesse caso, o resultado morte NÃO deverá ser imputado a Júlio, que deverá responder por homicídio doloso qualificado (pelo emprego de veneno) na forma tentada.

Não será a ele imputado o resultado, eis que o resultado adveio de concausa superveniente absolutamente independente (não teve nenhuma relação com a conduta praticada por Júlio). Ainda que Júlio não tivesse ministrado veneno, Sérgio morreria rigorosamente da mesma forma.

Gabarito: A

03. Barbosa expôs à venda, em seu mercadinho, diversas bebidas e cigarros que possuíam selo de controle tributário falsificado. Embora não tenha sido o autor da falsificação, Barbosa adquiriu as mercadorias e as expôs à venda sabendo que nelas havia sido colocado selo de controle tributário falsificado.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Barbosa configura:

- A) crime contra a fé pública
- B) crime contra a ordem tributária
- C) descaminho
- D) contrabando
- E) fato penalmente atípico, sendo mero ilícito tributário

Comentários:

Nesse caso, a conduta de Barbosa configura o crime previsto no art. 293, §1º, III, “a” do CP (falsificação de papéis públicos, em sua forma equiparada):

Art. 293 (...)

§ 1º *Incorre na mesma pena quem: (Redação dada pela Lei nº 11.035, de 2004)*

III – importa, exporta, adquire, vende, expõe à venda, mantém em depósito, guarda, troca, cede, empresta, fornece, porta ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, produto ou mercadoria: (Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004)

a) em que tenha sido aplicado selo que se destine a controle tributário, falsificado; (Incluído pela Lei nº 11.035, de 2004)

Tal delito se configura como crime contra a fé pública (grupo que vai do art. 289 ao 311-A do CP).

Gabarito: A

04. Frederico, auditor-fiscal do estado, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão de sua função pública. Uma semana depois, arrependido, Frederico procura seu superior, narra o ocorrido e devolve integralmente os valores, antes mesmo que tivesse havido instauração de inquérito policial para apurar os fatos.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- A) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços, em razão do arrependimento eficaz.
- B) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços, em razão da desistência voluntária.
- C) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas a reparação do dano gerou a extinção da punibilidade.
- D) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, mas fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços, em razão do arrependimento posterior.
- E) Frederico praticou crime de peculato-apropriação, consumado, sem redução de pena.

Comentários:

Nesse caso, Frederico praticou o crime de peculato-apropriação (art. 312 do CP), pois se apropriou de valores de que tinha a posse em razão da função. Todavia, houve arrependimento posterior, dada a restituição dos valores antes do recebimento da denúncia, na forma do art. 16 do CP, e Frederico fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços:

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Gabarito: D

05. Murilo, brasileiro, decidiu ir passar férias com a família nos Estados Unidos da América, mais precisamente na cidade de Orlando. De lá, trouxe diversos produtos, como aparelhos eletrônicos, relógios e roupas. Embora a importação de tais produtos fosse permitida, Murilo deveria pagar os impostos de importação, eis que o valor total dos produtos é superior à cota de isenção estabelecida para viajantes internacionais. Para não pagar os impostos devidos pela importação, Murilo escondeu os produtos em fundos falsos nas malas, passando pela fila de “nada a declarar” no aeroporto. O valor total dos produtos alcança a cifra de R\$ 30.000,00, já o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, alcança a cifra de R\$ 15.000,00.

Nesse caso, é correto afirmar que Murilo praticou o crime de:

- A) Contrabando, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- B) Contrabando, sem majoração, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- C) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- D) Descaminho, sem majoração por se tratar de voo regular, e não clandestino, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- E) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.

Comentários:

Nesse caso, Murilo praticou o crime de descaminho, na forma do art. 334 do CP:

Descaminho

Art. 334. *Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)*

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Em relação ao descaminho, é possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, não ultrapasse o montante estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal, conforme entendimento pacífico do STF e do STJ. Hoje, tal montante é de R\$ 20.000,00.

Assim, é cabível a aplicação do princípio da insignificância no caso em tela.

Quanto à majorante relativa ao transporte aéreo, está prevista no art. 334, §3º do CP:

Art. 334 (...) § 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

De acordo com o STJ, deve ser aplicada ainda que se trate de voo regular.

Gabarito: E



Estratégia
Concursos

06. Assinale a alternativa correta:

- A) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, mas depende de outro resultado ou consequência.
- B) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento particular.
- C) A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a matéria é a própria forma do documento, que é alterada ou forjada, criando um documento novo.
- D) Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.
- E) No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada da terça parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Independe de outro resultado ou consequência. “Art. 302 do CP - Dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso. Pena: detenção de 1 mês a 1 ano.”

Incorreta a alternativa B. Falsidade ideológica- “Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.”

Correta a alternativa C. A falsidade ideológica recai sobre o conteúdo do documento, e a falsidade material, sobre a forma do documento.

Incorreta a alternativa D. Falsificação de documento público, pois o §2º do art. 297 do CP dispõe: "Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular".

Incorreta a alternativa E. Art. 297. (...) § 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Gabarito: C

07. No que se refere à aplicação da lei penal, assinale a opção correta:

- A) Quanto ao lugar do crime, o sistema penal brasileiro adotou a teoria do resultado ou mista.
- B) A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.
- C) O Código Penal Brasileiro, quanto ao tempo do crime, acolheu a teoria da ubiquidade.
- D) Nos crimes permanentes e nos delitos praticados na forma continuada, sobrevindo lei nova mais severa durante o tempo de ocorrência do crime, não pode ela ser aplicada diante do princípio previsto na Constituição Federal que é expresse ao prever que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- E) De acordo com a lei penal brasileira, são consideradas extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, apenas, não sendo assim consideradas as aeronaves ou embarcações brasileiras que se encontrem a serviço do governo brasileiro.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Teoria da ubiquidade ou teoria mista -

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Correta a alternativa B.

Art. 2º (...). Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. Súmula 611 STF: "Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna."

Incorreta a alternativa C. Teoria da Atividade -

"Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado."

Incorreta a alternativa D. Segundo a Súmula 711 STF, a lei nova mais severa se aplica aos delitos praticados de forma continuada: “O agente que prosseguiu na continuidade delitiva após o advento da lei nova tinha possibilidade de orientar-se de acordo com os novos ditames, em vez de prosseguir na prática de seus crimes. É justo, portanto, que se submeta ao novo regime, ainda que mais severo, sem a possibilidade de alegar ter sido surpreendido”.

Incorreta a alternativa E.

Art. 5º § 1º, Código Penal - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro (...).

Gabarito: B

08. João Augusto, Auditor Fiscal, notifica determinado contribuinte e exige tributo que sabe ser indevido. De acordo com a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que a conduta de João Augusto

- A) não há prática de crime por ausência de dolo.
- B) configura o crime de peculato.
- C) configura crime de prevaricação.
- D) configura crime de excesso de exação.
- E) configura crime contra a Ordem Tributária.

Comentários:

Art. 316, § 1º - Se o funcionário EXIGE tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber INDEVIDO, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, E multa.

Já o CRIME FUNCIONAL CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (art. 3º, II, Lei nº 8.137/90) - Exigir para deixar de lançar ou cobrar parcialmente.

Já o crime funcional contra a ordem tributária tipificado no (art. 3º, II, Lei nº 8.137/90) preceitua o exigir para deixar de lançar ou cobrar parcialmente. “exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou ACEITAR PROMESSA de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.”

Não é prevaricação, pois de acordo com o artigo 319 do CP, conduta do funcionário público é “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.” E no peculato:

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário. Peculato culposo.

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Gabarito: D

09. César Augusto, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha determinada quantia, que dispunha em razão de seu cargo, que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de:

- A) crime de peculato-desvio, independentemente de César Augusto ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.
- B) crime de apropriação indébita, independentemente de César Augusto ser ou não servidor público.
- C) crime de emprego irregular de verbas públicas, já que o desvio da quantia ocorreu em proveito da administração.
- D) crime de prevaricação, posto que César Augusto agiu para satisfazer sentimento pessoal.
- E) crime de corrupção passiva privilegiada.

Comentários:

No PECULATO-DESVIO, o núcleo é DESVIAR. Pune-se o funcionário que dá ao objeto material destinação diferente daquela para o qual o objeto lhe fora confiado. O desvio deve ser, porém, em proveito (patrimonial ou moral) próprio ou alheio. Se o desvio for praticado em benefício da própria administração, ocorrerá o delito do art. 315 do CP (Emprego irregular de verbas ou rendas públicas).

Gabarito: C

10. Júlio passeava com seu filho de 4 anos em um parque quando encontrou um cão pitbull feroz, sem coleira e desacompanhado. Quando o animal começou o ataque à criança, Júlio pegou um pedaço de madeira no chão e arremessou na direção do animal, que fugiu. Contudo, a madeira acabou acertando a canela de Joaquina, que estava caminhando no parque e que, no momento do golpe, passava atrás do animal, ocasionando nela um ferimento de natureza leve. Diante da situação hipotética, Júlio agiu

- A) em legítima defesa em razão da conduta do animal, mas responderá pela lesão corporal em Joaquina
- B) em estado de necessidade, excluindo-se o crime de lesão corporal ocasionado em Joaquina.
- C) exercício regular de um direito, excluindo-se o crime de lesão corporal.
- D) em estado de necessidade em razão da conduta do animal, mas responderá pela lesão corporal em Joaquina.
- E) em legítima defesa, excluindo-se o crime de lesão corporal ocasionado em Joaquina.

Comentários:

Nesse caso, Júlio deve ser absolvido, mas porque agiu em estado de necessidade contra o animal, em razão de ter praticado o ato para salvar de perigo atual (do animal) seu filho, cujo perigo não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, e que naquelas circunstâncias não era razoável exigir-se nos moldes do artigo 24 CP. Ele não foi se defender de agressão injusta praticada por Joana, daí porque não há se falar em legítima defesa.

Portanto, quando o indivíduo for atacado por um cachorro e o ataque for espontâneo e para salvar sua vida ou a de terceiros, e o indivíduo matar o animal, estará, assim, coberto pelo estado de necessidade, pois não foi causado pela ação humana, configurando, dessa forma, um perigo, e não uma injusta agressão. Se o agente destruir bem de terceiros inocentes em estado de necessidade, responderá no âmbito civil.

Contudo, se o ataque for ordenado pela ação humana e o indivíduo vier a matar o animal, estará acobertado pelo instituto da legítima defesa, pois esta é aplicada apenas à agressão que advém da ação humana. Nela, o cachorro é um mero instrumento da ação humana, assim como uma arma branca ou uma arma de fogo.

Apesar de errar o alvo, a sua intenção era acertar o cachorro, e não Joaquina, por isso Pedro irá responder por estado de necessidade em razão do erro na execução.

Gabarito: B

11. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- A) A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente, desde que sua vigência seja anterior ao início da permanência delitiva.
- B) consideram-se extensão do território nacional as embarcações brasileiras, públicas ou a serviço do governo brasileiro, independentemente de onde estejam.
- C) A *abolitio criminis* faz cessar a execução da pena, mas não afeta os efeitos secundários da condenação.
- D) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio de município brasileiro, desde que o agente ingresse no território nacional.
- E) Considera-se praticado o delito no lugar em que praticada a ação ou omissão, no todo ou em parte, ainda que outro seja o lugar do resultado.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Item errado, pois a lei penal mais grave se aplica ao crime permanente, caso sua vigência se dê antes de cessar a permanência (ainda que já tenha se iniciado o período de permanência), nos termos da súmula 711 do STF.

Correta a alternativa B. Item correto, pois se consideram como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, nos termos do art. 5º, §1º do CP.

Incorreta a alternativa C. Item errado, pois a *abolitio criminis* faz cessar a execução da pena e os demais efeitos penais da condenação (efeitos penais secundários), mas não afeta os efeitos secundários extrapenais, nos termos do art. 2º, *caput*, do CP.

Incorreta a alternativa D. Item errado, pois essa é uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada, na forma do art. 7º, I, “b”, do CP, de forma que não é necessário que o agente ingresse no nosso território para que seja aplicada a lei penal brasileira.

Incorreta a alternativa E. Item errado, pois considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, consagrando-se a adoção da teoria mista ou da ubiquidade em relação ao lugar do crime, nos termos do art. 6º do CP.

Gabarito: B

12. Acerca do erro de tipo e do erro de proibição, assinale a alternativa correta:

- A) O erro de tipo sempre afasta o dolo.
- B) O erro de proibição vencível é causa de exclusão da culpabilidade.
- C) O erro de proibição inevitável afasta a imputabilidade penal.
- D) No erro de tipo, o agente poderá ser punido na forma culposa, bastando apenas que se trate de erro evitável.
- E) Erro de tipo e erro de proibição são circunstâncias que sempre isentam de pena o agente.

Comentários:

Correta a alternativa A. O erro de tipo sempre afasta o dolo, permitindo-se a punição na forma culposa, desde que haja previsão legal, nos termos do art. 20 do CP, e desde que se trate de erro de tipo evitável.

Incorreta a alternativa B. Item errado, pois o erro de proibição INVENCÍVEL é causa de exclusão da culpabilidade. O erro de proibição vencível (ou evitável) é causa de redução de pena de um sexto a um terço, na forma do art. 21 do CP.

Incorreta a alternativa C. Item errado, pois o erro de proibição inevitável é causa de exclusão da culpabilidade por ausência de potencial consciência da ilicitude.

Incorreta a alternativa D. Item errado, pois no erro de tipo o agente poderá ser punido na forma culposa, desde que haja previsão legal, nos termos do art. 20 do CP, e desde que se trate de erro de tipo evitável.

Incorreta a alternativa E. Item errado, pois o erro de proibição somente isenta de pena o agente quando inevitável; se evitável, é causa de redução de pena de um sexto a um terço. Já o erro de tipo não é “causa de isenção de pena” (exclusão da culpabilidade). O erro de tipo afasta o fato típico, se inevitável, já que afastará o dolo e não permitirá punição nem mesmo na forma culposa; se evitável, afastará o dolo, permitindo punição do agente na forma culposa, desde que haja previsão legal, nos termos do art. 20 do CP.

Gabarito: A

13. Adriano, sócio-administrador da empresa “GARFO E FACA RESTAURANTE LTDA”, omitiu, dolosamente, determinado empregado da folha de pagamento da empresa, acarretando com isso a redução de contribuição social previdenciária devida à previdência social.

Nesse caso, a conduta de Adriano configura:

- A) sonegação de contribuição previdenciária
- B) apropriação indébita previdenciária
- C) descaminho
- D) estelionato previdenciário
- E) fato atípico

Comentários:

Nesse caso, a conduta do agente configura o crime de sonegação de contribuição previdenciária, nos termos do art. 337-A, I do CP:

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I – omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Gabarito: A

14. Geovani, auditor-fiscal do estado ALFA, ocupante de cargo em comissão, exigiu da empresa “PANELA VELHA UTENSÍLIOS PARA O LAR LTDA” o pagamento de determinado tributo. Geovani, porém, sabia que o tributo não era devido na espécie, mas mesmo assim o exigiu.

A conduta de Geovani, nesse caso, configura:

- A) crime de corrupção passiva privilegiada, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- B) crime de excesso de exação, sem majoração.
- C) crime de concussão, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- D) crime de concussão, sem majoração.
- E) crime de excesso de exação, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.

Comentários:

Nesse caso, o agente praticou crime de excesso de exação, pois exigiu tributo que sabia ser indevido, na forma do art. 316, §1º do CP:

Art. 316 (...) § 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

Deve, ainda, sua pena ser aumentada em um terço, por ser ocupante de cargo em comissão na administração direta:

Art. 327 (...) § 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

Gabarito: E

15. Cléber, primário e de bons antecedentes, foi abordado por agentes policiais em determinada barreira de fiscalização em região de fronteira com o Paraguai. Na oportunidade, os agentes policiais encontraram 600 maços de cigarro que haviam sido trazidos por Cléber do Paraguai, sem que tivesse autorização legal para a importação dos produtos.

Nesse caso, nos termos do Código Penal e da Jurisprudência do STJ, a conduta de Cléber configura:

- A) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- B) Descaminho, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- C) Contrabando, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- D) Contrabando, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- E) Mero ilícito administrativo, sem repercussão na esfera criminal.

Comentários:

A importação não autorizada de cigarros configura contrabando, na forma do art. 334-A do CP, por se tratar de importação proibida, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, quando a quantidade não ultrapassar 1000 maços:

“(...) Acolhida a seguinte tese: **O princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços**, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão ao contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a indicar maior reprovabilidade e periculosidade social da ação.”

(REsp n. 1.977.652/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 13/9/2023, DJe de 19/9/2023.)

Gabarito: C

16. Peter, americano, nascido em Austin (Texas), mas residente em San Francisco (Califórnia), veio ao Brasil a passeio, a fim de aproveitar o verão tupiniquim. No Brasil, Peter, que faz uso de maconha para fins recreativos, adquiriu 2g de maconha e se sentou na areia da praia de Copacabana para degustar a erva que acabara de comprar. Policiais militares, ao verem a cena, abordaram o americano, encontrando com ele 03 cigarros de maconha, oportunidade na qual deram voz de prisão pelo crime de posse de substância entorpecente para uso próprio, e conduziram-no à presença da autoridade policial local. Peter foi ouvido e afirmou que acreditava que sua conduta era lícita, pois, onde mora, é permitido fazer uso de tal substância para fins recreativos.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- A) erro de proibição, que afastará a culpabilidade, se evitável.
- B) erro de proibição, que afastará a culpabilidade, se invencível.
- C) erro de tipo, que excluirá o dolo, mas permitirá a punição a título culposo, se houver previsão legal.
- D) erro de proibição, que irá gerar redução de pena, se escusável.
- E) erro de tipo, que excluirá o dolo e a culpa, em qualquer caso.

Comentários:

No caso, houve hipótese de erro de proibição, na medida em que o agente praticou o fato típico e ilícito porque desconhecia a ilicitude de sua conduta, ou seja, acreditava que sua conduta não era proibida pelo Direito, na forma do art. 21 do CP:

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Caso se verifique, no curso do processo, que se tratava de erro escusável (evitável, inevitável ou invencível), ou seja, que o agente não tinha consciência da ilicitude e nem podia, de acordo com suas características pessoais, chegar a ter ou atingir essa consciência, ficará excluída sua culpabilidade, por ausência de potencial consciência da ilicitude.

Gabarito: B

17. Kamila, pretendendo gastar a pensão de sua genitora Raquel Regina, a privou a de sua liberdade mediante cárcere privado com internação da vítima na casa de saúde “Fique Bem” na cidade de São Bernardo do Campo-SP, onde a privação da liberdade de Raquel Regina durou por mais de 15 (quinze) dias. Nessa situação hipotética, caso Kamila seja responsabilizada, deverá responder pelo crime de

- A) sequestro ou cárcere privado com aumento de pena de $\frac{1}{6}$ até $\frac{1}{3}$ em razão da duração da privação da liberdade da vítima.
- B) extorsão mediante sequestro com aumento de pena de $\frac{1}{3}$ até $\frac{1}{2}$ em razão do parentesco e da quantidade de dias que perdurou a privação da liberdade da vítima
- C) extorsão mediante sequestro qualificado em razão do parentesco e da quantidade de dias que perdurou a privação da liberdade da vítima.
- D) de sequestro ou cárcere privado qualificado pelo parentesco.
- E) extorsão mediante sequestro qualificado em razão do parentesco, mas a quantidade de dias que perdurou a privação da liberdade da vítima não é causa que qualifica o crime.

Comentários:

Kamila deverá ser responsabilizada pelo crime de sequestro ou cárcere privado qualificado, nos moldes do artigo 148 do CP, que assim dispõe:

“Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado: Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos;

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias.

IV – se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos;

V – se o crime é praticado com fins libidinosos.

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral: Pena - reclusão, de dois a oito anos.”

Gabarito: D

18. Gabriel ingressa na residência de Lourdes e subtrai o cofre que se encontra na sala, levando-o para um local distante. Como desconhecia o segredo do cofre, utiliza um machado para abri-lo e subtrai as joias que estavam em seu interior. Após abandonar o cofre violado, leva as joias para Luan, dono da Loja LS Joalheria LTDA, que efetua a compra sem se importar em apurar a origem das joias adquiridas. Algum tempo depois, o fato é descoberto e a notícia é levada para apuração do Delegado de Polícia. Nessa situação hipotética,

- A) Gabriel e Luan deverão responder, respectivamente, pelos crimes de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).
- B) Gabriel e Luan deverão responder, respectivamente, pelos crimes de furto simples (Art. 155, *caput* do CP) e receptação simples (Art. 180, *caput* do CP).
- C) Gabriel e Luan deverão responder pelo crime de receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).
- D) Gabriel e Luan deverão responder, respectivamente, pelos crimes de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação simples (Art. 180, *caput* do CP).
- E) Gabriel e Luan deverão responder, respectivamente, pelos crimes de furto simples (Art. 155, *caput* do CP) e receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).

Comentários:

No caso em tela, o rompimento do cofre para a subtração das joias não configura a qualificadora do “rompimento de obstáculo”, pois esta só se aplica ao obstáculo à subtração da *res furtiva*. No caso, o cofre é a própria *res furtiva*, ainda que se pretenda o que nele há. Assim, o furto ocorreu antes do rompimento do obstáculo, mais precisamente quando Gabriel quebrou o cofre para pegar as joias, estas já estavam em sua posse. Com relação ao crime de receptação, a questão deixa claro que a venda se deu para um comerciante de joias, de forma que temos receptação qualificada, nos termos do art. 180, §1º do CP.

Gabarito: E

19. Maria recebeu, inadvertidamente, uma nota falsa de R\$ 20,00 (vinte reais) e não se recorda mais de quem a obteve. A nota em questão foi recusada em diversas oportunidades em estabelecimentos comerciais que dispunham de equipamento apropriado para verificação da autenticidade de papel-moeda. Mesmo assim, e sentindo-se injustiçada por ter recebido a nota falsa de boa-fé, como se verdadeira fosse, continuou a repassá-la em outros estabelecimentos. Diante da situação narrada, assinale a opção correta:

- A) Maria não cometeu crime algum, pois recebeu a nota em questão de boa-fé, o que torna o fato atípico.
- B) Maria cometeu crime de moeda falsa na forma privilegiada, pois repassou a nota sabendo ser falsa.
- C) Maria cometeu o crime de falsificação de moeda falsa, aplicando-se causa de atenuante de pena em razão de ter apenas repassado as notas e não ter realizado a falsificação.
- D) Maria cometeu o crime de moeda falsa na modalidade culposa, e em razão disso terá a pena diminuída de 1 a 2/3.
- E) Maria cometeu o crime de falsidade ideológica privilegiada, e por tal razão terá extinta sua punibilidade.

Comentários:

Maria praticou forma privilegiada do crime de moeda falsa, pois repassou a nota sabendo ser falsa, nos moldes do que determina o artigo 289 - § 2º do CP, que assim preceitua: “Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois desconhecer a falsidade, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.”

Gabarito: B

20. Mateus, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, Francisco, em atitude de solidariedade com uma mescla de desespero, assume a autoria do crime. Francisco, teria, em tese, praticado o crime de

- A) favorecimento pessoal.
- B) favorecimento real.
- C) autoacusação falsa.
- D) denúncia caluniosa.
- E) falsa comunicação de crime ou contravenção.

Comentários:

Francisco praticou o crime de autoacusação falsa:

“Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.”

Esse crime ocorre quando o indivíduo se acusa de ter cometido um crime que não cometeu ou porque outra pessoa o fez, ou porque o crime nunca existiu. Já no crime de favorecimento pessoal, que também é um crime contra a Administração da Justiça, conforme Art. 348 do CP: “Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.

Gabarito: C

21. Gabriel praticou, no dia 17.04.2024, fato tipificado como crime de desacato (art. 331 do CP), em tese praticado contra um auditor-fiscal no exercício da função. Porém, restou comprovado por perícia médica que o infrator, ao tempo do fato, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, por conta de perturbação de saúde mental. Nesse caso, é correto afirmar que Gabriel:

- A) será isento de pena, mas receberá medida de segurança.
- B) será considerado semi-imputável, com imposição necessária de medida de segurança.
- C) terá sua pena reduzida de um sexto a um terço.
- D) será considerado inimputável, sem imposição de medida de segurança.
- E) terá sua pena reduzida de um a dois terços.

Comentários:

O agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento será considerado SEMI-IMPUTÁVEL, de forma que terá sua pena reduzida de um a dois terços, nos termos do art. 26, § único do, CP.

Gabarito: E

22. Júlio, querendo matar Adriana, decide atear fogo na casa em que esta reside com seu marido, Joaquim. Embora não quisesse matar Joaquim, Júlio aceita a morte de Joaquim como consequência necessária do meio por ele escolhido e ateia fogo na casa, durante a madrugada, momento em que Adriana e seu marido estavam dormindo. Em razão da conduta de Júlio, Adriana e Joaquim vieram a óbito. Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- A) dolo direto de primeiro grau em relação a ambos.
- B) dolo eventual em relação a ambos.
- C) dolo direto de primeiro grau em relação a Adriana e dolo direto de segundo grau em relação a Joaquim.
- D) dolo direto de primeiro grau em relação a Adriana e dolo eventual em relação a Joaquim.
- E) dolo direto de segundo grau em relação a ambos.

Comentários:

Nesse caso, houve dolo direto de primeiro grau em relação a Adriana, pois a morte de Adriana era o resultado que Júlio efetivamente pretendia com sua conduta, e dolo direto de segundo grau em relação a Joaquim, pois esse resultado, embora não fosse o intento final do agente, foi aceito como consequência necessária do meio empregado.

Gabarito: C

23. Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

- A) A adulteração de testamento particular configura o crime de falsificação de documento público, por expressa previsão legal.
- B) A inserção de informação falsa em documento particular, com o fim de prejudicar direito, configura falsidade material.
- C) O agente que falsificar documento e posteriormente usar o documento falsificado deverá responder pelos crimes de falsificação de documento e uso de documento falso.
- D) Inserir, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita configura o crime de falsificação de documento particular.
- E) O crime de falsidade ideológica é considerado um crime próprio de funcionário público, quando praticado em documento público.

Comentários:

- a) **CORRETA:** item correto, pois a falsificação material de testamento particular configura o crime de falsificação de documento público, na medida em que o testamento particular é equiparado a documento público para fins penais, nos termos do art. 297, §2º, do CP.
- b) **ERRADA:** item errado, pois a inserção de informação falsa em documento particular, com o fim de prejudicar direito, configura o crime de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do CP.
- c) **ERRADA:** item errado, pois, se o mesmo agente que falsificar documento posteriormente usar o documento falsificado, deverá responder apenas pela falsificação, sendo o uso considerado um mero exaurimento do delito.
- d) **ERRADA:** item errado, pois tal conduta configura o crime de falsificação de documento público, em sua forma equiparada, nos termos do art. 297, §3º, II, do CP.
- e) **ERRADA:** item errado, pois o crime de falsidade ideológica é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, ainda que seja praticado em documento público.

Gabarito: A

24. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- A) Bens particulares não podem ser objeto material do crime de peculato.
- B) O crime de excesso de exação somente se verifica quando o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe indevido.
- C) O crime de prevaricação não depende da existência de ajuste de vontade entre o funcionário público, que infringe seu dever funcional, e o particular eventualmente beneficiado.
- D) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime comum.
- E) O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações somente se caracteriza se o agente pratica o fato com o fim de obter vantagem indevida ou para causar dano.

Comentários:

a) ERRADA: item errado, pois o crime de peculato tem como objeto material dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, PÚBLICO OU PARTICULAR, que esteja na posse do funcionário público em razão do cargo, nos termos do art. 312 do CP.

b) ERRADA: item errado, pois o crime de excesso de exação também se verifica quando o funcionário público exige tributo ou contribuição social que deveria saber indevido ou, se devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso que a lei não autoriza.

c) CORRETA: item correto, pois o crime de prevaricação independe da existência de ajuste de vontade entre o funcionário público, que infringe seu dever funcional, e o particular eventualmente beneficiado, na medida em que se configura quando o funcionário público infringe seu dever funcional para satisfazer interesse ou sentimento PESSOAL, na forma do art. 319 do CP.

d) ERRADA: item errado, pois o crime de advocacia administrativa é considerado um crime próprio, somente podendo ser praticado pelo funcionário público, mas não é necessário que se trate de pessoa inscrita nos quadros da OAB, ou seja, não é necessário que o funcionário público seja advogado, nos termos do art. 321 do CP.

e) ERRADA: item errado, pois o crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações NÃO EXIGE dolo específico, não sendo necessário que o fato seja praticado com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano, nos termos do art. 313-B do CP.

Gabarito: C

25. Flávio, auditor-fiscal, dirigiu-se até determinado estabelecimento comercial, com vistas à realização de uma fiscalização. Porém, foi recebido por Pedro, dono do local, com socos e chutes. Pedro buscava impedir a realização da fiscalização. Flávio, em razão das agressões, acabou sofrendo lesão corporal grave e a diligência acabou não sendo realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de Pedro configura:

- A) resistência simples, apenas.
- B) resistência qualificada e lesão corporal grave.
- C) desobediência e lesão corporal grave.
- D) resistência simples e lesão corporal grave.
- E) resistência qualificada, apenas.

Comentários:

Nesse caso, Pedro deverá responder por resistência qualificada e lesão corporal grave. Vejamos:

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Como se vê, é resistência qualificada porque o ato não se realizou em razão da resistência. Além disso, como foi praticado o crime com violência, o agente receberá também a pena relativa à violência empregada, no caso, a lesão corporal grave.

Gabarito: B

26. Roberto, funcionário público, sem competência para responsabilizar subordinados, deixou, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente a infração cometida por seu colega. Nessa situação hipotética, Roberto responderá por:

- A) condescendência criminosa.
- B) prevaricação.
- C) peculato.
- D) corrupção passiva.
- E) advocacia administrativa.

Comentário:

a) CERTA. É o caso de condescendência criminosa, pois, embora Roberto seja subordinado, deveria levar a conhecimento de quem tivesse possibilidade de punir o colega.

Condescendência criminosa: Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

b) ERRADA. Prevaricação tem como núcleo do tipo o verbo “retardar” e o verbo “deixar”, que são relacionados à prática de ato de ofício.

Prevaricação: Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

c) ERRADA. Peculato seria apropriar-se ou desviar. Na questão temos o recebimento de vantagem.

Peculato: Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

d) ERRADA. Não é Corrupção passiva, pois Roberto não solicitou, recebeu ou aceitou vantagem indevida.

Corrupção passiva: Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem: Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

e) ERRADA. Advocacia administrativa:

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa. Parágrafo único. Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Gabarito: A

27. Sobre o Código Penal, quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. Essa disposição se refere ao(à):

- A) concurso material de crimes.
- B) concurso formal de crimes.
- C) crime continuado.
- D) cooperação dolosamente distinta.
- E) erro na execução.

Comentário:

a) ERRADA. Nos termos do CP, art. 69, haverá concurso material quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, e aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

b) CERTA. É a previsão do art. 70, *caput*, do CP, em relação ao concurso formal de crimes.

c) ERRADA. De acordo com o art. 71 do CP, haverá crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

d) ERRADA. Conforme destaca a doutrina, na cooperação dolosamente distinta, percebe-se o desvio subjetivo de condutas entre os agentes, em que um dos concorrentes do crime pretendia integrar ação criminosa menos grave do que aquela efetivamente praticada.

e) ERRADA. A assertiva não possui correlação com enunciado, o qual diz respeito ao concurso formal de crimes (art. 70, *caput*, do CP).

Gabarito: B

28. Em relação ao concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- A) a teoria unitária ou monista não comporta exceções.
- B) quanto ao crime de bigamia, entende a doutrina pelo reconhecimento do mesmo crime para ambos os consortes em qualquer caso.
- C) o ordenamento pátrio não admite a existência da chamada cooperação dolosamente distinta.
- D) para a teoria pluralista, havendo concurso de pessoas, todos devem responder pela mesma infração penal, porquanto todos contribuem com causas para produção do resultado.
- E) para a teoria dualista, há que se fracionar a conduta do autor da conduta do partícipe.

Comentário:

a) ERRADA. A teoria unitária comporta exceções, na figura da teoria pluralista, caso em que os autores, em concurso de pessoas, responderão cada qual por um tipo penal distinto.

b) ERRADA. Nesse caso, há possível exceção pluralista à teoria monista, porquanto um dos consortes, já casado, responderá por um tipo penal, enquanto o outro consorte, conhecendo tal circunstância do primeiro, incorrerá em conduta distinta.

c) ERRADA. Admite-se, por força do art. 29, § 2º, do CP: § 2º Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

d) ERRADA. Essa é a premissa da teoria unitária ou monista.

e) CERTA. De fato, na teoria dualista, há que se fracionar a conduta do autor da conduta do partícipe, dividindo-se aqueles que praticam o núcleo do tipo dos demais.

Gabarito: E

29. Bento recebeu, de boa-fé, um papel de crédito público falsificado. Alguns dias depois, tomou conhecimento de que o referido documento era falsificado e decidiu restituí-lo à circulação. No caso hipotético, Bento praticou o crime de:

- A) falsificação de papéis públicos, na forma privilegiada.
- B) uso de documento falso.
- C) falsificação de documento particular.
- D) falsidade ideológica.
- E) falsificação de documento público.

Comentário:

De acordo com o art. 293, II, e § 4º, CP: “Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

II – papel de crédito público que não seja moeda de curso legal;

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa. (...)

§ 4º Quem usa ou restitui à circulação, embora recibo de boa-fé, qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem este artigo e o seu § 2º, depois de conhecer a falsidade ou alteração, incorre na pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.” (forma privilegiada).

Gabarito: A

30. Em relação às alternativas a seguir, assinale a que apresenta somente princípios fundamentais válidos para a resolução do conflito aparente de normas penais.

- A) Especialidade, fragmentariedade, alteridade e consunção.
- B) Exação, fragmentariedade, subsidiariedade e consunção.
- C) Especialidade, subsidiariedade, alternatividade e consunção.
- D) Legalidade, subsidiariedade, alteridade e fragmentariedade.
- E) Proporcionalidade, especialidade, alternatividade e consunção.

Comentário:

O conflito deverá ser solucionado pela aplicação dos seguintes princípios:

- I) princípio da especialidade: a norma especial afasta a aplicação da norma geral (*lex specialis derogat legi generali*);
- II) princípio da subsidiariedade: na ausência ou impossibilidade de aplicação da norma principal mais grave, aplica-se a norma subsidiária menos grave (*lex primaria derogat legi subsidiariae*);
- III) princípio da alternatividade: aplica-se nos casos de crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado, em que o tipo penal prevê mais de uma conduta em seus vários núcleos. Dessa forma, independentemente do número de condutas praticadas pelo agente, somente haverá a consumação de um único crime;
- IV) princípio da consunção: princípio segundo o qual o fato mais amplo e mais grave absorve outros menos amplos e graves, que funcionam como fase normal de preparação ou execução ou mero exaurimento.

Gabarito: C



Estratégia
Concursos

DIREITO CIVIL

01. João, Elias, Roberto, Patrícia e Renata resolveram constituir uma sociedade para a exploração de atividades relacionadas ao turismo. A sociedade tem sua diretoria e administração sediada no Rio de Janeiro, mas, com a expansão dos negócios, foram abertos estabelecimentos em Salvador e em Fortaleza.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) A sociedade foi legalmente constituída com a assinatura do ato constitutivo.
- B) Salvador pode ser considerado domicílio da sociedade, com relação aos atos praticados no estabelecimento lá situado.
- C) Se for convocada uma reunião para tratar de assuntos referentes aos negócios da sociedade, somente com o voto da maioria absoluta dos respectivos administradores será possível a tomada de decisões.
- D) Se a administração da sociedade vier a faltar, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- E) Eventuais ofensas irrogadas por terceiro à sociedade não autorizam a propositura de ação reparatória por danos morais em nome desta.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro (CC, art. 45).

Correta a alternativa B. Tendo a pessoa jurídica estabelecimentos em lugares diversos, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados (CC, art. 75, § 1º).

Incorreta a alternativa C. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes – portanto, maioria simples –, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso (CC, art. 48).

Incorreta a alternativa D. Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório (CC, art. 48).

Incorreta a alternativa E. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral (STJ, Súm. 227).

Gabarito: B

02. Jonas faleceu e, com a abertura da sucessão, foram inventariados os seguintes bens: o usufruto de um apartamento; um crédito de R\$ 20 mil reais referente a um empréstimo; o penhor de um relógio; materiais destinados à construção de uma casa.

Com relação à situação descrita, são considerados bens móveis:

- A) o direito à sucessão aberta, o crédito, o penhor e os materiais.
- B) o usufruto, o crédito e os materiais.
- C) o crédito, o penhor e os materiais.
- D) o direito à sucessão aberta, o penhor e os materiais.
- E) o usufruto, o penhor, o crédito e os materiais.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Considera-se imóvel para efeitos legais: o direito à sucessão aberta (CC, art. 80, II). Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial (CC, art. 83, III), a exemplo do crédito. Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre objetos móveis (CC, art. 83, II), a exemplo do penhor de um relógio. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis (CC, art. 84).

Incorreta a alternativa B. Consideram-se imóveis para efeitos legais os direitos reais sobre imóveis (CC, art. 80, I), a exemplo do usufruto de um apartamento. Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial (CC, art. 83, III), a exemplo do crédito. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis (CC, art. 84).

Correta a alternativa C. Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial (CC, art. 83, III), a exemplo do crédito. Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre objetos móveis (CC, art. 83, II), a exemplo do penhor de um relógio. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis (CC, art. 84).

Incorreta a alternativa D. Considera-se imóvel para efeitos legais: o direito à sucessão aberta (CC, art. 80, II). Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre objetos móveis (CC, art. 83, II), a exemplo do penhor de um relógio. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis (CC, art. 84).

Incorreta a alternativa E. Consideram-se imóveis para efeitos legais os direitos reais sobre imóveis (CC, art. 80, I), a exemplo do usufruto de um apartamento. Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial (CC, art. 83, III), a exemplo do crédito. Consideram-se móveis para os efeitos legais os

direitos reais sobre objetos móveis (CC, art. 83, II), a exemplo do penhor de um relógio. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis (CC, art. 84).

Gabarito: C

03. Paulo prometeu ao seu filho Ricardo a doação de um automóvel caso este fosse aprovado no vestibular de medicina da Universidade Federal. O contrato de doação foi formalizado por escrito e assinado por ambas as partes. Ocorre que, no dia do certame, Paulo, arrependido, trancou Ricardo dentro de casa, impedindo-o de fazer a prova.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) O contrato de doação encontra-se sujeito a uma condição resolutiva.
- B) O contrato de doação encontra-se sujeito a um termo inicial.
- C) No momento da celebração do contrato, Ricardo já se considera titular de direito adquirido à propriedade do automóvel.
- D) Se, entre a celebração do contrato e o dia do certame, o carro necessitar de manutenção, Ricardo está legalmente autorizado a promovê-la.
- E) Como Ricardo não foi aprovado no vestibular, não tem direito a exigir de Paulo a entrega do automóvel.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O contrato de doação encontra-se sujeito a uma condição suspensiva, só operando efeitos após o seu advento (doutrina).

Incorreta a alternativa B. O contrato de doação encontra-se sujeito a uma condição suspensiva, só operando efeitos após o seu advento (doutrina).

Incorreta a alternativa C. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito a que ele visa (CC, art. 125).

Correta a alternativa D. Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo (CC, art. 130).

Incorreta a alternativa E. Reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte, a quem desfavorecer (CC, art. 129).

Gabarito: D

04. Antonio, enquanto estava conduzindo seu automóvel na BR-101, passou por um buraco e teve de parar em um acostamento. Ao verificar o estado dos pneus, surpreendeu-se ao perceber que dois deles tinham estourado. Em razão do fato, procurou a oficina mais próxima das imediações, que lhe cobrou R\$ 5 mil reais para fazer os reparos necessários. Como a outra oficina distava mais de 40 quilômetros e Antônio estava sem telefone celular, pagou o valor cobrado, mesmo sabendo que o referido valor era bem maior que as médias praticadas pelas oficinas em geral.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) O negócio jurídico celebrado entre Antônio e a oficina é válido.
- B) O negócio jurídico celebrado entre Antônio e a oficina é nulo.
- C) O negócio jurídico celebrado entre Antônio e a oficina é anulável por estado de perigo.
- D) O prazo prescricional para promover a anulação do negócio jurídico é de 4 anos, a contar de sua realização.
- E) Não se decretará a anulação do negócio jurídico, se a oficina concordar com a redução do seu proveito.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. São anuláveis os negócios jurídicos viciados por lesão, que ocorrem quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta (CC, art. 157).

Incorreta a alternativa B. São anuláveis os negócios jurídicos viciados por lesão, que ocorrem quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta (CC, art. 157).

Incorreta a alternativa C. São anuláveis os negócios jurídicos viciados por lesão, que ocorrem quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta (CC, art. 157).

Incorreta a alternativa D. É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico por lesão, contado o prazo do dia em que se realizou (CC, art. 178, II).

Correta a alternativa E. Não se decretará a anulação do negócio jurídico se a parte favorecida concordar com a redução do seu proveito (CC, art. 157, § 2º).

Gabarito: E

05. Tiago, que estava conduzindo seu veículo, foi surpreendido por Joana, que atravessou repentinamente a pista. Para evitar o atropelamento, Tiago teve que desviar seu carro e, em razão do fato, veio a atropelar Jonas, que estava na parada de ônibus esperando a chegada do coletivo.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) Tiago cometeu ato ilícito e, em razão disso, deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- B) Tiago agiu em legítima defesa e, em razão disso, não deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- C) Tiago agiu em estado de necessidade e, em razão disso, não deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- D) Tiago agiu em estado de necessidade, mas mesmo assim deverá ressarcir os danos sofridos por Jonas.
- E) Se Jonas falecer em razão do atropelamento, Tiago deverá prestar alimentos aos seus dependentes, até o dia em que estes atingirem 18 anos de idade.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Não constitui ato ilícito aquele praticado em estado de necessidade, assim considerado como a deterioração ou destruição de coisa alheia, a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente (CC, art. 188, II).

Incorreta a alternativa B. Não constitui ato ilícito aquele praticado em estado de necessidade, assim considerado como a deterioração ou destruição de coisa alheia, a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente (CC, art. 188, II).

Incorreta a alternativa C. Se a pessoa lesada pelo ato praticado em estado de necessidade não for culpada do perigo, assiste-lhe indenização do prejuízo que sofreu (CC, art. 929).

Correta a alternativa D. Se a pessoa lesada pelo ato praticado em estado de necessidade não for culpada do perigo, assiste-lhe indenização do prejuízo que sofreu (CC, art. 929).

Incorreta a alternativa E. A indenização por homicídio compreende prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima (CC, art. 948, II).

Gabarito: D

06. Tendo em vista as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto-Lei nº 4.657/42, assinale a alternativa correta:

- A) O conflito de normas que pode ser resolvido com a aplicação dos critérios cronológico e de especialidade é classificado como antinomia aparente de segundo grau.
- B) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada.
- C) Reputa-se direito adquirido aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se adquiriu.
- D) A Lei entra em vigor em 45 dias em território nacional. Se ocorrer nova publicação da Lei, destinada à correção, ainda na *vacatio legis*, continuará o prazo a correr da primeira publicação.
- E) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Comentários:

Correta a alternativa A. Caracteriza-se a antinomia de 2º grau como o conflito de normas que envolve pelo menos dois critérios de resolução de conflito, dentre os três aplicáveis: cronológico, especialidade e hierárquico. Logo, por se tratar de um conflito a ser resolvido com a aplicação de dois critérios concomitantemente, a afirmativa traz a correta classificação da antinomia.

Incorreta a alternativa B. Conforme o art. 1º, §1º da LINDB: “Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.” Cuidado, três meses e noventa dias são diferentes, se a Lei diz três meses, não são noventa dias.

Incorreta a alternativa C. De acordo com o art. 6º, §1º: “Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou”.

Incorreta a alternativa D. Conforme o art. 1º, § 3º: “Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação”.

Incorreta a alternativa E. Eis que a repristinação não é a regra, conforme o art. 2º, §3º.

Gabarito: A

07. A respeito da capacidade civil, é correto afirmar:

- A) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, não alcançando o nascituro no que concerne aos direitos da personalidade.
- B) É anulável o negócio jurídico quando celebrado por pessoa menor de 16 anos.
- C) Os indígenas são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- D) Cessará, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- E) Aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. De acordo com o art. 2º: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.”

Incorreta a alternativa B. Conforme art. 166, I c/c art. 3º: “É nulo o negócio jurídico quando: I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz; São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.”

Incorreta a alternativa C. Segundo o art. 4º, parágrafo único: “A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.”

Correta a alternativa D. Nos termos do art. 5º, parágrafo único, V: “Cessará, para os menores, a incapacidade: (...)V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.”

Incorreta a alternativa E. Consoante o art. 4º, III: “São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (...) III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;”

Gabarito: D

08. No que se refere ao domicílio das pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa correta.

- A) Caso a pessoa natural não tenha residência habitual, seu domicílio será o local onde for encontrada.
- B) Domicílio da pessoa natural pode ser voluntário, quando escolhido por ela, não podendo coexistir com o necessário, uma vez que este é determinado por lei em razão da condição ou da situação da pessoa.
- C) A pessoa jurídica que possuir diversos estabelecimentos deverá eleger um deles como seu domicílio, fazendo constar de seu estatuto ou ato constitutivo.
- D) Os contratantes devem respeitar as normas legais no que se refere ao domicílio, não se admitindo, no direito brasileiro, o domicílio convencional por meio do qual as partes especifiquem onde devem ser exercidas e cumpridas as obrigações resultantes do contrato.
- E) Se um agente diplomático que tenha sido citado no estrangeiro alegar extraterritorialidade sem designar seu domicílio no país, deverá ser demandado no Distrito Federal, apenas; uma vez que ali está localizada a capital do País.

Comentários:

Correta a alternativa A. Pois traz a literalidade do art. 73: “Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada”.

Incorreta a alternativa B. De acordo com o art. 70: “O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo”.

Já o art. 76 dispõe: “Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso”. Logo, observa-se que não há qualquer dispositivo do Código Civil que impeça a coexistência dos dois domicílios.

Incorreta a alternativa C. Pois contraria a previsão do art. 75, inc. IV, § 1º: “Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados”.

Incorreta a alternativa D. Conforme prevê o art. 78: “Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes”.

Incorreta a alternativa E. Segundo o art. 77: “O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve”.

Gabarito: A

09. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- A) as energias que tenham valor econômico.
- B) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- C) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- D) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- E) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Nos termos do art. 83, I: "Consideram-se móveis para os efeitos legais: I - as energias que tenham valor econômico;"

Incorreta a alternativa B. De acordo com o art. 83, II: "Consideram-se móveis para os efeitos legais: (...) II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;"

Incorreta a alternativa C. Conforme art. 83, III: "Consideram-se móveis para os efeitos legais: (...) III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações."

Correta a alternativa D. Segundo o art. 81, I: "Não perdem o caráter de imóveis: I - as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;"

Incorreta a alternativa E. Na forma do art. 84: "Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio."

Gabarito: D

10. Com relação aos atos jurídicos, julgue as afirmativas a seguir:

I. O ato jurídico é considerado nulo quando praticado por pessoa relativamente incapaz.

II. O ato jurídico, quando não observada a forma prescrita em lei, é anulável.

III. O ato jurídico, quando caracterizado por vício resultante de fraude contra credores, é nulo de pleno direito.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) I.
- B) I e II.
- C) I, II e III.
- D) Nenhuma das afirmativas.
- E) II e III.

Comentários:

A afirmativa I está errada. De acordo com o art. 171, I: “Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: por incapacidade relativa do agente”

A afirmativa II está errada. Dispõe o art. 166, IV: “É nulo o negócio jurídico quando: não revestir a forma prescrita em lei”.

A afirmativa III está errada. Conforme prevê o art. 171, IV: “Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: por vício resultante de Erro, Dolo, Coação, Estado De Perigo, Lesão ou Fraude Contra Credores”.

Logo, a alternativa D está correta, na medida em que apresenta todas as alternativas como incorretas.

Gabarito: D

11. Johann, natural da Alemanha, mantém domicílio há alguns anos no Brasil. Deseja casar-se no Brasil com Maria, natural da Espanha, domiciliada em Portugal. Logo após o casamento, o casal pretende fixar domicílio no Uruguai.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) A capacidade civil de Johann deve ser regulada pela lei alemã.
- B) Os impedimentos dirimentes para o casamento de Johann com Maria devem ser regulados pela lei uruguaia.
- C) O regime de bens do casamento de Johann com Maria deve ser regulado pela lei brasileira.
- D) A invalidade do matrimônio de Johann com Maria deve ser regulada pela lei brasileira.
- E) Caso Maria venha a falecer antes do casamento, sua sucessão hereditária deve ser regulada pela lei portuguesa.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina sua capacidade (LINDB, art. 7º).

Incorreta a alternativa B. Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes (LINDB, art. 7º, § 1º).

Incorreta a alternativa C. O regime de bens, tendo os nubentes domicílio diverso, obedece à lei do primeiro domicílio conjugal (LINDB, art. 7º, § 4º).

Incorreta a alternativa D. Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal (LINDB, art. 7º, § 3º).

Correta a alternativa E. A sucessão por morte obedece à lei do país em que domiciliado o defunto (LINDB, art. 10).

Gabarito: E

12. Em fevereiro de 2023, Pedro, 16 anos, ingressou no curso de Direito de uma universidade particular. Em março de 2023, abriu estabelecimento comercial, que, devido ao fraco movimento, mal pagava as mensalidades devidas à universidade. Em abril de 2023, foi aprovado em concurso público, estando ainda aguardando sua nomeação. Em maio de 2023, mediante autorização dos seus pais, casou-se com Juliana. Em junho de 2023, divorciou-se de Juliana.

Com relação à situação descrita, quando cessou a incapacidade de João?

- A) Em fevereiro de 2023.
- B) Em março de 2023.
- C) Em abril de 2023.
- D) Em maio de 2023.
- E) João permanece incapaz.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Cessa a incapacidade com a colação de grau em curso superior (CC, art. 5º, parágrafo único, IV).

Incorreta a alternativa B. Cessa a incapacidade com o estabelecimento civil ou comercial, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria (CC, art. 5º, parágrafo único, V).

Incorreta a alternativa C. Cessa a incapacidade com o exercício de emprego público efetivo (CC, art. 5º, parágrafo único, III).

Correta a alternativa D. Cessa a incapacidade com o casamento (CC, art. 5º, parágrafo único, II).

Incorreta a alternativa E. A emancipação, uma vez obtida, é irrevogável (doutrina).

Gabarito: D

13. Armando ameaçou matar o filho de Eduardo, caso este não viesse a assinar um contrato de compra e venda imobiliária com Pedro. Temeroso diante da ameaça sofrida, Eduardo veio a firmar o contrato com Pedro.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) Se Pedro sabia, ou devia saber, da ameaça sofrida por Eduardo, o contrato entre Eduardo e Pedro é nulo.
- B) Se Pedro não sabia, nem devia saber, da ameaça sofrida por Eduardo, o contrato entre Eduardo e Pedro é válido.
- C) Se Pedro não sabia, nem devia saber, da ameaça sofrida por Eduardo, o contrato entre Eduardo e Pedro é anulável.
- D) O prazo prescricional para intentar ação anulatória diante da ocorrência de grave ameaça é de 4 anos, contados do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- E) O prazo prescricional para intentar ação anulatória diante da ocorrência de grave ameaça é de 4 anos, contados do dia em que cessar.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. São anuláveis os negócios jurídicos por vício resultante de coação (CC, art. 171, II).

Correta a alternativa B. Subsistirá o negócio jurídico se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que se aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento (CC, art. 155).

Incorreta a alternativa C. Subsistirá o negócio jurídico se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que se aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento (CC, art. 155).

Incorreta a alternativa D. É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que cessar (CC, art. 178, I).

Incorreta a alternativa E. É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico no caso de coação (CC, art. 178, I).

Gabarito: B

14. Ana devia a Helena a importância de R\$ 20 mil. No dia do vencimento, alegando falta de dinheiro, ofereceu a Helena, no lugar da importância devida, um automóvel avaliado em R\$ 45 mil.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) Como o automóvel oferecido é de valor superior ao dobro da dívida, Helena é obrigada a aceitá-lo.
- B) A dívida de Ana será extinta pela modalidade novação objetiva.
- C) Para que o acordo entre Helena e Ana seja válido, as partes devem formalizar o ajuste por instrumento público ou particular.
- D) Como o preço do automóvel foi determinado, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de comodato.
- E) Se Helena for evicta da coisa recebida em pagamento, Ana volta a dever a ela a importância de R\$ 20 mil.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa (CC, art. 313).

Incorreta a alternativa B. O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida, ao que se dá o nome de dação em pagamento (CC, art. 356).

Incorreta a alternativa C. Acordo de dação em pagamento sobre coisa móvel não está sujeito a forma especial, logo, pode se ultimar de modo verbal (CC, art. 107).

Incorreta a alternativa D. Determinado o preço da coisa dada em pagamento, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de compra e venda (CC, art. 357).

Correta a alternativa E. Se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva (CC, art. 359).

Gabarito: E

15. Lucas, ao perceber que Rafaela estava sofrendo um assalto a mão armada praticado por Marcos, imediatamente sacou do seu revólver e efetuou um disparo contra ele. O disparo atingiu o braço de Marcos, que, após sofrer uma queda, veio a quebrar seu aparelho celular.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A) Lucas praticou um ato lícito, e, portanto, não deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- B) Lucas praticou um ato lícito, porém deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- C) Lucas praticou um ato ilícito, porém não deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- D) Lucas praticou um ato ilícito, e, portanto, deve indenizar Marcos pela quebra do seu aparelho celular.
- E) Se Marcos resolver propor ação de reparação civil contra Lucas, o prazo prescricional será de 5 anos.

Comentários:

Correta a alternativa A. Não constitui ato ilícito o praticado em legítima defesa (CC, art. 188, I). Uma vez reconhecida a excludente, afasta-se o dever de indenizar.

Incorreta a alternativa B. Não constitui ato ilícito o praticado em legítima defesa (CC, art. 188, I). Uma vez reconhecida a excludente, afasta-se o dever de indenizar.

Incorreta a alternativa C. Não constitui ato ilícito o praticado em legítima defesa (CC, art. 188, I).

Incorreta a alternativa D. Não constitui ato ilícito o praticado em legítima defesa (CC, art. 188, I).

Incorreta a alternativa E. Prescreve em 3 anos a pretensão de reparação civil extracontratual (CC, art. 206, § 3º, V).

Gabarito: A

16. Com relação aos bens, assinale a alternativa correta.

- A) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- B) São fungíveis os bens móveis ou imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- C) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais.
- D) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade ou das circunstâncias do caso.
- E) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, ainda que não haja a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial (CC, art. 83, III).

Incorreta a alternativa B. São fungíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade (CC, art. 85).

Correta a alternativa C. São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais (CC, art. 89).

Incorreta a alternativa D. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade ou das circunstâncias do caso (CC, art. 94).

Incorreta a alternativa E. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor (CC, art. 97).

Gabarito: C

17. João casou-se com Maria pelo regime da comunhão parcial de bens no ano de 2017. Em 2018, João comprou o automóvel de Pedro; porém, no instrumento particular de compra e venda, fez constar que a aquisição se deu no ano de 2016. Em 2019, João e Maria se divorciaram. O automóvel restou excluído da partilha.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) O negócio jurídico firmado entre João e Pedro é anulável.
- B) O negócio jurídico firmado entre João e Pedro contém vício de fraude contra credores.
- C) O negócio jurídico firmado entre João e Pedro pode convalescer, caso Maria não ingresse com ação em tempo hábil.
- D) O negócio jurídico firmado entre João e Pedro é nulo no que toca à data fictícia, e válido no que diz respeito à data real.
- E) O negócio jurídico firmado entre João e Pedro não pode ter o vício que sobre ele incide reconhecido de ofício pelo juiz.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. É nulo o negócio jurídico simulado, assim entendido quando o respectivo instrumento particular vier antedatado (CC, art. 167, § 1º, III).

Incorreta a alternativa B. O negócio jurídico firmado entre João e Pedro contém vício de simulação, assim caracterizado quando o respectivo instrumento particular for antedatado (CC, art. 167, § 1º, III).

Incorreta a alternativa C. É nulo o negócio jurídico simulado (CC, art. 167). O negócio jurídico nulo não convalesce pelo decurso do tempo (CC, art. 169).

Correta a alternativa D. É nulo o negócio jurídico simulado (que contém a data fictícia), mas subsistirá o que se dissimulou (que contém a data real), se válido for na substância e na forma (CC, art. 167).

Incorreta a alternativa E. As nulidades devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz (CC, art. 168).

Gabarito: D

18. Com relação à compensação, assinale a alternativa correta.

- A) Dá-se a compensação quando se confundem na mesma pessoa as qualidades de credor e devedor.
- B) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.
- C) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever.
- D) As partes não podem, por mútuo acordo, excluir a compensação.
- E) Admite-se a compensação, ainda que em prejuízo de terceiro.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Dá-se a compensação quando duas pessoas forem, ao mesmo tempo, credor e devedor uma da outra (CC, art. 368).

Incorreta a alternativa B. A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis (CC, art. 369).

Correta a alternativa C. O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever (CC, art. 371).

Incorreta a alternativa D. Não haverá compensação quando as partes, por mútuo acordo, a excluírem (CC, art. 375).

Incorreta a alternativa E. Não se admite a compensação em prejuízo de direito de terceiro (CC, art. 380).

Gabarito: C

19. Ricardo comprou a casa de praia de Joana. A casa era situada na zona urbana de Búzios e continha área de 400 metros quadrados. O instrumento de compra e venda foi registrado no Registro Imobiliário competente. Após a aquisição, Ricardo passou a ocupar o imóvel esporadicamente. Jamais realizou reformas ou qualquer investimento na casa de praia. Passados 12 anos, descobriu que o título de aquisição continha irregularidades, e que a casa, na verdade, jamais pertenceu a Joana.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) Ricardo não poderá usucapir a casa.
- B) Ricardo poderá usucapir a casa, dentro do prazo de 10 anos.
- C) Ricardo poderá usucapir a casa, dentro do prazo de 15 anos.
- D) Ricardo poderá usucapir a casa, dentro do prazo de 5 anos.
- E) Ricardo poderá usucapir a casa, dentro do prazo de 2 anos.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Adquire a propriedade do imóvel por usucapião aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 anos (CC, art. 1.242). Trata-se da usucapião ordinária.

Correta a alternativa B. Adquire a propriedade do imóvel por usucapião aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 anos (CC, art. 1.242). Trata-se da usucapião ordinária.

Incorreta a alternativa C. Adquire a propriedade do imóvel por usucapião aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 anos (CC, art. 1.242). Trata-se da usucapião ordinária.

Incorreta a alternativa D. Adquire a propriedade do imóvel por usucapião aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 anos (CC, art. 1.242). Trata-se da usucapião ordinária. Descabe a redução do prazo para 5 anos, já que o possuidor não estabeleceu moradia no imóvel, nem nele veio a realizar investimentos de interesse social e econômico (*idem*, parágrafo único).

Incorreta a alternativa E. Adquire a propriedade do imóvel por usucapião aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 anos (CC, art. 1.242). Trata-se da usucapião ordinária.

Gabarito: B

20. Com relação ao casamento, assinale a alternativa correta.

- A) Após o divórcio, pode o ex-marido casar-se com sua enteada, filha de sua ex-esposa.
- B) Inexiste impedimento para o casamento do adotado com o filho do adotante.
- C) O cônjuge sobrevivente pode casar com o condenado por tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- D) É anulável o casamento dos colaterais em 3º grau.
- E) Tutor e tutelada não se encontram impedidos de casar.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Não podem casar os afins em linha reta (CC, art. 1.521, II) – no caso, o padrasto e a enteada.

Incorreta a alternativa B. Não podem casar o adotado com o filho do adotante (CC, art. 1.521, V).

Incorreta a alternativa C. Não podem casar o cônjuge sobrevivente com o condenado por tentativa de homicídio contra o seu consorte (CC, art. 1.521, VII).

Incorreta a alternativa D. É nulo o casamento dos colaterais em 3º grau (CC, art. 1.521, IV).

Correta a alternativa E. Inexiste impedimento matrimonial para o casamento do tutor com a tutelada, e sim a incidência de causa suspensiva (CC, art. 1.523, IV) – a impor o regime da separação obrigatória de bens (CC, art. 1.641, I).

Gabarito: E

21. A desconsideração da personalidade jurídica é um instituto importante no Direito Civil que visa afastar o princípio da separação patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios, administradores ou controladores. Em qual das hipóteses abaixo a desconsideração da personalidade jurídica não seria aplicada?

- A) Quando houver desvio de finalidade, caracterizado pelo uso abusivo da pessoa jurídica para alcançar objetivos pessoais dos sócios, em prejuízo de terceiros.
- B) Quando a personalidade jurídica for utilizada como meio de blindagem patrimonial, causando confusão patrimonial entre a pessoa jurídica e os bens pessoais dos sócios.
- C) Quando for constatada a insolvência da pessoa jurídica, independentemente da existência de abuso ou fraude, bastando o inadimplemento de suas obrigações.
- D) Quando houver abuso de poder por parte dos administradores da pessoa jurídica, causando prejuízos a credores ou terceiros.
- E) Quando a pessoa jurídica for utilizada de forma fraudulenta para burlar obrigações legais e prejudicar credores, como ocorre no caso de "empresas de fachada".

Comentários:

Alternativa A está correta. O desvio de finalidade é uma das principais hipóteses para a desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto no artigo 50 do Código Civil. Isso ocorre quando a pessoa jurídica é utilizada de forma abusiva, com o objetivo de satisfazer interesses pessoais dos sócios, causando prejuízos a terceiros ou ao mercado, o que contraria os princípios de boa-fé e função social da empresa.

Alternativa B está correta. A confusão patrimonial é outra hipótese prevista para a desconsideração da personalidade jurídica. Ela ocorre quando não há distinção clara entre os bens da pessoa jurídica e os bens dos sócios ou administradores, de forma que a personalidade jurídica é utilizada para ocultar ou proteger o patrimônio pessoal dos sócios em prejuízo dos credores. Isso configura abuso de direito e justifica a desconsideração.

A alternativa C está incorreta, sendo, assim, o gabarito da questão. A mera insolvência ou inadimplemento de uma pessoa jurídica não é, por si só, fundamento para a desconsideração da personalidade jurídica. Esse instituto é aplicado nos casos em que há abuso de direito, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial, conforme disposto no art. 50 do CC. Nas demais alternativas, são apresentadas hipóteses de abuso que justificam a desconsideração.

A alternativa D está correta. O abuso de poder por parte dos administradores pode configurar abuso de personalidade jurídica, especialmente se houver prejuízos deliberados a credores ou terceiros. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada para responsabilizar pessoalmente os administradores que agiram com má-fé, ultrapassando os limites de suas funções e causando danos injustificados. O instituto busca coibir esse tipo de comportamento abusivo.

A alternativa E está correta. A utilização da pessoa jurídica de forma fraudulenta, como no caso de empresas de fachada, é uma das principais hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica. Empresas de fachada são criadas com o único propósito de ocultar a verdadeira titularidade de bens ou para burlar obrigações legais e contratuais, causando prejuízos a credores. Nesse caso, a desconsideração visa atingir o patrimônio dos sócios ou administradores que se beneficiam dessa fraude.

Gabarito: C

22. No Direito Civil brasileiro, as pessoas jurídicas são classificadas de acordo com diversos critérios, principalmente em relação a sua natureza e finalidade. Com base nessa classificação, assinale a alternativa correta.

- A) As pessoas jurídicas de direito privado, como as associações e fundações, são criadas por autorização expressa do Poder Público e dependem de ato formal do Estado para sua existência legal.
- B) As pessoas jurídicas de direito público externo incluem os estados estrangeiros e todas as organizações internacionais, independentemente de reconhecimento pelo governo brasileiro.
- C) As sociedades empresárias são exemplos de pessoas jurídicas de direito privado, cuja principal característica é a busca pelo lucro e a prática de atividades econômicas organizadas.
- D) As pessoas jurídicas de direito público interno incluem apenas a União, os Estados e os Municípios, excluindo as autarquias e as fundações públicas, que são consideradas de direito privado.
- E) As cooperativas são classificadas como pessoas jurídicas de direito público, uma vez que desempenham função social e são reguladas por leis específicas que visam o interesse coletivo.

Comentários:

Alternativa A incorreta. As pessoas jurídicas de direito privado não precisam de autorização expressa do Poder Público para serem criadas. Elas adquirem personalidade jurídica a partir do registro de seus atos constitutivos no órgão competente (por exemplo, o registro de associações e fundações no cartório de registro civil de pessoas jurídicas), conforme art. 45 do CC. A exceção seria, em casos especiais, a necessidade de autorização para funcionamento de certas entidades, como bancos.

Alternativa B incorreta. Para que uma organização internacional ou um Estado estrangeiro seja reconhecido como pessoa jurídica de direito público externo, é necessário que haja reconhecimento por parte do governo brasileiro, conforme art. 42 do CC.

Alternativa C correta. As sociedades empresárias são pessoas jurídicas de direito privado, cuja principal finalidade é a realização de atividades econômicas organizadas para a produção ou circulação de bens e serviços, com vistas à obtenção de lucro, conforme art. 44, II, do CC.

Alternativa D incorreta. As pessoas jurídicas de direito público interno incluem, além da União, dos Estados e dos Municípios, também as autarquias e fundações públicas. Autarquias e fundações públicas são entidades criadas por lei com personalidade jurídica de direito público, não de direito privado, com função administrativa específica, conforme art. 41 do CC.

Alternativa E incorreta. As cooperativas são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado, não de direito público, apesar de desempenharem uma importante função social. Elas são regulamentadas por legislação específica (Lei 5.764/1971) e organizam-se com base no princípio da mutualidade, visando atender às necessidades econômicas de seus membros, mas não pertencem ao setor público.

Gabarito: C

23. Elemento acidental do negócio jurídico, a condição possui, entre outras, as seguintes características:

- A) impositividade e certeza.
- B) acessoriedade e voluntariedade.
- C) legalidade e futuridade.
- D) involuntariedade e incerteza.
- E) legalidade e brevidade.

Comentários:

Primeiramente, vale revisar o conceito de condição, que figura como elemento acidental do negócio jurídico. É uma cláusula acessória, não exigida pela lei, mas que pode ser convencionada por meio de negociação entre as partes, ou seja, pela vontade delas.

Tem o condão de subordinar a eficácia do ato jurídico a evento futuro e incerto.

Conforme dispõe o art. 121: “Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto”.

Logo, são características intrínsecas à condição a acessoriedade e a voluntariedade.

Portanto, está correta a alternativa B, que nos traz ambas as características supramencionadas.

Gabarito: B

24. Quando uma pessoa, sob premente necessidade ou inexperiência, obriga-se à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre o defeito do negócio jurídico denominado:

- A) erro.
- B) dolo.
- C) lesão.
- D) estado de perigo.
- E) coação.

Comentários:

A alternativa A está incorreta, pois, de acordo com o art. 138, resta caracterizado o erro quando “as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”.

A alternativa B está incorreta, pois caracteriza-se como dolo o ato praticado por uma parte destinado a enganar a outra na relação jurídica, gerando benefício para o agente do dolo ou para terceiro.

A alternativa C está correta, pois, de acordo com o art. 157: “ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”.

A alternativa D está incorreta, segundo preconiza o art. 156: “Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa”.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 151 explicita que, para que reste caracterizada a coação, “há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens”, o que não é observado na hipótese apresentada pela questão.

Gabarito: C

25. Sobre a formação dos contratos, é correto afirmar que:

- A) a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.
- B) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Não se considera presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- C) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta imediatamente.
- D) a oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos, não podendo ser revogada.
- E) mesmo se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa ou o proponente a tiver dispensado, não se reputará concluído o contrato, pois a lei não admite aceitação tácita.

Comentários:

A alternativa A está correta, na literalidade do art. 431: “Art. 431. A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta”.

A alternativa B está incorreta, dado que a pessoa que contrata por telefone se considera presente, conforme art. 428, inc. I: “Art. 428. Deixa de ser obrigatória a proposta: I - se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante”.

A alternativa C está incorreta, pois deixa de ser obrigatória se, feita a pessoa ausente, não for aceita dentro do prazo, nos termos do art. 428, inc. III.

A alternativa D está incorreta, porque a oferta pode ser revogada, desde que pela mesma via de divulgação e que tenha essa faculdade na oferta, de acordo com o art. 429, parágrafo único: “Art. 429. A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos. Parágrafo único. Pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada esta faculdade na oferta realizada”.

A alternativa E está incorreta, já que, nesses casos, não chegando a tempo a recusa, o contrato será concluído, conforme art. 432: “Art. 432. Se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa”.

Gabarito: A

26. Em relação ao conceito de pessoa natural e às teorias sobre o início da personalidade, assinale a alternativa correta.

- A) De acordo com a Teoria Concepcionista, a personalidade civil do ser humano começa com o nascimento com vida.
- B) A Teoria Natalista, majoritariamente adotada pelo direito brasileiro, considera que a personalidade civil do ser humano começa com o nascimento com vida.
- C) A Teoria Concepcionista estabelece que o nascituro possui personalidade jurídica plena desde a concepção, sem necessidade de comprovar o nascimento com vida.
- D) A personalidade jurídica é atribuída ao ser humano desde a concepção, independentemente de teorias sobre natalidade ou concepção.
- E) Segundo o Código Civil, o nascituro é considerado pessoa natural e tem todos os direitos de um ser humano desde a concepção.

Comentário:

Alternativa A incorreta, porque a Teoria Concepcionista defende que a personalidade começa com a concepção, não com o nascimento com vida.

Alternativa B correta, conforme o art. 2º do CC/2002, que adota a Teoria Natalista, segundo a qual a personalidade civil do ser humano começa com o nascimento com vida. Essa é a teoria majoritária no Brasil.

Alternativa C incorreta, porque a Teoria Concepcionista não é a teoria adotada no Brasil como regra; além disso, a personalidade plena depende do nascimento com vida, mesmo para o nascituro.

Alternativa D incorreta, porque a atribuição de personalidade jurídica depende da teoria adotada e, segundo o CC/2002, segue-se a Teoria Natalista, que exige o nascimento com vida.

Alternativa E incorreta, porque o nascituro tem direitos resguardados, mas não possui personalidade plena até o nascimento com vida, conforme a Teoria Natalista adotada pelo CC/2002.

Gabarito: B

27. Com relação aos direitos reais de garantia no CC/2002, assinale a alternativa correta.

- A) A hipoteca, por ser um direito real de garantia, depende da entrega do bem ao credor para que ele possa exercer seus direitos.
- B) O penhor é um direito real de garantia em que o devedor transfere a posse do bem móvel ao credor para garantir o cumprimento da obrigação.
- C) A anticrese permite ao credor hipotecário usufruir do imóvel até o pagamento da dívida, desde que o devedor consinta expressamente.
- D) A hipoteca recai exclusivamente sobre bens móveis e imóveis, enquanto o penhor e a anticrese podem incidir sobre qualquer tipo de bem.
- E) O direito real de garantia permite ao credor reter o bem para sempre, caso a dívida não seja paga pelo devedor.

Comentário:

Alternativa A incorreta, porque a hipoteca não exige a entrega do bem ao credor, tratando-se de uma garantia real que incide sobre bens imóveis, em que o bem permanece com o devedor.

Alternativa B correta, conforme o CC/2002, que estabelece que o penhor envolve a transferência da posse do bem móvel ao credor para garantir o pagamento da dívida.

Alternativa C incorreta, porque a anticrese não se confunde com a hipoteca e aplica-se a bens imóveis, permitindo que o credor receba os frutos e rendimentos do imóvel como forma de pagamento da dívida.

Alternativa D incorreta, porque a hipoteca recai exclusivamente sobre bens imóveis, enquanto o penhor se aplica a bens móveis e a anticrese a bens imóveis, nos quais o credor pode usufruir os frutos.

Alternativa E incorreta, porque o direito real de garantia confere ao credor o direito de receber o valor da dívida mediante a venda do bem, não restando a propriedade para si em definitivo.

Gabarito: B

28. Em relação aos pressupostos e funções da responsabilidade civil no CC/2002, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da restituição integral permite que o juiz eleve o valor da indenização com base na gravidade da culpa do agente, ainda que o dano seja de pequena extensão.
- B) A função compensatória da responsabilidade civil visa reparar danos extrapatrimoniais, como o dano moral, cuja quantificação depende de análise casuística.
- C) A responsabilidade civil objetiva é aplicável apenas aos danos materiais e não abrange os danos morais, que exigem comprovação de culpa.
- D) A teoria da perda de uma chance aplica-se exclusivamente a casos de responsabilidade contratual, excluindo casos de responsabilidade extracontratual.
- E) Nos casos de concorrência de culpas, a indenização é fixada levando-se em conta apenas a gravidade da culpa do autor do dano.

Comentário:

Alternativa A incorreta, porque o princípio da restituição integral no CC/2002 limita a indenização à extensão do dano, não permitindo majoração com base na culpa (art. 944, parágrafo único).

Alternativa B correta, conforme o CC/2002 e a doutrina sobre a função compensatória, que busca reparar danos extrapatrimoniais, como o dano moral, cuja quantificação é definida caso a caso pelo juiz, considerando a gravidade e o contexto.

Alternativa C incorreta, porque a responsabilidade objetiva pode abranger danos materiais e morais, bastando a demonstração de nexo causal entre o ato e o dano, sem necessidade de comprovação de culpa.

Alternativa D incorreta, porque a teoria da perda de uma chance pode ser aplicada tanto na responsabilidade contratual quanto na extracontratual, como em casos de erro médico ou perda de prazo por advogado.

Alternativa E incorreta, porque, nos casos de concorrência de culpas, a indenização é fixada considerando a gravidade da culpa de ambas as partes envolvidas, conforme o art. 945 do CC/2002.

Gabarito: B

29. Em relação aos conceitos e classificações da posse no CC/2002, assinale a alternativa correta.

- A) A posse violenta é caracterizada apenas pela força física utilizada pelo possuidor no momento da aquisição.
- B) A posse justa é aquela que independe de quaisquer vícios, incluindo a má-fé do possuidor sobre a situação do bem.
- C) A posse direta anula a posse indireta, de modo que o possuidor direto exerce a posse com exclusividade sobre o bem.
- D) A detenção é um tipo de posse legítima que confere ao detentor todos os direitos de proteção possessória.
- E) A posse de má-fé é aquela em que o possuidor tem ciência de que existe um obstáculo jurídico que impede a aquisição plena da coisa.

Comentário:

Alternativa A incorreta, porque a posse violenta pode ser caracterizada não apenas pela força física, mas também por violência moral ou grave ameaça utilizada no ato da aquisição.

Alternativa B incorreta, porque a posse justa refere-se à ausência de vícios objetivos (violência, clandestinidade, ou precariedade), enquanto a boa-fé ou má-fé do possuidor trata de sua convicção sobre o direito à posse.

Alternativa C incorreta, porque a posse direta não exclui a posse indireta, sendo possível que ambas coexistam com direitos possessórios distintos, como no caso do locatário (possuidor direto) e do proprietário (possuidor indireto).

Alternativa D incorreta, porque a detenção não é considerada posse plena no sentido jurídico e não confere ao detentor o direito de proteção possessória contra terceiros, exceto em nome do possuidor.

Alternativa E correta, conforme o art. 1.201 do CC/2002, a posse de má-fé é caracterizada pelo conhecimento do possuidor sobre algum vício ou obstáculo jurídico que impede a plena aquisição da posse.

Gabarito: E

30. Em relação à classificação dos bens e ao conceito de *res nullius*, de acordo com o CC/2002 e a doutrina, assinale a alternativa correta.

- A) *Res nullius* são as coisas que não possuem dono, como um peixe em águas internacionais, sendo apropriáveis por quem as toma para si.
- B) As *res extra commercium* são as coisas que pertencem exclusivamente ao Estado e, portanto, não podem ser adquiridas por particulares.
- C) *Res derelictae* são bens inapropriáveis por sua natureza, como o ar e o mar, não podendo ser objeto de posse ou propriedade.
- D) As coisas públicas, como rios e estradas, podem ser classificadas como *res nullius*, pois não possuem um proprietário privado.
- E) O conceito de *res nullius* abrange qualquer bem que esteja temporariamente fora do comércio, como bens inalienáveis por disposição legal.

Comentário:

Alternativa A correta, conforme o entendimento da doutrina e do CC/2002, as *res nullius*, em sentido estrito, são coisas sem dono, portanto podem ser apropriadas por quem as captura, como é o caso de um peixe em águas internacionais.

Alternativa B incorreta, porque as *res extra commercium* não são necessariamente propriedade exclusiva do Estado; são bens fora do comércio por inapropriabilidade natural ou por proibição legal.

Alternativa C incorreta, porque as *res derelictae* são bens abandonados pelo antigo proprietário, sendo apropriáveis por outra pessoa. O ar e o mar são inapropriáveis, mas por serem *res extra commercium*, não por abandono.

Alternativa D incorreta, porque as coisas públicas, como rios e estradas, são bens públicos de uso comum do povo e não se classificam como *res nullius*, pois têm um titular público e não estão disponíveis para apropriação privada.

Alternativa E incorreta, porque *res nullius* refere-se a coisas sem dono, não a bens temporariamente inalienáveis, que são retirados do comércio apenas enquanto a restrição legal ou jurídica estiver em vigor.

Gabarito: A

ECONOMIA

01. Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- A) repassado na maior parte aos produtores.
- B) totalmente suportado pelos produtores.
- C) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- D) repassado na maior parte aos consumidores.
- E) totalmente suportado pelos consumidores.

Comentários:

Se a demanda é totalmente inelástica, isso significa que os consumidores não reagem a aumentos de preços, diminuindo a quantidade demandada. Nesse caso, os consumidores suportarão integralmente o imposto. Lembre-se de que a incidência tributária será mais forte sobre o “lado” menos elástico.

Gabarito: E

02. Com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, o Estado pode empregar diversas estratégias. Uma delas é a implementação de transferências de renda diretas ou indiretas para as classes menos privilegiadas, por meio de um sistema de tributação progressiva. Adicionalmente, a adoção de políticas macroeconômicas também pode ser utilizada, buscando alcançar o pleno emprego e controlar a inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as funções

- A) distributiva e alocativa.
- B) distributiva e estabilizadora.
- C) alocativa e estabilizadora.
- D) alocativa e distributiva.
- E) estabilizadora e distributiva.

Comentários:

A Função Distributiva é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas. Ele pode, por exemplo, tributar mais as classes de renda mais alta, e depois transferir esses recursos diretamente para as camadas mais pobres da sociedade.

Ainda, o governo pode atuar através das Políticas Fiscal (gastos e tributos) e Monetária (taxa de juros e oferta de moeda) para proporcionar crescimento econômico, alto nível de emprego e preços estáveis. Portanto, é por meio da Função Estabilizadora que o governo utiliza os instrumentos macroeconômicos para manter adequado o nível de utilização dos recursos produtivos, sem criar problemas inflacionários.

Gabarito: B

03. Ao tratar de Déficit e Dívida Pública, existe um conceito que se refere à diferença positiva entre a receita arrecadada pelo governo e os gastos públicos, excluindo os juros da dívida. Em outras palavras, é quando o governo arrecada mais dinheiro do que gasta, sem levar em consideração os pagamentos de juros sobre empréstimos e dívidas. Esse conceito é relevante porque indica a capacidade do governo de reduzir sua dívida, o que pode ajudar a estabilizar as finanças públicas no longo prazo. Com base nesse conceito e nos seus conhecimentos sobre Déficit e Dívida, analise as assertivas a seguir:

I - o resultado fiscal, seja déficit ou superávit, é obtido pela atuação dos entes financeiros públicos, dentre os quais estão o Banco Central, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

II - o superávit primário considera também os juros líquidos da dívida pública no período em análise.

III - o superávit primário é tido como a poupança do setor público, para que arque com os pagamentos de juros sobre a dívida pública.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) I, II e III.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) III.
- E) I e II.

Comentários:

Somente o item III está correto, pois a sobra de recursos caracterizada pelo superávit primário é utilizada para amortizar a dívida pública, mantendo-a em níveis controlados. Esse superávit pode funcionar como uma poupança para o pagamento de juros da dívida. No entanto, ainda que o governo obtenha superávits primários, é possível que a dívida cresça de forma não sustentável. É o caso, por exemplo, de um país que apresenta grande despesa com juros.

Vejamos o erro das demais assertivas:

O item I está errado, pois, ao falarmos em Necessidade de Financiamento do Setor Público Não Financeiro (NFSP), o termo “não financeiro” indica que, quando falamos em “setor público”, neste caso, estamos excluindo os bancos públicos, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, etc.

O item II está errado porque o resultado primário (seja superávit ou déficit) não leva em conta o "lado financeiro", mas tão somente o "lado não financeiro". Ou seja, exclui os juros do seu cálculo.

Gabarito: D

04. Considerando os tipos de impostos e os fundamentos teóricos da tributação, assinale a alternativa correta.

- A) a introdução de um imposto sobre vendas de mercadorias faz com que o ônus tributário seja totalmente transferido para os consumidores, independente da elasticidade-preço da demanda.
- B) no Brasil, a baixa contribuição de tributos sobre renda e patrimônio, combinada com uma alta participação de tributos sobre bens e serviços na carga tributária total de um país, tende a resultar em um sistema tributário altamente regressivo, colocando um ônus maior na parcela da população com menor renda.
- C) o imposto de renda regressivo funciona como uma ferramenta automática de estabilização e equidade fiscal.
- D) o princípio da progressividade pressupõe que o sistema tributário não deve provocar distorções na alocação dos recursos e nem prejudicar a eficiência econômica.
- E) o sistema tributário proporcional é caracterizado por aplicar uma alíquota crescente, diretamente proporcional à renda.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das alternativas:

Incorreta a alternativa A. Na verdade, cada agente (consumidor e produtor) irá arcar com o ônus tributário de acordo com sua elasticidade. Quanto mais inelástico, maior o peso dos tributos sobre o agente.

Correta a alternativa B. De fato, uma baixa tributação sobre a renda e uma elevada tributação sobre o consumo acaba favorecendo a REGRESSIVIDADE do sistema. Quando a tributação sobre o patrimônio e a renda é baixa, os indivíduos mais pobres acabam sendo mais apenados que os indivíduos mais ricos. Da mesma forma, quando a tributação sobre o consumo é elevada, isso acaba prejudicando os indivíduos mais pobres.

Incorreta a alternativa C. Na verdade, é o imposto progressivo (e não regressivo) que funciona como estabilizador automático e instrumento de justiça fiscal.

Incorreta a alternativa D. A alternativa está definindo o princípio da Neutralidade.

Incorreta a alternativa E. O sistema proporcional, também conhecido como imposto de alíquota fixa, aplica a mesma alíquota a todas as faixas de renda, independentemente do nível de renda do contribuinte.

Gabarito: B

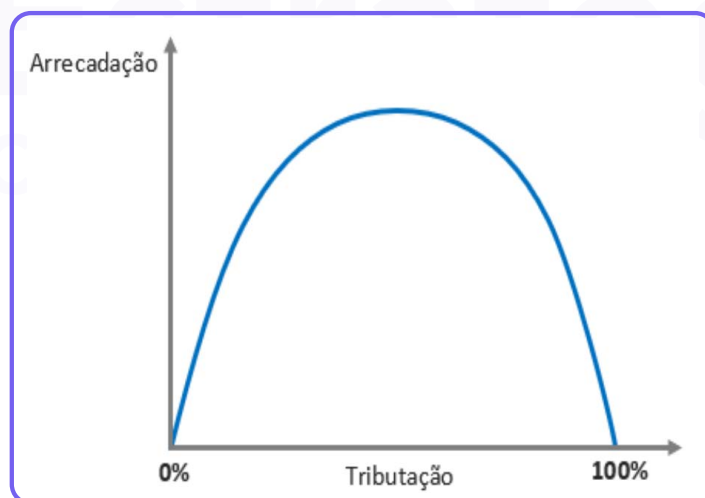
05. A respeito das características da curva de Laffer, é incorreto afirmar que:

- A) existe uma única alíquota tributária que minimiza a arrecadação tributária.
- B) há uma relação positiva ou negativa entre a alíquota de impostos e a arrecadação, a depender do nível da primeira.
- C) existe uma única alíquota tributária que maximiza a arrecadação tributária.
- D) aumentos excessivos da carga tributária podem elevar a evasão fiscal.
- E) níveis elevados da alíquota tributária podem estimular a informalidade.

Comentários:

Observe que a questão quer a alternativa incorreta:

Já que a curva de Laffer tem infinitas alíquotas que minimizam a arrecadação tributária: a alíquota zero, obviamente, e todas as alíquotas iguais ou superiores à alíquota máxima:



Ou seja, no exemplo acima, cobrando 0% ou qualquer valor igual ou superior a 100%, a arrecadação será zero.

Gabarito: A

06. Suponha que a demanda por um bem seja dada pela função $Q_d = 50 - 2P$ e a oferta seja dada pela função $Q_s = 3P - 10$. Qual é o preço de equilíbrio desse mercado?

- A) $P = 10$
- B) $P = 12$
- C) $P = 15$
- D) $P = 18$
- E) $P = 20$

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Ao substituir $P = 10$ nas funções de demanda e oferta, temos $Q_d = 30$ e $Q_s = 20$, o que não é um equilíbrio.

Correta a alternativa B. Ao substituir $P = 12$ nas funções de demanda e oferta, temos $Q_d = 26$ e $Q_s = 26$, o que indica equilíbrio.

Incorreta a alternativa C. Ao substituir $P = 15$ nas funções de demanda e oferta, temos $Q_d = 20$ e $Q_s = 35$, o que não é um equilíbrio.

Incorreta a alternativa D. Ao substituir $P = 18$ nas funções de demanda e oferta, temos $Q_d = 14$ e $Q_s = 44$, o que não é um equilíbrio.

Incorreta a alternativa E. Ao substituir $P = 20$ nas funções de demanda e oferta, temos $Q_d = 10$ e $Q_s = 50$, o que não é um equilíbrio.

Gabarito: B

07. Se a elasticidade-preço da demanda de um bem é -1,5 e o preço do bem aumenta em 10%, o que acontecerá com a quantidade demandada?

- A) A quantidade demandada aumentará em 15%
- B) A quantidade demandada diminuirá em 15%
- C) A quantidade demandada aumentará em 10%
- D) A quantidade demandada diminuirá em 10%
- E) A quantidade demandada permanecerá inalterada

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A elasticidade-preço da demanda negativa indica que o aumento do preço reduz a quantidade demandada.

Correta a alternativa B. A elasticidade-preço de -1,5 significa que a quantidade demandada diminuirá em 1,5 vezes a variação percentual no preço ($1,5 * 10\%$).

Incorreta a alternativa C. Novamente, a elasticidade negativa indica uma redução na quantidade demandada com o aumento do preço.

Incorreta a alternativa D. A elasticidade de -1,5 significa que a redução na quantidade demandada será maior do que a variação percentual no preço.

Incorreta a alternativa E. Uma elasticidade de -1,5 implica uma resposta significativa na quantidade demandada devido à variação no preço.

Gabarito: B

08. Em qual estrutura de mercado as empresas têm maior poder de mercado?

- A) Concorrência Perfeita
- B) Monopólio
- C) Oligopólio
- D) Monopsônio
- E) Concorrência Monopolística

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Em concorrência perfeita, as empresas são tomadoras de preço e não têm poder de mercado.

Correta a alternativa B. No monopólio, há apenas uma empresa, que tem controle completo sobre o preço e a quantidade ofertada.

Incorreta a alternativa C. No oligopólio, algumas empresas têm poder de mercado, mas não tanto quanto um monopolista.

Incorreta a alternativa D. Monopsônio refere-se a um único comprador no mercado, não a um vendedor.

Incorreta a alternativa E. Na concorrência monopolística, as empresas têm algum poder de mercado devido à diferenciação dos produtos, mas não tanto quanto um monopolista.

Gabarito: B

09. Se o PIB de um país em um determinado ano é composto por Consumo (C) = 60%, Investimento (I) = 20%, Gastos do Governo (G) = 15% e Exportações Líquidas (NX) = 5%, qual é a contribuição total do setor privado para o PIB?

- A) 60%
- B) 80%
- C) 75%
- D) 85%
- E) 65%

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Essa é a contribuição do consumo, mas falta incluir o investimento privado.

Incorreta a alternativa B. Essa é a soma de consumo e investimento, mas falta considerar o fato de que as exportações líquidas também incluem componentes privados.

Incorreta a alternativa C. Essa soma não inclui todos os componentes do setor privado.

Correta a alternativa D. O setor privado contribui com consumo (60%) e investimento (20%), além de parte das exportações líquidas (5%), totalizando 85%.

Incorreta a alternativa E. Esse valor não inclui a totalidade do investimento privado.

Gabarito: D

10. No modelo IS-LM, o que acontece quando há um aumento nos gastos do governo?

- A) A curva IS se desloca para a esquerda
- B) A curva IS se desloca para a direita
- C) A curva LM se desloca para a esquerda
- D) A curva LM se desloca para a direita
- E) Nenhuma das anteriores

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Um aumento nos gastos do governo aumenta a demanda agregada, deslocando a curva IS para a direita, não para a esquerda.

Correta a alternativa B. O aumento nos gastos do governo aumenta a demanda agregada, deslocando a curva IS para a direita.

Incorreta a alternativa C. A curva LM representa o equilíbrio no mercado monetário, não diretamente afetada pelos gastos do governo.

Incorreta a alternativa D. O deslocamento da curva LM ocorre devido a mudanças na política monetária, não fiscal.

Incorreta a alternativa E. A resposta correta é que a curva IS se desloca para a direita.

Gabarito: B

11. Os dados abaixo, em unidades monetárias, são referentes às Contas Nacionais de determinado país:

Produto Interno Bruto a preços de mercado: 15.000

Importação de Bens e Serviços: 500

Consumo das famílias: 7.000

Gastos do governo: 3.000

Formação Bruta de Capital Fixo: 2.100

Variação de Estoques: 1.000

Dessa forma, o valor da exportação de bens e serviços possui valor igual a

- A) 2.500.
- B) 3.000.
- C) 4.500.
- D) 12.500.
- E) 15.000.

Comentários:

A questão nos pede o valor da exportação (X).

Perceba que ela nos fornece componentes do PIB a Preços de Mercado (PIBpm):

$$\text{PIBpm} = C + I + G + (X - M)$$

O Investimento corresponde à Formação Bruta de Capital Fixo e à Variação de Estoques:

$$I = \text{FBKF} + \Delta E$$

$$I = 2.000 + 1.000 = 3.000$$

Como o enunciado já nos fornece as importações e o Produto Interno Bruto, podemos chegar ao valor das importações:

$$\text{PIBpm} = C + G + I + (X - M)$$

$$15.000 = 7.000 + 3.000 + 3.000 + (X - 500)$$

$$15.000 = 12.500 + X$$

$$X = 2.500$$

Portanto, o valor da exportação de bens e serviços, em unidades monetárias, nesse mesmo ano, correspondeu a 2.500.

Gabarito: A

12. A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) corresponde à alteração no montante do endividamento do setor público. No Brasil, o Banco Central divulga os dados referentes a essa métrica. Com base nos seus conhecimentos de Déficit e Dívida Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Para determinar a NFSP no conceito primário, utiliza-se o regime de caixa.
- B) No cálculo da NFSP são considerados o Governo Central e os Governos Regionais, bem como as Empresas Estatais Federais Financeiras e Não Financeiras.
- C) A apuração pelo critério acima da linha, no Brasil, é realizada pelo Banco Central.
- D) No conceito nominal, não são incluídas as despesas de juros dos governos regionais e das empresas estatais.
- E) A dívida do setor público é uma grandeza que expressa o fluxo de entradas e saídas de recursos.

Comentários:

Correta a alternativa A. Como os juros são o único elemento a ser apurado pelo regime de competência, então podemos afirmar o seguinte: o Resultado Primário é apurado pelo REGIME DE CAIXA.

Incorreta a alternativa B. As FINANCEIRAS não são consideradas.

Incorreta a alternativa C. O BCB apura abaixo da linha. Acima, é o Tesouro Nacional.

Incorreta a alternativa D. No conceito nominal, são SIM incluídas as despesas de juros dos governos regionais e das empresas estatais.

Incorreta a alternativa E. A dívida do setor público é uma grandeza que expressa o ESTOQUE de entradas e saídas de recursos.

Gabarito: A

13. A ocorrência de um choque industrial negativo, devido à crise em determinados países, fará com que a curva de Phillips no curto prazo:

- A) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma elevação na taxa de inflação.
- B) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- C) não sofra deslocamento, mantendo a taxa de inflação inalterada.
- D) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- E) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma elevação na taxa de inflação.

Comentários:

O choque de oferta negativo desloca a curva de Phillips para a direita, aumentando a taxa de inflação para todos os níveis de desemprego.

Choque adverso (negativo) de oferta → reduz a oferta ou produção das empresas e, consequentemente, eleva os preços.

Choque favorável (positivo) de oferta → eleva a oferta ou produção das empresas e, consequentemente, reduz os preços.

Nos dois casos, inflação e desemprego caminham em direções opostas.

Gabarito: A

14. De acordo com a teoria Keynesiana do comportamento macroeconômico, a política fiscal expansiva é uma ferramenta fundamental para impulsionar uma economia em recessão.

Uma política fiscal expansiva pode incluir, por exemplo, o aumento do(a)

- A) gasto do governo
- B) imposto de renda
- C) superávit orçamentário governamental
- D) arrecadação fiscal do governo
- E) tarifa dos serviços públicos prestados pelo governo

Comentários:

Apenas a elevação dos gastos seria uma política expansionista.

Gabarito: A

15. Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- A) repassado na maior parte aos produtores.
- B) totalmente suportado pelos produtores.
- C) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- D) repassado na maior parte aos consumidores.
- E) totalmente suportado pelos consumidores.

Comentários:

Se a demanda é totalmente inelástica, isso significa que os consumidores não reagem a aumentos de preços, diminuindo a quantidade demandada. Nesse caso, os consumidores suportarão integralmente o imposto. Lembre-se de que a incidência tributária será mais forte sobre o “lado” menos elástico.

Gabarito: E

16. Qual é a principal função da Curva de Phillips?

- A) Explicar a relação entre inflação e taxa de crescimento econômico.
- B) Demonstrar a relação entre inflação e taxa de câmbio.
- C) Relacionar a inflação com a taxa de juros de mercado.
- D) Explicar a relação inversa entre inflação e desemprego.
- E) Determinar o comportamento dos preços no mercado de commodities.

Comentários:

A Curva de Phillips mostra uma relação inversa entre a inflação e o desemprego no curto prazo. Quando o desemprego é baixo, há uma tendência de maior inflação, e quando o desemprego é alto, a inflação tende a ser menor. No entanto, no longo prazo, essa relação pode se desvanecer devido a fatores como expectativas de inflação.

Gabarito: D**17. No modelo de oferta e demanda agregada (AD-AS), o que pode provocar um deslocamento da curva de oferta agregada de curto prazo (SRAS) para a esquerda?**

- A) Um aumento na produtividade do trabalho.
- B) Um choque negativo de oferta, como aumento nos preços do petróleo.
- C) Uma redução nos impostos sobre empresas.
- D) A adoção de novas tecnologias.
- E) Um aumento nos investimentos do governo em infraestrutura.

Comentários:

A curva de oferta agregada de curto prazo se desloca para a esquerda em resposta a choques negativos de oferta, como o aumento dos preços do petróleo, que encarecem os custos de produção e reduzem a quantidade de bens e serviços que as empresas podem oferecer a um dado nível de preços.

Gabarito: B

18. O conceito de "custo de oportunidade" em economia se refere ao:

- A) custo de uma oportunidade perdida ao escolher uma alternativa.
- B) custo monetário que se paga ao comprar um bem ou serviço.
- C) custo total de produção de uma empresa.
- D) custo fixo de uma empresa em relação à sua capacidade produtiva.
- E) custo de manutenção de um ativo.

Comentários:

O custo de oportunidade é o valor da melhor alternativa que se deixa de escolher ao tomar uma decisão. Ele não se refere a um custo monetário direto, mas ao valor do benefício perdido por não optar pela segunda melhor alternativa.

Gabarito: A

19. Qual dos seguintes instrumentos é uma política fiscal expansionista?

- A) Aumento da taxa de juros pelo Banco Central.
- B) Redução da taxa de câmbio.
- C) Redução dos gastos públicos.
- D) Aumento nos investimentos em infraestrutura pelo governo.
- E) Redução da oferta monetária.

Comentários:

Políticas fiscais expansionistas envolvem o aumento dos gastos públicos ou a redução de impostos para estimular a demanda agregada e o crescimento econômico. O aumento dos investimentos em infraestrutura é um exemplo clássico de tal política.

Gabarito: D

20. O que ocorre com a demanda por moeda, segundo a teoria quantitativa da moeda, se a velocidade de circulação da moeda e a quantidade de moeda na economia permanecem constantes, mas o nível de preços aumenta?

- A) A demanda por moeda aumenta.
- B) A demanda por moeda diminui.
- C) A demanda por moeda se mantém inalterada.
- D) A demanda por moeda se torna infinita.
- E) A demanda por moeda se torna zero.

Comentários:

De acordo com a teoria quantitativa da moeda ($MV = PQ$), se a quantidade de moeda (M) e a velocidade de circulação (V) são constantes, um aumento no nível de preços (P) aumentará a demanda por moeda (Q). Isso ocorre porque, com o aumento dos preços, as pessoas precisam de mais moeda para realizar transações.

Gabarito: A

21. Ao medir a produção de um país, busca-se evitar a superestimação do Produto Nacional por meio da dupla contagem. Uma das formas de evitar esse problema é:

- A) excluir os bens finais da contabilização do PNB.
- B) somar a depreciação ao Produto Nacional Líquido no mesmo período.
- C) remover os valores adicionados ao produto conforme ele avança pelos diferentes estágios de produção.
- D) considerar os valores adicionados ao produto conforme ele avança pelos diferentes estágios de produção.
- E) incluir os bens intermediários na contabilização do PNB.

Comentários:

Nosso gabarito é a letra D. Breves comentários:

a) Excluir os bens finais da contabilização do PNB: incorreto, pois os bens finais são justamente os que devem ser contabilizados para evitar dupla contagem.

- b) Somar a depreciação ao Produto Nacional Líquido no mesmo período: incorreto, isso não está relacionado à dupla contagem, mas, sim, ao cálculo do PNB bruto.
- c) Remover os valores adicionados ao produto conforme ele avança pelos diferentes estágios de produção: incorreto, a remoção dos valores adicionados causaria subestimação.
- d) Considerar os valores adicionados ao produto conforme ele avança pelos diferentes estágios de produção: correto, ao somar apenas os valores adicionados, evita-se a dupla contagem.
- e) Incluir os bens intermediários na contabilização do PNB: incorreto, contabilizar os bens intermediários resultaria em dupla contagem.

Gabarito: D

22. Entre os instrumentos de política fiscal, não se pode considerar:

- A) o aumento nos gastos do governo.
- B) a redução da inflação.
- C) o aumento dos impostos.
- D) o aumento das transferências governamentais.
- E) a queda dos impostos.

Comentários:

A redução da inflação (B) não é um instrumento de política fiscal, mas, sim, pode ser um objetivo, tanto da política fiscal quanto da política monetária.

Gabarito: B

23. Considerando os critérios para apuração do resultado orçamentário do setor público, deve-se deduzir da Dívida Bruta do Governo Geral:

- A) dívida mobiliária do Governo Federal.
- B) operações compromissadas.
- C) aplicações da previdência social em títulos públicos.
- D) dívida mobiliária dos governos estaduais e municipais.
- E) dívida externa bruta do governo federal, dos estados e dos municípios.

Comentários:

Dívida Bruta do Governo Geral:

- a) Dívida mobiliária do Governo Federal, em mercado
 - (-) Aplicações da previdência em títulos públicos
 - (-) Aplicações de fundos federais em títulos públicos
 - (-) Aplicações dos estados e municípios em títulos públicos
- b) Operações compromissadas
- c) Dívida bancária do governo federal e dos governos estaduais e municipais
- d) Dívida assumida pela União Lei 8.727/1993
- e) Dívida mobiliária dos governos estaduais e municipais
 - (-) Títulos dos estados e municípios, em tesouraria
- f) Dívida externa bruta do governo federal, dos estados e dos municípios

São deduzidos da dívida bruta do governo federal os créditos representados por títulos públicos que se encontram em poder de seus órgãos da administração direta e indireta, de fundos públicos federais, dos estados e dos municípios, a saber: aplicações da previdência social em títulos públicos, aplicações do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e outros fundos em títulos públicos e aplicações dos estados em títulos públicos federais. Analogamente, são deduzidas da dívida dos governos estaduais e dos municipais as parcelas correspondentes aos títulos em tesouraria.

Gabarito: C

24. Sobre a estrutura tributária brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) Os impostos cuja arrecadação é de competência dos estados são sempre diretos, pois incidem diretamente sobre a renda dos contribuintes.
- B) Tributos indiretos são aqueles que incidem diretamente sobre a propriedade ou a renda dos contribuintes, sendo, portanto, de competência exclusiva dos estados.
- C) Impostos indiretos são tributos transferidos ao consumidor final por meio de preços.
- D) Tributos indiretos são de competência exclusiva dos municípios, nos termos da Constituição Federal.
- E) Impostos indiretos são aqueles que têm como base de cálculo a renda ou a propriedade, sendo de competência dos municípios.

Comentários:

- a) **Incorreta**, impostos estaduais como o ICMS não incidem sobre a renda diretamente.
- b) **Incorreta**, tributos indiretos não incidem diretamente sobre a renda ou propriedade.
- c) **Correta**, impostos indiretos são aqueles embutidos nos preços de bens e serviços.
- d) **Incorreta**, a CF não define de forma genérica a competência para tributos indiretos, embora atribua alguns deles aos municípios, outros ficam com a União e estados.
- e) **Incorreta**, impostos indiretos não têm como base a renda ou propriedade e não são de competência dos municípios.

Gabarito: C

25. O imposto é um tributo cuja obrigação surge de um fato gerador desvinculado de qualquer atividade estatal específica relacionada ao contribuinte. Um imposto cuja alíquota aumenta conforme aumenta sua base de cálculo é classificado como:

- A) progressivo.
- B) proporcional.
- C) alternativo.
- D) regressivo.
- E) indireto.

Comentários:

- a) Progressivo: correto, um imposto progressivo aumenta sua alíquota conforme a base de cálculo cresce, como é o caso do IRPF.
- b) Proporcional: incorreto, um imposto proporcional tem uma alíquota fixa, independentemente da base de cálculo.
- c) Alternativo: incorreto, essa classificação não se aplica ao contexto de alíquotas variáveis.
- d) Regressivo: incorreto, um imposto regressivo tem uma alíquota que diminui conforme a base de cálculo aumenta.
- e) Indireto: incorreto, impostos indiretos são aqueles que incidem sobre o consumo, repassados ao consumidor final.

Gabarito: A

26. A Oferta Agregada de uma economia pode ser influenciada por diversos fatores estruturais. Assinale a alternativa que corretamente identifica um fator que aumenta a Oferta Agregada.

- A) Um aumento nos custos de energia.
- B) Aumento nos impostos sobre as empresas.
- C) Redução na produtividade do trabalho.
- D) Expansão na capacidade produtiva devido ao aumento do estoque de capital.
- E) Alta generalizada nos preços dos insumos.

Comentário:

Resposta

D) Expansão na capacidade produtiva devido ao aumento do estoque de capital.

Justificativa: o aumento no estoque de capital aumenta a capacidade produtiva de uma economia, elevando a Oferta Agregada.

Justificativa para as alternativas incorretas:

- **A)** O aumento nos custos de energia eleva os custos de produção, o que tende a reduzir a Oferta Agregada.
- **B)** O aumento nos impostos sobre empresas reduz o lucro, o que pode desencorajar investimentos e diminuir a Oferta Agregada.
- **C)** A redução na produtividade do trabalho torna a produção menos eficiente, o que diminui a Oferta Agregada.
- **E)** Uma alta nos preços dos insumos encarece a produção e tende a reduzir a Oferta Agregada.

Gabarito: D

27. Suponha que um país tenha um déficit significativo em sua conta corrente. Que alternativa a seguir poderia, em teoria, ajudar a reduzir esse déficit?

- A) Valorização da moeda doméstica.
- B) Aumento das importações.
- C) Desvalorização da moeda doméstica.
- D) Redução das exportações.
- E) Aumento das taxas de juros internas.

Comentário:

Resposta

C) Desvalorização da moeda doméstica.

Justificativa: a desvalorização da moeda torna as exportações mais competitivas e as importações mais caras, o que tende a reduzir o déficit na conta corrente.

Justificativa para as alternativas incorretas:

- **A)** A valorização da moeda doméstica torna as exportações menos competitivas e as importações mais baratas, o que tende a aumentar o déficit.
- **B)** O aumento das importações aumentaria o déficit na conta corrente.
- **D)** A redução das exportações reduz as receitas externas, ampliando o déficit.
- **E)** Aumento das taxas de juros atrai capital estrangeiro para o setor financeiro, mas não afeta diretamente a conta corrente.

Gabarito: C

28. De acordo com a curva de Phillips original, que alternativa a seguir representa a relação entre inflação e desemprego?

- A) Não há qualquer relação entre inflação e desemprego.
- B) Há uma relação negativa entre inflação e desemprego.
- C) A curva de Phillips sugere que inflação e desemprego se movem juntos em longo prazo.
- D) A curva de Phillips implica que, com uma política monetária restritiva, é possível manter inflação baixa sem impacto no desemprego.
- E) A curva de Phillips mostra uma relação positiva entre inflação e desemprego.

Comentário:**Resposta**

B) Há uma relação negativa entre inflação e desemprego.

Justificativa: a curva de Phillips original postula que, em curto prazo, há uma relação inversa entre inflação e desemprego.

Justificativa para as alternativas incorretas:

- **A)** A curva de Phillips sugere uma relação negativa entre os dois.
- **C)** Em longo prazo, a curva de Phillips não sustenta essa relação, pois o desemprego retorna a sua taxa natural.
- **D)** Políticas monetárias restritivas tendem a aumentar o desemprego para reduzir a inflação.
- **E)** A curva de Phillips sugere uma relação inversa, não positiva, entre inflação e desemprego.

Gabarito: B

29. Que alternativa a seguir descreve corretamente o impacto de uma política monetária expansionista sobre a taxa de juros e a oferta de moeda?

- A) Aumenta a taxa de juros e reduz a oferta de moeda.
- B) Reduz a taxa de juros e reduz a oferta de moeda.
- C) Aumenta a taxa de juros e aumenta a oferta de moeda.
- D) Reduz a taxa de juros e aumenta a oferta de moeda.
- E) Não altera a taxa de juros nem a oferta de moeda.

Comentário:

Resposta

D) Reduz a taxa de juros e aumenta a oferta de moeda.

Justificativa: uma política monetária expansionista busca aumentar a oferta de moeda e reduzir as taxas de juros para estimular o investimento e o consumo.

Justificativa para as alternativas incorretas:

- **A)** A política expansionista aumenta a oferta de moeda e reduz, não aumenta, a taxa de juros.
- **B)** Embora reduza a taxa de juros, a política expansionista aumenta a oferta de moeda.
- **C)** A política expansionista não aumenta a taxa de juros.
- **E)** A política monetária expansionista altera tanto a taxa de juros quanto a oferta de moeda.

Gabarito: D

30. No modelo IS-LM, uma política fiscal expansionista (aumento dos gastos do governo) causa qual dos seguintes efeitos no equilíbrio de curto prazo?

- A) Desloca a curva IS para a direita e reduz a taxa de juros.
- B) Desloca a curva LM para a direita e eleva a renda.
- C) Desloca a curva IS para a direita e aumenta a taxa de juros.
- D) Desloca a curva LM para a esquerda e reduz a renda.
- E) Desloca a curva IS para a esquerda e reduz a taxa de juros.

Comentário:

Resposta

C) Desloca a curva IS para a direita e aumenta a taxa de juros.

Justificativa: o aumento dos gastos do governo desloca a curva IS para a direita, elevando a renda e, dado o aumento na demanda por moeda, aumentando a taxa de juros.

Justificativa para as alternativas incorretas:

- **A)** O deslocamento da curva IS para a direita eleva, não reduz, a taxa de juros.
- **B)** A curva LM não se desloca devido à política fiscal; a curva que se desloca é a IS.
- **D)** A política fiscal expansionista desloca a curva IS, não a curva LM, e tende a aumentar a renda.
- **E)** A política fiscal expansionista desloca a IS para a direita, não para a esquerda, e tende a aumentar, não reduzir, a taxa de juros.

Gabarito: C



Estratégia
Concursos

FINANÇAS PÚBLICAS

01. Quais são as principais funções econômicas do Estado?

- A) Regular a concorrência, proteger o consumidor e garantir a seguridade social.
- B) Fornecer bens públicos, redistribuir renda e estabilizar a economia.
- C) Controlar a inflação, promover a privatização e aumentar a produtividade.
- D) Regular o comércio internacional, proteger o meio ambiente e promover a educação.
- E) Garantir a segurança nacional, incentivar a inovação tecnológica e reduzir a desigualdade de gênero.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Embora sejam importantes, essas não são as principais funções econômicas do Estado como descritas classicamente.

Correta a alternativa B. Essas são as três funções principais: alocativa (fornecimento de bens públicos), distributiva (redistribuição de renda) e estabilizadora (estabilização da economia).

Incorreta a alternativa C. Essas são funções econômicas específicas e de menor amplitude comparadas às funções principais mencionadas.

Incorreta a alternativa D. Embora importantes, essas funções específicas não abrangem todas as principais funções econômicas do Estado.

Incorreta a alternativa E. Essas são áreas de atuação específicas do Estado, não cobrindo as três funções econômicas principais.

Gabarito: B

02. Qual é um dos principais objetivos da política fiscal no Brasil?

- A) Aumentar a dívida pública para financiar programas sociais.
- B) Garantir a estabilidade macroeconômica através do controle dos gastos públicos e arrecadação de tributos.
- C) Reduzir a carga tributária das grandes empresas para fomentar o investimento.
- D) Expandir o déficit fiscal para estimular a economia.
- E) Eliminar completamente os impostos sobre o consumo.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Aumentar a dívida pública não é um objetivo, mas sim uma consequência potencial da política fiscal expansionista.

Correta a alternativa B. A política fiscal busca garantir a estabilidade macroeconômica por meio do controle de gastos e arrecadação eficiente.

Incorreta a alternativa C. Reduzir impostos para empresas é uma estratégia específica e não reflete o objetivo geral da política fiscal.

Incorreta a alternativa D. Embora o déficit possa ser usado para estímulo econômico, não é o objetivo principal da política fiscal.

Incorreta a alternativa E. A eliminação total de impostos sobre consumo não é viável ou objetivo da política fiscal.

Gabarito: B

03. Qual é uma das principais fontes de financiamento público?

- A) Emissão de títulos da dívida pública.
- B) Venda de produtos e serviços do setor privado.
- C) Investimentos estrangeiros diretos.
- D) Doações internacionais.
- E) Empréstimos de curto prazo do setor privado.

Comentários:

Correta a alternativa A. Essa é uma das principais formas de financiar o governo.

Incorreta a alternativa B. Não é uma fonte de financiamento público.

Incorreta a alternativa C. São importantes, mas não são considerados fonte de financiamento público.

Incorreta a alternativa D. Embora ocorram, não são uma fonte principal de financiamento público.

Incorreta a alternativa E. Embora possam ser utilizados, a emissão de títulos é mais significativa.

Gabarito: A**04. O que é a "perda de peso morto" em termos de tributação?**

- A) O aumento na receita fiscal resultante de um novo imposto.
- B) A redução na eficiência econômica causada por um imposto.
- C) O montante total arrecadado pelos impostos indiretos.
- D) A transferência de recursos entre diferentes grupos sociais através da tributação.
- E) O impacto positivo dos impostos sobre o crescimento econômico.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Isso não define perda de peso morto.

Correta a alternativa B. Perda de peso morto refere-se à perda de eficiência econômica devido a distorções causadas por impostos.

Incorreta a alternativa C. Não define a perda de peso morto.

Incorreta a alternativa D. Refere-se à incidência tributária, não à perda de peso morto.

Incorreta a alternativa E. Contradiz o conceito de perda de peso morto, que é negativo.

Gabarito: B

05. Qual é a alternativa que melhor define "carga tributária"?

- A) A soma total dos impostos arrecadados pelo governo dividido pelo PIB.
- B) O total de impostos pagos apenas pelas empresas.
- C) A relação entre a dívida pública e a receita fiscal.
- D) A quantidade de tributos pagos pelas famílias de baixa renda.
- E) A arrecadação de impostos federais somente.

Comentários:

Correta a alternativa A. Essa é a definição clássica de carga tributária.

Incorreta a alternativa B. A carga tributária considera todos os impostos, não apenas os pagos por empresas.

Incorreta a alternativa C. Isso define a relação dívida/receita, não a carga tributária.

Incorreta a alternativa D. Não é específico para famílias de baixa renda.

Incorreta a alternativa E. A carga tributária inclui impostos em todos os níveis de governo.

Gabarito: A

06. A função distributiva do Estado, de acordo com Musgrave, é caracterizada por:

- A) Empregar políticas econômicas com a finalidade de manter o valor da moeda estável.
- B) Implementar políticas assistenciais para diminuir a taxa de pobreza no país.
- C) Oferecer bens e serviços que normalmente não são providos pelo mercado.
- D) Ajustar falhas de mercado para que a quantidade de mercado atinja o nível socialmente desejável.
- E) Regular a demanda agregada por meio de políticas fiscais austeras.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Essa alternativa refere-se à função estabilizadora do setor público, não à função distributiva.

Correta a alternativa B. A função distributiva do setor público visa reduzir desigualdades e a taxa de pobreza através de políticas assistenciais.

Incorreta a alternativa C. Essa alternativa descreve a função alocativa do setor público, não a distributiva.

Incorreta a alternativa D. Essa alternativa também está relacionada à função alocativa, pois envolve a correção de falhas de mercado.

Incorreta a alternativa E. Essa alternativa descreve a função estabilizadora do setor público, não a distributiva.

Gabarito: B

07. Não se enquadra na função alocativa do Estado:

- A) Investir em infraestrutura, gerando externalidades positivas.
- B) Prover os serviços públicos escolhidos pela sociedade indiretamente por meio do voto.
- C) Determinar as quantidades e qualidades de bens públicos a serem providos para a sociedade.
- D) Conceder subsídios via deduções do imposto sobre a renda de pessoa jurídica.
- E) Definir o valor de contribuição da sociedade para financiar os serviços públicos.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Investir em infraestrutura é uma função alocativa do Estado, pois proporciona benefícios sociais e externalidades positivas para a sociedade.

Incorreta a alternativa B. Essa é uma função alocativa do Estado, que deve prover serviços públicos conforme a escolha da sociedade por meio do sistema eleitoral.

Incorreta a alternativa C. Decidir sobre os tipos e quantidades de bens públicos é uma tarefa típica do Estado em sua função alocativa.

Correta a alternativa D. Conceder subsídios tributários está mais relacionado à função distributiva do Estado, pois visa promover a equidade e corrigir desigualdades econômicas.

Incorreta a alternativa E. Estabelecer a contribuição de cada cidadão para financiar os serviços públicos é uma parte essencial da função alocativa, pois envolve a arrecadação de recursos necessários para a provisão desses serviços.

Gabarito: D

08. Analise as afirmações a seguir sobre princípios tributários e sobre impostos progressivos e regressivos e marque (V) para verdadeiro e (F) para falso:

() Segundo o conceito de progressividade, cada contribuinte deve contribuir com uma parcela “justa” para cobrir os custos do governo, sendo que essa parcela pode ser definida como o valor proporcional aos benefícios gerados pelo consumo de bens públicos.

() Os impostos decorrentes de tributação indireta são progressivos, mas não distorcem a alocação de recursos na economia.

() Um imposto regressivo é aquele que exige uma contribuição maior da parte da população de alta renda em comparação com a de baixa renda.

As afirmações são, respectivamente:

- A) V – V – V.
- B) V – F – F.
- C) F – F – V.
- D) F – V – F.
- E) F – F – F.

Comentários:

Afirmativa I - Essa afirmação está parcialmente correta, então deve ser considerada falsa. O conceito de progressividade sugere que os contribuintes com maior capacidade de pagamento devem contribuir com uma parcela maior de seus rendimentos. No entanto, a definição de "justa" não se baseia necessariamente nos benefícios gerados pelo consumo de bens públicos, mas sim na capacidade de pagamento.

Afirmativa II - Essa afirmação é falsa. Impostos indiretos, como impostos sobre consumo, tendem a ser regressivos, pois consomem uma maior proporção da renda dos mais pobres. Além disso, podem distorcer a alocação de recursos ao influenciar as decisões de consumo e produção.

Afirmativa III - Essa afirmação é falsa. Um imposto regressivo é aquele que exige uma contribuição maior, em termos proporcionais, da população de baixa renda em comparação com a de alta renda.

Gabarito: E

09. A Curva de Laffer explica alguns aspectos do comportamento dos agentes econômicos. Entre esses aspectos, não está:

- A) Com uma alíquota de imposto de 100%, toda a população economicamente ativa estará desempregada.
- B) A elevação das alíquotas tributárias pode ser contraproducente, promovendo a evasão e a elisão fiscal.
- C) Existe uma alíquota de imposto ideal que maximiza a receita tributária do governo.
- D) A relação entre mudanças nas alíquotas tributárias e na arrecadação de impostos é ambígua.
- E) O aumento das alíquotas de impostos pode levar ao crescimento da informalidade no mercado de trabalho.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Embora uma alíquota de 100% desestime totalmente o trabalho e a produção, não implica que toda a população economicamente ativa estará desempregada. É uma simplificação exagerada.

Correta a alternativa B. Altas alíquotas podem incentivar comportamentos de evasão e elisão fiscal, reduzindo a eficiência da arrecadação.

Incorreta a alternativa C. A Curva de Laffer sugere que há uma alíquota ótima que maximiza a receita tributária.

Incorreta a alternativa D. A Curva de Laffer indica que a relação entre alíquotas e receita não é linear, podendo aumentos nas alíquotas reduzir a receita após um certo ponto.

Incorreta a alternativa E. Altas alíquotas podem incentivar a informalidade, pois indivíduos e empresas procuram evitar o peso dos impostos.

Gabarito: A

10. No que diz respeito ao Federalismo Fiscal, analise o item a seguir.

Segundo o modelo de _____, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- A) Musgrave
- B) Lindhal
- C) Tiebout
- D) Oates
- E) Pigou

Comentários:

Charles Tiebout argumenta que os cidadãos escolheriam aquela unidade da federação que mais lhes agradasse. Ou seja, se o indivíduo não gosta do nível de oferta de bens públicos de sua localidade, ele pode simplesmente “votar com os pés”. Em outras palavras, ele pode se mudar para uma localidade próxima que possua os bens públicos de que ele gosta.

Dessa forma, a descentralização e a livre mobilidade são requisitos para a revelação de preferências.

Gabarito: C

11. Qual é o principal objetivo da política fiscal?

- A) Controlar a inflação.
- B) Promover o crescimento econômico.
- C) Ajustar a oferta de moeda na economia.
- D) Alocar recursos públicos de forma eficiente.
- E) Garantir a estabilidade da taxa de câmbio.

Comentários:

A política fiscal visa utilizar o orçamento do governo, através de gastos e tributos, para influenciar a economia, promovendo crescimento econômico e estabilidade. As demais alternativas, como controlar a inflação e ajustar a oferta de moeda, são objetivos da política monetária, enquanto a estabilidade da taxa de câmbio também está mais relacionada à política monetária. A alocação eficiente de recursos é um meio, não um fim em si.

Gabarito: B**12. O que é déficit primário?**

- A) Quando as despesas do governo excedem as receitas, incluindo os juros da dívida.
- B) Quando as receitas do governo excedem as despesas, excluindo os juros da dívida.
- C) Quando as despesas do governo excedem as receitas, excluindo os juros da dívida.
- D) Quando as despesas do governo excedem as receitas, sem excluir os juros da dívida.
- E) Quando as receitas do governo excedem as despesas, incluindo os juros da dívida.

Comentários:

O déficit primário considera apenas as despesas e receitas do governo, excluindo os juros da dívida pública. Incorretas as alternativas A e D porque incluem os juros da dívida. Incorretas as alternativas B e E porque falam de superávit, não de déficit.

Gabarito: C

13. O que são despesas discricionárias?

- A) Despesas obrigatórias determinadas pela Constituição.
- B) Despesas que podem ser ajustadas ou cortadas pelo governo a cada orçamento.
- C) Despesas com pagamento de juros da dívida pública.
- D) Despesas com benefícios previdenciários.
- E) Despesas com pagamento de salários de servidores públicos.

Comentários:

Despesas discricionárias são aquelas que não são obrigatórias e podem ser alteradas pelo governo. Incorretas as alternativas A, C, D e E. Despesas obrigatórias (A, D, E) e juros da dívida (C) são categorias diferentes de despesas públicas.

Gabarito: B**14. Qual é a principal fonte de receita do governo federal brasileiro?**

- A) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- B) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- C) Imposto de Renda (IR).
- D) Contribuição de Melhoria.
- E) Taxa de Licenciamento Ambiental.

Comentários:

O Imposto de Renda é a principal fonte de receita do governo federal, sendo uma das tributações mais significativas em termos de arrecadação.

Incorretas as alternativas A, B, D e E. Não são as principais fontes de receita.

Gabarito: C

15. Qual é a função do Tribunal de Contas da União (TCU)?

- A) Estabelecer a política monetária.
- B) Administrar a dívida pública.
- C) Fiscalizar a execução orçamentária e financeira do governo federal.
- D) Elaborar o orçamento anual.
- E) Realizar a política fiscal do governo.

Comentários:

O TCU é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União. Incorretas as alternativas A, B, D, E. São funções de outras entidades ou departamentos governamentais.

Gabarito: C

16. Uma economia de escambo é formada apenas por somente dois grupos, na qual um grupo detém todos os recursos e o outro não detém nada. Essa alocação inicial atende ao princípio de:

- A) eficiência e, a partir dessa alocação, o livre mercado chega a um equilíbrio pelo Primeiro Teorema de Bem-Estar.
- B) equidade, visto que o indicador de desigualdade é igual à unidade.
- C) ótimo de Pareto, visto que não é possível melhorar a situação de um dos grupos sem piorar a do outro.
- D) eficiência de Pareto, segundo a curva de Engel.
- E) equilíbrio de mercado e, portanto, é eficiente de acordo com o Segundo Teorema de Bem-Estar.

Comentários:

Se há apenas dois grupos, a única forma de melhorar a situação do grupo que não tem nada é tirar algo do grupo que tem tudo. Isso significará, necessariamente, a piora da situação do grupo que tem tudo. Portanto, a situação é eficiente no sentido de Pareto: não é possível melhorar a situação de uma das partes sem piorar a situação de pelo menos uma delas.

P.S.: Eficiência de Pareto e ótimo de Pareto são termos equivalentes.

Gabarito: C

17. Em relação aos objetivos da função estabilizadora do governo, assinale a opção correta.

- A) Visa reorganizar os tributos com o objetivo de melhorar a distribuição de renda.
- B) Procura melhorar as condições habitacionais da população de baixa renda.
- C) Busca estabelecer a parcela de contribuição de cada cidadão para financiar um bem público.
- D) Deve empregar a política monetária para manter a inflação em níveis baixos.
- E) Deve firmar parcerias com o setor privado para prover bens públicos.

Comentários:

Vejamos a qual função do governo cada alternativa está mais associada:

Visa reorganizar os tributos com o objetivo de melhorar a distribuição de renda. -> distributiva

b) Procura melhorar as condições habitacionais da população de baixa renda. -> distributiva

c) Busca estabelecer a parcela de contribuição de cada cidadão para financiar um bem público. -> alocativa

d) Deve empregar a política monetária para manter a inflação em níveis baixos. -> estabilizadora

Deve firmar parcerias com o setor privado para prover bens públicos. -> alocativa

Gabarito: D

18. A definição de um valor mínimo de franquia nos contratos de seguros em geral é uma estratégia adotada pelas seguradoras para evitar a falha de mercado conhecida como:

- A) risco moral.
- B) compensação cruzada.
- C) seleção desfavorável.
- D) externalidades econômicas.
- E) princípio da inclusão obrigatória.

Comentários:

A franquia é utilizada para prevenir que os segurados ajam de maneira oportunista e prejudicial à seguradora, isto é, para reduzir o risco moral.

O conceito de risco moral (também chamado de "moral hazard") se manifesta quando há a possibilidade de uma das partes modificar seu comportamento em detrimento da outra. Um exemplo típico é o seguro: antes de ter o seguro, a pessoa age com cuidado extremo — adota práticas preventivas para evitar perdas ou danos. Após adquirir o seguro, há um risco de que essas precauções sejam diminuídas, prejudicando a seguradora.

Ao impor uma franquia, a seguradora desencoraja o segurado de adotar comportamentos menos responsáveis, pois ele terá que cobrir parte dos danos caso ocorram.

Gabarito: A

19. Dentre as características de um sistema tributário ideal NÃO se encontra:

- A) a equidade na distribuição do ônus tributário.
- B) a progressividade dos tributos.
- C) a neutralidade no impacto sobre as atividades econômicas.
- D) o máximo de empenho do fisco.
- E) a simplicidade na compreensão das leis tributárias.

Comentários:

Embora o empenho do governo na fiscalização seja importante, a alternativa “d” é a única que não traz um princípio tributário.

Gabarito: D

20. A respeito das consequências, origens e princípios da tributação, assinale a alternativa correta:

- A) A tributação diferenciada de produtos como cigarros e bebidas alcoólicas, com o objetivo de reduzir seu consumo, está de acordo com o princípio da neutralidade, pois respeita a liberdade de escolha dos consumidores.
- B) O princípio da neutralidade determina que o governo pode usar a tributação para corrigir comportamentos indesejados, como o consumo de cigarros e bebidas alcoólicas.
- C) A imposição de tributos específicos para desencorajar o consumo de certos produtos, como cigarros e bebidas alcoólicas, constitui uma violação ao princípio da neutralidade, pois interfere nas decisões dos consumidores.
- D) A tributação diferenciada de produtos como cigarros e bebidas alcoólicas é uma prática neutra, pois apenas redistribui o ônus tributário sem afetar o consumo.
- E) Segundo o princípio da neutralidade, o governo deve tributar produtos de maneira diferenciada para corrigir as distorções no mercado causadas pelo consumo de bens prejudiciais à saúde.

Comentários:

O princípio da neutralidade estabelece que a tributação não deve interferir nas escolhas de consumo e produção dos agentes econômicos. Assim, ao diferenciar a tributação para reduzir o consumo de certos produtos, como cigarros e bebidas alcoólicas, o governo acaba distorcendo as relações econômicas e violando esse princípio.

Gabarito: C

21. Os princípios orçamentários são diretrizes essenciais para a elaboração e execução dos orçamentos públicos. Assinale a alternativa que representa corretamente um princípio orçamentário.

- A) O princípio da anualidade implica que o orçamento deve ser elaborado e aprovado para um período superior a um ano.
- B) O princípio da universalidade exige que todas as receitas e despesas do governo sejam incluídas no orçamento, sem exceções.
- C) O princípio da unidade prevê que cada unidade administrativa do governo deve ter seu próprio orçamento separado.
- D) O princípio da não afetação determina que determinadas receitas devem ser vinculadas a despesas específicas.
- E) O princípio da especificidade obriga que o orçamento seja elaborado de forma genérica, sem discriminar a destinação dos recursos.

Comentários:

- (A) A anualidade refere-se ao fato de que o orçamento deve ser elaborado para um período de um ano, não mais do que isso.
- (C) O princípio da unidade significa que deve haver um único documento orçamentário, não vários orçamentos separados para diferentes unidades.
- (D) O princípio da não afetação determina que as receitas não devem ser vinculadas a despesas específicas, permitindo maior flexibilidade na alocação dos recursos.
- (E) A especificidade exige que as despesas sejam discriminadas de forma detalhada, não de forma genérica.

Gabarito: B

22. A análise do déficit público envolve diferentes conceitos que refletem a situação fiscal do governo. Identifique a alternativa que corresponde ao déficit operacional.

- A) Déficit operacional é o saldo negativo resultante das receitas e despesas correntes, sem considerar os juros da dívida pública.
- B) Déficit operacional é o valor resultante da diferença entre o total das receitas e o total das despesas de capital.
- C) O déficit operacional considera o saldo de receitas e despesas, incluindo a correção monetária da dívida pública.
- D) O déficit operacional reflete exclusivamente o aumento no estoque da dívida pública em termos nominais.
- E) O déficit operacional é utilizado para avaliar o impacto do déficit primário no aumento da dívida líquida.

Comentários:

- (A) A definição corresponde ao déficit primário, não ao déficit operacional.
- (B) Essa alternativa descreve uma análise de receitas e despesas de capital, não o déficit operacional.
- (D) O aumento no estoque da dívida pública em termos nominais está relacionado ao conceito de dívida bruta, não ao déficit operacional.
- (E) O impacto do déficit primário na dívida líquida não é o mesmo que o conceito de déficit operacional.

Gabarito: C

23. A Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas para a gestão financeira pública. Assinale a alternativa que está de acordo com a LRF.

- A) A LRF permite que os entes federativos realizem operações de crédito para pagar despesas correntes em qualquer situação.
- B) A LRF exige que a dívida consolidada de cada ente federativo seja limitada a um percentual definido pelo Senado Federal.
- C) Segundo a LRF, a União pode prestar garantia a operações de crédito realizadas pelos estados sem qualquer exigência adicional.
- D) A LRF estabelece que os restos a pagar não liquidados podem ser inscritos sem qualquer limitação temporal.
- E) A LRF impede a realização de despesas públicas sem a respectiva dotação orçamentária, mas permite que sejam realizadas sem disponibilidade financeira.

Comentários:

- (A) Operações de crédito para despesas correntes são restritas a situações excepcionais, como calamidades públicas.
- (C) A União só pode prestar garantias mediante o cumprimento de requisitos específicos pelos estados.
- (D) Os restos a pagar não liquidados têm prazos definidos para inscrição, com regras específicas.
- (E) A realização de despesas sem dotação ou disponibilidade financeira viola a LRF.

Gabarito: B

24. A carga tributária é uma medida que indica o montante total de tributos arrecadados pelo governo em relação ao PIB. Que alternativa reflete corretamente o conceito de carga tributária?

- A) A carga tributária é a soma de todas as receitas públicas, incluindo as oriundas de operações de crédito.
- B) A carga tributária corresponde à arrecadação total de tributos e contribuições em relação à renda nacional disponível.
- C) A carga tributária exclui a arrecadação previdenciária, por não ser considerada um tributo direto.
- D) A carga tributária inclui impostos, taxas e contribuições, expressos como percentual do PIB.
- E) A carga tributária reflete apenas os impostos diretos, como o imposto de renda e os impostos sobre a propriedade.

Comentários:

- (A) Receitas oriundas de operações de crédito não são consideradas tributos, portanto não compõem a carga tributária.
- (B) O cálculo é feito em relação ao PIB, não à renda nacional disponível.
- (C) A arrecadação previdenciária faz parte da carga tributária.
- (E) A carga tributária inclui tanto impostos diretos quanto indiretos.

Gabarito: D

25. A dívida pública é um instrumento de financiamento utilizado pelos governos para cobrir déficits orçamentários. Assinale a alternativa que define corretamente a dívida pública mobiliária interna.

- A) Dívida mobiliária interna é composta por obrigações emitidas pelo governo no exterior.
- B) Dívida mobiliária interna refere-se a títulos emitidos pelo governo para financiamento de curto prazo exclusivamente.
- C) Dívida mobiliária interna envolve a emissão de títulos públicos negociados no mercado financeiro nacional.
- D) Dívida mobiliária interna é restrita aos títulos emitidos por governos estaduais.
- E) Dívida mobiliária interna só pode ser utilizada para financiar despesas de capital.

Comentários:

- (A) Títulos emitidos no exterior compõem a dívida externa, não a dívida mobiliária interna.
- (B) A dívida mobiliária interna pode ser utilizada para financiamento tanto de curto quanto de longo prazo.
- (D) A dívida mobiliária interna é emitida por diversas esferas de governo, não apenas estaduais.
- (E) Não há limitação para o uso dos recursos provenientes da dívida mobiliária interna.

Gabarito: C

26. Em um mercado ideal, a livre interação entre oferta e demanda levaria à alocação eficiente de recursos. No entanto, esse cenário de eficiência nem sempre se concretiza na prática, surgindo as chamadas falhas de mercado, que impedem a otimização do bem-estar social.

Entre essas falhas, destacam-se três tipos principais: externalidades, assimetria de informações e bens públicos.

Com base nessas informações, analise as assertivas a seguir.

O abastecimento de gás natural e a extração de petróleo são vistos como bens públicos, pois são essenciais para o funcionamento da economia.

Medidas como os cadastros que reúnem dados sobre os históricos de pagamento e inadimplência dos devedores ajudam a diminuir o problema do risco moral no mercado de crédito.

O imposto pigouviano é uma solução viável para solucionar o problema dos impactos externos negativos na economia.

Assinale a alternativa que aponta as assertivas corretas.

- A) Somente a assertiva I está correta.
- B) Somente a assertiva II está correta.
- C) Somente a assertiva III está correta.
- D) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

Comentário:

Vamos analisar cada item:

I) Errado. O que caracteriza um bem público é sua essencialidade? Não. Você já sabe que o que caracteriza esse tipo de bem são os atributos da não exclusividade e não rivalidade.

II) Errado. Na verdade, estamos diante da seleção adversa, que ocorre quando, devido à falta de informações, instituições financeiras não conseguem diferenciar bons de maus pagadores, levando a juros mais altos para todos e afastando bons pagadores. Cadastros com histórico de pagamento auxiliam na avaliação do risco de crédito, permitindo condições de empréstimo mais justas: juros mais baixos para bons pagadores e mais altos para inadimplentes, reduzindo a seleção adversa.

III. Correto. O imposto de Pigou busca fazer com que o responsável pela externalidade negativa incorpore o custo social que gera. Uma externalidade negativa ocorre quando uma ação prejudica terceiros sem que o causador pague por isso, como no caso de uma fábrica que polui. O imposto pigouviano obriga a fábrica a considerar esses custos adicionais, alinhando sua produção ao nível socialmente ideal.

Gabarito: C

27. Observe as seguintes ações governamentais: diminuição da taxa de juros devido à redução da inflação; construção de um parque público; regulação da concorrência em determinado setor. As funções do Estado representadas em cada uma dessas ações são, respectivamente:

- A) estabilizadora, distributiva e alocativa.
- B) estabilizadora, alocativa e distributiva.
- C) distributiva, estabilizadora e alocativa.
- D) alocativa, estabilizadora e alocativa.
- E) estabilizadora, alocativa e alocativa.

Comentário:

Vejamos a que função do governo cada alternativa está mais associada:

Controle de inflação, crescimento econômico, instrumentos macroeconômicos, tudo isso tem a ver com a função **estabilizadora**.

A construção de um parque público pressupõe a provisão de um bem/serviço de utilidade pública, o que guarda relação com a função **alocativa**.

Lembre-se ainda de que a função **alocativa** do governo consiste em complementar a ação do mercado quando ele falha. Quando há falhas de mercado em determinado setor, isso pode resultar em preços altos, baixa qualidade dos produtos ou serviços e inovações limitadas. Para corrigir essas situações, o governo pode intervir por meio da regulação da concorrência, promovendo uma alocação mais eficiente dos recursos e beneficiando a economia como um todo.

Gabarito: E

28. A tabela a seguir representa o quanto cada pessoa paga de um determinado tributo, de acordo com sua renda:

Renda	Tributo
R\$ 1.000	R\$ 100
R\$ 2.000	R\$ 200
R\$ 5.000	R\$ 500
R\$ 10.000	R\$ 1.000

Esse imposto é:

- A) progressivo, pois quem ganha mais, paga mais.
- B) neutro, pois não distorce a economia.
- C) proporcional, pois é aplicada a mesma alíquota para todas as faixas de renda.
- D) regressivo, pois quem ganha mais, paga proporcionalmente mais.
- E) regressivo, pois quem ganha mais, paga proporcionalmente menos.

Comentário:

Perceba que, para todas as faixas de renda, a alíquota é a mesma, ou seja, 10%. Nesse caso, temos um sistema **proporcional** de tributação, pois é aplicada a mesma alíquota de imposto para todas as diferentes faixas de renda. Cuidado com a pegadinha do item A. De fato, quem ganha mais está pagando mais imposto, mas isso não significa que o imposto seja necessariamente progressivo. Um imposto é considerado progressivo quando são aplicados maiores percentuais para rendas mais altas. Note que não são somente “maiores valores” para rendas mais altas, pois isso pode ser obtido com um imposto proporcional.

Gabarito: C

29. A curva de Laffer ganhou destaque nos anos 1970, quando o economista Arthur Laffer apresentou a ideia como uma forma de entender os impactos das políticas tributárias na arrecadação governamental. Desde então, tornou-se uma ferramenta importante no debate econômico. A teoria da curva de Laffer indica que:

- A) taxas de impostos muito baixas poderiam ser elevadas para aumentar a arrecadação tributária.
- B) as receitas do governo aumentam conforme a taxa de câmbio se valoriza.
- C) os gastos do governo aumentam conforme a taxa de juros diminui, alcançam um pico e, a partir daí, retornam ao ponto inicial.
- D) a arrecadação do governo aumenta conforme a taxa marginal de juros cresce, atinge um ponto máximo e, após esse ponto, começa a diminuir com novos aumentos na taxa marginal.
- E) os investimentos de capital do governo aumentam à medida que a taxa de juros cai.

Comentário:

A chamada curva de Laffer é um modelo gráfico formulado pelo economista Arthur Laffer, que nos mostra a relação entre duas variáveis: o nível de tributação e o correspondente nível de arrecadação de determinado imposto pelo governo.

Só com isso já conseguimos descartar os itens B, C, D e E, pois eles tratam de conceitos que não guardam relação com a curva de Laffer (como taxa de juros e taxa de câmbio).

A ideia central da curva de Laffer é que existe um ponto ótimo em que a alíquota de imposto maximiza a receita tributária. Se as taxas de impostos estiverem abaixo desse ponto, aumentá-las poderá elevar a arrecadação.

Da mesma forma, se estiverem acima desse ponto, reduzir as taxas poderia, paradoxalmente, aumentar a receita ao incentivar mais atividade econômica.

Gabarito: A

30. Os conceitos de déficit e dívida pública não se confundem. Déficit é o excesso de gastos sobre a arrecadação, enquanto dívida é o acumulado de déficits, ou seja, é uma espécie de passivo do Estado. Dizemos que o déficit é uma variável “fluxo” e a dívida é uma variável “estoque”. Em relação aos conceitos de Déficit e Dívida, analise as afirmativas a seguir.

1. O critério “acima da linha” refere-se à ótica das receitas e despesas e mede o déficit público a partir de sua geração. Já o critério “abaixo da linha” analisa o déficit público com base na variação da dívida pública.

2. Uma situação em que o déficit operacional é maior do que o nominal é possível se houver deflação.

Analizando essas afirmativas, é correto concluir que:

- A) a primeira é falsa, e a segunda é verdadeira e justifica a primeira.
- B) as duas são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- C) as duas são falsas, e a segunda não justifica a primeira.
- D) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- E) a primeira é verdadeira, e a segunda é falsa e não justifica a primeira.

Comentário:

A mensuração na qual são observadas as diferenças entre as despesas e receitas é chamada de apuração do resultado fiscal “acima da linha”, em contraposição à mensuração “abaixo da linha”, que considera a variação da dívida líquida total. A primeira afirmação é verdadeira.

Além disso, o déficit nominal nada mais é que o déficit operacional corrigido pela inflação. Sendo assim, temos:

$\text{Déficit nominal} = \text{déficit operacional} + \text{inflação}$

Perceba que, em tese, o déficit nominal é superior ao operacional. A única forma possível de o déficit operacional ser maior do que o nominal é se o valor da “Inflação” for negativo, ou seja, se houver deflação. A segunda também é verdadeira.

Acontece que a segunda não justifica a primeira, pois a metodologia de mensuração do déficit público independe do nível de inflação. Na verdade, a inflação é relevante para diferenciar os conceitos de déficit nominal, primário e operacional.

Gabarito: B

DIREITO EMPRESARIAL

01. Carlos deseja empreender, para isso resolve montar uma loja e exercer diretamente a atividade desenvolvida. A respeito do exercício empresarial e as regras sobre a atividade econômica regularizada feita pelos agentes econômicos, marque a opção que está de acordo com a lei:

- A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, inclusive as atividades intelectuais de natureza científica, literária ou artística.
- B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade, sem esse cumprimento o empresário não poderá exercer suas atividades.
- C) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- D) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deve, observadas as formalidades, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- E) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, desde que pelo menos por meio da união de duas ou mais pessoas.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Os que exercem esses tipos de atividade intelectuais não são considerados empresários.

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Incorreta a alternativa B. A inscrição é requisito de regularidade do empresário e não de sua existência, então, ele pode sim ser empresário, ainda que não cumpra a obrigatoriedade de fazer sua inscrição.

Art. 967. *É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.*

Correta a alternativa C. Essa está de acordo com a lei a respeito da regra sobre a inscrição de um segundo estabelecimento em outro Estado.

Art. 969. *O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.*

Incorreta a alternativa D. Para o exercente de atividade rural existe a faculdade de fazer a inscrição, e não a obrigatoriedade como dito na questão.

Art. 971. *O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.*

Incorreta a alternativa E. Não há que se confundir essa regra para ser um empresário individual com o exercício de atividade econômica por meio de sociedade.

Art. 972. *Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.*

Gabarito: C

02. A legislação prevê algumas opções de existência de tipos sociais. Carlos resolve montar uma sociedade com seu amigo, ambos não querem ter que seguir muita burocracia documental, e assim resolver estabelecer uma sociedade que não tenha personalidade jurídica. Sendo assim, com base na legislação em vigor, Carlos poderá se submeter à regra de que:

- A) Sobre as sociedades em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- B) Sobre a sociedade em conta de participação, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.
- C) Na sociedade em comum, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- D) Nas sociedades em comandita simples, o contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.
- E) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Comentários:

Correta a alternativa A. Essa está de acordo com a lei a respeito da regra aplicável à sociedade em comum.

Art. 987. *Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.*

Incorreta a alternativa B. Essa regra de responsabilidade, na verdade, aplica-se à sociedade em comum.

Art. 990. *Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.*

Incorreta a alternativa C. Já a previsão contida nessa alternativa trata da regra aplicável à sociedade em conta de participação.

Art. 991. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

Incorreta a alternativa D. A sociedade em comandita simples é um tipo de sociedade personificada, então foge ao que está sendo perguntado no enunciado. Além disso, a regra contida nessa alternativa é aplicável à sociedade em conta de participação.

Art. 993. O contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.

Incorreta a alternativa E. Essa alternativa está de acordo com a lei, porém o enunciado deixou claro que quer saber sobre os tipos de sociedades não personificadas, então, apesar de ser uma assertiva que coaduna com a lei, não atende o que está sendo pedido no enunciado.

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Gabarito: A

03. O estabelecimento é um instituto do Direito Empresarial que possui normas específicas no Código Civil, apesar de ser um instituto privado, a lei prevê alguns regramentos que devem ser seguidos, no que tange a esse assunto, marque a opção que está de acordo com a lei:

- A) Entende-se que o estabelecimento é considerado uma universalidade de direito.
- B) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária.
- C) O estabelecimento é também conhecido como o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- D) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.
- E) No caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a questão relativa à concorrência do alienante persistirá durante pelo prazo de cinco anos.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A maioria da doutrina entende que o estabelecimento é uma universalidade de fato e não de direito.

Correta a alternativa B. Exatamente, essa é a definição da lei sobre estabelecimento.

Art. 1.142. *Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.*

Incorreta a alternativa C. Não se confunde estabelecimento com o local, pois o estabelecimento é o complexo de bens.

§ 1º *O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.*

Incorreta a alternativa D. Se o contrato de alienação nada disser, a regra é a de que não pode fazer concorrência.

Art. 1.147. *Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.*

Incorreta a alternativa E. Para arrendamento e usufruto, o prazo de proibição de concorrência vale durante o tempo do contrato.

Parágrafo único. No caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição prevista neste artigo persistirá durante o prazo do contrato.

Gabarito: B

04. Sobre as ações das sociedades anônimas e as regras tratadas na legislação sobre esse tema, marque a opção que está em concordância com a lei:

- A) É possível a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.
- B) Na companhia aberta e na fechada, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos na lei.
- C) O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar vinte e cinco por cento do total das ações emitidas.
- D) As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, não se pode acumular as duas preferências.
- E) As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A Lei 6.404 proíbe que se emita ações com preço inferior ao valor nominal.

Art. 13. *É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.*

Incorreta a alternativa B. Essa regra só é aplicável às companhias abertas.

Art. 16-A. *Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos no art. 110-A desta Lei.*

Incorreta a alternativa C. A porcentagem legal limitante de emissão desse tipo de ação é de 50%, e não de 25%.

***§ 2º** O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.*

Incorreta a alternativa D. A lei prevê, sim, que possam ser acumuladas as duas preferências citadas.

Art. 17. *As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir:*

I - em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;

II - em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou

III - na acumulação das preferências e vantagens de que tratam os incisos I e II.

Correta a alternativa E. Exatamente assim que está previsto na lei, as ações podem ser ordinárias, preferenciais e de fruição.

Art. 15. *As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.*

Gabarito: E

05. Um dos tipos societários mais utilizados na prática no desenvolvimento de atividades econômicas é a sociedade limitada. Quanto a esse tipo societário, marque a opção correta:

- A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social e não pode ser constituída por apenas uma pessoa.
- B) Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.
- C) A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de, apenas, tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- D) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas sempre designadas no contrato social.
- E) O capital social divide-se em quotas, sempre iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Admite-se legalmente que uma sociedade limitada seja, sim, constituída por uma única pessoa como sócia.

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.

Correta a alternativa B. Essa situação está, sim, prevista na lei, e a alternativa apresentou todos os requisitos necessários para a aplicação desse comando que trata da chamada possibilidade de exclusão extrajudicial do sócio minoritário, desde que haja essa cláusula prevista expressamente no contrato social.

Art. 1.085. Ressalvado o disposto no art. 1.030, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.

Incorreta a alternativa C. Essa assembleia que ocorre todo ano pode deliberar, sim, sobre outros assuntos, e não apenas esse dito na questão.

Art. 1.078. *A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:*

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

II - designar administradores, quando for o caso;

III - tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Incorreta a alternativa D. O Código Civil permite que um administrador de uma sociedade limitada possa ser designado em ato em separado, não precisa ser necessariamente por meio do contrato.

Art. 1.060. *A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.*

Incorreta a alternativa E. Permite-se legalmente que as cotas sejam desiguais.

Art. 1.055. *O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.*

Gabarito: B

06. Sobre a possibilidade de um incapaz exercendo empresa com empresário ou mesmo sendo sócio de uma sociedade, marque a opção que está de acordo com a previsão legal sobre o tema:

- A) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, iniciar ou continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- B) A continuidade do exercício de empresa pelo incapaz precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
- C) Sociedade com sócio incapaz poderá ser registrada na Junta Comercial, exigindo-se apenas que o incapaz não possa ser o administrador e que o capital social esteja totalmente integralizado.
- D) O sócio relativamente incapaz de uma sociedade deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais, ou, se já tiver 16 anos, poderá praticar seus atos sozinho.
- E) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, o juiz nomeará um ou mais gerentes.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O incapaz não pode começar uma empresa como empresário individual, nos termos do *caput* do art. 974. Pode, sim, continuar a empresa se antes ele exercia de forma capaz ou se era dos seus pais ou responsáveis.

Art. 974. *Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.*

Correta a alternativa B. Realmente, existe essa previsão sobre a obrigatoriedade de que a continuidade do exercício de empresa pelo incapaz precisa de uma autorização judicial nos termos da lei.

§ 1º *Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.*

Incorreta a alternativa C. Além dos fatores descritos nessa alternativa, exige-se que o incapaz seja devidamente representado ou assistido.

§ 3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos:

I – o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade;

II – o capital social deve ser totalmente integralizado;

III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais.

Incorreta a alternativa D. Não confunda essa situação com a emancipação, não há que se falar em poder realizar os atos sozinho só porque tem 16 anos, a não ser que seja emancipado, mas não há nada dizendo que foi emancipado. Então, ele não pode praticar atos como sócio sem ser representado ou assistido.

Incorreta a alternativa E. Nessa situação, a regra é a de que o juiz autoriza a nomeação, mas não é feita por ele.

Art. 975. Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.

Gabarito: B

07. No exercício de uma atividade empresarial, é preciso escolher um nome para que se identifique nas relações jurídicas. Trata-se do tema chamado de nome empresarial. Sobre isso, marque a opção correta:

- A) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade, ou denominação designando o objeto social.
- B) Deve a sociedade limitada adotar apenas a firma como nome empresarial, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.
- C) A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social.
- D) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.
- E) O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro; se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, não poderá exercer empresa.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O empresário não pode usar a denominação como nome empresarial.

Art. 1.156. O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

Incorreta a alternativa B. A sociedade limitada também pode adotar a denominação como nome empresarial.

Art. 1.158. Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.

Correta a alternativa C. Essa está totalmente correta, pois coaduna com o texto previsto no Código Civil a respeito das regras de nome empresarial aplicáveis às Sociedades Anônimas.

Art. 1.160. A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social.

Incorreta a alternativa D. Esse tipo de sociedade não pode ter nome empresarial.

Art. 1.162. *A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.*

Incorreta a alternativa E. Pode, sim, exercer empresa, pois basta acrescentar uma designação que o distinga do nome empresarial.

Art. 1.163. *O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.*

Parágrafo único. Se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga.

Gabarito: C



Estratégia
Concursos

08. Sobre os direitos e obrigações gerais aplicáveis aos sócios previstos, podemos dizer que está incorreta:

- A) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- B) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- C) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.
- D) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
- E) O sócio sempre participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Essa está de acordo com a regra do art. 1.008, que trata da chamada cláusula leonina.

Art. 1.008. *É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.*

Incorreta a alternativa B. É possível transmitir bem ou crédito como integralização do capital social.

Art. 1.005. *O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.*

Incorreta a alternativa C. A lei determina sim que o lucro distribuído erradamente acarreta responsabilidade de quem os distribuiu e dos sócios que receberam.

Art. 1.009. *A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.*

Incorreta a alternativa D. Exato, sócio, da sociedade simples, pode contribuir com serviço no capital social, mas, em regra, não poderá prestar serviço em atividade estranha à da sociedade.

Art. 1.006. *O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.*

Correta a alternativa E. Essa alternativa está incorreta, pois o contrato pode prever uma distribuição de lucros diferente da participação nas quotas.

Art. 1.007. *Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.*

Gabarito: E

09. As sociedades anônimas são tipos societários específicos e com regras próprias por meio de legislação especial. Sobre esse tipo societário, também chamado de companhia, afirma-se corretamente que:

- A) O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.
- B) Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, bastando que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da Assembleia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia.
- C) O acionista controlador da companhia aberta e fechada, bem como os acionistas, ou grupo de acionistas, que elegerem membro do conselho de administração ou membro do conselho fiscal, deverão informar imediatamente as modificações em sua posição acionária na companhia à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, nas condições e na forma determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- D) O acionista controlador não pode exercer cargo de administrador ou fiscal.
- E) Os acordos de acionistas, sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela companhia quando arquivados na sua sede ou apresentados no próprio dia da assembleia.

Comentários:

Correta a alternativa A. Essa é a previsão contida na Lei 6.404 sobre a responsabilidade do acionista controlador.

Art. 117. *O acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder.*

Incorreta a alternativa B. A lei exige que, para ser considerado acionista controlador, também use efetivamente seu poder, ou seja, não basta ter os direitos, tem que exercer a posição de controle.

Art. 116. *Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:*

a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e

b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

Incorreta a alternativa C. Essa regra é aplicável apenas nas companhias abertas e não são devidas às fechadas.

Art. 116-A. *O acionista controlador da companhia aberta e os acionistas, ou grupo de acionistas, que elegerem membro do conselho de administração ou membro do conselho fiscal, deverão informar imediatamente as modificações em sua posição acionária na companhia à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, nas condições e na forma determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários.*

Incorreta a alternativa D. Pode, sim, tanto é que possui regra legal sobre isso.

Art. 117 - § 3º *O acionista controlador que exerce cargo de administrador ou fiscal tem também os deveres e responsabilidades próprios do cargo.*

Incorreta a alternativa E. Acordo de acionista só vale se for devidamente arquivado na sede da companhia.

Art. 118. *Os acordos de acionistas, sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela companhia quando arquivados na sua sede.*

Gabarito: A

10. A lei de falências estipula algumas consequências sobre a decretação de falência. Diz a lei que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da lei.

II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Está(ão) correto(s):

- A) Apenas o item I;
- B) Apenas o item II;
- C) Apenas o item III;
- D) Apenas os itens I e II;
- E) Os itens I, II e III.

Comentários:

Os três itens listados nessa questão reproduzem com integridade as consequências legais do que acontece quando é decretada a falência em relação a outras obrigações do devedor.

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei;

II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Gabarito: E

11. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Sobre o conceito de empresário e suas características, marque a opção correta:

- A) Também é considerado empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores,
- B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede antes do início de sua atividade.
- C) É obrigatória a inscrição do empresário rural no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede antes do início de sua atividade.
- D) Podem exercer a atividade de sócio de sociedade empresária os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- E) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário não responderá pelas obrigações contraídas.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Quem exerce esse tipo de profissão, em regra, não é considerado empresário.

Art. 966 - Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Correta a alternativa B. Essa alternativa está de acordo com a obrigatoriedade prevista na lei sobre a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis.

Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Incorreta a alternativa C. Ao empresário rural é dada a faculdade de fazer a sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

Art. 971. *O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.*

Incorreta a alternativa D. Essa regra exigindo a capacidade plena e o não impedimento legal aplica-se ao empresário exercendo atividade como empresário individual, para ser sócio não há essa restrição.

Art. 972. *Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.*

Incorreta a alternativa E. Se exercer atividade sendo impedido, ainda assim, responderá pelas obrigações contraídas.

Art. 973. *A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.*

Gabarito: B

12. Sobre as previsões legais a respeito da saída de um sócio de uma sociedade, marque a opção que coaduna com a lei:

- A) No caso de morte de sócio, não será liquidada sua quota, salvo se o contrato dispuser diferentemente.
- B) No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, não podendo os herdeiros substituírem o sócio falecido.
- C) Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.
- D) Pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, apenas por falta grave no cumprimento de suas obrigações.
- E) Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, do último balanço patrimonial efetuado.

Comentários:

Incorretas as alternativas A e B. A regra geral é a de que a quota não é liquidada pela morte, a não ser que o contrato preveja de maneira diferente. Existe, sim, a possibilidade de que os herdeiros entrem no lugar do sócio falecido se houver acordo com eles.

Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:

I - se o contrato dispuser diferentemente;

II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

Correta a alternativa C. Essa questão está de acordo com a regra prevista no artigo 1.029 do Código Civil sobre a possibilidade de retirada voluntária do sócio de uma sociedade.

Art. 1.029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.

Incorreta a alternativa D. Existe ainda a possibilidade de exclusão judicial por incapacidade superveniente.

Art. 1.030. *Ressalvado o disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.*

Incorreta a alternativa E. O balanço patrimonial a ser contado não é o último, e sim um feito especialmente para essa ocasião.

Art. 1.031. *Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.*

Gabarito: C

13. Uma sociedade é um tipo de pessoa jurídica de direito privado, tem a sua constituição e passa a ser sujeito de direitos e obrigações com a inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio. O fim da sociedade inicia com a chamada dissolução. Sobre esse tema, marque a opção incorreta:

- A) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- B) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer o consenso unânime dos sócios.
- C) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.
- D) Dissolve-se a sociedade quando ocorrer a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.
- E) Dissolve-se a sociedade judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando anulada a sua constituição ou quando exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutibilidade.

Comentários:

Incorretas as alternativas A, B e C. Estão dispostas nos mesmos termos da lei sobre as modalidades de dissolução de pleno direito previstas no art. 1.033 do Código Civil.

Correta a alternativa D. Apresentou uma situação em que não há previsão, pois foi revogada essa possibilidade, principalmente porque a sociedade limitada, por exemplo, pode ser constituída e ter apenas um único sócio.

Incorreta a alternativa E. Consiste nas possibilidades previstas na lei que ensejam a dissolução judicial da sociedade.

Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;

II - o consenso unânime dos sócios;

III - a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado;

Art. 1.034. A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando:

I - anulada a sua constituição;

II - exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade.

Gabarito: D

14. Uma das regras contidas na legislação trata do conceito de estabelecimento empresarial e nos seus desdobramentos legais. Sobre esse tema, marque a única opção que está de acordo com a regra legal:

- A) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da averbação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- B) Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.
- C) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, inclusive nos contratos de arrendamento ou usufruto do estabelecimento.
- D) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- E) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual, inclusive pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A produção de efeitos na cessão de créditos ocorre desde a publicação, e não da averbação.

Art. 1.149. *A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.*

Incorreta a alternativa B. Contratos com caráter pessoal estão fora dessa regra geral de sub-rogação dos contratos para o adquirente do estabelecimento.

Art. 1.148. *Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.*

Incorreta a alternativa C. Para arrendamento e usufruto o prazo de não concorrência não é de 5 anos, e sim o que estiver previsto no contrato.

Art. 1.147. *Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.*

Parágrafo único. *No caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição prevista neste artigo persistirá durante o prazo do contrato.*

Incorreta a alternativa D. O prazo dessa responsabilidade solidária do vendedor do estabelecimento é de um ano, e não dois como dito nessa alternativa.

Art. 1.146. *O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.*

Incorreta a alternativa E. Essa está perfeita, pois está nos mesmos termos dos artigos 1.142 e 1.143 do Código.

Art. 1.142. *Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. (Vide Lei nº 14.195, de 2021)*

Art. 1.143. *Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.*

Gabarito: E

15. Várias são as classificações apontadas pela doutrina quanto às sociedades. Podem ser classificadas como simples ou empresárias; podem decorrer também da responsabilidade dos sócios, sendo limitadas, ilimitadas ou mistas; classificam-se as sociedades de acordo com a composição do capital social em “de pessoas” ou “de capital”. Por fim, existe a previsão de uma importante classificação quanto à personalidade dessas sociedades. Aponte a única alternativa que em que estão previstas apenas sociedades não personificadas:

- A) sociedades simples, sociedade limitada e sociedade em comum.
- B) sociedade em conta de participação e sociedade em comandita simples.
- C) sociedade em nome coletivo e sociedade em comandita por ações.
- D) sociedade de propósito específico, sociedade subsidiária integral e sociedade em conta de participação.
- E) sociedade em conta de participação e sociedade em comum.

Comentários:

A lista das sociedades personificadas é composta pela sociedade simples, sociedade limitada, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade anônima e sociedade nome coletivo.

São apresentadas como sociedades não personificadas as sociedades em comum e as sociedades em conta de participação.

Gabarito: E

16. Encontra-se no Código Civil uma série de regras sobre o exercício de atividade empresarial que pode ocorrer por meio do desenvolvimento da própria pessoa física ou como pessoa jurídica. A respeito das regras legais, marque a opção correta:

- A) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- B) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- C) O empresário casado pode, desde que com a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- D) Serão arquivados e averbados apenas no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.
- E) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação pode ser oposta a terceiros, mesmo antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Comentários:

Correta a alternativa A. Exatamente essa é a previsão contida na lei a respeito do pequeno empresário e do empresário rural.

Art. 970. *A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.*

Incorreta a alternativa B. Para poderem ser sócios um do outro, é preciso que não sejam casados nos regimes de bens citados.

Art. 977. *Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.*

Incorreta a alternativa C. A venda de imóvel usado na empresa por empresário individual não precisa de autorização do cônjuge para ser feita.

Art. 978. *O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.*

Incorreta a alternativa D. Esses atos são registrados principalmente no Registro Civil e como estão relacionados ao empresário também devem ser registrados no RPEM, mas dizer que o registro deve ser feito apenas no RPEM está errado.

Art. 979. *Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.*

Incorreta a alternativa E. Só pode opor a terceiros esses atos se devidamente arquivados no RPEM.

Art. 980. *A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação não podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.*

Gabarito: A

17. Alguns determinados assuntos só podem ser implementados em uma sociedade limitada se forem objeto de deliberação entre os sócios da sociedade. A respeito do quórum necessário para aprovação, marque a única opção que apresenta a necessidade do quórum de maioria de votos dos presentes na deliberação se o contrato ou a lei não exigir maioria mais elevada:

- A) a designação dos administradores, quando feita em ato separado.
- B) a destituição dos administradores.
- C) a modificação do contrato social.
- D) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação.
- E) a aprovação das contas da administração.

Comentários:

O artigo 1.071 estabelece os diversos assuntos que são objeto de deliberação da sociedade limitada, já o 1.076 prevê o quórum necessário para aprovação de cada um desses assuntos.

Incorretas as alternativas A, B, C, D. Pois apresentam situações que exigem aprovação de mais da metade do capital social para serem aprovadas.

Correta a alternativa E. Pois fala do único caso da questão em que se admite apenas a maioria dos votos dos presentes para aprovação do assunto, pois esse quórum é o que está previsto no inciso III do artigo 1.076.

Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

I - a aprovação das contas da administração;

II - a designação dos administradores, quando feita em ato separado;

III - a destituição dos administradores;

IV - o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;

V - a modificação do contrato social;

VI - a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

VII - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

VIII - o pedido de concordata.

Art. 1.076. *Ressalvado o disposto no art. 1.061, as deliberações dos sócios serão tomadas*

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.451, de 2022) Vigência

II - pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VIII do caput do art. 1.071 deste Código;

III - pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

Gabarito: E

18. As sociedades anônimas possuem legislação própria no ordenamento jurídico brasileiro. A legislação prevê que essas sociedades podem emitir valores mobiliários, dentre esses estão as chamadas partes beneficiárias. Sobre as partes beneficiárias, analise os itens abaixo e depois marque a opção correta:

I - A companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados "partes beneficiárias".

II - As partes beneficiárias conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais.

III - A participação atribuída às partes beneficiárias, inclusive para formação de reserva para resgate, se houver, não ultrapassará 0,1 (um décimo) dos lucros.

IV - É vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias.

Estão corretos os itens:

- A) Todos estão corretos.
- B) Apenas os itens I, II e III.
- C) Apenas os itens I, III e IV.
- D) Apenas os itens II, IV.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

Todos os itens apresentados estão de acordo com as regras legais sobre partes beneficiárias. Então, as partes beneficiárias que podem ser emitidas e negociadas não terão valor nominal e serão títulos que não comporão o capital social. Além disso, dão aos seus donos direito de crédito eventual contra a sociedade anônima e não podem ser emitidas por companhias abertas.

Art. 46. *A companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados "partes beneficiárias".*

§ 1º *As partes beneficiárias conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais (artigo 190).*

§ 2º *A participação atribuída às partes beneficiárias, inclusive para formação de reserva para resgate, se houver, não ultrapassará 0,1 (um décimo) dos lucros.*

Art. 47 - Parágrafo único. *É vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias.*

Gabarito: A

19. A respeito do papel, das funções, das características e das competências do administrador judicial que opera tanto na falência como na recuperação judicial e as regras sobre sua remuneração, marque a opção correta nos termos da lei:

- A) O administrador judicial será profissional idôneo, devendo ser necessariamente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.
- B) O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.
- C) Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá dez por cento do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.
- D) A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao limite de cinco por cento no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte.
- E) O administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, ainda que renuncie sem relevante razão ou seja destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas nesta Lei, salvo no caso de ter suas contas desaprovadas.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A lei diz que o administrador pode ser uma dessas profissões listadas, então, o juiz que escolher deve dar preferência a essas profissões, porém não há uma obrigatoriedade de que seja necessariamente uma dessas.

Art. 21. *O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.*

Correta a alternativa B. Essa é a exata previsão legal a respeito da remuneração aplicável ao trabalho desenvolvido pelo administrador judicial e fixada pelo juiz.

Art. 24. *O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.*

Incorreta a alternativa C. A porcentagem máxima de remuneração do administrador judicial em relação ao valor devido aos credores é de 5%, e não de 10%.

§ 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.

Incorreta a alternativa D. Essa redução, na verdade, cai para 2%.

§ 5º A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao limite de 2% (dois por cento), no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte, bem como na hipótese de que trata o art. 70-A desta Lei.

Incorreta a alternativa E. Administrador judicial que saia antes de finalizar o trabalho terá, sim, direito à remuneração proporcional pelo que já fez, a menos que seja detectado que a sua saída seja por algum dos motivos elencados na lei. Há casos na lei, então, em que se estabelece o não recebimento da remuneração pelo administrador judicial.

§ 3º O administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, salvo se renunciar sem relevante razão ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas nesta Lei, hipóteses em que não terá direito à remuneração.

§ 4º Também não terá direito a remuneração o administrador que tiver suas contas desaprovadas.

Gabarito: B

20. Sobre as duplicatas, marque a correta:

- A) A duplicata conterá a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem, o número da fatura, a importância a pagar, em algarismos e por extenso, a cláusula à ordem, dentre outros elementos, sendo que uma duplicata pode corresponder a mais de uma fatura.
- B) A remessa de duplicata poderá ser feita diretamente pelo vendedor ou por seus representantes, por intermédio de instituições financeiras, procuradores ou correspondentes que se incumbam de apresentá-la ao comprador na praça ou no lugar de seu estabelecimento, podendo os intermediários devolvê-la, depois de assinada, ou conservá-la em seu poder até o momento do resgate, segundo as instruções de quem lhes cometeu o encargo.
- C) O prazo para remessa da duplicata será de dez dias, contado da data de sua emissão.
- D) O comprador só poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de avaria ou não recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco, no entanto não poderá se recusar a aceitar quando houver divergência nos prazos ou nos preços ajustados.
- E) A duplicata é um valor mobiliário de emissão das sociedades anônimas que se configura como um título de crédito a assegurar ao seu titular direito de crédito contra a companhia.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Quase tudo certo, menos o final, ao afirmar que uma duplicata pode corresponder a mais de uma fatura, pois, pela lei, não pode.

Lei 5.474 - § 1º A duplicata conterá:

I - a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem;

II - o número da fatura;

III - a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista;

IV - o nome e domicílio do vendedor e do comprador;

V - a importância a pagar, em algarismos e por extenso;

VI - a praça de pagamento;

VII - a cláusula à ordem;

VIII - a declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite, cambial;

IX - a assinatura do emitente.

§ 2º *Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.*

Correta a alternativa B. Essa é a regra prevista na lei sobre o envio da duplicata pelo emitente ao devedor.

Art. 6º *A remessa de duplicata poderá ser feita diretamente pelo vendedor ou por seus representantes, por intermédio de instituições financeiras, procuradores ou, correspondentes que se incumbam de apresentá-la ao comprador na praça ou no lugar de seu estabelecimento, podendo os intermediários devolvê-la, depois de assinada, ou conservá-la em seu poder até o momento do resgate, segundo as instruções de quem lhes cometeu o encargo.*

Incorreta a alternativa C. O prazo estabelecido na lei para envio de duplicata é de 30 dias.

§ 1º *O prazo para remessa da duplicata será de 30 (trinta) dias, contado da data de sua emissão.*

Incorreta a alternativa D. Essa está errada pelo fato de que a divergência nos prazos e preços também é motivo ensejador de não aceite da duplicata pelo comprador.

Art. 8º *O comprador só poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de:*

I - avaria ou não recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco;

II - vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados;

III - divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

Incorreta a alternativa E. Duplicata não é valor mobiliário emitido pela companhia, e sim um tipo de título de crédito com lei própria.

Gabarito: B

21. A respeito do instituto do Nome Empresarial, marque a opção que está de acordo com a lei.

- A) Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada para o exercício de empresa, já os efeitos da proteção da lei sobre esse instituto não podem ser estendidos às denominações das sociedades simples, associações e fundações.
- B) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa de sua pessoa ou do gênero de atividade.
- C) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade limitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- D) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou sua abreviatura, sendo que a denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios e, ao mesmo tempo, a omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- E) A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, sendo obrigatória a designação do objeto social.

Comentários:

Letra A: errada. Pelo contrário, a lei admite que as regras sobre denominação a respeito do nome empresarial possam ser aplicadas às sociedades simples, associações e fundações.

Art. 1.155. Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício de empresa.

Parágrafo único. Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

Letra B: correta. Essa descrição está perfeitamente colocada, pois essa é a regra a respeito do uso do nome empresarial pelo empresário individual.

Art. 1.156. O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

Letra C: errada. Na verdade, essa regra de uso da firma se aplica para as sociedades com sócios de responsabilidade ilimitada.

Art. 1.157. A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.

Letra D: errada. O erro está no final, pois o uso do nome empresarial da sociedade limitada sem a expressão "limitada" faz com que os administradores respondam solidária e ilimitadamente, não os sócios como dito na questão.

Art. 1.158. Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.

§ 1º A firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.

§ 2º A denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios.

§ 3º A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

Letra E: errada. Na denominação da sociedade anônima, é facultativa a designação do objeto social.

Art. 1.160. A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões 'sociedade anônima' ou 'companhia', por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social. (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

Gabarito: B

22. Sobre as regras gerais aplicáveis às sociedades previstas no Código Civil, marque a única alternativa que atende corretamente a previsão legal.

- A) As obrigações dos sócios só começam com a inscrição do contrato, se esse não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, extinguiem-se as responsabilidades sociais.
- B) O sócio pode ser substituído no exercício das suas funções, mesmo que sem o consentimento dos demais sócios, expresso em modificação do contrato social.
- C) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e, pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- D) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, pode empregar-se em atividade estranha à sociedade.
- E) É ineficaz a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

Comentários:

Letra A: errada. As obrigações dos sócios começam com o contrato, mesmo antes de ser feito o registro ou a inscrição.

Art. 1.001. As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguiem as responsabilidades sociais.

Letra B: errada. A regra geral sobre isso é a de que o sócio não pode ser substituído no exercício de suas funções.

Art. 1.002. O sócio não pode ser substituído no exercício das suas funções, sem o consentimento dos demais sócios, expresso em modificação do contrato social.

Letra C: correta. É exatamente essa a regra prevista sobre a responsabilidade da contribuição ao capital social feita pelo sócio quando por meio de bens ou de crédito.

Art. 1.005. O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.

Letra D: errada. A regra estipula que não pode um sócio que contribui com serviços empregar-se em atividade estranha à sociedade.

Art. 1.006. O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.

Letra E: errada. Essa cláusula é considerada nula, não ineficaz.

Art. 1.007. Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.

Gabarito: C

23. A sociedade limitada é um tipo societário em que os sócios possuem a responsabilidade restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Essa sociedade pode ser constituída por meio de apenas uma única pessoa como sócio. A respeito desse tipo societário, suas regras e classificação, marque a opção correta.

- A) Será sempre do tipo empresária.
- B) A sociedade limitada rege-se, nas omissões das regras que lhe são próprias, pelas normas das sociedades anônimas, por ser o tipo societário mais parecido.
- C) Os sócios sempre serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato.
- D) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, a maioria dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a dois terços do capital social, após a integralização.
- E) O exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução e tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, salvo disposição contratual diversa.

Comentários:

Letra A: errada. Na classificação das sociedades, têm-se que elas podem ser simples ou empresárias, essa classificação decorre da análise do objeto dessas sociedades. A sociedade limitada poderá ser do tipo simples ou empresária. Então, não está correto dizer que será sempre empresária.

Letra B: errada. Na omissão de regras próprias, as limitadas serão regidas pelas regras do Código Civil sobre sociedades simples, para ser regida supletivamente pelas regras das anônimas, é preciso que haja previsão expressa no contrato.

Art. 1.053. A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples.

Parágrafo único. O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.

Letra C: errada. Essa imposição de devolução dos lucros distribuídos só se aplica se essa distribuição se der em prejuízo ao capital social.

Art. 1.059. Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

Letra D: errada. Os quóruns apontados nessa questão estão invertidos.

Art. 1.061. A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.

Letra E: correta. Essa alternativa corresponde à previsão contida no Código Civil sobre o cargo de administrador.

Art. 1.063. O exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução.

§ 1º Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, salvo disposição contratual diversa.

Gabarito: E

24. São motivos que ensejam a mudança da recuperação judicial para a falência, a ser decretada pelo juiz:

- A) por deliberação da assembleia-geral de credores.
- B) pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo de noventa dias.
- C) por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, em até trinta e seis meses depois de concessão da recuperação judicial.
- D) quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.
- E) pelo não exercício regular de suas atividades há mais de 2 (dois) anos.

Comentários:

Letra A: correta. A primeira alternativa apresenta uma das situações previstas na lei como motivos que permitem que o juiz convole a recuperação judicial em falência, quando há a deliberação da assembleia geral de credores, conforme as regras legais estipuladas para a sua convocação e para o alcance do quórum necessário.

Letra B: errada. O prazo para o devedor apresentar o plano de recuperação é de 60 dias.

Letra C: errada. O prazo legal para que o devedor permaneça em recuperação judicial e até para análise do descumprimento de alguma obrigação do plano é de 2 anos, não de 36 meses.

Letra D: errada. Essa situação é aplicável quando em prejuízo aos credores não sujeitos à recuperação judicial.

Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

I – por deliberação da assembléia-geral de credores, na forma do art. 42 desta Lei;

II – pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo do art. 53 desta Lei;

III - quando não aplicado o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 56 desta Lei, ou rejeitado o plano de recuperação judicial proposto pelos credores, nos termos do § 7º do art. 56 e do art. 58-A desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

IV – por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei.

V - por descumprimento dos parcelamentos referidos no art. 68 desta Lei ou da transação prevista no art. 10-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; e (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

VI - quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.

Letra E: errada. Essa situação é o requisito que se exige para que se possa pedir a recuperação judicial, não para convolar em falência.

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

Gabarito: A

25. Sobre o cheque, marque a única opção que está de acordo com a lei que rege esse título de crédito.

- A) O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de ser considerado um cheque sem fundo.
- B) O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito, sendo que a infração desses preceitos não prejudica a validade do título como cheque, já que a existência de fundos disponíveis é verificada no momento da apresentação do cheque para pagamento.
- C) O cheque admite aceite do banco ou instituição financeira, considerando-se não escrita qualquer declaração em sentido contrário.
- D) As obrigações contraídas no cheque são autônomas, mas interdependentes.
- E) Com o advento da tecnologia e as novas formas de circulação de crédito, tendo em vista o aumento de transações eletrônicas, o instituto do cheque não é mais utilizado, por ter sido sua legislação revogada.

Comentários:

Letra A: errada. Sob pena de não ser considerado um cheque é que seria o correto a dizer.

Art. 3º O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.

Letra B: correta. Essa é a previsão contida na Lei 7357/1985 a respeito dos fundos de um cheque.

Art. 4º O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito. A infração desses preceitos não prejudica a validade do título como cheque.

§ 1º - A existência de fundos disponíveis é verificada no momento da apresentação do cheque para pagamento.

Letra C: errada. Não se fala em aceite do cheque.

Art. 6º O cheque não admite aceite considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.

Letra D: errada. As obrigações do cheque são independentes.

Art. 13 As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.

Letra E: errada. Ainda existe, sim, a possibilidade de emissão de cheque e sua lei não foi revogada.

Gabarito: B

26. Em caso de abuso da personalidade jurídica, pode o juiz desconsiderá-la. Sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, marque a alternativa verdadeira.

- A) O juiz pode se manifestar a requerimento da parte, ou a pedido do Ministério Público, ou até mesmo de ofício.
- B) Os requisitos ensejadores do abuso da personalidade são o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial.
- C) Entende-se por desvio de finalidade a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- D) Confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- E) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

Comentário:

Letra A: errada. A desconsideração da personalidade jurídica não pode ser decretada de ofício pelo juiz.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

Letra B: correta. São, sim, os dois requisitos que caracterizam o abuso da personalidade e permitem a aplicação da desconsideração.

Letra C: errada. E **letra D:** errada. As definições de desvio de finalidade e confusão patrimonial estão invertidas nessas duas alternativas.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

Letra E: errada. Pelo contrário, essa situação não constitui desvio de finalidade.

§ 5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

Gabarito: B

27. João tem vontade de desenvolver atividade empresarial, mas desconhece as variáveis a respeito de ser empresário estando ou não casado e isso está influenciando sua decisão de montar ou não um negócio e de casar ou não. Sobre a atividade empresarial e o casamento, marque a opção correta.

- A) A prova da emancipação e da autorização do incapaz na continuidade do exercício de empresa bem como a eventual revogação dessa, serão inscritas ou averbadas no Registro de Imóveis.
- B) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de bens do casamento.
- C) O empresário casado não pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.
- D) Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.
- E) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação não podem ser opostos a terceiros antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Comentário:

Letra A: errada. O cartório a ser feito o registro desses documentos é o Registro Público de Empresas Mercantis, que são as Juntas Comerciais.

Art. 976. A prova da emancipação e da autorização do incapaz, nos casos do art. 974, e a de eventual revogação desta, serão inscritas ou averbadas no Registro Público de Empresas Mercantis.

Letra B: errada. Para alguns regimes de bens de casamento, não será possível montar sociedade juntos, entre esses, estão a comunhão universal de bens e a separação obrigatória.

Art. 977. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.

Letra C: errada. Pelo contrário, pode, sim, vender imóvel da empresa sem precisar pedir a autorização do cônjuge.

Art. 978. O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

Letra D: errada. O certo seria dizer que devem ser arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Art. 979. Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.

Letra E: correta. Essa está perfeita, pois está em acordo com o art. 980 do Código Civil sobre a importância da oposição a terceiros.

Art. 980. A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação não podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Gabarito: E

28. São pressupostos ensejadores da decretação de falência do empresário, conhecidos como atos de falência e previstos na lei, exceto:

- A) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos.
- B) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não.
- C) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo.
- D) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo.
- E) ausenta-se, ainda que deixando representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento.

Comentário:

Os atos de falência estão previstos no inciso III do art. 94 da Lei de Falências. Estão listados na questão 4 atos, sendo que a letra E até seria também um ato de falência, mas apenas se a ausência do empresário fosse sem deixar representante. Deixando representante, não se enquadra como ato de falência.

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:

- a) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos;
- b) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não;
- c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;
- d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;
- e) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;
- f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;
- g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial.

Gabarito: E

29. Sobre os títulos de crédito:

- A) endosso é o ato cambiário que permite a transferência dos títulos de crédito à ordem e não à ordem.
- B) aval consiste na garantia real que recai sobre um título como forma de assegurar e garantir o pagamento do título de crédito.
- C) protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
- D) saque é um tipo de ato que está relacionado à manifestação do principal devedor concordando em pagar o título.
- E) o cheque é um título de crédito que perdeu espaço na vida prática das pessoas, caiu desuso, motivo pelo qual sua legislação foi revogada.

Comentários:

Letra A: errada. Na verdade, endosso é o ato que promove a transferência dos títulos de crédito à ordem.

Letra B: errada. O aval é uma garantia pessoal e não real que recai sobre um título de crédito.

Letra C: certa. Essa é a definição legal do ato cambiário chamado de protesto.

Lei 9.492 - Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.

Letra D: errada. O saque é a emissão do título, que pode ser feita pelo devedor ou pelo credor a depender do tipo de título. Essa manifestação de concordância é chamada de aceite.

Letra E: errada. Ainda existe a lei do cheque em vigor. É a lei 7.357 de 1985.

Gabarito: C

30. A respeito do assunto ações, os valores mobiliários mais importantes das sociedades anônimas, analise os itens a seguir.

I - As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

II - O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

III - Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos na legislação.

IV - As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo ou na prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, mas não se pode acumular essas duas preferências.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III e IV.
- B) Apenas II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Nenhuma.

Comentário:

I - Correta - Essa é a classificação a respeito dos tipos de ações que podem ser emitidas em relação aos direitos e vantagens.

Art. 15. As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

II - Correta - Há um limite de 50% para emissão de ações preferenciais que não tenham direito a voto ou que tenham restrição nesse direito.

§ 2º O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

III - Correta - É possível, sim, a divisão em classes e admite-se a adoção de voto plural.

Art. 16-A. Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos no art. 110-A desta Lei.

IV - Errada - É possível, sim, acumular as duas preferências.

Art. 17. As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir:

I - em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;

II - em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou

III - na acumulação das preferências e vantagens de que tratam os incisos I e II.

Gabarito: D



Estratégia
Concursos

AUDITORIA

01.

“Os papéis de trabalho são os documentos “que têm por finalidade o registro das informações e fatos que foram verificados durante a auditoria e que servem de suporte para conclusões, ações e recomendações”

(CREPALDI; CREPALDI, 2023, p. 371).

Considerando as orientações da NBC TA 230 sobre a documentação de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- A) Não se exige a documentação de informações referentes a assuntos significativos inconsistentes com a conclusão final do auditor.
- B) Não se exige que o auditor inclua na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis.
- C) Após a data do relatório, o auditor não poderá executar procedimentos novos ou adicionais que possam alterar a sua conclusão.
- D) A documentação da auditoria compreende uma ou mais pastas ou outras formas de armazenamento, em forma física ou eletrônica que contém os registros que servem de suporte para um trabalho específico.
- E) O auditor não pode deixar de atender a um requisito relevante de uma norma de auditoria.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Dado que, se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com a sua conclusão final, ele deve documentar como tratou essa inconsistência.

Correta a alternativa B. Está de acordo com a previsão da NBC TA 230, segundo a qual: *o auditor não precisa incluir na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis, notas que reflitam entendimento incompleto ou preliminar, cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos ou de outro tipo de documentos em duplicata.*

Incorreta a alternativa C. Uma vez que – em circunstâncias excepcionais –, se o auditor executar procedimentos novos ou adicionais, ou chegar a outras conclusões após a data do relatório, deve documentar as circunstâncias identificadas; os procedimentos novos ou adicionais executados, a evidência de auditoria obtida e as novas conclusões alcançadas, e seu efeito sobre o relatório do auditor; e quando e por quem as modificações resultantes da documentação de auditoria foram executadas e revisadas.

Incorreta a alternativa D. Remete-nos ao conceito de arquivo de auditoria, e não de documentação de auditoria. Nos termos da NBC TA 230, documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão “papéis de trabalho”).

Incorreta a alternativa E. Dado que o auditor pode – em circunstâncias excepcionais – julgar necessário não atender a um requisito relevante de uma norma. Nesse caso, ele deve documentar como os procedimentos alternativos de auditoria executados cumprem a finalidade desse requisito, e as razões para o não atendimento.

Gabarito: B

02. Em relação aos procedimentos analíticos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F), de acordo com a NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos e normas correlatas:

() Os procedimentos analíticos podem ser aplicados para demonstrações contábeis consolidadas, componentes e elementos individuais de informação.

() Os procedimentos analíticos substantivos são geralmente mais aplicáveis a grandes volumes de transações que tendem a ser imprevisíveis ao longo do tempo.

() Os procedimentos analíticos incluem comparações de informações contábeis e financeiras da entidade com informações de entidades do mesmo setor de atividade. É o caso da comparação entre índices de vendas e contas a receber com as médias do setor ou com outras entidades de porte comparável do mesmo setor.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V – V – V.**
- B) V – F – F.**
- C) V – F – V.**
- D) F – V – F.**
- E) F – F – V.**

Comentários:

Analisando cada item:

I - CERTO. Podem ser usados diversos métodos para executar procedimentos analíticos. Esses métodos variam desde a realização de comparações simples até análises complexas usando técnicas estatísticas avançadas. Os procedimentos analíticos podem ser aplicados para demonstrações contábeis consolidadas, componentes e elementos individuais de informação.

II - ERRADO. Os procedimentos analíticos substantivos são geralmente mais aplicáveis a grandes volumes de transações que tendem a ser **previsíveis** ao longo do tempo.

III - CERTO. Os procedimentos analíticos incluem, por exemplo, levar em consideração comparações de informações contábeis e financeiras da entidade:

- informações comparáveis de períodos anteriores;
- resultados previstos pela entidade, tais como orçamentos ou previsões, ou expectativas do auditor, como uma estimativa de depreciação;
- informações de entidades do mesmo setor de atividade, como a comparação entre índices de vendas e contas a receber com as médias do setor ou com outras entidades de porte comparável do mesmo setor.

Gabarito: C

03. Nos trabalhos de auditoria, pode ser necessário adotar um processo de amostragem estatística, que garante a aleatoriedade da seleção dos elementos que irão compor a amostra, de modo a se obter uma amostra representativa da população e isenta de vieses.

Diante da necessidade de obtenção de amostra sorteada de uma população com base em um intervalo fixo de seleção, após um ponto de partida ser aleatoriamente selecionado, deve-se aplicar o método de seleção de amostra:

- A) aleatória
- B) estratificada
- C) ao acaso
- D) sistemática
- E) sorteada

Comentários:

Seleção sistemática é aquela em que a quantidade de unidades de amostragem na população é dividida pelo tamanho da amostra para dar um intervalo de amostragem como, por exemplo, 50, e após determinar um ponto de início dentro das primeiras 50, toda 50ª unidade de amostragem seguinte é selecionada (ou seja, utiliza-se um intervalo fixo entre os itens selecionados). Embora o ponto de início possa ser determinado ao acaso, é mais provável que a amostra seja realmente aleatória se ela for determinada pelo uso de um gerador computadorizado de números aleatórios ou de tabelas de números aleatórios. Ao usar uma seleção sistemática, o auditor precisaria determinar que as unidades de amostragem da população não estão estruturadas de modo que o intervalo de amostragem corresponda a um padrão em particular da população.

Gabarito: D

04. Em relação ao risco de o auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude, assinale a afirmativa correta, de acordo com a NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude.

- A) É maior no caso de fraude cometida por empregados, uma vez que são eles que fornecem as informações solicitadas pelo auditor.
- B) É maior no caso de fraude cometida por empregados, uma vez que esses têm condições de apresentar informações contábeis fraudulentas.
- C) É maior no caso de fraude cometida por empregados, uma vez que esses têm condições de burlar procedimentos de controle destinados a prevenir fraudes semelhantes.
- D) É maior no caso de fraude da administração, uma vez que a fraude envolve esquemas sofisticados e cuidadosamente organizados, destinados a ocultá-la.
- E) É maior no caso de fraude da administração, uma vez que esta frequentemente tem condições de manipular os registros contábeis, direta ou indiretamente.

Comentários:

O risco do auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude da administração é maior do que no caso de fraude cometida por empregados, porque a administração frequentemente tem condições de manipular, direta ou indiretamente, os registros contábeis, apresentar informações contábeis fraudulentas ou burlar procedimentos de controle destinados a prevenir fraudes semelhantes, cometidas por outros empregados.

Gabarito: E

05. Nos trabalhos de auditoria interna, o processo de obtenção e avaliação das informações inclui a avaliação da efetividade das informações obtidas.

À luz da NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, tais informações constituem as evidências que fundamentam os resultados do trabalho e, entre outras características, devem ser úteis, ou seja:

- A) auxiliar a entidade a atingir suas metas.
- B) dar suporte às conclusões e às recomendações da auditoria interna.
- C) evidenciar os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- D) propiciar a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de auditoria interna.
- E) ser factuais e convincentes, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno.

Comentários:

O processo de obtenção e avaliação das informações compreende a obtenção de informações sobre os assuntos aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna, devendo ser observado que:

Correta a alternativa A. A informação **útil** é a que auxilia a entidade a atingir suas **metas**.

Incorreta a alternativa B

. A informação **relevante** é a que dá suporte às **conclusões** e às recomendações da Auditoria Interna;

Incorreta a alternativa C. Esse é um dos aspectos do relatório da Auditoria Interna, segundo a norma. Não é, entretanto, a definição de informação útil.

Incorreta a alternativa D. A informação **adequada** é aquela que, sendo confiável, propicia a **melhor evidência** alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna;

Incorreta a alternativa E. A informação **suficiente** é aquela que é **factual** e **convincente**, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno;

Gabarito: A

06. Em um trabalho de auditoria, ao analisar a conta de despesas com pessoal para fins de controle e acompanhamento dos limites fiscais impostos a esse tipo de despesa, um auditor verificou que despesas com contratação de serviços terceirizados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva foram indevidamente consideradas como despesa de pessoal. Nesse caso, a conta de despesas com pessoal deve:

- A) passar pelos testes principal e secundário de avaliação de saldos.
- B) passar por procedimentos de revisão analítica a cada quadrimestre.
- C) ser analisada em testes secundários para verificação do cumprimento do respectivo limite.
- D) ser submetida a teste principal para superavaliação.
- E) ter seu saldo registrado como evidência de fraude fiscal.

Comentários:

Despesa - Superavaliada - Conta de Natureza Devedora.

Segundo a doutrina: Testes principais de superavaliação para as contas de natureza devedora.

Gabarito: D

07. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a opção que apresenta os riscos do trabalho que não dependem diretamente do auditor independente.

- A) Inerente e de controle.
- B) Inerente e de detecção.
- C) de avaliação e de controle.
- D) de detecção e de mensuração.
- E) de mensuração e de avaliação.

Comentários:

Independente diretamente do auditor – RISCO DE DISTORÇÃO RELEVANTE = INERENTE + CONTROLE.

Gabarito: A

08. O planejamento de um trabalho de auditoria previa a avaliação dos controles internos relativos aos processos de recebimento e distribuição de materiais do almoxarifado de uma entidade. Trata-se de processos informatizados que envolvem pessoas e controles de acesso, mas que não estão plenamente integrados a todos os sistemas de suporte à gestão da entidade. Nesse caso o auditor deve realizar:

- A) procedimentos analíticos.
- B) técnicas de conciliação.
- C) testes de detalhes.
- D) testes de observância.
- E) testes substantivos.

Comentários:

Controle interno → Testes de observância.

Gabarito: D

09. Um auditor foi designado para uma equipe de trabalho de auditoria em uma entidade pública e uma das suas atribuições foi analisar o orçamento da entidade nos últimos cinco anos, com foco no comportamento das rubricas mais representativas em termos de valores orçados e realizados. O objetivo era buscar evidências de variações relevantes. Um procedimento recomendado para essa atribuição é:

- A) revisão analítica.
- B) conferência de cálculos.
- C) inspeção de documentos.
- D) circularização interna.
- E) teste de detalhes de saldos.

Comentários:

Palavra-chave: “foco no **comportamento** das rubricas mais representativas em termos de valores orçados e realizados”.

Gabarito: A

10. Um auditor está fazendo um trabalho de auditoria em uma entidade que administra 81 contratos de prestação de serviços continuados, para os quais foram realizadas 972 medições ao longo do exercício financeiro objeto da auditoria. Uma parte desses contratos estava no primeiro ano e outra parte era de contratos que já tinham sido renovados pelo menos uma vez. O auditor precisava selecionar amostras aleatórias em cada um desses grupos de contratos e, para isso, deveria aplicar uma amostragem:

- A) por quotas.
- B) aleatória simples.
- C) aleatória sistemática.
- D) aleatória estratificada.
- E) por unidades monetárias.

Comentários:

Grupos diferentes com características homogêneas/similares → aleatória estratificada.

Gabarito: D

11. O ceticismo profissional exige estar alerta a uma série de elementos que podem afetar o trabalho de auditoria e a opinião emitida pelo auditor. As NBC TA orientam que a manutenção do ceticismo

- A) é justificável apenas em trabalhos de auditoria não recorrentes.
- B) é necessária para reduzir o risco de ignorar circunstâncias não usuais.
- C) está fora do escopo da avaliação crítica das evidências.
- D) pode receber atenção secundária ao lidar com evidências consideradas íntegras.
- E) tem maior relevância em contextos de asseguração limitada.

Comentários:

Correta a alternativa B. Está de acordo com a previsão da NBC TA 200, segundo a qual: *A manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de: ignorar circunstâncias não usuais; generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria;*

uso inadequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.

Incorretas as alternativas A e E. Dado que a manutenção do ceticismo é fundamental para qualquer trabalho de asseguuração, incluindo auditorias de qualquer natureza.

Incorretas as alternativas C e D. Uma vez que o ceticismo profissional é necessário para a avaliação crítica das evidências de auditoria.

Gabarito: B

12. Durante um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade, um auditor identificou um risco de distorção relevante no nível de afirmações e determinou que tal risco é significativo.

- A) Nesse caso, o auditor deve
- B) aumentar a periodicidade e a intensidade dos testes de controle.
- C) avaliar se o risco identificado é inerente ou de controle.
- D) emitir uma opinião modificada.
- E) executar procedimentos substantivos que respondam especificamente a esse risco.
- F) redefinir o nível de asseguuração para limitada.

Comentários:

De acordo com a NBC TA 330, se o auditor determinar que um risco identificado de distorção relevante no nível de afirmações é significativo, deve executar procedimentos substantivos que respondem especificamente a esse risco. As demais assertivas estão fora da previsão normativa.

Gabarito: D

13. Todo trabalho de auditoria deve considerar o planejamento entre suas etapas, mas há situações em que o auditor não pode aplicar os procedimentos de auditoria definidos a um item selecionado. Segundo a NBC TA 530, assinale a opção que indica um exemplo desse tipo de situação.

- A) A documentação relacionada com o item tiver sido perdida.
- B) Um cheque cancelado é selecionado durante teste de evidência de autorização de pagamento.
- C) O auditor já tiver indicado uma opinião de natureza adversa.
- D) Alteração no nível de asseguuração, de razoável para limitada.
- E) Alteração no escopo do trabalho, motivada pela entidade auditada.

Comentários:

A NBC TA 530 traz 2 tipos de situação em relação à execução dos procedimentos de auditoria no contexto da amostragem: uma delas é quando o procedimento não é aplicável ao item selecionado; a segunda é quando o auditor não puder aplicar os procedimentos definidos ou procedimentos alternativos adequados em um item selecionado. Um exemplo do primeiro caso é quando um cheque cancelado é selecionado durante teste de evidência de autorização de pagamento (letra B – nesse caso, o auditor deve selecionar um item em substituição). Veja que não é isso que o enunciado pergunta. Ele menciona o segundo caso, ou seja, o auditor não consegue aplicar o procedimento a um item selecionado. Um exemplo desse cenário é quando a documentação relacionada com esse item tiver sido perdida.

Gabarito: A

14. Suponha que um auditor tenha concluído que o uso da base contábil de continuidade operacional nas demonstrações financeiras é apropriado, mas também que existia incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade, tendo essa incerteza relevante sido adequadamente divulgada nas demonstrações financeiras. Nesse caso, o relatório do auditor independente deve:

- A) expressar uma opinião adversa.
- B) expressar uma abstenção de opinião.
- C) expressar uma opinião modificada por uma ressalva.
- D) conter um parágrafo de ênfase e expressar uma opinião modificada.
- E) expressar uma opinião não modificada e conter comentário em seção separada chamando a atenção para a incerteza.

Comentários:

Se há uma incerteza relevante, e ela é apropriadamente divulgada, não há que se falar em modificação e opinião. Portanto, o gabarito é a letra E, devendo-se expressar uma opinião não modificada e adicionar comentário em seção separada chamando a atenção para a incerteza.

Gabarito: E

15. Na realização de procedimentos analíticos substantivos na auditoria de afirmações relativas às transações de vendas e saldos de contas a receber de uma entidade, uma atividade típica é o(a):

- A) seleção de uma amostra de vendas realizadas no período sob auditoria para cotejo com documentação suporte.
- B) confirmação de saldos junto a clientes.
- C) análise da variação na relação entre o saldo de contas a receber e as receitas do período.
- D) teste do corte de receitas pela numeração de documentação suporte antes e depois da data das demonstrações financeiras.
- E) verificação dos recebimentos ocorridos no período subsequente e relativos a receitas reconhecidas no período sob assecuração.

Comentários:

Os procedimentos analíticos nos remetem à comparação de valores, o que inclui a análise da variação na relação entre dados tanto financeiros quanto não financeiros. Portanto, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

16. Consoante dispõe a NBC TA 200, o auditor

- A) deve considerar todas as exigências relevantes em uma NBC TA.
- B) não pode emitir relatório com modificação de opinião.
- C) não pode renunciar ao trabalho de auditoria.
- D) pode utilizar a ausência de informação como evidência de auditoria.
- E) não deve executar procedimentos de auditoria alternativos para cumprir seus objetivos.

Comentários:

Segundo a NBC TA 200 (R1):

*A30. A evidência de auditoria é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor. Ela é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria. Contudo, também pode incluir informações obtidas de outras fontes, como auditorias anteriores (contanto que o auditor tenha determinado se ocorreram mudanças desde a auditoria anterior que possam afetar a sua relevância para a auditoria corrente, NBC TA 315, item 9) ou procedimentos de controle de qualidade do auditor para aceitação e continuidade de clientes. Além de outras fontes dentro e fora da entidade, os registros contábeis da entidade são uma fonte importante de evidência de auditoria. Além disso, informações que possam ser usadas como evidências de auditoria podem ter sido elaboradas por especialista empregado ou contratado pela entidade. As evidências de auditoria abrangem informações que sustentam e corroboram as afirmações da administração e informações que contradizem tais afirmações. **Além disso, em alguns casos, a ausência de informações (por exemplo, a recusa da administração de fornecer uma representação solicitada) é usada pelo auditor e, portanto, também constitui evidência de auditoria.** A maior parte do trabalho do auditor na formação de sua opinião consiste na obtenção e avaliação da evidência de auditoria.*

Gabarito: D

17. De acordo com a NBC TA 300 (R1) – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. A responsabilidade sobre o plano de auditoria é

- A) da administração da entidade, que deve explicar os elementos do planejamento ao auditor, de forma a melhorar a qualidade dos resultados obtidos.
- B) do auditor e da administração da entidade que, no entanto, devem evitar discutir os elementos do planejamento, de modo a não comprometer a independência.
- C) do auditor e da administração da entidade, que devem discutir os elementos do planejamento, de forma a melhorar a qualidade dos resultados obtidos.
- D) do auditor, que deve abster-se de discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade, de modo a não comprometer a eficácia dessa auditoria.
- E) do auditor, que pode optar por discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade, de forma a facilitar a condução e o gerenciamento do trabalho de auditoria.

Comentários:

Segundo a NBC TA 300(R1):

9. O auditor deve desenvolver o plano de auditoria, que deve incluir a descrição de:

(a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados de avaliação de risco, conforme estabelecido na NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e de seu Ambiente;

(b) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria planejados no nível de afirmação, conforme previsto na NBC TA 330 – Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados;

(c) outros procedimentos de auditoria planejados e necessários para que o trabalho esteja em conformidade com as normas de auditoria (ver item A12).

(...)

A3. O auditor pode optar por discutir esses elementos do planejamento com a administração da entidade, de forma a facilitar a condução e o gerenciamento do trabalho de auditoria (por exemplo, coordenar alguns dos procedimentos de auditoria planejados com o trabalho do pessoal da entidade). Apesar de normalmente essas discussões ocorrerem, a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria continuam sendo de responsabilidade do auditor. Na discussão de temas incluídos na estratégia global de auditoria ou no plano de auditoria deve se atentar para não comprometer a eficácia dessa auditoria.

Por exemplo, a discussão com a administração da natureza e da época de procedimentos de auditoria detalhados pode comprometer a eficácia da auditoria ao tornar tais procedimentos demasiadamente previsíveis.

Gabarito: E

18. De acordo com a NBC TA 501 – Evidência de Auditoria – Considerações Específicas para Itens Selecionados, a inspeção do estoque, ao acompanhar a sua contagem física, ajuda o auditor a

- A) observar o cumprimento das instruções da administração em relação ao ciclo operacional.
- B) identificar estoques obsoletos, danificados ou sem movimentação.
- C) verificar a adequação das políticas de compra e venda praticadas.
- D) determinar o método de custeio mais eficiente para o controle do estoque.
- E) averiguar sobre a diferença de preços praticados pela administração.

Comentários:

NBC TA 501:

A6. A inspeção do estoque, ao acompanhar sua contagem física, ajuda o auditor a averiguar a existência do estoque (embora não necessariamente a sua propriedade), e a identificar, por exemplo, estoques obsoletos, danificados ou sem movimentação.

Gabarito: B

19. No planejamento de um trabalho de auditoria, os procedimentos de auditoria são definidos considerando o objetivo, a natureza e o escopo do trabalho, análises preliminares e uma série de características do objeto auditado. Na busca por evidências para fundamentar a formação da opinião do auditor, os procedimentos são realizados com diferentes finalidades.

Assim, quando a finalidade é avaliar se o desenho dos controles é adequado aos riscos inerentes que pretendem mitigar, devem ser realizados testes:

- A) analíticos.
- B) de detalhes.
- C) substantivos.
- D) de aderência.
- E) de observância.

Comentários:

Segundo a NBC TA 330(R1):

4. Para fins das normas de auditoria, os termos abaixo têm os seguintes significados:

(a) Procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Os procedimentos substantivos incluem:

- (i) testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações); e*
- (ii) procedimentos analíticos substantivos.*

(b) Teste de controle é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.

Gabarito: E

20. Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados.

De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor:

- A) deve emitir uma opinião adversa.
- B) pode se abster de emitir opinião.
- C) deve emitir uma opinião com ressalva.
- D) pode emitir uma opinião não modificada.
- E) deve enfatizar sua conclusão nos principais assuntos de auditoria.

Comentários:

Distorção relevante + Efeito generalizado + evidência → Opinião Adversa.

Gabarito: A

21. Na realização dos trabalhos de auditoria, o auditor deve considerar os diferentes riscos que possam afetar qualitativamente o resultado de seu trabalho. Nesse sentido, associe os tipos de risco listados a seguir a seus respectivos conceitos.

1. Risco de Detecção.

2. Risco de Controle.

3. Risco Inerente.

() É a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante antes da consideração de eventuais controles relacionados.

() É o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.

() É o risco de que os procedimentos executados pelo auditor não identifiquem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

A) 1 – 2 – 3.

B) 2 – 3 – 1.

C) 3 – 2 – 1.

D) 1 – 3 – 2.

E) 3 – 1 – 2.

Comentários:

A questão apresenta, respectivamente, os conceitos de risco inerente, de controle e de detecção.

Gabarito: C

22. Em uma auditoria contábil, a equipe de auditores utilizou uma técnica de amostragem consistente em dividir a população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características similares.

O procedimento adotado pela equipe de auditoria é denominado:

- A) estratificação.
- B) divisão de amostra.
- C) amostragem de unidades semelhantes.
- D) amostragem por conglomerados.
- E) amostragem por itens individualizados.

Comentários:

Enunciado traz o conceito da estratificação.

Gabarito: A

23. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião presente no relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida primordialmente a partir dos procedimentos realizados durante o curso do trabalho, mas também de outras fontes.

Em relação a essas fontes, analise as afirmações a seguir:

- I. registros contábeis e outras fontes internas e externas da entidade;**
- II. informações de auditorias anteriores, desde que permaneçam relevantes e confiáveis; e**
- III. a ausência de informações, como a recusa da administração em fornecer uma representação solicitada.**

Pode representar evidência de auditoria o que se afirma em:

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) II e III, somente
- E) I, II e III.

Comentários:

Todos os exemplos acima são fontes de evidências ou situações que podem caracterizar evidência de auditoria.

Gabarito: E

24. Para encobrir a falta de R\$ 150.000,00 em dinheiro na conta X, Jorge, contador da empresa Pelodebequê Ltda., depositou nessa conta, em 31 de dezembro, o valor faltante que obtivera por meio de saque realizado na Conta Y dessa empresa. O título (cheque) de transferência não foi registrado, assim como não foi registrado como desembolso do mês de dezembro na Conta Y, tendo sido lançado em janeiro do exercício subsequente, o que gerou uma ocultação temporária do desfalque, que não apareceu na reconciliação das contas. Essa técnica de ocultação do ativo é denominada:

- A) *fishing*.
- B) *kiting*.
- C) *minsting*.
- D) *value money*.
- E) *lapping*.

Comentários:

O *kiting* é um tipo de desfalque de caixa que envolve os desembolsos aí feitos. É, essencialmente, um sistema de encobrir faltas de dinheiro com transferências, em cheques não registrados.

Gabarito: B

25. Ao auditar o balanço patrimonial de uma sociedade empresária, o auditor independente verificou que o saldo do ativo imobilizado aumentou de um período a outro. Assinale a opção que indica uma informação evidenciada em nota explicativa que pode justificar o aumento.

- A) Diminuição na vida útil.
- B) Constituição de perda de recuperabilidade.
- C) Venda com lucro de um ativo.
- D) Mudança no método de depreciação.
- E) Reversão de perda de recuperabilidade.

Comentários:

O lançamento da reversão da perda de recuperabilidade é o seguinte:

D. Reversão da perda (aumenta o valor do ativo imobilizado).

C. Receita com reversão da perda com recuperabilidade.

Gabarito: E

26. Em 01/01/2010, uma entidade adquiriu uma máquina por R\$ 50.000 para usar em seus negócios. A vida útil da máquina foi estimada em 10 anos e não foi considerado valor residual. Além disso, a máquina era depreciada pelo método da linha reta. Em 31/12/2023, ao realizar a auditoria das demonstrações contábeis, o auditor independente constatou que a entidade continuava executando os lançamentos contábeis relacionados à depreciação dessas máquinas. Assinale a opção que indica uma conclusão correta do auditor em relação às Demonstrações Contábeis de 2023.

- A) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$ 5.000.
- B) O ativo estava subavaliado em R\$ 15.000 e o resultado do exercício, em R\$ 5.000.
- C) O ativo estava subavaliado em R\$ 20.000 e o resultado do exercício, em R\$ 5.000.
- D) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$ 15.000.
- E) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$ 20.000.

Comentário:

Como a vida útil da máquina era estimada em 10 anos, a depreciação deveria ter sido finalizada em 31/12/2019. Com isso, a máquina teria o valor contábil = zero, mas a entidade continuou a depreciação.

Assim, temos o seguinte lançamento:

D - despesa com depreciação anual = 5.000,00 (50.000/10)

C - Depreciação acumulada. 5.000,00

Em 2023, temos:

Depreciação acumulada de 20.000,00, mas deveria ser inexistente: assim, o **ativo está subavaliado em 20.000,00** (entre 2020 e 2023, temos 4 períodos, ou seja, 4 x 5.000).

A despesa com depreciação (2023) é 5.000,00, mas deveria ser inexistente: assim, o **resultado/despesa está subavaliado, então o PL está subavaliado em 5.000,00.**

Gabarito: C

27. De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar as seguintes características das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa:

- A) relevância e confiabilidade.
- B) verificabilidade e relevância.
- C) tempestividade e verificabilidade.
- D) compreensibilidade e oportunidade.
- E) tempestividade e compreensibilidade.

Comentário:

Conforme a NBC TA 500 (R1):

*7. Ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar **a relevância e a confiabilidade** das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa..*

Gabarito: A

28. Na busca por evidências nos trabalhos de auditoria, há que se ter em conta alguns atributos. A confiabilidade é um deles, que assegura que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida. Ao avaliar uma evidência de auditoria sob o crivo da confiabilidade, é necessário considerar que:

- A) a adoção de abordagens uniformes na busca de evidências é recomendada.
- B) evidências analíticas, em geral, têm o mesmo nível de confiabilidade daquelas obtidas indiretamente.
- C) evidências de fontes externas, em geral, são mais confiáveis do que internas.
- D) evidências documentais são tão confiáveis quanto orais, quando são reduzidas a termo.
- E) o uso de diferentes fontes de informação pode ser inconveniente e custoso.

Comentário:

A NBC TA 505 prevê acerca do grau de confiabilidade das evidências obtidas diretamente:

2. A NBC TA 500, item A5, indica que a confiabilidade da evidência de auditoria é influenciada pela fonte e por sua natureza e depende das circunstâncias individuais em que é obtida. **Esta Norma inclui, também, as seguintes generalizações aplicáveis à evidência de auditoria:**

- **a evidência de auditoria é mais confiável quando é obtida de fontes independentes externas à entidade;**
- **a evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor é mais confiável que a evidência de auditoria obtida indiretamente ou por inferência;**
- **a evidência de auditoria é mais confiável quando está na forma de documento, seja em papel, no formato eletrônico ou outro meio.**

Gabarito: C

29. Avalie se os riscos não resultantes da amostragem, incluem:

I. uso de procedimentos de auditoria não apropriados.

II. interpretação errônea da evidência de auditoria.

III. não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Está correto o que se indica em:

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) II e III, somente.
- E) I, II e III.

Comentário:

Risco não resultante da amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão errônea por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de amostragem.

Segundo a NBC TA 530:

*A1. Os exemplos de risco não resultante da amostragem incluem o **uso de procedimentos de auditoria não apropriados** ou a **interpretação errônea da evidência de auditoria** e o **não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio**.*

Gabarito: E

30. De acordo com a NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, quando o trabalho de auditoria é de interesse público e, portanto, exigido pelo Código de Ética Profissional do Contabilista e pelas normas profissionais do CFC, exige-se que o auditor seja independente da entidade sujeita a auditoria. A independência do auditor diante da entidade caracteriza-se principalmente por:

- A) tornar os resultados do trabalho do auditor mais ágeis e objetivos.
- B) possibilitar que o auditor detecte ocorrências de fraude e de erro com mais precisão.
- C) aprimorar a capacidade do auditor de atuar com maior rigor, consistência e transparência.
- D) salvaguardar a capacidade do auditor de formar opinião de auditoria sem ser afetado por influências que poderiam comprometer essa opinião.
- E) proporcionar um relatório do auditor mais próximo da realidade, em que a essência econômica é levada em consideração, em detrimento à forma jurídica.

Comentário:

Segundo a NBC TA 200(R1):

A19. [...] A independência do auditor frente à entidade salvaguarda a capacidade do auditor de formar opinião de auditoria sem ser afetado por influências que poderiam comprometer essa opinião. A independência aprimora a capacidade do auditor de atuar com integridade, ser objetivo e manter postura de ceticismo profissional.

Gabarito: D

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS

01. Uma indústria adquiriu um equipamento de grande porte em 1º de julho de 2021. Para aquisição da máquina, a sociedade deveria desembolsar R\$ 3.000.000,00 à vista. Após analisar o seu fluxo de caixa, a administração da indústria decidiu financiar o pagamento da máquina junto ao fornecedor em 36 parcelas mensais de R\$ 100.000,00, totalizando R\$ 3.600.000,00. Adicionalmente, a empresa ainda desembolsou R\$ 80.000,00 para transportar a máquina da sede do fornecedor ao local de sua instalação; R\$ 150.000,00 com tributos não recuperáveis; e, R\$ 20.000,00 com seguro no transporte.

Sabe-se que a indústria contratou uma empresa especializada para realizar a instalação e incorreu em gastos com instalação no montante de R\$ 100.000,00. Findada a instalação, a fase de testes do funcionamento da máquina gerou custos de R\$ 50.000,00 e as amostras produzidas, na fase de testes, foram vendidas por R\$ 10.000,00. Devidamente instalada e testada, a máquina ficou apta para produzir em 1º de outubro de 2021. Posteriormente, a empresa pagou R\$ 15.000,00 na realização de um curso para treinamento de seus empregados a fim de operar o equipamento. O método adotado para cálculo da depreciação foi o linear, considerando valor residual de 10% do custo de aquisição. A vida útil estimada foi de doze anos. Ao longo do ano de 2022, a máquina ficou ociosa por um período de 90 dias.

Considerando essas informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, o saldo da conta de depreciação acumulada dessa máquina, em 31/12/2022, foi de:

- A) R\$ 318.750,00
- B) R\$ 414.350,00
- C) R\$ 450.000,00
- D) R\$ 500.062,00
- E) R\$ 530.045,00

Comentários:

Valor de aquisição	R\$ 3.000.000,00
Frete	R\$ 80.000,00
Tributos não recuperáveis	R\$ 160.000,00
Seguro	R\$ 20.000,00
Instalação	R\$ 100.000,00
Testes - Vendas das amostras	R\$ 40.000,00
Valor contabilizado	R\$ 3.400.000,00
(-) 10% Residual	R\$ 340.000,00
Valor depreciável	R\$ 3.060.000,00

A depreciação é feita pelo método linear. A vida útil é de 12 anos.

Vamos calcular a depreciação mensal

$DEPm = \text{Valor depreciável} / \text{vida útil}$

$DEPm = 3.060.000 / 144 = 21.250$

2021 – Serão 03 meses de depreciação

2022 – Serão 12 meses de depreciação

Depreciação do período = $15 \times 21.250 = 318.750$

Gabarito: A

02. Em 01/01/2015 a Cia. Bahia adquiriu, à vista, 80% das ações da Cia. Vitória pelo valor de R\$ 20.000.000,00. Na data da aquisição, o valor do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial da Cia. Vitória era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Vitória a que foram adquiridos, de acordo com o laudo de avaliação, era R\$ 18.000.000,00. A Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida. Sabe-se que a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrentes de um ativo intangível com vida útil indefinida.

Durante o ano de 2015, a Cia. Vitória reconheceu em seu Patrimônio Líquido as seguintes mutações:

- Lucro líquido de 2015: R\$ 400.000,00
- Dividendos distribuídos: R\$ 150.000,00
- Ajustes de avaliação patrimonial: R\$ 500.000,00 (saldo credor).

O valor apresentado pela Cia. Bahia na conta Investimento, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2015, e o valor reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2015 referente a esse investimento foram, respectivamente, em reais,

- A) 20.240.000,00 e 640.000,00.
- B) 20.240.000,00 e 320.000,00.
- C) 20.400.000,00 e 400.000,00.
- D) 14.880.000,00 e 320.000,00.
- E) 20.480.000,00 e 720.000,00.

Comentários:

A Investidora reconhece o valor do investimento segregado, a parte da participação do PL da investida, eventuais mais-valias e goodwill.

A participação no PL é 80% de 10.000.000 = 8.000.000 enquanto a participação nos ativos líquidos é de 80% de 18.000.000 = 14.400.000, sendo essa diferença correspondente à mais-valia de ativos, como a empresa pagou 20.000.000, houve um goodwill na transação de 5.600.000,00.

Quando do reconhecimento inicial:

Investimento 20.000.000

Part no PI 8.000.000

Mais-Valia 6.400.000

Good Will 5.600.000

Durante o ano de 2015, aconteceram os seguintes eventos:**1. Lucro líquido na investida de 400.000, logo a investidora deve reconhecer da seguinte forma:**

D – Investimentos

C – Receita com equivalência patrimonial 320.000,00

2. Dividendos distribuídos no valor de 150.000,00

D – Dividendos a receber

C – Investimentos 120.000 (80% x 150.000)

3 – Ajuste de avaliação patrimonial de 50.000

D- Investimentos

C – AAP em controladas 40.000

O valor do Investimento será:

$$20.000.000 + 320.000 - 120.000 + 40.000 = 20.240.000$$

O único fato que impactará o resultado da investidora é o lucro da investida;

$$80\% \text{ de } 400.000 = 320.000$$

Gabarito: B

03. Uma sociedade empresária optante do lucro real apresentou as seguintes despesas, custos e receitas em 2021:

- Receita de serviços prestados: R\$ 1.000.000,00;
- Receita de equivalência patrimonial: R\$ 100.000,00;
- Custos dos serviços prestados: R\$ 400.000,00;
- Despesa com PECLD: R\$ 50.000,00;
- Despesas com provisão para processos trabalhistas: R\$ 200.000,00; e,
- Despesas com multas: R\$ 150.000,00.

A sociedade empresária apresenta histórico de lucratividade e um estudo detalhado que também prevê a apuração de lucro nos próximos cinco anos.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, o lucro líquido (contábil) da sociedade empresária, em 31/12/2021, considerando a alíquota fixa de tributos sobre o lucro de 34% foi:

- A) R\$ 96.000,00
- B) R\$ 119.000,00
- C) R\$ 181.000,00
- D) R\$ 198.000,00
- E) R \$ 300.000,00

Comentários:

Receita de serviços prestado: R\$ 1.000.000,00

Custos dos serviços prestados: (R\$ 400.000,00)

Lucro bruto R\$ 600.000,00

+ Receita de equivalência patrimonial: R\$ 100.000,00;

- Despesa com PECLD: R\$ 50.000,00

- Despesas com provisão para processos trabalhistas: (R\$ 200.000,00);

- Despesas com multas: (R\$ 150.000,000)

LAIR R\$ 300.000,00

Cálculo do IR Corrente:

LAIR 300.000,00

– REP (100.000,00)

+ PECLD 50.000

+ Multas 150.000,00

+ Provisões 200.000,00

LUCRO AJUSTADO: 600.000 X IRPJ 34%

Imposto de renda corrente 204.000,00

LANÇAMENTO DO IR Corrente

D – Despesa com IR Corrente

C – Imposto de Renda a pagar 204.000

Cálculo do IR:

Diferido Adições temporárias 250.000 X 34% = 85.000

PECLD 50.000

PROVISÕES 200.000

LANÇAMENTO DO IR DIFERIDO

D – Ativo Fiscal Diferido

C – Receita com IR Diferido

Agora retorna para a DRE para calcular o Lucro líquido:

Lair 300.000

(-) Despesa com Ir Corrente. (204.000)

(+) Receita com Ir Diferido. 85.000

Lucro líquido 181.000

Gabarito: C

04. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 e a Demonstração do Resultado do ano de 2022 da empresa Mercado Central BH S.A. são apresentados nos dois quadros a seguir:

Mercado Central BH S.A.					
Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 – em reais					
ATIVO	31/12/2021	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2022
Ativo circulante	364.000	572.000	Passivo circulante	312.000	521.560
Caixa e Equivalentes de Caixa	120.000	244.000	Fornecedores	132.000	130.800
Duplicatas a Receber de Clientes	112.000	146.000	Empréstimos	180.000	388.000
(-) Perdas Estimadas com Clientes	–	(14.000)	Dividendos a Pagar	–	2.760
Estoques	132.000	196.000	Passivo não circulante	–	40.000
Ativo não circulante	288.000	336.000	Provisão para Riscos Fiscais	–	40.000
Investimentos			Patrimônio Líquido	340.000	346.440
Propriedades para Investimento	28.000	72.000	Capital Social	300.000	300.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	40.000	46.440
Equipamentos	168.000	264.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	652.000	908.000
Terrenos	92.000	–			
TOTAL DO ATIVO	652.000	908.000			

Mercado Central BH S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 – Em reais	
Receitas Líquidas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(520.000)
(=) Resultado com Mercadorias	296.000
(-) Despesas Operacionais	
– Perdas Estimadas com Clientes	(14.000)
– Vendas	(90.000)
– Administrativas	(100.800)
– Depreciação	(24.000)
– Provisão para Riscos Fiscais	(40.000)
– Diversas	(8.000)
(+/-) Outras Receitas e Despesas	
Ajuste a valor justo de Propriedades para Investimento	10.000
Despesas Financeiras	(40.000)
Lucro na Venda de Terrenos	20.000
(=) Resultado Líquido	9.200

Sabe-se que no ano de 2022 a empresa não vendeu investimentos e equipamentos, não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras. Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais foram, em reais,

- A) 8.000 (positivo).
- B) 4.000 (positivo).
- C) 2.000 (negativo).
- D) 18.000 (positivo).
- E) 4.000 (negativo).

Comentários:

O fluxo de caixa das atividades operacionais:

Lucro líquido	9.200
Ajustes por:	
(+) Despesa Financeira	40.000
(+) Despesa de Depreciação	24.000
(+) Provisão Para Riscos Fiscais	40.000
(-) Ajuste a Valor Justo de Propriedades para Investimento	- 10.000
(-) Lucro na Venda de Terrenos	- 20.000
(=) Lucro Líquido Ajustado	83.200
(-) Clientes	-34.000
(+) Perdas Estimadas com Clientes	14.000
(-) Estoques	-64.000
(-) Fornecedores	-1.200
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais	-2.000

Gabarito: C

05. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	- 200.000
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais:	
Depreciação	- 50.000
Salários (empregados próprios)	- 60.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Venda de carro	20.000
Receita antes do resultado financeiro	210.000
Despesas financeiras	- 40.000
LAIR	170.000
IRCS	- 57.800
Lucro Líquido	112.200

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- A) O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.
- B) O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- C) O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- D) A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- E) A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

Comentários:

1. Receitas 520.000,00

Vendas 500.000,00

Outras Receitas 20.000,00

2. Insumos de Terceiros 200.000,00

CMV 200.000,00

3. Valor Adicionado Bruto 1 – 2 320.000,00

4. Retenções 50.000,00

Depreciação 50.000,00

5. Valor Adicionado Líquido 270.000,00

6. Valor Adicionado rec em transferência 0

7. Valor adicionado a distribuir 270.000,00

8. Distribuição 270.000,00

Pessoal 60.000,00

Governo 57.800,00

Terceiros 40.000,00

Sócios 112.200,00

A – Errado. O valor adicionado bruto é de R\$ 320.000.

B – Errado. O valor adicionado a distribuir é de R\$ 270.000,00

C – Errado. O valor adicionado recebido em transferência é 0.

D – Certo. $40.000/270.000 = 14,81\%$

E – Errado. $112.200/270.000 = 41,55\%$

Gabarito: D

06. A Cia. Investidora adquiriu, em 1º de dezembro de 20x1, 80% das ações da Cia. Investida, que se encontra instalada em Portugal. Em 31 de dezembro de 20x7, a Cia. Investida apresentou a seguinte posição financeira:

Contas		Saldo (€ euros)
Ativos		80.000,00
Passivos		60.000,00
Patrimônio Líquido		
Capital Social		17.000,00
Lucro líquido, referente a dezembro de 20x7		3.000,00

Taxas	Cotação € euro	Observações
Taxa Histórica	R\$ 3,00	em 01/12/20x7
Taxa Média	R\$ 3,50	de 01/12 a 31/12/20x7
Taxa de Fechamento	R\$ 4,00	em 31/12/20x7

A conversão do Balanço Patrimonial da Cia. Investida (para Reais), em 31/12/20x7, gera um registro na Conta Ajuste Acumulado de Conversão, na Cia. Investidora, no valor de, em R\$,

- A) 18.500,00.
- B) 18.000,00.
- C) 17.000,00.
- D) 15.000,00.
- E) 14.800,00.

Comentários:

O ajuste Acumulado de Conversão é decorrente das diferentes taxas de câmbio adotadas na conversão do Ativo, Passivo e PL.

Ativo = $80.000 \times 4 = 320.000$

Passivo $60.000 \times 4 = 240.000$

Logo, o PL será 80.000,00

Entretanto quando da conversão

PL = 61.500

Capital $17.000 \times 3 = 51.000$

Lucro $3.000 \times 3,5 = 10.500$

Ajuste Acumulado = 18.500,00

Esse ajuste acumulado foi o reconhecido nas demonstrações da investida, como a investidora tem uma participação de 80% ela efetuará o seguinte lançamento:

D – Investimento

C – AAC em controlada 14.800

Gabarito: E

07. Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês

Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês

Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto

Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto

Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- A) 1050.
- B) 1250.
- C) 1.500.
- D) 1.680.
- E) 2.100.

Comentários:

Ponto de equilíbrio econômico é quanto a empresa precisa produzir e vender para ter o lucro desejado, sendo representado pela fórmula:

$$PEE = [(custo\ fixo + despesa\ fixa) + Lucro\ desejado] / MCU$$

$$PEE = [(168.000 + 42.000) + 315.000] / 420 = 1.250 \quad *MCU = PCU - (CVU + DVU) = 600 - (41 + 18 + 120) = 420$$

Gabarito: B

08. A indústria Verde e Amarelo produz e vende 100 carrocerias para caminhão por mês. Cada carroceria é vendida por R\$ 50.000,00, com os seguintes custos de produção:

- Variáveis = R\$ 31.000,00 / unidade
- Gastos Fixos (Custos + Despesas) = R\$ 1.520.000,00 / mês

Na última reunião do conselho, ficou determinado que a indústria Verde e Amarelo reduziria em 10% seus gastos fixos. Com base nessas informações e na nova política de redução de custos, qual seria a nova margem de segurança?

- A) 20%
- B) 22%
- C) 24%
- D) 26%
- E) 28%

Comentários:

Primeiro vamos calcular a margem de contribuição.

Essa é dada pela diferença entre preço de venda e custo variável unitário:

$$MC = PV - CVu$$

$$MC = 50.000 - 31.000$$

$$MC = 19.000$$

De posse da margem de contribuição, podemos calcular o ponto de equilíbrio colocando aquela no denominador e o custo fixo no numerador:

$$PE = (CF + DF)/MCu$$

$$PE = 1.368.000/19.000$$

$$PE = 72$$

Se a empresa tem vendido 100 unidades e o ponto de equilíbrio é dado por 72, então a margem de segurança é de 28% (100 - 72).

Gabarito: E

09. Certa empresa alcançou a receita, no último mês, de R\$ 450.000,00, com lucro bruto de R\$ 50.000,00. O preço de venda unitário do único produto manufaturado por esta empresa é de R\$ 300,00, sendo o custo variável unitário para produzi-lo de R\$ 100,00. Com base nesses dados, o analista financeiro sugeriu que a empresa aumentasse a quantidade de vendas desse produto, no mês seguinte, em 25%, reduzindo o Grau de Alavancagem Operacional para

- A) 4,0.
- B) 6,0.
- C) 2,0.
- D) 3,0.
- E) 5,0.

Comentários:

Como o preço de venda é \$300 e a receita foi de \$450.000, então, a quantidade vendida foi de 1.500 ($450.000/300$).

Então, reparemos que o custo variável foi de \$150.000 (1.500×100).

Ora, pessoal, se a receita foi de \$450.000, o custo variável foi \$150.000 e o lucro bruto foi de \$50.000, podemos calcular o custo fixo:

$$CF = 450.000 - 150.000 - 50.000 = 250.000$$

$$CF = 250.000$$

Quando as vendas aumentam 25%, as receitas e os custos variáveis aumentam nessa proporção, mas os custos fixos, não.

Então, temos:

$$L' = 450.000 \times 1,25 - 150.000 \times 1,25 - 250.000$$

$$L' = 562.500 - 187.500 - 250.000$$

$$L' = 125.000$$

Ou seja, pessoal, o novo lucro ficou em \$ 125.000.

A nova quantidade vendida foi de $1.500 \times 1,25 = 1.875$

Multiplicando essa quantidade pela margem de contribuição unitária, temos a total:

$$MCT = 200 \times 1.875$$

$$MCT = 375.000$$

Então, simplesmente medimos a razão entre a margem de contribuição total e o novo lucro operacional:

$$GAO = 375.000/125.000$$

$$GAO = 3$$

Gabarito: D

10. Observe alguns itens do Relatório de Produção da Empresa ALFA, abaixo, em reais.

Itens	Valor Orçado	Valor Real
Unidades Consumidas	950.000,00	960.000,00
Preço Unitário	4,28	4,00

Sabendo que a empresa trabalha com três variações, assinale o valor das variações no preço e na quantidade, em reais, respectivamente:

- A) 226.000,00 e 42.800,00
- B) 266.000,00 e 40.000,00
- C) 266.000,00 e 42.800,00
- D) 268.800,00 e 40.000,00
- E) 268.800,00 e 42.800,00

Comentários:

$$\Delta \text{ PREÇO} = (\text{PREÇO PADRÃO} - \text{PREÇO REAL}) \times \text{QUANTIDADE PADRÃO}$$

$$\Delta \text{ PREÇO} = 0,28 \times 950.000$$

$$\Delta \text{ PREÇO} = 266.000 \text{ FAVORÁVEL}$$

Variação favorável: REAL < PADRÃO;

$$\Delta \text{ QUANTIDADE} = (\text{QUANT. PADRÃO} - \text{QUANT. REAL}) \times \text{PREÇO PADRÃO.}$$

$$\Delta \text{ QUANTIDADE} = 10.000 \times 4,28$$

$$\Delta \text{ QUANTIDADE} = 42.800 \text{ DESFAVORÁVEL}$$

Variação desfavorável: REAL > PADRÃO.

Gabarito: C

11. Em 02/01/2019, uma instituição adquiriu um ativo intangível no valor de R\$ 100.000, com vida útil de cinco anos.

Em 31/12/2019, a instituição fez um estudo e constatou que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 70.000,00.

Em 31/12/2020, a instituição concluiu, com base em novo estudo feito, que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 74.500,00

Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- A) R\$ 60.000,00.
- B) R\$ 62.500,00.
- C) R\$ 70.000,00.
- D) R\$ 80.000,00.
- E) R\$ 100.000,00.

Comentários:

Questão interessante, tratando de reversão da perda estimada decorrente do teste de recuperabilidade.

Sabemos que a perda decorrente do teste de recuperabilidade é reconhecida quando o valor recuperável de um ativo é inferior ao valor contábil. Então, temos que comparar o valor contábil de um item com o valor recuperável desse item em uma mesma data.

Lembrando, o valor recuperável é o maior dentre:

- a) valor justo menos as despesas estimadas com sua venda;
- b) valor de uso (fluxo de caixa descontado).

A questão informou o valor recuperável em 31/12/2019, no caso, R\$ 70.000,00. Veja que não foram fornecidos os dois valores (uso e venda) para considerarmos o maior. Quando ele fornecer apenas um dos dois valores, não haverá o que comparar, logo, o valor fornecido será o recuperável.

Pois bem, precisamos do valor contábil em 31/12/2019 para comparar com o recuperável.

O valor do bem é de R\$ 100.000,00. Como ele possui uma vida útil de 5 anos, a amortização anual será de 20.000,00 (20% aa).

Fica assim:

Intangível-----	100.000
(-) Amortização Acumulada----	(20.000)
Valor Contábil-----	80.000

Comparando, então, o valor recuperável (70 mil) com o valor contábil (80 mil), constatamos que o recuperável está menor em R\$ 10.000,00.

Eis o registro:

D- Despesa com desvalorização de ativo-----	10.000
C- Perda Estimada com desvalorização de ativo----	10.000

Com a perda estimada registrada, o valor contábil do bem se modifica:

Intangível-----	100.000
(-) Amortização Acumulada----	(20.000)
(-) Perda Estimada-----	(10.000)
Valor Contábil-----	70.000

Precisamos calcular, agora, a amortização relativa a 2020, pois precisaremos chegar ao valor contábil no final do ano para novamente compararmos ao valor recuperável.

A perda estimada registrada no final de 2019 interfere no cálculo da amortização dos anos seguintes, pois, na prática, é como se tivesse acontecido uma mudança de estimativa.

Macete: sempre que há mudança de estimativa, consideramos o valor contábil do momento da mudança como se fosse o novo valor de aquisição. O novo valor sujeito à amortização é, assim, de R\$ 70.000,00 (pode esquecer os 100 mil iniciais). E a vida útil? Como não foi informada, consideramos como nova a vida útil remanescente. Como assim? O intangível tinha uma vida útil de 5 anos. Como já se passou um ano, restam 4 anos. Pronto: consideramos, como nova vida útil, o prazo de 4 anos.

Calculando a amortização de 2020: $70.000,00/4 = 17.500,00$

Antes da aplicação do novo teste de imparidade, temos o seguinte valor contábil:

Intangível-----	100.000
(-) Amortização Acumulada----	(37.500) => 20.000 de 2019 + 17.500 de 2020
(-) Perda Estimada-----	(10.000)
Valor Contábil-----	52.500

Nessa data, o valor recuperável é R\$ 74.500,00, ou seja, a situação melhorou bastante, exatamente R\$ 22.000,00 (74.500 – 52.500). Estamos diante, assim, de um caso de reversão.

Cuidado, há 2 limites para a reversão da perda decorrente do impairment:

- Limite 1: no máximo a reversão será igual ao valor do saldo da perda registrada. Então, não interessa se houve uma melhora de 22 mil ou de 1 milhão, no máximo haverá uma reversão de 10 mil, que é o saldo da perda estimada.
- Limite 2: o valor pós-reversão não pode ser maior que o valor contábil calculado como se nunca tivesse tido perda estimada. Isso está lá no item 117 do CPC 01:

Reversão de perda por desvalorização para ativo individual

117. O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

Como é isso? Simples. Fazemos um exercício de imaginação: e se nunca tivesse ocorrido a perda decorrente do teste de recuperabilidade, qual seria o valor contábil?

Intangível-----	100.000
(-) Amortização 2019-----	(20.000)
(-) Amortização 2020-----	(20.000)
Valor Contábil-----	60.000

Veja, estamos diante do segundo limite. O valor pós-reversão não pode ser maior que 60 mil. Sendo assim, só poderemos reverter no máximo, R\$ 7.500,00, pois se revertermos 10 mil, o valor contábil irá para R\$ 62.500, desrespeitando o 2º limite.

Com a reversão de R\$ 7.500,00, teremos a seguinte situação:

Intangível-----	100.000
(-) Amortização Acumulada----	(37.500)
(-) Perda Estimada-----	(2.500)
Valor Contábil-----	60.000

Gabarito: A

12. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 35% apresentarão defeitos menores e 15% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 400.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 750.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconheceria como provisão.

- A) R\$ 112.500,00
- B) R\$ 252.500,00
- C) R\$ 400.000,00
- D) R\$ 750.000,00
- E) R\$ 1.150.000,00

Comentários:

Questão sobre cálculo de provisão para cobertura de garantias. Caso clássico de cálculo através do chamado método do “valor esperado”.

Nele, fazemos uma ponderação entre as probabilidades e os valores de desembolso, da seguinte forma:

- Se todos os produtos dessem defeitos menores, o desembolso seria R\$ 400.000,00, mas como há uma expectativa de que apenas 35% darão defeitos menores, o desembolso será de R\$ 140.000,00 (35% de 400.000,00);
- Se todos os produtos dessem defeitos maiores, o desembolso seria R\$ 750.000,00, mas como há uma expectativa de que isso aconteça com apenas 15% dos produtos, o desembolso para cobrir tais defeitos será de R\$ 112.500,00 (15% de 750.000,00).

A provisão, portanto, será no montante de R\$ R\$ 140.000,00 + R\$ 112.500,00 = R\$ 252.500,00.

Isso está lá no CPC 25, item 39.

“39. As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

O nome para esse método estatístico de estimativa é ‘valor esperado’.

Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.”

Gabarito: B



Estratégia
Concursos

13. O Balanço Patrimonial da Sociedade Empresária MAVIFOR, encerrado em 31/12/2019, apresentava um ativo imobilizado reconhecido ao valor contábil de R\$ 40.000,00. Em 31/12/2020, a Sociedade Empresária encontrou indicações observáveis de que o valor desse ativo imobilizado diminuiu significativamente ao longo do ano de 2020.

Sabendo disso, a Sociedade Empresária, em 31/12/2020, reconheceu a perda por desvalorização desse ativo imobilizado, assegurando que ele estivesse registrado contabilmente por valor que não excedesse seu valor de recuperação.

Informações complementares levantadas sobre esse ativo imobilizado:

- Em 31/12/2020, as expectativas de mercado para o valor justo desse ativo foram dadas pelos fluxos de caixa futuros líquidos de despesas de alienação, sendo: Ano 2021 R\$ 15.000,00; Ano 2022 R\$ 10.000,00; Ano 2023 R\$ 20.000,00.
- Os fluxos de caixa futuros líquidos de despesas de alienação foram determinados com base no valor indicado pelas expectativas de mercado, em 31/12/2020, em relação à vida útil remanescente de 3 anos para esse ativo.
- Em 31/12/2020, a taxa de desconto que refletia avaliações de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos desse ativo imobilizado era de 12% ao ano.
- Em 31/12/2020, a expectativa era de que, ao final de sua vida útil remanescente, o ativo teria valor residual igual a zero.

Considerando-se somente as informações apresentadas, assinale, entre as alternativas a seguir, aquela com o valor que mais se aproxima da perda por desvalorização do ativo imobilizado que a Sociedade Empresária MAVIFOR reconheceu contabilmente em 31/12/2020.

- A) R\$ 2.477,32.
- B) R\$ 4.399,32.
- C) R\$ 4.083,00.
- D) R\$ 5.917,42.
- E) R\$ 6.399,32.

Comentários:

Mais uma questão tratando sobre teste de recuperabilidade. Essa questão foca no valor do fluxo de caixa descontado gerado por um ativo, o chamado valor de uso. Sabemos que, no impairment, temos que comparar o valor contábil de um item com seu valor recuperável em uma mesma data.

O valor recuperável é o maior dentre:

valor justo menos as despesas estimadas com sua venda;

valor de uso (fluxo de caixa descontado).

Na presente questão o valor contábil foi fornecido de bandeja, no caso, R\$ 40.000,00. Sobre o teste, foram dados elementos para o cálculo do valor de uso. Eis a fórmula básica:

$$\text{Fluxo de Caixa Descontado} = \frac{\text{Valor da entrada líquida de caixa}}{(\text{valor de uso})} \quad (1 + \text{taxa})^{\text{período}}$$

Trabalhando os dados da questão, calculamos do seguinte modo:

$$\begin{aligned}\text{Valor de uso} &= \frac{15.000}{(1,12)^1} + \frac{10.000}{(1,12)^2} + \frac{20.000}{(1,12)^3} \\ \text{Valor de uso} &= 13.392,85 + 7.971,94 + 14.235,89 \\ \text{Valor de uso} &= \text{R\$ } 35.600,68\end{aligned}$$

Como o valor recuperável é menor que o contábil, devemos constituir uma perda por desvalorização de R\$ 4.399,32 (40.000,00 – 35.600,68).

D - Despesa com desvalorização de ativo-----4.399,32

C - Perda Estimada com desvalorização de ativo-----4.399,32

Gabarito: B

14. Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola, mas a empresa pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas:

Mercado A

R\$ 40,00/saca	preço que seria recebido pela venda do produto agrícola
R\$ 6,00/saca	custos para transportar o produto agrícola a esse mercado
R\$ 5,00/saca	custos de transação no Mercado A

Mercado B

R\$ 38,00/saca	preço que seria recebido pela venda do produto agrícola
R\$ 4,00/saca	custos para transportar o produto agrícola a esse mercado
R\$ 4,00/saca	custos de transação no Mercado B

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- A) R\$ 40,00/saca.
- B) R\$ 38,00/saca.
- C) R\$ 34,00/saca.
- D) R\$ 35,00/saca.
- E) R\$ 30,00/saca.

Comentários:

Primeiro ponto: de acordo com a NBC TG 29 (R2), o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. É o que a questão está pedindo: o valor justo do produto agrícola.

De início, vamos atrás do valor justo no mercado principal do produto. A questão informa que nenhum dos dois mercados fornecidos é o principal. Nesse caso, partimos para o plano B, que é encontrar o valor justo no mercado mais vantajoso. Para isso, óbvio, precisamos identificar qual é o mercado mais vantajoso.

O raciocínio é simples: em qual dos dois mercados coloco mais dinheiro no bolso com a venda da saca do produto agrícola?

$$\text{Mercado A} = 40,00 - 6,00 - 5,00 = 29,00$$

$$\text{Mercado B} = 38,00 - 4,00 - 4,00 = 30,00$$

Veja que o Mercado B é o mais vantajoso. Mas cuidado! Uma coisa é o valor que levamos em consideração para encontrar o mercado mais vantajoso, outra coisa é o valor justo do produto nesse mercado. Isso ocorre porque os custos de transação, embora sejam considerados no cálculo do mercado mais vantajoso, são ignorados no cálculo do valor justo.

É isso mesmo: no cálculo do valor justo não levamos em consideração os custos de transação. Isso está lá no item 25 da NBCTG 46 (R2):

“25. O preço no mercado principal (ou mais vantajoso) utilizado para mensurar o valor justo do ativo ou passivo não deve ser ajustado para refletir custos de transação. Os custos de transação devem ser contabilizados de acordo com outras normas. Os custos de transação não são uma característica de um ativo ou passivo; em vez disso, são específicos de uma transação e podem diferir dependendo de como a entidade realizar a transação para o ativo ou passivo.”

Desse modo, o valor justo no Mercado B será $\text{R\$ } 38,00 - 4,00 = 34,00$.

Gabarito: C

15. No ano de 2019, aconteceram os seguintes fatos na empresa MAVIFOR:

- 02/01: compra de um veículo para ser utilizado nos negócios da empresa por R\$ 36.000 à vista. O veículo tinha vida útil fiscal de cinco anos. No entanto, a empresa esperava utilizá-lo durante seis anos e doá-lo. A empresa utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados.
- 01/10: reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.000.
- 31/12: Reconhecimento da receita de serviços do ano, no valor de R\$ 60.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 35.000. Todas as transações foram à vista.

Assinale a opção que indica o imposto sobre a renda corrente, em 31/12/2019, considerando a alíquota de 34%.

- A) R\$ 3.740,00.
- B) R\$ 6.460,00.
- C) R\$ 8.500,00.
- D) R\$ 8.908,00.
- E) R\$ 6.052,00.

Comentários:

Cálculo do Lucro Real. Eis a fórmula:

$$\text{Lucro Real} = \text{Lucro Antes do IR} + \text{Adições} - \text{Exclusões} - \text{Compensações}.$$

- O lucro antes do IR vai servir de ponto de partida para o cálculo do IR de acordo com as regras tributárias, o chamado lucro real (“real” do ponto de vista do Governo).
- Adições: via de regra, as adições de referem a despesas indedutíveis, ou seja, despesas que, embora diminuam o lucro antes do IR lá na DRE, o Governo não permite que diminuam a base do IR pelo lucro real. São, por assim dizer, despesas para as quais o Governo “torce o nariz” por considerar “desnecessárias” ou “sem futuro” (adições permanentes), tais como despesas com brindes ou multas de trânsito ou por achar que não é o momento ainda de diminuir o lucro (adições temporárias), como a despesa com a constituição de perdas estimadas para devedores duvidosos, que o Fisco permite que a empresa deduz só quando o calote se confirmar.

- Exclusões: aqui temos as receitas não tributáveis (resultado positivo na equivalência patrimonial, por exemplo) e despesas que a empresa não considerou mas o Governo permite que sejam deduzidas do lucro.
- Compensações: o Governo permite que a empresa compense, em cada período, até 30% do lucro real ajustado (lucro antes do IR + adições – exclusões) caso possua saldo de prejuízo fiscal acumulado.

Resolvendo a questão, precisamos primeiro calcular o Lucro Antes do IR

Receitas-----	60.000,00
(-) CMV-----	(35.000,00)
Lucro Bruto-----	25.000,00
(-) Depreciação-----	(6.000,00)
(-) Desp com Créditos de Liquidação Duvidosa-----	(8.000,00)
Lucro Antes do IR-----	11.000,00

Vamos, agora, para o cálculo do Lucro Real, destacando que:

- Vamos adicionar 8.000 da despesa com perda estimada com devedores duvidosos;
- A depreciação calculada pela empresa foi de 6.000 (36.000 dividido pela vida útil de 6 anos), mas o governo permite que ela deduza 7.200 (36.000 dividido pela vida útil de 5 anos). Por isso, haverá uma exclusão de 1.200, para a empresa deduzir na integralidade os 7.200 da depreciação (na DRE já tinha deduzido 6.000);
- Não há prejuízo acumulado para compensar.

Lucro Real = $11.000 + 8.000 - 1.200 = 17.800$

IR = 34% de 17.800 = 6.052,00

Gabarito: E

16. As Cias. C e M apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2019:

	Cia C	Cia M
Caixa	25.000	30.000
Terrenos	50.000	40.000
Total das Aplicações	75.000	70.000
Capital Social	75.000	70.000
Total das Origens	75.000	70.000

Na data, o terreno da Cia. C tinha valor justo de R\$ 70.000, enquanto o terreno da Cia. M tinha valor justo de R\$ 55.000.

Em 02/01/2020, os sócios das duas empresas fazem uma fusão, constituindo a Cia. CM.

Assinale a opção que indica o valor do patrimônio líquido da Cia. CM na data da fusão.

- A) R\$ 140.000,00.
- B) R\$ 145.000,00.
- C) R\$ 150.000,00.
- D) R\$ 180.000,00.
- E) R\$ 290.000,00.

Comentários:

Quando há uma fusão, as empresas envolvidas providenciam um laudo com a avaliação do valor justo dos itens patrimoniais, pois o valor que irá para a empresa que surgirá será o justo.

No caso, apenas o item 'Terrenos' possui um valor justo diferente do valor contábil. Precisamos, então, atualizar o valor do bem:

Cia C

D- Terenos----- 20.000,00

C- Ajuste de Avaliação Patrimonial---- 20.000,00

Cia M

D- Terenos----- 15.000,00

C- Ajuste de Avaliação Patrimonial---- 15.000,00

Com isso, ficamos com seguinte situação:

	Cia C	Cia M	Cia CM
Caixa	25.000	30.000	55.000
Terrenos	70.000	55.000	125.000
Total das Aplicações (Ativo)	95.000	85.000	180.000
Capital Social	75.000	70.000	145.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.000	15.000	35.000
Total das Origens (PE + PL)	95.000	85.000	180.000

O PL da Cia CM será R\$ 180.000,00.

Gabarito: D

17. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000
- imposto de renda – R\$ 2.000
- amortização – R\$ 1.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 500
- o imobilizado foi vendido à vista.
- a conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- a conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- A) R\$ 7.500,00.
- B) R\$ 9.700,00.
- C) R\$ 10.000,00.
- D) R\$ 10.200,00.
- E) R\$ 10.700,00.

Comentários:

Questão sobre DFC, método indireto. Vamos, de modo bem objetivo, à fórmula:

LLE

+ Despesas que não afetam o caixa

- Receitas que não afetam o caixa

+ Despesas relacionadas às atividades de Investimento ou Financiamento

- Receitas relacionadas às atividades de Investimento ou Financiamento

= Lucro Ajustado

+ Diminuições do ativo ref atividades operacionais

- Aumentos do ativo ref atividades operacionais

+ Aumentos do passivo ref atividades operacionais

- Diminuições do passivo ref atividades operacionais

= Caixa gerado ou consumido pelas atividades operacionais

Para resolver a questão, nosso ponto de partida será o LLE. Precisamos encontrá-lo, então:

Lucro Antes do IR-----	R\$ 10.000
(-) IR-----	R\$ 2.000
LLE-----	R\$ 8.000

Perceba que a amortização e o ganho na venda do imobilizado já foram levados em consideração para se chegar ao Lucro antes do IR.

De posse do lucro, vamos para a fórmula:

LLE-----	8.000
+ Amortização-----	1.000
- Ganho na venda de imobilizado-----	(500)
= Lucro ajustado-----	<u>8.500</u>
- Aumento em contas a receber-----	(1.200)
+ Aumento em fornecedores-----	1.400
+ Aumento em IR a Pagar-----	<u>2.000</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais-----	10.700

Gabarito: E

18. Uma empresa industrial incorreu nos seguintes gastos no ano de 2020:

Compra de máquinas	R\$ 7.000,00
Matéria-prima consumida	R\$ 8.000,00
Depreciação das máquinas da fábrica	R\$ 5.000,00
Mão de obra direta incorrida	R\$ 10.000,00
Mão de obra indireta incorrida	R\$ 13.000,00
Salários dos funcionários da área comercial	R\$ 12.000,00
Despesa de vendas	R\$ 3.600,00

Assinale a opção que indica o custo de transformação da empresa, em 2020.

- A) R\$ 23.000,00.
- B) R\$ 31.000,00.
- C) R\$ 28.000,00.
- D) R\$ 43.000,00.
- E) R\$ 50.000,00.

Comentários:

Tem que ir para a prova afiado no que diz respeito à classificação de custos, Ilustre. Galho fraco, mas é bom não dormir no ponto.

Os custos de transformação evidenciam o esforço da empresa para transformar o material adquirido em produto. Sendo assim, os custos de transformação são representados pela mão de obra direta e pelos custos indiretos de fabricação (ou gastos gerais de fabricação).

A mão de obra direta foi fornecida de bandeja: R\$ 10.000,00.

Dentre os dados fornecidos, temos, como custo indireto de fabricação, a mão de obra indireta e a depreciação das máquinas da fábrica: R\$ 13.000,00 + R\$ 5.000 = R\$ 18.000,00.

Sendo assim, o custo de transformação será: R\$ 10.000,00 + R\$ 18.000,00 = 28.000,00

Aproveitando a carona, vamos classificar os demais itens:

- Salários dos funcionários da área comercial: despesa
- Compra de máquinas: investimento
- Consumo de matéria-prima: é um custo, mas não de transformação.

Gabarito: C



Estratégia
Concursos

19. Uma indústria fabrica bolsas pequenas e grandes. Em 31/12/X0 não havia bolsas em estoque.

As informações sobre os dois tipos de bolsa, no ano de X1, são as seguintes:

Preço:

- pequena = R\$ 150;
- grande = R\$ 250;

Mão de obra direta:

- pequena = 1 hora por unidade;
- grande = 2 horas por unidade.

Matéria-prima direta:

- pequena = R\$ 15;
- grande = R\$ 25;

- Cada hora de trabalho tem um custo de R\$ 50;
- Custos indiretos de fabricação anuais comuns dos dois tipos de bolsa: R\$ 60.000, sendo esse valor rateado de acordo com o gasto com a mão de obra direta.

No ano de X1, a indústria fabricou 1.400 bolsas pequenas, das quais 90% foram vendidas, e 1.000 bolsas grandes, das quais 70% foram vendidas.

Assinale a opção que indica o lucro auferido com a venda de bolsas pequenas e grandes, respectivamente, com base no método de Custeio por Absorção.

- A) R\$ 79.210,53 e R\$ 78.157,89.
- B) R\$ 61.089,47 e R\$ 76.210,53
- C) R\$ 96.250,00 e R\$ 83.750,00.
- D) R\$ 84.865,50 e R\$ 62.793,92.
- E) R\$ 99.000,00 e R\$ 71.000,00.

Comentários:

Questão que trata do custeio por absorção. Lembrando, no custeio por absorção, apropriamos todos os custos incorridos aos custos fabricados, sejam tais custos fixos, variáveis, diretos ou indiretos. Não esqueça que os custos fixos são apropriados aos produtos com base em rateios. Precisamos encontrar o lucro, o qual será obtido pela diferença entre a receita de venda e o custo do produto vendido. O custo do produto vendido é obtido pela soma da matéria-prima, da mão de obra direta e dos custos indiretos de fabricação.

Como chegamos ao valor dos custos indiretos de fabricação? Lembre que a questão falou que eles são rateados de acordo com o gasto com a mão de obra direta. Sendo assim:

Bolsa pequena: $1 \text{ hora} \times 1.400 \times \text{R\$ } 50,00 = \text{R\$ } 70.000,00$

Bolsa grande: $2 \text{ horas} \times 1.000 \times \text{R\$ } 50,00 = \text{R\$ } 100.000,00$

Temos, assim, um gasto total com mão de obra de $\text{R\$ } 170.000,00$. Ora, 70 mil representam 0,41176 de 170 mil e 100 mil representam 0,58823 de 170 mil.

Desse modo, o custo indireto de fabricação absorvido por cada tipo de bolsa será:

Bolsa pequena: $\text{R\$ } 60.000,00 \times 0,41176 = \text{R\$ } 24.705,60$

Bolsa grande: $\text{R\$ } 60.000,00 \times 0,58823 = \text{R\$ } 35.294,40$

Vamos lá, enfim, para o cálculo do lucro bruto de cada tipo de bolsa, cientes de que houve a venda de 1.260 unidades (90% de 1.400 un) da bolsa pequena e de 700 unidades (70% de 1.000 un) da bolsa grande:

Bolsa Pequena

Receita: $\text{R\$ } 189.000,00$ [1.260 un x $\text{R\$ } 150,00$]

(-) Mão de obra direta ($\text{R\$ } 63.000,00$) [1 hora x 1.260 x $\text{R\$ } 50,00$]

(-) Matéria-prima direta ($\text{R\$ } 18.900,00$) [1.260 x $\text{R\$ } 15,00$]

(-) Custos Indiretos ($\text{R\$ } 22.234,50$) [$\text{R\$ } 24.705,00 \times 0,90$ (percentual vendido)]

LUCRO $\text{R\$ } 84.865,50$

Bolsa Grande

Receita: $\text{R\$ } 175.000,00$ [700 un x $\text{R\$ } 250,00$]

(-) Mão de obra direta ($\text{R\$ } 70.000,00$) [2 horas x 700 x $\text{R\$ } 50,00$]

(-) Matéria-prima direta ($\text{R\$ } 17.500,00$) [700 x $\text{R\$ } 25,00$]

(-) Custos Indiretos ($\text{R\$ } 24.706,08$) [$\text{R\$ } 35.294,40 \times 0,70$ (percentual vendido)]

LUCRO $\text{R\$ } 62.793,92$

Gabarito: D

20. Um hotel que funciona durante o ano todo (365 dias) possui duzentos quartos. A diária de cada quarto é de R\$ 60, sendo que os custos variáveis unitários são de R\$ 10 por dia. Além disso, os custos fixos do hotel são de R\$ 2,4 milhões ao ano. Assinale a opção que indica a taxa de ocupação do hotel no ponto de equilíbrio contábil.

- A) 66%
- B) 55%
- C) 53%
- D) 33%
- E) 27%

Comentários:

Ponto de Equilíbrio Contábil é o ponto em que o lucro da empresa é zero, ou seja, é o ponto no qual a receita total é igual aos custos e despesas totais. Eis a fórmula:

$$\text{Ponto de Equilíbrio Contábil} = \frac{\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}}$$

A Margem de Contribuição Unitária, por sua vez, é a parcela das vendas que de fato cada produto gera para que a empresa cubra seus custos e despesas fixos e ainda obtenha lucro.

Margem de Contribuição Un = Receitas de Vendas Un - Custos e Despesas Variáveis Un

Vamos lá, então. Temos que calcular primeiro a margem de contribuição unitária:

$$\text{Margem de Contribuição Un} = \text{Receitas de Vendas Un} - \text{Custos e Despesas Variáveis Un}$$

$$\text{Margem de Contribuição Unitária} = \text{R\$ } 60,00 - \text{R\$ } 10,00$$

$$\text{Margem de Contribuição Unitária} = \text{R\$ } 50,00$$

$$\text{Ponto de Equilíbrio Contábil} = \frac{\text{R\$ } 2.400.000,00/365}{\text{R\$ } 50,00}$$

$$\text{Ponto de Equilíbrio Contábil} = 131,50$$

A questão pede a taxa de ocupação do hotel no ponto de equilíbrio contábil. Como o hotel possui 200 quartos, temos que: $131,50/200$ é aproximadamente 66%.

Gabarito: A

21. A empresa Estratégia Academy S/A apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial 31/12/X0:

- Disponibilidades: R\$ 100.000;
- Despesas antecipadas: R\$ 40.000;
- Receitas recebidas antecipadamente: R\$ 80.000;
- Empréstimo concedido: R\$ 100.000;
- Ativo contingente: 36.000;
- Estoque: R\$ 60.000;
- Imóveis: R\$ 240.000.

Com base nesses saldos, assinale a opção que indica o patrimônio líquido da entidade na data.

- A) R\$ 260.000
- B) R\$ 380.000
- C) R\$ 460.000
- D) R\$ 496.000
- E) R\$ 540.000

Comentários:

Para encontrarmos o patrimônio líquido, faremos a diferença entre as contas do ativo e do passivo:

Ativo

Disponibilidades: R\$ 100.000;

Despesas antecipadas: R\$ 40.000;

Empréstimo concedido: R\$ 100.000;

Estoque: R\$ 60.000;

Imóveis: R\$ 240.000.

Total = R\$ 540.000

Passivo

Receitas recebidas antecipadamente: R\$ 80.000;

Patrimônio Líquido = $540.000 - 80.000 = \text{R\$ } 460.000,00$

Observação: Ativo Contingente não é contabilizado nas demonstrações contábeis; não é um ativo.

Gabarito: C

22. O consultório médico Estratégia Health S/A atende apenas clientes particulares e recebe à vista pelas consultas realizadas. Os seguintes fatos aconteceram no consultório no ano de 2024:

01/01: Pagamento de R\$48.000 a título de aluguel antecipado de dois anos do consultório, para uso imediato, apropriado mensalmente de forma linear.

02/01: Pagamento de R\$15.000 referente à dívida com fornecedor, por compra realizada e recebida no ano anterior.

31/12: Constatação de que a receita com atendimentos no ano foi de R\$ 500.000. Os custos com os serviços prestados foram de R\$ 120.000.

Assinale a opção que indica o resultado antes do imposto de renda apurado pelo consultório, em relação ao ano de 2024, sem considerar a incidência de impostos:

- A) R\$317.000.
- B) R\$332.000.
- C) R\$341.000.
- D) R\$356.000.
- E) R\$380.000.

Comentários:

Para encontrarmos o resultado da empresa antes do imposto de renda apurado pelo consultório, em relação ao ano de 2024, temos que encontrar as receitas e despesas que ocorreram nesse período.

Vejamos os fatos apresentados:

01/01: Pagamento de R\$48.000 a título de aluguel antecipado de dois anos do consultório, para uso imediato, apropriado mensalmente de forma linear.

Considerando o regime de competência, apenas o aluguel relativo ao mês de 2023 será lançado no resultado como despesa. Se o aluguel para 2 anos é de 48.000, vamos apropriar $48.000/2 = R\$ 24.000$ como despesa de aluguel no exercício.

02/01: Pagamento de R\$15.000 referente à dívida com fornecedor, por compra realizada e recebida no ano anterior.

Esse fato não gera despesas para a empresa, pois estamos quitando um passivo.

31/12: Constatação de que a receita com atendimentos no ano foi de R\$ 500.000. Os custos com os serviços prestados foram de R\$ 120.000

Receita de 500.000 e despesa com Custo dos Serviços Prestados de 120.000.

O resultado do período foi = $500.000 - 120.000 - 24.000 = \text{R\$ } 356.000$

Gabarito: D

23. A empresa Toca da Coruja S/A vendeu, em março de X0, R\$ 180.000 em estoque, para recebimento em 120 dias. A empresa descontou as duplicatas no banco, que cobrou juros de R\$ 15.000 pela antecipação. Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis a serem feitos pela empresa no momento de desconto das duplicatas.

- A) D - disponibilidades: R\$ 180.000;
C - duplicatas a receber: R\$ 180.000.
- B) D - disponibilidades: R\$ 165.000;
D - despesa financeira: R\$ 15.000;
C - duplicatas a receber: R\$ 180.000.
- C) D - disponibilidades: R\$ R\$ 165.000;
D - despesa financeira: R\$ 15.000;
C - duplicatas descontadas: R\$ 180.000.
- D) D - disponibilidades: R\$ 165.000;
D - juros a apropriar: R\$ 15.000;
C - duplicata a receber: R\$ 180.000.
- E) D - disponibilidades: R\$ 165.000;
D - juros a apropriar: R\$ 15.000;
C - duplicatas descontadas: R\$ 180.000.

Comentários:

No momento inicial da operação desconto, não temos que reconhecer nenhuma despesa no resultado; trata-se de um fato permutativo:

A empresa descontou uma duplicata de 180.000, incorrendo em juros de 15.000, todavia, entrou no caixa da empresa apenas 165.000.

Portanto, a contabilização que devemos fazer é:

D - disponibilidades: R\$ 165.000;

D - juros a apropriar (retificadora do passivo): R\$ 15.000;

C - duplicatas descontadas (passivo): R\$ 180.000

Gabarito: E



Estratégia
Concursos

24. A empresa Itamaraju S/A atua no setor de perícia contábil e exerce suas atividades em um prédio próprio. A empresa decidiu alugar as vagas da garagem do prédio a seus funcionários. Assinale a opção que indica a classificação contábil das vagas no balanço patrimonial da empresa.

- A) Ativo Circulante.
- B) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- C) Propriedade para Investimento.
- D) Ativo Imobilizado.
- E) Ativo Intangível.

Comentários:

A resposta para essa questão na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:

46. (...) No ativo imobilizado, a figura do aluguel só pode existir quando estiver **vinculado a ativo complementar na produção ou no fornecimento de bens ou serviços**. Por exemplo, uma fazenda pode ter residências alugadas a seus funcionários, uma extratora de minerais pode construir residências no meio da floresta também para alugar a seus funcionários, etc. Nesse caso, os ativos alugados são, na verdade, parte do imobilizado necessário ao atingimento da atividade-fim da entidade.

47. Se houver investimento para obter renda por meio de aluguel, em que este é o objetivo final, no qual o imóvel é um investimento em si mesmo, e não o complemento de outro investimento, aí se tem a caracterização não do ativo imobilizado, mas sim de propriedade para investimento. A propriedade para investimento, ao contrário do ativo alugado classificado no imobilizado, tem um fluxo de caixa específico e independente, ou seja, ele é o ativo principal gerador de benefícios econômicos, e não um acessório a outros ativos geradores desses benefícios.

Ou seja: **se o aluguel estiver vinculado à atividade da empresa (residência na floresta para mineradores, casas na fazenda para os trabalhadores rurais, etc.) é Imobilizado.**

Se o aluguel **não estiver vinculado à atividade da empresa, e destina-se apenas a gerar renda, será classificado como propriedade para Investimento.**

A questão fala que a empresa aluga as vagas da garagem a seus funcionários; portanto, é um imobilizado.

Gabarito: D

25. Conforme previsão do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, são considerados os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Isso acontece porque muitos deles

- A) recebem a maior parte do resultado gerado pela entidade que reporta.
- B) representam os principais financiadores das entidades que reportam.
- C) assumem os maiores riscos operacionais ao se relacionarem com a entidade que reporta.
- D) contratam e remuneram a empresa de auditoria independente responsável pelos relatórios.
- E) não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles.

Comentários:

A finalidade principal da ciência contábil, que algumas vezes pode também ser chamada de objetivo, é fornecer a seus usuários informações sobre a situação patrimonial e financeira da entidade.

Essas informações são essenciais a investidores, credores, fornecedores, governo e até mesmo aos próprios administradores da entidade, que precisam acompanhar como anda a “saúde” da empresa gerenciada.

No CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica, é afirmado no item 1.5 que muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, **não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles**, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, eles **são os principais usuários** aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Gabarito: E

26. Em 02/01/2024, uma loja de aparelhos eletrônicos adquiriu mercadorias para revenda por R\$ 100.000. O valor foi pago à vista. Na data, a loja pagou R\$ 2.000 pelo frete e R\$ 6.000 pelo seguro do transporte dos celulares. No mês de janeiro, metade do estoque foi vendido por R\$ 200.000, para recebimento em fevereiro. A loja estima uma inadimplência de 4%. O lucro bruto contabilizado pela loja em 31/01/2024, sem considerar a incidência de impostos, foi de

- A) R\$ 138.000.
- B) R\$ 142.000.
- C) R\$ 146.000.
- D) R\$ 149.000.
- E) R\$ 150.000.

Comentários:

Para encontrarmos o Lucro Bruto ou Resultado com Mercadorias precisamos da Receita Líquida de Vendas e do Custo das Mercadorias Vendidas.

A questão fala que uma loja de aparelhos eletrônicos adquiriu celulares para revenda por R\$ 100.000, pagos à vista. Além disso, a loja pagou R\$ 2.000 pelo frete e R\$ 6.000 pelo seguro do transporte dos celulares.

Considerando a previsão do CPC 16 – Estoques, os aparelhos foram registrados na Contabilidade por:

Preço pago	R\$ 100.000
(+) Frete	R\$ 2.000
(+) Seguro	R\$ 6.000
=	R\$ 108.000

No mês de janeiro, metade do estoque foi vendido; portanto, o Custo da Mercadoria Vendida será:

$$108.000 \times 0,50 = \text{R\$ } 54.000.$$

A Receita Líquida de Vendas foi de R\$ 200.000. Vale lembrar que a inadimplência de 4% será usada para encontrarmos a despesa com perdas estimadas com clientes, mas isso não afeta a receita líquida.

Portanto, o Lucro Bruto da operação será de: $200.000 - 54.000 = \text{R\$ } 146.000$.

Gabarito: C

27. Em 01/12/2021, uma instituição financeira adquiriu de uma escola o direito sobre a folha de pagamento dos professores. Desse modo, desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Em 31/12/2022, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000. Já em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000. Assinale a opção que indica a amortização acumulada da folha de pagamento em 31/12/2023.

- A) R\$178.000.
- B) R\$212.000.
- C) R\$230.000.
- D) R\$240.000.
- E) R\$250.000.

Comentários:

Questão que trata do cálculo da amortização acumulada em conjunto com a aplicação do Teste de Recuperabilidade. Os direitos sobre a folha de pagamento representam ativos intangíveis, os quais serão amortizados pelo prazo de 5 anos utilizando o método das cotas constantes, visto que o examinador foi silente.

O banco desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Portanto, o ativo começa a ser amortizado nessa data e a cota mensal de amortização será $600.000 / (5 \times 12) = 600.000 / 60 = \text{R\$ } 10.000/\text{mês}$.

Vamos analisar o que acontece em 31/12/2022.

$$\text{Amortização Acumulada} = 11 \times 10.000 = \text{R\$ } 110.000$$

$$\text{Valor Contábil do Ativo} = 600.000 - 110.000 = \text{R\$ } 490.000$$

Agora, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000, nesse caso, não há perdas por desvalorização para reconhecer.

Agora, vamos à situação contábil do ativo em 31/12/2023, um ano após.

$$\text{Amortização Acumulada} = 23 \times 10.000 = \text{R\$ } 230.000$$

Com isso, podemos marcar o nosso gabarito como sendo a alternativa C.

$$\text{Valor Contábil do Ativo} = 600.000 - 230.000 = \text{R\$ } 370.000$$

Observação: não era necessário para a resolução da questão, mas em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000. Percebam que não há aqui perda por recuperabilidade para registrarmos.

Gabarito: C

28. A sociedade empresária Estratégia Concursos S/A apresentava o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/2023:

Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Disponibilidades	50.000	Capital Social	150.000
Ativo não Circulante			
Propriedade para Investimento			
Terreno	70.000		
Intangível			
Marca	30.000		
Total do Ativo	150.000	Total do PL	150.000

No ano de 2024, a sociedade empresária passou a avaliar e contabilizar o terreno e a marca pelo valor justo que eram, respectivamente, de R\$80.000 e de R\$50.000.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as mudanças representam, respectivamente,

- A) Erro e Erro.
- B) Mudança de Estimativa e Erro.
- C) Mudança na Política Contábil e Erro.
- D) Erro e Mudança na Política Contábil.
- E) Mudança na Política Contábil e Mudança na Política Contábil.

Comentários:

Questão que trata do CPC 23 - POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO.

Quando a sociedade empresária passou a avaliar e contabilizar o terreno, uma propriedade para investimento, pelo valor justo, está alterando a sua **política contábil**, visto que mudou os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

Destacamos que o CPC 28 permite que propriedades para investimento sejam avaliadas pelo valor justo ou pelo custo.

Agora, muito cuidado! Havia uma marca reconhecida pelo valor de custo e a sociedade decidiu avaliá-la pelo valor justo. Esse procedimento não é possível, visto que, de acordo com o CPC 04, os ativos intangíveis devem ser avaliados pelo custo, sejam eles adquiridos ou de produção interna. **Trata-se de um erro a avaliação a valor justo.** Portanto, nosso gabarito é C.

Gabarito: C

29. A sociedade empresária JCSC S/A produz e vende shampoos. Em janeiro de 2024, ela reconheceu os seguintes gastos:

- **Matéria-prima consumida: R\$40.000.**
- **Salários: R\$130.000, sendo R\$50.000 do pessoal da fábrica e R\$80.000 do pessoal administrativo.**
- **Depreciação: R\$60.000, sendo R\$35.000 das máquinas e R\$25.000 dos móveis e equipamentos do escritório.**
- **Custos e Despesas Gerais: R\$60.000, sendo R\$32.000 da fábrica e R\$28.000 do escritório.**
- **Despesas de venda dos shampoos: R\$30.000, sendo R\$20.000 de comissão dos vendedores e R\$10.000 de gastos com a entrega.**

Assinale a opção que indica os custos contabilizados, em janeiro de 2024.

- A) R\$85.000.
- B) R\$125.000.
- C) R\$135.000.
- D) R\$157.000.
- E) R\$187.000.

Comentários:

Podemos diferenciar Custos e Despesa considerando o seguinte: o que acontece na fábrica é custo. O que acontece no escritório é despesa. Vamos aos cálculos:

Custos:

Matéria-prima consumida: R\$40.000.

Salários do pessoal da fábrica: R\$50.000

Depreciação das máquinas: R\$35.000.

Custos Gerais da fábrica: R\$32.000

O total dos custos da entidade = R\$ 40.000 + R\$ 50.000 + R\$ 35.000 + R\$ 32.000 = **R\$ 157.000**

Despesas

Salários do pessoal administrativo: R\$80.000

Depreciação dos móveis e equipamentos do escritório: R\$25.000

Despesas Gerais do escritório: R\$28.000

Despesas de venda dos shampoos (tanto comissão de vendas quanto gastos com a entrega): R\$30.000

O total das despesas da entidade = R\$ 80.000 + R\$ 25.000 + R\$ 28.000 + R\$30.000 = R\$ 163.000

Gabarito: D



Estratégia
Concursos

30. Uma indústria de médio porte, que adota o método do inventário periódico para avaliar os seus estoques, apresentou as seguintes anotações, em reais, referentes a um determinado período produtivo de um de seus produtos:

Compra de matéria-prima	800,00
Mão de obra direta	220,00
Custos indiretos de fabricação	200,00

Estoques

Estoque de:	Inicial	Final
Matéria-prima	40,00	60,00
Produtos em Elaboração	70,00	30,00
Produtos acabados	50,00	10,00

Considerando-se aspectos técnico-conceituais da Contabilidade de Custos e os dados informados apenas pela indústria, o custo da produção acabada do produto, nesse período produtivo, em reais, é de

- A) 1.200,00
- B) 1.220,00
- C) 1.240,00
- D) 1.260,00
- E) 1.280,00

Comentários:

Para as questões de custo, vamos utilizar três Razonetes:

Matéria-prima		Produtos em elaboração		Produtos acabados	
Est. Inicial	Saídas	Est. Inicial	Saídas	Est. Inicial	Saídas
Entradas		Entradas		Entradas	
Est. Final		Mat. Prima			
		MOD			
		CIF			
		Custos Fixos			
		Est. Final			

Devemos usar sempre a fórmula:

Saldo inicial + Entradas (-) Saídas = Saldo Final ou

Estoque inicial + Entradas – saídas = Estoque Final

1) Estoque de Matéria-prima:

Entradas: compra de matéria-prima

Saídas: será usada na produção, portanto vai para a conta Estoque de Produtos em Elaboração.

$\text{Estoque inicial} + \text{Entradas} - \text{saídas} = \text{Estoque Final}$

$$40 + 800 - \text{Saídas} = 60$$

$$\text{Saídas} = 780$$

2) Estoque de Produtos em Elaboração:

Entradas: Matéria-prima usada na produção, Mão de obra direta e indireta, Outros custos fixos e variáveis.

As entradas nesta conta representam o **Custo de Produção do Período**.

Saídas: são os produtos acabados, que saem desta conta e vão para a conta de Estoque de Produtos Acabados.

As saídas desta conta representam o **Custo da Produção Acabada, que é o valor solicitado pela questão**.

$\text{Estoque inicial} + \text{Entradas} - \text{saídas} = \text{Estoque Final}$

$$70 + 780 + 220 + 200 - \text{Saídas} = 30$$

$$\text{Saídas} = 1240$$

Gabarito: C

31. A Cia. Y apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/2020:

Caixa	1.500	Fornecedores	900
Terrenos	800	Capital Social	1.000
		Reserva Estatutária	400
Ativo Total	2.300	Passivo + PL	2.300

Na data, o capital social era constituído por 1.000 ações com valor nominal de R\$ 1,00.

Em 2021, houve a necessidade de a companhia adquirir ações de sua própria emissão. Qual é o valor máximo que ela poderia adquirir?

- A) R\$ 400,00
- B) R\$ 1.000,00
- C) R\$ 1.400,00
- D) R\$ 1.500,00
- E) R\$ 2.300,00

Comentários:

A parte de negociação com as próprias ações é tratada no artigo 30 da Lei 6.404/76.

“Art. 30. A companhia não poderá negociar com as próprias ações.

§ 1º Nessa proibição não se compreendem:

a) as operações de resgate, reembolso ou amortização previstas em lei;

b) a aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, ou por doação;

a alienação das ações adquiridas nos termos da alínea b e mantidas em tesouraria;

d) a compra quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída.

§ 2º A aquisição das próprias ações pela companhia aberta obedecerá, sob pena de nulidade, às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, que poderá subordiná-la à prévia autorização em cada caso.

§ 3º A companhia não poderá receber em garantia as próprias ações, salvo para assegurar a gestão dos seus administradores.

§ 4º As ações adquiridas nos termos da alínea b do § 1º, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito a dividendo nem a voto.

§ 5º No caso da alínea d do § 1º, as ações adquiridas serão retiradas definitivamente de circulação.”

Veja que o § 1º, b, libera a aquisição de ações em tesouraria apenas para a empresa que tem saldo em lucro acumulado e reservas de lucros (exceto a legal) e reservas de capital. Sendo assim, a empresa em questão poderia comprar ações em tesouraria até o montante de R\$ 400, equivalente ao saldo das reservas estatutárias.

Gabarito: A

32. Marque a alternativa correta:

- A) Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.
- B) As subvenções relacionadas a ativo são subvenções governamentais que uma empresa recebe com o intuito de aumentar a sua produção, bem como as suas vendas, gerando um aumento no seu resultado líquido.
- C) A forma como a subvenção é recebida não influencia no método de contabilização a ser adotado.
- D) Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no patrimônio líquido deve ser feita em conta específica do passivo.
- E) Uma subvenção governamental que tenha que ser devolvida deve ser contabilizada como revisão de política contábil.

Comentários:

Questão sobre CPC 07, Ilustres. Vamos analisar cada assertiva.

Incorreta a alternativa A. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que NÃO podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.

Incorreta a alternativa B. As subvenções relacionadas a RESULTADO são subvenções governamentais que uma empresa recebe com o intuito de aumentar a sua produção, bem como as suas vendas, gerando um aumento no seu resultado líquido.

Correta a alternativa C. Tanto faz se a subvenção é recebida em dinheiro ou como redução de passivo, a forma de contabilização será igual.

Incorreta a alternativa D. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ATIVO deve ser feita em conta específica do passivo.

Incorreta a alternativa E. Uma subvenção governamental que tenha que ser devolvida deve ser contabilizada como revisão de ESTIMATIVA contábil.

Gabarito: C

33. De acordo com o CPC 00 (R2), para que exista um passivo, os seguintes critérios devem ser satisfeitos:

I. A entidade tem uma obrigação

II. A obrigação é de transferir um recurso econômico

III. A obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados

IV. Outra parte (ou partes) deve reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor do passivo.

Marque a alternativa que contém todos os itens corretos:

- A) I e III
- B) III e IV
- C) I e IV
- D) I, II e III
- E) I, III e IV

Comentários:

Basta darmos uma olhada nos itens 4.27 e 4.30 do Pronunciamento.

4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

(a) a entidade tem uma obrigação (ver de 4.28 a 4.35);

(b) a obrigação é de transferir um recurso econômico (ver itens de 4.36 a 4.41); e

(c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados (ver itens de 4.42 a 4.47).

4.30 Se a parte tem obrigação de transferir um recurso econômico, ocorre que outra parte (ou partes) tem o direito de receber esse recurso econômico. Contudo, um requisito para uma parte reconhecer o passivo e mensurá-lo a um valor específico não implica que outra parte (ou partes) deve reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor. Por exemplo, determinados pronunciamentos podem conter diferentes critérios de reconhecimento ou requisitos de mensuração para o passivo de uma parte e o ativo correspondente da outra parte (ou partes) se esses critérios ou requisitos diferentes são consequência de decisões destinadas a selecionar as informações mais relevantes que representam fidedignamente o que pretendem representar.

Gabarito: D

34. Em outubro de 2020, uma indústria adquiriu um equipamento para o ativo imobilizado pelo valor hipotético de R\$ 350.000,00. O pagamento desse ativo foi:

- 30% à vista;
- 20% em uma parcela ao final de 12 meses; e
- 50% em 36 parcelas mensais consecutivas.

Adicionalmente, verificou-se que a empresa recebeu, de um cliente, 70% de um valor total de R\$ 70.000,00, que se encontrava atrasado. Aproveitando essa oportunidade, pagou uma duplicata de um fornecedor no valor de R\$ 25.000,00.

Considerando apenas as operações contábeis descritas no mês de outubro de 2020 e desconsiderando qualquer aspecto relativo ao ajuste a valor presente, é correto afirmar:

- A) Não houve alteração no total do ativo e passivo da empresa.
- B) O ativo da empresa aumentou em R\$ 220.000,00.
- C) O ativo da empresa aumentou em R\$ 269.000,00.
- D) O passivo da empresa aumentou em R\$ 350.000,00.
- E) O patrimônio líquido variou, negativamente, em R\$ 130.000,00.

Comentários:

Lançamento da compra do equipamento:

D- Equipamentos-----350.000
 C- Caixa-----105.000 (30% de 350 mil)
 C- Contas a Pagar----- 70.000 (20% de 350 mil)
 C- Contas a Pagar LP-----175.000 (50% de 350 mil)

Lançamento do recebimento de clientes:

D- Caixa----- 49.000
 C- Clientes----- 49.000

Lançamento do pagamento da duplicata:

D- Duplicatas a Pagar----- 25.000
 C- Caixa----- 25.000

Repercussão no Ativo: + 350.000 – 105.000 + 49.000 - 49.000 – 25.000 = + 220.000.

Repercussão no Passivo: + 70.000 + 175.000 – 25.000 = + 220.000.

Repercussão no PL = nenhuma.

Gabarito: B

35. Em um trabalho de asseguarção realizado na Cia. A, o auditor constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade em julho de 2014 por R\$ 49.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 1.000,00.

Em 31.12.2018, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 2.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade.

Portanto, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2018, correspondeu, em R\$, a

- A) 45.000,00.
- B) 29.000,00.
- C) 31.000,00.
- D) 30.600,00.
- E) 32.600,00.

Comentários:

O imobilizado foi adquirido por R\$ 49.000,00. Como possui um valor residual de R\$ 1.000,00, o valor depreciável é R\$ 48.000,00.

A questão pede o valor recuperável em 31.12.2018 e informa ter ocorrido, nessa data, uma perda estimada em função do teste de impairment de R\$ 2.000,00, o que significa que o valor recuperável era inferior ao valor contábil exatamente em R\$ 2.000,00.

Precisamos, então, encontrar o valor contábil do imobilizado em 31.12.2018 para chegar ao valor recuperável. Vamos lá.

A depreciação anual é $R\$ 48.000/15 = R\$ 3.200$.

O imobilizado foi adquirido em julho de 2014. De julho de 2014 a dezembro de 2018 temos quatro anos e meio.

A depreciação acumulada será, então, $R\$ 3.200 \times 4,5 = R\$ 14.400,00$.

Imobilizado-----	49.000
(-) Depreciação Acumulada----	(14.400)
= Valor Contábil-----	34.600

O valor recuperável será, portanto, R\$ 32.600,00.

Gabarito: E

36. A Companhia ACREDITAR fabrica um único tipo de produto e apresentou as seguintes informações em determinado período:

- Quantidade Produzida: 15.000 unidades;
- Custos Variáveis: R\$ 187.500,00;
- Custos Fixos: R\$ 112.500,00;
- Despesas Variáveis: R\$ 30.000,00;
- Despesas Fixas: R\$ 20.000,00;
- Quantidade Vendida: 10.000 unidades; e,
- Preço de Venda Unitário: R\$ 30,00.

De acordo com as informações anteriores e considerando o custeio por absorção, assinale a alternativa correspondente ao Resultado Líquido do Período.

- A) R\$ 50.000,00.
- B) R\$ 56.666,67.
- C) R\$ 60.000,00.
- D) R\$ 66.666,67.
- E) R\$ 80.000,00.

Comentários:

Vamos começar calculando o custo variável unitário e o custo fixo unitário.

$$CVun = 187.500/15.000 = 12,5$$

$$CFun = 112.500/15.000 = 7,5$$

Lembrando, no custeio por absorção, “todo custo é custo”, ou seja, tanto custo variável como custo fixo serão custos na DRE.

Vendas (10.000 x 30)-----	300.000
Custos Variáveis (10.000 x 12,5)-----	(125.000)
Custos Fixos (10.000 x 7,5)-----	(75.000)
Lucro Bruto-----	100.000
Despesas Variáveis-----	(30.000)
Despesas Fixas-----	(20.000)
Lucro Líquido do Exercício-----	50.000

Gabarito: A

37. Marque a alternativa incorreta sobre Produção Conjunta e Custos Conjuntos.

- A) A Produção Conjunta é uma característica própria da Produção Contínua, não ocorrendo na Produção por Ordem.
- B) As sucatas podem ou não ser decorrência normal do processo de produção e não têm valor de venda ou condições de negociabilidade boas.
- C) Os Subprodutos, à medida que são produzidos, têm seu Valor Líquido de Realização considerado como redução do custo de elaboração dos produtos principais, mediante débito aos estoques e crédito aos custos de produção.
- D) Os valores apurados por Custos são aceitos pelo imposto de renda no Brasil para avaliação dos estoques finais se houver coordenação e integração entre duas Contabilidades: a Geral e a de Custos.
- E) Subprodutos são itens que nascem de forma normal durante o processo de produção e possuem mercado de venda relativamente estável.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A produção conjunta acontece quando diferentes produtos surgem a partir de uma mesma matéria-prima. Ela acontece mais, é verdade, na chamada produção contínua; mas ocorre também, sim, na produção por ordem ou encomenda.

Correta a alternativa B. As sucatas não possuem mercado garantido para venda.

Correta a alternativa C. Os subprodutos são mensurados pelo valor líquido de realização e esse valor líquido de realização será considerado como redução do custo de produção do período.

Correta a alternativa D. Sim, tem que existir uma sintonia entre a contabilidade geral e a contabilidade de custos para que o Fisco aceite os valores apurados pela contabilidade de custos.

Correta a alternativa E. Coprodutos e subprodutos nascem de forma normal durante o processo de produção e ambos possuem mercado ativo para venda. A diferença entre eles é que os coprodutos representam parcela significativa do faturamento da entidade, enquanto os subprodutos alcançam um valor pequeno dentro do faturamento global.

Gabarito: A

38. No mês de setembro de 2022, foi iniciada a produção de 4.000 unidades de um determinado produto, na empresa APRENDER S/A. Ao final do mês, 3.000 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 1.000 unidades em processo. O percentual de conclusão das unidades em processo é de 60%. O custo total de produção do período foi de R\$ 720.000,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados é:

- A) R\$ 800.000,00.
- B) R\$ 720.000,00.
- C) R\$ 600.000,00.
- D) R\$ 500.000,00.
- E) R\$ 360.000,00.

Comentários:

Questão simples sobre equivalente de produção. As 1.000 unidades que foram iniciadas mas não concluídas equivalem a 600 unidades acabadas. Para sabermos o custo unitário de produção do período, dividimos, então, R\$ 720.000 por 3.600 (lembre que foram concluídas 3.000 un). Chegamos a um custo unitário de R\$ 200. O custo de produção dos produtos acabados será $3.000 \text{ un} \times \text{R\$ } 200 = \text{R\$ } 600.000,00$.

Gabarito: C

39. Marque a alternativa correta:

- A) Estruturas diferenciadas em termos de composição de Custos e Despesas Fixas e Variáveis não provocam diferenciadas condições de resistências e oscilações nos volumes e preços de venda.
- B) Cada vez que ocorre uma alteração no valor dos Custos e Despesas Fixos, o que resultar de acréscimo percentual sobre esse total redundará em igual aumento percentual sobre o ponto de equilíbrio.
- C) Embora tenhamos Custos perfeitamente fixos, não há Despesas perfeitamente fixas.
- D) À medida que aumenta a Margem de Segurança, cresce a Alavancagem Operacional.
- E) A margem de contribuição é um conceito amplamente utilizado no âmbito do Custeio por Absorção.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa.

Incorreta a alternativa A. Faz, sim, (grande) diferença se uma entidade tem, por exemplo, 80% dos custos totais como custos fixos enquanto o concorrente direto tem custos fixos de 30%. Quem tem 30% de Custos Fixos está mais preparado para lidar com oscilações no preço de venda.

Correta a alternativa B. Se os gastos fixos aumentarem, por exemplo, 5%, o ponto de equilíbrio aumentará exatamente 5%.

Incorreta a alternativa C. Não há custos perfeitamente fixos. Não há despesas perfeitamente fixas.

Incorreta a alternativa D. É o contrário: quanto maior a margem de segurança, menor será a alavancagem operacional. Basta lembrarmos que a alavancagem operacional é maior justamente no ponto de equilíbrio.

Incorreta a alternativa E. Margem de contribuição é um conceito amplamente utilizado no âmbito do custeio variável.

Gabarito: B

40. Marque a alternativa correta:

- A) O ponto de equilíbrio contábil consiste na quantidade produzida e vendida em que, computados apenas os custos e despesas fixos, geram desembolso.
- B) O ponto de equilíbrio financeiro é aquele em que o lucro contábil apurado na atividade empresarial é igual ao rendimento que seria obtido se o capital aplicado fosse destinado a outra alternativa de investimento.
- C) O ponto de equilíbrio econômico é aquele em que, ao produzir e vender um determinado número de unidades, a indústria apura resultado igual a zero, isto é, não há lucro nem prejuízo.
- D) A margem de contribuição é equivalente à quantidade produzida e vendida acima do ponto de equilíbrio.
- E) Há situações específicas em que quanto mais unidades vendidas, menor o lucro, podendo chegar até ao prejuízo.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa.

Incorreta a alternativa A. Esse é o ponto de equilíbrio financeiro.

Incorreta a alternativa B. Esse é o ponto de equilíbrio econômico.

Incorreta a alternativa C. Esse é o ponto de equilíbrio contábil.

Incorreta a alternativa D. Essa é a margem de contribuição.

Correta a alternativa E. Embora não seja comum, há empresas que trabalham, sim, com uma margem de contribuição negativa. É o caso de algumas entidades que vendem jornal: o custo para elaborar o jornal supera o preço de venda. Nesse caso, a empresa espera ganhar com a venda de publicidade.

Gabarito: E

41. De acordo com os conceitos relacionados à depreciação definidos no CPC 27, analise as seguintes assertivas.

- A) A depreciação de um ativo somente deve ser contabilizada a partir do momento em que o ativo estiver em uso.
- B) O reparo e a manutenção de um ativo podem preservar suas condições originais, mas não evitam a necessidade de depreciá-lo.
- C) A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará redução da cota de depreciação mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada.
- D) O valor da depreciação de um ativo imobilizado pode ser calculado por vários métodos, mas, uma vez escolhido, o método deve ser mantido até a baixa do ativo em questão.
- E) O valor de aquisição e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de política contábil.

Comentários:

Letra A: errada. A depreciação inicia quando o bem estiver disponível para uso, não sendo necessário que esteja em uso.

Letra B: correta. O reparo e a manutenção têm como finalidade preservar as condições operacionais do ativo, entretanto não impedem que ocorra a depreciação do Bem.

Letra C: errada. A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará AUMENTO da cota de depreciação mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada.

Letra D: errada. A depreciação deve refletir o padrão de consumo do bem. Caso fique constatado que outro método passou a refletir com mais propriedade esse padrão de consumo, o método deve ser alterado.

Letra E: errada. O que deve ser revisado é o valor residual e a vida útil, não o valor de aquisição.

Gabarito: B

42. Assinale a alternativa correta a respeito da redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

- A) O teste de recuperabilidade, também chamado de *impairment test*, define que o valor recuperável de um ativo é o menor número absoluto entre o valor justo, líquido de despesas de venda, e seu valor de uso.
- B) A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é superior a seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de testes de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.
- C) A reversão da perda por irrecuperabilidade de ativos deve ser reconhecida em contas de patrimônio líquido, em razão de sua natureza.
- D) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é registrado por seu custo incorrido e está sujeito à depreciação, quando aplicável, bem como ao ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.
- E) Um ativo imobilizado ou intangível pode ter seu valor contábil aumentado em função de teste de imparidade, desde que esse aumento configure reversão de uma perda por irrecuperabilidade, reconhecida anteriormente e até o limite do valor contábil que ele teria se nenhuma perda por irrecuperabilidade tivesse sido reconhecida.

Comentários:

Letra A: errada. O valor recuperável de um ativo é o MAIOR número absoluto entre o valor justo, líquido de despesas de venda, e seu valor de uso.

Letra B: errada. A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é INFERIOR a seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados.

Letra C: errada. A reversão da perda por irrecuperabilidade de ativos deve ser reconhecida em contas de RESULTADO.

Letra D: errada. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não sofre amortização, muito menos Depreciação.

Letra E: correta. Literalidade do CPC 01 - O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), atribuível à reversão de perda por desvalorização não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores

Gabarito: E

43. Um contador, ao analisar ações judiciais em que a empresa SS S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 500.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela SS S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram cinco cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

Cenário	Desembolso	Probabilidade
1	500.000	10%
2	400.000	15%
3	300.000	20%
4	200.000	25%
5	100.000	30%

Nesse caso, a empresa SS S.A. deverá reconhecer uma provisão de:

- A) R\$ 0
- B) R\$ 250.000
- C) R\$ 300.000
- D) R\$ 350.000
- E) R\$ 500.000

Comentários:

A empresa julgou que a chance de perda do processo era provável, portanto é necessário fazer sua provisão com base no valor esperado, que será a média ponderada dos possíveis cenários.

Provisão

$$10\% \times 500.000 = 50.000$$

$$15\% \times 400.000 = 60.000$$

$$20\% \times 300.000 = 60.000$$

$$25\% \times 200.000 = 50.000$$

$$30\% \times 100.000 = 30.000$$

$$\text{Provisão} = 50.000 + 60.000 + 60.000 + 50.000 + 30.000 = 250.000$$

Gabarito: B

44. Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes.

	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Preço de Venda	1000	950
Custo de Transporte	100	30
Custo de Transação	50	50

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por:

- A) 850
- B) 870
- C) 900
- D) 920
- E) 950

Comentários:

Como não existe mercado principal, deve-se encontrar o mercado mais vantajoso.

Rio de Janeiro = $1000 - 100 - 50 = 850$

São Paulo = $950 - 30 - 50 = 880$

Portanto, o Mercado mais vantajoso é São Paulo.

Agora, para encontrar o valor justo em São Paulo, ajusta-se com o custo de transporte e desconsidera-se o custo de transação.

Valor justo = $950 - 30 = 920$

Gabarito: D

45. A respeito da demonstração do valor adicionado (DVA), de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos do CPC, assinale a opção correta.

- A) A receita com vendas e prestação de serviços deve ser apresentada líquida de seus efeitos tributários, uma vez que tributos não constituem receitas efetivas da empresa.
- B) O reconhecimento de resultado positivo de equivalência patrimonial diminui o valor adicionado recebido em transferência.
- C) O valor do prejuízo do exercício integra o item remuneração do capital próprio da demonstração do valor adicionado.
- D) O reconhecimento de amortização, depreciação e exaustão aumenta o valor adicionado líquido produzido pela entidade.
- E) Despesas de juros, inclusive as variações cambiais passivas, são consideradas distribuição de riqueza, sendo classificadas na DVA como remuneração do capital próprio.

Comentários:

Letra A: errada. O valor das receitas é com os tributos.

Letra B: errada. O resultado positivo com equivalência aumenta o valor adicionado recebido em transferência.

Letra C: correta. O prejuízo integra a remuneração do capital próprio.

Letra D: errada. O reconhecimento de amortização, depreciação e exaustão REDUZ o valor adicionado líquido produzido pela entidade.

Letra E: errada. Despesas de juros, inclusive as variações cambiais passivas, são consideradas distribuição de riqueza, sendo classificadas na DVA como remuneração do capital de TERCEIROS.

Gabarito: C

46. A empresa Coruja S.A. adquiriu 80% das ações com direito a voto da Cia. Viver bem S.A. O preço pago pela aquisição foi R\$ 80.000.000,00 e a Coruja S.A. passou a deter o controle da Cia. Viver bem S.A. Sabe-se que o valor registrado no Patrimônio Líquido da Cia. Viver bem S.A. era, na data da aquisição, R\$ 80.000.000,00 e que o valor justo líquido de seus ativos e passivos identificáveis era, nesta data, R\$ 90.000.000,00.

Os valores totais reconhecidos no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Coruja S.A e a parcela correspondente ao ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, na data da aquisição, foram, respectivamente, em reais:

- A) (A) 64.000.000,00 e 16.000.000,00.
- B) (B) 80.000.000,00 e 8.000.000,00.
- C) (C) 64.000.000,00 e 8.000.000,00.
- D) (D) 64.000.000,00 e 0,00 (zero).
- E) (E) 80.000.000,00 e 0,00 (zero).

Comentários:

V. Pago = 80.000.000

V. Pat. = 64.000.000 (80% x PL= 80.000.000)

V. Justo = 72.000.000 (80% x Valor Justo = 90.000.000)

Mais-valia = VALOR JUSTO – VLR PATRIMONIAL

MV = 72.000.000 - 64.000.000

MV= 8.000.000

Goodwill = VLR PAGO- VLR JUSTO

GW= 80.000.000 - 72.000.000

GW= 8.000.000

Gabarito: B

47. As informações a seguir serão utilizadas pelo contador para elaborar o fluxo de caixa da empresa Xis.

Operação	Reais
Redução em fornecedores	23.000
Aquisição de ativo imobilizado	30.000
Aquisição de investimentos	45.000
Aumento em impostos e contribuições a recolher	19.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600
Depreciação e amortização	49.000
Empréstimos tomados	80.000
Integralização de capital	50.000
Lucro do Exercício	25.000
Pagamentos de empréstimos – principal	78.000
Redução em contas a receber	30.000
Aumento nos estoques	19.500
Resultado positivo da Equivalência Patrimonial	17.000

Assinale a alternativa com o total do caixa líquido gerado nas atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto da empresa Xis.

- A) R\$ 39.600
- B) R\$ 57.000
- C) R\$ 64.600
- D) R\$ 71.100
- E) R\$ 98.600

Comentários:

Lucro do Exercício	25.000
(+) Depreciação e amortização	49.000
(+) Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600
(-) Resultado positivo da Equivalência Patrimonial	17.000
LUCRO AJUSTADO	64.600
(-) Redução em fornecedores	23.000
(+) Aumento em impostos e contribuições a recolher	19.000

(+) Redução em contas a receber	30.000
(-) Aumento nos estoques	19.500
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	71.100

Gabarito: D

48. A empresa Sinergia S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2023, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 150.000,00. Durante o ano de 2024, a empresa apresentou as seguintes movimentações em seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de Capital em dinheiro	R\$ 60.000,00
- Incorporação de Reservas ao Capital	R\$ 10.000,00
- Lucro Líquido do Período	R\$ 200.000,00
- Destinação do lucro para reserva legal	R\$ 5.000,00
- Destinação do lucro para reserva para contingência	R\$ 15.000,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios	R\$ 20.000,00
- Aquisição de ações da própria companhia	R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa Sinergia S.A., em 31 de dezembro de 2024, foi de:

- A) R\$ 385.000,00
- B) R\$ 375.000,00
- C) R\$ 395.000,00
- D) R\$ 400.000,00
- E) R\$ 450.000,00

Comentários:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31/12/2023	R\$ 150.000,00
(+) Integralização de Capital em dinheiro	R\$ 60.000,00
(+) Lucro Líquido do Período	R\$ 200.000,00
(-) Destinação do lucro para dividendos obrigatórios	R\$ 20.000,00
(-) Aquisição de ações da própria companhia	R\$ 5.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31/12/2024	R\$ 385.000,00

Gabarito: A

49. Um princípio aplicável à elaboração e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas de companhias abertas consiste em:

- A) a controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, incluso no patrimônio líquido dos proprietários da controladora
- B) admitir uma defasagem máxima de seis meses entre as datas de encerramento das demonstrações da controlada e das demais entidades em processo de consolidação, devendo ser considerados os efeitos de transações relevantes nesse período.
- C) considerar o patrimônio da controladora e de suas controladas e coligadas como se esse patrimônio pertencesse a uma única entidade.
- D) utilizar políticas contábeis não uniformes que respeitem as diferenças entre os setores econômicos a que pertençam as entidades que estejam sendo objeto de consolidação.
- E) demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de grupo econômico, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Comentários:

Letra A: errada. A controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, SEPARADAMENTE do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

Letra B: errada. A defasagem máxima admitida é de dois meses.

Letra C: errada. As coligadas não são incluídas na consolidação.

Letra D: errada. Utilizar políticas contábeis UNIFORMES que respeitem as diferenças entre os setores econômicos a que pertençam as entidades que estejam sendo objeto de consolidação.

Letra E: correta. Definição de demonstrações consolidadas de acordo com o CPC 36 - Demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de grupo econômico, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Gabarito: E

50. Considere os seguintes dados da empresa S2 S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.
- Custos e despesas variáveis = R\$ 350,00/u.
- Custos e despesas fixos = R\$ 56.000,00/mês.
- Preço de venda = R\$ 600,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- A) 34 unidades.
- B) 38 unidades.
- C) 224 unidades.
- D) 258 unidades.
- E) 318 unidades.

Comentários:

Margem de segurança é quanto a empresa pode reduzir a quantidade vendida sem que tome prejuízo.

$$MC \text{ unitário} = PVu - Cvu = 600,00 - 350,00 = 250,00$$

$$PE = CF / MC \text{ u} = 56.000,00 / 250,00 = 224 \text{ unidades}$$

$$MS = \text{Quantidade vendida} - PE$$

$$MS = 258 - 224$$

$$MS = 34 \text{ unidades}$$

Gabarito: A

51 Não é uma característica básica das normas internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB:

- A) são baseadas muito mais em regras do que em princípios.
- B) são baseadas na prevalência da essência sobre a forma.
- C) é mais importante o conceito de controle do que a propriedade jurídica para registro de ativos.
- D) a contabilidade passa a ser alimentada com número maior de informações de outras áreas da entidade.
- E) exigem mais julgamento e na produção da informação.

Comentário:

Conforme dispõe o Manual de Contabilidade Societária (Ed. Atlas), as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB foram implementadas no Brasil pelo CPC e possuem algumas características básicas, tais como:

I. São baseadas muito mais em princípios do que em regras, exigindo, com isso, um maior julgamento e maior análise na produção de informações. O uso crescente de estimativas corrobora com esse entendimento. Vemos, assim, que a alternativa A traz uma mentira, por afirmar exatamente o contrário do aqui exposto.

II. São baseadas na prevalência da essência sobre a forma sendo, por exemplo, muito mais importante os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de incorrência em riscos do que a propriedade jurídica para registro dos elementos das demonstrações.

III. A contabilidade passa a ser de toda a empresa, não só do contador.

Gabarito: A

52. Admita-se um saldo de R\$ 200.000 de duplicatas a receber, com valores e prazos, a vencer e já vencidos, conforme tabela a seguir:

	Não vencidas	A vencer em 30 dias	A vencer em 60 dias	A vencer em 90 dias	A vencer em 180 dias	A vencer em + de 180 dias	Total
Duplicatas a Receber	45.000	50.000	40.000	30.000	30.000	5.000	200.000
% de Perda Estimada	2%	5%	10%	20%	50%	100%	
PECLD							

O valor a ser constituído a título de despesa com PECLD é de:

- A) zero
- B) R\$ 16.700
- C) R\$ 33.400
- D) R\$ 28.400
- E) R\$ 44.200

Comentário:

Eis o cálculo da despesa com PECLD:

Duplicatas a Receber	45.000	50.000	40.000	30.000	30.000	5.000	200.000
% de Perda Estimada	2%	5%	10%	20%	50%	100%	
PECLD	900	2.500	4.000	6.000	15.000	5.000	33.400

Gabarito: C

53. A empresa CM possui três tipos de produtos diferentes em seu estoque, sendo que o custo de aquisição total é de R\$ 34.000, conforme evidenciado a seguir.

Produtos	Custo unitário	Quantidade	Custo total
A	20	500	10.000
B	50	360	18.000
C	30	200	6.000
Total		1.060	34.000

Segue, abaixo, valores unitários de venda e despesas de venda de cada um dos produtos:

Produtos	Valor de venda un	Despesas de venda total
A	25	1.250
B	55	5.800
C	35	1.500

Assinale o valor da despesa com estimativa de perdas em estoques:

- A) R\$ 0,00
- B) R\$ 500,00
- C) R\$ 3.250,00
- D) R\$ 4.000,00
- E) R\$ 4.500,00

Comentário:

Os estoques são mensurados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Para encontrar o valor realizável líquido, diminuimos, do valor da venda, as despesas necessárias para realizar a alienação. Eis o cálculo da perda com estoque:

Prod	Custo un	Qtde	Custo total	Vr Venda Total	Despesas de venda	Vr Real. Líq	Diferença
A	20	500	10.000	12.500	1.250	11.250	1.250
B	50	360	18.000	19.800	5.800	14.000	(4.000)
C	30	200	6.000	7.000	1.500	5.500	(500)

Valor da perda estimada: $4.000 + 500 = 4.500$

Gabarito: E

54. Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata. Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

- A) Ativo circulante: R\$ 12.000 / ativo não circulante: R\$ 20.000.
- B) Ativo circulante: R\$ 16.000 / ativo não circulante: R\$ 20.000.
- C) Ativo circulante: R\$ 12.000 / ativo não circulante: R\$ 12.000.
- D) Ativo circulante: R\$ 4.000 / ativo não circulante: R\$ 32.000.
- E) Ativo circulante: R\$ 12.000 / ativo não circulante: 0.

Comentário:

Em 1/9/21, a empresa registrará o pagamento antecipado de despesa de seguro:

D- Seguros a Vencer ----- R\$ 36.000,00

C- Caixa -----R\$ 36.000,00

Mensalmente, a empresa deverá apropriar uma despesa de seguros de R\$ 1.000,00 (36 mil divididos por 36 meses):

D- Despesa de seguros-----R\$ 1.000,00

C- Seguros a vencer-----R\$ 1.000,00

Em 31.12.21, a empresa já terá reconhecido como despesa o montante de R\$ 4.000,00 (apropriação de setembro a dezembro). Os doze meses seguintes de seguros a vencer ficam no ativo circulante e o que passar disso vai para o longo prazo.

Sendo assim, em 31/12/21:

Já despesa: R\$ 4.000,00 [setembro a dezembro de 2021]

AC: R\$ 12.000,00 [janeiro a dezembro de 2022]

ARLP: R\$ 20.000,00 [janeiro de 2023 a agosto de 2024]

Gabarito: A

55. No ano de 2022, a sociedade MAVIFOR pagava mensalmente R\$ 10.800 a título de salários a seus empregados.

Em 01/08/2022, a sociedade informou que os salários seriam aumentados para R\$ 12.000, a partir da folha de pagamento de setembro, paga em outubro.

Assinale a opção que indica a despesa com 13º salário, contabilizada pela empresa.

- A) R\$ 1.000 em agosto.
- B) R\$ 1.000 em setembro.
- C) R\$ 2.200 em agosto.
- D) R\$ 1.800 em setembro.
- E) R\$ 900 em outubro.

Comentários:

Para atender ao regime de competência, a entidade deverá apropriar mensalmente uma despesa com 13º salário no valor de um doze avos do salário mensal. Sendo assim, de janeiro a agosto, a empresa fez o seguinte lançamento a título de apropriação mensal do 13º salário:

D- Despesa com 13º Salário---- 900

C- 13º Salário a Pagar----- 900

E teria sido assim até dezembro caso não tivesse ocorrido o aumento. Acontece que, em setembro (regime de competência), houve um aumento dos salários para R\$ 12.000,00. Desse modo, em setembro, a empresa terá que registrar, além do novo valor mensal de R\$ 1.000,00 (relativos a 1/12 de 12 mil), uma diferença referente aos valores registrados nos meses anteriores.

E de quanto será essa diferença? Perceba que foi registrado o montante de 900 por mês nos 8 meses anteriores (janeiro a agosto). Levando em consideração que o valor do 13º que será devido aos funcionários é calculado em cima do valor novo (R\$ 12.000,00), a apropriação mensal, pós-aumento, é de mil reais, sendo necessário reconhecer uma diferença de 100 reais por mês, de janeiro a agosto. Mas isso não é feito corrigindo os lançamentos anteriores de 900 para 1 mil. O ajuste é feito no mês em que há o aumento de salário. Nesse dito mês (no caso, setembro), a empresa irá registrar um montante de R\$ 800,00 (8 meses x R\$ 100,00) reconhecendo a diferença. Além disso, claro, terá que registrar o novo valor mensal de R\$ 1.000,00. A partir daí, todo mês será apropriado esse novo valor mensal de R\$ 1.000,00.

Teremos, assim, os seguintes valores mensais apropriados a título de despesa com 13º salário:

JAN a AGO: R\$ 900,00

SET: R\$ 1.800,00 [1.000 do mês + 800 da diferença]

OUT a DEZ: R\$ 1.000,00

Alternativa D está correta, portanto.

Gabarito: D

56. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2020. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques:

- A) UEPS, média ponderada móvel e PEPS.
- B) PEPS, média ponderada móvel e UEPS.
- C) média ponderada móvel, UEPS e PEPS.
- D) PEPS, UEPS e média ponderada móvel.
- E) UEPS, PEPS e média ponderada móvel.

Comentário:

Guarde o seguinte esqueminha:

Em uma economia inflacionária:

$LB \text{ e EF PEPS} > LB \text{ e EF média} > LB \text{ e EF UEPS}$

$CMV \text{ PEPS} < CMV \text{ média} < CMV \text{ UEPS}$

Em uma economia deflacionária, será o contrário:

$LB \text{ e EF PEPS} < LB \text{ e EF média} < LB \text{ e EF UEPS}$

$CMV \text{ PEPS} > CMV \text{ média} > CMV \text{ UEPS}$

Com isso, já dava para resolver a questão. Mas quero avançar um pouquinho.

Vamos imaginar um exemplo simples. Uma empresa efetuou 2 compras em uma economia em que os preços estejam caindo (economia deflacionária):

1ª compra: uma unidade no valor de R\$ 15

2ª compra: uma unidade no valor de R\$ 10

A questão compara o valor do lucro bruto com o uso do PEPS, UEPS e média móvel.

Vamos imaginar, agora, que houve a venda de uma unidade por R\$ 50,00:

Critério	Custo da un vendida	Valor que ficou no EF	Lucro bruto
UEPS	10,0	15,0	$50,0 - 10,0 = 40,0$
Média	12,5	12,5	$50,0 - 12,5 = 37,5$
PEPS	15,0	10,0	$50,0 - 15,0 = 35,0$

Veja que o lucro bruto pelo PEPS será menor. Por seu turno, o lucro bruto calculado pelo UEPS será o maior de todos.

Gabarito: B

57. Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento, havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- A) Ativo realizável a longo prazo.
- B) Passivo circulante.
- C) Resultado de exercícios futuros.
- D) Passivo não circulante.
- E) Reserva de contingências.

Comentário:

A FGV gosta desse tipo de questão. De acordo com o item 75 do CPC 26, se, até a data do balanço, o credor concordar que uma dívida de longo prazo atrelada a um acordo quebrado poderá continuar, sem problemas, no não circulante, a empresa poderá continuar classificando referida dívida no passivo não circulante.

CPC 26:

“74. Quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional

de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

75. Entretanto, o passivo deve ser classificado como não circulante se o credor tiver concordado, até a data do balanço, em proporcionar uma dilação de prazo, a terminar pelo menos doze meses após a data do balanço, dentro do qual a entidade poderá retificar a quebra de covenant contratual (reenquadramento nos índices de endividamento e cobertura de juros, por exemplo) e durante o qual o credor não poderá exigir a liquidação imediata do passivo em questão.”

Gabarito: D

58. Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que, se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto C, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- A) R\$ 90,00
- B) R\$ 68,00
- C) R\$ 60,00
- D) R\$ 102,00
- E) R\$ 150,00

Comentário:

Cuidado que a FGV, nos últimos concursos, tem demonstrado paixão pelo CPC 47. Essa questão trata do item 76 do referido Pronunciamento:

“76. Para alocar o preço da transação a cada obrigação de performance com base no preço de venda individual, a entidade deve determinar o preço de venda individual no início do contrato do bem ou serviço distinto subjacente a cada obrigação de performance no contrato e deve alocar o preço da transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais.”

Resolvendo a questão:

Produto A: 30% (102/340) de 300,00 = 90,00

Produto B: 50% (170/340) de 300,00 = 150,00

Produto C: 20% (68/340) de 300,00 = 60,00

Gabarito: C

59. A empresa industrial MAVIFOR, que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 72, apresentou os seguintes custos e despesas em 2022.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 144.000
- Mão de obra direta: R\$ 84.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 12.000
- Custos fixos totais: R\$ 144.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 60.000
- Fixas: R\$ 108.000

Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 8.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- A) R\$ 26.700,00
- B) R\$ 28.800,00
- C) R\$ 28.500,00
- D) R\$ 27.300,00
- E) R\$ 30.000,00

Comentário:

Sabemos que a diferença entre o custeio por absorção e o custeio variável está no tratamento dado aos custos fixos: no custeio por absorção, os custos fixos são ativados e diminuem o resultado apenas na proporção do que for vendido (via custo do produto vendido). Já no custeio variável, os custos fixos são considerados como se fossem despesa, por isso diminuem o lucro pelo valor total dos custos fixos, sem preocupação com a quantidade vendida.

Resumo da ópera: se a quantidade produzida for maior que a vendida e, assim, restar estoque final, o lucro líquido pelo custeio por absorção será superior ao do calculado pelo custeio variável.

Vamos resolver via macete.

Para saber o valor da diferença entre os lucros, basta multiplicarmos a quantidade em estoque final pelo custo fixo unitário.

A quantidade em estoque final foi de 2.000 unidades ($10.000 - 8.000$).

O custo fixo unitário foi de R\$ 14,40 ($R\$ 144.000 / 10.000$)

Sendo assim, a diferença entre os lucros será de: $2.000 \times 14,4 = \underline{R\$ 28.800,00}$

Gabarito: B

60. Considere as seguintes informações, referentes à venda de 27.000 unidades de um mesmo produto por uma empresa:

Vendas **1.890.000**

Despesas Variáveis **1.215.000**

Despesas Fixas **360.000**

Essa empresa precisará vender quantas unidades desse produto para atingir o ponto de equilíbrio?

- A) 8.000
- B) 10.000
- C) 12.200
- D) 15.000
- E) 14.400

Comentário:

Sabemos que a fórmula do ponto de equilíbrio é: $(CF + DF) / MCun$.

Precisamos, então, calcular a margem de contribuição unitária.

$MCun = PVun - CVun - DVun$

O preço de venda unitário é $1.890.000 / 27.000 = 70$

A despesa variável unitária é $1.215.000 / 27.000 = 45$

$MCun = 70 - 45 = \underline{25}$

Pois bem, o ponto de equilíbrio será $360.000 / 25 = 14.400$ unidades.

Gabarito: E

CONTABILIDADE PÚBLICA

01. O Governo do Estado Audazes do Sul adquiriu, em 15/05/20X1, 840 tablets para distribuição gratuita a estudantes da rede estadual de ensino, conforme informações abaixo:

- Preço de aquisição total 840.000,00
- Frete do transporte 5.000,00
- Seguros do transporte 2.000,00

No dia 30/05/20X1, os tablets adquiridos chegaram ao local definido no ato da aquisição para entrega. Sabe-se que, até o dia 30/06/20X1, os tablets adquiridos não haviam sido distribuídos aos alunos. Nessa data, o valor realizável líquido apurado desse lote era de R\$ 850.000,00 e o custo corrente de reposição de R\$ 845.000,00.

Com base somente nessas informações, desconsiderando qualquer efeito tributário ocorrido na transação, e na NBC TSP 04 – Estoques, o lote de 840 tablets deverá ser registrado, em 30/06/20X1, pelo valor de

- A) 840.000,00.
- B) 845.000,00.
- C) 847.000,00.
- D) 850.000,00.
- E) 857.000,00.

Comentários:

Segundo a NBC TSP 04,

15. Os estoques objeto desta norma devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto quando o disposto nos itens 16 ou 17, se aplicar.

17. Estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição quando são mantidos para:

(a) distribuição gratuita ou por valor irrisório;

(b) consumo no processo de produção de bens a serem distribuídos gratuitamente ou por valor irrisório.

Como podemos perceber, os tablets foram adquiridos para serem distribuídos **gratuitamente** pelo governo estadual. Logo, devemos registrá-los pelo valor de custo ou custo corrente de reposição; dos dois, o **menor**. Sendo assim, vamos apurar o valor de custo desses bens.

Valor de custo

(+) Preço de aquisição 840.000,00
(+) Frete do transporte 5.000,00
(+) Seguros do transporte 2.000,00
(=) Custo Total 847.000,00

Já o custo corrente de reposição perfaz o montante de **R\$ 845.000,00**. Logo, devemos mensurá-los por esse valor. Atenção: Para responder às questões a seguir, considere que a prefeitura do Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes transações ocorridas em janeiro de 20X1.

- I. Lançamento e arrecadação de receitas de Impostos no valor de R\$ 15.200.000,00.
- II. Arrecadação da receita de aluguéis, referente a dezembro de 20X0, no valor de R\$ 190.000,00.
- III. Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a janeiro de 20X1, no valor de R\$ 5.200.000,00. A despesa foi paga, pelo valor total empenhado, no mês de fevereiro de 20X1.
- IV. Reconhecimento de ajustes com perdas no estoque pelo valor de R\$ 240.000,00.
- V. Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 400.000,00. A despesa foi paga ao fornecedor, pelo valor total do empenho, em fevereiro de 20X1.
- VI. Utilização de material de consumo no valor de R\$ 260.000,00 na prestação de serviços.
- VII. Reconhecimento mensal de depreciação dos ativos imobilizados no valor de R\$ 160.000,00.
- VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/20X0 referentes a despesas correntes com serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 140.000,00.
- IX. Pagamento de depósito em caução no valor de R\$ 100.000,00. O recebimento aconteceu em dezembro de 20X0.

Gabarito: B

02. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X1, o resultado patrimonial apurado pelo Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- A) 9.200.000,00.
- B) 9.340.000,00.
- C) 9.060.000,00.
- D) 9.390.000,00.
- E) 9.530.000,00.

Comentários:

Para encontrar o resultado patrimonial, confrontamos as variações patrimoniais aumentativas (VPAs) com as variações patrimoniais diminutivas (VPDs). Assim, temos:

Variações Patrimoniais Aumentativas:

(+) Lançamento da Receita de Impostos: 15.200.000,00

(=) Total de Variações Patrimoniais Aumentativas: 15.200.000,00

Variações Patrimoniais Diminutivas:

(+) Empenho com Despesa de Pessoal: 5.200.000,00

(+) Ajustes com Perdas nos Estoques: 240.000,00

(+) Utilização de Material de Consumo: 260.000,00

(+) Depreciação Mensal de Imobilizados: 160.000,00

(=) Total de Variações Patrimoniais Diminutivas: 5.860.000,00

Resultado Patrimonial = 15.200.000,00 – 5.860.000,00

Resultado Patrimonial = 9.340.000,00

Gabarito: B

03. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X1, o ativo do Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- A) 14.700.000,00.
- B) 14.300.000,00.
- C) 14.890.000,00.
- D) 14.490.000,00.
- E) 14.590.000,00.

Comentários:

Vamos apurar o impacto no ativo ocasionado pelos fatos descritos:

I. Lançamento e arrecadação de receitas de Impostos no valor de R\$ 15.200.000,00.

Na arrecadação temos um aumento de caixa **(+) 15.200.000**

II. Arrecadação da receita de aluguéis, referente a dezembro de 20X0, no valor de R\$ 190.000,00.

Em dezembro de 20X0, houve o registro do direito (aluguéis a receber) em contrapartida da VPA. Logo, houve em janeiro de 20X1 uma variação qualitativa (aumento de caixa e baixa do direito a receber). Logo, não há impacto quantitativo no ativo.

III. Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a janeiro de 20X1, no valor de R\$ 5.200.000,00. A despesa foi paga, pelo valor total empenhado, no mês de fevereiro de 20X1.

Não há impacto no ativo em janeiro de 20X1. A saída de caixa ocorre em fevereiro.

IV. Reconhecimento de ajustes com perdas no estoque pelo valor de R\$ 240.000,00.

Aqui temos uma diminuição em estoques **(-) 240.000**

V. Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 400.000,00. A despesa foi paga ao fornecedor, pelo valor total do empenho, em fevereiro de 20X1.

Aqui temos um aumento em estoques (material de consumo) **(+) 400.000**

VI. Utilização de material de consumo no valor de R\$ 260.000,00 na prestação de serviços.

Aqui temos uma diminuição dos estoques pelo efetivo consumo **(-) 260.000**

VII. Reconhecimento mensal de depreciação dos ativos imobilizados no valor de R\$ 160.000,00.

Aqui temos uma diminuição do ativo imobilizado **(-) 160.000**

VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/20X0 referentes a despesas correntes com serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 140.000,00.

Aqui temos uma diminuição do caixa **(-) 140.000**

IX. Pagamento de depósito em caução no valor de R\$ 100.000,00. O recebimento aconteceu em dezembro de 20X0.

Aqui temos uma diminuição do caixa **(-) 100.000**

Consolidando, temos:

(+) Lançamento da Receita de Impostos: 15.200.000,00

(+) Aquisição de material de consumo: 400.000,00

(-) Ajustes com Perdas nos Estoques: (240.000,00)

(-) Depreciação Mensal de Imobilizados: (160.000,00)

(-) Utilização de Material de Consumo: (260.000,00)

(-) Pagamento de Restos a Pagar Processados: (140.000,00)

(-) Devolução de Depósito em Caução: (100.000,00)

(=) Total do Ativo: 14.700.000,00

Gabarito: A

04. Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, as mensurações a valor corrente refletem o ambiente econômico vigente na data de apresentação do relatório. As opções a seguir indicam bases de mensuração a valor corrente para ativos, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) valor em uso.
- B) custo corrente de substituição.
- C) preço líquido de venda.
- D) preço presumido.
- E) valor de mercado.

Comentários:

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

Mensurações a valor corrente

7.22 As mensurações a valor corrente refletem o ambiente econômico vigente na data de apresentação do relatório.

7.23 Existem quatro bases de mensuração a valor corrente para os ativos:

(a) valor de mercado; [opção E]

(b) custo de reposição ou substituição; [opção B]

(c) preço líquido de venda; e [opção C]

(d) valor em uso. [opção A]

O preço presumido é uma base de mensuração de passivos.

Gabarito: D

05. O balanço orçamentário evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As opções a seguir indicam informações que devem constar na estrutura do balanço orçamentário conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), à exceção de uma. Assinale-a:

- A) Dotação atualizada das despesas.
- B) Despesas por categoria econômica e função.
- C) Dotação inicial das despesas.
- D) Receitas detalhadas por categoria econômica e origem.
- E) Saldo da dotação.

Comentários:

Segundo o MCASP,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, **especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo**, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. **Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.**

Observe que, no balanço orçamentário, as despesas são evidenciadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa. Não são evidenciadas por função.

Gabarito: B

06. O Município Audazes dos Pampas adquiriu, em 31/10/20X1, um veículo no valor de R\$ 100.000,00 para transporte escolar. A vida útil econômica e o valor residual desse ativo imobilizado, nessa mesma data, foram estimados, respectivamente, em 7 anos e R\$ 16.000,00. O método de depreciação utilizado pela entidade é o das quotas constantes.

Com base nessas informações, assinale a opção que indica o valor, em reais, da variação patrimonial diminutiva reconhecida em 20X1 referente a esse veículo:

- A) 11.400,00
- B) 950,00
- C) 2.000,00
- D) 2.380,00
- E) 3.000,00

Comentários:

Efetuando os cálculos, temos:

$$\begin{aligned} &\text{Valor Contábil} \quad 100.000,00 \\ &(-) \text{Valor Residual} \quad \underline{16.000,00} \\ &(\text{=}) \text{Valor Depreciável} \quad 84.000,00 \\ &\text{Depreciação Anual} = 84.000,00 / 7 \text{ anos} = 12.000,00 \\ &\text{Depreciação Mensal} = 12.000,00 / 12 \text{ meses} = 1.000,00 \end{aligned}$$

O veículo foi adquirido em 31/10/20X1. Logo, temos que reconhecer a VPD de depreciação de 2 meses (novembro e dezembro).

$$\text{VPD Depreciação (20X1)} = 1.000,00 \times 2 = \mathbf{2.000,00}$$

Gabarito: C

07. Analise as assertivas abaixo relacionadas à NBC TSP 08 – Ativo Intangível e assinale a opção correta.

I - a NBC TSP 08 não exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural intangível que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo intangível.

II - um ativo intangível é identificável quando for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.

III - a mensuração no reconhecimento de ativo intangível adquirido por meio de transação sem contraprestação pelo valor justo não constitui uma reavaliação. Está(ão) correto(s):

- A) II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.
- E) nenhuma assertiva

Comentários:

I – **Certo.** “A NBC TSP 08 – Ativo Intangível **não exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural intangível** que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo intangível.”

Se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação da NBC TSP 08 e **pode, mas não é obrigado**, aplicar as exigências de **mensuração** desta norma.

II – **Certo.** “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”.

Não Monetário: não deve ser representado por dinheiro ou por direitos que gerem dinheiro.

Identificável: um ativo intangível é identificável quando **for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais**.

Sem substância física: o ativo intangível deve ser incorpóreo/imaterial.

III – **Certo.** “Segundo a NBC TSP 08, a mensuração no reconhecimento de ativo intangível adquirido por meio de transação sem contraprestação pelo valor justo **não constitui uma reavaliação**.”

Gabarito: D

Atenção: Para responder à questão, considere as transações a seguir, ocorridas em dezembro de 20X2 no Estado Audazes do Sul:

- Lançamento e arrecadação de Receita de Contribuições no valor de R\$ 5.000.000,00.
- Recebimento de R\$ 500.000,00, de créditos tributários inscritos em dívida ativa em março de 20X1.
- Pagamento dos salários dos servidores, no valor de R\$ 4.280.000,00, referentes a novembro de 20X2.
- Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 5.000.000,00, referentes a dezembro de 20X2. O pagamento da despesa foi realizado em janeiro de 20X3.
- Reconhecimento da amortização mensal do ativo intangível no valor de R\$ 500.000,00.
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 100.000,00, referente ao ativo imobilizado.
- Pagamento, no valor de R\$ 340.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/20X1 referentes a despesas correntes.

08. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 20X2, o saldo do ativo do referido ente público estadual foi

- A) aumentado em R\$ 4.060.000,00.
- B) aumentado em R\$ 720.000,00.
- C) reduzido em R\$ 220.000,00.
- D) reduzido em R\$ 120.000,00.
- E) reduzido em R\$ 380.000,00.

Comentários:

Vamos verificar o impacto de cada um dos fatos no ativo.

– *Lançamento e arrecadação de Receita de Contribuições no valor de R\$ 5.000.000,00.*

No lançamento da receita de contribuições, há geração do crédito a receber (direito), logo há um aumento do ativo. **(+) 5.000.000,00**

– *Recebimento de R\$ 500.000,00, de créditos tributários inscritos em dívida ativa em março de 20X1.*

Trata-se de uma variação qualitativa, sem impacto quantitativo no ativo.

– *Pagamento dos salários dos servidores, no valor de R\$ 4.280.000,00, referentes a novembro de 20X2.*

No pagamento há saída do caixa. Logo, houve uma diminuição do ativo. **(-) 4.280.000,00**

– *Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 5.000.000,00, referentes a dezembro de 20X2. O pagamento da despesa foi realizado em janeiro de 20X3.*

Nesse fato não há impacto no ativo. O pagamento ocorreu em janeiro de 20X3.

– *Reconhecimento da amortização mensal do ativo intangível no valor de R\$ 500.000,00.*

No reconhecimento da amortização, há uma diminuição do ativo. **(-) 500.000,00**

– *Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 100.000,00, referente ao ativo imobilizado*

No reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável há uma diminuição do ativo. **(-) 100.000,00**

– *Pagamento, no valor de R\$ 340.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2017 referentes a despesas correntes.*

No pagamento há saída do caixa. Logo, houve uma diminuição do ativo. **(-) 340.000,00**

Consolidando as informações, temos:

(+) 5.000.000,00

(-) 4.280.000,00

(-) 500.000,00

(-) 100.000,00

(-) 340.000,00

(=) Impacto no ativo -220.000,00

Gabarito: C

09. Acerca das disposições previstas na NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção INCORRETA:

- A) As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.
- B) As restrições inerentes à informação contida nos RCPGs são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.
- C) As características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nos RCPGs, inclusive às informações histórica e prospectiva, além da informação explicativa.
- D) A comparabilidade se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades.
- E) A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Comentários:

Segundo a NBC TSP EC,

A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo. Em alguns casos, os princípios ou políticas contábeis adotados pela entidade podem ser revisados para melhor representar determinada transação ou evento nos RCPGs. Nesses casos, a inclusão de evidenciação ou explicação adicional pode ser necessária para satisfazer as características da comparabilidade.

Gabarito: D

10. Acerca das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, assinale a opção correta:

- A) Uma receita corrente arrecadada é evidenciada tanto no balanço financeiro como no balanço orçamentário.
- B) O balanço patrimonial indica o saldo patrimonial do exercício obtido pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- C) A demonstração das variações patrimoniais, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, evidencia as variações patrimoniais quantitativas do exercício, incluindo as mutações patrimoniais da receita e da despesa.
- D) O balanço financeiro é parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, nos termos da NBC TSP 11.
- E) O balanço orçamentário é elaborado com base no regime misto, no qual as receitas são reconhecidas pela arrecadação e as despesas pela liquidação.

Comentários:

Correta a alternativa A. Isso mesmo. As receitas executadas (arrecadadas) são evidenciadas no balanço orçamentário e também no balanço financeiro, pois este evidencia, além dos ingressos orçamentários (incluindo, portanto, as receitas arrecadadas), os ingressos extraorçamentários.

Incorreta a alternativa B. O balanço patrimonial indica o saldo patrimonial obtido por meio do confronto do ativo real (financeiro + permanente) e o passivo real (financeiro + permanente).

Incorreta a alternativa C. As mutações patrimoniais da receita e da despesa são evidenciadas na estrutura “antiga” da DVP, segundo o modelo da Lei n. 4.320/64.

Incorreta a alternativa D. A NBC TSP 11 não prevê o balanço financeiro.

Incorreta a alternativa E. O balanço orçamentário é elaborado com base no regime misto (regime orçamentário), no qual as receitas são reconhecidas pela arrecadação e as despesas pelo empenho.

Gabarito: A

11. Na classificação da despesa com aquisição de material, devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo. As opções a seguir indicam critérios que caracterizam um material de consumo, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) Durabilidade
- B) Incorporabilidade
- C) Transformabilidade
- D) Perecibilidade
- E) Conversibilidade

Comentários:

Segundo o MCASP,

Um material é considerado de consumo caso atenda um, e pelo menos um, dos critérios a seguir:

- a. Critério da **Durabilidade**: se em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;*
- b. Critério da **Fragilidade**: se sua estrutura for quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irreversibilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade;*
- c. Critério da **Perecibilidade**: se está sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou se deteriora ou perde sua característica pelo uso normal;*
- d. Critério da **Incorporabilidade**: se está destinado à incorporação a outro bem, e não pode ser retirado sem prejuízo das características físicas e funcionais do principal. Pode ser utilizado para a constituição de novos bens, melhoria ou adições complementares de bens em utilização (sendo classificado como 4.4.90.30), ou para a reposição de peças para manutenção do seu uso normal que contenham a mesma configuração (sendo classificado como 3.3.90.30);*
- e. Critério da **Transformabilidade**: se foi adquirido para fim de transformação*

Logo, o critério da conversibilidade não é usado na caracterização de um material de consumo.

Gabarito: E

Atenção: Para responder à questão a seguir, considere que a prefeitura do Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes transações ocorridas em janeiro de 20X1.

- I. Lançamento e arrecadação de receitas de Impostos no valor de R\$ 15.200.000,00.
- II. Arrecadação da receita de aluguéis, referente a dezembro de 20X0, no valor de R\$ 190.000,00.
- III. Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a janeiro de 20X1, no valor de R\$ 5.200.000,00. A despesa foi paga, pelo valor total empenhado, no mês de fevereiro de 20X1.
- IV. Reconhecimento de ajustes com perdas no estoque pelo valor de R\$ 240.000,00.
- V. Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 400.000,00. A despesa foi paga ao fornecedor, pelo valor total do empenho, em fevereiro de 20X1.
- VI. Utilização de material de consumo no valor de R\$ 260.000,00 na prestação de serviços.
- VII. Reconhecimento mensal de depreciação dos ativos imobilizados no valor de R\$ 160.000,00.
- VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/20X0 referentes a despesas correntes com serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 140.000,00.
- IX. Pagamento de depósito em caução no valor de R\$ 100.000,00. O recebimento aconteceu em dezembro de 20X0.

12. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X1, o resultado orçamentário apurado pelo Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- A) 9.600.000,00
- B) 9.630.000,00
- C) 9.790.000,00
- D) 10.000.000,00
- E) 10.190.000,00

Comentários:

Para encontrar o resultado orçamentário, confrontamos as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas. Assim, temos:

Receitas Arrecadadas:

(+) Arrecadação da Receita de Impostos	15.200.000,00
(+) Arrecadação da Receita de Aluguéis	<u>190.000,00</u>
(=) Total da Arrecadação	15.390.000,00

Despesas Empenhadas:

(+) Empenho com Despesa de Pessoal:	5.200.000,00
(+) Empenho de Material de Consumo:	<u>400.000,00</u>
(=) Total Empenhado	5.600.000,00

Resultado Orçamentário = 15.390.000,00 – 5.600.000,00

Resultado Orçamentário = 9.790.000,00 (superávit)

Gabarito: C



Estratégia
Concursos

13. Considere o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços. Nesse caso:

- A) o reconhecimento do direito e da Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) deve ser feito no momento do fato gerador, e não no momento da arrecadação, que ocorrerá futuramente.
- B) a receita orçamentária é registrada após a ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento anterior à arrecadação da receita orçamentária.
- C) a receita orçamentária é contabilizada junto com a ocorrência do fato gerador.
- D) a receita orçamentária é registrada antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária.
- E) há troca de um direito (entrada antecipada dos valores) por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial quantitativa.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A opção descreve a situação quando há o reconhecimento da VPA antes da ocorrência da arrecadação da receita orçamentária, a exemplo do que ocorre no lançamento de um imposto (IPVA, IPTU etc.).

Incorreta a alternativa B. No caso apresentado, a receita orçamentária é registrada antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária.

Incorreta a alternativa C. A receita orçamentária é contabilizada junto com a ocorrência do fato gerador quando ocorrer o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitantemente com a prestação do serviço.

Correta a alternativa D. Exatamente, há troca de um direito (entrada antecipada dos valores) por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial qualitativa.

Incorreta a alternativa E. Nesse caso, trata-se de uma variação patrimonial qualitativa.

Gabarito: D

14. Ao avaliar se há alguma indicação de que o ativo gerador de caixa possa ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar algumas indicações. As opções a seguir descrevem fontes internas de informações, à exceção de uma. Assinale-a:

- A) Evidência disponível de obsolescência ou dano físico do ativo.
- B) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico ou legal no qual a entidade opera.
- C) Evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado.
- D) Decisão de interromper a construção do ativo antes da sua conclusão ou de estar em condição de uso.
- E) Mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado.

Comentários:

Segundo o MCASP,

Fontes Externas de Informação

a. Durante o período, o valor de mercado do ativo tem diminuído significativamente mais do que o esperado pela passagem do tempo ou por seu uso normal.

b. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico ou legal no qual a entidade opera;

c. As taxas de juros de mercado ou outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos têm aumentado durante o período e esses aumentos provavelmente afetam a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e diminuem significativamente seu valor recuperável.

Fontes Internas de Informação

a. Evidência disponível de obsolescência ou dano físico do ativo.

b. Mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado.

c. Decisão de interromper a construção do ativo antes da sua conclusão ou de estar em condição de uso.

d. Evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado.

Gabarito: B

15. Acerca das disposições inerentes à Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme a NBC TSP 12 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta:

- A) O investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição.
- B) Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são incluídos nos equivalentes de caixa.
- C) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins
- D) Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele não necessariamente deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa.
- E) Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a significante risco de mudança de valor.

Comentários:

Correta a alternativa A. Exatamente conforme descreve o MCASP.

Incorreta a alternativa B. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Incorreta a alternativa C. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Incorreta a alternativa D. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa.

Incorreta a alternativa E. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Gabarito: A

16. O contador da Prefeitura Municipal de Audazes dos Pampas disponibilizou as seguintes informações sobre a geração líquida de caixa da instituição em 31/12/20X2:

Movimentação	Valor (R\$)
Recebimento da Dívida ativa tributária	300.000
Amortização de empréstimos concedidos	25.000
Transferências de capital recebidas	500.000
Impostos recebidos	400.000
Diárias pagas	12.000
Concessão de empréstimos	50.000
Amortização de operações de crédito	1.500.000
Transferência corrente recebida (FPM)	2.000.000
Pessoal (folha bruta)	1.600.000
Operações de crédito obtidas	350.000
Alienação de bens	80.000

Com base nos dados acima, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais e das atividades de financiamento são, respectivamente:

- A) R\$ 500.000 e (R\$ 1.000.000)
- B) R\$ 1.118.000 e (R\$ 1.150.000)
- C) R\$ 1.518.000 e R\$ 12.000
- D) R\$ 1.618.000 e (R\$ 1.000.000)
- E) R\$ 1.118.000 e (R\$ 1.000.000)

Comentários:

Atividades Operacionais

(+) Dívida ativa tributária	300.000
(+) Transferências de capital recebidas	500.000
(+) Impostos recebidos	400.000
(+) Transferência corrente recebida (FPM)	2.000.000

(-) Diárias pagas	(12.000)
(-) Pessoal (folha bruta)	<u>(1.600.000)</u>
Total	1.118.000

Atividades de Financiamento

(+) Operações de crédito obtidas	350.000
(-) Amortização de operações de crédito	<u>(1.500.000)</u>
Total	(1.000.000)

Gabarito: E

17. Com base nas orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), dentre as opções abaixo, assinale aquela que caracteriza uma receita sob o enfoque patrimonial:

- A) saída de caixa para pagamento de uma obrigação.
- B) aumento do passivo circulante por conta de uma operação de crédito de curto prazo.
- C) aquisição de um ativo imobilizado à vista.
- D) recebimento de uma ambulância em doação.
- E) amortização de uma dívida de longo prazo.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. É variação qualitativa.

Incorreta a alternativa B. É variação qualitativa.

Incorreta a alternativa C. É variação qualitativa.

Correta a alternativa D. Nesse caso temos a configuração de uma variação patrimonial aumentativa (receita sob o enfoque patrimonial).

Incorreta a alternativa E. É variação qualitativa.

Gabarito: D

18. Acerca da NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, analise as assertivas a seguir:

I - Um exemplo de mudança de política contábil é a mudança de regime contábil.

II - A adoção antecipada de uma nova norma deve ser considerada como mudança voluntária na política contábil.

III - A aplicação inicial da política de reavaliação de Ativo Imobilizado ou Ativo intangível é uma mudança na política contábil, tratada como reavaliação.

Está(ão) correta(s):

- A) I, apenas
- B) II, apenas
- C) II e III, apenas
- D) I e III, apenas
- E) I, II e III

Comentários:

I. **Certo.** Segundo o MCASP,

A entidade deve mudar a política contábil somente se a mudança for exigida por alguma norma ou resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis. Os usuários devem ter a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis. Assim, devem ser aplicadas as mesmas políticas contábeis dentro do exercício e nos demais, exceto se houver necessidade de mudança, conforme explicitado.

Um exemplo de mudança de política contábil é a mudança de regime contábil.

II. **Errado.** Segundo o MCASP,

A adoção antecipada de uma nova norma não deve ser considerada como mudança voluntária na política contábil.

As mudanças nas políticas contábeis deverão ser aplicadas da seguinte forma:

- a. Aplicar as disposições transitórias da nova norma;*
- b. Aplicar retrospectivamente como se a política sempre estivesse vigente, caso não haja nenhuma disposição contrária;*
- c. Aplicar prospectivamente, se for impraticável fazer a aplicação retrospectiva.*

III. **Certo.** Segundo o MCASP,

A aplicação inicial da política de reavaliação de Ativo Imobilizado ou Ativo intangível é uma mudança na política contábil, tratada como reavaliação, conforme a norma específica.

Gabarito: D

19. Analise o seguinte registro contábil:

Natureza da informação: patrimonial

D 3.x.x.x.xx Variação Patrimonial Diminutiva

C 1.1.3.1.x.xx Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros (P)

Com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, esse lançamento caracteriza:

- A) um exemplo de reconhecimento da variação patrimonial diminutiva após a liquidação da despesa orçamentária.
- B) o registro patrimonial decorrente da concessão de um suprimento de fundos, quando do pagamento do valor ao agente suprido.
- C) o reconhecimento de uma obrigação patrimonial.
- D) a baixa de um ativo financeiro.
- E) a baixa de um ativo não circulante.

Comentários:

Correta a alternativa A. A operação descrita caracteriza o momento da prestação de contas de um suprimento de fundos, exemplo clássico de reconhecimento da VPD após a liquidação da despesa orçamentária.

Incorreta a alternativa B. No pagamento ao agente suprido (momento da concessão), temos o seguinte registro, na natureza de informação patrimonial:

D 2.1.8.9.x.xx Suprimento de Fundos a Pagar (F)

C 1.1.1.1.x.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

Incorreta a alternativa C. No lançamento temos uma VPD reconhecida e a baixa de um direito (ativo).

Incorreta a alternativa D. O atributo (P) indica se tratar de um ativo permanente.

Incorreta a alternativa E. Trata-se de um ativo circulante. Podemos identificar pelos dois primeiros dígitos da conta contábil:

1.1 = ativo circulante

Gabarito: A

20. Considere que o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano. Assinale a opção correta acerca da contabilização desse fato:

- A) Em 1º de janeiro haverá o reconhecimento de um ativo financeiro.
- B) Em 1º de janeiro haverá o reconhecimento de um ativo não circulante.
- C) A variação patrimonial decorrente desse fato é qualitativa.
- D) Haverá movimentação em contas da classe 1 e classe 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- E) No momento do fato gerador, haverá registros no âmbito da natureza patrimonial e orçamentária do PCASP.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Nesse caso, temos o reconhecimento de um ativo permanente (P), conforme lançamento abaixo:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber **(P)**

C 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre Patrimônio e a Renda

Incorreta a alternativa B. Conforme lançamento acima, temos o registro de um ativo circulante (classe 1, grupo 1).

Incorreta a alternativa C. Conforme lançamento acima, temos o registro de uma VPA (classe 4).

Correta a alternativa D. Exatamente, conforme lançamento acima.

Incorreta a alternativa E. No momento do fato gerador, temos registro apenas de natureza patrimonial (lançamento acima).

Gabarito: D

21. O setor de contabilidade do Município Audazes dos Pampas recebeu do setor tributário municipal informações sobre o montante dos créditos tributários a receber cuja expectativa de geração de benefícios econômicos era considerada remota. Nesse caso, à luz das disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o setor de contabilidade deverá:

- A) desreconhecer esses créditos das demonstrações contábeis e deixar de controlá-los contabilmente.
- B) manter os créditos reconhecidos no balanço patrimonial, porém reclassificá-los em contas apropriadas.
- C) desreconhecer esses créditos das demonstrações contábeis, porém mantendo-se o controle contábil em contas apropriadas.
- D) informar a situação ao setor de controle interno municipal para que sejam tomadas medidas para a baixa desses créditos tributários.
- E) manter os créditos reconhecidos no balanço patrimonial e evidenciar o fato em notas explicativas.

Comentários:

Segundo o MCASP:

*O reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. As condições que dão origem à incerteza, se existirem, podem mudar. Portanto, é importante que a incerteza seja avaliada em cada data da demonstração contábil. Por exemplo, sob certas circunstâncias, o montante dos créditos tributários a receber cuja expectativa de geração de benefícios econômicos seja considerada remota (baixíssima probabilidade) devem ser **desreconhecidos das demonstrações contábeis por não atenderem a definição de ativo**. Entretanto, os créditos desreconhecidos **continuam sendo objeto de controle contábil em contas apropriadas**, assegurando-se a devida transparência.*

Gabarito: C

22. Segundo a NBC TSP 04 – Estoques, o valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques a sua condição e localização atuais. Assinale a opção que descreve um item que deve ser somado ao custo de aquisição dos estoques:

- A) valor anormal de desperdício de materiais.
- B) despesas de armazenamento.
- C) despesas comerciais.
- D) descontos comerciais.
- E) impostos de importação.

Comentário:

O custo de aquisição compreende:

- a. O preço de compra;
- b. Os **impostos de importação** e outros tributos não recuperáveis;
- c. Frete (transporte);
- d. Seguro;
- e. Manuseio; e
- f. Outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos.

Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

São exemplos de itens que não devem ser incluídos no custo dos estoques e reconhecidos como VPD do período em que são incorridos:

- a. Valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção;
- b. Despesa de armazenamento, a menos que sejam necessárias ao processo produtivo, como entre uma ou outra fase de produção;
- c. Despesa administrativas que não contribuem para trazer os estoques a seu local e condição atuais; e
- d. Despesa de comercialização.

Gabarito: E

23. Acerca dos procedimentos de redução ao valor recuperável, analise as assertivas a seguir:

I – Os ativos tributários diferidos seguem os procedimentos contábeis descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no contexto da contabilização da redução ao valor recuperável.

II – Independentemente de ser gerador de caixa ou não, o ativo é objeto de redução ao valor recuperável quando seu valor contábil exceder seu valor recuperável.

III – As despesas de vendas, no contexto da definição de valor recuperável, são as despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo, a exemplo das despesas financeiras e de tributos sobre a renda.

Está(ão) correta(s):

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentário:

I. Errado. Segundo o MCASP:

Para esta edição do manual, os procedimentos contábeis aqui descritos devem ser aplicados para a contabilização da redução ao valor recuperável de ativos (geradores ou não geradores de caixa), exceto:

[...] g. Ativos tributários diferidos; [...]

Esses ativos tratam de questões específicas do setor público que exigem considerações adicionais e, por isso, foram excluídos.

II. Certo. Segundo o MCASP:

Independentemente de ser gerador de caixa ou não, o ativo é objeto de redução ao valor recuperável quando o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável. A entidade deve avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, a entidade deve estimar esse valor. Se não houver indicação de potencial perda por redução ao valor recuperável, não é necessário que a entidade faça uma estimativa formal desse valor

III. Errado. Segundo o MCASP:

Valor recuperável

É o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.

Despesas de venda

São despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo, **com exceção das despesas financeiras e de tributos sobre a renda.**

Gabarito: B

24. Acerca das receitas de transação sem contraprestação, assinale a opção correta.

- A) Os recursos de tributos recebidos antes da ocorrência do fato gerador são reconhecidos como um ativo e um passivo.
- B) Os ativos reconhecidos em transação sem contraprestação devem ser mensurados pelo valor justo, a exemplo dos ativos oriundos de transações tributárias.
- C) A entidade deve constituir ajuste para perdas de créditos relativos a tributos, conforme metodologia descrita no manual de contabilidade aplicada ao setor público.
- D) No contexto da repartição tributária, o ente arrecadador deve realizar o registro da receita pelos valores líquidos e o respectivo valor a transferir no passivo por meio de provisão.
- E) Devido a suas peculiaridades, as multas não satisfazem a definição de transação sem contraprestação.

Comentário:

a. **Certo.** Segundo o MCASP:

Os recursos de tributos recebidos antes da ocorrência do fato gerador são reconhecidos como um ativo, pela entrada no caixa, e um passivo – recebimentos antecipados – porque o evento que origina o direito da entidade aos tributos não ocorreu e o critério para o reconhecimento da VPA não foi satisfeito, apesar de a entidade já ter recebido uma entrada de recursos. Desse modo, um passivo deve ser reconhecido até que o evento tributável ocorra. Quando o evento tributável ocorrer, o passivo deve ser baixado e a VPA deve ser reconhecida.

b. **Errado.** Segundo o MCASP:

De acordo com a NBC TSP 01, os ativos em geral devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição. Contudo, **os ativos oriundos de transações tributárias, enquanto não efetivamente arrecadados, devem ser mensurados pela melhor estimativa de entrada de recursos para a entidade**, que deve desenvolver políticas contábeis, em conformidade com as exigências da norma em comento, as quais devem levar em consideração tanto a probabilidade de que os recursos oriundos de transações tributárias fluam para o governo quanto o valor justo dos ativos resultantes.

c. **Errado.** O MCASP não descreve a metodologia para cálculo dos ajustes para perdas. Segundo o MCASP:

A entidade deve constituir ajuste para perdas de créditos relativos a tributos. A metodologia utilizada para cálculo do ajuste para perdas deve ser aquela que melhor reflita a real situação do ativo e deve ser evidenciada em notas explicativas.

d. **Errado.** Segundo o MCASP:

O ente arrecadador deve realizar o registro da receita pelos valores brutos e o respectivo valor a transferir no passivo por meio de provisão.

e. **Errado.** Segundo o MCASP:

As multas satisfazem a definição de transação sem contraprestação porque não impõem ao governo, em troca, quaisquer obrigações que possam ser reconhecidas como passivo. Normalmente, são cobradas em montante fixo pelo descumprimento de obrigações legais ou regulamentares, porém, podem ser arbitradas em certos casos, de acordo com a relevância da infração ou reiteração da conduta indesejada, conforme legislação aplicada

Gabarito: A



Estratégia
Concursos

25. O setor tributário do Município Audazes dos Pampas detectou que, devido a um erro no sistema de cobrança, o IPTU pode ter sido cobrado indevidamente de determinados contribuintes, sendo necessário fazer a restituição. Após análise, identificou-se os seguintes cenários:

Cenário 1: caso se identifique que a totalidade dos valores cobrados deverá ser restituída, o desembolso esperado será de R\$ 10 milhões.

Cenário 2: caso se identifique que o erro resultou apenas em uma cobrança a maior do tributo, o desembolso esperado será de R\$ 4 milhões.

Cenário 3: caso se identifique que o erro do sistema não afetou a cobrança do tributo, não haverá valor a restituir.

O setor tributário estimou que 10% dos contribuintes foram indevidamente tributados, 30% foram tributados a maior e 60% não foram afetados.

Nesse contexto, assinale a opção que indica corretamente o valor esperado para a provisão com as restituições, nos termos da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- A) R\$ 1.000.000
- B) R\$ 1.200.000
- C) R\$ 2.200.000
- D) R\$ 4.000.000
- E) R\$ 10.000.000

Comentário:

Quando a provisão mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação é estimada ponderando-se todos os possíveis resultados. Esse método estatístico corresponde ao "valor esperado".

Segundo o caso hipotético apresentado, o valor esperado para a provisão com as restituições é:

$(10\% \text{ de R\$ } 10 \text{ mi}) + (30\% \text{ de } 4 \text{ mi}) + (60\% \text{ de R\$ } 0) = \text{R\$ } 1.000.000 + \text{R\$ } 1.200.000 = \text{R\$ } 2.200.000$

Gabarito: C

26. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes informações em 31/12/20X1:

Conta	Saldo (em R\$)
Ativo circulante	300.000,00
Ativo não circulante	500.000,00
Passivo circulante	475.000,00
Ativo financeiro	250.000,00
Ativo permanente	500.000,00
Passivo financeiro	?
Passivo permanente	450.000,00
Atos potenciais ativos	250.000,00
Saldo patrimonial	300.000,00

Com base nas informações obtidas, é correto afirmar que o saldo do passivo financeiro em 31/12/20X1 é, em R\$, de:

- A) 0,00
- B) 24.650,00
- C) 25.000,00
- D) 85.000,00
- E) 121.000,00

Comentário:

Para chegar ao resultado, precisamos ter o entendimento de que o saldo patrimonial é obtido pelo confronto entre o total do ativo real (financeiro + permanente) e o total do passivo real (financeiro + permanente). Assim, temos:

$$300.000 = (250.000 + 500.000) - (\text{passivo financeiro} + 450.000)$$

$$300.000 = 750.000 - \text{passivo financeiro} - 450.000$$

$$\text{Passivo financeiro} = 0 \text{ (zero)}$$

Gabarito: A

27. Ao avaliar se há alguma indicação de que o ativo gerador de caixa possa ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar algumas indicações. As opções a seguir descrevem fontes internas de informações, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) Evidência disponível de obsolescência ou dano físico do ativo.
- B) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico ou legal no qual a entidade opera.
- C) Decisão de interromper a construção do ativo antes de sua conclusão ou de estar em condição de uso.
- D) Evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado.
- E) Mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado.

Comentário:

Segundo o MCASP,

Fontes Externas de Informação

a. Durante o período, o valor de mercado do ativo tem diminuído significativamente mais do que o esperado pela passagem do tempo ou por seu uso normal.

b. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico ou legal no qual a entidade opera;

c. As taxas de juros de mercado ou outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos têm aumentado durante o período e esses aumentos provavelmente afetam a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e diminuem significativamente seu valor recuperável.

Fontes Internas de Informação

a. Evidência disponível de obsolescência ou dano físico do ativo.

b. Mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado.

c. Decisão de interromper a construção do ativo antes da sua conclusão ou de estar em condição de uso.

d. Evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado.

Gabarito: B

28. A NBC TSP – Estrutura Conceitual elenca os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) e, entre eles, estão os usuários dos serviços, que exigem informações sobre:

- A) as avaliações da liquidez da entidade e se os montantes e os prazos de pagamento estão em conformidade com o que foi contratado.
- B) as avaliações que dão suporte se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência, economicidade e da maneira pretendida.
- C) as atividades previstas de prestação de serviços e as necessidades de recursos que as entidades necessitam.
- D) as consequências das decisões tomadas e das atividades realizadas pela entidade durante o exercício.
- E) as operações atuais a partir dos recursos angariados dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual.

Comentário:

a. **Errado.** Segundo a NBC TSP – EC:

Os credores** por empréstimos e outros credores **exigem informação como insumo para avaliações da liquidez da entidade e, portanto, se o montante e o prazo para pagamento estarão em conformidade com o que foi contratado.

b. **Errado.** Segundo a NBC TSP – EC:

Os doadores exigem informação para dar suporte às avaliações se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida.

c. **Errado.** Segundo a NBC TSP – EC:

Os doadores** exigem informação para dar suporte às avaliações se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida. Eles **também exigem informação sobre as atividades previstas de prestação de serviços e as necessidades de recursos.

d. **Certo.** Segundo a NBC TSP – EC:

Os usuários dos serviços exigem, também, informação sobre as consequências das decisões tomadas e das atividades realizadas pela entidade durante o exercício e sobre os recursos disponíveis para dar suporte à prestação de serviços em períodos futuros, às atividades e objetivos da prestação de serviços, aos montantes e às fontes de recuperação dos custos necessários para dar suporte a essas atividades.

e. **Errado.** Segundo a NBC TSP – EC:

2.13 Os provedores de recursos exigem informação como subsídio para as avaliações sobre **se a entidade:**

(b) financiou as operações atuais a partir dos recursos angariados dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual;

Gabarito: D

29. Considere os seguintes saldos em 31/12/20X4, ocorridos no Município Audazes dos Pampas:

- Receita corrente prevista: R\$ 10.000,00
- Receita corrente arrecadada: R\$ 9.600,00
- Receita de capital prevista: R\$ 4.000,00
- Receita de capital arrecadada: R\$ 3.600,00
- Despesa corrente fixada: R\$ 7.800,00
- Despesa corrente empenhada: R\$ 7.400,00
- Despesa de capital fixada: R\$ 5.000,00
- Despesa de capital empenhada: R\$ 4.600,00

Com base nesses dados, o resultado orçamentário do Município Audazes dos Pampas no exercício de 20X4 foi:

- A) Superávit de R\$ 1.200,00
- B) Superávit de R\$ 600,00
- C) Déficit de R\$ 400,00
- D) Superávit de R\$ 800,00
- E) Déficit de R\$ 200,00

Comentário:

O resultado orçamentário é obtido pelo confronto entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas.

Assim, temos:

Resultado orçamentário = $(9.600 + 3.600) - (7.400 + 4.600) = 13.200 - 12.000 = 1.200$ (superávit)

Gabarito: A

30. Em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados no setor público, assinale a opção que descreve um procedimento adequado, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- A) Incluir o bem adquirido como um ativo circulante devido a sua utilização direta em operações rotineiras.
- B) Mensurar o ativo, em geral, por seu valor justo, incluindo no balanço patrimonial dentro do ativo não circulante.
- C) Registrar o bem como ativo não circulante realizável a longo prazo.
- D) Os custos incorridos no uso, na transferência ou reinstalação de um item não são incluídos em seu valor contábil.
- E) se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida no patrimônio líquido em conta de ajuste a valor presente.

Comentário:

- a. **Errado.** Os ativos imobilizados são classificados no ativo não circulante.
- b. **Errado.** O valor justo aplica-se a ativos imobilizados adquiridos em transações sem contraprestação.
- c. **Errado.** O ativo imobilizado é um subgrupo do ativo não circulante. Não há classificação de imobilizado no ativo realizável a longo prazo.
- d. **Certo.** O **reconhecimento dos custos** no valor contábil de um item do ativo imobilizado **cessa** quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração. Portanto, **os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de um item não são incluídos em seu valor contábil**, como os custos incorridos durante o período em que o ativo ainda não está sendo utilizado ou está sendo operado a uma capacidade inferior a sua capacidade total.
- e. **Errado.** Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como variação patrimonial diminutiva com juros durante o período do crédito.

Gabarito: D

DIREITO TRIBUTÁRIO

01. Com a Reforma Tributária (EC 132/2023), foi previsto o imposto sobre bens e serviços (IBS) de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta:

- A) O imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada incidirá apenas sobre operações com bens materiais e imateriais, e os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- B) A legislação do imposto sobre bens e serviços será diferenciada em cada Estado, permitindo que cada um adote normas próprias para regulamentar sua aplicação.
- C) O imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- D) A alíquota do imposto será fixada por lei federal e será a mesma para todas as operações em todos os entes federativos, sem exceção.
- E) A concessão de incentivos e benefícios fiscais relativos ao IBS por parte de cada Estado será permitida para fomentar o desenvolvimento regional.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O art. 156-A, § 1º, I, da EC 132/2023 estabelece que o imposto incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços (acumulando tanto os serviços tributáveis pelo ISS como pelo ICMS). Afinal, o IBS substituirá o ICMS e o ISS.

Incorreta a alternativa B. Conforme o art. 156-A, § 1º, IV, da EC 132/2023, a legislação do imposto terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V.

Correta a alternativa C. O art. 156-A, § 1º, VII, da EC 132/2023 dispõe que o imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

Incorreta a alternativa D. De acordo com o art. 156-A, § 1º, V, da EC 132/2023, cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.

Incorreta a alternativa E. O art. 156-A, § 1º, X, da EC 132/2023 proíbe a concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição.

Gabarito: C

02. No âmbito do Direito Tributário, as taxas possuem características específicas que as diferenciam de outros tributos. Considerando o Código Tributário Nacional (CTN) e de acordo com o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal e com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- A) É constitucional a taxa de iluminação pública, desde que o serviço seja prestado de forma contínua e eficaz.
- B) A cobrança de taxa pela coleta, remoção e tratamento de lixo ou resíduos provenientes de imóveis é permitida pela Constituição Federal.
- C) As taxas são tributos de competência exclusiva dos Municípios, uma vez que estão diretamente relacionadas aos serviços públicos municipais.
- D) A taxa pode ser calculada em função do capital das empresas, desde que previsto em lei municipal.
- E) A cobrança de taxas deve ser sempre facultativa, respeitando a livre adesão do contribuinte aos serviços prestados pelo Estado.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa, conforme estabelecido pela Súmula Vinculante 41 do STF.

Correta a alternativa B. A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, conforme Súmula Vinculante 19 do STF.

Incorreta a alternativa C. As taxas não são tributos de competência exclusiva dos Municípios, podendo ser instituídas por qualquer ente federativo (Art. 77 do CTN).

Incorreta a alternativa D. A taxa não pode ser calculada em função do capital das empresas (Art. 77, parágrafo único do CTN).

Incorreta a alternativa E. A cobrança de taxas é compulsória e não depende da livre adesão do contribuinte, sendo instituída pela autoridade competente.

Gabarito: B

03. A Contribuição de Melhoria é um tributo cuja finalidade é cobrir os custos de obras públicas que valorizem os imóveis beneficiados. O Código Tributário Nacional (CTN) estabelece critérios e condições específicas para a instituição e cobrança dessa contribuição. Com base nos artigos 81 e 82 do CTN, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- A) A Contribuição de Melhoria pode ser instituída para cobrir qualquer tipo de obra pública, independentemente de haver valorização imobiliária, desde que haja previsão em lei específica.
- B) O valor total arrecadado com a Contribuição de Melhoria não pode ultrapassar o custo total da obra pública, mas não há limitação individual para cada imóvel beneficiado.
- C) A publicação prévia dos elementos da obra pública, como o memorial descritivo do projeto e o orçamento do custo da obra, é um dos requisitos mínimos que devem ser observados na lei que institui a Contribuição de Melhoria.
- D) A lei relativa à Contribuição de Melhoria deve fixar um prazo mínimo de 60 dias para impugnação pelos interessados dos elementos publicados.
- E) A Contribuição de Melhoria pode ser cobrada independentemente da publicação prévia dos elementos e da delimitação da zona beneficiada pela obra pública.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A Contribuição de Melhoria só pode ser instituída para cobrir obras públicas de que decorra valorização imobiliária, conforme previsto no art. 81 do CTN.

Incorreta a alternativa B. O art. 81 do CTN estabelece que o limite total da Contribuição de Melhoria é o custo da obra pública, e o limite individual é o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Correta a alternativa C. O art. 82, I, do CTN determina a publicação prévia dos elementos da obra pública como um dos requisitos mínimos para a instituição da Contribuição de Melhoria.

Incorreta a alternativa D. O art. 82, II, do CTN estabelece que o prazo mínimo para impugnação pelos interessados deve ser de 30 dias, e não 60 dias.

Incorreta a alternativa E. O art. 82 do CTN exige a publicação prévia dos elementos e a delimitação da zona beneficiada como requisitos mínimos para a cobrança da Contribuição de Melhoria.

Gabarito: C

04. Considerando as regras do Código Tributário Nacional (CTN) acerca do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é correto afirmar:

- A) O IPI incide apenas na importação de produtos estrangeiros, sendo irrelevante para produtos fabricados no Brasil.
- B) O fato gerador do IPI é exclusivamente a saída de produtos dos estabelecimentos industriais, não abrangendo o desembaraço aduaneiro dos produtos.
- C) O IPI é seletivo, em função da essencialidade dos produtos, e não cumulativo, sendo que o imposto pago em uma etapa pode ser compensado nas etapas subsequentes.
- D) A base de cálculo do IPI é sempre o valor da operação de venda do produto.
- E) Apenas estabelecimentos industriais e importadores podem ser contribuintes do IPI.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O IPI incide tanto na importação de produtos estrangeiros quanto na saída de produtos dos estabelecimentos industriais (Art. 46 do CTN).

Incorreta a alternativa B. O fato gerador do IPI inclui tanto a saída de produtos dos estabelecimentos industriais quanto o desembaraço aduaneiro de produtos importados (Art. 46 do CTN).

Correta a alternativa C. O IPI é seletivo, em função da essencialidade dos produtos, e não cumulativo, sendo que o imposto pago em uma etapa pode ser compensado nas etapas subsequentes (Art. 48 e 49 do CTN).

Incorreta a alternativa D. A base de cálculo do IPI pode variar dependendo do tipo de operação, como no caso de importação ou na saída dos produtos do estabelecimento industrial (Art. 47 do CTN).

Incorreta a alternativa E. O IPI também pode ter como contribuintes os estabelecimentos equiparados pela lei a estabelecimentos industriais.

Gabarito: C

05. No que se refere à responsabilidade tributária na aquisição de fundo de comércio, o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece diversas regras para assegurar o pagamento de tributos devidos pelo alienante. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta:

- A) O adquirente de um fundo de comércio responde integralmente pelos tributos devidos pelo alienante, independentemente de qualquer condição adicional.
- B) A responsabilidade do adquirente pelos tributos devidos pelo alienante se limita aos tributos que estejam vencidos na data da aquisição do fundo de comércio.
- C) O adquirente de um fundo de comércio não responde pelos tributos devidos pelo alienante se este continuar a exercer atividade no mesmo ramo, mesmo que em outro estabelecimento.
- D) O adquirente de um fundo de comércio responde integralmente pelos tributos devidos pelo alienante se este cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- E) A responsabilidade do adquirente pelos tributos do alienante é solidária, devendo ser exigida primeiro do alienante, em qualquer situação.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O adquirente de um fundo de comércio responde integralmente pelos tributos devidos pelo alienante apenas se este cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade, conforme art. 133, I, do CTN.

Incorreta a alternativa B. A responsabilidade do adquirente pelos tributos devidos pelo alienante não se limita aos tributos vencidos na data da aquisição, mas abrange os tributos relacionados ao fundo de comércio adquirido (fatos geradores ocorridos), nos termos do art. 133 do CTN.

Incorreta a alternativa E. O adquirente de um fundo de comércio responde pelos tributos devidos pelo alienante se este continuar a exercer atividade no mesmo ramo, mas a responsabilidade é subsidiária, conforme art. 133, II, do CTN.

Correta a alternativa D. O art. 133, I, do CTN estabelece que o adquirente de um fundo de comércio responde integralmente pelos tributos devidos pelo alienante se este cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.

Incorreta a alternativa E. A responsabilidade do adquirente pelos tributos do alienante pode ser integral ou subsidiária, dependendo das circunstâncias especificadas no art. 133 do CTN.

Gabarito: D

06. A interpretação da legislação tributária segue regras específicas previstas no Código Tributário Nacional (CTN). Indique a única assertiva correta:

- A) A legislação tributária deve ser interpretada de forma literal em todos os casos, para evitar qualquer margem de erro na aplicação das normas.
- B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente deve utilizar sucessivamente a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- C) A legislação tributária pode ser interpretada de maneira a criar novos tributos por analogia, desde que respeitados os princípios gerais do direito.
- D) A aplicação da equidade permite a dispensa do pagamento de tributos devidos, quando a situação do contribuinte assim o exigir.
- E) Os princípios gerais de direito privado são utilizados prioritariamente na interpretação da legislação tributária, isto é, para definição dos respectivos efeitos tributários, para garantir a conformidade com o Código Civil.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A legislação tributária não deve ser interpretada de forma restritiva em todos os casos, exceto em situações específicas como suspensão ou exclusão de crédito tributário (Art. 111 do CTN).

Correta a alternativa B. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente deve utilizar sucessivamente a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade (Art. 108 do CTN).

Incorreta a alternativa C. A criação de novos tributos por analogia não é permitida, conforme §1º do Art. 108 do CTN.

Incorreta a alternativa D. A aplicação da equidade não pode resultar na dispensa do pagamento de tributos devidos (Art. 108, §2º do CTN).

Incorreta a alternativa E. Os princípios gerais de direito privado são utilizados para definição de institutos, conceitos e formas, mas não para definição de efeitos tributários (Art. 109 do CTN).

Gabarito: B

07. No sistema tributário brasileiro, a suspensão do crédito tributário pode ocorrer nas hipóteses previstas no art. 151 do Código Tributário Nacional (CTN). Segundo a referida norma, é correto dizer que:

- A) A moratória pode ser concedida somente por meio de lei específica do Município.
- B) A concessão de medida liminar em mandado de segurança não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- C) O parcelamento do débito tributário extingue automaticamente o crédito tributário, independentemente do pagamento integral das parcelas.
- D) A suspensão do crédito tributário pode ocorrer por meio do depósito do montante integral, sendo este o valor que o contribuinte entende devido, para discutir administrativa ou judicialmente a dívida que lhe foi imposta pelo Fisco.
- E) A concessão de medida cautelar fiscal não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A moratória pode ser concedida por lei específica da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios (Art. 152 do CTN).

Incorreta a alternativa B. A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário enquanto durar a decisão judicial (Art. 151, IV do CTN).

Incorreta a alternativa C. O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas não o extingue (Art. 151, VI do CTN).

Incorreta a alternativa D. A suspensão do crédito tributário pode ocorrer por meio do depósito do montante integral, sendo este o valor exigido pelo Fisco.

Correta a alternativa E. A medida cautelar fiscal visa assegurar a satisfação do crédito tributário, não suspende sua exigibilidade (Art. 151 do CTN).

Gabarito: E

08. Avalie os enunciados seguintes quanto às garantias e aos privilégios do crédito tributário, conforme estabelecido pelo CTN, e selecione a opção que identifica corretamente os itens verdadeiros:

I) O crédito tributário prefere a todos os créditos, seja qual for sua natureza ou o tempo de constituição, salvo os créditos decorrentes da legislação trabalhista.

II) O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, priorizando a União.

III) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

A(s) assertiva(s) correta(s) é(são):

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) Apenas III.
- E) Apenas II.

Comentários:

Item I: Errado. O crédito tributário prefere a todos os créditos, exceto os decorrentes da legislação trabalhista e os créditos decorrentes de acidente de trabalho (Art. 186 do CTN).

Item II: Errado. O STF (ADPF 357) já decidiu que o art. 187, par. único, do CTN, que prevê tal prioridade, não foi recepcionado pela CF/88.

Item III: Correto. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento (Art. 189 do CTN).

Gabarito: D

09. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar:

- A) A dívida ativa tributária pode ser inscrita após o prazo de 5 anos contados da constituição definitiva do crédito tributário.
- B) A certidão de dívida ativa (CDA) não precisa conter o valor originário do crédito, bastando a indicação do montante total devido.
- C) A omissão da data de inscrição da dívida ativa não configura, por si só, causa de nulidade da própria inscrição (CDA).
- D) A inscrição em dívida ativa é condição indispensável para a execução fiscal do crédito tributário.
- E) A dívida ativa, quando regularmente inscrita, goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A dívida ativa pode ser inscrita até 5 anos contados da constituição definitiva do crédito tributário (Art. 174 do CTN). Afinal, após o prazo de 5 anos, ocorre a prescrição, e, consequentemente, a extinção do crédito tributário.

Incorreta a alternativa B. A certidão de dívida ativa deve conter, entre outros requisitos, o valor originário do crédito (Art. 202, I do CTN).

Incorreta a alternativa C. A inscrição em dívida ativa deve conter a data, sob pena de nulidade da própria inscrição (Art. 201 e 203 do CTN).

Correta a alternativa D. A inscrição em dívida ativa é condição indispensável para a execução fiscal do crédito tributário (Art. 201 do CTN).

Incorreta a alternativa E. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída. Mas tal presunção é relativa (Art. 204 do CTN).

Gabarito: D

10. O princípio da legalidade tributária é uma garantia fundamental para os contribuintes, assegurando que tributos só podem ser exigidos ou aumentados por meio de lei. Qual das afirmações abaixo está de acordo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esse princípio?

- A) É inconstitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, mesmo que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.
- B) É constitucional a majoração de impostos por meio de ato infralegal, desde que isso seja feito dentro dos limites estabelecidos por lei.
- C) A cobrança de ICMS-DIFAL de empresas optantes pelo Simples Nacional deve ser fundamentada em lei estadual em sentido estrito, conforme decisão do STF.
- D) O princípio da legalidade não se aplica às contribuições previdenciárias, podendo estas ser estabelecidas ou aumentadas por regulamentos administrativos.
- E) É constitucional a lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório. (STF, ARE 1.245.097).

Incorreta a alternativa B. A majoração de impostos deve ser realizada por meio de lei, e não por ato infralegal, como decidido no RE 648.245.

Correta a alternativa C. A cobrança de ICMS-DIFAL deve ser fundamentada em lei estadual, conforme decisão do STF no ARE 1.460.254 RG.

Incorreta a alternativa D. O princípio da legalidade aplica-se a todas as espécies tributárias, incluindo as contribuições previdenciárias (RE 1.381.261 RG).

Incorreta a alternativa E. É inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade tributária, lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas (RE 704.292).

Gabarito: C

11. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, são consideradas Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.
- II) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- III) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Assertiva I – Certo – É o que afirma o STF, conforme o RE 396.266-6/SC. Vejamos:

RE 396.266-6/SC

“As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE”

Assertiva II – Errado. Conforme dispõe o STF, é plenamente constitucional a taxa cobrada em relação à coleta de lixo domiciliar. É o que afirma a Súmula Vinculante 19:

Súmula Vinculante 19

“A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.”

Assertiva III – Errado – A atividade de cobrança dos tributos é sempre uma atividade vinculada, conforme dispõe o Art. 3º do CTN:

CTN, Art. 3º *Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e **cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.***

Gabarito: E

12. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo e destina-lhe os recursos arrecadados.

II) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

III) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Assertiva I) Errado – A descrição fornecida nesta questão se refere aos tributos **parafiscais**, e não aos extrafiscais. Os tributos são considerados **extrafiscais** quando possuem como função principal a intervenção na Economia do país (são também chamados de tributos Reguladores).

Assertiva II) Certo – É exatamente o que a Emenda Constitucional 132/2023 (Reforma Tributária) trouxe de texto sobre a COSIP:

CF/88, Art. 149-A. *Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no art. 150, I e III.*

Parágrafo único. *É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.*

Assertiva III) Errado - Territórios Federais não possuem competência tributária. Por isso, compete à União instituir, nesses Territórios, os impostos atribuídos aos Estados e, se eles não forem divididos em Municípios, competirá à União, cumulativamente, os impostos Municipais.

CF/88, Art. 147. *Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.*

Gabarito: A

13. A Reforma Tributária, viabilizada por meio da Emenda Constitucional 132/2023, trouxe diversas inovações ao Ordenamento Jurídico Nacional. Em relação aos impostos, houve a inclusão de mais um imposto à competência da União, o Imposto Seletivo, também chamado de “imposto do pecado”. De acordo com o texto Constitucional, é característica do Imposto Seletivo, exceto:

- A) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- B) não integrará sua própria base de cálculo.
- C) não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica, com derivados do petróleo e com telecomunicações.
- D) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- E) terá suas alíquotas fixadas em lei ordinária, podendo ser específicas, por unidade de medida adotada, ou *ad valorem*.

Comentários:

A questão versa sobre o Imposto Seletivo, o qual foi inserido na Constituição Federal por meio da Reforma Tributária (EC 132/2023).

Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988 sobre ele:

CF/88, Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

§ 6º O imposto previsto no inciso VIII do caput deste artigo:

*I - **não incidirá** sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações;*

II - incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço;

III - não integrará sua própria base de cálculo;

IV - integrará a base de cálculo dos tributos previstos nos arts. 155, II, 156, III, 156-A e 195, V;

V - poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos;

VI - terá suas alíquotas fixadas em lei ordinária, podendo ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem;

VII - na extração, o imposto será cobrado independentemente da destinação, caso em que a alíquota máxima corresponderá a 1% (um por cento) do valor de mercado do produto.

Como a questão pede para assinalarmos a alternativa que não traz uma característica do Imposto Seletivo (a questão pede o “exceto”), chegamos à alternativa “C”, pois, conforme prevê o Inciso I do § 6º do Art. 154 da CF/88, o Imposto seletivo “**não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações**”. Notem que não há nenhuma ressalva de incidência em relação aos derivados do petróleo.

Na verdade, os derivados do petróleo possuem as características necessárias para serem tributados pelo Imposto Seletivo (são prejudiciais à saúde, por conta da poluição).

As demais alternativas estão corretamente amparadas pelos incisos restantes do § 6º do Art. 154 da CF/88

Gabarito: C



Estratégia
Concursos

14. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I) A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser feita por meio de decreto.

II) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-cotista.

III) É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados inconstitucionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) I, II e III.
- E) III.

Comentários:

Assertiva I – Errado – Conforme dispõe o STF no julgamento do RE 598.677/RS, é necessário lei em sentido estrito para prever a antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS:

RE 598.677/RS

“A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador necessita de lei em sentido estrito.”

Assertiva II – Errado – Muito cuidado! De fato, quando a empresa deixa de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicar aos órgãos competentes, presume-se a “dissolução irregular”. Ocorre que, neste caso, é admitido o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente (e não ao sócio-cotista).

Súmula STJ 435

“Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.”

Assertiva III – Certo – É o exato entendimento do STF, conforme previsto no RE 584.421/DF.

RE 851.421/DF

“É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados inconstitucionais.”

Gabarito: E



Estratégia
Concursos

15. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- A) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- B) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- C) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- D) Pertencerão aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- E) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O percentual para repartição do IPVA (Estadual) com seus Municípios é de 50% do produto arrecadado.

CF/88, Art. 158. Pertencem aos Municípios:

*III - **50% (cinquenta por cento)** do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos **aquáticos** e **aéreos**, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios;*

Correta a alternativa B. Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados. Contudo, caso determinado Município faça a opção pela fiscalização e cobrança deste Imposto ficará com sua a totalidade (100%).

CF/88, Art. 158. Pertencem aos Municípios:

*II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, **cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III**;*

Incorreta a alternativa C. Na realidade, 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados e 25% do que os Estados recebem vão para os Municípios.

CF/88, Art. 159. A União entregará:

*III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, **29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal**, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.*

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

Incorreta a alternativa D. Pertencerão aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial e 30% pertencerão ao Estado, DF ou Território, conforme sua origem.

CF/88, Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

*§ 5º **O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial**, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, **assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:***

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

*II - **setenta por cento para o Município de origem.***

Incorreta a alternativa E. Vejamos o que afirma o Inciso II do Art. 157 da CF/88:

CF/88, Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

*II - **vinte por cento** do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.*

Gabarito: B

16. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I) A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível de tributação pelo ICMS.
- II) É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.
- III) Incide imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Comentários:

Assertiva I – Errado – Segundo atual entendimento do STF (ADI 6034/RJ), “A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível de tributação por **ISS**”, e não pelo ICMS.

Assertiva II – Certo – Perfeito! É o que afirma o atual entendimento do STF, conforme ADI 6303/RR, transcrito abaixo:

ADI 6303/RR

“É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.”

Assertiva III – Errado – Segundo o atual entendimento do STF, conforme previsto no ADI 5.422, não incide IR sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

ADI 5.422

“Interpretação conforme à Constituição Federal para se afastar a incidência do imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias”.

Gabarito: B

17. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.**
- II) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.**
- III) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.**

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.**
- B) II, apenas.**
- C) I e II, apenas.**
- D) III, apenas.**
- E) II e III, apenas.**

Comentários:

Assertiva I (Errada): Capacidade Tributária Ativa, realmente compreende as funções de arrecadar e fiscalizar tributos, no entanto, ela é delegável a outra PJ de Direito Público.

CTN, Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

Assertiva II (Correta): A CF não cria tributo, apenas estabelece a competência tributária dos entes políticos. A Competência tributária é o poder conferido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituir tributos. Mesmo que a receita tributária seja distribuída a outros entes federativos, a competência tributária conferida pela CF não se altera, ou seja, pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

Assertiva III (Correta): É isso mesmo. O simples cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou função de arrecadar tributos (como se verifica em relação às instituições financeiras), nos termos do art. 7º, §3º do CTN, não configura delegação de competência, vejamos:

CTN, Art. 7º §3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Gabarito: E

18. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- III) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Assertiva I (Errada): A moratória que necessita de despacho da autoridade competente para a sua efetivação é a moratória em caráter individual (e não a em caráter geral).

Vejamos o que afirma o Artigo 152 do CTN, conforme abaixo:

Art. 152. A moratória somente pode ser concedida:

I - em caráter geral

*II - em caráter individual, por **despacho da autoridade administrativa**, desde que autorizada por **lei** nas condições do inciso anterior.*

Assertiva II (Correta): É o que afirma o Parágrafo Único do Artigo 154 do CTN:

Art. 154. Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Assertiva III (Correta): A moratória em caráter individual não gera direito adquirido, enquanto que a moratória em caráter geral gera direito adquirido (memorize que a **GERAL**, **GERA** direito adquirido).

Art. 155. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

Gabarito: C

19. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- A) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- B) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- C) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- D) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- E) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O Crédito Tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta. Além disso, as garantias atribuídas ao Crédito Tributário não alteram sua natureza, e nem a natureza da Obrigação Tributária a ele relativa.

CTN, Art. 183. Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Correta a alternativa B. É o que prevê o CTN. Vejamos:

CTN, Art. 184. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, **responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.**

Apenas para conhecimento, saibam que até mesmo o bem de família é penhorável para cobrança de tributos, desde que relativos ao próprio bem imóvel familiar. É o que nos traz a Lei 8.009/1990, art. 3º, IV:

Art. 3º. A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

IV - para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

Incorreta a alternativa C. Quando vir uma palavra “sempre” na sua prova, desconfie. Acabamos de ver que responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Incorreta a alternativa D. Há presunção de fraude contra a Fazenda caso o sujeito passivo inicie ou realize a alienação ou oneração de bens e rendas sem que reserve recursos suficientes para o pagamento de créditos tributários INSCRITOS em DÉVIDA ATIVA. Vejamos a redação do Art. 185 do CTN:

CTN, Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, **por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.**

Incorreta a alternativa E. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, **exceto se tiverem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.**

CTN, Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

Gabarito: B

20. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.**
- II) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.**
- III) Atendidos os requisitos previstos em lei, é legítima a submissão de empresas a Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica.**

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.**
- B) I e II.**
- C) I e III.**
- D) I, II e III.**
- E) I.**

Comentários:

Assertiva I (Correta): A legislação tributária aplica-se a todos (pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal).

CTN, Art. 194. *A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.*

Parágrafo único. *A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.*

Assertiva II (Correta): Esse é o teor da Súmula 439 do STF.

Súmula STF 439 - *Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.*

Vejam que o termo “quaisquer livros comerciais”, abarca inclusive aqueles que não têm escrituração obrigatória.

Assertiva III (Correta): É exatamente o que afirmou o STJ no julgamento do RMS 65.714/SE, conforme abaixo:

RMS 65.714/SE

“Atendidos os requisitos previstos em lei, é legítima a submissão de empresas a Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica.”

Com o objetivo de evitar que determinados contribuintes continuem a agir de forma irregular, o Fisco, amparado em disposição de Lei, pode implantar o chamado “Regime Especial ex officio”, que nada mais é do que a imposição de regras específicas de tributação/condução ao contribuinte, de forma a aumentar as garantias de cumprimento da Legislação Tributária.

Assim, se o Regime Especial estiver amparado em lei, e não inviabilizar o livre exercício da atividade econômica da empresa, ele é plenamente legítimo.

Gabarito: D

21. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I) É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.
- II) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III) É legítima a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I, II e III.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) III.

Comentários:

Assertiva I – Errada – Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, é inconstitucional a criação de taxa de combate a incêndios. Não se trata de um serviço público específico e divisível. Vejamos:

ADI 4.411

“A atividade desenvolvida pelo Estado no âmbito da segurança pública é mantida ante impostos, sendo imprópria a substituição, para tal fim, de taxa.”

RE 643.247/SP

“...o serviço de prevenção, combate e extinção de incêndios e de outros sinistros, enquanto prestado pelo corpo de bombeiros militares, órgão de segurança pública a quem incumbe a execução de atividade de defesa civil, é universal e indivisível.”

Assertiva II – Certa. É o que afirma a Súmula Vinculante 29 do STF.

Súmula Vinculante 29

“É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.”

Assertiva III – Errada – Segundo entendimento atual do STF, não é possível a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais. É o que afirma o RE 647.885/RS :

RE 647.885/RS

“Não obstante a Constituição Federal autorize, excepcionalmente, que a lei venha a estabelecer limitações e condições ao livre exercício profissional, tal não implica tolerar que o legislador infraconstitucional inclua, dentre tais condições, meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades ao respectivo conselho profissional”.

Gabarito: A

22. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- A) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- B) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- C) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública realizada.
- D) possui como limite total a despesa realizada.
- E) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Comentários:

Como a Contribuição de Melhoria se refere à valorização imobiliária resultante de obras públicas, primeiramente tem que ser realizada a obra, para só então se determinar o quanto houve de valorização (e se ela realmente ocorreu).

Assim, não há como o valor arrecadado com a Contribuição de Melhoria ser utilizado para financiar a respectiva obra pública, pois esta já tem que ter sido realizada para que então se identifique a devida valorização imobiliária.

CTN Art. 81. *A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.*

Percebe-se que a única alternativa que não está conforme os conceitos da Contribuição de Melhoria é a alternativa “C”.

Gabarito: C

23. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a União aplica em suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- A) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida aos Entes Federados.
- B) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- C) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- D) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- E) O IPTU é devido, e o particular, na figura de responsável tributário, deve efetuar o pagamento.

Comentários:

A questão versa sobre a Imunidade Recíproca. Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988.

CF/88, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir **impostos** sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

Por ser uma regra de não incidência tributária prevista na Constituição Federal, trata-se de imunidade (e não de isenção). Ainda, a imunidade dos Entes Federados abarca somente os IMPOSTOS (e não todos os tributos).

Por fim, devemos nos lembrar da jurisprudência do STF relacionada ao assunto, que prega que um imóvel pertencente a determinado Ente Federado alugado a terceiros, que realizem atividade econômica com fins lucrativos, não é alcançado pela Imunidade Recíproca.

RE 601.720/RJ

“Particulares que exploram atividades lucrativas em regime de livre concorrência não podem ser beneficiados pela imunidade recíproca, tendo em vista que esta existe para tão somente garantir a autonomia das unidades federadas.”

Gabarito: E

24. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I) Cabe à Lei Complementar estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.**
- II) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.**
- III) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.**

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.**
- B) I e III.**
- C) I e II.**
- D) II e III.**
- E) III.**

Comentários:

Assertiva I – Errada – Conforme determina a CF/88 no Art. 155, cabe à Resolução do Senado Federal definir as alíquotas máximas do ITCMD.

CF/88, Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 1º O imposto previsto no inciso I [ITCMD]:

*IV - terá suas **alíquotas máximas** fixadas pelo Senado Federal;*

Assertiva II – Certa – É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta.

Ainda, é facultado ao Senado Federal fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.

Por outro lado, resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá (não se trata de uma faculdade) as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

***CF/88, Art. 155.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

***§ 2º** O imposto previsto no inciso II **[ICMS]** atenderá ao seguinte:*

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

Assertiva III – Certa – As alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais (salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal).

***CF/88, Art. 155.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

***§ 2º** O imposto previsto no inciso II **[ICMS]** atenderá ao seguinte:*

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

Gabarito: D

25. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

I) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, independente de a pessoa jurídica estar regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

II) Havendo previsão em lei, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

III) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.

Comentários:

A questão versa sobre a Responsabilidade Tributária. Vamos analisar cada uma das assertivas:

Assertiva I (Correta): Exato! **Capacidade Tributária Passiva** é a aptidão para se tornar sujeito passivo de uma obrigação tributária. Ela se aplica a **TODOS** (pessoas físicas e/ou jurídicas), independente da capacidade financeira, da idade, da capacidade física ou mental, etc.

Segundo o CTN, a **Capacidade Tributária Passiva** **independe**:

- da capacidade civil das pessoas naturais;
- de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Assertiva II (Correta): Está correto, mas cuidado!

Em regra, **as convenções particulares**, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, **não podem ser opostas à Fazenda Pública**, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes, salvo disposições de lei em contrário.

Assim, caso haja uma lei dispondo de maneira diversa, aplica-se o disposto na lei.

Assertiva III (Correta): Perfeito! Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

- o pagamento efetuado por um dos obrigados **aproveita aos demais**;
- a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- a **interrupção da prescrição**, em favor ou contra um dos obrigados, **favorece ou prejudica aos demais**.

Gabarito: A

26. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I) A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa dos Municípios.

II) É constitucional a instituição, por meio de lei estadual, de taxas de controle, monitoramento e fiscalização de atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários (TFRM).

III) O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Comentários:

Assertiva I – Errada – Segundo entendimento do STF (RE 776.594/SP), a instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União (e não dos Municípios).

RE 776.594/SP

“A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa”.

Assertiva II – Certa – Perfeito! É o que afirma o atual entendimento do STF, conforme ADI 4785/MG, transcrito abaixo:

ADI 6303/RR

“É constitucional a instituição, por meio de lei estadual, de taxas de controle, monitoramento e fiscalização de atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais (TFRM).”

Assertiva III – Errada – Segundo o atual entendimento do STJ, no caso de serviços públicos concedidos, o contribuinte de fato possui legitimidade ativa para propor ação de repetição de indébito em relação ao ICMS.

REsp 1.299.303-SC

“Diante do que dispõe a legislação que disciplina as concessões de serviço público e da peculiar relação envolvendo o Estado-concedente, a concessionária e o consumidor, esse último tem legitimidade para propor ação declaratória c/c repetição de indébito na qual se busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada.”

Gabarito: B

27. Em relação à moratória, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- A) Do contribuinte devedor, contemplado irregularmente com o benefício da moratória, por motivo de dolo ou simulação, não serão cobrados juros de mora, mas será aplicada penalidade pecuniária.
- B) A moratória somente pode ser concedida, tanto nos casos de caráter individual como em caráter geral, por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- C) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao sujeito passivo.
- D) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- E) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo, cujo crédito tributário está suspenso.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Nos casos em que haja dolo ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível.

CTN, Art. 155. *A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:*

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

Incorreta a alternativa B. Para que seja concedida a moratória, **deverá sempre haver uma lei** concedendo-a ou autorizando sua concessão via despacho de autoridade administrativa competente para tanto. Esse último caso (via despacho) trata-se da moratória de caráter individual.

Art. 152. A moratória somente pode ser concedida:

I - em caráter geral:

(...)

*II - em **caráter individual**, por **despacho** da autoridade administrativa, **desde que autorizada por lei** nas condições do inciso anterior.*

Incorreta a alternativa C. Somente a moratória concedida em caráter geral gera direito adquirido.

CTN, Art. 155. *A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora: (...)*

Correta a alternativa D. A moratória é uma espécie de suspensão do crédito tributário e, salvo disposição de lei em contrário, somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

CTN, Art. 154. *Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.*

Incorreta a alternativa E. A moratória, espécie de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias. Vejamos:

CTN, Art. 151. *Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:*

I - moratória;

Parágrafo único. *O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.*

Gabarito: D

28. O Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN traz a norma conhecida popularmente como “norma geral antielisão”, afirmando que a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária. Sobre este assunto, e conforme o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- A) Na Elisão Fiscal, há ocultação do fato gerador por parte do sujeito passivo, havendo sonegação fiscal.
- B) Na Evasão Fiscal, o contribuinte utiliza um meio permitido na legislação com o objetivo de pagar menos tributos.
- C) A denominação “norma antielisão” é de ser tida como inapropriada, cuidando o dispositivo de questão de norma de combate à evasão fiscal.
- D) A referida norma é autoaplicável, não dependendo de regulamentação por lei ordinária.
- E) A norma viola a Constituição ao ferir o Princípio da Legalidade.

Comentários:

A questão trata sobre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN, conforme abaixo:

CTN Art. 116. Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a **finalidade de dissimular** a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

Primeiramente cabe diferenciar a Elisão da Evasão e da Elusão Fiscal:

Na **Elisão Fiscal**, o contribuinte utiliza um meio permitido na legislação com o objetivo de pagar menos tributos. Por regra, os atos praticados pelo sujeito passivo ocorrem antes do fato gerador, ou seja, antes do nascimento da obrigação tributária.

Dessa forma, não há que se falar em sonegação. Esse instituto também é chamado de Planejamento Tributário Lícito.

Já na **Evasão Fiscal**, o contribuinte utiliza um meio ilícito para pagar menos tributos. Por regra, os atos praticados pelo sujeito passivo ocorrem após o Fato Gerador, tendo por objetivo evitar que o Fisco tenha conhecimento do nascimento da obrigação tributária.

Assim, nesse caso, há sonegação. Esse instituto também é chamado de Planejamento Tributário Ilícito.

E na **Elusão Fiscal**, o contribuinte simula um negócio jurídico aparentemente lícito para se beneficiar de um pagamento menor de tributo. Os atos praticados pelo sujeito passivo podem ocorrer antes ou depois do fato gerador.

Nesse caso há, portanto, sonegação! Esse instituto também é chamado de Abuso de Forma, Elisão Ineficaz ou Elisão Abusiva.

Em julgamento recente no STF, houve a seguinte decisão:

ADI 2.446

“Não viola o texto constitucional a previsão contida no parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional.”

Nesta ADI, a Ministra Cármen Lúcia, em seu voto, trouxe os seguintes apontamentos:

*“A despeito dos alegados motivos que resultaram na inclusão do parágrafo único ao art. 116 do CTN, a denominação “norma antielisão” é de ser tida como inapropriada, cuidando o dispositivo de questão de norma de combate à **evasão fiscal**.”*

*“...a desconsideração autorizada pelo dispositivo **está limitada** aos atos ou negócios jurídicos praticados com intenção de dissimulação ou ocultação desse fato gerador.”*

*“A plena eficácia da norma depende de lei ordinária para estabelecer procedimentos a serem seguidos (...) Assim, o parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional **pende, ainda hoje, de regulamentação**”.*

Assim, vamos à análise das alternativas:

Incorreta a alternativa A. Pois trouxe a definição de Evasão Fiscal, e não de Elisão.

Incorreta a alternativa B. Pois trouxe a definição de Elisão Fiscal, e não de Evasão.

Correta a alternativa C. Conforme consta do entendimento atual do STF, apresentado acima.

Incorreta a alternativa D. Conforme prevê a parte final do Parágrafo Único do Art. 116 do CTN, a norma deve observar os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

Incorreta a alternativa E. Segundo o STF, a norma não viola o texto Constitucional.

Gabarito: C

29. A Indústria ABCXY Ltda. era devedora de ICMS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2023, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2023. Ocorre que somente no dia 12/06/2023 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ICMS no valor de R\$400.000,00, mas efetuou o pagamento de apenas R\$300.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- A) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$100.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- B) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$100.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- C) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$100.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- D) Há um prazo prescricional para o Fisco cobrar a diferença de R\$100.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- E) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

Comentários:

Conforme prevê o entendimento do STJ, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, a declaração do sujeito passivo, reconhecendo o débito fiscal, já constitui o crédito tributário.

Súmula STJ 436

A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

Assim, quando o sujeito passivo declara os R\$400.000 de ICMS, ele já está constituindo todo este crédito tributário, não se falando mais em decadência.

Assim, o que o Fisco deve fazer é cobrar a diferença (R\$100.000), tendo um prazo prescricional de 5 anos contados a partir da declaração realizada ao Fisco (que foi quando houve a constituição definitiva do crédito).

Obs.: Nesta questão, como todo o imposto foi declarado (os R\$400.000), não se aplica aquele prazo decadencial para a realização do lançamento parcial (a contar do Fato Gerador), pois este ocorre apenas quando o Sujeito Passivo declara de forma parcial, e paga de forma parcial. Aí, nesse caso, como ainda há créditos a serem constituídos, existe um prazo decadencial de 5 anos contado do Fato Gerador. Mas, na questão, a Declaração foi total, já constituindo todo o crédito tributário, ficando pendente apenas a cobrança da diferença declarada mas não paga.

Gabarito: D

30. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.
- III) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Assertiva I (Correta): A legislação tributária aplica-se a todos (pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal).

CTN, Art. 194. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Parágrafo único. A legislação a que se refere este artigo aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

Assertiva II (Correta): É o que prevê o Art. 196 do CTN, conforme abaixo:

Art. 196. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas

Assertiva III (Errada): No exercício da fiscalização, somente será válida a intimação escrita (verbal não).

CTN, Art. 197. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

Gabarito: B

31. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II) É constitucional a instituição, por meio de lei estadual, de taxas de controle, monitoramento e fiscalização de atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários (TFRM).

III) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Assertiva I – Certa – Os impostos são tributos não vinculados, ou seja, são tributos que não estão vinculados a nenhuma atividade específica do Estado a favor do sujeito passivo. Estão relacionados a uma manifestação de riqueza do sujeito passivo. Vejamos:

CTN, Art. 16. *Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.*

Assertiva II – Certa – Perfeito. Este é o entendimento do STF, ao analisar a ADI 4785/MG:

ADI 4785/MG

*“É **constitucional** a instituição, por meio de **lei estadual**, de taxas de controle, monitoramento e fiscalização de atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de **recursos minerários** (TFRM).”*

Assertiva III – Errada – É **constitucional** a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra. Este é o entendimento do STF, conforme a Súmula Vinculante 29:

Súmula Vinculante 29

*“É **constitucional** a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.*

Gabarito: C

32. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, exceto:

- A) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- B) Incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- C) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- D) Será instituído por meio de Lei Complementar Federal.
- E) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar Federal.

Comentários:

Apesar de o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços ser instituído por meio de Lei Complementar Federal, cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica local (lei ordinária de cada ente federativo – E, DF e M). Vejamos algumas características do IBS previstas na CF/88:

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

I - incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços;

II - incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

III - não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, observado o disposto no § 5º, III;

IV - terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V;

V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;

VI - a alíquota fixada pelo ente federativo na forma do inciso V será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Constituição;

Gabarito: E

33. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir:

- I) Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.
- II) Arrecadar o IBS, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III) decidir o contencioso administrativo relativo ao IBS.

São competências administrativas do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Questão que trata do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, conforme prevê o Art. 156-B da CF/88:

CF/88, Art. 156-B. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do **Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços**, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A (IBS) :

I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;

II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios;

III - decidir o contencioso administrativo.

Desta forma, todos os itens da questão estão corretos.

Gabarito: D

34. Uma instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, que atende os requisitos da lei, alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a entidade financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- A) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos da lei.
- B) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que estas instituições são isentas do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- C) O IPTU é devido e a instituição, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- D) O IPTU não é devido, uma vez que esta instituição não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- E) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

Comentários:

A questão versa sobre a imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, que atendem os requisitos da lei. Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988.

CF, Art. 150. *Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

VI - instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

Para a correta resolução dessa questão, ainda é necessário que se tenha o conhecimento da Súmula Vinculante 52, que versa sobre esse tema. Vejamos:

Súmula Vinculante nº 52 - Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da CF, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

Assim, tendo em vista que a instituição, segundo o enunciado, utiliza os valores dos aluguéis nas suas finalidades institucionais, o imóvel, ainda que alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU.

Gabarito: A

35. Com relação à CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, inserida na Constituição Federal pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir:

I) A CBS poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.

II) A CBS integrará sua própria base de cálculo.

III) Lei complementar disporá sobre regime específico de tributação da CBS para combustíveis e lubrificantes, em que o tributo incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e III, apenas.

Comentários:

Assertiva I – Certa – É o que prevê o Art. 195 da CF/88, em seu § 15:

CF/88

Art. 195. § 15. A contribuição prevista no inciso V do caput (CBS) podará ter sua alíquota fixada em lei ordinária.

Assertiva II – Errada – A CBS não integra a sua própria Base de Cálculo (é um tributo por fora).

CF/88

Art. 195. § 17. A contribuição prevista no inciso V do caput (CBS) não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, 156-A e 195, I, "b", e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239.

Assertiva III – Certa – É o que prevê o Art. 156-A da CF/88, no Parágrafo 6º, Inciso I; combinado com o Parágrafo 16 do Artigo 195, conforme abaixo:

Art. 156-A § 6º Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para:

I - combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade

Art. 196. § 16. Aplica-se à contribuição prevista no inciso V do caput (CBS) o disposto no **art. 156-A**, § 1º, I a VI, VIII, X a XIII, § 3º, § 5º, II a VI e IX, e §§ 6º a 11 e 13.

Assim, diversas previsões direcionadas ao IBS (Art. 156-A) também são aplicadas à CBS (Art. 195 da CF/88).

Gabarito: E

36. O Estado X, por meio de lei publicada em 28 de dezembro de 2023, alterou a alíquota do IPVA majorando os percentuais cobrados para os veículos de passeio movidos a gasolina. Sabe-se que, neste estado, o momento da ocorrência do Fato Gerador do IPVA de veículos usados é o dia 1º de janeiro de cada ano.

Sobre essa alteração narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) Terá eficácia imediata a partir da data em que essa lei tenha sido publicada.
- B) Terá eficácia a partir de 1º de janeiro de 2024 para veículos novos e usados.
- C) Tal alteração poderia ter sido realizada por Decreto, e somente terá efeitos para a tributação dos veículos usados, no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- D) Para os veículos usados, será aplicada apenas a partir de 1º de janeiro de 2025.
- E) Para os veículos usados, será aplicada apenas a partir de 1º de janeiro de 2024.

Comentários:

A majoração de alíquotas do IPVA obedece ao Princípio da Legalidade (somente pode ser definida por meio de Lei), além de obedecer aos Princípios da Anterioridade Anual e da Noventena.

Cuidado aqui para não confundir com a majoração da **Base de Cálculo** do IPVA, em que esta é exceção à noventena (devendo obedecer apenas à Anterioridade Anual).

Desse modo, como essa majoração de alíquota do IPVA deve obedecer à mudança de ano, além do prazo de 90 dias, e o momento da ocorrência do Fato Gerador do IPVA de veículos usados é o dia 1º de janeiro de cada ano, essa majoração somente será aplicada aos veículos usados em 1º de janeiro de 2025 (reparem que em 1º de janeiro de 2024 não havia sido completado ainda o período de 90 dias entre a publicação da lei e o início da cobrança).

Gabarito: D

37. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos processos de fiscalização.
- II) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.
- III) A modificação introduzida em consequência de decisão judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentários:

Assertiva I – Certa – É exatamente o que o CTN afirma no Parágrafo 1º do Artigo 144:

CTN, Art. 144. § 1º *Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.*

Assertiva II – Certa – É o que prevê o Art. 145 do CTN, conforme abaixo:

CTN, Art. 145. *O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:*

I - impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149.

Assertiva III – Certa – A assertiva trata da alteração de critério jurídico (interpretação) no exercício do lançamento, conforme prevê o Art. 146 do CTN .

CTN

Art. 146. A **modificação** introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a **fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução**.

Assim, se o lançamento já foi realizado, a Administração fica impossibilitada de alterá-lo com base em uma mudança de entendimento da norma, só aplicando o novo entendimento (critério jurídico) para os futuros lançamentos.

Gabarito: E

38. Em relação ao Parcelamento, julgue os itens a seguir:

- I) Como regra, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.
- II) Aplica-se o benefício da denúncia espontânea aos casos de Parcelamento.
- III) Lei Complementar disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Assertiva I) Certa – É o que afirma o Artigo 155-A do CTN em seu Parágrafo 1º, conforme abaixo:

Art. 155-A. *O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.*

§ 1º *Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.*

Assertiva II) Errada – Denúncia Espontânea é um instituto trazido pelo CTN em que o Sujeito Passivo confessa seus ilícitos tributários e **realiza o pagamento** de eventuais valores devidos (com juros de mora), se beneficiando do afastamento de todas as multas (moratórias e punitivas).

O STJ entende que não se aplica o benefício da Denúncia Espontânea quando os valores devidos pelo sujeito passivo são parcelados.

REsp 284.189/SP

*“Nos casos em que há **parcelamento** do débito tributário, não **deve ser aplicado o benefício da denúncia espontânea** da infração, visto que o cumprimento da obrigação foi desmembrado, e só será quitada quando satisfeito integralmente o crédito. O parcelamento, pois, não é pagamento, e a este não substitui, mesmo porque não há a presunção de que, pagas algumas parcelas, as demais igualmente serão adimplidas.”*

Assertiva III) Errada – Basta Lei específica (ordinária) dispor sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

Art. 155-A. § 3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

Gabarito: E



Estratégia
Concursos

39. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Assertiva I – Certa – A isenção pode ser restrita a determinada região para, por exemplo, promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

CTN, Art. 176. Parágrafo único. *A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.*

Assertiva II – Certa – Se a isenção é concedida para determinado tributo, ela deverá ser aplicada àquele tributo. Contudo, caso haja lei dispondo que essa isenção pode ser extensiva às taxas e às contribuições de melhoria, ou aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão, isso será plenamente válido.

CTN, Art. 177. *Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:*

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Assertiva III – Certa – A anistia possui efeitos retroativos, ou seja, aplica-se a infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede. Isso é bem óbvio, pois se a anistia tivesse efeitos prospectivos, estaria a estimular infrações que ainda nem ocorreram.

CTN, Art. 180. *A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede*

Gabarito: D

40. A sociedade empresária XYZ Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- B) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- C) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- D) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- E) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

Comentários:

O primeiro ponto a se observar aqui é que a questão trata do processo de falência. Vejamos o que diz o CTN:

CTN, Art. 186. Parágrafo único. Na falência:

*I – o crédito tributário não prefere aos **créditos extraconcursais** ou às **importâncias passíveis de restituição**, nos termos da lei falimentar, nem aos **créditos com garantia real**, no limite do valor do bem gravado;*

(...)

*III – a **multa tributária prefere apenas** aos créditos subordinados.*

Olhando apenas o CTN, podemos perceber que, na falência, **o crédito tributário não prefere:**

- Aos créditos extraconcursais;
- Às importâncias passíveis de restituição;
- Aos créditos trabalhistas e acidentários;
- Aos créditos com garantia real.

Em relação às multas tributárias, na falência, essas têm preferência apenas aos créditos subordinados.

Com essas informações, podemos eliminar as alternativas “A”, “C” e “D”. Vamos analisar as alternativas “B” e “E”, que, por sinal, são contrárias uma à outra.

A Lei de falências (Lei nº 11.101/2005) prega que, na falência, os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho têm preferência sobre os créditos tributários.

Com isso, eliminamos a alternativa “E” e marcamos nosso gabarito (B).

Gabarito: B

41. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir.

I) É constitucional a instituição pelo Estado/DF de taxa anual de segurança contra incêndio, tendo em vista sua prestação ser realizada pelo corpo de bombeiros.

II) É inconstitucional a instituição de taxa de polícia que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização.

III) A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, não competindo aos Municípios instituir referida taxa. Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.**
- B) I e III.**
- C) I e II.**
- D) I, II e III.**
- E) II e III.**

Comentários:

Assertiva I – Incorreto – Como o serviço de prevenção e combate a incêndio é um serviço universal e indivisível (beneficia toda a coletividade), não pode ser remunerado por meio de taxa.

ADI 2.908:

“A taxa anual de segurança contra incêndio tem como fato gerador a prestação de atividade essencial geral e indivisível pelo corpo de bombeiros, sendo de utilidade genérica, devendo ser custeada pela receita dos impostos.”

Assertiva II – Certo – Perfeito. Esse é o entendimento do STF, ao analisar a ADI 7.400/MT.

ADI 4785/MG

“É inconstitucional a instituição de taxa de polícia que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização”.

Assertiva III – Certo – É o que afirma o STF, ao analisar o RE 776.594/SP:

RE 776.594/SP

“A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa.”

Gabarito: E

42. São características dos Preços Públicos/Tarifa, exceto:

- A) não possuem Natureza Tributária.
- B) decorrem de Contrato Administrativo.
- C) possuem caráter Facultativo.
- D) possuem Regime Jurídico de Direito Público.
- E) são cobradas por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado.

Comentários:

Preço Público (ou tarifa) é cobrada pela prestação de Serviços Públicos sujeitos a uma relação contratual, os quais podem, em regra, ser delegados.

Ele possui as seguintes características:

- Não Possui Natureza Tributária
- Regime Jurídico de Direito Privado;
- Natureza Contratual;
- Cobrada por pessoa jurídica de Direito Público ou Privada (*concessionárias, permissionárias etc.*);
- É Receita Originária.

Logo, a única alternativa que está em desacordo com as características de Preço Público é a alternativa D.

Gabarito: D

43. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre o Comitê Gestor do IBS, julgue os itens a seguir.

I) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

II) Na forma da lei complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.

III) O Comitê Gestor do IBS será financiado por recursos da União.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentários:

Questão que trata do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, conforme prevê o Art. 156-B da CF/88.

Assertiva I – Certo – É o que afirma o Parágrafo 1º do Art. 156-B da CF/88:

Art. 156-B § 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Assertiva II – Certo – É o que afirma o Inciso I do Parágrafo 2º do Art. 156-B da CF/88:

Art. 156-B § 2º Na forma da lei complementar:

I - os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços;

Assertiva III – Errado – O Comitê Gestor será financiado por percentual do produto da arrecadação do IBS destinado a cada ente federativo.

Art. 156-B § 2º Na forma da lei complementar:

III - o Comitê Gestor será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo;

Gabarito: C

44. Tanto o IBS como a CBS possuem diversas características comuns previstas na Constituição Federal. Entrar as alternativas a seguir, a única que não representa um ponto comum dos dois tributos é:

- A) instituição por Lei Complementar.
- B) não integram as próprias bases de cálculo.
- C) possuem o mesmo Fato Gerador.
- D) possuem a mesma regra de imunidade, que é aquela aplicada às contribuições.
- E) possuem as mesmas regras de não cumulatividade.

Comentários:

A questão versa sobre as regras comuns entre IBS e CBS. Vejamos o que afirma a CF/88:

- Tanto o IBS como a CBS serão **instituídos** por meio de **Lei Complementar Federal**.
- Terão suas **alíquotas** definidas por meio de **Lei Ordinária**.

Além disso, o Art. 149-B da CF/88 traz a seguinte previsão:

Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, (IBS e CBS) observarão as MESMAS REGRAS em relação a:

I - fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;

II - imunidades;

III - regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação;

IV - regras de não cumulatividade e de creditamento.

Parágrafo único. Os tributos de que trata o caput (IBS e CBS) observarão as imunidades previstas no art. 150, VI (relativa a impostos), não se aplicando a ambos os tributos o disposto no art. 195, § 7º (regras de imunidades para as contribuições).

Porém, apesar de o IBS e a CBS possuírem a mesma regra de imunidade, deve ser aplicada a ambos a regra válida aos impostos (e não às contribuições). É o que prevê o Parágrafo Único do Art. 149-B, acima.

Gabarito: D

45. Com relação ao IBS - Imposto sobre Bens e Serviços, previsto na Constituição Federal pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir.

I) O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, inclusive em relação à definição de suas alíquotas.

II) O IBS integrará sua própria base de cálculo.

III) O IBS não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas na Constituição.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e III, apenas.

Comentários:

Assertiva I – Errada – Apesar de o IBS ter previsão de legislação única e uniforme em todo o território nacional, suas alíquotas poderão variar conforme previsão dos Estados e Municípios de Destino da operação/prestação.

CF/88

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

IV - terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V;

V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;

Assertiva II – Errado – O IBS não integra a sua própria Base de Cálculo (é um tributo por fora).

CF/88

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

IX - não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, e 195, I, "b", IV e V, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239 (IS, Cofins, CBS e PIS);

Assertiva III – Certo – É o que prevê o Art. 156-A da CF/88, no Parágrafo 1º, Inciso X:

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

X - não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição;

Gabarito: D

46. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta.

- A) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- B) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança desse Imposto.
- C) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- D) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- E) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

Comentários:

Alternativa A – O percentual correto para repartição do IPVA (Estadual) com seus Municípios é de 50% do produto arrecadado.

CF/88, Art. 158. Pertencem aos Municípios:

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

Alternativa B – Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados. Contudo, caso determinado Município faça a opção pela fiscalização e cobrança desse Imposto, ficará com sua a totalidade (100%).

CF/88, Art. 158. Pertencem aos Municípios:

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

Alternativa C – Cuidado! Na realidade, 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados e 25% do que os Estados recebem vão para os Municípios.

CF/88, Art. 159. *A União entregará:*

*III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, **29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal**, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.*

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

Alternativa D – Certo - Pertencerão aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial e 30% pertencerá ao Estado, DF ou Território, conforme sua origem.

CF/88, Art. 153. *Compete à União instituir impostos sobre:*

*§ 5º **O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial**, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, **assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:***

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

*II - **setenta por cento para o Município de origem.***

Alternativa E – Na realidade, o percentual correto é de 20%.

CF/88, Art. 157. *Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:*

*II - **vinte por cento** do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.*

Gabarito: D

47. Em relação aos impostos de Competência dos Estados e de Competência Compartilhada entre Estados, DF e Municípios, julgue os itens a seguir.

I) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas de referência para o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

II) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas máximas para o ICMS.

III) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, valor, utilização, impacto ambiental e nacionalidade do veículo automotor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) I, II e III.
- E) II.

Comentários:

Assertiva I – Certo – É o que prevê o Art. 156-A, no Parágrafo 1º, Inciso XII:

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput (IBS) será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

XII - resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo;

Assertiva II – Certo – É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas máximas nas operações internas, para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.

CF/88, Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso II [ICMS] atenderá ao seguinte:

V - é facultado ao Senado Federal:

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

Assertiva III – Errado – A diferenciação das alíquotas do IPVA, conforme dispõe a CF/88, é apenas em relação ao tipo e utilização dos veículos. Em relação à nacionalidade, é vedada a diferenciação das alíquotas do IPVA dos veículos a depender da origem.

CF/88, Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 6º O imposto previsto no inciso III **[IPVA]**:

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do **tipo**, do **valor**, da **utilização** e do **impacto ambiental**; (EC 132/2023)

Gabarito: C

48. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar, fiscalizar, cobrar e de executar, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III) O não exercício da competência tributária defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Comentários:

Assertiva I (Errada): Capacidade Tributária Ativa realmente compreende as funções de arrecadar e fiscalizar tributos, no entanto, ela é delegável a outra PJ de Direito Público.

CTN, Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

Assertiva II (Correta): a CF não cria tributo, apenas estabelece a competência tributária dos entes políticos. A Competência tributária é o poder conferido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituir tributos. Mesmo que a receita tributária seja distribuída a outros entes federativos, a competência tributária conferida pela CF não se altera, ou seja, pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

Assertiva III (Errada): é exatamente o oposto. O Artigo 8º do CTN afirma que **não** é possível transferir o poder para instituir tributos (competência tributária é indelegável):

CTN, Art. 8º O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

Gabarito: B

49. Segundo o CTN, não são casos de interpretação literal os casos de legislação tributária que disponha sobre:

- A) moratória.
- B) anistia.
- C) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- D) parcelamento.
- E) remissão.

Comentários:

A questão pede para assinalarmos a alternativa que, segundo o CTN, não precisa ser interpretada literalmente. Sua previsão está em seu Artigo 111, conforme a seguir:

Art. 111. Interpreta-se **literalmente** a legislação tributária que disponha sobre:

I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - outorga de isenção;

III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Entre as alternativas, a única que não é hipótese de suspensão ou de exclusão do crédito tributário é a alternativa E (remissão), que nos traz uma hipótese de extinção.

Aqui, cabe recordar que moratória e parcelamento são hipóteses de suspensão, enquanto anistia é hipótese de exclusão do crédito tributário. Já a alternativa C traz a literalidade do Inciso III do Artigo 111 do CTN.

Gabarito: E

50. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- A) o nome do devedor e de seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- B) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- C) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- D) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- E) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

Comentários:

A questão solicita do candidato conhecimento dos elementos que devem estar no termo de inscrição da dívida ativa. Vejamos o que o CTN nos diz:

CTN, Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Alternativa A) O nome do cônjuge não está elencado. Além disso, exige-se, se for o caso, o nome dos corresponsáveis.

Alternativa C) Não existe essa previsão legal.

Alternativa D) Não é a data em que houve o fato gerador, mas, sim, a data em que foi inscrita a Dívida Ativa.

Alternativa E) O CTN diz que, se for o caso, deve constar no termo de inscrição o número do processo administrativo (não do processo judicial).

Com isso, ficamos com a alternativa B, prevista no inciso II do art. 202 do CTN supracitado.

Gabarito: B

51. A Igreja Batista de Vinhedo/SP, após grande crescimento em número de membros, adquiriu um imóvel para que funcionasse seu escritório administrativo, assim como para que fosse utilizado como moradia de seus ministros de culto.

Conforme dispõe o entendimento atual dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

- A) Incidirá IPTU sobre o imóvel adquirido, pois não é o local em que ocorrem os cultos.
- B) A igreja não pagará IPTU, por conta de isenção concedida às igrejas.
- C) O imóvel adquirido, apesar de não ser o templo em que ocorrem os cultos, conta com a imunidade do IPTU.
- D) Por conta de o imóvel também abrigar a moradia do ministro de culto, ele será tributado normalmente pelo IPTU.
- E) Por conta de o imóvel abrigar escritório da igreja, denota fins comerciais, de modo que será tributado normalmente pelo IPTU.

Comentário:

Conforme entendimento do STF sobre o assunto, não apenas os templos religiosos, mas também seus escritórios e residência de membros da entidade, gozam de imunidade do IPTU:

ARE 895972 AgR

DIREITO TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE. INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS. IMÓVEIS. TEMPLO E RESIDÊNCIA DE MEMBROS.

“O fato de os imóveis estarem sendo utilizados como escritório e residência de membros da entidade não afasta a imunidade prevista no art. 150, VI, c, § 4º da Constituição Federal.”

Notem que é caso de imunidade (e não isenção, conforme alternativa B). Assim, ficamos com o gabarito letra C.

Gabarito: C

52. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

I- A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, é passível de tributação pelo ICMS.

II- É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.

III- Os valores relativos à taxa Selic recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário compõem a base de incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Comentário:

Assertiva I – Errada – Segundo atual entendimento do STF (ADI 6034/RJ): “A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível de tributação por ISS”, não pelo ICMS.

Assertiva II – Certa – Perfeito! É o que afirma o atual entendimento do STF, conforme ADI 6303/RR, transcrita a seguir:

ADI 6303/RR

“É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.”

Assertiva III – Errada – Segundo o atual entendimento do STF, os valores relativos à taxa Selic recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário **não** compõem a base de incidência do IRPJ nem da CSLL.

RE 1.063.187/SC

*“Os valores relativos à taxa Selic recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário **não compõem** a base de incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).”*

Gabarito: B

53. Com relação à competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I- A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II- Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III- Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Comentário:

Assertiva I (errada): capacidade tributária ativa, realmente, compreende as funções de arrecadar e fiscalizar tributos, no entanto, ela é delegável a outra PJ de direito público.

CTN, Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

Assertiva II (correta): a CF não cria tributo, apenas estabelece a competência tributária dos entes políticos. A Competência tributária é o poder conferido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituir tributos. Mesmo que a receita tributária seja distribuída a outros entes federativos, a competência tributária conferida pela CF não se altera, ou seja, pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

Assertiva III (correta): é isso mesmo. O simples cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou função de arrecadar tributos (como se verifica em relação às instituições financeiras), nos termos do art. 7º, § 3º, do CTN, não configura delegação de competência, vejamos:

CTN, Art. 7º §3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Gabarito: E

54. Com relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir.

I- Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo ao IBS e a CBS.

II- A presidência do Comitê Gestor deverá pertencer ao conjunto dos Estados e o Distrito Federal, nos termos de Lei Complementar.

III- O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentário:

Assertiva I – Certa – É o que afirma o parágrafo 8º do Art. 156-B da CF/88:

Art. 156-B § 8º Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V.

Assertiva II – Errada – Cuidado! A presidência do Comitê terá alternância entre o conjunto dos Estados e o Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e o Distrito Federal.

É o que afirma a CF/88, conforme a seguir:

Art. 156-B. § 2º Na forma da lei complementar:

II - será assegurada a alternância na presidência do Comitê Gestor entre o conjunto dos Estados e o Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e o Distrito Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Assertiva III – Certo – É o que afirma o parágrafo 1º do Art. 156-B da CF/88:

Art. 156-B § 1º § 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Gabarito: D

55. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, analise os itens a seguir:

I- Será informado pelo princípio da neutralidade.

II- Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.

III- Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentário:

Assertiva I (certa): é o que afirma o Parágrafo 1º do Art. 156-A da CF/88:

Art. 156-A. Lei complementar instituirá **imposto sobre bens e serviços** de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. (EC nº 132 de 2023)

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte

Assertiva II (certa): é o que afirma o Inciso VII do Parágrafo 1º do Art. 156-A da CF/88:

Art. 156-A. § 1º V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;

Assertiva III (errada): uma novidade da Reforma Tributária foi exatamente a destinação dos recursos do IBS para os Estados e Municípios de destino da operação/prestação:

Art. 156-A. § 1º VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

Gabarito: B

56. Conforme dispõe a Constituição Federal, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- A) princípio da unicidade.
- B) princípio da transparência.
- C) princípio da justiça tributária.
- D) princípio da cooperação.
- E) princípio da defesa do meio ambiente.

Comentário:

Conforme prevê o § 3º do Art. 145 da CF/88, com redação dada pela Reforma Tributária (EC 132/2023), o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da **simplicidade**, da **transparência**, da **justiça tributária**, da **cooperação** e da **defesa do meio ambiente**.

Assim, a única alternativa que não apresenta um princípio previsto na CF/88 é a letra A – princípio da unicidade.

Gabarito: A

57. Em relação ao IPTU - Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana, julgue os itens a seguir.

I- É possível o IPTU ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

II- O IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades religiosas sejam apenas locatárias do bem imóvel.

III- Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou seu possuidor a qualquer título.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentário:

Assertiva I – Certo. É o que prevê a CF/88, com a redação dada pela Reforma Tributária (EC 132/2023):

Art. 156. § 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá

III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal. (EC 132 de 2023)

Assertiva II – Certo. É o que prevê a CF/88, em seu Art. 156, § 1º-A:

Art. 156. § 1º-A O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel.

Assertiva III – Certo. É o que afirma o Art. 34 do CTN:

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Gabarito: D

58. A sociedade empresária XYZA Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho (no valor de 200 salários-mínimos), bem como dívidas com garantia real e de legislação do trabalho (no valor de 100 salários-mínimos). Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) O crédito tributário relativo às multas tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- B) A dívida decorrente de legislação de trabalho tem preferência sobre os valores de tributos.
- C) A dívida relativa aos tributos tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- D) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- E) Os valores de tributo possuem preferência sobre a dívida decorrente de legislação de trabalho.

Comentário:

O primeiro ponto a se observar aqui é que a questão trata do processo de falência. Vejamos o que diz o CTN:

CTN, Art. 186. Parágrafo único. Na falência:

I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

(...)

III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Olhando apenas o CTN, podemos perceber que, na falência, **o crédito tributário não prefere:**

- aos créditos extraconcursais;
- às importâncias passíveis de restituição;
- aos créditos trabalhistas e acidentários;
- aos créditos com garantia real.

Em relação às multas tributárias, na falência, essas têm preferência apenas aos créditos subordinados.

É interessante destacar que a Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005) afirma que, na falência, os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho (sem limite de valor) têm preferência sobre os créditos tributários.

Com isso, eliminamos a alternativa E e marcamos nosso gabarito (B).

Gabarito: B

59. A respeito da dívida ativa e da certidão negativa, julgue os itens a seguir.

I- A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

II- A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

III- A alienação de bens pelo sujeito passivo, possuindo crédito tributário inscrito em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) I.

Comentário:

Assertiva I - Errada – Só goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída a dívida regularmente inscrita.

Art. 204. *A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.*

Assertiva II - Certa – É o que afirma o Parágrafo Único do Art. 204 do CTN:

Art. 204. Parágrafo único. *A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.*

Assertiva III - Certa – É o que afirma o STJ, conforme a decisão a seguir:

AREsp 135.539/SP

*“A caracterização da má-fé do terceiro adquirente ou mesmo a prova do conluio não é necessária para caracterização da fraude à execução. A natureza jurídica do crédito tributário conduz a que a simples alienação de bens pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção **ABSOLUTA** de fraude à execução, mesmo no caso da existência de sucessivas alienações.”*

Gabarito: C

60. Possui o mesmo efeito previsto para a certidão negativa, exceto:

- A) a certidão em que conste a existência de créditos objeto de moratória.
- B) a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos.
- C) a certidão em que conste a existência de créditos objeto de concessão de liminar em mandado de segurança.
- D) a certidão em que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- E) a certidão em que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

Comentário:

A certidão positiva com efeitos de negativa pode ser concedida em 3 situações:

- quando conste a existência de créditos não vencidos;
- quando conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora;
- quando conste a existência de créditos cuja exigibilidade esteja suspensa.

Entre as possibilidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, temos as seguintes hipóteses:

Art. 151. *Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:*

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

*III - as reclamações e os **recursos**, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;*

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI - o parcelamento.

Assim, entre as alternativas apresentadas, a única que não permite a emissão de uma Certidão positiva com efeitos de negativa é a alternativa E, pois a reclamação judicial, por si só, não suspende a exigibilidade do crédito tributário (diferentemente da reclamação administrativa, que é considerada hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário).

Gabarito: E

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL

01. Em relação à Lei 9.393/1996, assinale a alternativa correta:

- A) Pequenas glebas rurais, quando exploradas por proprietários que possuem dois imóveis, estão isentas do ITR.
- B) Imóveis rurais de quilombolas são imunes ao ITR independentemente da ocupação ou exploração.
- C) Imóveis rurais em assentamentos de reforma agrária são isentos do ITR quando explorados por associação ou cooperativa de produção.
- D) O domicílio tributário do contribuinte, como regra, é o município de localização do imóvel, salvo se o contribuinte escolher outro.
- E) Qualquer conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, que não totalize área superior aos limites estabelecidos pela Lei 9393/96 de pequenas glebas rurais, são isentos do ITR.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A imunidade é concedida a pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel (art. 2º). Veja que a questão também afirma isenção, algo que na verdade é uma imunidade.

Incorreta a alternativa B. Imóveis de quilombolas são isentos, não imunes, e devem ser explorados pela comunidade (art. 3º-A).

Correta a alternativa C. Imóveis em programas de reforma agrária, explorados por associações ou cooperativas, são isentos do ITR (art. 3º, I).

Incorreta a alternativa D. O domicílio tributário do contribuinte é o município de localização do imóvel, vedada a eleição de qualquer outro. (art. 4º, par. único).

Incorreta a alternativa E. A isenção é para conjuntos de imóveis que observem os limites de pequenas glebas e sejam explorados pelo proprietário (só ou com sua família, admitida ajuda eventual de terceiros) sem possuir imóvel urbano (art. 3º, II).

Gabarito: C

02. O Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018) estabelece diversas regras sobre os rendimentos que estão ou não sujeitos ao Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Considerando tal norma, são considerados rendimentos tributáveis, exceto:

- A) salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, vantagens, subsídios, honorários, diárias de comparecimento, bolsas de estudo e de pesquisa e remuneração de estagiários.
- B) férias.
- C) licença especial ou licença-prêmio.
- D) gratificações, participações, interesses, percentagens, prêmios e quotas-partes de multas ou receitas.
- E) as bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador nem importem contraprestação de serviços.

Comentários:

Correta a alternativa A. Trata-se de rendimento tributável, conforme art. 36, I, do RIR/2018. Correta.

Correta a alternativa B. Trata-se de rendimento tributável, conforme art. 36, II, do RIR/2018. Correta.

Correta a alternativa C. Trata-se de rendimento tributável, conforme art. 36, III, do RIR/2018. Correta.

Correta a alternativa D. Trata-se de rendimento tributável, conforme art. 36, IV, do RIR/2018. Correta.

Incorreta a alternativa E. Trata-se de rendimento isento, conforme art. 35, VII, a, do RIR/2018. Errada.

Gabarito: E

03. Sobre a destinação do produto da arrecadação da CIDE, conforme a Lei que a institui, assinale a alternativa correta:

- A) O produto da arrecadação da CIDE será destinado exclusivamente ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás.
- B) O produto da arrecadação da CIDE será utilizado para financiamento de programas de infraestrutura de transporte, excluindo qualquer outra destinação.
- C) Parte do produto da arrecadação da CIDE é destinada ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo.
- D) O produto da arrecadação da CIDE não pode ser destinado ao financiamento do auxílio destinado a mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo sobre o orçamento das famílias de baixa renda.
- E) A arrecadação da CIDE será integralmente repassada aos Estados e ao Distrito Federal.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O art. 1º, § 1º, da Lei da CIDE prevê várias destinações para o produto da arrecadação, não exclusivamente ao financiamento de projetos ambientais.

Incorreta a alternativa B. O art. 1º, § 1º, da Lei da CIDE menciona outras destinações além do financiamento de programas de infraestrutura de transporte.

Correta a alternativa C. Conforme art. 1º, § 1º, I, da Lei da CIDE, parte da arrecadação é destinada ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo.

Incorreta a alternativa D. Conforme art. 1º, § 1º, IV, da Lei da CIDE, a arrecadação pode ser destinada ao financiamento do auxílio para mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo sobre o orçamento das famílias de baixa renda.

Incorreta a alternativa E. O art. 1º-A da Lei da CIDE menciona que uma parte da arrecadação é repassada aos Estados e ao Distrito Federal, mas não integralmente.

Gabarito: C

04. Em relação à legislação vigente sobre o IRPF e a jurisprudência, analise os itens abaixo e julgue quais deles estão corretos (V) ou errados (F), assinalando ao final a alternativa que condiz com a sequência correta.

() São tributáveis os valores percebidos, em dinheiro, a título de alimentos ou de pensões, em cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública registrada em cartório, inclusive a prestação de alimentos provisionais.

() Os royalties são considerados rendimentos tributáveis, tais como rendimentos decorrentes de uso, fruição ou exploração de direitos decorrentes de uso, fruição ou exploração de direitos.

() São tributáveis 40% do rendimento bruto percebido por garimpeiros na venda a empresas legalmente habilitadas, de metais preciosos e de pedras preciosas e semipreciosas por eles extraídos.

- A) V, F, V
- B) V, V, V
- C) F, F, V
- D) V, V, F
- E) F, V, F

Comentários:

Item I: A jurisprudência do STF é pacífica e vinculante quanto à não incidência do IRPF sobre os valores percebidos, em dinheiro, a título de alimentos ou de pensões, em cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública registrada em cartório. Errado.

Item II: De fato, são rendimentos tributáveis, conforme art. 44, I, do RIR/2018. Correto.

Item III: De acordo com o art. 40, do RIR/2018, a tributação ocorre sobre 10% de tais rendimentos: São tributáveis dez por cento do rendimento bruto percebido por garimpeiros na venda a empresas legalmente habilitadas, de metais preciosos e de pedras preciosas e semipreciosas por eles extraídos. Errado.

Gabarito: E

05. De acordo com o Regulamento do IPI, são obrigados ao pagamento do imposto como responsáveis:

- A) O transportador, em relação aos produtos tributados que transportar, desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência.
- B) O industrial, em relação ao fato gerador decorrente da saída de produto que industrializar em seu estabelecimento.
- C) O importador, em relação ao fato gerador decorrente do desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira.
- D) O estabelecimento equiparado a industrial, quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem.
- E) os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, quando alcançado pela imunidade constitucional.

Comentários:

Correta a alternativa A. Conforme art. 25, I, do RIPI, o transportador é responsável pelo imposto quando transportar produtos tributados sem documentação.

Incorreta a alternativa B. Conforme art. 24, II, do RIPI, o industrial é contribuinte, não responsável.

Incorreta a alternativa C. Conforme art. 24, I, do RIPI, o importador é contribuinte, não responsável.

Incorreta a alternativa D. Conforme art. 24, III, do RIPI, o estabelecimento equiparado a industrial é contribuinte, não responsável.

Incorreta a alternativa E. Conforme art. 24, IV, do RIPI, tais estabelecimentos são considerados contribuintes, não responsáveis.

Gabarito: A

06. De acordo com a legislação em vigor aplicável à contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, assinale a alternativa que não contempla uma parcela a ser excluída das suas respectivas bases de cálculo:

- A) vendas canceladas.
- B) reversões de provisões, que não representem ingresso de novas receitas.
- C) ICMS destacado no documento fiscal.
- D) Os descontos concedidos.
- E) receita auferida pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária.

Comentários:

Correta a alternativa A. De acordo com o art. 26, da IN RFB 2121/22, da base de cálculo de PIS/COFINS são excluídas as vendas canceladas. Item correto.

Correta a alternativa B. De acordo com o art. 26, da IN RFB 2121/22, da base de cálculo de PIS/COFINS são excluídas as reversões de provisões que não representem ingresso de novas receitas. Item correto.

Correta a alternativa C. De acordo com o art. 26, da IN RFB 2121/22, da base de cálculo de PIS/COFINS é excluído ICMS destacado no documento fiscal. Item correto.

Incorreta a alternativa D. De acordo com o art. 26, da IN RFB 2121/22, somente os descontos incondicionais podem ser excluídos da base de cálculo de PIS/COFINS. Item errado.

Correta a alternativa E. De acordo com o art. 26, da IN RFB 2121/22, da base de cálculo de PIS/COFINS é excluída a receita auferida pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária. Item correto.

Gabarito: D

07. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), o IRPJ devido trimestralmente, com base no lucro arbitrado, será determinado quando:

- A) O contribuinte não responder a qualquer intimação fiscal.
- B) O contribuinte optar pelo lucro presumido de forma indevida.
- C) A escrituração contiver qualquer erro, mesmo que não impossibilitem a identificação da movimentação financeira.
- D) O comissário ou o representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade conjuntamente do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior.
- E) O contribuinte optante pelo lucro presumido não realizar o pagamento do imposto de renda apurado e declarado trimestralmente dentro do prazo previsto na legislação.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Deixar de atender a qualquer intimação fiscal não é condição para arbitramento do lucro.

Correta a alternativa B. A opção indevida pelo lucro presumido é uma situação prevista para a determinação do lucro arbitrado. (Art. 603, V, do RIR).

Incorreta a alternativa C. A escrituração com erros que a tornem imprestável também é causa para o lucro arbitrado. (Art. 603, III, do RIR).

Incorreta a alternativa D. É a apresentação separada que configura hipótese de arbitramento do lucro. (Art. 603, VI, do RIR).

Incorreta a alternativa E. Essa situação por si só não enseja arbitramento do lucro (Art. 603, do RIR).

Gabarito: B

08. Sobre a definição do fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), assinale a alternativa correta:

- A) O ITR incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado dentro ou fora da zona urbana do município.
- B) O ITR incide anualmente sobre a propriedade rural em 1º de janeiro de cada ano.
- C) O ITR não incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária em qualquer situação.
- D) Considera-se imóvel rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, localizada na zona urbana do município.
- E) O ITR incide sobre a posse de imóvel urbano.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Conforme art. 1º da Lei 9393/1996, o ITR incide sobre imóveis localizados fora da zona urbana do município.

Correta a alternativa B. Conforme art. 1º da Lei 9393/1996, o ITR incide anualmente sobre a propriedade rural em 1º de janeiro de cada ano.

Incorreta a alternativa C. Conforme art. 1º, § 1º da Lei 9393/1996, o ITR incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária, exceto se houver imissão prévia na posse.

Incorreta a alternativa D. Conforme art. 1º, § 2º da Lei 9393/1996, considera-se imóvel rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, localizada na zona rural do município.

Incorreta a alternativa E. Conforme art. 1º da Lei 9393/1996, o ITR incide sobre a posse de imóvel localizado fora da zona urbana.

Gabarito: B

09. Considerando as disposições do Regulamento do IOF - Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, especificamente no que dispõe sobre o fato gerador do IOF nas operações de crédito, assinale a alternativa correta:

- A) O fato gerador do IOF ocorre exclusivamente na data da assinatura do contrato de crédito.
- B) O fato gerador do IOF ocorre na data da efetiva entrega ou colocação à disposição do valor da obrigação.
- C) O fato gerador do IOF ocorre somente no momento do adiantamento ao depositante.
- D) O fato gerador do IOF ocorre apenas na data da novação da dívida.
- E) O fato gerador do IOF ocorre na data do débito de encargos na conta do interessado.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O fato gerador não ocorre exclusivamente na assinatura do contrato, mas sim na entrega ou colocação à disposição do valor (art. 3º).

Correta a alternativa B. O fato gerador do IOF ocorre na data da efetiva entrega ou colocação à disposição do valor da obrigação (art. 3º, § 1º, I).

Incorreta a alternativa C. O adiantamento a depositante é uma das situações, mas não a única (art. 3º, § 1º, III).

Incorreta a alternativa D. A novação é uma das hipóteses de ocorrência do fato gerador, mas não a única (art. 3º, § 1º, VI).

Incorreta a alternativa E. O débito de encargos não configura a entrega ou colocação de recursos à disposição (art. 3º, § 2º).

Gabarito: B

10. De acordo com o Decreto 9580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda), sobre a tributação dos rendimentos na sociedade conjugal, assinale a alternativa correta:

- A) Cada cônjuge deve incluir 25% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns em sua declaração.
- B) Os rendimentos produzidos pelos bens comuns devem ser incluídos na declaração de apenas um dos cônjuges, obrigatoriamente.
- C) Na dissolução da sociedade conjugal por morte, os rendimentos dos bens comuns não são tributados.
- D) Cada cônjuge deve incluir 50% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns em sua declaração.
- E) Os bens comuns devem ser relacionados na declaração de ambos os cônjuges, mesmo que um deles esteja desobrigado de apresentar a declaração.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O art. 6º, *caput*, do Decreto 9580/2018, estabelece que cada cônjuge deve incluir 50% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns.

Incorreta a alternativa B. O art. 5º, § 1º, permite que os rendimentos produzidos pelos bens comuns sejam tributados, em sua totalidade, em nome de um dos cônjuges, mas não é obrigatório.

Incorreta a alternativa C. O art. 8º, *caput*, prevê que, na dissolução da sociedade conjugal por morte, os rendimentos dos bens comuns são tributados.

Correta a alternativa D. O art. 6º, *caput*, estabelece que cada cônjuge deve incluir 50% dos rendimentos produzidos pelos bens comuns em sua declaração.

Incorreta a alternativa E. O art. 6º, § 3º, determina que os bens comuns devem ser relacionados somente por um dos cônjuges.

Gabarito: D

11. A hipotética empresa de seguros Vida Segura S.A. recebeu o prêmio de uma apólice de seguro de vida contratada por João Silva. Considerando as disposições do Decreto 6306/2007, sobre o IOF, assinale a alternativa correta:

- A) O fato gerador do IOF é a assinatura do contrato de seguro.
- B) O fato gerador do IOF é o recebimento do prêmio total ou parcial.
- C) O fato gerador do IOF é o vencimento da apólice de seguro.
- D) O fato gerador do IOF é o pagamento da indenização ao segurado.
- E) O fato gerador do IOF é o início da vigência da apólice de seguro.

Comentários:

Esta questão será respondida com base nas disposições do Decreto 6306/2007.

Incorreta a alternativa A. O fato gerador do IOF não é a assinatura do contrato de seguro.

Correta a alternativa B. De acordo com o art. 18, *caput*, e § 2º, do Decreto 6306/2007, o fato gerador do IOF é o recebimento total ou parcial do prêmio.

Incorreta a alternativa C. O fato gerador do IOF não é o vencimento da apólice de seguro.

Incorreta a alternativa D. O fato gerador do IOF não é o pagamento da indenização ao segurado.

Incorreta a alternativa E. O fato gerador do IOF não é o início da vigência da apólice de seguro.

Gabarito: B

12. Considerando as isenções do imposto sobre a renda conforme a IN RFB 1500/2014, assinale a alternativa incorreta:

- A) O valor do salário-família está isento do imposto sobre a renda.
- B) Auxílio-alimentação pago em pecúnia aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional está isento do imposto sobre a renda.
- C) A indenização de transporte a servidor público da União que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos por força das atribuições próprias do cargo está isenta do imposto sobre a renda.
- D) O valor recebido de pessoa jurídica de direito público a título de auxílio-moradia, não integrante da remuneração dos beneficiários, em substituição ao direito de uso de imóvel funcional, está sujeito ao imposto sobre a renda.
- E) Auxílio-transporte em pecúnia, pago pela União, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, está isento do imposto sobre a renda.

Comentários:

De acordo com o art. 5º da legislação tributária, os rendimentos recebidos a título de auxílio-moradia, desde que não integrem a remuneração dos beneficiários, estão isentos do imposto sobre a renda.

Correta a alternativa A. O valor do salário-família está isento do imposto sobre a renda.

Correta a alternativa B. O auxílio-alimentação pago em pecúnia aos servidores públicos federais civis ativos está isento do imposto sobre a renda.

Correta a alternativa C. A indenização de transporte para servidores públicos da União está isenta do imposto sobre a renda.

Incorreta a alternativa D. O valor recebido de pessoa jurídica de direito público a título de auxílio-moradia não integrante da remuneração dos beneficiários, está isento do imposto sobre a renda. Alternativa errada.

Correta a alternativa E. O auxílio-transporte em pecúnia, pago pela União, está isento do imposto sobre a renda.

Gabarito: D

13. A hipotética empresa Alfa Ltda. adquiriu um terreno com uma construção e destacou o valor da edificação em um laudo pericial. No exercício seguinte, após finalizar a obra, Alfa Ltda. passou a utilizar este imóvel para sua atividade operacional. Sobre a depreciação desse bem, assinale a alternativa correta:

- A) A depreciação pode ser deduzida a partir do momento da aquisição do terreno e da construção.
- B) O valor das edificações não precisa ser destacado do valor do custo de aquisição do terreno para fins de depreciação.
- C) A depreciação das edificações pode ser deduzida a partir da conclusão do laudo pericial.
- D) A depreciação das edificações pode ser deduzida a partir do início da utilização do imóvel na atividade operacional.
- E) A depreciação dos terrenos é permitida, desde que estejam incluídos no valor total de aquisição do imóvel.

Comentários:

De acordo com o art. 318, I, a do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), a quota de depreciação das edificações é dedutível a partir da época da conclusão e do início da utilização.

Incorreta a alternativa A. A depreciação é dedutível a partir da conclusão e do início da utilização, não do momento da aquisição.

Incorreta a alternativa B. O valor das edificações deve ser destacado do valor do custo de aquisição do terreno.

Incorreta a alternativa C. A depreciação pode ser deduzida a partir do início da utilização, não da conclusão do laudo pericial.

Correta a alternativa D. A depreciação das edificações pode ser deduzida a partir do início da utilização da construção na atividade operacional.

Incorreta a alternativa E. A depreciação de terrenos não é permitida, exceto em relação aos melhoramentos ou construções.

Gabarito: D

14. Considerando as disposições da Lei 10.336/2001, sobre a CIDE-Combustíveis, assinale a alternativa correta:

- A) A CIDE-Combustíveis incide sobre a exportação de gasolinas e suas correntes para o exterior.
- B) O produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis não pode ser destinado ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
- C) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis devem ser repassados aos Estados e ao Distrito Federal.
- D) A distribuição dos recursos da CIDE-Combustíveis aos Estados e ao Distrito Federal é feita mensalmente pela União.
- E) A CIDE-Combustíveis incide apenas sobre a comercialização de derivados de petróleo.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A CIDE-Combustíveis não incide sobre as receitas de exportação, conforme art. 3º, § 2º.

Incorreta a alternativa B. O produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis pode ser destinado ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes, conforme art. 1º, § 1º, III.

Correta a alternativa C. De acordo com o art. 159, III, da CF, 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis devem ser repassados aos Estados e ao Distrito Federal.

Incorreta a alternativa D. A distribuição dos recursos é feita trimestralmente, conforme art. 1º-A, § 1º.

Incorreta a alternativa E. A CIDE-Combustíveis incide sobre a importação e a comercialização de petróleo, seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, conforme art. 1º.

Gabarito: C

15. Sobre a tributação do espólio, assinale a alternativa incorreta:

- A) A partir da abertura da sucessão, as obrigações tributárias ficam a cargo do inventariante.
- B) Os rendimentos próprios do falecido e 50% daqueles produzidos pelos bens comuns no curso do inventário devem ser incluídos na declaração do espólio.
- C) Os bens incluídos no monte a partilhar devem ser obrigatoriamente declarados pelo espólio.
- D) Na hipótese de morte conjunta dos cônjuges, os rendimentos comuns do casal podem ser tributados e declarados em nome de um dos falecidos.
- E) As infrações cometidas pelo inventariante serão punidas em nome do espólio de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda.

Comentários:

As infrações cometidas pelo inventariante serão punidas em seu nome, conforme o § 2º do art. 9º do Decreto 9580/2018, e não em nome do espólio.

Correta a alternativa A. Conforme o § 1º do art. 9º, as obrigações tributárias ficam a cargo do inventariante.

Correta a alternativa B. Conforme o § 2º do art. 10, esses rendimentos devem ser incluídos na declaração do espólio.

Correta a alternativa C. Conforme o § 5º do art. 10, os bens devem ser obrigatoriamente declarados pelo espólio.

Correta a alternativa D. Conforme o § 6º do art. 10, os rendimentos comuns do casal podem ser tributados em nome de um dos falecidos.

Incorreta a alternativa E. As infrações cometidas pelo inventariante são punidas em seu nome, conforme o § 2º do art. 9º.

Gabarito: E

16. A pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto sobre a renda e do adicional, em cada mês, determinados sobre a base de cálculo estimada.

Sobre a base de cálculo estimada do imposto sobre a renda, conforme disposto no Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

() O percentual aplicado sobre a receita bruta para a atividade de prestação de serviços de transporte de carga é de 16%.

() O percentual aplicado sobre a receita bruta para a atividade de prestação de serviços de construção vinculados a contrato de concessão de serviço público é de 32%.

() As pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00, aplicam o percentual de 8% sobre a receita bruta auferida mensalmente.

- A) V, F, V
- B) F, V, F
- C) F, V, V
- D) V, F, F
- E) F, F, F

Comentários:

De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018):

Item I: Falso. O percentual aplicado sobre a receita bruta para a atividade de prestação de serviços de transporte, exceto o de carga, é de dezesseis por cento, conforme o art. 220, § 1º, II, a. Para o transporte de carga, o percentual é de 8%.

Item II: Verdadeiro. O percentual aplicado sobre a receita bruta para a atividade de prestação de serviços de construção vinculados a contrato de concessão de serviço público é de 32%, conforme o art. 220, § 1º, III, e.

Item III: Falso. As pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00, aplicam o percentual de 16% sobre a receita bruta auferida mensalmente, conforme o art. 220, § 4º.

Gabarito: B

17. Considerando as disposições da Lei 9393/1996, sobre o ITR, assinale a alternativa correta:

- A) O contribuinte do ITR é apenas o proprietário do imóvel rural.
- B) O contribuinte ou o seu sucessor comunicará ao órgão local da Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel.
- C) A pequena gleba rural, explorada pelo proprietário que não possua outro imóvel, é imune ao ITR em qualquer caso.
- D) O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel rural em 1º de janeiro de cada ano.
- E) O domicílio tributário do contribuinte do ITR pode ser eleito em qualquer município.

Comentários:

Vamos responder à questão com base na Lei 9393/1996.

Incorreta a alternativa A. O Contribuinte do ITR é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, conforme art. 4º.

Incorreta a alternativa B. O art. 6º estabelece que o contribuinte ou o seu sucessor comunicará ao órgão local da Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR - DIAC, as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel, bem como qualquer alteração ocorrida, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal. A DIAT é diferente da DIAC, sendo aquela referente à apuração do ITR (art. 8º).

Incorreta a alternativa C. A pequena gleba rural é imune de ITR apenas se explorada pelo proprietário que não possua outro imóvel, conforme art. 2º.

Correta a alternativa D. De acordo com o art. 1º da Lei 9393/1996, o ITR tem, como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel rural em 1º de janeiro de cada ano.

Incorreta a alternativa E. O domicílio tributário do contribuinte do ITR é o município de localização do imóvel, conforme art. 4º, parágrafo único.

Gabarito: D

18. Maria, uma hipotética tabeliã, recebe emolumentos pelo seu trabalho. De acordo com a legislação tributária do IRPF, a situação de Maria condiz com qual das alternativas abaixo?

- A) Maria está isenta do pagamento mensal do imposto sobre a renda.
- B) Maria deve realizar o recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) sobre os emolumentos e custas recebidos.
- C) Maria deve declarar os emolumentos e custas apenas na Declaração de Ajuste Anual, sem necessidade de recolhimento mensal.
- D) Maria está sujeita à retenção na fonte, em relação aos pagamentos realizados por pessoas físicas.
- E) Maria pode optar por não realizar o recolhimento mensal obrigatório, desde que declare os rendimentos anualmente.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Maria não está isenta do pagamento mensal do imposto sobre a renda. Os emolumentos e custas estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório, conforme art. 53, III.

Correta a alternativa B. De acordo com o art. 53, III, da Instrução Normativa RFB nº 1500/2014, os emolumentos e custas dos serventuários da Justiça, como tabeliães, notários, oficiais públicos e outros, independentemente de a fonte pagadora ser pessoa física ou jurídica, estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão).

Incorreta a alternativa C. Maria deve realizar o recolhimento mensal obrigatório dos emolumentos e custas, além de declará-los na Declaração de Ajuste Anual, conforme art. 53, III.

Incorreta a alternativa D. A obrigação do recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) é da própria Maria, conforme art. 53, III. Não há que se falar em retenção na fonte.

Incorreta a alternativa E. Maria não pode optar por não realizar o recolhimento mensal obrigatório; ela deve seguir o procedimento do carnê-leão, conforme art. 53, III.

Gabarito: B

19. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018) acerca do lucro real, assinale a alternativa incorreta:

- A) O lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Regulamento.
- B) A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração em observância às disposições das leis comerciais.
- C) Na determinação do lucro real, não serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração os valores que competirem a outro período de apuração.
- D) O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional, das demais receitas e despesas, e das participações.
- E) Os valores que, por competirem a outro período de apuração, forem adicionados ao lucro líquido do período de apuração, serão excluídos do lucro líquido do período de apuração competente.

Comentários:

De acordo com o art. 258, § 2º do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), na determinação do lucro real, os valores que competirem a outro período de apuração serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração ou dele excluídos.

Correta a alternativa A. O lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas, conforme art. 258, *caput*.

Correta a alternativa B. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido, conforme art. 258, § 1º.

Incorreta a alternativa C. Os valores que competirem a outro período de apuração serão adicionados ou excluídos, conforme art. 258, § 2º.

Correta a alternativa D. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional, das demais receitas e despesas, e das participações, conforme art. 259.

Correta a alternativa E. Os valores adicionados ao lucro líquido de um período de apuração serão excluídos do lucro líquido do período de apuração competente, conforme art. 258, § 2º.

Gabarito: C

20. Sobre as disposições do Decreto 7212/2010, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() O preparo de refrigerantes à base de extrato concentrado em bares para venda direta ao consumidor não é considerado industrialização.

() A confecção de vestuário por encomenda direta do consumidor em oficina ou na residência do confeccionador é considerada industrialização.

() A manipulação de medicamentos, mediante receita médica, em farmácias para venda direta ao consumidor é considerada industrialização.

A) F, V, V

B) V, V, F

C) V, F, F

D) V, F, V

E) F, F, V

Comentários:

Item I: Verdadeiro. O preparo de refrigerantes à base de extrato concentrado em bares para venda direta ao consumidor não é considerado industrialização, conforme art. 5º, II.

Item II: Falso. A confecção de vestuário por encomenda direta do consumidor em oficina ou na residência do confeccionador não é considerada industrialização, conforme art. 5º, IV.

Item III: Falso. A manipulação de medicamentos mediante receita médica em farmácias para venda direta ao consumidor não é considerada industrialização, conforme art. 5º, VI.

Gabarito: C

21. Sobre a incidência da CIDE-Royalties conforme a Lei 10168/2000, assinale a alternativa incorreta:

- A) A CIDE-Royalties incide sobre serviços de assistência administrativa prestados por residentes no exterior.
- B) A alíquota da CIDE-Royalties é de 10% sobre os valores pagos ou remetidos ao exterior.
- C) A CIDE-Royalties incide sobre a licença de uso de marcas, mesmo sem transferência de tecnologia.
- D) Contratos de exploração de patentes estão sujeitos à CIDE-Royalties.
- E) Instituições de ensino no exterior estão isentas da CIDE-Royalties quando contratadas por órgãos públicos para treinamento de servidores.

Comentários:

Correta a alternativa A. A CIDE-Royalties incide sobre serviços de assistência administrativa e semelhantes prestados por residentes no exterior, conforme art. 2º, § 2º da Lei 10168/2000.

Correta a alternativa B. A alíquota da CIDE-Royalties é de 10%, conforme disposto no art. 2º, § 4º da Lei 10168/2000.

Incorreta a alternativa C. A CIDE-Royalties incide sobre contratos de licença de uso de marcas apenas se envolverem transferência de tecnologia, conforme art. 2º, § 1º-A da Lei 10168/2000.

Correta a alternativa D. Contratos de exploração de patentes são considerados contratos de transferência de tecnologia e, portanto, estão sujeitos à CIDE-Royalties, conforme art. 2º, § 1º da Lei 10168/2000.

Correta a alternativa E. De fato, as instituições de ensino no exterior são isentas da CIDE-Royalties quando contratadas por órgãos públicos para cursos ou treinamentos de servidores, conforme art. 2º, § 6º da Lei 10168/2000.

Gabarito: C

22. Considerando o disposto no Decreto 6306/2007, assinale a alternativa correta:

- A) O IOF incide apenas sobre operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- B) As operações de seguro estão isentas de IOF.
- C) O IOF incide sobre operações com ouro apenas se este for considerado ativo financeiro.
- D) As operações entre pessoas físicas estão isentas de IOF.
- E) O IOF incide apenas sobre operações de crédito realizadas por pessoas jurídicas com instituições financeiras.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O IOF incide sobre diversas operações de crédito, não se limitando às realizadas por instituições financeiras, conforme art. 2º, I do Decreto 6306/2007.

Incorreta a alternativa B. O IOF incide sobre operações de seguro, conforme disposto no art. 2º, III do Decreto 6306/2007.

Correta a alternativa C. De acordo com o art. 2º, V do Decreto 6306/2007, o IOF incide sobre operações com ouro quando este é considerado ativo financeiro ou instrumento cambial.

Incorreta a alternativa D. Operações de crédito entre pessoas físicas podem estar sujeitas ao IOF, conforme art. 2º, I do Decreto 6306/2007.

Incorreta a alternativa E. O IOF incide sobre operações de crédito realizadas por qualquer entidade, inclusive entre pessoas físicas e jurídicas, como especificado no art. 2º, I, "c" do Decreto 6306/2007.

Gabarito: C

23. Sobre as disposições do Decreto 7212/2010 acerca do valor tributável do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), julgue as assertivas abaixo, e, ao final, indique a alternativa que contém a sequência correta:

() Na consignação mercantil, o valor da operação será o preço de venda do consignatário.

() O IPI sobre produtos usados é calculado sobre a diferença de preço entre a aquisição e a revenda.

() Os valores recebidos pelo fabricante nas vendas diretas ao consumidor final de veículos podem ser excluídos da base de cálculo do IPI, independentemente do valor.

A) V, F, V

B) V, V, F

C) F, V, F

D) F, F, F

E) F, V, V

Comentários:

Item I: Correto. Conforme o art. 190, § 4º do Regulamento do IPI, o valor da operação na consignação mercantil é o preço de venda do consignatário.

Item II: Correto. O art. 194 do Regulamento do IPI estabelece que o imposto sobre produtos usados é calculado sobre a diferença de preço entre a aquisição e a revenda.

Item III: Errado. De acordo com o art. 190, § 5º, poderão ser excluídos da base de cálculo do imposto os valores recebidos pelo fabricante ou importador nas vendas diretas ao consumidor final dos veículos classificados nas Posições 87.03 e 87.04 da TIPI, por conta e ordem dos concessionários de que trata a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, a estes devidos pela intermediação ou entrega dos veículos, nos termos estabelecidos nos respectivos contratos de concessão (com o limite de 9%).

Gabarito: B

24. De acordo com a legislação tributária, são isentos ou não se sujeitam ao imposto sobre a renda, exceto:

- A) O valor dos serviços médicos, hospitalares e dentários mantidos, ressarcidos ou pagos pelo empregador em benefício de seus empregados.
- B) Contribuições para Plano de Poupança e Investimento (PAIT), cujo ônus tenha sido do empregador, em favor do participante.
- C) Montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social (PIS) e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).
- D) 30% dos rendimentos de transporte de passageiros.
- E) 75% dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos, em moeda estrangeira, por servidores de autarquias ou repartições do Governo brasileiro no exterior.

Comentários:

Correta a alternativa A. Serviços médicos, hospitalares e dentários pagos pelo empregador estão isentos do imposto sobre a renda.

Correta a alternativa B. Contribuições para o PAIT, cujo ônus seja do empregador, estão isentas.

Correta a alternativa C. Depósitos e rendimentos creditados pelo PIS/PASEP estão isentos.

Incorreta a alternativa D. Apenas até 40% dos rendimentos de transporte de passageiros são isentos.

Correta a alternativa E. 75% dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores no exterior estão isentos.

Gabarito: D

25. Assinale a alternativa incorreta sobre os rendimentos sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão), conforme a Instrução Normativa RFB nº 1500/2014:

- A) Rendimentos recebidos de outras pessoas físicas que não tenham sido tributados na fonte estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.
- B) Rendimentos recebidos de fontes no exterior, como lucros e dividendos, estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.
- C) Rendimentos recebidos por prestação de serviços a embaixadas e organismos internacionais estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.
- D) Rendimentos decorrentes de pensão alimentícia em cumprimento de decisão judicial estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.
- E) Ganhos de capital decorrentes da alienação de bens adquiridos em moeda estrangeira estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório.

Comentários:

Correta a alternativa A. Os rendimentos recebidos de outras pessoas físicas que não tenham sido tributados na fonte estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório, conforme art. 53, I.

Correta a alternativa B. Os rendimentos recebidos de fontes no exterior, como lucros e dividendos, estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório, conforme art. 53, II.

Correta a alternativa C. Os rendimentos recebidos por prestação de serviços a embaixadas e organismos internacionais estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório, conforme art. 53, V.

Correta a alternativa D. Os rendimentos decorrentes de pensão alimentícia em cumprimento de decisão judicial estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório, conforme art. 53, IV.

Incorreta a alternativa E. Os ganhos de capital decorrentes da alienação de bens adquiridos em moeda estrangeira não estão sujeitos ao recolhimento mensal obrigatório, conforme art. 53, § 5º.

Gabarito: E

26. Considerando as regras estabelecidas no Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), assinale a alternativa correta sobre a obrigatoriedade de apuração do IRPJ pelo lucro real:

- A) As pessoas jurídicas que explorem atividades de securitização de créditos imobiliários não são obrigadas à apuração do lucro real.
- B) As pessoas jurídicas que tiverem lucros oriundos do exterior podem optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.
- C) As pessoas jurídicas cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior a R\$ 78.000.000,00 não são obrigadas à apuração do lucro real.
- D) As sociedades de crédito ao microempreendedor estão incluídas entre aquelas obrigadas à apuração do lucro real.
- E) As pessoas jurídicas que emitem ações não são obrigadas à apuração do lucro real.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. As pessoas jurídicas que explorem atividades de securitização de créditos imobiliários são obrigadas à apuração do lucro real, conforme art. 257, VII.

Incorreta a alternativa B. Apenas as pessoas jurídicas mencionadas devem optar pelo lucro real.

Incorreta a alternativa C. As pessoas jurídicas cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior a R\$ 78.000.000,00 são obrigadas à apuração do lucro real, conforme art. 257, I.

Correta a alternativa D. As sociedades de crédito ao microempreendedor estão incluídas entre aquelas obrigadas à apuração do lucro real, conforme art. 257, II.

Incorreta a alternativa E. As pessoas jurídicas que emitam ações nos termos estabelecidos na Lei nº 13.043, de 2014, são obrigadas à apuração do lucro real, conforme art. 257, IX.

Gabarito: D

27. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), assinale a alternativa correta sobre a depreciação acelerada:

- A) A depreciação acelerada pode ser aplicada a bens imóveis e móveis, conforme a legislação.
- B) A depreciação acelerada é permitida apenas para bens que operem em dois turnos de oito horas diárias.
- C) Em relação aos bens móveis, a depreciação acelerada pode ser aplicada para até três turnos de oito horas diárias.
- D) A depreciação acelerada não se aplica a bens móveis utilizados em atividades operacionais da empresa, apenas imóveis.
- E) A depreciação acelerada depende exclusivamente do tipo de bem, e não do número de horas de operação.

Comentários:

De acordo com o art. 323, III, do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), em relação aos bens móveis, poderão ser adotados coeficientes de depreciação acelerada para até três turnos de oito horas diárias.

Incorreta a alternativa A. A depreciação acelerada é aplicada apenas a bens móveis.

Incorreta a alternativa B. A depreciação acelerada pode ser aplicada para um, dois ou três turnos de oito horas diárias.

Correta a alternativa C. Em relação aos bens móveis, a depreciação acelerada pode ser aplicada para até três turnos de oito horas diárias.

Incorreta a alternativa D. A depreciação acelerada se aplica a bens utilizados em atividades operacionais da empresa.

Incorreta a alternativa E. A depreciação acelerada depende do número de horas de operação.

Gabarito: C

28. A empresa Beta Ltda. é produtora de álcool etílico combustível e realizou a comercialização desse produto no mercado interno. Considerando as regras da CIDE-Combustíveis conforme a Lei 10.336/2001, assinale a alternativa correta:

- A) A empresa Beta Ltda. não é contribuinte da CIDE-Combustíveis.
- B) A CIDE-Combustíveis não incide sobre a comercialização de álcool etílico combustível, apenas sobre combustíveis derivados de petróleo.
- C) A empresa Beta Ltda. deve recolher a CIDE-Combustíveis sobre a comercialização de álcool etílico combustível.
- D) A CIDE-Combustíveis incide apenas sobre a importação de álcool etílico combustível.
- E) A empresa Beta Ltda. está isenta do recolhimento da CIDE-Combustíveis por ser produtora nacional.

Comentários:

De acordo com o art. 2º e art. 3º da Lei 10.336/2001, a CIDE-Combustíveis incide sobre a importação e a comercialização no mercado interno de álcool etílico combustível, sendo a empresa produtora contribuinte da CIDE.

Incorreta a alternativa A. A empresa Beta Ltda. é contribuinte da CIDE-Combustíveis, conforme art. 2º.

Incorreta a alternativa B. A CIDE-Combustíveis incide sobre a comercialização de álcool etílico combustível, conforme art. 3º, VI.

Correta a alternativa C. A empresa Beta Ltda. deve recolher a CIDE-Combustíveis sobre a comercialização de álcool etílico combustível.

Incorreta a alternativa D. A CIDE-Combustíveis incide tanto sobre a importação quanto sobre a comercialização no mercado interno.

Incorreta a alternativa E. Não há isenção prevista para produtores nacionais em relação à CIDE-Combustíveis.

Gabarito: C

29. A propriedade rural Sítio Paraíso, localizada fora da zona urbana do município, foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária, mas ainda não houve a transferência de propriedade nem a imissão prévia na posse. Considerando as regras do ITR conforme a Lei 9393/1996, assinale a alternativa correta:

- A) O ITR não incide sobre o imóvel enquanto ele estiver declarado de interesse social para fins de reforma agrária.
- B) O ITR incide sobre o imóvel apenas após a transferência de propriedade.
- C) O ITR incide sobre o imóvel enquanto não houver transferência de propriedade, exceto se houver imissão prévia na posse.
- D) O ITR incide sobre o imóvel a partir da data de sua declaração de interesse social para fins de reforma agrária.
- E) O ITR não incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária em nenhuma circunstância.

Comentários:

De acordo com o art. 1º, § 1º da Lei 9393/1996, o ITR incide inclusive sobre o imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária, enquanto não transferida a propriedade, exceto se houver imissão prévia na posse.

Incorreta a alternativa A. O ITR incide sobre o imóvel declarado de interesse social, enquanto não transferida a propriedade e não houver imissão prévia na posse.

Incorreta a alternativa B. O ITR incide antes da transferência de propriedade, enquanto não houver imissão prévia na posse.

Correta a alternativa C. O ITR incide sobre o imóvel enquanto não houver transferência de propriedade, exceto se houver imissão prévia na posse.

Incorreta a alternativa D. A incidência do ITR não depende apenas da declaração de interesse social, mas da transferência de propriedade e imissão prévia na posse.

Incorreta a alternativa E. O ITR incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária, conforme art. 1º, § 1º.

Gabarito: C

30. Sobre as disposições do Decreto 7212/2010, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() A montagem, que resulta em um novo produto ou unidade autônoma, é considerada uma forma de industrialização.

() A moagem de café torrado realizada por estabelecimento comercial varejista é considerada industrialização, mesmo sendo atividade acessória.

() O acondicionamento de produtos em embalagens de apresentação é considerado industrialização.

- A) V, V, F
- B) V, F, V
- C) F, V, V
- D) F, F, F
- E) V, F, F

Comentários:

Item I: Certo. A montagem que resulta em um novo produto ou unidade autônoma é considerada industrialização, conforme art. 4º, III.

Item II: Errado. A moagem de café torrado realizada por estabelecimento comercial varejista como atividade acessória não é considerada industrialização, conforme art. 5º, VII.

Item III: Certo. O acondicionamento de produtos em embalagens de apresentação é considerado industrialização, conforme art. 4º, IV.

Gabarito: B

31. João, um servidor público federal, recebe auxílio-transporte em pecúnia para custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal no deslocamento de sua residência para o local de trabalho. Considerando a legislação tributária federal, assinale a alternativa correta sobre a tributação desse rendimento.

- A) O auxílio-transporte em pecúnia é totalmente tributável como rendimento do trabalho assalariado.
- B) O auxílio-transporte em pecúnia está sujeito à tributação tendo como base de cálculo 50% do seu valor, como rendimento de trabalho não assalariado.
- C) O auxílio-transporte em pecúnia está sujeito à tributação, mas apenas a uma alíquota reduzida.
- D) O auxílio-transporte em pecúnia está isento do imposto sobre a renda.
- E) O auxílio-transporte em pecúnia não está isento, mas pode ser deduzido na Declaração de Ajuste Anual.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O auxílio-transporte em pecúnia está isento do imposto sobre a renda conforme art. 35 do RIR/2018.

Incorreta a alternativa B. O auxílio-transporte em pecúnia não está sujeito à tributação como rendimento de trabalho não assalariado, conforme art. 35 do RIR/2018.

Incorreta a alternativa C. O auxílio-transporte em pecúnia está totalmente isento do imposto sobre a renda, não estando sujeito a nenhuma alíquota, conforme art. 35 do RIR/2018.

Correta a alternativa D. De acordo com o art. 35, do RIR/2018, o auxílio-transporte em pecúnia, pago pela União, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, está isento do imposto sobre a renda.

Incorreta a alternativa E. O auxílio-transporte em pecúnia está isento do imposto sobre a renda, não sendo necessário deduzi-lo na Declaração de Ajuste Anual, conforme art. 35 do RIR/2018.

Gabarito: D

32. Sobre os ajustes do lucro líquido na determinação do lucro real, conforme disposto no Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9580/2018), julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

() Na determinação do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido os custos, despesas e encargos que não sejam dedutíveis conforme o regulamento.

() As despesas com alimentação de sócios e administradores são dedutíveis na determinação do lucro real, exceto em casos específicos previstos no regulamento.

() Os pagamentos efetuados à sociedade simples, quando esta for controlada por diretores da pessoa jurídica que pagar os rendimentos, devem ser adicionados ao lucro líquido na determinação do lucro real.

- A) V, F, V
- B) V, V, F
- C) F, V, V
- D) V, F, F
- E) F, F, F

Comentários:

Item I: Verdadeiro. Na determinação do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido os custos, despesas e encargos que não sejam dedutíveis conforme o art. 260, I, do RIR/18.

Item II: Falso. Como regra, as despesas com alimentação de sócios e administradores não são dedutíveis, conforme art. 260, IV, do RIR/18.

Item III: Verdadeiro. Os pagamentos efetuados à sociedade simples controlada por diretores devem ser adicionados ao lucro líquido na determinação do lucro real, conforme art. 260, II, do RIR/18.

Gabarito: A

33. Considerando as disposições da Lei 10.336/2001 que dispõe sobre a CIDE-Combustíveis, assinale a alternativa incorreta:

- A) A CIDE-Combustíveis tem como fato gerador a importação de querosene de aviação.
- B) A receita de comercialização de gases propano e butano, quando destinados à utilização como propelentes em embalagem tipo aerossol, não está sujeita à incidência da CIDE-Combustíveis até o limite quantitativo autorizado pela ANP.
- C) A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal um percentual da arrecadação da CIDE-Combustíveis para ser aplicado obrigatoriamente no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
- D) A base de cálculo da CIDE-Combustíveis é a unidade de medida adotada para os produtos de que trata a Lei 10.336/2001 na importação e na comercialização no mercado interno.
- E) A CIDE-Combustíveis incide sobre os produtos vendidos à empresa comercial exportadora.

Comentários:

De acordo com o art. 3º da Lei 10.336/2001, a CIDE-Combustíveis incide sobre a importação e a comercialização no mercado interno de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Não há previsão específica para a incidência sobre gás natural destinado exclusivamente ao consumo doméstico.

Correta a alternativa A. A importação de querosene de aviação é fato gerador da CIDE-Combustíveis, conforme art. 3º, III.

Correta a alternativa B. A receita de comercialização de propano e butano como propelentes em aerossóis não está sujeita à incidência da CIDE-Combustíveis, conforme art. 3º, § 3º.

Correta a alternativa C. A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal um percentual da arrecadação da CIDE-Combustíveis, conforme art. 1º-A.

Correta a alternativa D. A base de cálculo da CIDE-Combustíveis é a unidade de medida adotada para os produtos na importação e na comercialização, conforme art. 4º.

Incorreta a alternativa E. De acordo com o art. 10, são isentos da Cide os produtos, referidos no art. 3º, vendidos a empresa comercial exportadora, conforme definida pela ANP, com o fim específico de exportação para o exterior.

Gabarito: E

34. Considerando as disposições da Lei 9393/1996 a respeito do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, assinale a alternativa incorreta:

- A) O contribuinte do ITR deve entregar, anualmente, o Documento de Informação e Apuração do ITR (DIAT), correspondente a cada imóvel rural.
- B) O VTN declarado no DIAT refletirá o preço de mercado de terras apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir o DIAT.
- C) O contribuinte deve comunicar alterações cadastrais ao órgão local da Secretaria da Receita Federal por meio do Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR (DIAC).
- D) O contribuinte cujo imóvel se enquadre nas hipóteses de imunidade está dispensado da apresentação do DIAT.
- E) A entrega do DIAT fora do prazo estabelecido não sujeitará o contribuinte a qualquer multa, apenas juros de mora pela falta ou insuficiência de recolhimento do imposto.

Comentários:

De acordo com o art. 9º da Lei 9393/1996, a entrega do DIAT fora do prazo estabelecido sujeitará o contribuinte à multa de 1% ao mês ou fração sobre o imposto devido, não inferior a R\$ 50,00, sem prejuízo da multa e dos juros de mora pela falta ou insuficiência de recolhimento do imposto ou quota.

Correta a alternativa A. O contribuinte do ITR deve entregar anualmente o DIAT, conforme art. 8º.

Correta a alternativa B. O VTN declarado no DIAT refletirá o preço de mercado de terras apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir o DIAT, conforme art. 8º, § 2º.

Correta a alternativa C. O contribuinte deve comunicar alterações cadastrais por meio do DIAC, conforme art. 6º.

Correta a alternativa D. O contribuinte cujo imóvel se enquadre nas hipóteses de imunidade está dispensado da apresentação do DIAT, conforme art. 8º, § 3º.

Incorreta a alternativa E. A entrega do DIAT fora do prazo sujeitará o contribuinte à multa, conforme art. 9º.

Gabarito: E

35. Uma empresa importadora adquiriu produtos de procedência estrangeira. No momento do despacho de importação, o valor total da operação, incluindo tributos aduaneiros e encargos cambiais, foi de R\$ 200.000,00. Posteriormente, a empresa realizou a saída dos produtos de seu estabelecimento e registrou o valor de venda de R\$ 250.000,00. Considerando o disposto no Decreto 7.212/2010, qual será o valor tributável nessa operação para fins de cálculo do imposto sobre produtos industrializados (IPI)?

- A) R\$ 200.000,00, referente ao valor aduaneiro.
- B) R\$ 250.000,00, referente ao valor da saída do estabelecimento.
- C) R\$ 450.000,00, somando o valor de importação e o valor de saída do estabelecimento.
- D) Não há incidência de IPI na saída dos produtos importados, por não ter ocorrido operação de industrialização.
- E) R\$ 0,00, pois os produtos são de procedência estrangeira.

Comentários:

Veja que a questão pede o valor tributável na operação de saída do estabelecimento importador, ao mencionar “nessa operação”.

Incorreta a alternativa A. O valor tributável é o da saída do estabelecimento, não o valor aduaneiro.

Correta a alternativa B. De acordo com o art. 190, I, b, do Decreto 7.212/2010, o valor tributável dos produtos de procedência estrangeira é o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento equiparado a industrial.

Incorreta a alternativa C. Não se somam os valores de importação e saída para calcular o valor tributável.

Incorreta a alternativa D. Como o estabelecimento importador se torna equiparado a industrial, a operação de saída está sujeita à incidência de IPI normalmente.

Incorreta a alternativa E. O valor tributável para produtos de procedência estrangeira é a saída do estabelecimento equiparado a industrial.

Gabarito: B

36. Considerando as disposições da Lei 10168/2000 sobre a CIDE-Royalties, assinale a alternativa correta:

- A) A CIDE-Royalties incide sobre qualquer tipo de remuneração paga ao exterior, inclusive salários.
- B) A alíquota da CIDE-Royalties é de 5% sobre os valores remetidos ao exterior.
- C) A CIDE-Royalties não incide sobre contratos de licença de uso de *software*, mesmo com transferência de tecnologia.
- D) A CIDE-Royalties é devida pelo contratante brasileiro em contratos com empresas no exterior.
- E) A incidência da CIDE-Royalties é obrigatória apenas para instituições financeiras.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A CIDE-Royalties incide especificamente sobre remunerações relacionadas à transferência de tecnologia e assistência técnica, e não sobre qualquer tipo de remuneração, conforme art. 2º da Lei 10168/2000.

Incorreta a alternativa B. A alíquota da CIDE-Royalties é de 10%, conforme art. 2º, § 4º da Lei 10168/2000.

Incorreta a alternativa C. A contribuição não incide sobre a licença de uso de *software* apenas quando não envolve transferência de tecnologia, conforme art. 2º, § 1º-A da Lei 10168/2000.

Correta a alternativa D. A CIDE-Royalties é devida pelo contratante brasileiro que paga, credita, entrega ou remete valores ao exterior em contratos que envolvam transferência de tecnologia ou assistência técnica, conforme art. 2º, § 2º da Lei 10168/2000.

Incorreta a alternativa E. A CIDE-Royalties não é exclusiva para instituições financeiras, aplicando-se a diversas pessoas jurídicas, conforme art. 2º da Lei 10168/2000.

Gabarito: D

37. Sobre a base de cálculo para incidência do imposto sobre a renda em rendimentos de aluguéis, conforme o Decreto 9.580/2018, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() As despesas de condomínio não integram a base de cálculo para a incidência do imposto sobre a renda na fonte.

() O valor dos impostos e taxas incidentes sobre o bem que produz o rendimento integra a base de cálculo do imposto.

() O aluguel pago pela locação de um imóvel sublocado não deve ser incluído na base de cálculo do imposto.

- A) V, V, F
- B) F, V, F
- C) V, F, V
- D) F, F, V
- E) V, F, F

Comentários:

Item I: Correto. De acordo com o art. 689, IV, do Decreto 9.580/2018, as despesas de condomínio não integram a base de cálculo do imposto sobre a renda na fonte.

Item II: Errado. Art. 689, I, especifica que o valor dos impostos e taxas incidentes sobre o bem que produz o rendimento não integra a base de cálculo do imposto.

Item III: Correto. Art. 689, II, estabelece que o aluguel pago pela locação de um imóvel sublocado não deve ser incluído na base de cálculo do imposto.

Gabarito: C

38. Considerando as regras de responsabilidade tributária estabelecidas no Decreto 9.580/2018, assinale a alternativa correta:

- A) A sociedade que absorver parcela do patrimônio de uma empresa cindida não responde pelo imposto sobre a renda devido pela sociedade cindida.
- B) A pessoa jurídica que for extinta sem realizar liquidação será isenta de responsabilidade pelo imposto sobre a renda devido.
- C) A sociedade que receber parcela do patrimônio de uma pessoa jurídica extinta por cisão responde solidariamente pelo imposto sobre a renda devido pela sociedade extinta.
- D) Os sócios-quotistas de uma empresa cindida também respondem solidariamente pelo imposto sobre a renda devido.
- E) A pessoa física que adquirir fundo de comércio e não prosseguir a sua exploração responde solidariamente pelo imposto sobre a renda devido.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A sociedade que absorver parte do patrimônio de uma empresa cindida responde solidariamente pelo imposto devido, conforme o art. 196, parágrafo único, II, do RIR/2018.

Incorreta a alternativa B. A extinção sem liquidação não isenta a responsabilidade tributária, conforme art. 196, V, do RIR/2018.

Correta a alternativa C. De acordo com o art. 196, parágrafo único, I, do Decreto 9.580/2018, as sociedades que receberem parcelas do patrimônio da pessoa jurídica extinta por cisão respondem solidariamente pelo imposto sobre a renda devido.

Incorreta a alternativa D. Apenas os sócios com poderes de administração respondem solidariamente, conforme art. 196, parágrafo único, III, do RIR/2018.

Incorreta a alternativa E. A responsabilidade ocorre se a exploração for continuada, conforme o art. 197, I e II, do RIR/2018.

Gabarito: C

39. Considerando o conceito de receita líquida conforme definido no Decreto 9.580/2018, assinale a alternativa correta:

- A) A receita líquida é obtida apenas subtraindo as devoluções e vendas canceladas da receita bruta.
- B) A receita líquida é a receita bruta reduzida dos tributos sobre ela incidentes e os ajustes a valor presente.
- C) A receita líquida é obtida diminuindo da receita bruta os tributos incidentes, devoluções, vendas canceladas, descontos concedidos incondicionalmente e ajustes a valor presente.
- D) A receita líquida é sempre igual à receita bruta, sem deduções.
- E) A receita líquida considera exclusivamente o produto da venda de bens e o preço da prestação de serviços.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A receita líquida considera outras deduções além de devoluções e vendas canceladas, conforme art. 208, § 1º.

Incorreta a alternativa B. De acordo com o art. 208, § 1º, do Decreto 9.580/2018, a receita líquida será a receita bruta diminuída das devoluções e vendas canceladas, descontos concedidos incondicionalmente, tributos sobre ela incidentes, e valores decorrentes do ajuste a valor presente.

Correta a alternativa C. De acordo com o art. 208, § 1º, do Decreto 9.580/2018, a receita líquida será a receita bruta diminuída das devoluções e vendas canceladas, descontos concedidos incondicionalmente, tributos sobre ela incidentes, e valores decorrentes do ajuste a valor presente.

Incorreta a alternativa D. A receita líquida é a receita bruta menos determinadas deduções, conforme art. 208, § 1º.

Incorreta a alternativa E. A receita líquida é obtida após deduções, não se limita apenas ao produto da venda de bens e prestação de serviços, conforme art. 208, § 1º.

Gabarito: C

40. Em relação à empresa optante pelo lucro presumido, qual é o percentual aplicado sobre a receita bruta para a atividade de revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural, conforme o Decreto 9.580/2018?

- A) 8%
- B) 1,6%
- C) 16%
- D) 32%
- E) 10%

Comentários:

Na sistemática do lucro presumido, de acordo com o art. 220, § 1º, I, do Decreto 9.580/2018, o percentual é de 1,6% para a atividade de revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.

Gabarito: B

41. Considerando as disposições da Lei nº 9.393/1996 sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), assinale a alternativa correta.

- A) O ITR incide sobre imóveis localizados na zona urbana e rural do município.
- B) O contribuinte do ITR é exclusivamente o proprietário do imóvel rural.
- C) As pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel são imunes ao ITR.
- D) As áreas de reserva legal não podem ser excluídas da área tributável para fins de cálculo do ITR.
- E) O ITR não incide sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária, independentemente de transferência de propriedade.

Comentário:

Letra A: errada. De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.393/1996, o ITR incide sobre imóveis localizados fora da zona urbana do município, ou seja, imóveis rurais.

Letra B: errada. Conforme o art. 4º da Lei nº 9.393/1996, contribuinte do ITR é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel rural.

Letra C: correta. Segundo o art. 2º da Lei nº 9.393/1996, pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel são imunes ao ITR.

Letra D: errada. De acordo com o art. 10, §1º, II, alínea "a", as áreas de preservação permanente e de reserva legal podem ser excluídas da área tributável.

Letra E: errada. Conforme o art. 1º, §1º, da Lei nº 9.393/1996, o ITR incide inclusive sobre imóveis declarados de interesse social para fins de reforma agrária, enquanto não transferida a propriedade.

Gabarito: C

42. Com base nas disposições do Regulamento do Imposto de Renda sobre as despesas médicas, assinale a alternativa incorreta.

- A) São dedutíveis os pagamentos efetuados a médicos, dentistas, psicólogos e fisioterapeutas relativos ao tratamento do contribuinte e de seus dependentes.
- B) As despesas médicas realizadas no exterior são dedutíveis, desde que convertidas em reais pela taxa de câmbio, conforme critérios da legislação tributária.
- C) As despesas com instrução de pessoa com deficiência física ou mental podem ser consideradas como despesas médicas dedutíveis.
- D) As despesas com medicamentos adquiridos em farmácias são dedutíveis, desde que prescritos por médico e comprovados com nota fiscal.
- E) As despesas de internação em estabelecimento para tratamento geriátrico somente poderão ser deduzidas se o estabelecimento for qualificado como hospital.

Comentário:

Essa questão trata das despesas médicas que podem ser deduzidas na declaração de ajuste anual, conforme o art. 73 do RIR.

Letra A: correta. Conforme o art. 73, do RIR, são dedutíveis os pagamentos efetuados a profissionais da área de saúde relativos ao tratamento do contribuinte e de seus dependentes.

Letra B: correta. De acordo com o § 2º do art. 73 do RIR, as despesas médicas realizadas no exterior são dedutíveis, desde que convertidas em reais pela taxa de câmbio estabelecida.

Letra C: correta. O § 3º do art. 73 do RIR permite considerar como despesas médicas dedutíveis os pagamentos relativos à instrução de pessoa com deficiência física ou mental.

Letra D: errada. As despesas com medicamentos adquiridos em farmácias não são dedutíveis como despesas médicas, mesmo que prescritos por médico e comprovados com nota fiscal. Apenas medicamentos administrados durante internação hospitalar são dedutíveis quando incluídos na conta hospitalar.

Letra E: correta. Conforme o § 4º do art. 73 do RIR, as despesas de internação em estabelecimento para tratamento geriátrico somente são dedutíveis se o estabelecimento for qualificado como hospital.

Gabarito: D

43. Assinale a única alternativa que apresenta uma entidade que é considerada contribuinte da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, conforme a legislação tributária federal.

- A) As sociedades cooperativas de crédito somente.
- B) As empresas comerciais exportadoras, apenas durante a exportação de produtos.
- C) As entidades submetidas a regimes de falência, durante o processo de realização do ativo e pagamento do passivo.
- D) As empresas públicas, exceto as subsidiárias.
- E) As sociedades de economia mista desde que não administradas diretamente pelo governo federal.

Comentário:

A questão baseia-se na IN RFB 2121/2022.

Letra A: errada. As sociedades cooperativas em geral são contribuintes, não apenas as de crédito, conforme art. 7º, § 1º.

Letra B: errada. As empresas comerciais exportadoras são contribuintes em qualquer operação especificada, conforme art. 7º, § 2º, I.

Letra C: correta. Conforme o art. 7º, § 2º, II, as entidades submetidas a regimes de falência são contribuintes durante o processo de realização do ativo e pagamento do passivo.

Letra D: errada. As empresas públicas e suas subsidiárias são contribuintes, conforme art. 7º, § 1º.

Letra E: errada. As sociedades de economia mista são contribuintes em qualquer caso, conforme art. 7º, § 1º.

Gabarito: C

44. Considere a situação hipotética: João, residente no Brasil, recebeu, em 2023, rendimentos de aluguel de um imóvel de sua propriedade, totalizando R\$ 60.000,00 no ano. No mesmo período, João pagou R\$ 12.000,00 de despesas de condomínio e R\$ 6.000,00 de IPTU referentes ao imóvel alugado. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda, João poderá deduzir essas despesas na determinação do rendimento tributável relativo aos aluguéis recebidos?

- A) Sim, poderá deduzir tanto as despesas de condomínio quanto o IPTU pagos, reduzindo o rendimento tributável.
- B) Sim, mas somente poderá deduzir as despesas de condomínio, não podendo deduzir o IPTU.
- C) Não, não poderá deduzir nem as despesas de condomínio nem o IPTU, pois não são despesas dedutíveis.
- D) Sim, poderá deduzir somente o IPTU pago, não podendo deduzir as despesas de condomínio.
- E) Poderá deduzir as despesas de condomínio e o IPTU apenas se estiver previsto em contrato.

Comentário:

Essa questão aborda as deduções permitidas para rendimentos de aluguel, conforme o art. 42 do RIR.

Letra A: correta. De acordo com o art. 42, incisos I e IV, do RIR, não serão computados no rendimento bruto os valores dos impostos (como o IPTU) e as despesas de condomínio incidentes sobre o bem que produzir o rendimento. Portanto, João pode deduzir tanto as despesas de condomínio quanto o IPTU pagos.

Letra B: errada. Além das despesas de condomínio, os impostos incidentes sobre o bem também podem ser deduzidos.

Letra C: errada. As despesas de condomínio e o IPTU são despesas dedutíveis, conforme o art. 42 do RIR.

Letra D: errada. As despesas de condomínio também são dedutíveis, além do IPTU.

Letra E: errada. A dedução dessas despesas não depende de previsão contratual; é um direito previsto na legislação tributária.

Gabarito: A

45. Considerando as disposições da Lei nº 10.336/2001 sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre combustíveis, assinale a alternativa correta.

- A) A Cide incide sobre a importação e comercialização de gasolina, diesel, querosene de aviação, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo e álcool etílico combustível.
- B) São contribuintes da Cide apenas os importadores de combustíveis líquidos relacionados na lei.
- C) A Cide não incide sobre as receitas de exportação dos produtos relacionados na lei, salvo se destinados a empresa comercial exportadora.
- D) A base de cálculo da Cide é o valor da operação de importação ou comercialização dos combustíveis.
- E) O pagamento da Cide, na hipótese de importação, deve ser efetuado até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

Comentário:

Essa questão trata da incidência da Cide sobre combustíveis conforme disposto na Lei nº 10.336/2001. A alternativa correta lista os produtos sobre os quais a contribuição incide.

Letra A: correta. De acordo com o art. 3º da Lei nº 10.336/2001, a Cide incide sobre a importação e comercialização de gasolinas e suas correntes, diesel e suas correntes, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo e álcool etílico combustível.

Letra B: errada. Segundo o art. 2º, são contribuintes da Cide o produtor, o formulador e o importador dos combustíveis líquidos relacionados na lei, não apenas os importadores.

Letra C: errada. Conforme o art. 3º, § 2º, a Cide não incide sobre as receitas de exportação dos produtos relacionados na lei. Além disso, o art. 10 prevê isenção da Cide para produtos vendidos a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

Letra D: errada. De acordo com o art. 4º, a base de cálculo da Cide é a unidade de medida adotada na lei para os produtos, não o valor monetário da operação.

Letra E: errada. Conforme o art. 6º, na hipótese de importação, o pagamento da Cide deve ser efetuado na data do registro da Declaração de Importação.

Gabarito: A

46. Analise as afirmativas a seguir sobre a dedutibilidade de despesas operacionais e, em seguida, assinale a opção que indica se são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () As despesas com depreciação acelerada incentivada podem ser excluídas do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.
- () As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica são sempre dedutíveis, independentemente de procedimentos judiciais.
- () As provisões não são, em regra, dedutíveis na determinação do lucro real, salvo exceções expressamente autorizadas em lei.

- A) V, F, V
- B) F, V, F
- C) V, V, F
- D) F, F, V
- E) V, V, V

Comentário:

Item I: verdadeiro. Conforme o art. 324, § 1º, do RIR, a quota de depreciação acelerada incentivada pode ser excluída do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.

Item II: falso. De acordo com o art. 347 do RIR, as perdas no recebimento de créditos são dedutíveis somente se observados certos requisitos, incluindo procedimentos judiciais em alguns casos.

Item III: verdadeiro. O art. 339 do RIR estabelece que as provisões não são dedutíveis, salvo as expressamente autorizadas pelo regulamento.

Gabarito: A

47. Considerando as disposições sobre o fato gerador do IOF nas operações de crédito, assinale a alternativa correta.

- A) O fato gerador do IOF ocorre na data da assinatura do contrato de crédito e seu registro, independentemente da liberação dos recursos.
- B) O IOF incide somente sobre operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- C) O fato gerador do IOF é a entrega do montante ou valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.
- D) O IOF não incide sobre operações de crédito realizadas entre pessoas jurídicas.
- E) O IOF não incide sobre operações de créditos realizadas entre pessoa jurídica e pessoa física.

Comentário:

Letra A: errada. De acordo com o art. 3º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 6.306/2007, o fato gerador do IOF ocorre na data da efetiva entrega ou colocação dos recursos à disposição do interessado, não na assinatura do contrato.

Letra B: errada. Conforme o art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", o IOF incide também sobre operações de crédito realizadas por empresas de *factoring* e entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física, não apenas por instituições financeiras.

Letra C: correta. O art. 3º, *caput*, do Decreto nº 6.306/2007 estabelece que o fato gerador do IOF é a entrega do montante ou valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.

Letra D: errada. Segundo o art. 2º, inciso I, alínea "c", o IOF incide sobre operações de crédito realizadas entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física.

Letra E: errada. Conforme já comentado, segundo o art. 2º, inciso I, alínea "c", o IOF incide sobre operações de crédito realizadas entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física.

Gabarito: C

48. Sobre a dedução de dependentes na declaração de ajuste anual do Imposto sobre a Renda, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () O contribuinte pode considerar como dependente o cônjuge ou o companheiro com quem viva há mais de cinco anos ou com quem tenha filho.
- () Os dependentes comuns podem ser considerados por ambos os cônjuges simultaneamente, desde que não ultrapassem o limite de dedução por dependente.
- () Os pais do contribuinte podem ser considerados dependentes, desde que não tenham rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal.

- A) V, F, V
- B) V, V, F
- C) V, F, F
- D) F, V, V
- E) F, F, V

Comentário:

Essa questão verifica o conhecimento sobre quem pode ser considerado dependente, conforme o art. 71 do RIR.

Item I: verdadeiro. De acordo com o art. 71, § 1º, inciso II, o contribuinte pode considerar como dependente o cônjuge ou o companheiro com quem viva há mais de cinco anos ou com quem tenha filho.

Item II: falso. Conforme o § 5º do art. 71, é vedada a dedução concomitante do mesmo dependente por mais de um contribuinte. Portanto, os dependentes comuns não podem ser considerados por ambos os cônjuges simultaneamente.

Item III: verdadeiro. Segundo o art. 71, § 1º, inciso VI, os pais do contribuinte podem ser considerados dependentes, desde que não tenham rendimentos superiores ao limite de isenção mensal.

Gabarito: A

49. Sobre a contribuição de intervenção no domínio econômico instituída pela Lei nº 10.168/2000, assinale a alternativa incorreta.

- A) A contribuição incide sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, a título de remuneração decorrente de contratos que impliquem transferência de tecnologia.
- B) A alíquota da contribuição é de 10%.
- C) A contribuição é devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como pela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia com residentes ou domiciliados no exterior.
- D) O pagamento da contribuição deve ser efetuado até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador.
- E) A contribuição incide sobre a remuneração pela licença de uso de programa de computador, mesmo quando não envolver transferência de tecnologia.

Comentário:

Essa questão aborda a incidência da contribuição instituída pela Lei nº 10.168/2000. A alternativa incorreta refere-se à incidência sobre licença de uso de *software* sem transferência de tecnologia.

Letra A: correta. Conforme o art. 2º, a contribuição incide sobre valores remetidos ao exterior decorrentes de contratos que impliquem transferência de tecnologia.

Letra B: correta. De acordo com o art. 2º, § 4º, a alíquota da contribuição é de 10%.

Letra C: correta. Segundo o art. 2º, a contribuição é devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, ou signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia com residentes ou domiciliados no exterior.

Letra D: correta. Conforme o art. 2º, § 5º, o pagamento da contribuição deve ser efetuado até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador.

Letra E: errada. De acordo com o art. 2º, § 1º-A, a contribuição não incide sobre a remuneração pela licença de uso ou de direitos de comercialização ou distribuição de programa de computador, salvo quando envolver transferência da correspondente tecnologia.

Gabarito: E

50. Considerando as disposições do Regulamento do Imposto de Renda sobre a responsabilidade dos sucessores, assinale a alternativa correta.

- A) O espólio é responsável pelo imposto sobre a renda devido pelo *de cujus* até a data da partilha.
- B) O cônjuge meeiro não é responsável pelo imposto sobre a renda devido pelo espólio até a data da partilha.
- C) O sucessor a qualquer título é pessoalmente responsável pelo imposto sobre a renda devido pelo espólio até a data da partilha, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão recebido.
- D) Os créditos tributários notificados ao *de cujus* antes da abertura da sucessão não podem ser exigidos do espólio.
- E) Se o *de cujus* tiver apresentado declaração de exercícios anteriores com omissão de rendimentos, será cobrado do espólio o imposto sobre a renda correspondente, porém sem juros moratórios.

Comentário:

Essa questão aborda a responsabilidade dos sucessores pelo imposto sobre a renda devido pelo espólio, conforme o art. 21 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR).

Letra A: errada. De acordo com o art. 21, inciso II, do RIR, o espólio é responsável pelo imposto sobre a renda devido pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão, não até a data da partilha.

Letra B: errada. Conforme o art. 21, inciso I, o cônjuge meeiro é pessoalmente responsável pelo imposto devido pelo espólio até a data da partilha, limitada essa responsabilidade ao montante da meação.

Letra C: correta. O art. 21, inciso I, estabelece que o sucessor a qualquer título é pessoalmente responsável pelo imposto devido pelo espólio até a data da partilha, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão recebido.

Letra D: errada. O § 3º do art. 21 prevê que os créditos tributários notificados ao *de cujus* antes da abertura da sucessão serão exigidos do espólio ou dos sucessores.

Letra E: errada. O § 1º do art. 21 prevê que haverá cobrança de juros moratórios e multa moratória.

Gabarito: C

51. Sobre as obrigações do contribuinte do ITR conforme a Lei nº 9.393/1996, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas e, ao final, marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() O contribuinte deve entregar anualmente o Documento de Informação e Apuração do ITR (DIAT), exceto se seu imóvel se enquadrar nas hipóteses de imunidade ou isenção.

() É obrigatória a comunicação ao órgão local da Secretaria da Receita Federal de qualquer alteração cadastral do imóvel rural no prazo de 60 dias, contado de sua ocorrência.

() O contribuinte pode indicar no DIAC, para fins de intimação, endereço diferente daquele constante do domicílio tributário.

A) V, V, F

B) V, F, V

C) F, V, V

D) V, V, V

E) F, F, V

Comentário:

Vamos ao comentário individual de cada item da questão, considerando as regras da Lei nº 9.393/1996.

Item I: verdadeiro. Conforme o art. 8º, § 3º, da Lei nº 9.393/1996, o contribuinte está dispensado de apresentar o DIAT se seu imóvel se enquadrar em imunidade ou isenção.

Item II: verdadeiro. De acordo com o art. 6º, § 1º, é obrigatória a comunicação de alterações cadastrais no prazo de 60 dias.

Item III: verdadeiro. Segundo o art. 6º, § 3º, o contribuinte pode indicar endereço diferente para fins de intimação.

Gabarito: D

52. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, sobre o domicílio tributário da pessoa física, assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa física pode eleger qualquer lugar como seu domicílio tributário, sem restrições.
- B) Na falta de eleição de domicílio, considera-se como domicílio a residência habitual ou, sendo essa incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- C) A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte, em nenhuma hipótese.
- D) A residência habitual é o lugar onde a pessoa física reside por mais de 183 dias consecutivos.
- E) O domicílio tributário da pessoa física residente no exterior é sempre o lugar onde estiverem situados seus bens no Brasil.

Comentário:

Essa questão aborda as regras sobre domicílio tributário da pessoa física, conforme o art. 26 do RIR.

Letra A: incorreta. Embora o contribuinte possa eleger seu domicílio tributário, a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do imposto sobre a renda, conforme art. 26, § 4º.

Letra B: correta. Conforme o art. 26, § 1º, na falta de eleição, considera-se como domicílio a residência habitual ou, sendo essa incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

Letra C: incorreta. O § 4º do art. 26 prevê que a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando esse impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização.

Letra D: incorreta. O conceito de residência habitual não está vinculado a um período de 183 dias consecutivos; é o lugar em que a pessoa física tem uma habitação que permita presumir intenção de mantê-la, conforme § 2º do art. 26.

Letra E: incorreta. O domicílio fiscal do residente no exterior será o do procurador ou representante no País, conforme art. 31, não necessariamente o local onde estão seus bens.

Gabarito: B

53. Sobre as perdas apuradas em operações realizadas nos mercados de renda variável, é correto afirmar que:

- A) são integralmente dedutíveis, mesmo que excedam os ganhos auferidos nessas operações.
- B) as perdas que excederem os ganhos não são dedutíveis na determinação do lucro real.
- C) as perdas são dedutíveis apenas se as operações forem iniciadas e encerradas no mesmo dia.
- D) as perdas não são dedutíveis em nenhuma hipótese na determinação do lucro real.
- E) as perdas nos mercados de renda variável e de *swap* são sempre dedutíveis.

Comentário:

Letra A: errada. O art. 260, parágrafo único, inciso IX, determina que as perdas que excederem os ganhos não são dedutíveis.

Letra B: correta. Conforme o art. 260, parágrafo único, inciso IX, as perdas que excederem os ganhos nas operações de renda variável não são dedutíveis.

Letra C: errada. As perdas em operações de *day-trade* são tratadas no inciso III, que são consideradas como adições (indedutíveis).

Letra D: errada. As perdas são dedutíveis até o limite dos ganhos auferidos nessas operações, conforme previsto na legislação supracitada.

Letra E: errada. Conforme o art. 260, parágrafo único, inciso IX, as perdas que excederem os ganhos nas operações de renda variável não são dedutíveis.

Gabarito: B

54. Conforme o Regulamento do Imposto de Renda, em relação à opção pelo pagamento do imposto sobre a renda com base no lucro real anual mediante recolhimentos mensais por estimativa, é correto afirmar que:

- A) a opção pelo pagamento mensal por estimativa é irretratável para todo o ano-calendário.
- B) as pessoas jurídicas que optarem pelo pagamento mensal por estimativa não podem suspender ou reduzir os pagamentos mensais.
- C) a opção pelo pagamento mensal por estimativa deve ser manifestada mediante comunicação formal à Receita Federal.
- D) os balanços ou balancetes levantados para suspensão ou redução do pagamento mensal não dependem de transcrição no livro diário.
- E) somente contribuintes desobrigados ao lucro real é que podem realizar o pagamento do IR mediante recolhimentos mensais por estimativa.

Comentário:

Letra A: correta. Segundo o art. 229, a opção pela forma de pagamento do imposto é irretratável para todo o ano-calendário, em se tratando do lucro real.

Letra B: errada. De acordo com o art. 227, a pessoa jurídica pode suspender ou reduzir o pagamento mensal do imposto sobre a renda, mediante balanços ou balancetes mensais.

Letra C: errada. Conforme o art. 219, parágrafo único, a opção é manifestada com o pagamento do imposto correspondente ao mês de janeiro ou de início de atividade, não sendo necessária comunicação formal à Receita Federal.

Letra D: errada. O art. 227, § 1º, inciso I, estabelece que os balanços ou balancetes levantados para suspensão ou redução do pagamento mensal devem ser transcritos no livro diário.

Letra E: errada. Todo contribuinte que apurar o IR pelo lucro real (por obrigação ou opção), no regime anual, deve realizar o pagamento do imposto mensalmente por meio de estimativas.

Gabarito: D

55. Sobre o IOF incidente nas operações de câmbio, julgue as afirmativas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas e, ao final, marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O fato gerador do IOF nas operações de câmbio ocorre no ato da liquidação da operação.
- () São contribuintes do IOF nas operações de câmbio os compradores ou vendedores de moeda estrangeira, somente nas transferências financeiras para o exterior.
- () A base de cálculo do IOF nas operações de câmbio é o montante em moeda estrangeira entregue ou posto à disposição.

- A) V, V, F
- B) V, F, V
- C) F, V, V
- D) V, V, V
- E) V, F, F

Comentário:

Vamos ao comentário individual de cada item da questão.

Item I: verdadeiro. Conforme o art. 11, parágrafo único, do Decreto nº 6.306/2007, o fato gerador ocorre e o IOF torna-se devido no ato da liquidação da operação de câmbio.

Item II: falso. De acordo com o art. 12, *caput*, os contribuintes do IOF são os compradores ou vendedores de moeda estrangeira nas operações referentes às transferências financeiras para ou do exterior, ou seja, tanto para o exterior quanto do exterior.

Item III: verdadeiro. Segundo o art. 14, a base de cálculo do IOF é o montante em moeda nacional recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio.

Gabarito: B

56. Segundo o Regulamento do IPI, assinale a alternativa correta o conceito de industrialização.

- A) O conserto, restauração e recondicionamento de produtos usados, quando destinados ao uso da própria empresa executora, é considerado industrialização.
- B) A montagem de óculos, mediante receita médica, é considerada industrialização.
- C) O preparo de produto, por encomenda direta do consumidor, na residência do preparador, desde que seja preponderante o trabalho profissional, não é considerado industrialização.
- D) A confecção de vestuário, por encomenda direta do consumidor, em oficina que empregue mais de cinco operários, não é considerada industrialização.
- E) A moagem de café torrado, realizada por estabelecimento comercial varejista como atividade acessória, é considerada industrialização.

Comentário:

Uma questão bastante tranquila sobre o conceito de industrialização.

Letra A: errada. Conforme o art. 5º, inciso XI, não é considerada industrialização.

Letra B: errada. De acordo com o art. 5º, inciso IX, não é considerada industrialização.

Letra C: correta. Segundo o art. 5º, inciso V, nessa condição, não se considera industrialização.

Letra D: errada. A confecção em oficina que empregue mais de cinco operários é considerada industrialização, conforme art. 7º, inciso II, alínea "a".

Letra E: errada. De acordo com o art. 5º, inciso VII, não é considerada industrialização.

Gabarito: C

57. Maria é curadora de seu tio João, que é interditado judicialmente por incapacidade mental. João recebeu rendimentos tributáveis no ano-calendário, mas não apresentou a declaração de ajuste anual nem recolheu o imposto devido. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, Maria pode ser responsabilizada pelo imposto sobre a renda devido por João?

- A) Sim, Maria é pessoalmente responsável pelo imposto sobre a renda devido por João, em relação a atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei.
- B) Não, Maria não pode ser responsabilizada, pois o imposto é devido por João, que é o contribuinte.
- C) Sim, Maria é solidariamente responsável pelo imposto sobre a renda devido por João, nos atos em que interveio ou pelas omissões de que foi responsável, quando impossível ser exigido do contribuinte.
- D) Não, Maria não pode ser responsabilizada, pois a responsabilidade tributária não se estende aos curadores.
- E) Sim, Maria é responsável pelo imposto sobre a renda devido por João, incluindo as penalidades de caráter punitivo.

Comentário:

A responsabilidade abordada nessa questão se encontra no art. 22, do RIR. Maria, como curadora, é solidariamente responsável pelo imposto devido por João, nos atos em que interveio ou pelas omissões de que foi responsável, conforme o art. 22, inciso II.

Letra A: incorreta. Maria seria pessoalmente responsável por atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, conforme o art. 23. No caso apresentado, não há indicação de tais atos.

Letra B: incorreta. De acordo com o art. 22, inciso II, os curadores respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis.

Letra C: correta. Maria, como curadora, é solidariamente responsável pelo imposto devido por João, nos atos em que interveio ou pelas omissões de que foi responsável, conforme o art. 22, inciso II, na impossibilidade de exigência do contribuinte.

Letra D: incorreta. A responsabilidade tributária estende-se aos curadores, conforme disposto no art. 22, inciso II.

Letra E: incorreta. O parágrafo único do art. 22 estabelece que a responsabilidade se aplica, em matéria de penalidades, apenas às de caráter moratório, não incluindo penalidades de caráter punitivo.

Gabarito: C

58. Acerca da destinação dos recursos arrecadados com a CIDE instituída pela Lei nº 10.336/2001, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que corresponde à sequência correta (V para verdadeiro e F para falso).

- () Os recursos da CIDE serão destinados, na forma da lei orçamentária, ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo.
- () A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, para ser aplicado obrigatoriamente em programas de infraestrutura de transportes, entre outros, o percentual de 29% sobre a arrecadação da CIDE.
- () Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, 25% serão destinados a seus Municípios para serem aplicados no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

- A) V, V, V
- B) V, F, V
- C) F, V, F
- D) V, V, F
- E) F, F, V

Comentário:

Item I: verdadeiro. De acordo com o art. 1º, § 1º, inciso I, os recursos da CIDE serão destinados ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo.

Item II: verdadeiro. Conforme o art. 1º-A, a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o percentual citado, sobre a arrecadação da CIDE, para ser aplicado nas finalidades previstas no art. 177:

- a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)
- b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)
- c) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)
- d) ao pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiros. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Item III: verdadeiro. Segundo o art. 1º-B, do montante dos recursos que cabe a cada Estado, 25% serão destinados a seus Municípios para serem aplicados no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Gabarito: A

59. Com base na Lei nº 9.393/1996 sobre as isenções do ITR, assinale a alternativa incorreta.

- A) São isentos do ITR os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.
- B) O conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, cuja área total observe os limites de pequenas glebas rurais, é isento do ITR, desde que o proprietário não possua imóvel urbano.
- C) Imóveis rurais explorados por associações ou cooperativas de produção em programa oficial de reforma agrária podem ser isentos do ITR.
- D) Imóveis rurais pertencentes a instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, são isentos do ITR.
- E) Para ser isento do ITR, o assentado em programa de reforma agrária não pode possuir outro imóvel.

Comentário:

Letra A: correta. Segundo o art. 3º-A da Lei nº 9.393/1996, imóveis rurais de comunidades quilombolas são isentos do ITR.

Letra B: correta. Conforme o art. 3º, II, da Lei nº 9.393/1996, imóveis rurais dentro dos limites de pequenas glebas são isentos se o proprietário não possuir imóvel urbano.

Letra C: correta. De acordo com o art. 3º, I, da Lei nº 9.393/1996, imóveis em programas de reforma agrária explorados por cooperativas podem ser isentos.

Letra D: incorreta. A Lei nº 9.393/1996 não prevê isenção do ITR para imóveis rurais de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

Letra E: correta. Conforme o art. 3º, I, "c", o assentado não pode possuir outro imóvel para que haja isenção.

Gabarito: D

60. Considerando as disposições sobre a dedutibilidade de despesas operacionais previstas no Regulamento do Imposto de Renda, assinale a alternativa correta.

- A) As despesas com brindes são dedutíveis na determinação do lucro real.
- B) As multas por infrações fiscais de natureza compensatória são dedutíveis como despesa operacional.
- C) As despesas com doações, como regra, são dedutíveis.
- D) As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, desde que no valor de até R\$ 25.000,00.
- E) A empresa que apure o IRPJ pelo lucro real não poderá deduzir como custo ou despesa operacional a importância destinada a constituir provisão para pagamento de remuneração correspondente ao décimo terceiro salário de seus empregados, uma vez que provisões são indedutíveis.

Comentário:

Letra A: errada. De acordo com o art. 260, parágrafo único, inciso VII, as despesas com brindes não são dedutíveis na determinação do lucro real.

Letra B: correta. Conforme o art. 352, § 5º, as multas por infrações fiscais de natureza compensatória e as impostas por infrações de que não resultem falta ou insuficiência de pagamento de tributo são dedutíveis.

Letra C: errada. O art. 260, parágrafo único, inciso VI, estabelece que as doações, exceto aquelas previstas nos art. 377 e art. 385, não são dedutíveis.

Letra D: errada. Segundo o art. 347, as perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, seguindo as regras ali previstas.

Letra E: errada. O art. 343, do RIR, dispõe que o contribuinte poderá deduzir como custo ou despesa operacional, em cada período de apuração, importância destinada a constituir provisão para pagamento de remuneração correspondente ao décimo terceiro salário de seus empregados.

Gabarito: B

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

01. A Lei Kandir foi recentemente alterada pela LC 190/22. Dentre as alterações, a lei tratou de definir contribuintes em operações interestaduais no que tange ao diferencial de alíquotas (DIFAL). Sobre o tema, assinale a opção correta.

- A) É contribuinte em relação ao DIFAL, o destinatário de mercadoria na hipótese de ser não contribuinte regular do imposto.
- B) É contribuinte em relação ao DIFAL, o remetente de mercadoria na hipótese de ser contribuinte regular do imposto.
- C) É contribuinte em relação ao DIFAL, o destinatário de mercadoria na hipótese de ser contribuinte regular do imposto.
- D) É contribuinte em relação ao DIFAL, o remetente de mercadoria na hipótese de ser o destinatário contribuinte regular do imposto.
- E) É contribuinte em relação ao DIFAL, o prestador de serviço na hipótese de o destinatário ser contribuinte regular do imposto.

Comentários:

Se o destinatário da mercadoria, bem ou serviço for contribuinte regular, é ele quem será considerado contribuinte do DIFAL e deverá efetuar o recolhimento.

Se o destinatário for não contribuinte, o remetente será considerado contribuinte e deverá recolher o DIFAL para o Estado de destino.

Art. 4º. § 2º É ainda contribuinte do imposto nas operações ou prestações que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final domiciliado ou estabelecido em outro Estado, em relação à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual:

I - o destinatário da mercadoria, bem ou serviço, na hipótese de contribuinte do imposto;

II - o remetente da mercadoria ou bem ou o prestador de serviço, na hipótese de o destinatário não ser contribuinte do imposto.

Incorreta a alternativa A. O remetente é o contribuinte.

Incorreta a alternativa B. É preciso analisar o destinatário. Se o remetente é contribuinte regular, mas o destinatário também, esse último será o contribuinte do DIFAL.

Correta a alternativa C. Como o destinatário é contribuinte regular, será o contribuinte do DIFAL.

Incorreta a alternativa D. Se o destinatário é contribuinte regular, será o contribuinte do DIFAL.

Incorreta a alternativa E. Se o destinatário é contribuinte regular, será o contribuinte do DIFAL.

Gabarito: C

02. O contribuinte ZÊ, localizado no Paraná, remeteu mercadoria para contribuinte pernambucano. Para o transporte, contratou a transportadora YPS. Ao passar pelo Estado do Rio de Janeiro para entrega de outras mercadorias, a fiscalização fluminense detectou que não havia documento fiscal para a operação e tampouco para a prestação do serviço de transporte, fato com que fez que se lavrasse a autuação, cobrando o ICMS integralmente para o Estado do Rio de Janeiro, sob alíquota interna. Diante dessa situação, pode-se dizer que o Auditor fluminense agiu

- A) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente à mercadoria, mas agiu incorretamente em relação à cobrança do ICMS em relação ao transporte.
- B) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente ao transporte, mas agiu incorretamente em relação à cobrança do ICMS em relação à mercadoria.
- C) incorretamente, pois o ICMS é devido ao Estado de origem, sob alíquota interestadual.
- D) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente ao transporte e à mercadoria, mas deveria ter utilizado a alíquota interestadual.
- E) corretamente no que tange à cobrança do ICMS para o Rio de Janeiro referente ao transporte e à mercadoria, inclusive no que tange à utilização da alíquota interna.

Comentários:

Como a mercadoria e o transporte estão sem documentação fiscal, o local da operação e da prestação é onde for encontrado o transportador e a mercadoria. Assim, o Fiscal fluminense fez certo ao cobrar o ICMS todo para o Estado do Rio de Janeiro utilizando a alíquota interna.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

*b) **onde se encontre, quando em situação irregular** pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;*

*II - **tratando-se de prestação de serviço de transporte:***

*b) **onde se encontre o transportador, quando em situação irregular** pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;*

Gabarito: E



Estratégia
Concursos

03. Dia 01/05/2024, Dimulé, residente em Niterói-RJ, fechou contrato de importação de equipamentos de filmagem pelo porto de Santos-SP no valor de \$ 1.000 (mil dólares). Houve também despesas aduaneiras no valor de R\$ 150, Imposto sobre produtos industrializados no valor de R\$ 200 e Imposto de importação no valor de R\$ 200. A autoridade aduaneira fixou o valor das mercadorias em \$ 1.400 (mil e quatrocentos dólares). A mercadoria chegou ao porto em 10/05/2024 e foi entregue ao destinatário em 15/05/2024. Por autorização da legislação, o desembaraço se deu apenas no dia 29/05/2024.

A taxa de câmbio utilizada para se calcular o II foi de R\$ 3. Além disso, as taxas de câmbio eram:

01/05/2024 – R\$ 3,50

10/05/2024 – R\$ 3,23

15/05/2024 – R\$ 3,40

29/05/2024 – R\$ 4,00.

Supondo uma alíquota de 18% de ICMS, de acordo com a Lei Kandir, o ICMS devido na importação é de

- A) R\$ 1.042,68.
- B) R\$ 855.
- C) R\$ 1.000,43.
- D) R\$ 4.750.
- E) R\$ 5.792,68.

Comentários:

Apesar de o valor da importação em dólar ser de \$ 1.000, a autoridade aduaneira fixou o valor em \$ 1.400 e, por força do art. 12, § único, da Lei Kandir, este último deve prevalecer.

Precisamos, então, converter esse valor em reais, utilizando a mesma alíquota utilizada no Imposto de Importação, sem se preocupar com as demais taxas de câmbio fornecidas pela questão (Art. 14, da Lei Kandir). Como a taxa utilizada no II foi de R\$ 3, teremos uma BC inicial de R\$ 4.200 ($R\$ 3 \times \$ 1.400$). Entretanto, a esse valor devemos somar as despesas aduaneiras (R\$ 150), o IPI (R\$ 200) e o próprio II (R\$ 200). Assim temos $R\$ 4.200 + R\$ 150 + R\$ 200 + R\$ 200 = R\$ 4.750$.

Agora precisamos colocar o próprio ICMS dentro de sua BC, dividindo o valor de R\$ 4.750 por $(1-18\%) = R\$ 5.792,68$

Multiplicando-se a BC pela alíquota de 18%, temos: $18\% \times R\$ 5.792,68 = R\$ 1.042,68$.

Gabarito: A

04. Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias. Acerca do tema e de acordo com a Lei Kandir, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

II. considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante e na captura de pescado.

III. respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

A questão traz a literalidade do § 3º do art. 11, conforme abaixo.

Art. 11. § 3º Para efeito desta Lei Complementar, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias, observado, ainda, o seguinte:

I - na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação;

II - é autônomo cada estabelecimento do mesmo titular; (Vide ADC 49)

III - considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante e na captura de pescado;

IV - respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

Gabarito: D

05. Recentemente, a Reforma Tributária foi introduzida na Constituição Federal de 1988, alterando significativamente o sistema tributário brasileiro. Apesar de a reforma ser chamada de “Reforma sobre o consumo”, também trouxe alterações em outros tipos de tributos, como o IPVA. Uma das alterações referente ao IPVA foi a extensão das possibilidades de se estabelecer alíquotas diferenciadas do imposto, que hoje podem ser em função

- A) do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental.
- B) do tipo e do valor, somente.
- C) do tipo, do valor e da utilização, somente.
- D) do tipo, do valor, da utilização, do impacto ambiental e da disponibilidade.
- E) do valor e da utilização, somente.

Comentários:

Até a EC 132/23, as alíquotas só poderiam ser diferenciadas por tipo e utilização, porém com a EC foram acrescentados o valor e o impacto ambiental.

Art. 155. § 6º O imposto previsto no inciso III:

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental;

Gabarito: A

06. De acordo com a LC 24/75, não é um benefício fiscal de ICMS o (a)

- A) isenção.
- B) redução da base de cálculo.
- C) diferimento.
- D) concessão de créditos presumidos.
- E) devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo.

Comentários:

Questão mais direta. O diferimento é uma postergação, para uma outra etapa da cadeia, do recolhimento do tributo. Não é, portanto, um benefício fiscal.

Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

Gabarito: C

07. Paulo procura o Fisco Estadual após um inventário realizado no Espírito Santo, para sanar dúvidas sobre o pagamento do ITCMD. Sobre tal tributo, é correto afirmar que:

- A) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou onde tiver domicílio o doador.
- B) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação do bem.
- C) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado do domicílio do doador.
- D) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado em que se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- E) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem ou ao Distrito Federal.

Comentários:

Questão em que é preciso conhecer bem as regras sobre a sujeição ativa do ITCMD.

BENS	SUJEITO ATIVO
Imóveis (e respectivos direitos)	Estado (ou DF) onde estiver situado o bem (regra válida para transmissões <i>causa mortis</i> ou por doação)
Móveis, títulos e créditos (e respectivos direitos)	Na doação: Estado (ou DF) onde tiver domicílio o doador
	Na transmissão <i>causa mortis</i>: Estado (ou DF) onde era domiciliado o “de cujus”

Gabarito: E

08. José, único sucessor de sua falecida esposa, ao calcular o valor a ser pago a título de ITCMD sobre a herança a ele transmitida, surpreende-se ao descobrir que lei estadual prevê alíquotas de ITCMD progressivas, de modo que será aplicada, em seu caso, a alíquota máxima de 8% em virtude do montante dos bens transferidos. José declara ao Fisco estadual o valor dos bens herdados, mas se recusa a efetuar o pagamento do imposto, alegando a inconstitucionalidade da aplicação das alíquotas progressivas.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- A) assiste razão a José, pois é constitucionalmente vedada a aplicação de alíquotas progressivas a tributos reais.
- B) não assiste razão a José, pois, em virtude do princípio constitucional da capacidade contributiva, é admissível a previsão de alíquotas progressivas ao ITCMD.
- C) assiste razão a José, pois, sendo cônjuge e único sucessor, é vedada constitucionalmente a aplicação de alíquota máxima a seu caso.
- D) não assiste razão a José, pois, em virtude de expressa previsão constitucional, é obrigatória a adoção de alíquotas progressivas ao ITCMD.
- E) assiste razão a José, pois a alíquota de 8% aplicada ultrapassa o teto estabelecido pela Resolução do Senado Federal constitucionalmente exigida para fixar a alíquota máxima do ITCMD.

Comentários:

Cuidado para não “escorregarem” na letra A.

Com a edição da EC nº 132/23, a progressividade do ITCMD passou a ser expressamente prevista como de obrigatória observância.

Art. 155, § 1º, VI – (o ITCMD) será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação;

Gabarito: D

09. Olavo, domiciliado no Estado de São Paulo, possui ações representativas do capital social da Sociedade BETA S/A, com sede no Estado do Rio de Janeiro, e decide doar parte da sua participação acionária a Mário, seu filho, então domiciliado no Estado da Bahia.

Com dúvidas quanto ao Estado para o qual deverá ser recolhido o imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) incidente nessa operação, Mário consulta seu escritório, destacando que o Estado da Bahia estabelece alíquotas inferiores às praticadas pelos outros dois Estados.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- A) O ente competente para exigir o ITCMD na operação em análise é o Estado de São Paulo, onde tem domicílio o doador.
- B) O ITCMD deverá ser recolhido ao Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o bem a ser doado consiste em participação acionária relativa à sociedade ali estabelecida, e o imposto compete ao Estado na situação do bem.
- C) O ITCMD deverá ser recolhido ao Estado da Bahia, uma vez que o contribuinte do imposto é o donatário.
- D) O doador ou donatário poderá recolher o imposto ao Estado de São Paulo ou ao Estado da Bahia, pois o contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada.
- E) O doador ou donatário poderá recolher o imposto ao Estado de São Paulo ou ao Estado do Rio de Janeiro, pois o contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada.

Comentários:

BENS	SUJEITO ATIVO
Imóveis (e respectivos direitos)	Estado (ou DF) onde estiver situado o bem (regra válida para transmissões <i>causa mortis</i> ou por doação)
Móveis, títulos e créditos (e respectivos direitos)	Na doação: Estado (ou DF) onde tiver domicílio o doador
	Na transmissão <i>causa mortis</i>: Estado (ou DF) onde era domiciliado o “de cujus”

Gabarito: A

10. Lei Estadual, publicada em 15/10/2021, estabeleceu, entre outras providências relacionadas ao ITCMD, a alteração da alíquota do imposto de 5% para 9%, incidindo sobre o valor venal dos bens e direitos, ou o valor do título ou crédito, transmitidos ou doados, conforme especificações contidas no texto legal. Nesse caso, afirma-se que:

- A)** A lei é inconstitucional, por contrariar Resolução já editada pelo Senado Federal, com base na sua competência legislativa prevista no atual texto da Constituição.
- B)** A lei é constitucional, por se adequar à Resolução já editada pelo Senado Federal, com base na sua competência legislativa prevista no atual texto constitucional.
- C)** A lei é constitucional, por observar a competência tributária exclusiva atribuída pelo atual texto constitucional aos Estados e Distrito Federal no que se refere à instituição e cobrança do ITCMD.
- D)** d)A lei é inconstitucional, por violar dispositivo contido em lei complementar, o qual deverá ser observado pelos Estados e Distrito Federal quanto à matéria tratada.
- E)** A lei é inconstitucional, por violar a competência exclusiva do Congresso Nacional no que se relaciona ao aspecto quantitativo do fato gerador do ITCMD de competência dos Estados e Distrito Federal.

Comentários:

O Senado Federal, em consonância com o art. 155, § 1º, IV, da CF/88, por meio de Resolução nº 9/92, fixou a alíquota máxima do ITCMD em 8%. Logo, a lei é inconstitucional por prever uma alíquota superior ao limite máximo fixado pelo Senado (tendo em vista a competência que lhe foi atribuída constitucionalmente).

Gabarito: A

11. A Lei Kandir (LC 87/1996) surgiu por exigência constitucional, visto que o art. 155, § 2º, dispõe que deverá ser criada uma Lei Complementar para o ICMS que, dentre outras funções, deve fixar, para efeito de cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços. Assinale a opção em que o local da operação ou da prestação não condiz com o descrito na Lei Kandir.

- A) tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, o do estabelecimento do prestador do serviço, quando prestado por meio de satélite.
- B) tratando-se de prestação de serviço de transporte, onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea.
- C) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos.
- D) o Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- E) tratando-se de mercadoria ou bem importado do exterior, o domicílio do adquirente, quando não estabelecido.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Quando a prestação de serviço de comunicação se der via satélite, o local será o do estabelecimento ou domicílio do **tomador**, e não do prestador.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

c-1) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite;

Correta a alternativa B. Art. 11, II, b.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

b) onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

Correta a alternativa C. Art. 11, I, i.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

i) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos;

Correta a alternativa D. Art. 11, I, h.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

h) o do Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial;

Correta a alternativa E. Art. 11, I, e.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

e) importado do exterior, o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido;

Gabarito: A

12. Johny, morador do Estado de São Paulo, ganhou um celular de sua esposa. Como não gostou do presente, revendeu-o para seu amigo por R\$ 200 a mais do que sua esposa comprou. Além disso, Johny importou, pela primeira e última vez na sua vida, uma linda sanfona, que será utilizada sem fins comerciais, para tocar para sua família nas tardes de domingo.

Considerando o acima narrado, assinale a opção correta.

- A) Johny não pode ser considerado contribuinte ao revender o celular para seu amigo, mas será contribuinte na importação da sanfona.
- B) Por ter auferido lucro, Johny é considerado contribuinte na revenda do celular, mas não é considerado contribuinte na importação.
- C) Johny não pode ser considerado contribuinte na importação, pois a sanfona não será utilizada para fins comerciais.
- D) Johny pode ser considerado contribuinte ao revender o celular para seu amigo e ao importar a sanfona.
- E) Johny não é considerado contribuinte na revenda do celular e tampouco na importação.

Comentários:

Para que seja considerado contribuinte, a pessoa natural ou jurídica deve praticar fato gerador do ICMS com habitualidade ou volume comercial.

Como Johny vendeu apenas um celular, não possui habitualidade na venda e tampouco volume que caracterize intuito comercial, ainda que tenha vendido por um preço maior que o de compra.

Já na importação, não se exige habitualidade ou volume que caracterize intuito comercial, tratando-se dos casos de “contribuinte eventual”. Independente também a finalidade. Sendo assim, mesmo que não seja para revenda, mas sim para hobby, incidirá ICMS na importação e Johny será considerado contribuinte.

Art. 4º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

§ 1º É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

I – importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade;

Gabarito: A

13. Considere a seguinte sequência dos fatos em uma importação:

10/06/2024 - fechado contrato de importação de eletrônicos da Carolina do Norte-EUA

12/06/2024 - mercadoria saiu de porto norte americano

15/06/2024 - mercadoria chegou no porto brasileiro

20/06/2024 - mercadoria foi entregue ao destinatário

29/06/2024 - ocorreu o desembaraço aduaneiro

De acordo com a Lei Kandir, o momento da ocorrência do fato gerador se dá em

- A) 10/06/2024
- B) 12/06/2024
- C) 15/06/2024
- D) 20/06/2024
- E) 29/06/2024

Comentários:

Regra geral, o momento da ocorrência do fato gerador do ICMS na importação é no desembaraço aduaneiro. Entretanto, se a mercadoria for entregue antes do desembaraço, o momento é deslocado para o da entrega. Na questão em tela, o desembaraço se dá em 29/06, porém a entrega ocorreu antes, em 20/06. Assim, o momento ocorre no dia 20/06.

Art. 12. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

IX – do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior;

§ 3º Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário, exigir a comprovação do pagamento do imposto.

Gabarito: D

14. De acordo com o a Lei Kandir, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Os descontos incondicionais pertencem à base de cálculo do ICMS.

II. Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do adquirente ou tomador.

III. Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

- A) Estão falsos os itens I e II, somente.
- B) Estão falsos os itens I e III, somente.
- C) Estão falsos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Falso. Os descontos condicionais pertencem à base de cálculo do ICMS, porém os incondicionais, não.

Art. 13. § 1º *Integra a base de cálculo do imposto, inclusive nas hipóteses dos incisos V, IX e X do caput deste artigo:*

II - o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição;

II. Falso. A diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

Art. 13. § 5º *Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.*

III. Verdadeiro. Art. 13, § 2º.

Art. 13. 2º *Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.*

Gabarito: A

15. De acordo com a Constituição Federal de 1988, alterada pela Emenda Constitucional 132/23, o IPVA

- A) deverá ter alíquotas diferenciadas por tipo, valor, utilização e impacto ambiental do veículo.
- B) terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- C) não incide sobre veículos aéreos.
- D) será dividido entre Estado e Municípios onde os veículos forem licenciados, na razão de 75%.
- E) não incide sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Não é obrigatório que haja esse tipo de diferenciação! Os estados PODEM diferenciar as alíquotas segundo esses critérios.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

III - propriedade de veículos automotores.

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental.

Incorreta a alternativa B. O Senado deve fixar alíquotas MÍNIMAS de IPVA, e não máximas.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

III - propriedade de veículos automotores.

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

Incorreta a alternativa C. Com a recente EC 132/23, a CF/88 passou a prever expressamente a incidência sobre aeronaves e embarcações.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

III - propriedade de veículos automotores.

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados:

Incorreta a alternativa D. A razão é de 50%.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios;

Correta a alternativa E. Trata-se de uma imunidade trazida pela EC 132/23.

III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados:

a) aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros;

Gabarito: E

16. De acordo com o a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Podem os municípios conceder benefícios fiscais de ICMS.

II. Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.

III. Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas Unidades da Federação.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. **Falso.** Os municípios não podem conceder benefícios fiscais de ICMS.

Art. 9º - É vedado aos Municípios, sob pena das sanções previstas no artigo anterior, concederem qualquer dos benefícios relacionados no art. 1º no que se refere à sua parcela na receita do imposto de circulação de mercadorias.

II. **Verdadeiro.** Art. 10.

Art. 10 - Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.

III. **Verdadeiro.** Art. 3º. Isso permite, por exemplo, que determinada cláusula de um convênio se aplique a São Paulo, mas não aos demais Estados/DF.

Art. 3º - Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas Unidades da Federação.

Gabarito: C

17. Com a reforma tributária, o ICMS, de competência dos Estados e do DF, deixará de existir, sendo substituído pelo Imposto sobre bens e serviços (IBS). Sobre o tema, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, exceto direitos, ou com serviços.

III. O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, exceto no que tange às alíquotas.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Verdadeiro. A competência será compartilhada, uma vez que os Estados, Municípios e o DF instituirão suas alíquotas por lei de cada ente. Já a União editará as normas referente aos outros elementos da regra matriz de incidência, como base de cálculo, sujeitos passivos, hipóteses de incidência etc.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. Falso. O IBS possui base ampla e incidirá sobre todos os bens e serviços, incluindo direitos sobre bens. Um exemplo é o direito de utilizar o pacote Office.

Art. 156-A. 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

I - incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços;

III. Verdadeiro. Exceto no que tange às alíquotas, que cada ente deverá fixar a sua por lei, o restante da norma do IBS será único. Isso resolve um grande problema que tínhamos com ICMS e ISS: uma infinidade de legislações.

IV - terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V;

V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;

Gabarito: B

18. O ICMS é um imposto não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado. Sobre o tema “creditamento”, assinale a opção incorreta.

- A)** Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
- B)** É vedado o crédito relativo à mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior.
- C)** O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- D)** O creditamento decorrente de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente deve ser realizado no mês da emissão do documento fiscal.
- E)** Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior ou de operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Comentários:

Correta a alternativa A.

Art. 20. § 1º Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.

Correta a alternativa B.

Art. 20. § 3º É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I - para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior;

Correta a alternativa C.

Art. 21. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

IV - vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

Incorreta a alternativa D. O creditamento só pode ser feito a partir da entrada da mercadoria no estabelecimento.

Art. 20. § 5º Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

I – a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

Correta a alternativa E.

Art. 21. § 2º Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior ou de operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Gabarito: D

19. Com relação ao ITCMD, analise as afirmativas a seguir.

I. A ocorrência do fato gerador, na transmissão *causa mortis*, se dá com a abertura do inventário.

II. Compete ao Congresso Nacional fixar as alíquotas máximas do imposto.

III. Suas alíquotas serão progressivas em função do quinhão que cada herdeiro receber.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentários:

Item I: Errado. Não confundam abertura do inventário (quando se inicia o processo/procedimento para transmitir os bens do falecido aos herdeiros) com abertura da sucessão (= óbito). Via de regra (só o Estado ao AL prevê de forma distinta), a abertura da sucessão configura o momento da ocorrência do fato gerador da transmissão *causa mortis*. O próprio art. 1.784 do Código Civil já nos dá esta dica:

Código Civil:

Art. 1.784. *Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.*

Item II: Errado. O **Senado Federal** é que possui a referida competência, nos termos do art. 155, § 1º, IV, da CF/88.

Item III: Correto. Com a edição da EC nº 132/23, a progressividade do ITCMD passou a ser expressamente prevista como de obrigatória observância.

CF/88:

Art. 155, § 1º, VI - *será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação;*

Gabarito: B

20. Maria, que, durante sua vida, foi domiciliada no Distrito Federal, faleceu deixando um apartamento no Rio de Janeiro e um automóvel que, embora registrado no DETRAN do Amazonas, atualmente está em uso por um de seus herdeiros no Ceará. O inventário está em curso no Mato Grosso. Quanto ao Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD devido, assinale a afirmativa correta:

- A) O ITCMD referente ao apartamento compete ao Distrito Federal, local onde a falecida possuía domicílio.
- B) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Ceará, local onde o bem está sendo utilizado.
- C) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Mato Grosso, local onde o inventário está sendo processado.
- D) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Amazonas, local onde o bem está registrado.
- E) O ITCMD referente ao automóvel compete ao Distrito Federal, local onde era domiciliado o *de cujus*.

Comentários:

BENS	SUJEITO ATIVO
Imóveis (e respectivos direitos)	Estado (ou DF) onde estiver situado o bem (regra válida para transmissões <i>causa mortis</i> ou por doação)
Móveis, títulos e créditos (e respectivos direitos)	Na doação: Estado (ou DF) onde tiver domicílio o doador
	Na transmissão <i>causa mortis</i> : Estado (ou DF) onde era domiciliado o “de cujus”

Gabarito: E

21. De acordo com a Lei Kandir (LC 87/1996) julgue os itens e assinale a opção correta.

I. Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do ICMS, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.

II. O direito de utilizar o crédito de ICMS extingue-se depois de decorridos 3 anos contados da data de emissão do documento.

III. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de mercadorias, bens, serviços ou direitos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

(I) **Verdadeiro.** Transcrição literal do art. 7º da LK.

Art. 7º Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.

(II) **Falso.** O prazo é de 5 anos.

Art. 23. O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

Parágrafo único. O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

(III) Verdadeiro. Art. 18.

Art. 18. *Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de mercadorias, bens, serviços ou direitos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.*

Gabarito: B

22. O varejista X do regime normal de apuração do ICMS adquiriu mercadorias tributadas durante o período fiscal de 07/2024, a saber:

- um caminhão para transporte de mercadorias e um carro para transporte de pessoal;
- copos de plástico, que serão vendidos sem tributação do ICMS, uma vez que serão enviados para a Alemanha;
- canetas para revenda, dentro do país, porém com isenção.

Considerando somente o acima narrado, o contribuinte poderá se creditar do ICMS da entrada em seu estabelecimento

- A) do caminhão, do carro, dos copos e das canetas.
- B) do caminhão e dos copos, apenas.
- C) do caminhão, do carro e dos copos, apenas.
- D) do caminhão, apenas.
- E) dos copos, apenas.

Comentários:

Os caminhões dão direito a crédito na razão de 1/48, por se tratar de ativos. Já os carros para transporte de pessoal são presumidamente alheios à atividade do estabelecimento.

Os copos dão direito a crédito, pois, embora a saída futura seja desonerada do ICMS, trata-se de operação para o exterior, situação em que não se veda o crédito da entrada.

Por fim, as canetas não permitem creditamento, visto que a saída futura se dará com isenção.

Art. 20. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 1º Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.

§ 2º Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

§ 3º É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

II - para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não forem tributadas ou estiverem isentas do imposto, exceto as destinadas ao exterior.

Gabarito: B

23. Para efeito de apuração do ICMS, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

O contribuinte X, de São Paulo, apurou saldo credor acumulado no período fiscal 06/2024. De acordo com a Lei Kandir, tal saldo

- A) pode ser transferido por X a qualquer estabelecimento seu.
- B) não pode ser transferido por X a qualquer estabelecimento seu em São Paulo.
- C) pode, por opção de X, ser transferido a terceiros no Rio de Janeiro.
- D) não pode ser transferido primeiro a terceiros em São Paulo sem que haja compensação com saldos devedores de estabelecimentos de X em São Paulo.
- E) não pode ser transferido, por expressa norma constitucional proibitiva.

Comentários:

Incorretas as alternativas A, B, C e E. Só podem ser transferidos a estabelecimento de X DENTRO DO ESTADO.

Art. 25. Para efeito de aplicação do disposto no art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

§ 1º Saldos credores acumulados a partir da data de publicação desta Lei Complementar por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II do art. 3º e seu parágrafo único podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I - imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes do mesmo Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

Correta a alternativa D. Se X apurou, por exemplo, R\$ 100.000 de saldo credor acumulado e uma filial sua apurou R\$ 80.000 de saldo devedor, X tem que primeiro transferir R\$ 80.000 para sua filial e, somente depois, pode transferir os R\$ 20.000 para terceiros.

Gabarito: D

24. De acordo com a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

II. O IBS e a CBS devem ter as mesmas regras em relação a imunidades.

III. Cada ente federativo fixará sua alíquota própria de IBS por lei específica.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Falso. A competência é do STJ.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

j) os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

II. Verdadeiro. Um dos objetivos da reforma tributária foi a simplificação do sistema tributário brasileiro e, para isso, o IBS e a CBS devem ter as mesmas regras em relação a imunidades.

"Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, observarão as mesmas regras em relação a:

I - fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;

II - imunidades;

III - regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação;

IV - regras de não cumulatividade e de creditamento.

III. Verdadeiro. Art. 13, § 2º.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;

Gabarito: C

25. De acordo com a Lei Complementar 24/75, as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situada no mesmo Estado, sairão com

- A) isenção.
- B) suspensão.
- C) imunidade.
- D) revogação.
- E) tributação normal.

Comentários:

Questão bem mais direta. Trata-se de uma suspensão do ICMS.

Art. 14 - Sairão com suspensão do Imposto de Circulação de Mercadorias:

I - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situada no mesmo Estado;

II - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento de Cooperativa de Produtores, para estabelecimento, no mesmo Estado, da própria Cooperativa, de Cooperativa Central ou de Federação de Cooperativas de que a Cooperativa remetente faça parte.

Gabarito: B

26. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O disposto na referida lei não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus, sendo vedado às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo Estado do Amazonas.

II. As reuniões se realizarão com a presença de todas as Unidades da Federação.

III. Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação, inclusive as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Verdadeiro. Art. 15.

Art. 15 - O disposto nesta Lei não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus, sendo vedado às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo Estado do Amazonas.

II. Falso. As reuniões acontecem com a presença da MAIORIA das UF.

Art. 2º. § 1º - As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.

III. Verdadeiro. Art. 7º.

Art. 7º - Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação, inclusive as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.

Gabarito: B

27. Sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, previsto na Constituição Federal, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

II. Não cabe ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços se envolver no contencioso administrativo.

III. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Verdadeiro.

CF/88. Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

II. Falso. Decidir o contencioso administrativo é uma das funções do Comitê Gestor.

Art. 156-B. *Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:*

I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;

II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios;

III - decidir o contencioso administrativo.

III. Verdadeiro.

Art. 156-B. § 1º *O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.*

Gabarito: B

28. Em 2026, o IBS será cobrado sob alíquota de

- A) 0,1%.
- B) 10%.
- C) 0,9%.
- D) 9%.
- E) 1,9%.

Comentários:

Art. 125. Em 2026, o imposto previsto no art. 156-A será cobrado à alíquota estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a contribuição prevista no art. 195, V, ambos da Constituição Federal, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento).

Gabarito: A

29. A abertura da sucessão, momento que marca a ocorrência de um dos fatos geradores do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), ocorre na data:

- A) da distribuição da petição inicial do inventário.
- B) em que morreu o autor da herança.
- C) da nomeação do inventariante.
- D) da lavratura do testamento.
- E) em que há a aceitação da herança.

Comentários:

Bastava saber que “abertura da sucessão” é sinônimo de “momento do falecimento”.

Gabarito: B

30. Será objeto de recolhimento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD:

- A) a dação em pagamento.
- B) o oferecimento de bens imóveis em garantia.
- C) a compra de um bem móvel.
- D) a transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento.
- E) a doação de bens em adiantamento de legítima.

Comentários:

Bastava saber que o ITCMD só alcança transmissões *causa mortis* e *inter vivos* gratuitas.

Incorretas as alternativas A, B e C. Configuram transmissões *inter vivos* onerosas.

Incorreta a alternativa D. Não configura transmissão, pois o patrimônio é comum.

Correta a alternativa E. Configura uma hipótese de incidência do imposto.

Gabarito: E

31. Para resolver a questão, considere as seguintes informações:

- pneus estejam sujeitos à substituição para frente no Estado do Paraná;
- haja acordo para que o ICMS seja recolhido por ST quando da saída da Bahia para o Estado do Paraná;
- uma fábrica de pneus localizada na Bahia remete R\$ 200.000 em pneus para um atacadista no Paraná;
- a alíquota interna hipotética de pneu no Paraná é de 25%;
- a margem de valor agregado para pneus é de 160%;
- o frete foi contratado pelo atacadista paranaense a uma transportadora no valor de R\$ 5.000;
- o seguro foi contratado pelo atacadista paranaense junto a uma seguradora no valor de R\$10.000.

De acordo com a Lei Kandir (LC 87/1996), o valor a ser retido pela fábrica a título de substituição tributária ao Estado do Paraná é de

- A) R\$ 24.000.
- B) R\$ 115.750.
- C) R\$ 496.000.
- D) R\$ 100.000.
- E) R\$ 150.000.

Comentários:

a) Quanto a fábrica deverá recolher de ICMS próprio?

Ao vender por R\$ 200.000 a fábrica deverá debitar-se de **R\$ 24.000** de ICMS ($12\% \times R\$ 200.000$), sendo 12% a alíquota interestadual pobre-rico (BA-PR) e R\$ 200.000 a BC do ICMS próprio ($BC_{ICMS \text{ Próprio}}$). Repare que o frete e seguros não têm qualquer relação com a fábrica, pois foram contratados pelo atacadista junto a terceiros.

b) Quanto será a Base de cálculo do ICMS por ST (BC_{ST})?

$$BC_{ST} = (1 + MVA) \times (BC_{ICMS \text{ Próprio}} + \text{encargos do adquirente})$$

De acordo com a fórmula, a BC_{ST} será $(1 + 160\%) \times (200.000 + 5.000 + 10.000) = R\$ 559.000$.

Observe que o frete foi pago pelo atacadista a uma transportadora e por isso entra na BC_{ST} , uma vez que é um encargo suportado pelo adquirente junto a terceiros.

c) Quanto a fábrica deverá recolher de ICMS por ST?

$$ICMS_{ST} = (\text{alíquota} \times BC_{ST}) - ICMS \text{ Próprio}$$

$ICMS_{ST} = (25\% \times R\$ 559.000) - R\$ 24.000 = \text{R\$ } 115.750$.

Nesse caso, a fábrica deverá recolher **R\$ 24.000** a título de ICMS Próprio para a Bahia e **R\$ 115.750** a título de ICMS_{ST} para o Paraná.

Gabarito: B

32. No que tange à base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária, julgue os itens e assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Kandir (LC 87/96).

I. Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

II. Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, deverá a lei estabelecer como base de cálculo este preço.

III. A base de cálculo em relação às operações ou prestações subsequentes poderá ser o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência.

- A) Estão corretos os itens I e III, somente.
- B) Estão corretos os itens I e II, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Verdadeiro.

Art. 8º. § 2º *Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo **preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.***

II. Falso. PODERÁ ser, mas não é obrigatório.

Art. 8º. § 3º Existindo **preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador**, **poderá a lei estabelecer como base de cálculo este preço**.

III. Verdadeiro.

Art. 8º. § 6º Em substituição ao disposto no inciso II do caput, **a base de cálculo em relação às operações ou prestações subsequentes** **poderá** ser o **preço a consumidor final usualmente praticado no mercado** considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, adotando-se para sua apuração as regras estabelecidas no § 4º deste artigo.

Gabarito: A



Estratégia
Concursos

33. Acerca das disposições constitucionais do ICMS, assinale a alternativa incorreta.

- A) a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- B) a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- C) o ICMS poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- D) resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- E) é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

Comentários:

Corretas as alternativas B, C, D e E. Só poder ser.

Art. 155. § 2º O imposto previsto no inciso II (ICMS) atenderá ao seguinte:

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

Incorreta a alternativa A. Se a operação é isenta ou não tributada, não há destaque de ICMS e, com isso, salvo disposição expressa em contrário, NÃO dará direito a crédito para o adquirente. Exemplo: A vende para B com isenção. B não pode se creditar de ICMS.

Art. 155. § 2º O imposto previsto no inciso II (ICMS) atenderá ao seguinte:

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) **não** implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

Gabarito: A

34. De acordo com a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O IBS e a CBS devem ter as mesmas regras em relação a fatos geradores.

II. O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.

III. O IBS integra sua própria base de cálculo.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Verdadeiro. A reforma tributária visou a simplificação do sistema tributário brasileiro e, para isso, o IBS e a CBS devem ter as mesmas regras em relação a fatos geradores.

Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, observarão as mesmas regras em relação a

I - fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;

II. Verdadeiro. Se um ente Estado, por exemplo, contratar operações sujeitas ao IBS e a CBS cujo somatório das alíquotas seja de 25% (CBS = 5%, IBS estadual 18% e IBS municipal 2%, por exemplo), todo esse valor fica com o Estado! As alíquotas da União e do município descem a zero e a alíquota do IBS do Estado sobe para 25%, ficando com todo o tributo.

Art. 149-C. O produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A e da contribuição prevista no art. 195, V, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.

III. Falso. O IBS é um imposto por fora.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

IX - não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, e 195, I, "b", IV e V, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239;

Gabarito: A

35. Segundo a Lei Complementar 87/96, é assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de _____ dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

- A) 90.
- B) 60.
- C) 15.
- D) 10.
- E) 30.

Comentários:

Questão bem direta. O prazo é de 90 dias, conforme abaixo demonstrado.

Art. 10. *É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.*

§ 1º *Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.*

Gabarito: A

36. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. Os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência rotativa dos Estados/DF.
- II. Dentro do prazo de 15 dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado.
- III. É vedado aos Municípios concederem isenções de sua parcela na receita do imposto de circulação de mercadorias.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. **Falso.** A presidência é do representante do Governo Federal.

Art. 2º - Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.

II. **Verdadeiro.**

Art. 4º - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo.

III. Verdadeiro. Art. 9º.

Art. 9º - É vedado aos Municípios, sob pena das sanções previstas no artigo anterior, concederem qualquer dos benefícios relacionados no art. 1º no que se refere à sua parcela na receita do imposto de circulação de mercadorias.

Gabarito: C

37. No que tange às previsões do ICMS na Lei Kandir, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. O imposto não incide sobre operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.

II. Estabelecimento é o local, desde que privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

III. Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo Estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. Verdadeiro.

Art. 3º O imposto não incide sobre:

III - operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

II. Falso. Pode ser público OU privado.

Art. 11. § 3º Para efeito desta Lei Complementar, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias, observado, ainda, o seguinte: (...)

III. Verdadeiro.

Art. 11§ 5º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo Estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

Gabarito: B

38. De acordo com a CF/88, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. O IBS incidirá inclusive nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

II. O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

III. Resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do IBS para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentários:

I. **Falso.** O IBS não incidirá nesses casos.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

XI - não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

II. **Verdadeiro.**

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação;

III. **Verdadeiro.**

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

XII - resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo;

Gabarito: C

39. Com referência à competência para exigir o pagamento do imposto *causa mortis* e doação no Estado do Mato Grosso do Sul, analise as afirmativas a seguir.

I. Tratando-se de bens imóveis e respectivos direitos, o Estado competente para exigir o imposto será o da situação do bem ou do Distrito Federal.

II. Com relação a títulos, competente será o Estado onde for domiciliado o “de cujus”, ainda que o inventário seja processado extrajudicialmente em outro Estado.

III. No que diz respeito aos bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do doador, mesmo se o donatário residir em outro Estado.

Assinale:

- A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentários:

É preciso conhecer as regras de sujeição ativa do imposto:

BENS	SUJEITO ATIVO
Imóveis (e respectivos direitos)	Estado (ou DF) onde estiver situado o bem (regra válida para transmissões <i>causa mortis</i> ou por doação)
Móveis, títulos e créditos (e respectivos direitos)	Na doação: Estado (ou DF) onde tiver domicílio o doador
	Na transmissão <i>causa mortis</i>: Estado (ou DF) onde era domiciliado o “de cujus”

Cuidado com o item III. Quando o donatário – que, via de regra, é o contribuinte do imposto – reside/é domiciliado em outro Estado (que não o do doador do bem), é relativamente comum que o Estado detentor da competência tributária preveja que o doador passe a ser o contribuinte. Mesmo que isso ocorra, não há qualquer alteração na regra de sujeição ativa que vimos no nosso esquema.

Gabarito: E

40. Considere as hipóteses a seguir.

I. Doação de criptomoedas.

II. Cessão gratuita de direito autoral.

III. Compra de cabeças de gado.

IV. Recebimento de meação, por ocasião de dissolução de sociedade conjugal.

Assinale a opção que indica apenas aquelas cuja transmissão são fatos geradores de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) III e IV.
- E) I e III.

Comentários:

Lembre-se de que o nosso imposto alcança quaisquer bens e direitos relativos a eles.

Item I: Incide, por ser doação.

Item II: Incide, por ser doação.

Item III: Não incide, por ser uma compra.

Item IV: Não incide, por ser meação. O ITCMD alcança o excesso de meação, apenas.

Gabarito: A

41. Em outubro de 2024, ABC S/A, estabelecida em Recife-PE, adquiriu, pela Internet, 100 kits de fantasia de carnaval. Um mês depois, remeteu as fantasias para Dimulé, domiciliado no Distrito Federal. Acerca do ICMS devido nesta última operação, adotar-se-á:

- A)** a alíquota interestadual para Pernambuco e caberá ao Distrito Federal o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Distrito Federal e a alíquota interestadual.
- B)** a alíquota interna para Pernambuco e caberá ao Distrito Federal o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Distrito Federal e a alíquota interestadual.
- C)** a alíquota interna para Pernambuco, somente.
- D)** a alíquota interna para o Distrito Federal, somente
- E)** o compartilhamento entre Pernambuco e o Distrito Federal, em partes iguais, do ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado da Bahia e a alíquota interestadual.

Comentário:

Como a questão traz o cenário de uma operação interestadual, a alíquota utilizada deve ser a interestadual. Entretanto, como se trata de uma saída para consumidor final, ao destino (Distrito Federal) caberá o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do DF e a alíquota interestadual.

Gabarito: A

42. De acordo com o texto da Lei Complementar nº87/1996, assinale a alternativa que contenha as expressões que completam corretamente o texto a seguir.

É assegurado ao contribuinte _____ o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de _____ dias, o contribuinte poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo. Sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte, no prazo de ____ dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

- A) substituto / sessenta / trinta
- B) substituído/ noventa/ quinze
- C) substituído/ sessenta/ quinze
- D) substituto/ noventa/ trinta
- E) substituído/ trinta/ quinze

Comentário:

Questão extremamente literal. Cuidado principalmente para não confundir substituído com substituto! Quem tem direito à restituição do ICMS ST é o substituído, pois foi ele que arcou com o ônus tributário, entregando ao substituto o valor do ICMS devido por ST para que ele, substituto, entregue ao Estado.

*Art. 10. É assegurado ao contribuinte **substituído** o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.*

*§ 1º Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de **noventa** dias, o contribuinte **substituído** poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.*

*§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte **substituído**, no prazo de **quinze** dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.*

Gabarito: B

43. Acerca das disposições constitucionais do ICMS, assinale a alternativa incorreta.

- A) O ICMS incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- B) O ICMS não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
- C) O ICMS não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
- D) O ICMS não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- E) O ICMS não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização ou consumo, configure fato gerador dos dois impostos.

Comentário:

(a), (b), (c) e (d) Verdadeiros.

Art. 155. § 2º.

IX - incidirá também:

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

(e) **Falso.** Quis a constituição excluir da base de cálculo do ICMS o valor do IPI quando estiverem presentes 3 requisitos **cumulativamente**:

- ✓ Operação entre contribuintes;
- ✓ Produtos destinados à **industrialização ou comercialização**;
- ✓ Seja fato gerador dos 2 impostos, o IPI e o ICMS.

A alternativa peca ao incluir o “consumo”. A não incidência ocorre quando o produto for destinado à **industrialização ou comercialização**.

Art. 155. § 2º.

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

Gabarito: E

44. Segundo a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O Imposto sobre bens e serviços será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- II. O IBS terá um regulamento único para todos os Municípios, Estados e Distrito Federal.
- III. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:

I. **Verdadeiro.** Se a alíquota municipal do IBS for de 5% e a alíquota estadual de 20%, o contribuinte deverá recolher 25% de IBS para o estado onde estiver o destinatário.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação;

II. Verdadeiro.

Art. 156-B. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;

III. Verdadeiro. A independência do Comitê Gestor é um FATO.

F – Financeira

A – Administrativa

T – Técnica

O – Orçamentária

Art. 156-B. § 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Gabarito: D

45. De acordo com a Lei Kandir, assinale a alternativa que indica, corretamente, o local da operação no caso de prestação onerosa de serviço de comunicação por meio de satélite.

- A) Onde tenha início a prestação.
- B) O estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço.
- C) O estabelecimento da concessionária ou da permissionária.
- D) O estabelecimento ou domicílio do dono do satélite.
- E) O estabelecimento onde o serviço for pago.

Comentário:

Quando o serviço de comunicação é por meio de satélite, o local da operação é o estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço.

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

(...)

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

(...)

c-1) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite;

Gabarito: B

46. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.
- II. Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação, exceto as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.
- III. Os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:

I. Verdadeiro.

Art. 10 - Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.

II. Falso. Mesmo os entes que não comparecem à reunião estão obrigados a respeitar os Convênios.

Art. 7º - Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação inclusive as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.

III. Verdadeiro. Art. 2º.

Art. 2º - Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.

Gabarito: B

47. No que tange às previsões do ICMS na Lei Kandir, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

- I. A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.
- II. Os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.
- III. O imposto não incide sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:

I. Verdadeiro.

Art. 2º. § 2º A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

II. Verdadeiro.

Art. 25. Para efeito de aplicação do disposto no art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

III. Falso.

Art. 2º § 1º O imposto incide também:

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

Gabarito: A

48. De acordo com a CF/88, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. O IBS terá seus incentivos e benefícios financeiros ou fiscais definidos em lei complementar.

II. A representação no Comitê gestor do IBS do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal será composta por 14 representantes, com base nos votos de cada Município, com valor igual para todos, e mais 13 representantes, com base nos votos de cada Município ponderados pelas respectivas populações.

III. Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:

I. **Falso.** O IBS não terá benefícios fiscais, a não ser os discriminados na própria CF/88.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios

*§ 1º O imposto previsto no **caput** será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:*

X - não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição;

II. Verdadeiro.

Art. 156-B. § 3º A participação dos entes federativos na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços observará a seguinte composição:

I - 27 (vinte e sete) membros, representando cada Estado e o Distrito Federal;

II - 27 (vinte e sete) membros, representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, que serão eleitos nos seguintes termos:

a) 14 (quatorze) representantes, com base nos votos de cada Município, com valor igual para todos; e

b) 13 (treze) representantes, com base nos votos de cada Município ponderados pelas respectivas populações.

III. Verdadeiro.

Art. 156-A § 3º Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

Gabarito: C**49. É devido ITCMD ao Estado de São Paulo:**

- A)** na transmissão hereditária de bens imóveis localizados no território desse Estado, no caso de os herdeiros serem ou não brasileiros.
- B)** na transmissão por doação de bens imóveis localizados no território desse Estado, apenas no caso de o doador também possuir domicílio nesse Estado.
- C)** na transmissão hereditária de bens móveis, no caso de o inventário ser processado nesse Estado.
- D)** na transmissão por doação de bens móveis, no caso de o donatário ser domiciliado nesse Estado.
- E)** na doação de bens imóveis, qualquer que seja sua localização, caso o doador resida no exterior e o herdeiro seja domiciliado nesse Estado.

Comentários:

Era preciso conhecer as regras de sujeição ativa do imposto:

BENS	SUJEITO ATIVO
Imóveis (e respectivos direitos)	Estado (ou DF) onde estiver situado o bem (regra válida para transmissões <i>causa mortis</i> ou por doação)
Móveis, títulos e créditos (e respectivos direitos)	Na doação: Estado (ou DF) onde tiver domicílio o doador
	Na transmissão <i>causa mortis</i>: Estado (ou DF) onde era domiciliado o “ <i>de cujus</i> ”

Opção A: correta. Em transmissões de bens imóveis, basta saber o local da situação do bem, não importando qualquer outra coisa.

Opção B: errada. O erro está na parte final, quando é dito: “apenas no caso de o doador também possuir domicílio nesse Estado”. Isso é mentira, pois trata-se de doação de **imóveis**. Logo, só interessa saber o local da situação do bem.

Opção C: errada. Já sabe que não nos interessa mais saber o local do processamento da sucessão, para fins de definição do sujeito ativo do imposto.

Opção D: errada. Cuidado aqui, pois é no caso de **o doador** (não o donatário) possuir domicílio no Estado.

Opção E: errada. Cuidado com essas situações “do exterior”, pois elas foram tratadas de forma transitória no **art. 16** da EC nº 132/23, até que seja editada a LC a que se refere o art. 155, § 1º, III, da CF/88. No caso de doação de imóveis, se o imóvel estiver em outro Estado – que não SP –, naturalmente o imposto não será devido a SP.

EC nº 132/23:

Art. 16. Até que lei complementar regule o disposto no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal (são as situações “do exterior”), o imposto incidente nas hipóteses de que trata o referido dispositivo competirá:

I – relativamente a bens imóvel e respectivos direitos, ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.

Gabarito: A.

50. Tomé, residente e domiciliado no Estado de Rondônia, doou ao filho César, residente no Estado de Goiás, um rebanho com 2 mil cabeças de gado, o qual se encontra na Fazenda Riacho Doce, localizada no Estado de Mato Grosso.

Nesse caso, o Imposto incidente sobre a doação:

- A) é devido no Estado de Mato Grosso, onde está o rebanho.
- B) é devido no Estado de Goiás, onde reside o donatário.
- C) não é devido, por não haver incidência sobre transmissão de animais.
- D) é devido no Estado de Rondônia, onde o doador tem domicílio.
- E) é devido no Estado em que a escritura pública de doação for lavrada.

Comentários:

A questão fala de uma doação de bem **móvel** (semoventes, mais especificamente). Nesse caso, sabemos que o ITCMD é devido ao Estado do doador. Portanto, o ITCMD será recolhido ao Estado de Rondônia.

Gabarito: D.

51. João das Couves importou um drone dos Estados Unidos pelo porto de Santos-SP. Enquanto estava em casa assistindo à novela, recebeu intimação da Fazenda para recolher o ICMS referente ao drone. Revoltado, afirmou que a Fazenda havia errado ao cobrá-lo, visto que o drone não tinha fins comerciais, sendo a única vez que havia importado algo do exterior.

Seu irmão, conhecedor da legislação tributária, ensinou-o que:

- A) o Fisco não tem razão, visto que o ICMS incide nas importações somente se houver habitualidade.
- B) o Fisco não tem razão, visto que o ICMS incide nas importações somente se houver intuito comercial.
- C) o Fisco tem razão, visto que o ICMS incide nas importações mesmo que não haja habitualidade e independentemente da finalidade.
- D) o Fisco tem razão, visto que o ICMS incide nas importações somente quando se tratar de mercadoria para uso ou consumo.
- E) o Fisco não tem razão, visto que o ICMS não incide em qualquer importação.

Comentário:

O ICMS incide na importação de mercadoria independentemente de habitualidade ou de volume que caracterize intuito comercial.

Art. 2º. § 1º O imposto incide também:

I – sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

Art. 4º § 1º. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

I – importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade;

Gabarito: C

52. A arrecadação do ICMS somou 642,1 bilhões no ano de 2023. Apesar de ter tido uma queda de 3,7% em relação ao ano anterior, continua sendo a principal fonte de receita dos Estados e do Distrito Federal.

Sobre o tributo, assinale a alternativa que apresenta um caso de não incidência.

- A) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- B) entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.
- C) entrada de mercadoria ou bem importado do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja sua finalidade.
- D) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
- E) operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.

Comentário:

As alternativas A a D trazem incidências, conforme indicado a seguir.

*Art. 2º O imposto **incide** sobre:*

*IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços **não compreendidos na competência tributária dos Municípios;***

*V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços **sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.***

*Art. 2º. § 1º O imposto **incide também:***

*I – sobre a entrada de mercadoria ou bem **importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;***

*III - sobre a entrada, no território do Estado destinatário, **de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.***

Já a alternativa E traz a redação do inciso VII do art. 3º da lei Kandir (LC 87/96).

*Art. 3º O imposto **não incide** sobre:*

*VII - operações decorrentes de **alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;***

Gabarito: E

53. Segundo as disposições constitucionais do IBS, lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços (IBS) de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- A) O IBS será informado pelo princípio da neutralidade.
- B) O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- C) O IBS incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja sua finalidade.
- D) O IBS não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- E) O IBS, devido a sua base tributável ampla, incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

Comentário:

(a) Verdadeiro. Imposto neutro é aquele que não modifica a decisão dos agentes econômicos. Assim, um produtor de cachaça compra as embalagens de outro agente econômico especialista em fazer embalagens. Se, por questões tributárias, ele toma a decisão de produzir essas embalagens, mesmo não sendo economicamente mais eficiente, estamos diante de um imposto que não é neutro, pois está distorcendo a economia por conta da tributação.

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte: (...)

(b) Verdadeiro. A base tributável do IBS é ampla, incidindo inclusive sobre direitos sobre bens.

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

I - incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços;

(c) Verdadeiro. Tal qual o ICMS, o IBS incide sobre importações, ainda que não haja habitualidade e independentemente da finalidade do bem.

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

II - incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

(d) Verdadeiro. Também da mesma forma que o ICMS, o IBS não incidirá sobre exportações.

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

III - não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, observado o disposto no § 5º, III;

(e) Falso. Quis a constituição, da mesma forma que o fez com o ICMS, desonerar as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens livre e gratuita.

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

XI - não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

Gabarito: E

54. Segundo a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. O IBS será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas na Constituição.

II. Pode a lei complementar instituidora do IBS condicionar o creditamento nas operações em que o contribuinte seja adquirente de bem ou serviço à verificação do efetivo pagamento do IBS.

III. A isenção e a imunidade de IBS não implicarão crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:

I. Verdadeiro.

Art. 156-A. § 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

VIII - será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas nesta Constituição.

II. Verdadeiro. É uma novidade em relação ao ICMS, em que bastava que o documento fiscal fosse idôneo e o creditamento fosse utilizado em 5 anos da emissão do documento fiscal. Agora, com o IBS, pode a lei complementar determinar que o aproveitamento de crédito seja feito somente se o remetente efetivamente pagar o tributo.

Art. 156-A. § 5º Lei complementar disporá sobre:

II - o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, desde que: (...)

III. Verdadeiro. Essa regra se manteve do ICMS para o IBS. Se a saída é sem débito do IBS, o adquirente não pode se creditar.

Art. 156-A. (...)

§ 7º A isenção e a imunidade:

I – não implicarão crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes.

Gabarito: D

55. A Lei Complementar 194/22 instituiu mudanças na lei Kandir, determinando que algumas operações ou prestações não podem ser tratadas como supérfluas, sendo consideradas essenciais. Não está(ão) entre elas:

- A) combustíveis.
- B) transporte coletivo.
- C) energia elétrica.
- D) alimentação básica.
- E) comunicações.

Comentário:

A LC 194/22 não trouxe a alimentação básica como essencial e indispensável.

Art. 32-A. As operações relativas aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, para fins de incidência de imposto de que trata esta Lei Complementar, são consideradas operações de bens e serviços essenciais e indispensáveis, que não podem ser tratados como supérfluos.

Gabarito: D

56. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Os convênios podem ser autorizativos ou impositivos.

II. A LC 24/75 não se aplica à concessão de créditos presumidos.

III. A inobservância dos dispositivos da LC 24/75 acarretará nulidade do ato e ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria.

- A) Estão corretos os itens I e III, somente.
- B) Está correto o item I, somente.
- C) Está correto o item III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:

I. **Falso.** Essa classificação é meramente doutrinária, não “de acordo com a LC 24/75”.

II. **Falso.** Crédito presumido é uma forma de benefício fiscal e está sujeito à LC 24/75.

Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

III - à concessão de créditos presumidos;

III. Verdadeiro. Art. 8º, I.

Art. 8º - A inobservância dos dispositivos desta Lei acarretará, cumulativamente:

I - a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria;

Gabarito: C

57. No que tange às previsões do ICMS na lei Kandir, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.

II. A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais independe de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

III. É assegurado ao contribuinte substituto o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

- A) Estão corretos os itens I e III, somente.
- B) Está correto o item I, somente.
- C) Está correto o item III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:**I. Verdadeiro.**

Art. 8º A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

*I - em relação às operações ou **prestações antecedentes ou concomitantes**, o valor da **operação ou prestação praticado** pelo contribuinte substituído;*

II. Falso. É necessário acordo.

*Art. 9º A adoção do regime de **substituição tributária** em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.*

III. Falso. O direito é do substituído, não do substituto.

Art. 10. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

Gabarito: B

58. De acordo com a CF/88, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. A alíquota do IBS, fixada por lei de cada ente federativo, irá variar de acordo com a essencialidade da mercadoria.

II. Resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do IBS para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

III. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular suas alíquotas de IBS à alíquota de referência.

- A) Estão corretos os itens I e II, somente.
- B) Estão corretos os itens I e III, somente.
- C) Estão corretos os itens II e III, somente.
- D) Todos os itens estão corretos.
- E) Nenhum item está correto.

Comentário:

I. Falso. O IBS terá uma alíquota para todos os bens e serviços, exceto nos casos previstos pela própria constituição federal.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

*§ 1º O imposto previsto no **caput** será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:*

VI - a alíquota fixada pelo ente federativo na forma do inciso V será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Constituição;

II. Verdadeiro. Apesar de os Estados e Municípios serem livres para escolher a alíquota do IBS, haverá uma alíquota de referência, que poderá ou não ser seguida pelos entes. Na prática, caso eles não queiram usar uma alíquota própria, basta não editar lei e usar a de referência.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

*§ 1º O imposto previsto no **caput** será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:*

XII - resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo;

III. Verdadeiro. Os entes podem fazer vinculação com a alíquota de referência, como edital lei determinando que a alíquota seja a alíquota de referência mais 1%, ou que a alíquota seja 10% maior do que a alíquota de referência, por exemplo.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 10. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular suas alíquotas à alíquota de referência de que trata o § 1º, XII.

Gabarito: C

59. Nos autos de uma ação de divórcio, os ex-cônjuges, casados em regime de comunhão total de bens, dividiram o patrimônio total existente da seguinte maneira: o imóvel situado em Cuiabá/MT, no valor de R\$ 500.000,00, pertencerá ao ex-marido, enquanto o imóvel situado em Sinop/MT, no valor de R\$ 300.000,00, pertencerá à ex-esposa.

Assinale a alternativa correta quanto à tributação incidente nessa partilha.

- A) O tributo a ser recolhido será o ITCMD, de competência do estado de Mato Grosso, e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 100.000,00.
- B) O tributo a ser recolhido será o ITBI, sobre ambos os imóveis, cada qual para o município de localização do bem.
- C) O tributo a ser recolhido será o ITBI, de competência do município em que estiver localizado o imóvel de maior valor (Cuiabá), e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 100.000,00.
- D) Não há tributo a ser recolhido, pois, como o regime de casamento era o da comunhão total de bens, não há transferência de bens, mas simples repartição do patrimônio comum de cada ex-cônjuge.
- E) O tributo a ser recolhido será o ITCMD, de competência do estado de Mato Grosso, e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 200.000,00.

Comentário:

Nesse tipo de questão, era preciso entender que o excesso de meação é tratado como uma doação. Ou seja, aquilo que alguém recebe acima do que tem direito (= excesso), sem oferecer uma contrapartida (ou seja, de forma gratuita), é equiparado a uma doação.

Dito isso, vamos ao cálculo do referido excesso.

O patrimônio comum do casal monta em R\$ 800.000,00 (500.000 + 300.000). Logo, a meação vale R\$ 400.000,00. O ex-marido ficou com o imóvel de R\$ 500.000,00. Assim sendo, podemos afirmar que ele recebeu R\$ 100.000,00 a mais do que tinha direito. Logo, o ITCMD será devido sobre o mencionado valor, devendo ser recolhido ao Estado do MT.

Gabarito: A

60. Acerca das disposições constitucionais que tratam do ITCMD, é incorreto afirmar que:

- A) o imposto não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução de seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei complementar.
- B) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, o imposto competirá ao Estado onde era domiciliado o *de cujus* ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- C) o imposto não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições federais de ensino.
- D) o imposto poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- E) o imposto terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

Comentário:

Opção A: correta. Art. 155, parágrafo 1º, VII, da CF/88.

Opção B: correta. Art. 155, parágrafo 1º, II, da CF/88.

Opção C: correta. Art. 155, parágrafo 1º, V, da CF/88.

Opção D: errada. Art. 155, parágrafo 1º, VI, da CF/88. A progressividade para o ITCMD, introduzida pela EC 132/23, é de observância **obrigatória**.

Opção E: correta. Art. 155, parágrafo 1º, IV, da CF/88.

Gabarito: D

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

01. Tendo em vista as competências tributárias estabelecidas na Constituição Federal, é responsabilidade do Município instituir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, enquanto compete à União o imposto sobre a propriedade territorial rural. Considerando a legislação aplicável, um imóvel será tributado pelo:

- A) IPTU se estiver na zona urbana definida por lei estadual, com infraestrutura pública de abastecimento de água e esgoto sanitário.
- B) IPTU se estiver na zona urbana definida por lei municipal, com infraestrutura mantida pelos próprios moradores, como calçamento e canalização de águas pluviais.
- C) IPTU se estiver na zona urbana definida por decreto estadual, com rede de iluminação pública mantida pelo poder público.
- D) ITR se estiver na zona urbana, mas sendo utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- E) IPTU se estiver na zona urbana definida por decreto municipal, com escola primária e posto de saúde localizados a até três quilômetros do imóvel.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A zona urbana é definida em lei municipal, de modo que, para se considerar como zona urbana, os seguintes requisitos deverão ser atendidos.

Art. 32 - § 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Incorreta a alternativa B. Embora a existência de, no mínimo, dois melhoramentos seja um critério essencial à definição de zona urbana, esses deverão ter sido construídos ou mantidos pelo Poder Público.

Incorreta a alternativa C. A zona urbana é por lei municipal.

Correta a alternativa D. Para o STJ, não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966).

Incorreta a alternativa E. Conforme demonstrado anteriormente, cabe à lei municipal a definição da zona urbana.

Gabarito: D

02. Uma empresa de plano de saúde foi notificada pelo fisco estadual por não recolher ICMS em operações que combinam prestação de serviços e fornecimento de mercadorias. A empresa argumentou que, segundo o fisco municipal, deve incidir o ISSQN. Considerando a posição atual do STF, é correto afirmar que:

- A) Nessa situação, o ICMS deve prevalecer, afastando a incidência do ISSQN.
- B) Incidirá apenas o ISSQN sobre a prestação.
- C) O ICMS incidirá em regra, mas se o serviço estiver na lei complementar do ISSQN, o valor do ICMS será deduzido da base do ISSQN.
- D) Tanto ICMS quanto ISSQN incidirá: o ICMS sobre a entrega de mercadorias e o ISSQN sobre a prestação de serviços.
- E) Deve-se considerar a atividade principal do contribuinte: se é fornecimento de mercadorias, incide ICMS; se é prestação de serviços, incide ISSQN.

Comentários:

Antes de analisarmos as alternativas da questão, vejamos os seguintes dispositivos legais:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

IX - incidirá também:

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

Ademais, vejamos o seguinte entendimento do STF sobre a matéria:

7. Ex positis, em sede de Repercussão Geral a tese jurídica assentada é: “As operadoras de planos de saúde e de seguro-saúde realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88”. 28. Recurso extraordinário DESPROVIDO. (RE 651703, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 29/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-086 DIVULG 25-04-2017 PUBLIC 26 04-2017).

Diante do exposto, analisemos cada uma das alternativas:

Incorreta a alternativa A. O ICMS não prevalece automaticamente sobre o ISSQN.

Correta a alternativa B. De fato, estando previsto o serviço na lista de serviços, não havendo qualquer ressalva quanto à incidência do ICMS, a prestação fica sujeita, integralmente, ao ISS.

Incorreta a alternativa C. A hipótese não contempla qualquer espécie de dedução prevista na LC 116/03.

Incorreta a alternativa D. A lista de serviços, com relação aos serviços prestados pelos planos de saúde, não prevê qualquer espécie de incidência com relação ao ICMS.

Incorreta a alternativa E. A preponderância da atividade não é o critério definidor de competência.

Gabarito: B

03. Os vereadores de um município aprovaram uma lei que majorava os valores venais de imóveis utilizados para lançamento do IPTU em dezembro de 2018. Nesses termos, é correto afirmar que:

- A) O aumento do tributo poderia ser realizado por decreto do chefe do Poder Executivo.
- B) A lei poderia permitir a cobrança retroativa, em razão da não aplicação do princípio da irretroatividade tributária.
- C) O IPTU pode ser cobrado progressivamente conforme o valor ou com alíquotas diferentes por localização e uso.
- D) Eventual modificação da base de cálculo e alíquotas poderá ser objeto de cobrança no mesmo exercício.
- E) Após a aprovação da lei, é permitido atualizar o IPTU por decreto, ainda que em limite superior ao do índice de correção monetária adotado.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Aumentos deverão ser realizados, obrigatoriamente, por meio de lei (de caráter formal).

Incorreta a alternativa B. Embora não se possa dizer da não aplicação absoluta da irretroatividade da lei tributária (tendo em vista, por exemplo, a possibilidade de lei interpretativa que tenha efeitos retroativos), no caso em tela não há que se falar em cobrança retroativa.

Correta a alternativa C. Conforme expressamente autoriza o texto constitucional, o IPTU pode ser cobrado de forma progressiva (em razão do valor do imóvel e, ainda, com o objetivo de cumprimento do princípio da função social da propriedade) e, ainda, possuir alíquotas diferenciadas em razão do uso e da localização.

Incorreta a alternativa D. Não há que se falar em modificação das regras que venham a produzir efeitos no mesmo exercício.

Incorreta a alternativa E. A atualização por decreto não pode exceder o índice oficial de correção monetária.

Gabarito: C

04. Conforme o CTN, os contribuintes do IPTU são o proprietário, o titular do domínio útil e o possuidor. Considerando uma lei complementar hipotética que inclui o detentor como sujeito passivo, qual é a opção correta?

- A) A tributação baseada na detenção ofende o princípio da capacidade contributiva, pois a detenção é em nome de outrem e não configura propriedade.
- B) Não é necessária lei complementar para incluir a detenção, já que a lei ordinária pode definir o fato gerador e o contribuinte do tributo.
- C) O detentor, embora não contribuinte, pode ser considerado responsável tributário por ter interesse comum na situação de incidência.
- D) O detentor, como titular de direito real, pode ser incluído como contribuinte do IPTU.
- E) A alteração do CTN para incluir o detentor deve ser por lei complementar, mesmo que o CTN não seja lei complementar em sentido material.

Comentários:

Correta a alternativa A. O sujeito passivo do IPTU é o proprietário, o titular do domínio útil e o possuidor com ânimo de domínio. Como é cediço, não há intenção de se tornar proprietário do mero detentor, exercendo uma espécie de posse precária.

Incorreta a alternativa B. Conforme regramento constitucional, caberá à lei complementar definir os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos.

Incorreta a alternativa C. O detentor sequer está vinculado ao fato gerador da obrigação, não figurando, pois, como responsável.

Incorreta a alternativa D. O detentor não é titular de direito real para fins de IPTU.

Incorreta a alternativa E. O CTN foi recepcionado materialmente com status de lei complementar.

Gabarito: A

05. Sobre o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que:

- A) Não é permitido estabelecer alíquotas diferentes conforme localização e uso dos imóveis.
- B) A concessão de isenção em caráter não geral não configura renúncia de receita para a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) Não é admitida a progressividade conforme o valor do imóvel.
- D) Pode ter caráter sancionatório para cumprir a função social da propriedade, atendidos os requisitos.
- E) O IPTU incide apenas sobre imóveis edificados, excluindo terrenos não edificados.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. Alíquotas diferenciadas são permitidas conforme localização e uso.

Incorreta a alternativa B. Isenções em caráter não geral, de acordo com a LRF, são configuradas como renúncia de receitas.

Incorreta a alternativa C. A progressividade conforme o valor do imóvel foi expressamente adotada pelo texto constitucional.

Correta a alternativa D. O IPTU pode ter caráter sancionatório para assegurar a função social da propriedade, conforme a legislação.

Incorreta a alternativa E. O IPTU incide tanto sobre imóveis edificados quanto sobre terrenos não edificados.

Gabarito: D

06. Em um contrato de locação de imóvel comercial, está estipulado que o locatário, além do aluguel, deve arcar com o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel. O locatário decide entrar com uma ação judicial para discutir a relação jurídico-tributária desse imposto com o município. Nessa situação:

- A) É necessário que tanto o locador quanto o locatário sejam partes ativas no processo.
- B) O locatário não tem legitimidade processual para essa ação.
- C) O locador deve esgotar todas as possibilidades administrativas antes de recorrer ao Judiciário.
- D) O locatário precisa de autorização do locador para iniciar a ação judicial.
- E) O locatário só tem legitimidade para impetrar Mandado de Segurança relacionado à questão tributária.

Comentários:

Antes de analisarmos as alternativas da questão, vejamos o que estabelece o art. 123 do CTN:

Art. 123. *Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.*

Assim, note que ainda que o contrato preveja ao inquilino ficará responsável pelo IPTU, para o Fisco, inexistindo lei em sentido contrário, não há que se falar em aplicação.

Incorreta a alternativa A. Não é exigido litisconsórcio ativo necessário entre locador e locatário.

Correta a alternativa B. O locatário não tem legitimidade ativa processual para discutir a relação jurídico-tributária do IPTU com o município, já que ele não compõe a obrigação tributária surgida em razão da ocorrência do fato gerador.

Incorreta a alternativa C. Não é necessário esgotar a via administrativa antes de demandar judicialmente.

Incorreta a alternativa D. O locatário sequer é parte hábil a discutir judicialmente a matéria, em razão de não participar da obrigação tributária surgida.

Incorreta a alternativa E. Não há qualquer previsão legal nesse sentido.

Gabarito: B

07. De acordo com a Lei Complementar nº 116/03, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incide sobre a prestação de serviços listados na sua anexa, mesmo que essa não seja a atividade principal do prestador. Considerando essa definição, é correto afirmar que:

- A) O ISSQN não incide sobre serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão.
- B) O ISSQN incide apenas se o serviço for a atividade preponderante do prestador.
- C) O ISSQN não incide sobre serviços cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- D) O ISSQN incide sobre serviços prestados no Brasil e provenientes do exterior.
- E) A incidência do ISSQN depende da denominação dada ao serviço prestado.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O ISSQN incide sobre serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, conforme Art. 1º, §3º.

Incorreta a alternativa B. O ISSQN incide independentemente de ser a atividade preponderante do prestador.

Incorreta a alternativa C. O ISSQN incide sobre serviços cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País, conforme Art. 1º, §1º.

Correta a alternativa D. O ISSQN incide sobre serviços prestados no Brasil e provenientes do exterior, conforme Art. 1º, §1º.

Incorreta a alternativa E. A incidência do ISSQN não depende da denominação dada ao serviço prestado, conforme Art. 1º, §4º.

Gabarito: D

08. Sobre as exceções ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) previstas na Lei Complementar nº 116/03, é correto afirmar que:

- A) O ISSQN incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- B) O ISSQN incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego e dos sócios-gerentes.
- C) O ISSQN incide sobre o valor dos depósitos bancários.
- D) O ISSQN não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal.
- E) O ISSQN incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O ISSQN não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, conforme Art. 2º, I.

Incorreta a alternativa B. O ISSQN não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego e dos sócios-gerentes, conforme Art. 2º, II.

Incorreta a alternativa C. O ISSQN não incide sobre o valor dos depósitos bancários, conforme Art. 2º, III.

Correta a alternativa D. O ISSQN não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal, conforme Art. 2º, II.

Incorreta a alternativa E. O ISSQN não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, conforme Art. 2º, III.

Gabarito: D

09. Considerando a base de cálculo e alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) conforme a Lei Complementar nº 116/03, assinale a opção correta:

- A) A base de cálculo do ISSQN é o valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço.
- B) A alíquota mínima do ISSQN é de 5%.
- C) O ISSQN não pode ter alíquotas superiores a 2%.
- D) A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço.
- E) Os serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa têm alíquota fixa de 2%.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A base de cálculo do ISSQN não inclui o valor dos materiais fornecidos pelo prestador, conforme Art. 7º, §2º, I.

Incorreta a alternativa B. A alíquota mínima do ISSQN é de 2%, conforme Art. 8º-A.

Incorreta a alternativa C. A alíquota mínima é de 2%, mas pode ser superior, até 5%, conforme Art. 8º-A.

Correta a alternativa D. A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, conforme Art. 7º.

Incorreta a alternativa E. O Art. 8º não especifica uma alíquota fixa de 2% para o subitem 3.04; a alíquota mínima é de 2%, conforme Art. 8º-A.

Gabarito: D

10. De acordo com a Lei Complementar nº 116/03, considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, seja de forma permanente ou temporária, configurando unidade econômica ou profissional. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) Tanto o caráter permanente do estabelecimento quanto a denominação utilizada são irrelevantes para fins de incidência do ISSQN.
- B) Contribuinte do ISSQN é qualquer pessoa que utilize os serviços prestados pelo estabelecimento.
- C) Os Municípios e o Distrito Federal não podem atribuir responsabilidade pelo crédito tributário a terceiros, vinculando apenas o prestador do serviço.
- D) Os responsáveis pelo recolhimento do ISSQN, designados por lei municipal, devem pagar integralmente o imposto, multa e acréscimos legais, apenas caso tenha havido a retenção na fonte.
- E) O prestador do serviço não é considerado contribuinte, sendo apenas um intermediário entre o cliente e o Município.

Comentários:

Correta a alternativa A. A caracterização do estabelecimento prestador é irrelevante quanto à denominação utilizada, conforme Art. 4º.

Incorreta a alternativa B. Contribuinte é o prestador do serviço, conforme Art. 5º.

Incorreta a alternativa C. Os Municípios e o Distrito Federal podem atribuir responsabilidade pelo crédito tributário a terceiros, conforme Art. 6º.

Incorreta a alternativa D. Os responsáveis designados por lei devem pagar integralmente o imposto, multa e acréscimos legais, independentemente de retenção na fonte.

Incorreta a alternativa E. O prestador do serviço é o contribuinte do ISSQN, conforme Art. 5º.

Gabarito: A

11. Empresa A dedica-se ao transporte coletivo de passageiros, estando sediada no Município de Niterói, onde está localizado o pátio de seus ônibus e toda sua estrutura operacional. Buscando reduzir custos e aumentar receitas, a empresa passou a efetuar a manutenção de toda a sua frota e incorporar a manutenção de veículos ao *core business* da empresa, passando a prestar regularmente esse serviço a qualquer interessado.

Como 95% do serviço de manutenção de veículos é prestado para os ônibus da empresa A, a diretoria não atualizou o Contrato Social da empresa e nem seu registro na Prefeitura para contemplar essa nova atividade, mantendo-se apenas como prestadora de transporte de passageiros.

O serviço de transporte está previsto no seguinte item da lista anexa à Lei Complementar nº 116/03:

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

Já o serviço de manutenção de veículos encontra-se previsto no seguinte item da mesma lista:

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

Considerando as premissas estabelecidas, analise as seguintes possibilidades e assinale a alternativa juridicamente acertada para cada uma delas:

- () A empresa não pode recolher o ISS das atividades relacionadas à manutenção de veículos enquanto não atualizar seu Contrato Social e efetuar sua regularização junto à Prefeitura Municipal.
- () Se durante o itinerário do ônibus ele cruzar o limite do município para depois retornar, o transporte coletivo deixa de ser considerado municipal, e passa a justificar a cobrança de outro tributo.
- () Ao efetuar o conserto de um carro de luxo, a conta final entregue ao cliente prevê a cobrança de 23 mil reais em peças aplicadas e apenas 200 reais de mão de obra. Em obediência ao critério da preponderância da atividade exercida, deve ser cobrado apenas o ICMS relacionado às peças empregadas.
- () Ao efetuar o reparo dos ônibus de sua frota, a empresa deve recolher o imposto referente à prestação desse serviço.

- A) F-F-V-V
- B) F-V-F-V
- C) V-V-V-V
- D) F-F-F-F
- E) F-V-F-F

Comentários:

1ª - A incidência do ISS não depende do cumprimento de regularidades formais.

2ª - Falsa também, pois, se por um traçado de ruas, um ônibus acaba atravessando circunstancialmente o limite de um município para depois retornar e finalizar o serviço no mesmo município de onde saiu, não estamos diante de um serviço de transporte intermunicipal.

3ª - O critério da preponderância do serviço ou da mercadoria era adotado pela redação original do CTN de 1966 (art. 71, parágrafo único), foi logo abandonado pelo legislador.

A CF de 1967 passou a prever a definição dos serviços pela legislação federal. O Decreto-Lei 406/1968 revogou o art. 71 do CTN e inaugurou a sistemática da listagem taxativa que vigora até hoje.

Pouco importa atualmente se a prestação do serviço constitui atividade preponderante da empresa, pois se o serviço estiver previsto na lista, vai haver incidência do ISS.

Logo, essa alternativa está falsa.

4ª - Falsa. O serviço está sendo prestado para o próprio prestador, e nesse caso não há incidência de ISS.

Gabarito: D

12. Acerca do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISSQN), é CORRETO afirmar que

- A) é inconstitucional a incidência de ISS sobre contratos de franquia.
- B) não incide ISS sobre a venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios.
- C) incide sobre a locação de bens móveis.
- D) não incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos de prateleira preparados por farmácias de manipulação.
- E) operações relativas ao licenciamento ou à cessão do direito de uso de *software*, caso ele seja padronizado — *software* de prateleira — devem sofrer a incidência do ICMS, e não a do ISSQN.

Comentários:

STF (ADIs 1945 e 5659):

“o licenciamento e a cessão de direito de uso de programas de computação, sejam esses de qualquer tipo, estão sujeitos ao ISS”

19 – Serviços de distribuição e venda de

- **bilhetes** e demais produtos de **loteria**,
- bingos, cartões,
- **pules** ou cupons de apostas,
- sorteios, prêmios,
- inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

Incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda.

Incide ICMS sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira.

Gabarito: D

13. A legislação que regula o Imposto sobre Serviços determina que na maior parte dos casos ele seja recolhido para o município em que se situa o prestador. Ou seja, em regra, ao prestar um serviço, o prestador deve pagar o imposto sobre serviços (ISS) no município de sua sede. Porém, há serviços cuja prestação enseja pagamento ao município em que é realizada a atividade que justifica a cobrança.

Assinale a alternativa que representa uma dessas hipóteses:

- A) serviços de planos de saúde
- B) serviços de construção civil
- C) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- D) serviços de informática
- E) serviços prestados por instituições financeiras

Comentários:

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa.

Gabarito: B

14. De acordo com o Código Tributário Nacional, para efeitos do Imposto Predial e Territorial Urbano, entende-se como zona urbana a definida

- A) na Constituição Federal.
- B) no Estatuto da Terra.
- C) em lei estadual.
- D) em lei municipal.
- E) na Lei Orgânica.

Comentários:

Art. 32. *O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.*

§ 1º *Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: (...).*

Gabarito: D

15. Renato alugou de Luiz Fernando um imóvel situado em um bairro nobre da cidade em que residem. Ficou acordado entre eles que o pagamento do IPTU referente ao imóvel ficaria a cargo de Renato, enquanto durasse o período de locação, com fundamento em lei local autorizando. Ao ser informado do valor referente ao imposto, Renato se dirigiu ao órgão municipal competente e, diretamente, demandou administrativamente contra a pretensão fiscal. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta:

- A) É vedado a Luiz Fernando contratar com Renato a responsabilidade particular por determinado tributo.
- B) Renato somente poderia ser chamado a pagar o IPTU devido caso fosse o proprietário do imóvel.
- C) A lei local pode autorizar a modificar a definição legal de sujeito passivo e a consequente cobrança do IPTU de Renato.
- D) Em regra, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas administrativamente, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- E) Nesse caso, Renato deverá apresentar uma consignação em pagamento para adimplir o IPTU devido.

Comentários:

Art. 123. *Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes*

Gabarito: C

16. João e José decidem constituir uma sociedade empresária, denominada Informática ABC Ltda., especializada na prestação de serviços na área de informática. João integralizou 50% do capital social da sociedade com dinheiro, e José integralizou os seus 50% com um imóvel de sua propriedade localizado no Município Alfa, a ser utilizado como sede da empresa.

Dois anos depois do início das atividades da sociedade empresária, José recebe uma notificação da Secretaria de Fazenda do Município Alfa, por falta de pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), devido no ato da integralização do capital social da empresa, por ser ele, segundo a legislação local, o contribuinte desse imposto.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) José é responsável solidário pelo recolhimento do ITBI incidente sobre essa transmissão.
- B) As empresas do setor de informática, por expressa disposição de lei complementar nacional, estão isentas do pagamento de ITBI.
- C) Não é devida a cobrança do ITBI, uma vez que não houve transmissão onerosa da propriedade do imóvel de José para a empresa Informática ABC Ltda. no ato da integralização do capital social.
- D) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de Informática ABC Ltda., em realização de capital.
- E) O ITBI incidirá apenas sobre o valor do imóvel que exceder o valor integralizado ao capital social da empresa.

Comentários:

Tese:

A imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

Gabarito: E

17. Em relação ao ITBI de competência municipal, analise as seguintes assertivas:

- I. A transmissão *Inter Vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil, é fato gerador do ITBI.
- II. A transmissão *Inter Vivos*, por ato não oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia, é fato gerador do ITBI.
- III. A cessão *Inter Vivos*, por ato oneroso, de direitos à aquisição de imóveis é fato gerador do ITBI.
- IV. A transmissão de propriedade imobiliária por sucessão hereditária é fato gerador do ITBI.
- V. A transmissão *Inter Vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil é fato gerador do ITBI.

Assinale a alternativa que representa as assertivas corretas entre as apresentadas:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II e V.
- D) I e IV.
- E) I e III.

Comentários:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

Gabarito: E

18. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- A) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- B) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.
- C) Em uma aquisição em hasta pública, o valor da base de cálculo do imposto será o de avaliação do imóvel
- D) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, suas alíquotas poderão ser progressivas de acordo com a capacidade contributiva do adquirente.
- E) O STJ entende que, no caso de anulação da venda do imóvel, o valor pago a título de ITBI é passível de restituição

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A imunidade restringe-se ao valor incorporado ao capital social.

Incorretas as alternativas B e D. Não está autorizada a progressividade das alíquotas do ITBI.

Incorreta a alternativa C. Será o valor da arrematação. STJ entendeu que o registro da transmissão não ocorre na hora da avaliação.

Correta a alternativa E. É passível.

Gabarito: E

19. No que diz respeito ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI), julgue os itens que se seguem:

I. É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel.

II. O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio.

III. O imposto incide no ato de pagamento pela transferência da propriedade.

IV. A base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel utilizado para o cálculo da base de cálculo do IPTU.

Assinale a opção que representa as assertivas corretas:

- A) I e II
- B) II e IV
- C) III e IV
- D) II e III
- E) I e III

Comentários:

A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação.

O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (**artigo 148 do CTN**).

O imposto incide no ato que registra a transmissão da propriedade.

Gabarito: A

20. A COSIP, ou Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, é um tributo municipal cobrado para financiar a iluminação pública das cidades brasileiras. Instituída pela Emenda Constitucional nº 39/2002, a COSIP permite que os municípios arrecadem recursos específicos para manter e expandir a infraestrutura de iluminação pública, incluindo postes, lâmpadas e fiação.

Com a Emenda Constitucional nº 132, promulgada em dezembro de 2023, ampliaram-se as possibilidades de aplicação desse tipo de contribuição municipal.

Qual das seguintes mudanças na COSIP foi introduzida pela chamada reforma tributária?

- A) A COSIP passou a ser um imposto estadual.
- B) A COSIP agora pode ser usada apenas para a manutenção de parques municipais.
- C) A COSIP foi extinta e substituída pelo IVA-Dual.
- D) A COSIP pode financiar sistemas de monitoramento de segurança
- E) A COSIP passou a ser cobrada diretamente pelos consumidores de energia elétrica, sem passar pela conta de luz.

Comentários:

Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no art. 150, I e III. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

Gabarito: D

21. O Município Delta, em dezembro de 2024, promoveu alteração de sua lei municipal, fixando novas alíquotas de IPTU, progressivas em razão do valor venal dos imóveis situados em seu território.

Nesse contexto, de acordo com o que estabelece o texto constitucional sobre a matéria, é correto afirmar que:

- A) A progressividade das alíquotas do IPTU pode ser estabelecida em razão do valor venal dos imóveis, como forma de promover a função social da propriedade.
- B) A Constituição Federal veda a progressividade das alíquotas do IPTU, sendo permitida apenas a atualização anual dos valores venais dos imóveis.
- C) A progressividade das alíquotas do IPTU deve obedecer, necessariamente, a limites fixados no próprio texto constitucional.
- D) A progressividade das alíquotas do IPTU é permitida apenas para imóveis residenciais, sendo vedada para imóveis comerciais e industriais.
- E) A fixação de alíquotas progressivas do IPTU deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal, conforme prevê a Constituição Federal.

Comentários:

Correta a alternativa A. A Constituição Federal de 1988 permite que os municípios instituam a progressividade das alíquotas do IPTU com base no valor venal dos imóveis, como uma medida para promover a função social da propriedade.

Este entendimento está consolidado no artigo 156, § 1º, da Constituição Federal, que expressamente autoriza a utilização de alíquotas progressivas como forma de desestimular a especulação imobiliária e incentivar a utilização social justa dos imóveis urbanos.

Incorreta a alternativa B. Conforme vimos anteriormente, a Constituição Federal de 1988 expressamente autoriza a progressividade em razão do valor venal dos imóveis.

Incorreta a alternativa C. O texto constitucional, diferentemente do que apresenta a questão, não estabelece quaisquer limites ao exercício da progressividade em razão do valor venal.

Incorreta a alternativa D. Na mesma linha, não há qualquer previsão nesse sentido no texto constitucional.

Incorreta a alternativa E. Inexiste qualquer previsão nesse sentido no texto constitucional.

Gabarito: A

22. O Município Delta, em dezembro de 2024, promoveu alteração de sua lei municipal, fixando novas alíquotas de IPTU, progressivas em razão do valor venal dos imóveis situados em seu território, com aplicação já prevista para o exercício de 2025.

Nesse contexto, e considerando que o município previu que o fato gerador ocorre no primeiro dia de cada exercício civil, de acordo com o que estabelece o texto constitucional sobre a obrigatoriedade de observância da anterioridade tributária, é correto afirmar que:

- A) A nova alíquota de IPTU só poderá ser aplicada no exercício de 2026, em razão da observância do princípio da anterioridade nonagesimal.
- B) A nova alíquota de IPTU poderá ser aplicada no exercício de 2025, desde que respeitado o princípio da anterioridade anual.
- C) A nova alíquota de IPTU poderá ser aplicada imediatamente, sem necessidade de observar qualquer princípio de anterioridade.
- D) A nova alíquota de IPTU poderá ser aplicada no exercício de 2025, aplicado o princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
- E) A nova alíquota de IPTU só poderá ser aplicada no exercício de 2027, em razão do princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

Comentários:

Antes de analisarmos cada uma das alternativas, devemos nos lembrar do que estabelece o seguinte dispositivo do texto constitucional:

Art. 150, § 1º A vedação do inciso III, b (ANTERIORIDADE ANUAL), não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c (ANTERIORIDADE NONAGESIMAL), **não se aplica** aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

Assim, note que a não aplicação da anterioridade nonagesimal (também conhecida como noventena) é restrita à fixação da base de cálculo do IPTU. Ou seja, a modificação de alíquotas deve observar, cumulativamente, a anterioridade anual e nonagesimal.

Correta a alternativa A. Sendo, no caso em análise, observado o princípio da anterioridade, somente serão aplicáveis as alíquotas majoradas em 2026, tendo em vista que o fato gerador ocorre em 1º de janeiro de cada exercício.

Incorreta a alternativa B. Ocorrendo o fato gerador em 1º de janeiro, em 2025 as novas alíquotas não produzirão efeitos, face à necessária observância da anterioridade anual e nonagesimal.

Incorreta a alternativa C. A Constituição Federal exige a observância dos princípios de anterioridade tributária, tanto a anual quanto a nonagesimal, para a aplicação das novas alíquotas.

Incorreta a alternativa D. A aplicação da nova alíquota em 2025 não respeitaria o princípio da anterioridade nonagesimal.

Incorreta a alternativa E. A observância dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal impede a aplicação da nova alíquota em 2025.

Gabarito: A



Estratégia
Concursos

23. O Município Delta, em dezembro de 2024, promoveu alteração de sua lei municipal, fixando alíquotas de IPTU diferenciadas de acordo com a localização e o uso dos imóveis situados em seu território. Nesse contexto, de acordo com o que estabelece o texto constitucional sobre a possibilidade de que o IPTU tenha alíquotas diferenciadas, é correto afirmar que:

- A) A Constituição Federal permite que os municípios instituam alíquotas diferenciadas de IPTU apenas com base no valor venal dos imóveis, sem considerar a localização ou o uso.
- B) A fixação de alíquotas diferenciadas de IPTU é permitida apenas para imóveis comerciais e industriais, sendo vedada para imóveis residenciais.
- C) A Constituição Federal veda a diferenciação de alíquotas de IPTU com base na localização do imóvel, permitindo apenas a progressividade.
- D) A fixação de alíquotas diferenciadas de IPTU deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal, conforme prevê a Constituição Federal.
- E) A Constituição Federal permite que os municípios instituam alíquotas diferenciadas de IPTU com base na localização e no uso do imóvel.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A Constituição Federal permite que os municípios instituam alíquotas diferenciadas de IPTU com base na localização e no uso do imóvel, conforme artigo 156, § 1º, inciso II. Note, também, que não se trata do uso da progressividade, mas de mera diferenciação de alíquotas.

Incorreta a alternativa B. A Constituição Federal permite a diferenciação de alíquotas de IPTU para todos os tipos de imóveis, sejam residenciais, comerciais ou industriais, desde que obedecidas as normas legais.

Incorreta a alternativa C. A Constituição Federal autoriza expressamente a diferenciação de alíquotas com base na localização do imóvel, além da progressividade, conforme previsto no artigo 156, § 1º, inciso II.

Incorreta a alternativa D. Não há exigência constitucional para a aprovação pelo Senado Federal para a fixação de alíquotas diferenciadas de IPTU; essa competência é dos municípios.

Correta a alternativa E. A Constituição Federal de 1988 permite que os municípios instituam alíquotas diferenciadas de IPTU com base na localização e no uso do imóvel, conforme artigo 156, § 1º, inciso II. Essa medida visa atender às particularidades locais e incentivar o uso adequado dos imóveis.

Gabarito: E

24. A Igreja Luz Divina é uma entidade religiosa que, para expandir suas atividades, passou a alugar um imóvel no centro da cidade de Alfa em 2024, onde realiza seus cultos e reuniões comunitárias. O Município de Alfa, no entanto, notificou a Igreja Luz Divina sobre a cobrança do IPTU referente ao imóvel alugado, argumentando que a imunidade tributária não se aplica a imóveis alugados.

Considerando o disposto na Constituição Federal sobre a imunidade tributária dos templos de qualquer culto, é correto afirmar que:

- A) A imunidade tributária do IPTU aplica-se apenas aos imóveis de propriedade da entidade religiosa, não se estendendo aos imóveis alugados.
- B) A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto aplica-se tanto aos imóveis próprios quanto aos imóveis alugados pelas entidades religiosas.
- C) A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto somente abrange o local onde é realizado o culto.
- D) A imunidade tributária do IPTU não se aplica a imóveis alugados por entidades religiosas, dependendo, obrigatoriamente, de isenção concedida em lei local.
- E) A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto pode ser afastada se o imóvel alugado também for destinado à comercialização de produtos vinculados às atividades religiosas.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A Constituição Federal prevê que a imunidade tributária do IPTU se estende aos imóveis utilizados por entidades religiosas para fins de culto, independentemente de serem próprios ou alugados.

Correta a alternativa B. A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto abrange tanto os imóveis de propriedade da entidade religiosa quanto os imóveis alugados, conforme disposto no § 1º-A do artigo 156 da Constituição Federal.

Incorreta a alternativa C. A imunidade tributária para templos de qualquer culto, de acordo com a jurisprudência pátria, é ampla, sendo conferida à entidade religiosa como um todo, não apenas ao local do culto.

Incorreta a alternativa D. A imunidade tributária do IPTU se aplica a imóveis alugados por entidades religiosas, não sendo restrita aos imóveis de propriedade das entidades, conforme disposto na Constituição Federal.

Incorreta a alternativa E. A imunidade tributária do IPTU para templos de qualquer culto não é afastada pela situação apresentada, já que foi demonstrado o vínculo direto com as atividades essenciais da entidade religiosa.

Gabarito: B

25. Em janeiro de 2024, a Prefeitura do Município de Gama publicou um decreto majorando a base de cálculo do IPTU com base nos critérios estabelecidos na nova lei municipal.

Uma associação de moradores questionou a legalidade dessa majoração, argumentando que a alteração da base de cálculo deveria ser realizada exclusivamente por meio de lei formal, conforme a Súmula 160 do STJ.

Considerando a disposição constitucional e a jurisprudência sobre a matéria, é correto afirmar que:

- A) A majoração da base de cálculo do IPTU deve ser realizada exclusivamente por lei formal, sendo vedada a utilização de decreto.
- B) A Prefeitura do Município de Gama agiu corretamente ao majorar a base de cálculo do IPTU por meio de decreto, desde que os critérios para tanto estejam estabelecidos na lei municipal.
- C) Não é possível a utilização de decreto para essa finalidade, em nenhuma circunstância.
- D) A majoração da base de cálculo do IPTU por meio de decreto é permitida, desde que observado o índice oficial de inflação adotado pelo ente municipal.
- E) A Prefeitura do Município de Gama deve revogar o decreto e realizar a majoração da base de cálculo do IPTU por meio de nova lei formal, para estar em conformidade com a jurisprudência do STJ.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A nova disposição constitucional, introduzida pela Emenda Constitucional 132/2023, permite a atualização da base de cálculo do IPTU por meio de decreto, desde que os critérios estejam estabelecidos em lei municipal, superando a restrição imposta pela Súmula 160 do STJ.

Correta a alternativa B. A Prefeitura do Município de Gama agiu em conformidade com a recente redação do artigo 156, § 1º, inciso III da Constituição Federal, que permite a atualização da base de cálculo do IPTU por meio de decreto, desde que os critérios para tanto estejam estabelecidos em lei municipal.

Incorreta a alternativa C. A Emenda Constitucional 132/2023 modificou o entendimento anterior, permitindo a atualização da base de cálculo do IPTU por meio de decreto, desde que os critérios estejam previstos em lei municipal, superando a Súmula 160 do STJ.

Incorreta a alternativa D. A nova disposição constitucional permite a majoração da base de cálculo do IPTU por meio de decreto, desde que os critérios estejam estabelecidos na lei municipal, independentemente do índice oficial de inflação.

Incorreta a alternativa E. A nova previsão constitucional permite a majoração da base de cálculo do IPTU por meio de decreto, desde que os critérios estejam estabelecidos em lei municipal, não sendo necessário revogar o decreto e realizar a majoração por meio de nova lei formal.

Gabarito: B

26. A empresa Alpha Construtora Ltda., em janeiro de 2024, incorporou a empresa Beta Empreendimentos Imobiliários S/A, adquirindo um conjunto de imóveis urbanos que estavam no patrimônio de Beta.

A Prefeitura do Município de Zeta notificou Alpha Construtora para o pagamento do ITBI, argumentando que a atividade preponderante da empresa é a compra e venda de imóveis.

A Alpha Construtora, por sua vez, contestou a cobrança, afirmando que, conforme a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional (CTN), não há incidência do ITBI sobre a incorporação, independentemente da atividade preponderante da adquirente.

Considerando o disposto na Constituição Federal e no CTN sobre a não incidência do ITBI, é correto afirmar que:

- A)** O ITBI incide sobre a transmissão de bens imóveis em qualquer hipótese de incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica.
- B)** Não incide o ITBI quando a atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente for a compra e venda de imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- C)** O ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis em realização de capital, independentemente da atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente.
- D)** A não incidência do ITBI se aplica apenas quando a atividade preponderante da pessoa jurídica incorporada não for a compra e venda de imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, devendo ser observado o critério de preponderância da receita operacional relativo às atividades imobiliárias estabelecido no CTN.
- E)** A imunidade do ITBI se aplica em qualquer situação de incorporação de empresas, independentemente da atividade econômica exercida pela empresa adquirente.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A Constituição Federal prevê a não incidência do ITBI em casos de incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica, exceto se a atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente for a compra e venda de imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Incorreta a alternativa B. A não incidência do ITBI se aplica quando a atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente não for a compra e venda de imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, conforme estabelecido na Constituição Federal e no artigo 37 do CTN. A atividade preponderante é caracterizada quando mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica decorrer das supracitadas atividades imobiliárias.

Incorreta a alternativa C. A não incidência do ITBI sobre a transmissão de bens imóveis em realização de capital não é automática, devendo ser verificada a atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente.

Correta a alternativa D. A questão apresenta, precisamente, a forma como deve ser analisada a não incidência.

Incorreta a alternativa E. A imunidade do ITBI não se aplica automaticamente em qualquer situação de incorporação de empresas; depende da verificação da atividade econômica exercida pela empresa adquirente, conforme disposto na Constituição Federal e no CTN.

Gabarito: D

27. A empresa Alpha Construtora Ltda., constituída em janeiro de 2021, recebeu, em integralização, em realização de capital, um conjunto de imóveis que eram de patrimônio de um de seus sócios. Em janeiro de 2024, após a verificação dos três primeiros anos de atividade, constatou-se que a atividade preponderante da empresa foi a locação de imóveis, caracterizando a preponderância conforme o Código Tributário Nacional (CTN). Em razão disso, a Prefeitura do Município de Zeta notificou Alpha Construtora para o pagamento do ITBI.

Considerando o disposto no CTN sobre a incidência do ITBI após a verificação da atividade preponderante, é correto afirmar que:

- A) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data da verificação da preponderância, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
- B) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data do lançamento, sobre o valor do bem ou direito na data do lançamento.
- C) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data em que houve a apuração pela autoridade tributária, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
- D) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito na data da aquisição.
- E) O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data de constituição da empresa, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O ITBI deve ser calculado com base na lei vigente à data da aquisição do bem ou direito, conforme disposto no artigo 37, § 3º do CTN, e não na data da verificação da preponderância.

Incorreta a alternativa B. O ITBI não deve ser calculado com base na lei vigente à data do lançamento, mas sim na data da aquisição do bem ou direito.

Incorreta a alternativa C. O ITBI não deve ser calculado com base na lei vigente à data em que houve a apuração pela autoridade tributária, mas sim na data da aquisição do bem ou direito.

Correta a alternativa D. Verificada a preponderância na atividade de locação de imóveis, o ITBI torna-se devido com base na lei vigente à data da aquisição do bem ou direito, conforme artigo 37, § 3º do CTN, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

Incorreta a alternativa E. O ITBI não deve ser calculado com base na lei vigente à data de constituição da empresa, mas sim na data da aquisição do bem ou direito.

Gabarito: D

28. Imagine que a empresa Gamma Importações Ltda. realizou a importação de um *software* de gestão (bem imaterial) e foi notificada pelo Município de Alfa para o pagamento do IBS-Municipal. A empresa contestou a cobrança, alegando que o imposto não deveria incidir sobre a importação de bens imateriais.

Considerando o disposto no texto constitucional sobre o IBS, é correto afirmar que:

- A) O IBS incide apenas sobre operações com bens materiais e serviços, não abrangendo bens imateriais.
- B) O IBS não incide sobre operações de importação, seja de bens materiais, imateriais ou serviços.
- C) O IBS incide sobre operações com bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, mas não se aplica à importação realizada por pessoa física.
- D) O IBS incide sobre operações com bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, bem como sobre a importação desses bens e serviços, independentemente de ser pessoa física ou jurídica.
- E) O IBS incide sobre operações com bens materiais e serviços, e a alíquota é uniforme em todo o território nacional, não variando entre os entes federativos.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. A Emenda Constitucional 132/23 estabeleceu que o IBS incide sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, e serviços, conforme o artigo 156-A, § 1º, inciso I.

Incorreta a alternativa B. O artigo 156-A, § 1º, inciso II da Emenda Constitucional 132/23 dispõe que o IBS também incide sobre a importação de bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, realizada por pessoa física ou jurídica.

Incorreta a alternativa C. O IBS incide sobre operações com bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, e também sobre a importação desses bens e serviços, independentemente de ser pessoa física ou jurídica, conforme o artigo 156-A, § 1º, incisos I e II da Emenda Constitucional 132/23.

Correta a alternativa D. A Emenda Constitucional 132/23 estabelece que o IBS incide sobre operações com bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, e sobre a importação desses bens e serviços, independentemente de ser pessoa física ou jurídica, conforme o artigo 156-A, § 1º, incisos I e II.

Incorreta a alternativa E. A Emenda Constitucional 132/23 prevê que cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica, e a alíquota será a mesma para todas as operações com bens materiais, imateriais, inclusive direitos, e serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição, conforme o artigo 156-A, § 1º, incisos V e VI.

Gabarito: D

29. Com base na Lei Complementar 116/03, julgue as assertivas abaixo como certas ou erradas:

I - A empresa Beta Consulting Ltda. prestou serviços de consultoria para uma empresa localizada na Alemanha. A Prefeitura do Município de Delta notificou Beta Consulting para o pagamento do ISS sobre essa prestação de serviços. A empresa contestou a cobrança, alegando que o imposto não incide sobre exportações de serviços para o exterior do país, sempre que o resultado da prestação ocorrer no exterior.

II - João Silva trabalha como diretor financeiro da empresa Gamma S/A e recebeu uma notificação da Prefeitura do Município Epsilon para o pagamento do ISS sobre os serviços prestados em sua função de diretor. João contestou a cobrança, argumentando que a prestação de serviços em relação de emprego, inclusive de diretores, não está sujeita ao ISS.

III - O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários não está sujeito ao ISS.

Assinale a alternativa que apresente apenas as assertivas corretas:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) I, II e III.

Comentários:

Analisemos cada uma das assertivas propostas pela questão à luz do que preleciona a LC 116/03:

Assertiva I: Correta. De acordo com o artigo 2º, inciso I da Lei Complementar 116/03, o ISS não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do país, desde que o resultado material da prestação ocorra fora do país. Portanto, a cobrança feita pela Prefeitura do Município de Delta é indevida.

Assertiva II: Correta. Conforme o artigo 2º, inciso II da Lei Complementar 116/03, a prestação de serviços em relação de emprego, inclusive de diretores, não está sujeita ao ISS. A cobrança feita pela Prefeitura do Município de Epsilon é indevida.

Assertiva III: Correta. Segundo o artigo 2º, inciso III da Lei Complementar 116/03, o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários não está sujeito ao ISS. A cobrança feita pela Prefeitura do Município de Zeta é indevida.

Gabarito: E

30. A empresa Festas e Eventos Ltda., cujo estabelecimento está situado no Município de Belo Horizonte, foi contratada para instalar palcos e coberturas em um grande evento no Município de Ouro Preto. Após a prestação do serviço, a Prefeitura de Ouro Preto notificou a empresa para o pagamento do ISS referente à instalação dos palcos.

A Festas e Eventos, no entanto, argumentou que o ISS deveria ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, onde está localizado seu estabelecimento prestador.

Considerando o disposto na Lei Complementar 116/03, é correto afirmar que:

- A) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, onde está localizado o estabelecimento da Festas e Eventos Ltda.
- B) O ISS deve ser recolhido ao Município de Ouro Preto, onde foi realizada a instalação dos palcos.
- C) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte apenas se o serviço tiver sido contratado diretamente com uma empresa de Ouro Preto.
- D) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, a menos que a empresa tenha uma filial em Ouro Preto.
- E) O ISS deve ser recolhido ao Município de Belo Horizonte, exceto se o valor do serviço ultrapassar um determinado limite estabelecido por lei.

Comentários:

Incorreta a alternativa A. O artigo 3º da Lei Complementar 116/03 estabelece que, em regra, o ISS é devido ao município do estabelecimento prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV do mesmo dispositivo (exceções à regra geral de incidência).

Correta a alternativa B. O artigo 3º, inciso II da Lei Complementar 116/03 prevê que o ISS é devido no local da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, conforme descrito no subitem 3.05 da lista anexa. Portanto, o ISS deve ser recolhido ao Município de Ouro Preto, onde foi realizada a instalação dos palcos.

Incorreta a alternativa C. A regra do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 116/03 não depende do local de contratação do serviço, mas sim do local onde o serviço foi efetivamente executado.

Incorreta a alternativa D. A existência de uma filial no município onde o serviço foi prestado não altera a regra de que o ISS é devido no local da prestação do serviço conforme o inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 116/03.

Incorreta a alternativa E. Não há previsão na Lei Complementar 116/03 que condiciona a aplicação do inciso II do artigo 3º a um limite de valor do serviço.

Gabarito: B

31. As pessoas que manifestam riqueza ficam obrigadas a contribuir com o Estado, fornecendo-lhe os recursos de que este precisa para buscar a consecução do bem comum.

Assim, aqueles que obtêm rendimentos, vendem mercadorias, são proprietários de imóveis em área urbana, devem contribuir respectivamente com a União, com os Estados e com os Municípios. Estes entes devem usar tais recursos em benefício de toda a coletividade.

O imposto se sustenta sobre a ideia da:

- A) Função social.
- B) Solidariedade social.
- C) Políticas afirmativas.
- D) Necessidade e possibilidade.
- E) Comutatividade

Comentários:

A solidariedade social é um dos principais fundamentos que justificam a tributação, buscando recolher de cada membro da sociedade a parte que lhe cabe no rateio dos custos do Estado.

Gabarito: B

32. De acordo com o Direito Tributário, assinale a espécie de tributo cobrada em virtude de obrigação legal independente de qualquer atuação estatal em favor do contribuinte:

- A) a Taxa do Lixo.
- B) Contribuição de Melhoria.
- C) o Imposto sobre a Transmissão de Bens *Inter Vivos*.
- D) a COSIP.
- E) o Empréstimo Compulsório.

Comentários:

Tributo cobrado independente de qualquer atuação estatal relacionada ao contribuinte será um imposto.

Gabarito: B

33. Qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre o preço público:

- A) Preço Público cobrado de alguém que se utiliza de serviço público especial e divisível, de caráter administrativo ou jurisdicional, ou o tem à sua disposição.
- B) É determinado pela capacidade contributiva dos usuários.
- C) Representa uma receita originária para o Estado.
- D) Pode ser cobrado semelhante a um tributo.
- E) Cobra-se segundo as regras inerentes a um regime de Direito Público.

Comentários:

A receita é originária quando for decorrente da exploração, pelo Estado, de seu próprio patrimônio. Por outro lado, a receita é derivada se vem da exigência sobre o patrimônio de um particular.

“Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que a instituiu” (Súmula 545, STF).

Gabarito: C

34. Diante da calamidade pública decretada pela União, por força da pandemia da “Gripe-22XY”, foi editada a Lei Complementar Municipal nº 23/2024, estabelecendo sua vigência e eficácia imediata, instituindo empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias na área sanitária para enfrentamento da pandemia.

Diante desse cenário, a instituição e a cobrança do empréstimo compulsório

- A) podem ser feitas, por cumprir o requisito constitucional de ser voltada a “atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública”.
- B) são válidas, por atenderem ao princípio da legalidade tributária.
- C) desrespeitam o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- D) não precisava ser veiculada mediante Lei Complementar.
- E) desrespeitou regra constitucional de competência

Comentários:

Exclusivamente à União, através de Lei Complementar para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência ou no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

Gabarito: E

35. Determinado contribuinte possui um débito de IPTU, tributo vencido e não pago desde o mês de novembro de 2023. Os Procuradores do Município entendem que esse valor deve ser cobrado judicialmente.

Assinale a alternativa que apresenta a exigência prévia para que o crédito seja cobrado judicialmente:

- A) Cancelamento do habite-se relativo à inscrição imobiliária.
- B) Inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa.
- C) Incluir restrição de venda nos imóveis do Contribuinte.
- D) Realizar a tentativa de bloqueio de valores nas contas-correntes do Contribuinte.
- E) Desapropriação do imóvel mediante o pagamento em títulos da dívida pública.

Comentários:

O tributo vencido e não pago, para que possa ser objeto de cobrança judicial, deverá ser inscrito em dívida ativa (CTN):

Art. 201. *Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.*

Gabarito: C

36. Dentre os tributos municipais, está o imposto sobre serviços de qualquer natureza, que pode ser instituído por lei ordinária.

No entanto, para esse imposto, cabe à lei complementar fixar:

- A) casos de responsabilidade solidária.
- B) as suas alíquotas máximas e mínimas.
- C) as suas alíquotas mínimas, enquanto o Senado Federal fixará as alíquotas máximas.
- D) as obrigações acessórias a serem cumpridas no interesse da arrecadação.
- E) as alíquotas dos serviços intermunicipais.

Comentários:

Vejamos o texto constitucional:

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

(Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

Gabarito: B

37. Fernanda Nunes é proprietária de uma casa em Porto Alegre. A casa é localizada a 3 quilômetros de uma escola primária e tem abastecimento de água, mas não tem nem sistema de esgoto sanitário, nem iluminação pública ou meio-fio com canalização de águas pluviais.

Fernanda Nunes questiona um tributarista se deverá pagar o IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sobre tal imóvel e ele responde corretamente que:

- A) não, pela necessidade de iluminação pública, além do abastecimento de água.
- B) sim, por só ser necessário o abastecimento de água.
- C) não, por ser considerado como localizado em zona rural.
- D) sim, por ser considerada zona urbana com apenas dois melhoramentos exigidos pela lei municipal.
- E) não, pela necessidade de sistema de esgoto sanitário além do abastecimento de água.

Comentários:

O CTN traz os requisitos mínimos para definição de zona urbana:

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Gabarito: D

38. O IPTU é um tributo incidente sobre a propriedade imobiliária, com função eminentemente arrecadatória, mas que também pode ser utilizado com função extrafiscal.

A respeito das características desse tributo e de seu fato gerador, assinale a afirmativa correta.

- A) A base de cálculo do IPTU é atualizada pelo Poder Executivo municipal conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- B) O imposto pode ser cobrado sobre todo e qualquer imóvel do município.
- C) Ele poderá ser progressivo em razão da localização e uso do imóvel.
- D) Não cabe à lei complementar nacional a escolha do sujeito passivo da obrigação, quando a propriedade e a posse do imóvel recaiam sobre indivíduos distintos.
- E) Ainda que utilizado para exploração de atividade econômica agrícola, o IPTU incidirá sobre o imóvel caso esteja localizado na área urbana do Município.

Comentários:

De forma específica para o IPTU, a Reforma Tributária (Emenda Constitucional 132/2023) definiu que o IPTU poderá ter sua base de cálculo atualizada por ato do Poder Executivo, de acordo com os critérios definidos em lei municipal.

Art. 156. *Compete aos Municípios instituir impostos sobre:*

I - propriedade predial e territorial urbana;

§ 1º *Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I [IPTU] poderá:*

III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

Gabarito: A

39. Sobre os impostos de competência municipal, assinale a afirmativa correta:

- A) É constitucional a lei do município que reduz o Imposto Predial Urbano sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.
- B) Fere a isonomia entre os contribuintes a diferenciação de alíquotas do IPTU em razão do tipo de uso do imóvel e de sua localização.
- C) De acordo com disposição expressa da CF, o IPTU pode ser progressivo em razão da renda ou do patrimônio do sujeito passivo.
- D) Emenda constitucional recente restringiu a imunidade religiosa para os templos de qualquer culto, de modo que é legítima a cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana quando tais entidades estiverem na condição de locatária do imóvel.
- E) Poderá fazer parte da base de cálculo do IPTU o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente no imóvel.

Comentários:

Súmula 539 (STF):

“é constitucional a lei do Município que reduz o imposto predial urbano sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro”.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 116, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Alterou o art.156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.

Gabarito: A

40. De acordo com o texto constitucional, os municípios podem instituir sobre a propriedade predial e territorial urbana, e o Código Tributário Nacional aponta que seu fato gerador será a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município.

A base do cálculo desse imposto é o valor

- A) Venal do imóvel.
- B) De alienação do imóvel.
- C) Cartorário imobiliário.
- D) De locação do imóvel.
- E) Da transferência patrimonial.

Comentários:

A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel.

Gabarito: A

41. Sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta em relação à possibilidade de o Município instituir alíquotas diferenciadas.

- A) O IPTU pode ter alíquotas diferenciadas de acordo com a renda do proprietário do imóvel.
- B) O IPTU pode ser progressivo em razão da localização e do uso do imóvel.
- C) O IPTU pode ter alíquotas diferenciadas em função da localização e do uso do imóvel.
- D) O IPTU não pode ter alíquotas diferenciadas, devendo ser aplicada uma alíquota única para todos os imóveis.
- E) O IPTU pode ser progressivo em razão do tempo de propriedade do imóvel pelo contribuinte.

Comentários:

Dispositivo Utilizado:

Art. 156, §1º, II, da Constituição Federal: "O imposto previsto no inciso I poderá: [...] II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel."

Comentário Adicional:

A Constituição Federal permite que os Municípios instituem alíquotas diferentes para o IPTU, considerando a localização e o uso do imóvel. Isso possibilita que imóveis localizados em áreas mais valorizadas ou destinados a certos usos possam ser tributados de forma diferenciada.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. A diferenciação de alíquotas do IPTU não pode ser feita com base na renda do proprietário, pois o IPTU é um imposto real, que incide sobre o bem, não pessoal.

Alternativa B: incorreta. O IPTU pode ser progressivo em razão do valor do imóvel, podendo, no que diz respeito ao uso e localização, haver a aplicação de alíquotas diferenciadas (não progressivas).

Alternativa C: correta. A Constituição permite alíquotas diferentes conforme a localização e o uso do imóvel.

Alternativa D: Incorreta. É permitido ao Município instituir alíquotas diferenciadas para o IPTU.

Alternativa E: incorreta. O IPTU progressivo no tempo está relacionado ao não cumprimento da função social da propriedade, não ao tempo de propriedade pelo contribuinte.

Gabarito: C**42. Em relação ao conceito de zona urbana para fins de incidência do IPTU, é correto afirmar que:**

- A) uma área somente pode ser considerada zona urbana se possuir todos os melhoramentos previstos no Código Tributário Nacional.
- B) a existência de rede de iluminação pública e sistema de esgoto sanitário são suficientes para que uma área seja considerada zona urbana, independentemente da previsão desta em lei.
- C) a lei municipal pode considerar como urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, mesmo sem a existência dos melhoramentos previstos, desde que constantes de loteamentos aprovados.
- D) a definição de zona urbana independe de lei municipal, bastando a existência de dois melhoramentos previstos no CTN.
- E) áreas urbanas nunca podem ser tributadas pelo ITR, mesmo que utilizadas para fins rurais.

Comentários

Dispositivo Utilizado:

Art. 32, §2º, do Código Tributário Nacional: “A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.”

Comentário Adicional:

O CTN permite que áreas consideradas urbanizáveis ou de expansão urbana sejam equiparadas a zonas urbanas para fins de incidência do IPTU, desde que haja previsão em lei municipal e que estejam inseridas em loteamentos aprovados para habitação, indústria ou comércio.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. Não é necessário que a área possua todos os melhoramentos; a existência de pelo menos dois é suficiente.

Alternativa B: incorreta. Embora rede de iluminação pública e sistema de esgoto sejam dois melhoramentos, a definição de zona urbana também depende de previsão em lei municipal.

Alternativa C: correta. A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, mesmo sem os melhoramentos, desde que constantes de loteamentos aprovados.

Alternativa D: incorreta. A definição de zona urbana depende de lei municipal e da existência de pelo menos dois melhoramentos.

Alternativa E: incorreta. O STJ possui entendimento sedimentado que advoga em sentido contrário ao apresentado pela alternativa.

Gabarito: C**43. Sobre as anterioridades aplicáveis ao IPTU, é correto afirmar que:**

- A) o IPTU é exceção ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
- B) a majoração da alíquota do IPTU está sujeita apenas à anterioridade nonagesimal.
- C) a alteração da base de cálculo do IPTU não observa nenhuma das anterioridades.
- D) a majoração da base de cálculo do IPTU é exceção à anterioridade nonagesimal.
- E) tanto a majoração da alíquota quanto da base de cálculo do IPTU são exceções às anterioridades anual e nonagesimal.

Comentários

Dispositivo Utilizado:

Art. 150, §1º, da Constituição Federal: “A vedação do inciso III, ‘b’, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 155, I, ‘b’, e II, e 156, I e II, quando houver alteração da base de cálculo.”

Comentário Adicional:

A Constituição Federal estabelece que a majoração da base de cálculo do IPTU é exceção à anterioridade nonagesimal, ou seja, a lei que a altera pode produzir efeitos no mesmo exercício financeiro em que for publicada, mas deve respeitar a anterioridade anual. Já a majoração da alíquota deve respeitar tanto a anterioridade anual quanto a nonagesimal.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. O IPTU não é exceção ao princípio da anterioridade anual; apenas a atualização da base de cálculo é exceção à anterioridade nonagesimal.

Alternativa B: incorreta. A majoração da alíquota do IPTU está sujeita às anterioridades anual e nonagesimal.

Alternativa C: incorreta. A atualização da base de cálculo do IPTU é exceção à anterioridade nonagesimal, mas deve respeitar a anterioridade anual.

Alternativa D: correta. A majoração da base de cálculo do IPTU é exceção apenas à anterioridade nonagesimal.

Alternativa E: incorreta. Apenas a majoração da base de cálculo é exceção à anterioridade nonagesimal; a alíquota não é exceção.

Gabarito: D

44. Sobre o IPTU progressivo no tempo, previsto na Constituição Federal como instrumento para assegurar o cumprimento da função social da propriedade, é correto afirmar que:

- A) pode ser aplicado como primeira medida pelo Município a qualquer imóvel urbano não edificado.
- B) deve respeitar a sequência de medidas previstas no art. 182, §4º, da Constituição Federal, sendo o parcelamento ou edificação compulsórios a primeira delas.
- C) não possui limite máximo para a alíquota a ser aplicada.
- D) a progressividade no tempo pode aumentar a alíquota em qualquer percentual de um ano para outro.
- E) independe de previsão no Plano Diretor do Município.

Comentários

Dispositivo Utilizado:

Art. 182, §4º, da Constituição Federal: “É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir [...] que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública [...]”

Comentário Adicional:

O IPTU progressivo no tempo é um instrumento previsto na Constituição para incentivar o adequado aproveitamento de imóveis urbanos. Antes de aplicá-lo, o Município deve seguir a sequência de medidas: primeiro, exigir o parcelamento ou edificação compulsórios; somente após o descumprimento desta exigência é que o IPTU progressivo no tempo pode ser aplicado.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. O Município não pode aplicar o IPTU progressivo no tempo imediatamente; deve seguir as medidas previstas na Constituição e no Estatuto da Cidade (que prevê como primeira medida a notificação do proprietário).

Alternativa B: correta. Deve-se respeitar a sequência: parcelamento ou edificação compulsórios; depois, IPTU progressivo no tempo.

Alternativa C: incorreta. O Estatuto da Cidade limita a alíquota máxima em 15%.

Alternativa D: incorreta. A alíquota não pode exceder o dobro da alíquota do ano anterior.

Alternativa E: incorreta. A aplicação do IPTU progressivo no tempo depende de previsão em lei específica para área incluída no Plano Diretor.

Gabarito: B

45. De acordo com a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incide sobre:

- A) a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis e imóveis, incluindo direitos reais de garantia.
- B) a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
- C) a transmissão “*causa mortis*” de bens imóveis e direitos reais sobre imóveis, incluindo direitos reais de garantia.
- D) a transmissão “inter vivos”, a título gratuito, de bens imóveis e direitos reais de garantia.
- E) a transmissão de bens imóveis decorrente de usucapião ou acessão natural.

Comentários

Dispositivo Utilizado:

Art. 156, II, da Constituição Federal: “Compete aos Municípios instituir impostos sobre: [...] II - transmissão ‘inter vivos’, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;”

Comentário Adicional:

O ITBI incide sobre a transmissão “inter vivos” (entre vivos), por ato oneroso (mediante pagamento), de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia (como hipoteca, penhor e anticrese). Não incide sobre bens móveis, transmissões “*causa mortis*” (herança) ou transmissões gratuitas (doações), que são objeto do ITCMD, imposto estadual.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. O ITBI não incide sobre bens móveis nem sobre direitos reais de garantia.

Alternativa B: correta. Essa alternativa descreve precisamente a incidência do ITBI conforme a Constituição Federal.

Alternativa C: incorreta. Transmissões “*causa mortis*” não são objeto do ITBI, mas do ITCMD.

Alternativa D: incorreta. Transmissões a título gratuito (doações) não são tributadas pelo ITBI, mas pelo ITCMD.

Alternativa E: incorreta. Transmissões decorrentes de usucapião ou acessão natural não configuram ato oneroso “inter vivos”, portanto não são fato gerador do ITBI.

Gabarito: B

46. Uma empresa situada no Município de Porto Alegre recebe, como integralização de capital, um imóvel de propriedade de um de seus sócios. Sobre a incidência do ITBI nessa operação, é correto afirmar que:

- A) o ITBI incide normalmente, pois há transmissão de bem imóvel por ato oneroso.
- B) o ITBI não incide nessa operação, em virtude de imunidade prevista na Constituição Federal, salvo se a atividade preponderante da empresa for imobiliária.
- C) o ITBI incide apenas se o imóvel estiver localizado fora do Município de Porto Alegre.
- D) o ITBI não incide nessa operação, pois trata-se de transmissão a título gratuito.
- E) o ITBI incide somente se houver lucro na operação de integralização.

Comentários

Dispositivo Utilizado:

Art. 156, §2º, I, da Constituição Federal: "O imposto previsto no inciso II: I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital [...] salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;"

Comentário Adicional:

A Constituição Federal prevê imunidade do ITBI nas transmissões de bens imóveis para integralização de capital social de pessoa jurídica, exceto se a atividade preponderante da empresa for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis. Nesse caso, a imunidade é afastada, e o ITBI incide normalmente.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. Há imunidade nessa operação, salvo exceção.

Alternativa B: correta. A imunidade constitucional aplica-se, exceto se a atividade preponderante for imobiliária.

Alternativa C: incorreta. A incidência do ITBI não depende da localização do imóvel em relação ao município sede da empresa, mas, sim, do município onde o imóvel está situado.

Alternativa D: incorreta. A integralização de capital é considerada ato oneroso, não gratuito.

Alternativa E: incorreta. A incidência do ITBI não depende de lucro na operação, mas, sim, dos critérios definidos na legislação.

Gabarito: B

47. Sobre a base de cálculo e o contribuinte do ITBI, conforme o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- A) a base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel, que deve ser igual ao valor utilizado para fins de IPTU.
- B) o contribuinte do ITBI é apenas o adquirente do imóvel, jamais o transmitente.
- C) a base de cálculo do ITBI é o valor declarado pelas partes no contrato de compra e venda, independentemente de avaliação pelo fisco.
- D) a lei municipal pode estabelecer que qualquer das partes na operação seja o contribuinte do ITBI.
- E) o ITBI incide sobre o valor de mercado do imóvel, acrescido do valor dos bens móveis que o guarnecem.

Comentários

Dispositivo Utilizado:

Art. 38 do CTN: "A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos."

Art. 42 do CTN: "Contribuinte do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei."

Comentário Adicional:

A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, que pode ser avaliado pelo fisco municipal e não necessariamente coincide com o valor utilizado para o IPTU. O contribuinte do ITBI pode ser qualquer das partes envolvidas na operação, conforme dispuser a lei municipal.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. O valor venal para o ITBI não precisa ser igual ao do IPTU; podem ser diferentes, pois os critérios de avaliação são distintos.

Alternativa B: incorreta. O contribuinte do ITBI pode ser qualquer das partes, dependendo do que a lei municipal determinar.

Alternativa C: incorreta. O fisco pode rever o valor declarado e avaliar o valor venal real do imóvel para fins de base de cálculo.

Alternativa D: correta. A lei municipal pode determinar quem será o contribuinte do ITBI.

Alternativa E: incorreta. O ITBI não incide sobre bens móveis; somente sobre bens imóveis e direitos a eles relativos.

Gabarito: D

48. Uma empresa de construção civil, sediada no Município X, foi contratada para realizar a construção de um edifício no Município Y. Durante a execução da obra, a empresa fornece materiais necessários para a construção, os quais são produzidos no próprio local da obra. Com base na Lei Complementar nº 116/2003, assinale a alternativa correta em relação à incidência e ao local de recolhimento do ISS.

- A) O ISS é devido no Município X, onde está localizado o estabelecimento prestador, e incide sobre o preço total do serviço, incluindo os materiais fornecidos.
- B) O ISS é devido no Município Y, onde a obra é executada, e não inclui na base de cálculo o valor dos materiais fornecidos pelo prestador.
- C) O ISS é devido no Município X, e a base de cálculo inclui apenas o valor da mão de obra, excluindo os materiais fornecidos.
- D) O ISS é devido no Município Y, e a base de cálculo inclui o valor total do serviço, sem exclusão dos materiais fornecidos.
- E) O ISS é devido proporcionalmente nos Municípios X e Y, de acordo com o valor dos materiais produzidos em cada local.

Comentários

Dispositivos Utilizados:

Art. 3º, inciso III, da Lei Complementar nº 116/2003:

“O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local:

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;”

Subitem 7.02 da Lista de Serviços:

“Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil [...] (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).”

Comentário Adicional:

O ISS é devido no local da execução da obra (Município Y). Os materiais produzidos pelo prestador **no próprio local da obra** não são excluídos da base de cálculo do ISS, portanto o imposto incide sobre o valor total do serviço, incluindo esses materiais.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. O ISS é devido no Município Y, não no Município X.

Alternativa B: incorreta. Os materiais produzidos no local da obra não são excluídos da base de cálculo do ISS.

Alternativa C: incorreta. O ISS não é devido no Município X.

Alternativa D: correta. O ISS é devido no Município Y e incide sobre o valor total do serviço, incluindo os materiais fornecidos.

Alternativa E: incorreta. Não há previsão legal para o ISS ser devido proporcionalmente entre os Municípios X e Y nessa situação.

Gabarito: D

49. Uma empresa localizada no exterior presta serviços de consultoria técnica a uma empresa brasileira situada no Município A. O serviço foi realizado integralmente no exterior. Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, sobre essa situação, é correto afirmar que:

- A) o ISS não incide, pois trata-se de serviço prestado e concluído no exterior.
- B) o ISS incide e é devido ao Município onde está sediada a empresa tomadora do serviço, sendo essa responsável pelo recolhimento.
- C) o ISS incide e é devido ao Município onde está sediada a empresa prestadora no exterior.
- D) o ISS não incide, pois a legislação brasileira não alcança serviços prestados por empresas estrangeiras.
- E) o ISS incide, mas é devido à União Federal, não aos Municípios.

Comentários

Dispositivos Utilizados:

Art. 1º, §1º, da Lei Complementar nº 116/2003:

“O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.”

Art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 116/2003:

“O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do §1º do art. 1º desta Lei Complementar;”

Art. 6º, §2º, inciso I, da Lei Complementar nº 116/2003:

“Sem prejuízo do disposto no caput e no §1º deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;”

Comentário Adicional:

A Lei Complementar nº 116/2003 determina que o ISS incide sobre serviços provenientes do exterior ou iniciados no exterior. Nesses casos, o imposto é devido no local do estabelecimento do tomador do serviço (Município A), e o tomador é responsável pelo recolhimento do ISS.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. O ISS incide sobre serviços provenientes do exterior, mesmo que realizados integralmente fora do país.

Alternativa B: correta. O ISS incide e é devido ao Município onde está sediada a empresa tomadora (Município A), sendo essa responsável pelo recolhimento.

Alternativa C: incorreta. O ISS não é devido ao Município onde está sediada a empresa prestadora no exterior.

Alternativa D: incorreta. A legislação brasileira alcança serviços provenientes do exterior quando o tomador está no Brasil.

Alternativa E: incorreta. O ISS é um imposto municipal, não devido à União Federal.

Gabarito: B

50. Uma empresa de vigilância e segurança, com sede no Município de Gama, presta serviços de monitoramento eletrônico de bens móveis e imóveis localizados em diversos municípios. De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, o ISS devido por essa empresa é recolhido:

- A) integralmente no Município de Gama, onde está localizado o estabelecimento prestador.
- B) no Município onde está localizado o bem ou o domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas.
- C) no Município onde a empresa tem sua sede administrativa.
- D) proporcionalmente nos Municípios onde estão localizados os clientes, considerando a quantidade de serviços prestados.
- E) no Município onde ocorre o pagamento pelo serviço, independentemente da localização do bem monitorado.

Comentários

Dispositivos Utilizados:

Art. 3º, inciso XVI, da Lei Complementar nº 116/2003:

“O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local:

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;”

Subitem 11.02 da Lista de Serviços:

“Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.”

Comentário Adicional:

O ISS é devido no local onde estão os bens ou o domicílio das pessoas monitoradas, ou seja, nos municípios onde os serviços são efetivamente prestados.

Comentário sobre as Alternativas:

Alternativa A: incorreta. O ISS não é devido integralmente no Município de Gama.

Alternativa B: correta. O ISS é devido nos municípios onde estão localizados os bens ou domicílio das pessoas vigiadas.

Alternativa C: incorreta. A sede administrativa não determina o local de recolhimento do ISS nesses casos.

Alternativa D: incorreta. Não se trata de recolhimento proporcional, mas, sim, devido integralmente a cada município onde o serviço é prestado.

Alternativa E: incorreta. O local do pagamento não define o local de recolhimento do ISS.

Gabarito: B

51. Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, analise os itens a seguir.

I. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza excepcionalmente pode ser cobrado pela União.

II. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o preço do serviço.

III. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza nunca poderá ser inferior a 2%.

IV. O Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é quem paga pelo serviço.

Com base nos itens acima, podemos afirmar que:

- A) apenas o item I está CORRETO.
- B) apenas os itens I e II estão CORRETOS.
- C) apenas os itens I, II e III estão CORRETOS.
- D) todos os itens estão CORRETOS.
- E) todos os itens estão ERRADOS.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

I – Caso seja criado Território no Brasil, e este não seja dividido em Município, caberá à União instituir e cobrar o ISS no Território.

II – Correta! Essa é a regra geral sobre a base de cálculo do ISS.

III – Serviços 7.02, 7.05 e 16.01 constituem exceção a essa regra do piso de tributação estabelecida no seguinte trecho da Lei Complementar nº 116:

*§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no **caput**, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)*

Quais são eles?

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

IV – Contribuinte é quem presta o serviço!

Gabarito: B

52. Em regra, ao prestar um serviço, a empresa deve pagar o imposto sobre serviços (ISS) no município de sua sede. Porém, há serviços cuja prestação enseja pagamento ao município em que é prestado o serviço, como no caso de:

- A) serviços relativos à geologia.
- B) serviços de informática.
- C) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- D) serviços de limpeza e dragagem de rios.
- E) serviços de consultoria via teletrabalho.

Comentário:

A regra geral impõe o recolhimento do ISS para o local onde está estabelecido o prestador, mas há algumas exceções no texto legal que devem ser conhecidas para qualquer prova que cobre a LC 116:

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

Gabarito: D

53. Assinale a opção que corresponde a um serviço sobre o qual incide o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN).

- A) Transporte intermunicipal de cargas.
- B) Transporte interestadual de pessoas.
- C) Transporte internacional de pessoas.
- D) Transporte interestadual de cargas.
- E) Transporte intramunicipal de cargas.

Comentário:

Se o transporte ocorre entre municípios, ele é intermunicipal.

O serviço que poderá gerar a cobrança do ISS é o transporte intramunicipal.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

Gabarito: E

54. A respeito da tributação municipal, assinale a alternativa correta.

- A) A venda de medicamentos por farmácias de manipulação que não realizem o preparo personalizado desses medicamentos, chamados de remédios de prateleira, sujeita-se ao ISS.
- B) Considera-se prestado o serviço e o respectivo imposto devido no local do estabelecimento tomador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto em algumas hipóteses previstas em lei.
- C) A atualização da base de cálculo do IPTU dá-se por meio de lei municipal.
- D) O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, e incidirá sobre qualquer imóvel localizado em zona urbana.
- E) De acordo com regra geral prevista no CTN, a definição da zona urbana para fins de incidência do IPTU depende da edição de lei municipal.

Comentário:

Após longa discussão sobre a tributação incidente sobre a atividade das farmácias de manipulação, o STF fixou a seguinte tese sobre o assunto:

“Incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda. Incide ICMS sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira”.

Logo, esse tipo de contribuinte se sujeita à incidência do ISS ou do ICMS a depender do medicamento vendido. A regra geral impõe o recolhimento do ISS ao local do estabelecimento PRESTADOR.

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

Atenção para alteração promovida no texto constitucional sobre atualização da base de cálculo do IPTU.

CF:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel

III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal

Em relação à alternativa D: caso o imóvel situado em zona urbana possua destinação rural, sobre ele incidirá o ITR.

Agora, vamos ver o CTN a respeito do veículo normativo competente para definir o que é zona urbana:

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

Gabarito: E

55. O IPTU é um imposto real, com função eminentemente arrecadatória, que incide sobre imóveis urbanos. A respeito das características desse tributo e de seu fato gerador, assinale a afirmativa correta.

- A) A área de propriedade urbana é definida pela existência especificamente de dois elementos: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; ou sistema de esgoto sanitário.
- B) As áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinadas à habitação, à indústria ou ao comércio podem ser consideradas urbanas caso assim preveja a lei municipal.
- C) A existência de asfaltamento das vias públicas é determinante para que ocorra a incidência do IPTU sobre imóvel situado em zonas urbanas por equiparação.
- D) Além da necessidade da localização do terreno na zona urbana, é preciso, para a incidência do tributo, que exista no local uma acessão física.
- E) Ainda que utilizado para exploração de atividade econômica agrícola, o IPTU incidirá sobre o imóvel caso esteja localizado na área urbana do Município.

Comentário:

As áreas mencionadas na alternativa B realmente podem ser consideradas urbanas para fins de incidência do IPTU e, nesses casos, não há sequer a necessidade de construção ou manutenção de qualquer dos melhoramentos mencionados no CTN.

Art. 32, § 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

O imóvel localizado na área urbana do Município utilizado para exploração de atividade econômica agrícola será objeto de incidência do ITR, não do IPTU, de acordo com entendimento consolidado na jurisprudência. Veja: TRIBUTÁRIO. IMÓVEL NA ÁREA URBANA. DESTINAÇÃO RURAL. IPTU. NÃO-INCIDÊNCIA. ART. 15 DO DL 57/1966. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. 1. Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966). 2. Recurso Especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp n. 1.112.646/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 26/8/2009, DJe de 28/8/2009.)

Gabarito: B

56. Sobre os impostos de competência municipal, assinale a afirmativa correta.

- A)** É inconstitucional a lei do município que reduz o Imposto Predial Urbano sobre imóvel em virtude de sua destinação.
- B)** Fere a isonomia entre os contribuintes e é inconstitucional a diferenciação de alíquotas do IPTU em razão do tipo de uso do imóvel e de sua localização.
- C)** A ordem constitucional vigente autoriza a utilização do IPTU como forma de coagir o proprietário de um bem a utilizá-lo conforme sua função social.
- D)** Emenda constitucional recente restringiu a imunidade religiosa para os templos de qualquer culto, de modo que é legítima a cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana apenas quando tais entidades estiverem na condição de proprietárias do imóvel.
- E)** O IPTU poderá ser progressivo em razão da renda do contribuinte.

Comentário:

Os dispositivos constitucionais acerca do IPTU devem ser conhecidos para a perfeita compreensão de todas as normas atinentes ao tributo. E eles ainda costumam aparecer em provas com uma certa frequência.

A alternativa C apresenta uma das mais importantes características do IPTU, que é a possibilidade de utilização de suas alíquotas como uma forma de incentivo à utilização da propriedade de acordo com sua função social.

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 1º-A O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel.

Gabarito: C

57. O imposto de transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel competirá ao município:

- A) onde se situa o cartório em que foi lavrada a escritura de compra e venda.
- B) onde for assinado o contrato de compra e venda.
- C) onde estiver situado o bem.
- D) onde tiver domicílio o comprador.
- E) onde tiver domicílio o vendedor.

Comentário:

Em relação ao ITBI, não há dificuldade em definir o local de incidência do imposto:

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

Gabarito: C

58. À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional, assinale a opção correta a respeito do ITBI, considerando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A) É legítimo ao município arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral.
- B) O ITBI incide sobre a instituição de direito real sobre bem imóvel, a exemplo da hipoteca.
- C) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, estando vinculada à base de cálculo do IPTU quando os tributos forem lançados pela mesma autoridade.
- D) Caso o contribuinte prove que o valor apurado pela administração fazendária se encontra superavaliado, poderá solicitar a utilização do valor venal apurado para fins de IPTU em petição devidamente fundamentada.
- E) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado

Comentário:

A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação.

O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (artigo 148 do CTN).

O município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral.

Gabarito: E

59. Analise os itens a seguir a respeito da Reforma Tributária e assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A CF, conforme modificações implementadas pela Reforma Tributária, determina que lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios, o qual será cobrado pelo somatório das alíquotas do estado e do município destinatários da operação.
- B) O imposto sobre bens e serviços criados será informado pelo princípio da neutralidade.
- C) A Reforma Tributária, em relação aos municípios, estabeleceu que o imposto sobre bens e serviços terá legislação única e uniforme em todo o território nacional.
- D) Com a Reforma Tributária, foi prevista para os municípios uma nova competência tributária, que corresponde à instituição da contribuição sobre bens e serviços.
- E) O IBS a ser criado não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

Comentário:

A única alternativa incorreta é a letra D, pois a CBS é de competência da União.

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte

(...)

IV - terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvado o disposto no inciso V;

(...)

VII - será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação

(...)

XI - não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

Gabarito: D

60. A respeito da Reforma Tributária aprovada em 2023 e as alterações que promoveu no texto constitucional, julgue os próximos itens.

I. Cada ente federativo fixará sua alíquota própria do IBS.

II. O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

III. As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item II está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens I e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Comentário:

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência

compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O imposto previsto no caput será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá ao seguinte:

V - cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica;

§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

§ 4º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos

Gabarito: E

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

